

**Patrícia Ramos Braick**  
**Myriam Becho Mota**

# **História**

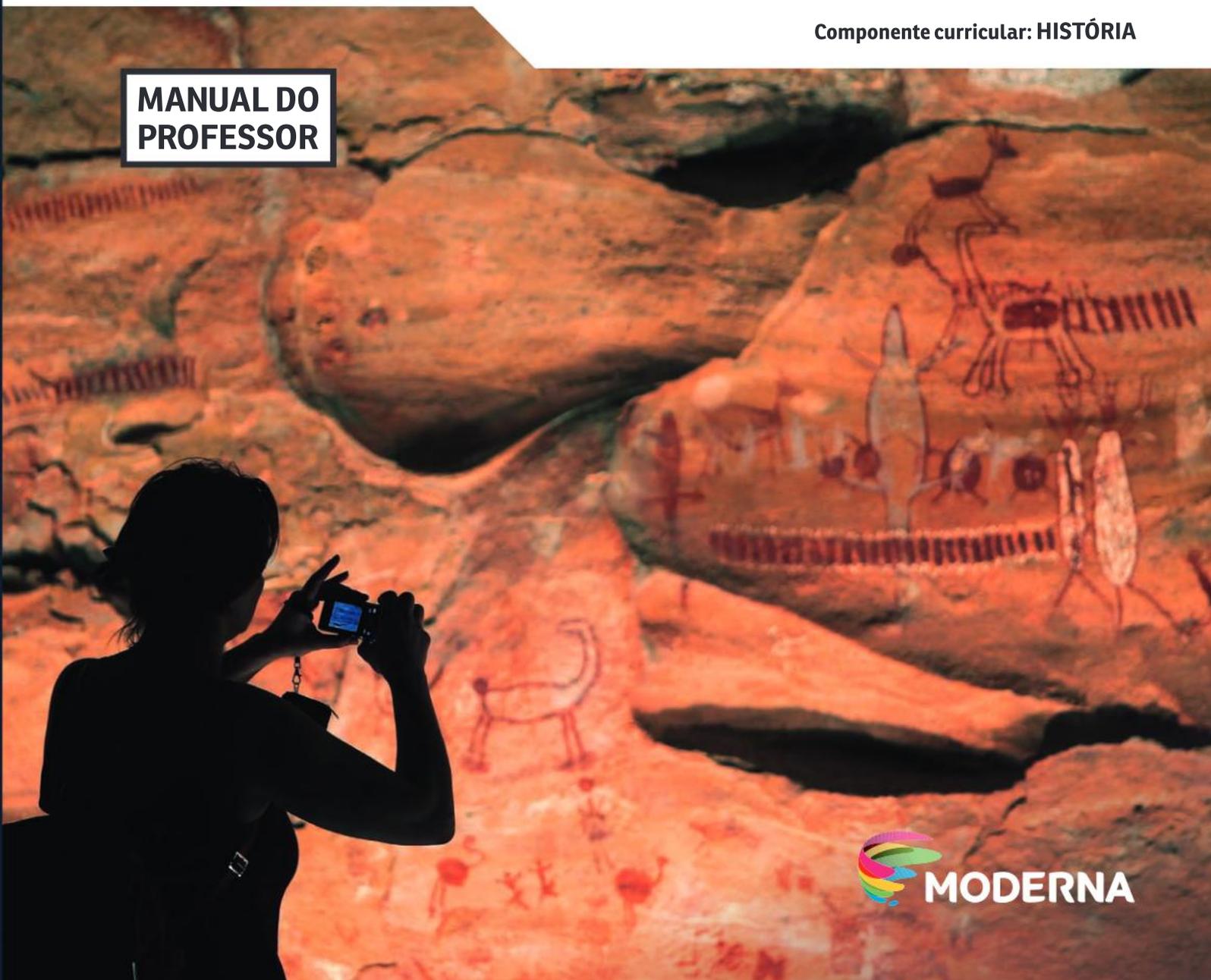
**das cavernas ao terceiro milênio**

**2**

**Ensino Médio**

Componente curricular: HISTÓRIA

**MANUAL DO  
PROFESSOR**



 **MODERNA**



## **Patrícia Ramos Braick**

Mestre em História (área de concentração: História das Sociedades Ibéricas e Americanas) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.  
Professora do Ensino Médio em Belo Horizonte, MG.

## **Myriam Becho Mota**

Licenciada em História pela Faculdade de Ciências Humanas de Itabira, MG.  
Mestre em Relações Internacionais pela The Ohio University, EUA.  
Professora do Ensino Médio e Superior em Itabira, MG.

# **História**

## **das cavernas ao terceiro milênio**

# **2**

**Ensino Médio**

Componente curricular: HISTÓRIA

# **MANUAL DO PROFESSOR**

4ª edição

São Paulo, 2016



**Coordenação editorial:** Ana Claudia Fernandes

**Edição de texto:** Maria Clara Antonelli, Thais Videira, Letícia de Oliveira Raymundo, Edmar Ricardo Franco, Pamela Shizue Goya

**Assistência editorial:** Rosa Chadu Dalbem, Mônica Reis

**Preparação de texto:** Sandra Lia Farah, Denise Ceron

**Assessoria didático-pedagógica:** Maria Lídia Vicentin Aguiar, André Tomio Lopes Amano

**Gerência de design e produção gráfica:** Sandra Botelho de Carvalho Homma

**Coordenação de produção:** Everson de Paula

**Suporte administrativo editorial:** Maria de Lourdes Rodrigues (Coord.)

**Coordenação de design e projetos visuais:** Marta Cerqueira Leite

**Projeto gráfico:** Mariza de Souza Porto, Adriano Moreno Barbosa

**Capa:** Douglas Rodrigues José

*Foto:* Turista fotografa pintura rupestre no Parque Nacional Serra da Capivara. São Raimundo Nonato (PI), foto de 2010.  
© Tiago Queiroz/Estadão Conteúdo

**Coordenação de arte:** Patrícia Costa, Rodrigo Carraro Moutinho, Wilson Gazzoni Agostinho

**Edição de arte:** Renata Susana Rechberger

**Editoração eletrônica:** Apis

**Edição de infografias:** Luiz Iria, Priscilla Boffo, Otávio Cohen

**Coordenação de revisão:** Elaine C. del Nero

**Revisão:** Bárbara Arruda, Cárita Negromonte, Lilian Kumai, Luicy de Oliveira, Nancy H. Dias, Salete Brentan, Simone Garcia, Willians Callazans

**Coordenação de pesquisa iconográfica:** Luciano Baneza Gabarron

**Pesquisa iconográfica:** Aline Chiarelli, Etoile Shaw, Odete Ernestina, Vanessa Manna

**Coordenação de bureau:** Américo Jesus

**Tratamento de imagens:** Denise Feitoza Maciel, Marina M. Buzzinaro, Rubens M. Rodrigues

**Pré-impressão:** Alexandre Petreca, Everton L. de Oliveira, Fabio N. Precendo, Hélio P. de Souza Filho, Marcio H. Kamoto, Vitória Sousa

**Coordenação de produção industrial:** Viviane Pavani

**Impressão e acabamento:**

---

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Braick, Patrícia Ramos  
História : das cavernas ao terceiro milênio / Patrícia Ramos Braick, Myriam Becho Mota. -- 4. ed. -- São Paulo : Moderna, 2016.

Obra em 3 v.  
"Componente curricular: História"  
Bibliografia.

1. História (Ensino médio) I. Mota, Myriam Becho. II. Título.

16-00530

DD-907

**Índices para catálogo sistemático:**

1. História : Ensino Médio 907

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Todos os direitos reservados

**EDITORA MODERNA LTDA.**

Rua Padre Adelino, 758 - Belenzinho

São Paulo - SP - Brasil - CEP 03303-904

Vendas e Atendimento: Tel. (0\_\_11) 2602-5510

Fax (0\_\_11) 2790-1501

www.moderna.com.br

2016

Impresso no Brasil

# Apresentação

*“A compreensão do mundo que nos rodeia e suas características, a procura de uma resposta às perguntas que a época nos apresenta, levam-nos sempre ao passado, à origem do processo que estamos observando e vivendo [...]. Não existe maneira de responder sem apelar para a história. Sua contribuição é insubstituível.”*

NIDELCOFF, Maria Teresa. *A escola e a compreensão da realidade*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Durante o ensino médio, etapa final da educação básica, espera-se que os alunos consolidem o aprendizado dos anos anteriores e tenham condições de exercer a cidadania conscientemente, ou seja, que desenvolvam autonomia intelectual para refletir sobre a realidade complexa que os cerca.

Para os alunos, este desafio é potencializado por outros apresentados durante a adolescência, fase da vida de grandes transformações físicas e psicológicas: as mudanças do corpo, as relações afetivas, dúvidas sobre uma futura carreira (eventualmente com alguma pressão familiar), para aqueles que já trabalham há a dificuldade em conciliar os estudos com a atividade profissional e muitos outros motivos geradores de conflitos internos às vezes incompreendidos por quem está ao redor.

Para os professores, a difícil missão de estabelecer uma estratégia de trabalho sustentável que garanta o diálogo com alunos de perfis tão diferentes se torna mais árdua pelas cobranças de resultados, a dificuldade de manter-se atualizado devido aos inúmeros afazeres exigidos pelo ofício (dentro e fora das salas de aula), a necessidade de acompanhar as políticas educacionais em constante transformação, condições inadequadas de trabalho (muitas vezes sem perspectiva de melhoras), remuneração incompatível, o desprestígio progressivo da profissão etc.

Por tudo isso, mantemos o propósito de construir uma obra que contribua com alunos e professores para que o processo de ensino-aprendizagem seja uma experiência significativa e prazerosa. Para tanto, partimos de referenciais contemporâneos capazes de provocar o interesse do aluno em compreender, estabelecer relações e problematizar o conhecimento histórico; e procuramos fornecer subsídio ao professor para desenvolver uma estratégia de aula que lhe seja adequada.

Com esta obra, esperamos colaborar significativamente para o desenvolvimento das competências e habilidades esperadas para o ensino médio e contribuir para a formação de indivíduos críticos, participativos e comprometidos com a construção de um mundo mais justo, tolerante e sustentável.

Desejamos a todos um excelente ano letivo.

# Organização do livro

O conteúdo deste livro está dividido em 12 capítulos. Veja como ele está organizado.



**Abertura de capítulo**  
É composta de imagem, texto citado e questões que relacionam o presente ao tema estudado no capítulo.

**Conversando sobre**  
Traz questões que relacionam texto e imagem e propõe uma primeira conversa a respeito do tema do capítulo.

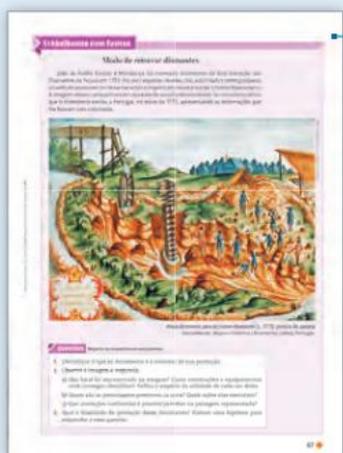


**Você vai gostar de ler/assistir/navegar**  
Boxes com indicação de livros, filmes ou sites da internet relacionados ao tema do capítulo.

**Glossário**  
Esclarece o significado de termos importantes para a compreensão do texto.



**Boxes complementares**  
Textos que complementam ou ampliam o conhecimento do tema estudado.



**Trabalhando com fontes**  
A seção propõe a análise de um documento histórico relacionado ao assunto estudado no capítulo. Ao longo do livro, são apresentados diferentes tipos de documentos.



**Texto complementar**  
Organizados em três grandes eixos: "trabalho, tecnologia e cultura", "cidadania e poder" e "identidade e diversidade", os textos complementares, ao final do capítulo, ampliam ou aprofundam o estudo do tema trabalhado.

**Aprenda mais**  
Os infográficos desta seção ampliam o estudo de assuntos relevantes para o capítulo, ao mesmo tempo que exercitam a leitura de outra forma de linguagem.



**Atividades**

**1. Leia e responda:**

1. Leia o texto e responda às perguntas:

2. Leia o texto e responda às perguntas:

3. Leia o texto e responda às perguntas:

4. Leia o texto e responda às perguntas:

5. Leia o texto e responda às perguntas:

6. Leia o texto e responda às perguntas:

7. Leia o texto e responda às perguntas:

8. Leia o texto e responda às perguntas:

9. Leia o texto e responda às perguntas:

10. Leia o texto e responda às perguntas:

**Atividades**  
No final de cada capítulo, as questões estão organizadas em níveis progressivos de dificuldade, com o objetivo de avaliar o aprendizado e desenvolver diferentes habilidades.

**Questões do Enem**

**1. Leia e responda:**

1. Leia o texto e responda às perguntas:

2. Leia o texto e responda às perguntas:

3. Leia o texto e responda às perguntas:

4. Leia o texto e responda às perguntas:

5. Leia o texto e responda às perguntas:

6. Leia o texto e responda às perguntas:

7. Leia o texto e responda às perguntas:

8. Leia o texto e responda às perguntas:

9. Leia o texto e responda às perguntas:

10. Leia o texto e responda às perguntas:

**Decifrando o Enem**  
Presente em todos os capítulos, a seção apresenta a resolução detalhada de uma questão do Enem relacionada ao tema tratado, auxiliando o aluno a desenvolver as habilidades avaliadas nas provas desse exame.

**Questões do Enem e de vestibulares**

**1. Leia e responda:**

1. Leia o texto e responda às perguntas:

2. Leia o texto e responda às perguntas:

3. Leia o texto e responda às perguntas:

4. Leia o texto e responda às perguntas:

5. Leia o texto e responda às perguntas:

6. Leia o texto e responda às perguntas:

7. Leia o texto e responda às perguntas:

8. Leia o texto e responda às perguntas:

9. Leia o texto e responda às perguntas:

10. Leia o texto e responda às perguntas:

**Questões do Enem e de vestibulares**  
Questões selecionadas do Enem e dos principais vestibulares do país relacionadas aos temas trabalhados nos capítulos.

# Sumário

## CAPÍTULO

1

### Povos pré-colombianos e a colonização da América por espanhóis e ingleses, 08

Civilizações agrícolas na Mesoamérica e nos Andes .....	09
Maia – senhores do tempo, 09 / Astecas, 10 / Incas – filhos do Sol, 11	
Conquista da América e colonização espanhola .....	12
Espanhóis no Caribe, 12 / Fim do Império Asteca, 13 / A luta dos maias e dos chichimecas contra os espanhóis, 14 / Queda do Império Inca, 15 / Colonização espanhola: os vice-reinos, 16	
Ingleses na América .....	20
Fundação das Treze Colônias, 21 / Comércio triangular, 22 / A administração nas Treze Colônias, 23 / Povos indígenas, 23 / Os negros nas Treze Colônias, 24	
<b>Texto complementar:</b> Exploração × Povoamento .....	25
<b>Atividades</b> .....	26
<b>Decifrando o Enem</b> .....	27
<b>Questões do Enem e de vestibulares</b> .....	28

## CAPÍTULO

2

### A colonização portuguesa na América, 30

Antes dos portugueses: os povos Tupi .....	31
<b>Aprenda mais:</b> Caminhos indígenas .....	32
Os portugueses na América .....	34
A exploração do pau-brasil, 35 / A criação das capitanias hereditárias, 36 / O governo-geral, 37	
<b>Trabalhando com fontes:</b> Hans Staden e os conflitos entre indígenas e europeus em Pernambuco .....	38
Os "homens-bons" das Câmaras Municipais, 39	
Os jesuítas na América portuguesa .....	40
As missões jesuíticas, 40	
A inquisição .....	41
<b>Atividades</b> .....	42
<b>Decifrando o Enem</b> .....	43

## CAPÍTULO

3

### A economia na América portuguesa e o Brasil holandês, 44

O doce sabor da riqueza .....	45
Engenhos de açúcar, 46 / À margem da <i>plantation</i> , 47 / Os reis do laço: a pecuária, 48	
União Ibérica .....	49
Holandeses invadem o Brasil .....	49
Nassau: soldado e humanista, 50	
Insurreição Pernambucana .....	52
Escravidão: um negócio lucrativo .....	53
Trabalho escravo e resistência, 54 / A "brecha camponesa", 55	
As várias faces da família colonial .....	55
Outros arranjos familiares, 56 / Casamento: privilégio de poucos, 56	
<b>Texto complementar:</b> As transformações provocadas pelo açúcar .....	57
<b>Atividades</b> .....	58
<b>Decifrando o Enem</b> .....	59

## CAPÍTULO

4

### A mineração no Brasil colonial, 60

Atrás de uma bandeira .....	61
Caminhos do ouro .....	62
A Guerra dos Emboabas, 62 / O abastecimento das áreas de mineração, 63 / Arraiais, vilas e cidades, 64 / Fiscalização real, 65	

Exploração de diamantes .....	66
<b>Trabalhando com fontes:</b> Modo de minerar diamantes .....	67
A sociedade mineira .....	68
Elite mineradora, 68 / A camada intermediária e a população livre pobre, 68 / Escravos africanos, 69	
Religiosidade popular na colônia .....	70
O Barroco mineiro, 71	
Vassalos rebeldes .....	72
Revolta de Beckman, 72 / Guerra dos Mascates, 73 / Revolta de Vila Rica, 74	
Rio de Janeiro, capital do Brasil .....	75
<b>Atividades</b> .....	76
<b>Decifrando o Enem</b> .....	78
<b>Questões do Enem e de vestibulares</b> .....	79

## CAPÍTULO

5

### O iluminismo, 82

Origens do iluminismo .....	83
Mentalidade iluminista .....	84
A <i>Enciclopédia</i> , 84 / Teóricos iluministas e suas concepções políticas, 85	
Economia liberal .....	87
Alguns economistas liberais, 88	
O despotismo esclarecido .....	89
O iluminismo e as descobertas científicas .....	90
<b>Texto complementar:</b> A liberdade de expressar publicamente as ideias .....	91
<b>Atividades</b> .....	92
<b>Decifrando o Enem</b> .....	93

## CAPÍTULO

6

### Das Revoluções Inglesas à Revolução Industrial, 94

Inglaterra: de potência marítima ao pioneirismo industrial .....	95
Dinastia Stuart, 96 / Parlamento inglês, 97	
Revolução Puritana .....	97
República de Cromwell, 98	
Revolução Gloriosa .....	99
Pioneirismo britânico na industrialização .....	100
Importância do ferro e do carvão, 101 / Industrialização e crescimento urbano, 101	
Trabalho na era industrial .....	102
Organização dos trabalhadores .....	103
Carta do Povo, 104	
<b>Trabalhando com fontes:</b> A vida do trabalhador industrial na Grã-Bretanha do século XIX .....	105
<b>Atividades</b> .....	106
<b>Decifrando o Enem</b> .....	107
<b>Questões do Enem e de vestibulares</b> .....	108

## CAPÍTULO

7

### A Revolução Francesa e o Império Napoleônico, 110

A atualidade da Revolução Francesa .....	111
A sociedade francesa no Antigo Regime .....	111
A explosão da crise .....	112
Assembleia Nacional Constituinte, 112	
A queda da Bastilha e o início da revolução .....	113
Mulheres na revolução, 114 / Monarquia Constitucional, 115 / Convenção Nacional, 116 / Diretório: a Revolução em refluxo, 117	
Era Napoleônica .....	118
Bloqueio Continental, 119 / A desastrosa campanha na Rússia, 119 / Queda de Napoleão, 120	

Congresso de Viena .....	121
O equilíbrio europeu e a Santa Aliança, 122	
<b>Texto complementar:</b> Liberdade de expressão, imprensa e cidadania .....	123
<b>Atividades</b> .....	124
<b>Decifrando o Enem</b> .....	125

## **CAPÍTULO 8** As lutas de independência na América, 126

As lutas nas Treze Colônias .....	127
Leis proibitivas, 127 / Independência dos Estados Unidos da América, 128	
<b>Trabalhando com fontes:</b> A Declaração de independência dos Estados Unidos da América .....	129
Independência e revolução no Haiti .....	130
Isolamento do Haiti, 131	
Independência da América espanhola .....	132
Ruptura com a metrópole, 133 / Poder dos caudilhos, 137	
<b>Atividades</b> .....	138
<b>Decifrando o Enem</b> .....	139
<b>Questões do Enem e de vestibulares</b> .....	140

## **CAPÍTULO 9** A independência do Brasil e o Primeiro Reinado, 142

Portugal no contexto internacional do século XVIII .....	143
Reformas pombalinas, 143	
Conjuração Mineira .....	144
Objetivos dos conjurados, 145 / Traição e devassa, 145	
Conjuração Baiana .....	146
A derrocada do movimento, 147	
Bastidores da independência .....	148
Mudanças políticas e econômicas, 148 / A cidade da corte, 149	
Insurreição Pernambucana .....	150
Governo Provisório, 150	
Revolução Liberal do Porto .....	151
Retorno de D. João VI a Portugal, 151 / Divergências entre as elites, 152	
A independência do Brasil .....	152
O Primeiro Reinado .....	153
Resistências internas à independência, 154 / Constituição de 1824, 155 / Confederação do Equador, 156 / Guerra da Cisplatina, 156 / Crise e abdicação de D. Pedro I, 157	
<b>Texto complementar:</b> Debret e as imagens sobre a escravidão .....	158
<b>Atividades</b> .....	159
<b>Decifrando o Enem</b> .....	161

## **CAPÍTULO 10** A Europa do século XIX: revoluções liberais, nacionalismo e socialismo, 162

A Europa após o Congresso de Viena .....	163
Liberalismo .....	164
Onda revolucionária na Europa no século XIX .....	165
<b>Trabalhando com fontes:</b> A liberdade guiando o povo .....	166
1848: a Primavera dos Povos, 167	
Nacionalismos .....	168
Unificação italiana, 169 / Unificação alemã, 170	
Ideias socialistas .....	172
Socialistas utópicos, 173 / Socialismo científico, 174	
Luta feminina .....	176
Ideias anarquistas .....	177
Pensadores anarquistas, 178	
Associação Internacional dos Trabalhadores .....	179

Lutas operárias e sindicatos .....	180
Comuna de Paris .....	181
<b>Atividades</b> .....	182
<b>Decifrando o Enem</b> .....	183
<b>Questões do Enem e de vestibulares</b> .....	184

## **CAPÍTULO 11** Da Regência ao Segundo Reinado, 186

Período regencial .....	187
Regência Trina, 187 / Regência Una, 188	
Revoltas regenciais .....	189
Rusgas Cuiabanas: Mato Grosso, 1834, 189 / Cabanagem: Pará, 1835-1840, 189 / Revolta dos Malês: Bahia, 1835, 190 / Guerra dos Farrapos: Rio Grande do Sul, 1835-1845, 191	
Golpe da Maioridade .....	192
Política no Segundo Reinado .....	193
Fortalecimento do poder central, 193 / Rebelião Praieira: Pernambuco, 1848, 194 / Parlamentarismo à moda brasileira, 195	
Sua majestade, o café .....	196
Brasil: exportação de café no século XIX, 197 / Expansão das ferrovias, 197	
Outras atividades econômicas .....	198
Sociedade em transformação .....	199
Incentivos à produção industrial, 200 / Fim do tráfico negreiro, 200 / Lei de Terras, 201 / Desenvolvimento urbano, 201 / Escravos e imigrantes no Sudeste, 202	
Guerra do Paraguai .....	203
Isolamento paraguaio, 203	
<b>Aprenda mais:</b> Batalhas no Paraguai .....	204
Leis abolicionistas .....	206
Proclamação da república .....	206
<b>Texto complementar:</b> O 13 de maio às avessas .....	207
<b>Atividades</b> .....	208
<b>Decifrando o Enem</b> .....	209

## **CAPÍTULO 12** Os Estados Unidos e a América hispânica no pós-independência, 210

Construção da nação norte-americana .....	211
Marcha para o oeste, 212 / Guerra de Secessão (1861-1865), 213	
<b>Trabalhando com fontes:</b> Um registro fotográfico da expansão territorial dos Estados Unidos .....	215
Estados Unidos e América Latina .....	216
Política de boa vizinhança, 217	
América hispânica pós-independência .....	218
Inserção no mercado mundial, 218 / Relações de trabalho, 219 / Crescimento e contradição na Argentina, 220 / O México no século XIX, 222	
<b>Atividades</b> .....	225
<b>Decifrando o Enem</b> .....	226
<b>Questões do Enem e de vestibulares</b> .....	227
<b>Técnicas de trabalho</b> .....	230
Análise de matéria jornalística	
Pesquisa	
Elaboração de esquemas para estudo	
Seminário	
Elaboração de uma dissertação	
Análise de um filme	
<b>Bibliografia</b> .....	240
<b>Mapas</b> .....	245

# Povos pré-colombianos e a colonização da América por espanhóis e ingleses



JORGE VILLEGAS/XINHUA - PRESS/CORBISLATINSTOCK

Indígenas Mapuche marcham em protesto contra a celebração do "Dia de Colombo". Santiago, Chile, outubro de 2015. Além de protestarem contra a comemoração da chegada dos europeus na América, os Mapuche, maior grupo indígena do Chile, demandam a autonomia da região de Araucanía, local onde vivem aproximadamente 200 mil Mapuche.

## ◆ Conversando sobre

1. Qual é a relação entre a imagem e o texto desta abertura?
2. Explique a afirmação do escritor uruguaio Eduardo Galeano: "o bem-estar de nossas classes dominantes – dominantes para dentro, dominadas de fora – é a maldição de nossas multidões, condenadas a uma vida de besta de carga". Você concorda com ela? Justifique.

## Veias que continuam abertas...

“É a América Latina, a região das veias abertas. Do descobrimento aos nossos dias, tudo sempre se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal se acumulou e se acumula nos distantes centros do poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar foram sucessivamente determinados, do exterior [...]. Para cada um se atribuiu uma função, sempre em benefício do desenvolvimento da metrópole estrangeira do momento, e se tornou infinita a cadeia de sucessivas dependências, que têm muito mais do que dois elos e que, por certo, também compreende, dentro da América Latina, a opressão de países pequenos pelos maiores seus vizinhos, [...] a exploração de suas fontes internas de víveres e mão de obra pelas grandes cidades e portos [...].

Perdemos; outros ganharam. Mas aqueles que ganharam só puderam ganhar porque perdemos [...]. A chuva que irriga os centros do poder [...] afoga os vastos subúrbios do sistema. Do mesmo modo, e simetricamente, o bem-estar de nossas classes dominantes – dominantes para dentro, dominadas de fora – é a maldição de nossas multidões, condenadas a uma vida de besta de carga.”

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM, 2010. p. 18-19. (Coleção L&PM Pocket)

O objetivo desta abertura é propor uma reflexão sobre o papel desempenhado pela América Latina no cenário internacional desde a colonização europeia iniciada no século XV (tema do capítulo). A imagem oferece um contraponto ao texto, uma vez que representa a luta pela valorização e manutenção da cultura indígena e fornece elementos para uma avaliação crítica sobre a predominância de referenciais e valores externos nessas sociedades, no caso, os eurocêntricos.

## Civilizações agrícolas na Mesoamérica e nos Andes

Quando os espanhóis chegaram às terras que depois denominaram América, encontraram comunidades bastante organizadas, que viviam em grandes centros urbanos, bem maiores que Sevilha, a maior cidade da Espanha na época.

Esses povos haviam se desenvolvido em duas áreas distintas: a **Mesoamérica**, que compreendia terras dos atuais México e América Central, onde surgiram diversas civilizações, como a maia e a asteca; e a **região andina**, que compreendia os territórios dos atuais Equador, Peru, Bolívia, norte do Chile e oeste da Argentina, na qual floresceram várias culturas, como a inca.

### ◆ Maias – senhores do tempo

A chamada **civilização maia** desenvolveu-se entre os séculos III e X, no atual território do México (especialmente na Península de Yucatán) e em algumas regiões da América Central. Os maias estavam organizados em cidades-Estado independentes, entre as quais se destacaram Palenque, Tikal, Chichén-Itzá e Copán. A sociedade maia estava dividida, de maneira geral, em dois grandes grupos: a população comum, que se ocupava principalmente da agricultura, e os setores privilegiados, formados pelos governantes, guerreiros e sacerdotes.

Os principais registros dessa civilização estão na arquitetura, na pintura, na escultura e nos diversos textos hieroglíficos deixados em estelas, **códices**, cerâmicas etc., que ainda não foram totalmente decifrados pelos pesquisadores.

Os maias possuíam conhecimento matemático e astronômico desenvolvido. Conheciam os eclipses solares e o movimento aparente dos planetas. Seus cálculos, que incluíam a noção do zero, permitiram-lhes elaborar calendários complexos que previam as estações do ano, o que permitia, por exemplo, a organização das atividades agrícolas. O conhecimento matemático também era utilizado na cobrança de tributos, na construção de templos, entre outras atividades cotidianas.

A civilização maia e outros povos da região começaram a declinar entre os séculos VII e X. Não se sabe os motivos que levaram à desintegração da organização política dessas sociedades e o porquê de muitas das suas cidades terem sido abandonadas. No caso maia, estudos indicam que essa transformação pode ter ocorrido em função de mudanças climáticas que causaram longos períodos de estiagem.

A cultura maia não desapareceu com a sua desorganização política. Até os dias de hoje ela sobrevive em alguns países da América Latina. Segundo o Grupo Internacional de Trabalho sobre Assuntos Indígenas (IWGIA – International Work Group for Indigenous Affairs), por exemplo, atualmente 60% da população da Guatemala é indígena, e boa parte dela é de origem maia.

**Código:** registros (em tecido, pele de animais, papel produzido da casca da figueira e outros materiais) sobre temas diversos, como as ações das elites dirigentes, a fundação de cidades, os costumes, as guerras e celebrações religiosas.

Vale retomar o conceito de cidades-Estado, estudado no 1º ano: cidades que, apesar de terem elementos culturais comuns, eram independentes entre si, com organização, governo e leis próprias.



Fonte: FERREIRA, Graça Maria Lemos. *Atlas geográfico: espaço mundial*. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2013. p. 67; DUBY, Georges. *Atlas historique mondial*. Paris: Larousse, 2003. p. 236.

Os dados atuais sobre a população da Guatemala estão disponíveis no link <[www.iwgia.org/regions/latin-america/guatemala](http://www.iwgia.org/regions/latin-america/guatemala)>. Acesso em 2 fev. 2016.



MUSEU DA CIDADE DO MÉXICO

Construção de *chinampas* representada em detalhe de um manuscrito espanhol (século XVI). Museu da Cidade do México. As *chinampas* eram uma espécie de ilha construída de junco e terra fértil. Eram fixadas nos leitos de lagos com salgueiros e estacas de madeira, e nelas eram cultivadas flores e hortaliças. As *chinampas* foram desenvolvidas pelos povos mesoamericanos para a produção agrícola, convertendo lagos ou áreas pantanosas inférteis em enormes canteiros produtivos.

## ◆ Astecas

No século XVI, quando os espanhóis pisaram em terras do atual México, se depararam com um poderoso Império existente na região: o **Império Asteca**. Seus habitantes, os astecas, souberam absorver a cultura de outras civilizações que habitaram a Mesoamérica: dos maias, por exemplo, apropriaram-se de conhecimentos em astronomia e matemática; e dos **Olmeca**, de técnicas de construção de grandes edifícios, principalmente religiosos.

Do ponto de vista político, o imperador asteca, ou *huey tlatoani* (grande orador), era quem comandava as tropas, decidia questões de justiça e tinha influência nos assuntos religiosos. As cidades-Estado submetidas aos astecas formavam uma confederação, em que podiam manter suas dinastias tradicionais, mas subordinavam as questões religiosas e econômicas ao controle do imperador.

A sociedade, dividida em estratos sociais, era encabeçada pela nobreza, camada social privilegiada composta pelos chefes militares, altos funcionários do Estado e sacerdotes. Logo abaixo estavam os comerciantes e artesãos mais especializados. Vinham, em seguida, os camponeses, os escravos e, finalmente, os prisioneiros de guerra, que em ocasiões especiais eram sacrificados aos deuses.

Tenochtitlán, capital do Império Asteca, era o centro administrativo, onde se encontravam as grandes construções, como palácios, praças, templos religiosos, mercados e canais utilizados para a irrigação e a circulação de pequenas embarcações utilizadas para o transporte de pessoas e produtos.

Os principais alimentos cultivados pelos astecas eram milho, feijão, abóbora e vários tipos de pimenta. Também criavam aves, principalmente peru, além de peixes e cachorros. Uma das técnicas agrícolas mais utilizadas pelos astecas foi a *chinampa* (veja a imagem ao lado). A agricultura sofisticada dos astecas possibilitou grande concentração humana nos domínios do Império.

O comércio também era outra característica importante da economia asteca, impulsionado sobretudo pelo consumo de alguns artigos utilizados pela nobreza e pelos sacerdotes. Papéis, instrumentos de madeira e de pedra, utensílios de cerâmica, roupas e objetos de luxo, por exemplo, chegavam a Tenochtitlán por meio do comércio ou como pagamento de tributos.

**Olmeca:** povo que começou a se desenvolver no final do século XII a.C., em uma região próxima ao Golfo do México. Três Zapotes, La Venta e San Lorenzo são os principais sítios arqueológicos que possuem vestígios dos Olmeca.

Ruínas do Templo Maior asteca no centro da Cidade do México. Foto de 2015. Quando os espanhóis chegaram a essa região no século XVI, estima-se que viviam em Tenochtitlán cerca de 300 mil pessoas. Sevilha, a maior cidade espanhola da época, tinha aproximadamente 100 mil habitantes.



INAH/NOTIMEX/AFP

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Os dados sobre a população de Sevilha estão disponíveis no site oficial da cidade: <[www.sevilha.es/historia.php](http://www.sevilha.es/historia.php)>. Acesso em 3 fev. 2016.

Posteriormente, no século XV, o Império Inca estendeu-se ainda mais, ocupando parte dos atuais territórios do Chile e da Argentina.

## ◆ Incas – filhos do Sol

O **Império Inca**, o mais extenso da América pré-colombiana, surgiu no século XII, nas terras em torno do núcleo quíchua de Cuzco, no Peru, e expandiu-se em várias direções. Viviam cerca de 15 milhões de habitantes num território que abrangia terras dos atuais Peru, Equador e Bolívia.

Formado por diversos povos, predominantemente por aqueles que falavam a língua quíchua, o Império constituía uma monarquia teocrática, na qual o governante, o Inca (ou *Sapa Inca*), era considerado descendente direto do Sol e adorado como um deus. Ele era também legislador e o comandante supremo do Exército. Podia ter várias mulheres, além da *coya*, a esposa principal, escolhida entre suas irmãs.

No Império, a agricultura era a principal atividade econômica, e o trabalho dos camponeses sustentava diretamente os setores privilegiados: a nobreza local, os funcionários, a família do imperador e o próprio Inca. Os camponeses plantavam abacate, batata, milho, quinoa, entre outros alimentos, e também forneciam dias de trabalho para a construção de canais de irrigação e das estradas que cortavam todo o território.

A prática da agricultura estava estreitamente ligada ao *ayllu*, uma forma de organização da população que, mesmo vivendo dispersa, estava unida por laços de parentesco, sociais e religiosos. Antes do domínio inca, as terras pertenciam a todos os membros do *ayllu* e eram cultivadas comunitariamente. O *curaca*, líder de cada *ayllu*, era responsável por dividir as terras para o cultivo e pelo armazenamento da produção. Com a dominação inca, os indígenas permaneceram organizados em *ayllus*, mas as terras passaram a pertencer ao Estado, que as dividia em terras do imperador, do Estado e do povo.

Em termos culturais, os incas destacaram-se como hábeis construtores de estradas e de cidades, com destaque para Cuzco e Machu Picchu. Utilizavam a alpaca e a lhama para transportar cargas, fornecer lã e alimento. Seus sacerdotes e sábios conheciam a astronomia e dominavam conceitos matemáticos, tendo desenvolvido um sistema numérico decimal. Os incas, que não conheciam a escrita, instituíram um método contábil singular, com base em um conjunto de cordões conhecido como **quipu**.



Acima, faca cerimonial (século XIV) encontrada no Peru. Museu Nacional de Antropologia, Arqueologia e História do Peru, Lima. Ao lado, estatueta inca (entre os séculos XIII e XVI) encontrada em uma tumba na região de Cuzco. Museu Regional de Cuzco, Peru.

### Quinoa, um superalimento da região andina

CONECTANDO COM A BIOLOGIA

Um dos vegetais mais antigos cultivados pelo ser humano, conhecido e consumido pelos incas, a quinoa (*Chenopodium quinoa*) tem origem andina e é considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) um superalimento. Para promover seu consumo, a organização lançou uma campanha proclamando 2013 como o **Ano Internacional da Quinoa**.

A quinoa não pertence à família dos cereais nem das leguminosas. Integrante da família do espinafre, possui a aparência de um grão pequeno e pode ser encontrada na natureza nas cores branca, vermelha e preta. O alimento é rico em proteínas, e essas proteínas incluem uma combinação de muitos aminoácidos essenciais para a alimentação humana. Além disso, a quinoa é isenta de glúten e é rica em sais minerais, fibras, ômega 3 e 6 e vitaminas.

Pesquisadores afirmam que o vegetal, além de altamente nutritivo, fortalece o sistema imunológico, previne doenças cardiovasculares, auxilia no crescimento infantil, ajuda a fortalecer ossos e dentes, entre outros benefícios.

**Quipo:** artefato utilizado por vários povos andinos, entre eles os incas, que reunia um conjunto de cordões de cores distintas com nós, que representavam números e categorias. O *quipu* era utilizado para registrar informações quantitativas. Os valores e os objetos "catalogados" variavam conforme a cor do fio e a espessura do nó presente no *quipu*.

## ◆ Conquista da América e colonização espanhola

A conquista e a colonização espanholas abrangeram imenso território no continente americano. Esse território encontrava-se ocupado por numerosas sociedades ameríndias, que possuíam distintos modos de organização política e social.

Assim, todo o período de constituição e funcionamento da chamada “América espanhola” se caracterizará fortemente pelas interações entre espanhóis e indígenas, como veremos a seguir.

### ◆ Espanhóis no Caribe

A região do Caribe foi a primeira porção da América a ter contato com os processos de conquista e colonização. A chegada de espanhóis e portugueses à América foi motivada pela busca de rotas marítimas ao Oriente, às “Índias”. Com o tempo, os espanhóis passaram a estabelecer contatos e alianças com os povos indígenas para tentar explorar esses territórios em busca de riquezas.

Os **tainos** foram os primeiros a estabelecer alianças com os espanhóis. Certamente, movidos por interesses comerciais e políticos próprios: o acesso a objetos trazidos pelos espanhóis e eventuais parcerias para combater outros povos ameríndios do Caribe, uma vez que os povos da região se organizavam em unidades sociais autônomas e poderiam possuir interesses políticos comuns ou conflitantes. Ou seja, as diversas comunidades ameríndias poderiam manter relações amistosas ou alianças entre si, mas, também, poderiam demonstrar inimizades e rivalidades em outros casos. Nesse contexto, os espanhóis devem ser compreendidos como mais uma possibilidade de aliança para que uma população indígena prevalecesse sobre outra.

Além disso, as alianças não devem ser consideradas permanentes. Com a convivência, muitos grupos tainos perceberam que os interesses dos espanhóis iam muito além do comércio, pois também visavam ao controle de territórios e ao uso da força de trabalho local. Desse modo, as relações iniciais, com base no escambo e nas alianças políticas, foram se tornando mais impositivas e violentas por parte dos espanhóis, envolvendo conquistas territoriais, trabalho compulsório e escravização de indígenas.

O pesado regime de trabalho bem como as epidemias de sarampo, varíola e gripe – doenças trazidas pelos espanhóis e para as quais os indígenas não possuíam imunidade – provocaram um declínio demográfico imenso e, em alguns casos, até a extinção de populações inteiras.

Calcula-se que na região do Caribe e na América Central havia aproximadamente 12 milhões de pessoas no momento do contato com os europeus e, em apenas um século, essa mesma população tinha declinado a cerca de um quarto desse total. A maior redução aconteceu nas ilhas que correspondem atualmente ao território de Cuba e da Jamaica.

Esse declínio demográfico indígena tornou possível aos espanhóis aumentar o número de colonos residentes nas ilhas caribenhas ocupadas e também avançar sobre outras ilhas para obter escravos indígenas e riquezas facilmente exploradas. Dessa forma, partindo da Ilha Hispaniola (atuais República Dominicana e Haiti), a conquista e a colonização espanholas atingiram outras ilhas e avançaram em direção à costa dos atuais Panamá, Colômbia e Venezuela.

Escultura em madeira representando divindade taino encontrada na República Dominicana. Museu Metropolitano de Arte, Nova York, Estados Unidos. No primeiro momento, os povos indígenas da região do Caribe relacionaram-se com os espanhóis de acordo com suas próprias conveniências. Os tainos, por exemplo, formalizaram uma parceria com os europeus para combater a expansão dos povos Caraíba ou Caribe, que estavam ampliando seus domínios territoriais e políticos sobre eles.

A ilha caribenha de Hispaniola (ou Espanhola) permaneceu sob domínio da Espanha até 1697, quando o país cedeu um terço da ilha à França, que já ocupava a região. Atualmente, a parte da ilha que ficou sob domínio espanhol corresponde ao território da República Dominicana, e a parte francesa, ao Haiti.

**Tainos:** populações indígenas do grupo aruaque presentes em muitas ilhas do Caribe.



## ◆ Fim do Império Asteca

Após o estabelecimento de colônias, fortificações e alianças nas ilhas do Caribe, os espanhóis começaram a explorar de forma recorrente a costa norte da América do Sul e da América Central. A partir de 1511, os espanhóis chegaram à Península de Yucatán em busca de contatos com sociedades indígenas do continente.

No momento da chegada dos espanhóis, os astecas encabeçavam a principal rede de dominação política da região, que abrangia centenas de outras cidades na parte central do atual México e imediações. E foi com o intuito de reconhecer e tentar conquistar as terras do Império Asteca que, em fevereiro de 1519, uma expedição espanhola partiu de Cuba liderada por Hernán Cortés.

Navegando pelo litoral, os espanhóis chegaram ao Golfo do México – região ocupada pelos Totonaca – e fundaram a Villa Rica de la Veracruz. Nos contatos com os povos maias e Totonaca, os espanhóis conheceram os detalhes sobre os conflitos existentes no Império Asteca. Em posse dessas informações, estrategicamente iniciaram alianças com os rivais políticos dos astecas, como foi o caso dos Totonaca e dos Tlaxcalteca, indígenas que habitavam a região de Tlaxcala, próxima a Tenochtitlán. Essas duas alianças foram responsáveis por agregar aproximadamente 10 mil indígenas aos 500 espanhóis que compunham inicialmente a expedição espanhola comandada por Cortés.

Ao chegarem a Tenochtitlán, em novembro de 1519, os espanhóis foram recebidos com cordialidade pelos enviados de Montezuma II, imperador asteca, que já sabia da aproximação dos estrangeiros e, ao que parece, pretendia estabelecer algum acordo com eles e evitar a guerra. Contudo, a paz mostrou-se inviável. Montezuma, refém em seu palácio, passou a seguir as ordens dos espanhóis. Para alguns, a atitude do imperador asteca visava evitar o combate e poupar seu povo; para outros, ele se submeteu ao domínio espanhol por fraqueza.

Independentemente da postura de Montezuma, a guerra entre espanhóis e astecas foi deflagrada em 20 de maio de 1520, quando soldados espanhóis invadiram uma cerimônia religiosa no Templo Maior em Tenochtitlán e assassinaram os participantes desarmados – episódio conhecido como **Matança do Templo Maior**.

Diante da matança, os astecas reagiram e partiram para o ataque. Em meio à guerra, Montezuma morreu em circunstâncias não esclarecidas. A resistência asteca, que conseguiu sitiar os espanhóis por semanas, não foi suficiente para evitar a tomada de Tenochtitlán. A conquista da capital asteca forneceu as condições iniciais para que os espanhóis e seus aliados indígenas partissem para o domínio da extensa região que antes estava dominada pelos astecas. A aliança entre os espanhóis e os Tlaxcalteca foi vista por muitos povos indígenas como uma oportunidade de rebelião e guerra contra os astecas, seus dominadores políticos e tributários.

As epidemias concluíram a matança iniciada pela guerra. Em meados de 1521, as mesmas epidemias que dizimaram grande parte da população ameríndia do Caribe haviam matado centenas de milhares de indígenas na região da Mesoamérica, uma das mais povoadas de nosso continente. No caso da cidade de Tenochtitlán, uma das maiores cidades do mundo em seu tempo, a população foi reduzida a um terço pelas guerras e epidemias.

Como pudemos ver, a queda do Império Asteca não se deu pela ação de algumas centenas de espanhóis, supostamente portadores de habilidades excepcionais que teriam lhes dado a vitória sobre um dos mais poderosos impérios da América indígena.

certo quais foram as circunstâncias que levaram Montezuma à morte. Segundo uma das versões dos espanhóis, ele teria sido vítima de uma pedrada na cabeça, golpe de um asteca revoltado com a submissão do imperador. Outras versões afirmam o assassinato de Montezuma pelos espanhóis.



THE GRANGER COLLECTION/LOW IMAGES - BIBLIOTECA MEDICEA LAURENZIANA, FIRENZA

Astecas com varíola, detalhe da gravura presente no *Códice florentino* (1540-1585), produzido pelo frade espanhol Bernardino de Sahagún. Biblioteca Medicea Laurenziana, Florença, Itália. Em meados de 1521, data da conquista de Tenochtitlán, as epidemias já haviam matado centenas de milhares de indígenas na região da Mesoamérica. No caso da capital asteca, onde residiam pelo menos 300 mil habitantes antes da chegada dos espanhóis, sua população foi reduzida a um terço pelas guerras e epidemias.

Não há consenso sobre os motivos que deflagraram a Matança do Templo Maior. Segundo uma das versões, o conflito não foi premeditado e teria começado quando os indígenas tentaram retirar a imagem de uma santa que havia sido colocada no templo pelos espanhóis. Segundo o cronista Diego Durán, o ataque foi planejado e autorizado por Hernán Cortés. Da mesma forma, não se sabe ao

## Resistência maia

No território que compreende o atual norte da Guatemala, Belize e El Salvador, as conquistas espanholas sobre os maias foram extremamente demoradas e obtiveram resultados bastante frágeis e limitados. Nessa região, não havia um único e mais poderoso grupo maia a ser conquistado, mas muitos e pequenos reinos. Assim, a vitória sobre um reino maia não garantia o domínio pleno da região. E, como resultado disso, o processo de conquista durou quase dois séculos e nunca se realizou por completo, pois muitos povos maias conseguiram manter-se relativamente livres da dominação espanhola até o final do período colonial.

Antes da chegada dos espanhóis, uma aliança composta pelos Maia-Quiché, pelos Maia-Cakchiquele e pelos Maia-Rabinale dominava politicamente a região do sul do México e da Guatemala, e cobrava tributos sobre os outros povos maias dominados. Entretanto, um conflito entre os Quiché e os Cakchiquele teve como consequência a predominância dos Quiché. Assim, os Cakchiquele viram na aliança com os espanhóis uma oportunidade de vencer os rivais e barrarem seu avanço.

Mulheres com ascendência maia vendem roupas em um mercado na cidade de Antigua Guatemala, na Guatemala. Foto de 2015. Atualmente, mais de 6 milhões de indígenas de grupos linguísticos maias habitam regiões de Belize, Honduras, México e, principalmente, a Guatemala.

## ◆ A luta dos maias e dos chichimecas contra os espanhóis

Após a vitória sobre os astecas, os espanhóis e aliados indígenas do centro do México chegaram às terras no sul do México e em parte da Guatemala, região ocupada pelos povos maias e marcada pela enorme diversidade linguística e política: havia mais de 20 línguas maias nessa região, faladas por populações que se distribuíam em centenas de vilas e povoados. Usando a mesma estratégia empregada contra os astecas, os espanhóis formaram alianças com alguns povos maias para derrotar outros.

Desse modo, em 1524, um desses grupos maias, os Quiché, foram atacados por uma coalizão formada por espanhóis, outros maias e aliados indígenas do centro do México. Os Maia-Quiché foram derrotados nesse mesmo ano, mas a aliança dos espanhóis com os grupos maias associados a eles não durou. Os indígenas revoltaram-se contra a tentativa dos espanhóis de lhes impor tributos em ouro e iniciaram uma rebelião ainda em 1524, que foi progressivamente derrotada, mas com focos de resistência que chegaram até 1547.

Dificuldades ainda maiores os espanhóis encontraram para conquistar o território que hoje corresponde ao norte do México e sul dos Estados Unidos. Essa região, conhecida como Aridoamérica (ver mapa da página 9), estava ocupada por enorme diversidade de povos ameríndios, genericamente chamados “chichimecas”.

Os chichimecas organizavam-se em grupos relativamente pequenos e nômades, e suas principais atividades econômicas eram a caça e a coleta de frutos e raízes. Assim, eles não se conglomeravam em vilas ou cidades e não estavam habituados a pagar tributos ou a estar submetidos politicamente a um centro dominador. Desse modo, conseguiram empreender diversas formas de resistência às conquistas e à colonização, seja pela rejeição às tentativas espanholas de fixar as residências e catequisar os que eram derrotados ou capturados, seja pelo deslocamento de todo o grupo para regiões mais inacessíveis e distantes das vilas, fortes e missões religiosas espanholas.

Além disso, os chichimecas também empreenderam ataques aos assentamentos espanhóis durante todo o período colonial, fazendo com que o domínio espanhol fosse bastante instável e incompleto nessa região. Tanto na região dos maias quanto na dos chichimecas, também ocorreram diminuições populacionais bastante significativas, seja por conta das guerras, seja das epidemias, fato que, a médio e longo prazos, contribuiu para o progressivo controle político e comercial que os espanhóis estabeleceram nessas regiões.



EDUCATION IMAGES/GETTY IMAGES

## ◆ Queda do Império Inca

O Império Inca era uma rede de dominação efetiva por guerras e alianças que atingia quase a totalidade dos territórios dos atuais Peru, Bolívia e Equador, além de parte dos territórios atuais da Argentina e do Chile. As rivalidades e tensões entre os incas e os outros povos dos Andes eram constantes. Além disso, os incas organizavam-se em uma sociedade bastante hierarquizada e composta por estratos sociais e grupos políticos que também rivalizavam entre si, o que contribuiu para o sucesso espanhol no domínio da região andina. Desde 1524, os espanhóis realizaram expedições para a América do Sul, partindo do atual Panamá sob comando de Francisco Pizarro e Diego de Almagro. Em 1531, a terceira expedição saiu do Panamá com cerca de 30 cavalos e 180 homens com o objetivo de conquistar os incas. Atahualpa, imperador inca, que estava no norte do Peru e a caminho de Cuzco, recebeu uma comitiva espanhola que, de surpresa, o aprisionou em 1532.

Apesar de os incas terem pago o resgate, Atahualpa foi morto por eles em 1533. Os espanhóis logo se dirigiram para Cuzco para garantir seu domínio e firmaram um acordo com um rival de Atahualpa, Manco Capac II, que pretendia tornar-se o governante máximo dos incas e de seus domínios e, para isso, buscou o apoio dos estrangeiros.

Esse acordo, no entanto, não durou diante das crescentes exigências dos espanhóis. Assim, as elites incaicas de Cuzco se rebelaram contra os europeus e, sob o comando do próprio Manco Capac, os expulsaram de Cuzco. A rebelião inca foi derrotada pelos espanhóis e seus aliados indígenas e, em 1536, Manco Capac e seus seguidores se refugiaram na cidade inca de Vilcabamba, de onde resistiram ao domínio espanhol por quase quatro décadas. Durante esse longo período, a resistência inca de Vilcabamba se intercalou com negociações políticas e tentativas de acordos de paz com os espanhóis, que voltaram a se estabelecer em Cuzco e a fazer alianças com outras linhagens de nobres incas dessa cidade.

De modo geral, os outros povos ameríndios da região, que antes eram dominados pelos incas, viam na queda dos dominadores a oportunidade de retomar a autonomia, e muitos deles, como os **reinos Aimará**, estabeleceram acordos políticos e tributários com os espanhóis, que progressivamente ampliavam seus domínios.



Fonte: DUBY, Georges. *Atlas historique mondial*. Paris: Larousse, 2003. p. 238.

### Os povos ameríndios ao sul do Império Inca

A derrota dos incas e o estabelecimento de um progressivo domínio espanhol na região dos Andes Centrais, onde estão os atuais Peru e Bolívia, não significaram o domínio de toda a porção da América do Sul que faria parte da América espanhola.

A região sul da América do Sul, por exemplo, foi tomada pelos espanhóis em um processo mais lento, difícil e, portanto, com mais espaço para a manutenção de autonomia política e de resistência por parte de muitos povos ameríndios, como os Chiriguano, da região do atual Paraguai, e os Araucano, da região do atual Chile. Esses povos resistiram ao domínio espanhol durante praticamente todo o período colonial e, portanto, de algum modo, não chegaram a ser conquistados.

A revolta dos incas contra os espanhóis, liderada por Manco Capac II, conseguiu muitos êxitos, tanto que os ameríndios quase tomaram Lima, cidade fundada pelos espanhóis em 1535, na costa do Peru.

## Divisão político-administrativa da América espanhola (século XVIII)



Fonte: DUBY, Georges. *Atlas historique mondial*. Paris: Larousse, 2003. p. 241.

**Quinto:** imposto real que recaía sobre a mineração e todas as transações comerciais feitas nas colônias espanholas.

Os vice-reinos espanhóis na América possuíam uma posição política inferior, mas bastante comparável à de outros reinos que compunham a monarquia espanhola, como Castela e Aragão. Ou seja, eram politicamente inferiores e subordinados, mas não eram considerados simples colônias. Desse modo, não havia proibições para que se fundassem escolas, universidades e imprensas na América, ou que se formassem nobrezas políticas nos vice-reinos.

Um dos grandes obstáculos para a consolidação do poder real espanhol foram os amplos poderes políticos que exploradores como Hernán Cortés e Francisco Pizarro haviam adquirido em troca dos serviços prestados ao rei ao emprenderem as guerras de conquistas.

Antigo porto de Sevilha, na Espanha. Foto de 2015. Atualmente, Sevilha é a capital da Andaluzia, no sul da Espanha, e a quarta maior cidade em população do país. Situada nas margens do Rio Guadalquivir, a 87 quilômetros do Oceano Atlântico, a cidade possuía o porto de ligação mais importante entre o Reino da Espanha e o Novo Mundo durante o período colonial na América.



## Colonização espanhola: os vice-reinos

Após a consolidação de domínios no continente, a monarquia espanhola procurou implantar sua autoridade no Novo Mundo de modo mais efetivo. Assim, foi criada em 1503 a **Casa de Contratación**, sediada em Sevilha. Cabia a esse órgão a gestão dos negócios coloniais, o controle do exclusivo comercial metropolitano e a fiscalização da cobrança do **quinto**. Nesse mesmo ano foi instituído o **regime de porto único**, que estabelecia a exclusividade do porto de Sevilha no comércio com as colônias. Posteriormente, a Casa de Contratación autorizou a passagem de navios também pelo porto de Cádiz.

A instituição política e administrativa mais importante e poderosa implementada pela Coroa espanhola no regime colonial foram os **vice-reinos** ou vice-reinados, comandados por dois vice-reis, que deveriam ser considerados autoridades máximas depois do próprio rei da Espanha.

O Vice-Reino da Nova Espanha (1535) e o do Peru (1543), primeiros a serem criados, tinham como capitais, respectivamente, a Cidade do México e Lima. Mais tarde foram criados outros dois vice-reinos, o de Nova-Granada (1717) e o do Rio da Prata (1776).

Em sua maioria, o governo das vilas e cidades indígenas funcionava segundo modelos políticos antigos, com a escolha dos caciques e outras autoridades por meio de tradições de origem pré-hispânica. Apesar disso, algumas vilas e cidades indígenas adotaram o *cabildo* como forma de administração municipal.

## Estruturas político-administrativas

A Espanha implementou uma série de instituições políticas e jurídicas nos vice-reinos, cada uma delas com funções específicas. As principais eram:

- **Governadoria:** os governadores eram os principais representantes da Coroa antes das fundações dos vice-reinos, e sua autoridade era militar, jurídica e administrativa. Com o crescimento da autoridade do vice-rei, as governadorias continuaram principalmente nas regiões mais distantes dos centros de poder, como no norte do México ou no sul da América do Sul.
- **Audiência:** presidida por um juiz, era uma espécie de tribunal judicial supremo que, por vezes, também acumulava poderes administrativos. A aplicação da justiça em cada vice-reino estava dividida territorialmente entre várias audiências.
- **Alcaldía mayor** ou **corregimiento:** subdivisão administrativa dos vice-reinos em grupos de vilas ou cidades que formavam conjuntos regionais, cada uma delas com suas respectivas capitais regionais.
- **Cabildo** ou **conselho:** governo municipal existente em cada cidade ou vila. Tinha por função regular a vida dos habitantes, fiscalizar as propriedades públicas, resolver conflitos com as vilas indígenas, organizar o pagamento dos tributos e cuidar do abastecimento e da administração pública.
- **República dos índios:** conjunto das cidades, vilas e povoados indígenas subordinado aos espanhóis. As repúblicas organizavam-se em grupos menores, compostos por uma cidade ou vila principal. Cada um desses grupos se relacionava com o governo espanhol por meio do *corregedor* de índios, cargo dado a uma autoridade da principal vila ou cidade espanhola da região.

Ao longo do tempo, as vilas e cidades indígenas foram se enfraquecendo politicamente devido ao acentuado declínio demográfico ameríndio. Assim, as comunidades indígenas ficaram cada vez mais vulneráveis à crescente exploração e exigências tributárias das autoridades espanholas.

## Grupos sociais

O poder nas colônias ficou a cargo dos altos funcionários enviados pela Coroa espanhola, os **chapetones**, como eram conhecidos os nascidos na Espanha. O poder local, exercido nos cabildos, era de responsabilidade dos **criollos**, filhos de espanhóis nascidos na América. Os **criollos** eram, em geral, proprietários de terras, de minas e criadores de gado. Abaixo deles estavam os **mestiços**, filhos de espanhóis com índios. Eles não tinham direitos políticos e exerciam a função de artesãos, administradores e capatazes das propriedades. Depois deles vinham **indígenas** e **africanos escravizados**.

Os indígenas e seus descendentes formavam o maior grupo social na América espanhola. Sua presença era especialmente marcante nas regiões do México, do Peru e da Bolívia. A presença de escravos africanos foi menos significativa que a indígena na América espanhola. No entanto, na região do Caribe e no território que corresponde às atuais Venezuela e Colômbia, onde o declínio da população indígena foi acentuado, muitos africanos escravizados foram levados à região para substituir o indígena como mão de obra, constituindo, nesses locais, um grande grupo social.

### Miscigenação e preconceito na América espanhola

A miscigenação e as uniões inter-raciais foram praticadas em todas as camadas da população na América espanhola. Esse processo, no entanto, foi acompanhado pelo preconceito social: formaram-se barreiras e resistências que até hoje dificultam a plena integração da população mestiça nas sociedades latino-americanas. Os filhos de índios e brancos, entre negros e brancos, entre índios e negros etc. engrossavam as fileiras dos excluídos sociais. Por conta do preconceito e até mesmo de algumas barreiras legais, a maioria das uniões inter-raciais não eram oficializadas pelo matrimônio católico, permanecendo na ilegalidade.



Vendedora de frutas afro-colombiana posa para foto em Cartagena, na Colômbia, 2015. Calcula-se que cerca de 4,5 milhões de escravos foram levados para a região do Caribe durante todo o período colonial, contabilizando-se não apenas as colônias espanholas, mas também as colônias da Grã-Bretanha, França e Holanda nessa região.

Remessas de metais da América para a Espanha (1581-1630)		
Década	Ouro (kg)	Prata (kg)
1581-1590	12.101	2.103.027
1591-1600	19.451	2.707.626
1601-1610	11.764	2.213.631
1611-1620	8.885	2.192.255
1621-1630	3.889	2.145.339

Fonte: VILAR, Pierre. *Ouro e moeda na história*, 1450-1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 237-238.

**Aluvião:** depósito de sedimentos (cascalho, areia, lama) formado na união de rios ou em planícies que sofrem inundações. Entre os sedimentos é possível encontrar ouro e outros minerais.

## Atividades econômicas

A atividade econômica desenvolvida na América que mais gerou lucros e tributos à Coroa espanhola foi a **mineração**. Desde o início da colonização, os espanhóis recorreram ao trabalho compulsório de indígenas, principalmente o das mulheres, para extrair o ouro de **aluvião** na região do Caribe e na América Central. Eles também se apoderaram do ouro e das demais riquezas dos Impérios Asteca e Inca. Em meados do século XVI, a descoberta das minas de prata de Potosí, no Alto Peru (atual Bolívia), representou uma mudança no cenário da exploração de metais preciosos na América espanhola. A extração da prata tornou-se a atividade predominante da economia colonial espanhola e resultou na intensa ocupação da região mineradora.

Juridicamente, as minas não eram propriedade privada. O subsolo estava sob o poder exclusivo da Coroa. Os mineradores receberam, porém, em caráter permanente, concessões para explorar as terras desde que pagassem à Espanha os devidos tributos. Os impostos oriundos dessa atividade chegaram a render cerca de 20% de toda a receita do governo espanhol. Mais tarde, a necessidade de comprar equipamentos especializados para a extração dos metais no fundo das minas, que exigia investimentos elevados, eliminou os pequenos e médios concessionários, deixando a atividade mineradora nas mãos de grupos financeiros elitizados.

Além da mineração, desenvolveram-se outras atividades econômicas na América espanhola. As atividades agrícola e pecuária eram realizadas em grandes propriedades rurais chamadas **haciendas**. No Caribe, o clima e solo adequados favoreceram o cultivo da cana-de-açúcar nas **haciendas** monocultoras que empregavam a mão de obra de escravos africanos. Os maiores centros açucareiros eram Cuba e a Ilha Hispaniola, onde também se cultivava tabaco. Na região da atual Venezuela, desenvolveu-se uma grande produção de cacau. O comércio desses produtos era exclusivo da metrópole. Os produtos enviados à Espanha ou abasteciam o mercado interno ou eram exportados para outros países da Europa.

Em complemento a essas atividades econômicas, que eram diretamente voltadas para o enriquecimento das elites e do governo espanhol, praticava-se a pecuária para a alimentação da população e o fornecimento de animais de tração para a produção agrícola e o transporte; e havia também uma série de outras atividades, como as desenvolvidas pelos pequenos comerciantes, que vendiam produtos oriundos das chamadas **obrajes**, unidades produtivas que empregavam principalmente mão de obra indígena e produziam tecidos e outras mercadorias.

As atividades artesanais também eram parte importante da economia das cidades e vilas, como a produção de móveis, de roupas ou de objetos de metal e adornos, às quais se somavam o trabalho de construção civil.

Mineiros trabalhando na extração de prata e zinco no Cerro Rico, em Potosí, na Bolívia. Foto de 2015.

A extração mineral na montanha mais explorada durante o período colonial continua ativa. Ainda hoje, a maioria dos trabalhadores é de origem indígena (Aimará) e recebem cerca de 1.500 pesos bolivianos (moeda oficial da Bolívia) por mês, que corresponde aproximadamente a 500 reais. A expectativa de vida de um mineiro de Potosí é de 45 anos em média.



TONY WALTHAM/ROBERT HARDING HERITAGE/ROBERT HARDING/AFP

## Trabalho

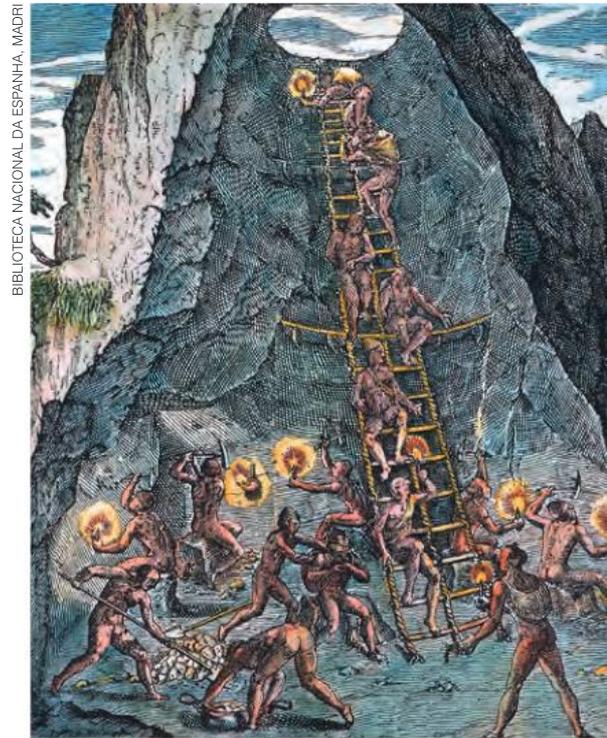
A colonização espanhola na América foi caracterizada pelo emprego do trabalho forçado. Na maior parte do território colonial espanhol na América utilizou-se essencialmente a mão de obra indígena, submetida a dois regimes de trabalho forçado: a **encomienda** e o **repartimiento**.

A **encomienda** era uma instituição jurídica por meio da qual um espanhol, o **encomendero**, tinha autorização da Coroa para cobrar tributos e explorar o trabalho de uma ou mais comunidades indígenas, comprometendo-se a assegurar a instrução cristã aos índios que ficariam sob sua responsabilidade. Frequentemente os **encomenderos** não cumpriam suas obrigações e, pela falta de controle, não eram penalizados por isso. Na prática, a maioria das populações indígenas era tratada com bastante violência e, apesar de proibida, a usurpação de suas terras era frequente pelos **encomenderos**.

O **repartimiento** era uma espécie de imposto pago na forma de trabalho pelos indígenas. Sistema utilizado em obras públicas e, principalmente, nas minas e nos setores de beneficiamento do minério. Em todos os casos, o trabalho era temporário (com duração variável) e obrigatório, e os índios poderiam ser levados para qualquer região da colônia. Ao líder de cada comunidade cabia a seleção dos homens adultos que pagariam o tributo pelo grupo. Esse imposto era uma adaptação de antigos tributos cobrados nos grandes impérios indígenas: a **mita**, no antigo Império Inca, e o **cuatequil**, no Império Asteca.

A **mita** foi adotada principalmente no Vice-Reino do Peru. Por meio dela, os colonos encarregavam os chefes das comunidades indígenas de indicar homens para o trabalho obrigatório e de levá-los até o local determinado, onde permaneciam cerca de seis meses. No regime do **cuatequil**, aplicado sobretudo na Nova Espanha, o recrutamento de trabalhadores indígenas era feito pelos próprios espanhóis. Os dois sistemas ofereciam alimentação e uma baixa remuneração aos índios. Embora esse pagamento fosse individual, o **repartimiento** era um tributo coletivo, que recaía sobre a comunidade indígena.

Nas regiões do Caribe e no norte da América do Sul (atuais Colômbia e Venezuela), onde as populações indígenas foram praticamente dizimadas, predominou o emprego da mão de obra de escravos africanos, principalmente na agricultura. As relações sociais entre escravos de origem africana e espanhóis e as condições de trabalho foram marcadas por um alto grau de violência e pela resistência dos escravos.



BIBLIOTECA NACIONAL DA ESPANHA, MADRI

*Interior das minas de Potosí (século XVI), gravura de Theodore de Bry colorizada posteriormente. Biblioteca Nacional da Espanha, Madri.*

### Resistência indígena ao trabalho forçado

A brutalidade do **repartimiento** e a exploração das comunidades pelos **encomenderos** provocaram muitas revoltas indígenas. A resposta dos governos coloniais a essas revoltas foi violenta e, em muitos casos, dizimou comunidades indígenas inteiras.

No final de 1780, o indígena José Gabriel Condorcanqui Noguera liderou uma rebelião contra o Vice-Reino do Peru que reuniu cerca de 40 mil nativos. Noguera, cacique na região de Tinta, dizia que era descendente de Túpac Amaru, último imperador inca, executado pelos espanhóis no século XVI. Por isso, adotou o nome de Túpac Amaru II.

Túpac agiu inicialmente de forma pacífica, solicitando às autoridades que os indígenas da sua região não fossem obrigados a pagar a **mita** nas minas de

Potosí. O governo do vice-reino negou o pedido, e os índios recorreram às armas e deram início à **Revolta de Túpac Amaru II**. Após vencerem algumas batalhas, no início de 1781, os índios foram derrotados e seus líderes, presos. Em maio, Túpac, sua mulher e seu filho foram condenados à morte e executados na cidade de Cuzco, e os restos mortais de Túpac foram exibidos publicamente para servir de exemplo e desencorajar novas revoltas indígenas.

A derrota de Túpac Amaru II não extinguiu os movimentos de resistência indígena. Ainda no ano de 1781 ocorreram novas revoltas no Vice-Reino do Peru, em La Paz e em Cuzco. As rebeliões, de modo geral, eram contra a exploração forçada e desumana do trabalho dos indígenas, especialmente nas minas.

## Os puritanos do *Mayflower*

As famílias que vieram a bordo do navio *Mayflower* eram provenientes da pequena burguesia, de comerciantes e pequenos proprietários rurais ingleses que seguiam a doutrina reformista de Calvino, para quem o trabalho honesto, a poupança e o sucesso profissional eram sinais da bênção de Deus e da salvação. Os adeptos dessas crenças na Inglaterra, conhecidos como puritanos, sonhavam encontrar na América uma terra na qual pudessem viver de acordo com a moral calvinista, sem as perseguições do Estado. Eles também sonhavam com uma vida mais próspera; afinal, segundo sua crença, Deus abençoava os esforços dos eleitos para formar o seu rebanho.

*Desembarque dos pais peregrinos em Plymouth, 11 de dezembro de 1620 (século XIX), gravura de Nathaniel Currier. Os primeiros colonos ingleses na América ficaram conhecidos como *pilgrim fathers*, os pais peregrinos.*

## Inglêses na América

Ao longo dos séculos XV e XVI, a Inglaterra enfrentou um período de guerras, disputas dinásticas e conflitos religiosos. A turbulência interna consumiu recursos e adiou a expansão colonial inglesa para fins do século XVI, quando Portugal e Espanha já haviam fundado vários núcleos coloniais na América.

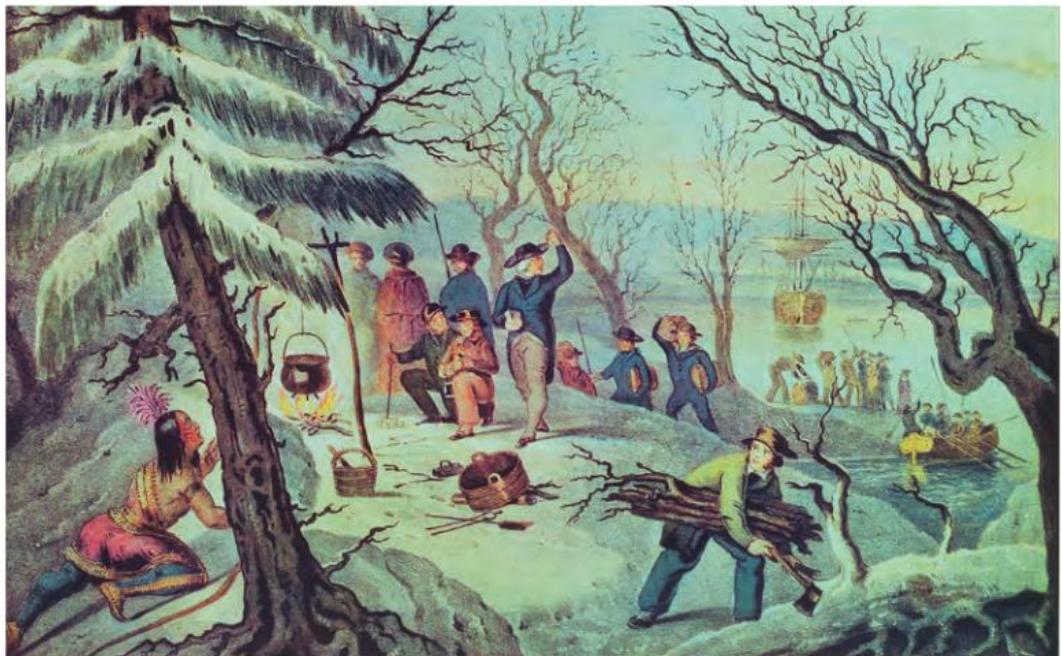
Em 1584, a rainha Elizabeth I concedeu permissão ao nobre inglês Walter Raleigh para que ocupasse vastas extensões de terras na América do Norte, em troca de parte do ouro e da prata que eventualmente fossem descobertos no território. Nas terras tomadas, Raleigh fundou a colônia da Virgínia. Porém, em dois anos, a fome, as doenças e os ataques indígenas acabaram com esse projeto de colonização inglesa.

No início do século XVII, a Coroa inglesa retomou as atividades colonizadoras. Dessa vez, a tarefa foi confiada às companhias de comércio de Londres e de Plymouth, que criaram os primeiros núcleos de povoamento permanente. Assim, em setembro de 1620, algumas famílias, a bordo do navio *Mayflower*, deixaram a Inglaterra em busca de uma nova vida do outro lado do Atlântico.

Os protestantes calvinistas, ou puritanos, que viajaram a bordo do *Mayflower* foram para o Novo Mundo por iniciativa e recursos próprios. Desembarcaram na costa do atual estado de Massachusetts em dezembro de 1620, onde fundaram o núcleo de Plymouth, dando início à colonização da Nova Inglaterra, nome pelo qual as colônias do norte passaram a ser chamadas.

Os puritanos, no entanto, não foram o único grupo a viajar para a América. Além deles, muitos órfãos, miseráveis, mulheres sem posses e degredados foram enviados forçosamente para o Novo Mundo a mando das autoridades inglesas, que viam na colonização uma oportunidade para livrar-se das pessoas consideradas indesejáveis.

Grande parte dessas pessoas não tinha condições de arcar com os custos da viagem para a América. Como solução, comprometiam-se a trabalhar para um colono, em troca do financiamento da viagem. Essa modalidade de trabalho, conhecida como **servidão temporária**, ajudou a aumentar a imigração para a América. Geralmente, o período de servidão durava entre quatro e sete anos. No século XVII, a principal força de trabalho nas colônias eram os servos temporários.



BRIDGEMAN IMAGES/ KEYSTONE BRASIL - COLEÇÃO PARTICULAR

No início da colonização da América do Norte, as trocas de produtos entre indígenas e colonos eram constantes. Essas trocas eram realizadas na Companhia Hudson Bay, fundada em 1670 e detentora do monopólio do comércio de peles na área da Baía de Hudson, Nova Inglaterra.

## ◆ Fundação das Treze Colônias

Após Plymouth, novos núcleos coloniais foram fundados na costa atlântica da América do Norte, alguns deles por suecos (centro) ou por holandeses (Nova Amsterdã, atual Nova York). Todos eles, a partir de 1664, passaram para o domínio inglês, formando, com os núcleos fundados no sul, as **Treze Colônias** da América inglesa (veja o mapa ao lado).

As Treze Colônias eram núcleos independentes, com bastante autonomia política e liberdade religiosa. A Inglaterra, enfraquecida pelas divisões político-religiosas, não conseguiu impor nas colônias o modelo implantado pelas monarquias ibéricas, que tinha como base a supervisão da produção e do acúmulo de riquezas e a centralização de todas as decisões.

Na América inglesa, ao contrário da ibérica, grande parte das decisões permaneceu na esfera local, reforçando o sentimento de autonomia dos colonos. Essa relativa independência favoreceu o surgimento de diferentes modelos de colonização nas diversas regiões do território.

### Norte: a força puritana

Nas colônias do norte, uma região de invernos rigorosos que não permitia a produção de gêneros valorizados no comércio europeu, multiplicaram-se pequenas propriedades rurais que apresentavam uma produção diversificada, com base no trabalho familiar. Desde o início, protestantes puritanos predominaram nessa região.

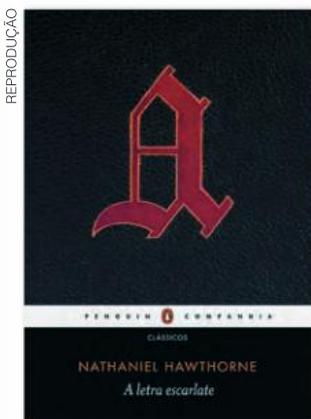
Ao lado da policultura, a pecuária recebeu forte impulso com a criação de gado bovino e ovino, responsável pelo desenvolvimento das indústrias de carne, banha e têxtil. A pesca e a instalação de serrarias, nas quais a madeira local era utilizada para construir navios, também representaram atividades importantes.

A produção manufatureira beneficiou-se da existência de mão de obra especializada e de matéria-prima disponível do setor primário. Nas oficinas e fábricas formou-se uma sociedade dinâmica, com os ricos empresários urbanos no topo da escala social, seguindo-se os pequenos proprietários rurais, os comerciantes, os artesãos e os trabalhadores braçais.



Fonte: Atlas histórico escolar. Rio de Janeiro: FAE, 1991. p. 62.

### Você vai gostar de ler

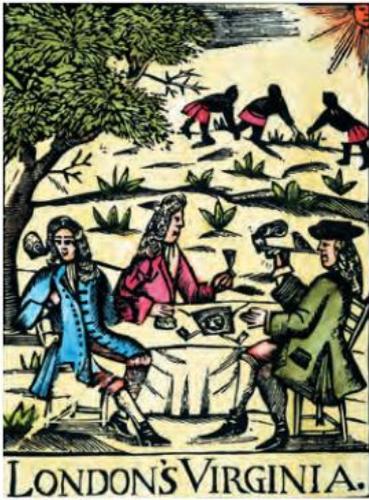


HAWTHORNE, Nathaniel. **A letra escarlate.**

São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

O livro, publicado em 1850, tem como cenário a cidade de Boston durante o século XVII e narra a história de Hester Prynne, condenada por adultério a usar uma letra A escarlate costurada em seu vestido. A obra apresenta a mentalidade puritana do início da colonização dos Estados Unidos e a influência desse pensamento sobre toda a sociedade.

Hester é retratada pelo autor como uma mulher forte e independente, que por isso não se encaixava e não era aceita pela rígida sociedade puritana patriarcal, sociedade essa que tinha na *Bíblia* a fonte para a doutrina tanto espiritual quanto civil.



Plantação de tabaco (c. 1700), gravura inglesa que mostra plantadores de tabaco da colônia da Virgínia sentados à frente, enquanto, ao fundo, escravos cuidam da plantação.

## Sul: monocultura e escravidão

Muito diferentes dos núcleos do norte, as colônias do sul ofereceram amplas possibilidades para a economia de exportação mercantilista. O meio geográfico, com planícies extensas cortadas por rios navegáveis, clima subtropical e solo fértil, propiciou a implantação do sistema de *plantation*, que consistia em grandes fazendas especializadas no cultivo de tabaco e, posteriormente, de arroz, **índigo** e algodão.

Nessas áreas empregou-se majoritariamente a mão de obra de escravos africanos. À medida que o escravismo passava a predominar nas relações de produção, muitas pequenas e médias propriedades foram sendo absorvidas pelas grandes, devido à falta de recursos para a compra de escravos.

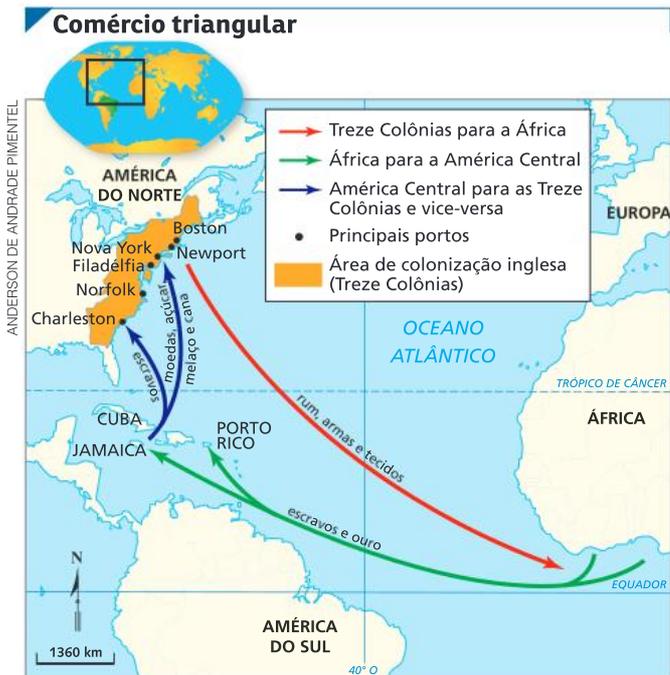
Os ricos fazendeiros participavam da vida pública prestando serviços como juízes de paz, oficiais das milícias e membros dos órgãos legislativos locais. A maioria deles eram anglicanos, mas havia também católicos. Nas colônias do sul, o contraste entre o poder político e socioeconômico dos fazendeiros e a grande quantidade de escravos originou uma sociedade marcada pela desigualdade social e étnica.

## Centro: diversidade cultural

As últimas colônias a surgir na América inglesa foram as centrais, localizadas entre a Nova Inglaterra e as colônias sulistas. O povoamento inglês dessa área teve início com a fundação, em 1681, da colônia da Pensilvânia.

No século XVIII, antes das lutas pela independência, a região contava com cerca de 30 mil habitantes de credos e línguas diferentes. Na Filadélfia, capital da Pensilvânia, predominavam os *quakers*, grupo religioso fundado na Inglaterra por volta de 1640. Pacifistas, os *quakers* defendiam a liberdade religiosa e o retorno à espiritualidade do cristianismo primitivo.

**Índigo:** planta da qual se obtém o anil, substância utilizada no tingimento de tecidos.



Fonte: NARO, Nancy Priscilla S. *A formação dos Estados Unidos*. São Paulo: Atual; Campinas: Editora da Unicamp, 1987. p. 15.

## Comércio triangular

A autonomia concedida pela Inglaterra às suas colônias na América facilitou o surgimento de relações comerciais diversificadas, como o chamado **comércio triangular**, que consistia em negociações comerciais diretas entre as Treze Colônias, as Antilhas e a África.

Os colonos da Nova Inglaterra compravam açúcar e melão nas Antilhas, transformavam o melão em rum e trocavam a bebida por escravos na costa africana.

Por sua vez, os africanos escravizados eram vendidos para as Antilhas e as colônias do sul, onde eram utilizados como mão de obra nas grandes propriedades monocultoras.

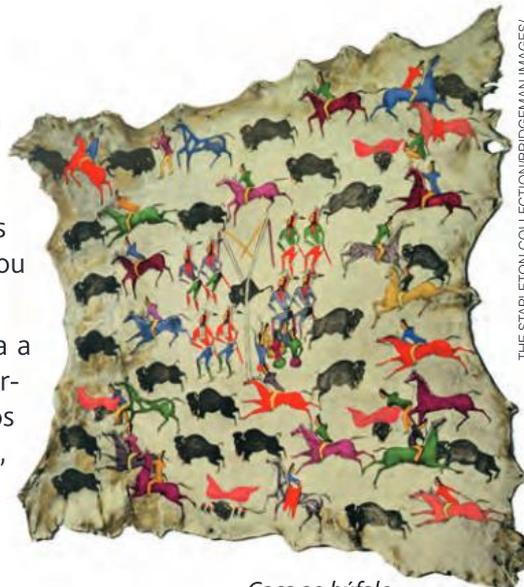
Parte dos altos lucros obtidos pela Nova Inglaterra era reinvestido na compra de mais melão e açúcar das Antilhas, dando continuidade ao ciclo mercantil e garantindo grande poder econômico para os mercadores das Treze Colônias.

Em alguns casos, o comércio triangular também envolvia a Europa. Os navios da Nova Inglaterra abasteciam algumas regiões europeias com o açúcar antilhano e retornavam para a América com diversos produtos manufaturados.

## ◆ A administração nas Treze Colônias

Cada colônia tinha um governador, que podia ser nomeado pela Coroa, como era costume no sul, ou ser eleito, prática utilizada no norte e no centro. Em cada território havia um Conselho, ou Câmara Alta, geralmente composto de indivíduos nomeados pelos segmentos mais influentes. Esse Conselho funcionava como um órgão de apoio ou assessoramento do governador nos assuntos coloniais.

As Câmaras Legislativas ou dos Representantes existiram em toda a América inglesa. Eleitas pelos donos de terras ou possuidores de determinada renda, eram responsáveis pela elaboração de leis e fixação dos tributos. Na prática, todas as colônias gozavam de grande autonomia, experiência que não ocorreu na América espanhola nem na portuguesa.



THE STAPLETON COLLECTION/BRIDGEMAN IMAGES/ KEYSTONE BRASIL - COLEÇÃO PARTICULAR

## ◆ Povos indígenas

Antes da chegada dos europeus, a região era habitada por diferentes povos indígenas, como os Pequot, os Cherokee, os Iroque, os Algonquino e os Apache. Viviam em suas aldeias, organizados de acordo com seus costumes, que variavam de povo para povo.

Com a chegada dos europeus, principalmente ingleses, muitos territórios indígenas foram violentamente invadidos e tomados para a fundação de núcleos de povoamento. Apoiados na ideia de que possuíam uma missão civilizatória no Novo Mundo, os colonos trataram os indígenas como um obstáculo que deveria ser removido a qualquer custo.

Considerados selvagens e primitivos, os nativos americanos passaram a ser expulsos de suas terras ou, em alguns casos, acabaram reduzidos à condição de escravos. Na Carolina do Sul, por exemplo, no ano de 1708, havia aproximadamente 1.400 nativos escravizados. Os puritanos também adotaram medidas para cristianizar os indígenas, mas elas não foram tão comuns como na América ibérica.

As populações indígenas resistiram muito às investidas dos colonizadores, um dos motivos que explicam o fracasso das primeiras tentativas da Coroa inglesa de colonizar o território. A luta dos nativos para manter suas terras e seu modo de vida continuou por todo o período colonial. Em 1622, por exemplo, no povoado de Jamestown, na Virgínia, aproximadamente 350 colonos foram mortos por ataques indígenas.

Além das guerras e dos deslocamentos forçados, as epidemias também colaboraram para a redução drástica da população nativa norte-americana.

*Caça ao búfalo* (século XIX), pintura em pele animal produzida pela nação Comanche, Estados Unidos.

A maioria dos povos nativos dos Estados Unidos praticava a caça como forma de subsistência, o que lhes obrigava a percorrer longas distâncias.

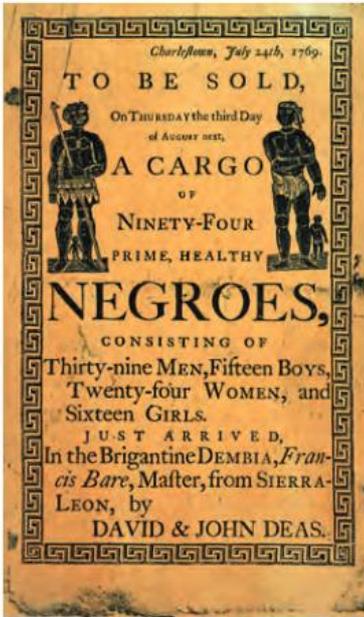
Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



O humor consiste na ironia do chargista expressa na inocente fala do índio: "Que mal poderia acontecer?!", que acreditava que o contato com os ingleses não traria nenhum malefício, quando sabemos que grande parte dos indígenas norte-americanos foi exterminada no processo de colonização.

*Eu digo: deixe-os entrar! Que mal poderia acontecer?!* (2015), charge de Robert Ariail.

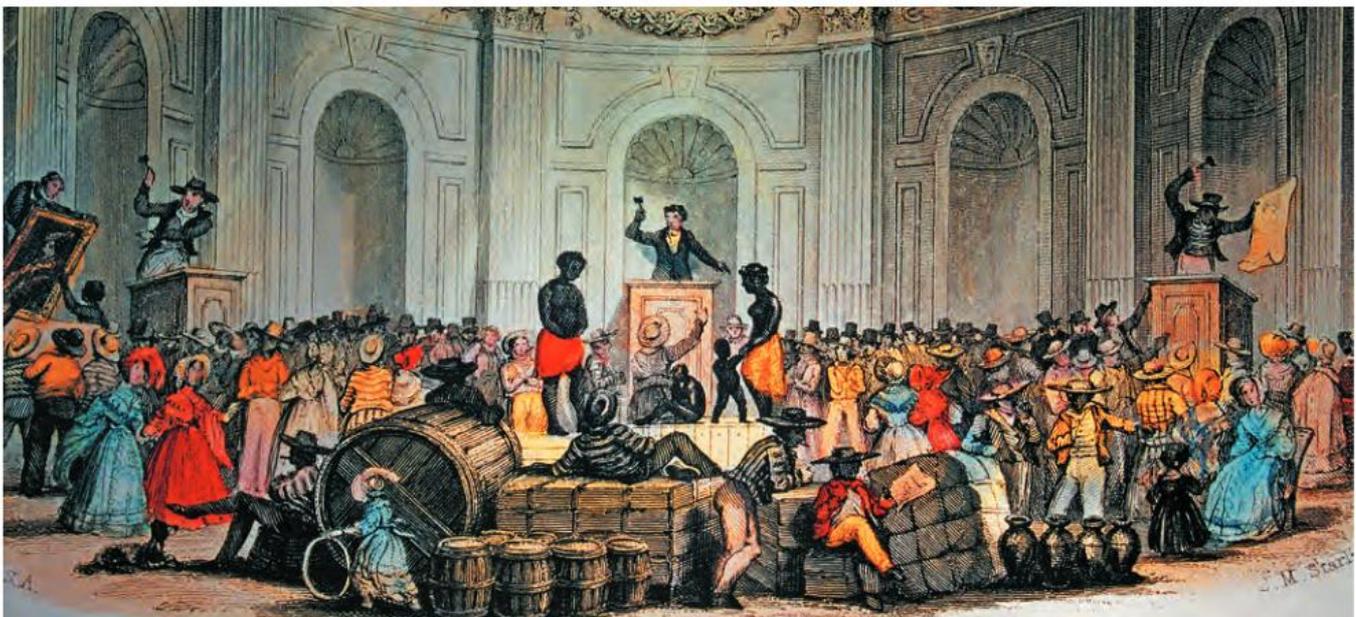
▶ Explique em que consiste o humor da tirinha.



Panfleto publicado por traficante de escravos anunciando a venda de cativos em Charleston, Carolina do Sul, em 1769. Embora o número de escravos nas Treze Colônias não representasse 20% do total da população, nos territórios do sul a maioria da população era formada de escravos.

**Redil:** nesse contexto, curral para gado.

*Mercado de escravos na Louisiana (século XIX), gravura de autor desconhecido. Museu de Arte da Louisiana, Nova Orleans, Estados Unidos.*



## ◆ Os negros nas Treze Colônias

A prática de escravizar negros africanos, similar às práticas dos países ibéricos, também se deu na América inglesa, principalmente nas colônias sulistas, e manteve-se após a independência dos Estados Unidos, em 1776. Os africanos eram transportados para a América em navios superlotados e em péssimas condições de higiene. No continente americano, eram vendidos nos mercados, como relata o escravo nigeriano batizado de Gustavus Vassa, trazido aos Estados Unidos em 1794:

“Conduziram-nos imediatamente ao pátio... como ovelhas em um redil, sem olharem para idade ou sexo. Como tudo me era novo, tudo o que vinha causava-me assombro. Não sabia o que diziam, e pensei que esta gente estava verdadeiramente cheia de mágicas... A um sinal de tambor, os compradores corriam ao pátio onde estavam presos os escravos e escolhiam o lote que mais lhes agradava. O ruído e o clamor com que se fazia isso e a ansiedade visível nos rostos dos compradores serviam para aumentar muito o terror dos africanos... Dessa maneira, sem escrúpulos, eram separados parentes e amigos, a maioria para nunca mais voltarem a se ver.”

Gustavus Vassa [1794]. In: KARNAL, Leandro e outros. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 63.

Diversas leis foram criadas para manter a escravidão nas Treze Colônias. Em 1662, por exemplo, uma lei na Virgínia estabelecia que filhos de mãe africana seriam escravos. Sete anos depois, uma nova lei determinava que, caso algum escravo morresse por maus-tratos, seus donos seriam absolvidos. Na Carolina do Sul, criou-se um código que estabelecia normas e condutas referentes à vida dos escravos.

Assim como os indígenas, os negros africanos também resistiram diante da violência da escravidão de diversas formas, como assassinatos de colonos, fugas das fazendas, promoção de revoltas, trabalho lento, simulação de doenças, automutilação etc. Em Nova York, no ano de 1740, escravos tentaram envenenar o sistema de abastecimento de água da cidade.

Entre 1619 e 1860, estima-se que cerca de 400 mil africanos foram trazidos para os Estados Unidos para serem escravizados, trabalhando principalmente nas plantações sulistas.

Os dados numéricos referentes às Treze Colônias tiveram como fonte: KARNAL, Leandro e outros. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

## Exploração × Povoamento



*Atualmente, a ideia de que a diferença econômica existente entre os Estados Unidos e a América Latina decorre de seus distintos modelos de colonização é questionada, como no texto a seguir.*

“Por que os Estados Unidos são tão ricos e nós não? [...] Desde o século XIX a explicação dos norte-americanos para seu ‘sucesso’ diante dos vizinhos da América hispânica e portuguesa foi clara: havia um ‘destino manifesto’, uma vocação dada por Deus a eles, um caminho claro de êxito em função de serem um ‘povo escolhido’.

No Brasil sempre houve desconfiança sobre a ideia [...]. Porém, criou-se aqui uma explicação tão fantasiosa como aquela. A riqueza deles e nossas mazelas decorriam de dois modelos históricos: as colônias de povoamento e as de exploração. [...]

As áreas colonizadas por Portugal e Espanha existiriam apenas para enriquecer as metrópoles. [...] A América ibérica seria um local para suportar um certo período, extrair o máximo e retornar à pátria europeia. [...] O oposto das colônias de exploração seriam as de povoamento. Para lá as pessoas iriam para morar definitivamente. [...]

Há uma ideia associada a essa que versa sobre a qualidade dos colonos. Para as colônias de exploração, as metrópoles enviaram o ‘refugo’: aventureiros sem valor [...]. As colônias de povoamento receberiam o que houvesse de melhor nas metrópoles, gente de valor [...] trazendo na bagagem apenas honradez e a *Bíblia*.

Pronto! A explicação é perfeita! Somos pobres porque fomos fundados pela escória da Europa! Os Estados Unidos são ricos porque tiveram o privilégio da colonização de alto nível da Inglaterra. [...]

No século XVII, quando a América espanhola já apresentava universidade, bispados, produções literárias e artísticas de várias gerações, a costa inglesa da América do Norte era um amontoado de pequenas aldeias atacadas por índios e rondadas pela fome.

A Península Ibérica enviava ao Novo Mundo homens de toda espécie. [...] Imaginar o Brasil povoado só por ladrões [...] é tão falso como supor que apenas intelectuais piedosos foram para as Treze Colônias. [...]

A falta de um efetivo projeto colonial aproximou os Estados Unidos de sua independência. As Treze Colônias nascem sem a tutela direta do Estado. [...] Quando a Coroa britânica tentou implantar um modelo sistemático de pacto colonial, o resultado foi o desastre. Em suma, quando Londres tentou imitar Lisboa, já era tarde demais.

O mundo ibérico dá a ideia de permanência. Construir e reformar ao longo de três séculos uma catedral como a da Cidade do México não é atitude típica de quem quer apenas enriquecer e voltar para a Europa. [...]

No limite do cômico, aqueles que apelam para a explicação de colônias de povoamento e exploração parecem dizer que, caso um colono em Boston no século XVII encontrasse um monte de ouro no quintal, diria: ‘Não vou pegar esse ouro porque sou um colono de povoamento, não de exploração; vim aqui para trabalhar e não ficar rico e voltar’. Quando os norte-americanos encontraram, enfim, ouro na Califórnia e no Alasca, o comportamento dos puritanos não foi muito distante do dos católicos das Minas Gerais. A cobiça, o **arrivismo** e a violência não parecem muito dependentes da religião ou da suposta ‘raça’.”

KARNAL, Leandro. Comparações incômodas. In: KARNAL, Leandro e outros. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 25-29.

**Refugo:** o resto, os rejeitados.

**Arrivismo:** nesse caso, comportamento de indivíduo determinado a triunfar a qualquer preço, mesmo em prejuízo de outros.

### Compreendendo o texto

Registre as respostas em seu caderno.

1. Identifique as duas explicações que tentam justificar a superioridade econômica dos Estados Unidos em relação à América Latina, mas que são criticadas no texto. Que argumentos o autor utiliza em sua crítica?
2. O autor apresenta alguma hipótese que explique essa diferença econômica? Justifique utilizando trechos do texto.
3. Apesar de ser a maior economia do mundo, os Estados Unidos possuem muitos moradores de rua e pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza. Em 2015, apesar da economia em crescimento, estimava-se que meio milhão de pessoas viviam como sem-teto no país. Pesquise sobre o tema e, com base nos dados levantados, elabore uma breve dissertação sobre essa contradição.

## Explorando o conhecimento

- Os povos indígenas pré-colombianos eram muito diferentes uns dos outros. Dê exemplos de povos e aponte as principais diferenças entre eles.
- Identifique e descreva os regimes de trabalho presentes na América espanhola no período colonial.
- Caracterize a estrutura político-administrativa das Treze Colônias inglesas, diferenciando-a do tipo de administração que se desenvolveu na América espanhola.

### CONECTANDO COM A MATEMÁTICA

- Qual era a importância da matemática para os maias, bem como para outros povos da América pré-colombiana, como os incas?

## Pensando criticamente

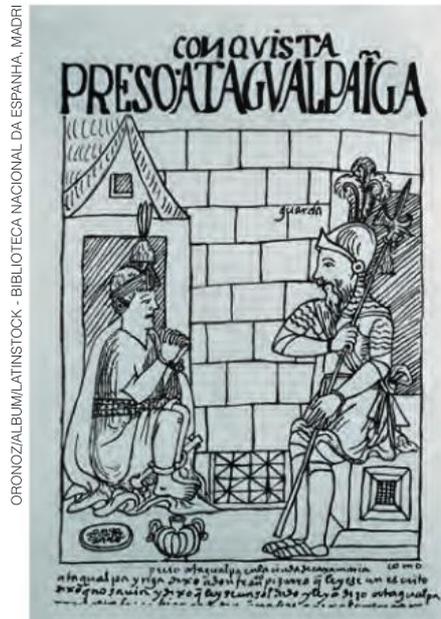
- Relacione o texto a seguir ao que você estudou neste capítulo para responder às questões.

“[...] parte dos povos indígenas mesoamericanos não foi vítima de um processo levado a cabo apenas pelos castelhanos e suas instituições. A participação das elites locais foi indispensável ao funcionamento das estruturas sociopolíticas e tributárias estabelecidas pelos castelhanos no século XVI.”

SANTOS, Eduardo Natalino dos. Conquista do México ou queda de México-Tenochtitlán? Guerras e alianças entre castelhanos e *altepeme* mesoamericanos na primeira metade do século XVI. *Centro de Estudos Mesoamericanos e Andinos – USP*. Disponível em <[http://200.144.182.130/cema/images/stories/Conquista\\_do\\_Mexico.pdf](http://200.144.182.130/cema/images/stories/Conquista_do_Mexico.pdf)>. Acesso em 15 fev. 2016.

- Explique a importância dos povos indígenas para a consolidação da conquista espanhola da América.
  - Qual foi a influência das elites indígenas sobre as estruturas sociopolíticas e tributárias instituídas pela Coroa espanhola na América?
  - Cite um exemplo de algum grupo indígena que escolheu resistir à dominação espanhola e exponha como se deu essa resistência.
- Releia o depoimento de Gustavus Vassa, reproduzido na página 24, e, considerando o que você estudou neste capítulo, responda às questões.
    - Segundo Vassa, como era realizada a venda de escravos na América? O que acontecia com suas famílias?

- “Como tudo me era novo, tudo o que vinha causava-me assombro. Não sabia o que diziam, e pensei que esta gente estava verdadeiramente cheia de mágicas.” O que essa frase revela?
  - Como os escravos africanos resistiam ao cativeiro na América inglesa?
- Observe a imagem a seguir para responder às questões.



Atahualpa preso em Cajamarca. Gravura da obra *Nova Crônica e Bom Governo* (1615), de Felipe Guamán Poma de Ayala. Biblioteca Nacional da Espanha, Madri.

- Descreva o acontecimento retratado pela imagem.
- Quais foram as consequências desse acontecimento para o Império Inca?
- Qual é a ideia transmitida por essa gravura? Justifique.

## Investigando

- A principal causa da morte dos mineiros que atualmente trabalham em Potosí é uma doença chamada “silicose”. A doença não tem cura, mas existem tratamentos para amenizar seus efeitos. Em grupo, façam uma pesquisa contemplando os seguintes tópicos:
  - Causa e sintomas da silicose e as formas de tratamento disponíveis.
  - Dados atuais sobre a doença na cidade de Potosí: número de casos diagnosticados, de óbitos etc.

Ao final da pesquisa, montem um painel com as informações coletadas e discutam em sala de aula propostas para amenizar essa situação.

Vale lembrar aos alunos que na seção *Técnicas de trabalho*, no final do livro, há orientações para a realização de pesquisa.

## Decifrando o Enem

Registre a resposta em seu caderno.

conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da história).

(ENEM-MEC/2013)

**“O canto triste dos conquistados:  
Os últimos dias de Tenochtitlán**

Nos caminhos jazem dardos quebrados;  
os cabelos estão espalhados.  
Destelhadas estão as casas  
Vermelhas estão as águas, os rios, como se alguém  
as tivesse tingido,  
Nos escudos estive nosso resguardo,  
mas os escudos não detêm a desolação...”

PINSKY, J. e outros. *História da América através de textos*.  
São Paulo: Contexto, 2007. (Fragmento)

O texto é um registro asteca, cujo sentido está relacionado ao(a)

- a) tragédia causada pela destruição da cultura desse povo.
- b) tentativa frustrada de resistência a um poder considerado superior.
- c) extermínio das populações indígenas pelo Exército espanhol.
- d) dissolução da memória sobre os feitos de seus antepassados.
- e) profetização das consequências da colonização da América.

### Analisando

A questão acima explora o tema da conquista espanhola da América sob o ponto de vista indígena. A elaboração da questão teve como base os fragmentos de um poema atribuído aos astecas, escrito no século XVI. A resolução dependerá, portanto, da leitura atenta do documento e de seus conhecimentos sobre o assunto.

Os versos foram extraídos do *Manuscrito Anônimo de Tlatelolco* (1528), escrito em língua nativa (*nahuatl*), com caracteres do alfabeto latino. O nome de seu autor é desconhecido. No entanto, sabe-se que foi escrito por um asteca que sobreviveu à conquista espanhola e narrou a queda de Tenochtitlán, capital do seu Império, em 1521. Constitui, portanto, uma fonte extremamente importante para a história da conquista espanhola e para a história indígena; um precioso testemunho da visão indígena dos acontecimentos.

Leia novamente o poema e reflita: qual momento da conquista de Tenochtitlán é descrito? Quais são os sentimentos evocados pela leitura

dos versos? Qual é o ponto de vista do narrador: aquele dos vencedores ou aquele dos vencidos? O que significa o fato de o poema ter sido escrito em língua indígena, mas com caracteres europeus (alfabeto latino)?

O enunciado solicita que você escolha a alternativa que expressa o **sentido** do poema. Vamos analisar cada uma delas.

- Alternativa **a**: A cultura asteca sobreviveu durante muito tempo após a conquista espanhola, ainda que modificada pela influência dos colonizadores. Até a atualidade, a cultura asteca está presente na vida do povo mexicano, como indicam seus hábitos alimentares, o rico artesanato, a Festa do Dia dos Mortos, entre outros exemplos.
- Alternativa **b**: O poema faz referência ao momento imediatamente posterior à queda de Tenochtitlán. As cinco primeiras linhas descrevem o cenário de destruição e morte após as batalhas (dardos quebrados e cabelos espalhados pelo chão; casas destelhadas, águas tingidas de sangue). Os dois últimos versos referem-se à resistência indígena, que não foi suficiente para obter a vitória contra os espanhóis.
- Alternativa **c**: O cerco a Tenochtitlán não foi obra exclusiva dos soldados espanhóis, que estavam nessa ocasião em pequeno número. Cortés soube aproveitar as rivalidades entre os diferentes povos do Vale do México para obter o apoio de aliados locais, como os Tlaxcalteca e os Totonaca, rivais dos astecas, agregando milhares de indígenas às forças espanholas.
- Alternativa **d**: “O canto triste dos conquistados: os últimos dias de Tenochtitlán” é um documento produzido por um asteca que registra a memória do cerco e da queda da capital asteca. Esse e outros documentos astecas estão preservados até hoje, disponíveis em universidades, bibliotecas e na internet.
- Alternativa **e**: O autor dos versos narra e lamenta fatos que, no momento em que escreveu, já pertenciam ao passado. O texto contém previsões sobre o futuro?

### Agora é com você!

Qual alternativa interpreta corretamente o poema? **A alternativa correta é a letra b.**

### 1. (ENEM-MEC/2012)

“Mas uma coisa ousou afirmar, porque há muitos testemunhos, e é que vi nesta terra de Veragua [Panamá] maiores indícios de ouro nos dois primeiros dias do que na Hispaniola em quatro anos, e que as terras da região não podem ser mais bonitas nem mais bem lavradas. Ali, se quiserem podem mandar extrair à vontade.”

Carta de Colombo aos reis da Espanha, julho de 1503.  
In: AMADO, J.; FIGUEIREDO, L. C. *Colombo e a América*: quinhentos anos depois. São Paulo: Atual, 1991. (Adaptado)

O documento permite identificar um interesse econômico espanhol na colonização da América a partir do século XV. A implicação desse interesse na ocupação do espaço americano está indicada na

- expulsão dos indígenas para fortalecer o clero católico.
- promoção das guerras justas para conquistar o território.
- imposição da catequese para explorar o trabalho africano.
- opção pela policultura para garantir o povoamento ibérico.
- fundação de cidades para controlar a circulação de riquezas.

### 2. (UFRGS/2015) Considere as afirmações abaixo, sobre o Império Espanhol nas Américas, nos séculos XVI e XVII.

- O Peru e o México, conquistados, respectivamente, dos incas e dos astecas, foram as regiões mais importantes desse Império.
- Uma das principais atividades econômicas foi a mineração, centrada principalmente na região de Potosí, na atual Bolívia.
- A política econômica da metrópole privilegiou o livre-comércio entre as possessões espanholas e outras regiões europeias, com suas colônias.

Quais estão corretas?

- |                    |                     |
|--------------------|---------------------|
| a) Apenas I.       | d) Apenas II e III. |
| b) Apenas I e II.  | e) I, II e III.     |
| c) Apenas I e III. |                     |

### 3. (UFG/2014)

“A riqueza dos incas e astecas foi assim devorada num relance, os impérios eliminados e, dentro em pouco, não estava ali, de toda a ri-

queza sonhada, senão o solo, prodigiosamente rico de ouro e prata, e restos de tribos selvagens, apavoradas, combalidas, desmoralizadas. O espanhol [...], por essa forma depredadora, adaptou logo as suas tendências e apetites naturais às condições novas que se lhe ofereciam. Enquanto houve riqueza acumulada, ele foi depredador, guerreiro, conquistador. Esgotaram-se as riquezas, ele fez-se imediatamente sedentário. Colheu os restos de populações índias sobreviventes às matanças, escravizou-as e fê-las produzir riquezas para ele – cavando a mina ou lavrando a terra.”

BOMFIM, Manoel. *A América Latina*: males de origem. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993. p. 103. (Adaptado)

Ao analisar as relações entre as metrópoles ibéricas e as suas colônias americanas, o pensador brasileiro Manoel Bomfim fez uma analogia entre sociedades humanas e organismos biológicos, prática recorrente entre inúmeros intelectuais brasileiros no início do século XX. A partir da análise do texto, considerando o contexto histórico e os conceitos de interações biológicas, conclui-se que o conquistador espanhol

- depredou, escravizou e explorou os povos incas e astecas sobreviventes, estabelecendo com eles uma relação análoga ao predatismo.
  - interagiu com o que restou do solo, das terras e das populações incas e astecas sobreviventes, numa relação análoga ao mutualismo.
  - devorou, com seu apetite natural, as riquezas dos povos incas e astecas, mantendo com eles uma relação análoga ao comensalismo.
  - sobreviveu e se alimentou à custa das populações incas e astecas, mantendo com elas uma relação análoga à interação do parasitismo.
  - viveu à custa das populações incas e astecas, na condição de hospedeiro, por meio de uma relação análoga à interação do inquilinismo.
- ### 4. (UFRGS/2014) Leia o enunciado abaixo.

“O comércio marítimo triangular deu uma contribuição enorme ao desenvolvimento industrial da Inglaterra. Seus lucros fertilizaram todo o sistema de produção do país.”

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 157.

Considere as seguintes afirmações sobre o comércio triangular.

- I. O comércio triangular inglês consistia, principalmente, no envio de produtos manufaturados ingleses para a América; de escravos africanos para o Caribe; e de produtos coloniais, especialmente o açúcar, para a Inglaterra.
- II. Os lucros obtidos pelo comércio triangular forneceram um dos principais fluxos de acumulação de capital que financiaram a Revolução Industrial britânica.
- III. A utilização de mão de obra livre nas *plantations* produtoras de açúcar garantia altos níveis de lucratividade para seus proprietários.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas III.
- c) Apenas I e II.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

**5. (UERJ/2013)**

“Os fazendeiros, donos de loja, proprietários de estâncias e compradores de gado costumam vender seus trabalhadores juntamente com as propriedades. – O quê? Esses trabalhadores indígenas e empregados são livres ou escravos? – Não importa. Pertencem à fazenda e devem continuar nela a servir. Este indígena é propriedade do meu senhor.”

PINSKY, Jaime (Coord.). *História da América através de textos*. São Paulo: Contexto, 1989. (Adaptado)

“Os esforços realizados, principalmente na Inglaterra, para recrutar mão de obra no regime prevalente de servidão, intensificaram-se com a prosperidade de negócios. Por todos os meios procurava-se induzir as pessoas que haviam cometido qualquer crime ou mesmo contravenção a vender-se para trabalhar na América em vez de ir para o cárcere. Contudo, o suprimento de mão de obra deveria ser insuficiente, pois a prática do rapto de adultos e crianças tendeu a transformar-se em calamidade pública nesse país.”

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1987. (Adaptado)

A servidão como forma de trabalho compulsório foi empregada nas experiências colonizadoras espanhola e inglesa na América. Com base nos textos, apresente a principal diferença na utilização dessa forma de trabalho nas colônias espanholas e inglesas.

- 6. (UCS/2012)** Relacione os povos pré-colombianos, apresentados na COLUNA A, às características que os identificam, elencadas na COLUNA B.

COLUNA A	COLUNA B
(1) Maias	Destacaram-se por erigir grandes construções de pedra e adobe. Merecem destaque as cidades de Machu Picchu e Cuzco, onde se erguiam grandes pirâmides em degraus.
(2) Incas	Destacaram-se na arquitetura, pela organização urbanística das cidades, construídas em torno de praças matematicamente calculadas, onde se erguiam pirâmides e edifícios religiosos. Como exemplo, podemos citar a capital Tenochtitlán (atual Cidade do México).
(3) Astecas	Desenvolveram a escrita hieroglífica, deixando uma grande quantidade de documentos. Tinham conhecimento dos eclipses solares e do movimento dos planetas. Viviam na Península de Yucatán, na América Central.

Identifique a alternativa que faz a relação correta entre as colunas, de cima para baixo.

- a) 1 – 3 – 2.
- b) 1 – 2 – 3.
- c) 2 – 3 – 1.
- d) 2 – 1 – 3.
- e) 3 – 2 – 1.

- 7. (UECE/2011)** Estima-se que quando os espanhóis chegaram ao continente americano, a capital asteca, Tenochtitlán, contava com uma população com cerca de 300 mil habitantes. Rica e bela, possuía vários canais, por onde navegavam barcos carregados de mercadorias, e aquedutos apropriados para conduzir as águas das montanhas até a cidade. Sobre essa cidade é correto afirmar-se que
- a) era considerada a morada sagrada dos deuses e tornou-se rica graças às doações recebidas de todos os povos.
  - b) cresceu e manteve-se economicamente afluyente graças aos pesados impostos que eram pagos em mercadorias pelos povos vencidos.
  - c) teve uma arquitetura exuberante graças à contribuição do povo maia então submetido.
  - d) cresceu significativamente a partir da chegada dos espanhóis.

# A colonização portuguesa na América



ALTON DE FREITAS/AGÊNCIA O GLOBO

Indígenas Guarani-Kaiowá protestam diante do Supremo Tribunal Federal pela demarcação de terras no Mato Grosso do Sul. Brasília (DF), 2014.

A Fundação Nacional do Índio (Funai) é o órgão responsável por promover estudos de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro de terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas. Após as diversas etapas de trabalho coordenadas pela Funai, o processo segue para a homologação da Presidência da República. No entanto, em 2015, a Câmara

Desde a publicação do Estatuto do Índio, em 1973, o Estado brasileiro reconhece o direito dos indígenas sobre as terras que habitam e prevê sua demarcação. A Constituição de 1988 consagra o princípio de que os indígenas são os primeiros e naturais habitantes dessas terras, reconhecendo seu direito sobre elas.

## O que é Terra Indígena?

“Terra Indígena (TI) é uma porção do território nacional, de propriedade da União, habitada por um ou mais povos indígenas, por ele(s) utilizada para suas atividades produtivas, imprescindível à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e necessária à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. Trata-se de um tipo específico de posse, de natureza originária e coletiva, que não se confunde com o conceito civilista de propriedade privada.

O direito dos povos indígenas às suas terras de ocupação tradicional configura-se como um direito originário e, conseqüentemente, o procedimento administrativo de demarcação de Terras Indígenas se reveste de natureza meramente declaratória. Portanto, a Terra Indígena não é criada por ato constitutivo, e, sim, reconhecida a partir de requisitos técnicos e legais, nos termos da Constituição Federal de 1988.

Ademais, por se tratar de um bem da União, a Terra Indígena é inalienável e indisponível, e os direitos sobre ela são imprescritíveis. As Terras Indígenas são o suporte do modo de vida diferenciado e insubstituível dos cerca de 300 povos indígenas que habitam, hoje, o Brasil.”

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. *Terras indígenas: o que é?*

Disponível em <[www.funai.gov.br/](http://www.funai.gov.br/)

[index.php/nossas-acoes/demarcacao-de-terras-indigenas](http://index.php/nossas-acoes/demarcacao-de-terras-indigenas)>. Acesso em 13 fev. 2016.

dos Deputados iniciou a votação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, que transfere a decisão sobre a demarcação de Terras Indígenas, Unidades de Conservação e Quilombos do Poder Executivo para o Congresso Nacional, conferindo-lhe, ainda, o poder de ratificar demarcações já homologadas. Essa PEC foi duramente criticada por indígenas, ambientalistas, organizações da sociedade civil e movimentos sociais, sob o argumento de que, na prática, dificultaria o acesso dos povos tradicionais à terra e colocaria em risco as áreas já demarcadas.

Os números referentes à população indígena foram apresentados pelo historiador Ronaldo Vainfas, no texto "História indígena: 500 anos de despovoamento", publicado no livro *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

## Antes dos portugueses: os povos Tupi

O número de indígenas que habitavam o atual território do Brasil antes de 1500 é incerto. Enquanto alguns pesquisadores sugerem que o território era habitado por cerca de 1 milhão de pessoas, outros calculam que esse número seria de 6,8 milhões apenas para a região amazônica.

Divididos em diversos povos, esses indígenas foram classificados em dois troncos linguísticos principais: o **Tupi** e o **Macro-Jê**, divididos em várias famílias linguísticas que, por sua vez, agrupam várias línguas indígenas diferentes.

Os povos Tupi, pertencentes à família linguística Tupi-Guarani (do tronco Tupi), dividiam-se em vários povos, como os Tupinambá e os Caeté. Mais numerosos do que os povos de qualquer outra família linguística da América do Sul, eles podiam ser encontrados desde o litoral norte do Brasil até o Rio da Prata, no sul, assim como em algumas áreas do interior do continente. Foi com os povos Tupi que os portugueses estabeleceram os primeiros contatos ao desembarcar nessas terras.

Os registros produzidos pelos cronistas europeus informam que os Tupi viviam em aldeias instaladas temporariamente em determinado local. Cada uma delas abrigava uma população de aproximadamente 500 a 750 habitantes, repartidos entre seis e dez grandes casas. Além de serem exímios caçadores e coletores, os Tupi cultivavam mandioca (aipim ou macaxeira), milho, batata-doce, amendoim, abacaxi e abóbora, entre outros artigos. O cultivo desses alimentos, assim como as tarefas domésticas, ficava a cargo das mulheres. Os homens dedicavam-se à confecção de ferramentas e armas, à caça e à guerra.

Nas aldeias não existia uma autoridade formal, mas os guerreiros mais valerosos tinham grande prestígio, assim como os pajés. Os Tupi acreditavam na vida futura e na reencarnação dos antepassados. Temiam os espíritos do mal e as almas dos mortos, responsabilizados pelas doenças, acidentes, derrotas nas guerras e fenômenos meteorológicos, como tempestades e trovoadas.

O **ritual antropofágico** – costume indígena que horrorizou os europeus – era praticado entre muitos povos Tupi, como os Tamoio e os Tupinambá. O ritual passava por várias etapas, com grandes banquetes, cantos e danças, das quais participavam toda a aldeia e o próprio prisioneiro. A antropofagia era uma expressão da importância que a guerra tinha para os povos Tupi. Comer a carne de um guerreiro inimigo capturado em combate continha um significado místico arraigado na cultura das comunidades ameríndias: era a maneira de vingar os parentes mortos e adquirir a bravura e as virtudes dos guerreiros capturados.

Os relatos dos cronistas, viajantes europeus que vieram ao Brasil e registraram suas impressões a respeito do território, dos povos indígenas e da ação dos missionários europeus, são fontes importantes para o estudo do período. No geral, os

Uma celebração bárbara, gravura de Theodore de Bry publicada na obra *Navigatio in Brasiliam Americae* (1592), colorizada posteriormente. Arquivo Histórico da Marinha Francesa, Vincennes, França.

viajantes ficaram muito impressionados com a natureza local. Tanto a vegetação como os animais causavam estranhamento e eram considerados exóticos por eles. Os principais cronistas da história brasileira são Pero Vaz de Caminha, Hans Staden, Jean de Léry, Pero de Magalhães Gândavo e Fernão Cardim.

### Grafia dos nomes dos povos indígenas

Nos livros desta coleção, os nomes dos povos indígenas do Brasil foram grafados de acordo com a Convenção para a grafia dos nomes tribais, aprovada em 1953, na 1ª Reunião Brasileira de Antropologia:

- Sem flexão de número ou gênero.
- Com inicial maiúscula, quando usados como substantivo, sendo opcional quando usados como adjetivo.

Além das famílias linguísticas agrupadas nos troncos Tupi e Macro-Jê, há 19 famílias que não apresentam semelhanças suficientes para serem agrupadas em troncos. Há, ainda, famílias de apenas uma língua, as "línguas isoladas", que não se assemelham a nenhuma outra língua conhecida. No site do Instituto Socioambiental há mais informações sobre as línguas indígenas brasileiras. Disponível em <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/linguas/troncos-e-familias>>. Acesso em 15 mar. 2016.

BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL - ARQUIVO HISTÓRICO DA MARINHA FRANCESA, VINCENNES



## Caminhos indígenas

Muito antes da chegada dos europeus, existia no sul do continente americano uma ampla rede de circulação com intensas trocas entre os povos nativos.

Recomendamos que a leitura deste infográfico seja feita por blocos, que estão diferenciados pelas cores dos títulos das frações de texto.

Estudos recentes da arqueologia têm decodificado parte dos caminhos e dos vestígios das atividades deixados pelos povos indígenas na América do Sul e revelado formas variadas de intercâmbio e de manejo do ambiente por esses povos.

### Caminhos fluviais

A ilustração a seguir representa a densa malha fluvial do continente sul-americano. Os rios tradicionalmente foram caminhos naturais para muitos povos ameríndios.

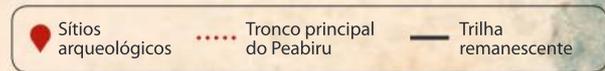


### Agricultura na floresta

Diferentemente de espécies que se dispersam de forma gradual e homogênea, as castanheiras estão concentradas em pequenos bosques (castanhais) pela Amazônia (veja ilustração ao lado), sempre associadas a vestígios da ocupação indígena. Cacau, guaraná e abacaxi são outros exemplos de espécies vegetais domesticadas pelos povos indígenas, que as selecionavam, transplantavam e cultivavam antes da chegada dos europeus.

### Caminhos do Peabiru

O Peabiru era uma rede de caminhos que cruzava o continente americano. Acredita-se que o tronco principal, com aproximadamente 3 mil quilômetros de extensão, estivesse conectado a vários ramais secundários.



### Achados arqueológicos

Nos anos 1970, cerca de 30 quilômetros de trechos remanescentes do Peabiru foram descobertos no estado do Paraná, próximos a assentamentos dos povos Jê. Aldeias eram interligadas por essas trilhas, verdadeiras valas com 1,4 metro de largura e 0,4 metro de profundidade.

### Questões **Registre as respostas em seu caderno.**

1. Por que a dispersão da castanha-do-pará é um indício da comunicação entre diferentes povos indígenas da América?
2. Compare e avalie os efeitos, para o ambiente e para a vida humana, de um meio de comunicação e de transporte como o do Peabiru com os desenvolvidos pela sociedade industrial dos dias atuais.

### Cultivo sem fronteiras

Análises científicas comprovaram que muitos castanhais, distantes às vezes até 3 mil quilômetros uns dos outros, são geneticamente idênticos e da mesma idade. Por meios naturais, a castanha demoraria milhares de anos para se dispersar em uma área tão extensa.

Como o coco que protege as sementes da castanha é muito duro, a dispersão da espécie sem a intervenção humana seria difícil até mesmo em áreas próximas.



### Nomes para a castanha

As semelhanças fonéticas entre essas palavras de cinco famílias linguísticas diferentes são outro indício do provável intercâmbio entre diversos povos indígenas da América.

Professor, sugira aos alunos a leitura em voz alta das palavras destacadas no mapa para que reconheçam a semelhança entre os sons.

### Fenômeno Aruaque

Por volta do ano 1000, povos da família linguística Aruaque ocuparam as margens de grandes rios da Região Amazônica, introduzindo seus padrões de habitação e estilos cerâmicos. Essa ocupação teria facilitado o intercâmbio de espécies vegetais, como a mandioca e a castanha-do-pará.

Oceano Atlântico

Acredita-se que o trecho principal do Peabiru ligasse o Oceano Atlântico, na região do atual município de São Vicente (SP), à costa do Peru, no Oceano Pacífico.

### Origens do Peabiru

Apesar do consenso sobre a existência do Peabiru, não se chegou a uma conclusão sobre sua origem. Acredita-se que os Tupi-Guarani e indígenas quíchuas tenham utilizado o ramo principal e que outros povos teriam construído caminhos secundários para ligar suas aldeias ao Peabiru.

### Caminho de índios e colonos

No decorrer dos séculos XVI e XVII, o Peabiru foi utilizado por missionários jesuítas, bandeirantes e exploradores da América portuguesa como via de acesso às possessões espanholas no continente.

- Área de influência e comércio Aruaque
- Castanhais
- Peabiru

CHMYZ, I.; SAUNER, Z. Nota prévia sobre as pesquisas arqueológicas no Vale do Rio Piquiri. *Dédalo*. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. n. 7(13). São Paulo, 1971. p. 7-36; NEVES, E. O velho e o novo na arqueologia amazônica. *Revista USP*. n. 44. São Paulo, dez.-fev. 1999-2000. p. 86-111; SHEPARD, G.; RAMIREZ, H. Made in Brazil: Human Dispersal of the Brazil Nut (*Bertholletia excelsa*, *Lecythidaceae*). *Economy Botany*. n. 65(1). Nova York: The New York Botanical Garden Press, 2011. p. 44-65; ERIKSEN, L. *Nature and culture in prehistoric amazonia*. Lund: Lund University Press, 2011; CLEMENT, C. e outros. Origin and domestication of native amazonian crops. *Diversity Journal*. n. 2, 2010. p. 72-106; KOK, G. Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América portuguesa. *Anais do Museu Paulista*. n. 2, v. 17, São Paulo, jul.-dez. 2009. p. 91-109.

## Os portugueses na América

A esquadra de Cabral chegou a terras americanas em 22 de abril de 1500. Inicialmente, os contatos com os indígenas foram marcados pelo estranhamento mútuo. Os europeus espantavam-se com a aparência dos indígenas e não compreendiam o seu modo de vida, da mesma maneira que os indígenas estranhavam os hábitos dos europeus.

Pero Vaz de Caminha – escrivão que acompanhava a frota portuguesa, responsável por informar o rei de Portugal sobre os acontecimentos da viagem – descreveu da seguinte maneira um dos primeiros encontros entre indígenas e portugueses, ocorrido na embarcação de Cabral, poucos dias após a chegada dos europeus:

“A feição deles é parda, um tanto avermelhada, com bons rostos e bons narizes, benfeitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura. Não fazem o menor caso de encobrir ou de mostrar suas vergonhas, e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto. Ambos traziam o lábio de baixo furado e metido nele seus ossos de verdade [...].

Os seus cabelos são lisos. E andavam **tosquiados**, de tosquia alta, e rapados até por cima das orelhas. [...]

Quando eles vieram, o capitão estava sentado em uma cadeira, bem-vestido, com um colar de ouro muito grande no pescoço, e tendo aos pés um grande tapete como estrado. [...] Eles entraram. Mas não fizeram nenhum gesto de cortesia, nem sinal de querer falar ao capitão ou a alguém. Um deles, porém, reparou no colar do capitão e começou a acenar para a terra e depois para o colar, como se nos quisesse dizer que na terra também havia ouro. [...]

Deram-lhes comida: pão e peixe cozido, doces, bolos, mel e figos passados. Não quiseram comer quase nada disso e, se alguma coisa provavam, logo a cuspiam. Trouxeram-lhes vinho numa taça. Mal o puseram na boca; não gostaram. Trouxeram-lhes água numa caneca. Não beberam. Apenas bochechavam e logo a lançaram fora.”

TUFANO, Douglas. *A carta de Pero Vaz de Caminha: comentada e ilustrada*. São Paulo: Moderna, 1999. p. 31-33.

Apesar das diferenças culturais, o relato revela que, nesse primeiro momento, o contato entre os dois povos foi pacífico. Contudo, desde o início, o olhar eurocêntrico fez que os portugueses se considerassem “superiores” aos nativos, entendendo que eles precisariam ser catequizados e “civilizados”.

**Tosquiado:** cortado.

Embora o artista tenha se baseado em uma fonte histórica, não podemos afirmar que a obra é um retrato fiel do acontecimento. Trata-se apenas da interpretação do artista a respeito dessa fonte. Além disso, o relato de Caminha expressa o ponto de vista dos portugueses sobre o encontro, e não aquilo que “realmente” aconteceu. No mais, é possível perceber diferenças entre o relato e a pintura. Por exemplo, os indígenas, que segundo Caminha andavam nus, foram representados vestindo tangas por Oscar Pereira da Silva.

*Nau Capitânia de Cabral* (início do século XX), pintura de Oscar Pereira da Silva. Museu Paulista da Universidade de São Paulo, São Paulo (SP). Nesta imagem, Pedro Álvares Cabral (sentado, à esquerda) recebe dois indígenas (no centro) em sua caravela.

- ▶ Para realizar esta pintura, Oscar Pereira da Silva baseou-se no relato escrito por Pero Vaz de Caminha. Podemos dizer que a pintura é um retrato fiel do encontro entre Cabral e os indígenas? Justifique.



OSCAR PEREIRA DA SILVA - MUSEU PAULISTA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO



Detalhe do mapa Terra Brasilis, publicado no *Atlas Miller* (1519), de Lopo Homem, Pedro e Jorge Reinel. Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro (RJ). Nesse mapa, além de aspectos geográficos, foram representados elementos da fauna e da flora e os habitantes do Brasil. No detalhe, é possível observar dois grupos de indígenas: o primeiro, vestido e adornado com penas, porta arcos e flechas; o segundo, nu, corta e recolhe toras de madeira.

## ◆ A exploração do pau-brasil

A princípio, Portugal não se interessou em colonizar o território americano. O alvo dos portugueses eram os lucros com o comércio das especiarias orientais, e não as terras do Novo Mundo. Enquanto muitas frotas portuguesas eram enviadas ao Oriente, ao Brasil vinham somente algumas expedições de reconhecimento e exploração do litoral.

Nesse mesmo período, alguns países europeus que se preparavam para iniciar sua expansão ultramarina reagiram às determinações do Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, que dividia as terras conquistadas ou por conquistar entre portugueses e espanhóis. Os franceses, em especial, promoveram incursões à costa da colônia, questionando o domínio luso sobre terras que permaneciam desocupadas. O questionamento do governo francês tinha como base, juridicamente, o chamado *uti possidetis*, ou seja, o direito sobre um território dependia de sua ocupação e exploração efetivas.

A Coroa portuguesa, interessada em garantir a posse do território, eliminar a concorrência francesa, explorar geograficamente a região e pesquisar o litoral em busca de riquezas a serem aproveitadas, decidiu intensificar as expedições de exploração do território e promover a ocupação efetiva do Brasil.

O primeiro empreendimento de exploração econômica ao qual os portugueses se dedicaram foi a extração do **pau-brasil** (*Caesalpinia echinata*), encontrado numa larga faixa litorânea que se estendia dos atuais estados do Rio Grande do Norte ao Rio de Janeiro, com ocorrências também em trechos de Goiás e de Minas Gerais. As propriedades dessa madeira faziam dela um valioso produto comercial. Da sua casca extraía-se um corante vermelho que servia para tingir tecidos e fabricar tinta de escrever. Além disso, sua grande durabilidade tornava-a muito apreciada na construção de móveis e navios.

O **escambo** foi o sistema utilizado pelos portugueses para assegurar o trabalho indígena na extração do pau-brasil. Esse sistema viabilizou a exploração da madeira de acordo com interesses mercantis portugueses, que conseguiam obter um produto de elevado valor comercial a baixo custo. Os indígenas extraíam o pau-brasil e transportavam a madeira, pela mata até os navios europeus em troca de produtos como enxadas, roupas, espelhos, entre outros objetos.

A extração do pau-brasil era feita mediante uma concessão da Coroa a particulares. Os contratantes recebiam o monopólio da exploração da madeira em troca da obrigação de entregar à Coroa parte dos lucros com a comercialização do produto e de construir, na costa, **feitorias**, que eram armazéns fortificados onde era guardada a madeira que seguiria para a Europa.

**Escambo:** troca de mercadorias sem a utilização de dinheiro.

## ◆ A criação das capitanias hereditárias

**Corsário:** indivíduo que recebia uma carta de corso da Coroa, autorizando-o a navegar a serviço do rei e até mesmo a promover saques a navios de outras nações.

**Engenho:** conjunto de instalações utilizado na produção de açúcar.

As expedições enviadas pela Coroa portuguesa, no entanto, demonstraram ser incapazes de repelir a constante presença de **corsários** franceses na costa brasileira, que vinham principalmente contrabandear o pau-brasil. Diante da ameaça externa, Portugal decidiu iniciar efetivamente a colonização das terras americanas, enviando para a colônia, em 1530, a expedição de Martim Afonso de Sousa. O enviado do rei chegou com a tarefa de proteger a costa da colônia, fundar vilas e fortificações no litoral e iniciar o cultivo de cana-de-açúcar no território, atividade que visava fazer da colônia uma área geradora de lucros para a metrópole.

Em 1532, Martim Afonso fundou o primeiro núcleo colonial, a vila de São Vicente, no litoral do atual estado de São Paulo. Lá também iniciou o cultivo de cana-de-açúcar e mandou construir o primeiro **engenho** em terras brasileiras, lançando as bases da agroindústria açucareira na América portuguesa.

Dois anos depois, em 1534, seguindo o princípio de transferir para terceiros as despesas com a colonização, a Coroa introduziu no Brasil o sistema de **capitanias hereditárias**. Pelo sistema, as terras que cabiam a Portugal pelo Tratado de Tordesilhas foram divididas em lotes e entregues aos **capitães donatários**.

Os capitães donatários formavam um grupo heterogêneo, composto de membros da pequena nobreza, burocratas e comerciantes ligados à Coroa. Recebiam a capitania pela **Carta de Doação**, um documento que lhes concedia a posse da terra. Como não tinham a propriedade plena desse bem patrimonial, mas apenas a concessão, não podiam vender nem doar a capitania. Esse direito cabia exclusivamente ao rei de Portugal.

Os direitos e deveres dos capitães donatários estavam descritos em um documento denominado **Foral**. No tocante à administração, os donatários tinham o direito de

fundar vilas, exercer a justiça e cobrar impostos. Por outro lado, assumiam o compromisso de doar **sesmarias** (lotes de terra), construir engenhos e garantir os impostos reais.

Pelo Foral, os donatários também tinham o direito de apresar e escravizar índios. Ficavam com a vintena (a vigésima parte) dos lucros do pau-brasil, o dízimo (a décima parte) dos metais preciosos, a metade do dízimo do pescado, a redízima (um centésimo) das rendas da Coroa e, ainda, com os direitos de passagem em rios, portos e “outras águas”.

No entanto, a falta de recursos financeiros, a inexperience de alguns donatários, o precário sistema de transporte e comunicação e o relacionamento hostil entre portugueses e indígenas levaram a maior parte das capitanias ao fracasso. As exceções foram Pernambuco e São Vicente, que prosperaram graças à implantação da agroindústria do açúcar.

O fracasso e o abandono das capitanias não significaram, contudo, o fim desse sistema. Progressivamente incorporadas pela Coroa, só foram extintas em meados do século XVIII.

Estudos desenvolvidos recentemente pelo engenheiro Jorge Pimentel Cintra questionam a divisão territorial das capitanias do norte do Brasil como conhecemos hoje. Segundo ele, a divisão era feita com base nos meridianos, e não nos paralelos. Para saber mais sobre o assunto, recomendamos a seguinte leitura: CINTRA, Jorge Pimentel. Reconstituindo o mapa das capitanias hereditárias. *Anais do Museu Paulista*, n. 2, v. 21. São Paulo, jul.-dez. 2013. Disponível em <[www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-47142013000200002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-47142013000200002&script=sci_arttext)>. Acesso em 14 fev. 2016.

Fonte: *Atlas histórico escolar*. Rio de Janeiro: FAE, 1991. p. 16.





Chegada de Tomé de Sousa ao Brasil (2003), painel de azulejos portugueses produzido por Eduardo Gomes. Praia do Porto da Barra, Salvador (BA). Foto de 2013.

## ◆ O governo-geral

Ao constatar os problemas do sistema de capitanias hereditárias, a Coroa instituiu, em 1548, o **governo-geral**, centralizando a administração na América portuguesa.

Tomé de Sousa, o primeiro governador-geral, chegou ao Brasil em 1549, numa expedição que trazia de Lisboa mais de mil pessoas, entre elas jesuítas, funcionários, soldados, degredados etc. Coube a ele a fundação da cidade de Salvador, a primeira capital do Brasil e sede do governo, em 1º de novembro do mesmo ano.

Visando assentar definitivamente os colonos, os governadores-gerais incentivaram a instalação de engenhos, promoveram o agrupamento de índios junto aos povoados e às vilas, estabeleceram feiras regulares, combateram o comércio ilegal de pau-brasil e organizaram e garantiram as rendas da Coroa. Para assessorá-los no desempenho dessas atribuições, foram criados alguns cargos político-administrativos. Entre eles, os mais importantes eram: **ouvidor-mor**, responsável pela justiça; **provedor-mor**, que supervisionava as finanças e a arrecadação de impostos; e **capitão-mor**, que cuidava da defesa da colônia.

### Impactos da presença portuguesa para a população indígena

Com a ampliação da presença portuguesa em terras americanas, a relação entre portugueses e indígenas tornou-se mais conflituosa. O interesse dos portugueses em obter mão de obra para seus empreendimentos na América os levou a escravizar grande número de nativos e gerou violentos conflitos. Milhares de indígenas morreram em virtude das guerras e também das doenças disseminadas pelos colonizadores, como gripe, varíola, sarampo e tuberculose. Outros milhares fugiram do litoral, avançando para o interior do território em busca de refúgio contra a escravização. Com o tempo, a caça aos indígenas transformou-se em uma empresa lucrativa, como explica o texto a seguir.

“Inicialmente, os portugueses não afetaram a vida dos indígenas e a autonomia do sistema tribal. Enfurnados em apenas três ou quatro feitorias dispersas ao longo do litoral, dependiam dos nativos, seus ‘aliados’, para sua alimentação e proteção [...]. Mas, a partir de 1534, aproximadamente, tais relações começaram a se alterar. [...] O estilo de vida e as instituições sociais europeias, como o regime de donatarias ou de capitanias hereditárias, entranhavam-se na nova terra. [...] Ao substituir o escambo pela agricultura, os portugueses começaram a virar o jogo. O indígena passou a ser, simultaneamente, o grande obstáculo para a ocupação da terra e a força de trabalho necessária para colonizá-la. [...] Começava, assim, a rendosa empresa de caça ao indígena, e com ela o tráfico de negros da terra – termo utilizado para diferenciá-los dos negros africanos [...] a fim de abastecer os núcleos de colonização [...]. Já em 1548, o regimento do governador Tomé de Sousa instruiu o governo para dobrar os índios hostis aos portugueses, dando-lhe carta branca para destruir aldeias, matar e punir rebeldes como castigo exemplar.”

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto. *Uma breve história do Brasil*. Rio de Janeiro: Planeta do Brasil, 2010. p. 24-26.

Inicialmente, qualquer pessoa interessada em se estabelecer no Brasil poderia receber uma sesmaria. Mais tarde, no regimento entregue a Tomé de Sousa, em 1548, adicionou-se um dispositivo que restringia a doação de sesmarias somente aos portugueses com recursos suficientes para tornar a terra produtiva, ou seja, para desenvolver a agroindústria açucareira.

No final do livro, na seção Técnicas de trabalho, há orientações para análise de filmes.

### Você vai gostar de assistir

#### Desmundo

**Direção:** Alain Fresnot. Brasil, 2003. 110 min

Na segunda metade do século XVI, um grupo de órfãos portugueses é enviado ao Brasil para casar-se com colonos que aqui viviam, mas uma delas se apaixona por um comerciante. Por meio dessa narrativa, o filme aborda o papel da Igreja, a escravidão indígena e as dificuldades de comunicação, entre outros aspectos do Brasil colonial.

## Trabalhando com fontes

Embora a edição utilizada tenha-se referido ao povoado como Igarajú, o nome correto é Igarassu (hoje um município de Pernambuco); por isso, fizemos a opção de adaptar o texto corrigindo o nome.

### Hans Staden e os conflitos entre indígenas e europeus em Pernambuco

Hans Staden foi um alemão que realizou duas viagens ao Brasil, entre 1548 e 1555. Na primeira, passou cerca de dez meses na capitania de Pernambuco, onde colaborou com o governador-geral no combate contra índios Caeté. O relato sobre o cerco de Igarassu faz parte do livro *A verdadeira história dos selvagens, nus e ferozes devoradores de homens*, de 1557, considerado uma das primeiras fontes escritas para o estudo dos indígenas e do início da colonização portuguesa na América.

“Embora não fosse de sua índole, os selvagens de Pernambuco haviam-se tornado revoltosos por culpa dos portugueses. O governador daquela terra pediu-nos, pelo amor de Deus, que corrêssemos para ajudar o povoado de Igarassu, assaltado pelos selvagens. Igarassu ficava à distância de cinco milhas do porto de Marin, nosso ancoradouro. Os moradores de Marin não podiam ir em auxílio a Igarassu, já que eles mesmos temiam um ataque dos selvagens.

Fomos ajudar os moradores de Igarassu com quarenta homens de nossa tripulação. [...] Devíamos ser uns noventa defensores cristãos, contando ainda com trinta negros e escravos brasileiros, que pertenciam aos moradores de Igarassu. Os selvagens que nos sitiavam eram estimados em 8 mil. Nossa única proteção era uma paliçada ao redor do povoado.

[...] O povoado sitiado era cercado pela floresta. Ali, os selvagens ergueram duas fortificações feitas de troncos grossos de árvore, para onde recuavam à noite a fim de ficar seguros contra nossas investidas. Em volta do povoado tinham feito buracos na terra, nos quais permaneciam durante o dia, e de onde saíam para combates menores. Quando atirávamos na direção deles, jogavam-se no chão para escapar dos disparos. Era assim que nos sitiavam, tornando impossível entrar ou sair do povoado.

Também chegavam bem perto do povoado, atirando para o alto muitas flechas que deviam atingir-nos na queda. Com a ajuda de cera e algodão, faziam também flechas incendiárias, com a intenção de atear fogo em nossos tetos, e ameaçavam devorar-nos, caso nos apanhassem.

[...] Percebendo a necessidade urgente de mantimentos, abrimos caminhos com dois barcos para o povoado de Itamaracá, a fim de fazer nosso abastecimento. Mas os selvagens quiseram impedi-lo, e para isso tinham derrubado árvores grandes por sobre o estreito braço de mar, sendo que as duas margens estavam ocupadas por muitos deles. Justo quando havíamos rompido a barreira, usando de violência, veio a hora da maré baixa e deixou-nos encahalados no seco. Já que os selvagens não podiam apanhar-nos nos barcos, empilharam entre estes e a margem muita lenha seca. Quiseram atear fogo na lenha e então jogar nas chamas uma pimenta que crescia em grande quantidade naquela terra para nos expulsar do barco com a fumaça. Mas não conseguiram. Nesse intervalo a água voltou a subir, de modo que pudemos ir até Itamaracá, cujos habitantes nos deram mantimentos. Isso feito, retornamos para o povoado sitiado de Igarassu. [...]

Conseguimos levar os mantimentos para o povo e, quando os selvagens perceberam que não podiam fazer nada, pediram trégua e retiraram-se. O cerco durara quase um mês. Os selvagens tinham alguns mortos para lamentar, mas nós, cristãos, não tínhamos nenhum.”

STADEN, Hans. *A verdadeira história dos selvagens, nus e ferozes devoradores de homens* (1548-1555). 2. ed. Rio de Janeiro: Dantes, 1999. p. 25-27.

**Paliçada:** cerca feita com estacas fincadas na terra.

#### Questões Registre as respostas em seu caderno.

1. Identifique o tipo de documento. Anote o nome do autor e a data de publicação do texto original.
2. Como o autor se refere aos indígenas? Comente.
3. Segundo o texto, quem foi o responsável pelo conflito? Levante hipóteses sobre as possíveis causas do combate.
4. Redija um pequeno texto sintetizando as estratégias adotadas pelos indígenas e o resultado dos conflitos para eles.

Comentários adicionais sobre esta seção encontram-se no Suplemento para o professor.

## ◆ Os “homens-bons” das Câmaras Municipais

A partir da fundação da vila de São Vicente, os núcleos de povoamento começaram a se desenvolver na América portuguesa. Deles surgiram vilas e cidades que se transformaram em bases da administração metropolitana, bem como do poder da elite colonial.

O modelo português de administração implantado nas vilas e cidades coloniais resultou na criação de diversos órgãos político-administrativos. Destes, o mais significativo foi a **Câmara Municipal**. Entre as funções habituais das Câmaras Municipais nas esferas política, social e econômica, destacavam-se: a administração municipal; a regulamentação das feiras e dos mercados; a execução de obras públicas, como estradas e fontes; a construção de edifícios; a conservação de ruas; a limpeza urbana e a manutenção das fontes; a regulamentação dos ofícios e do comércio local. A renda utilizada para gerir os negócios públicos provinha do patrimônio municipal, em geral obtida com o aluguel de prédios, o arrendamento de pastos e os impostos arrecadados da população.

A relação entre a administração municipal e o governo-geral ajudou a alimentar as relações de **clientelismo**, ou seja, de troca de favores entre as elites locais e as autoridades portuguesas. Enquanto, de um lado, a elite colonial obtinha favores do Estado; de outro, vários administradores portugueses usavam seu poder para aumentar suas riquezas particulares.

Os cargos das Câmaras Municipais eram ocupados por homens nascidos na comunidade local. Mas, para votar e ser votado, era necessário ser “qualificado”, isto é, ser “**homem-bom**”, o que significava não estar ligado a nenhuma atividade manual. Dessa forma, o voto ficou restrito aos proprietários de terras e de escravos, com a exclusão, durante muito tempo, de comerciantes, camponeses e artesãos.

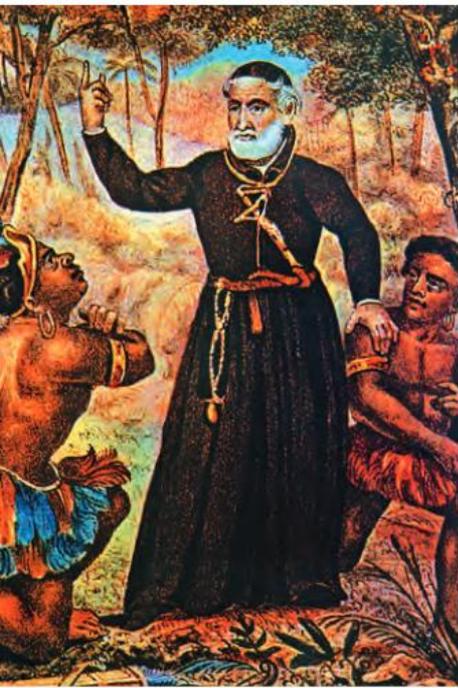
Com o tempo, a metrópole portuguesa criou mecanismos para diminuir o poder local das Câmaras Municipais, como a nomeação de **juizes de fora**. O juiz de fora era um magistrado nomeado diretamente pelo rei de Portugal e tinha a tarefa de presidir os trabalhos das câmaras. Assim, estabelecia-se um vínculo direto entre o governo local e a Coroa portuguesa.

### O trabalho manual no mundo ibérico

A visão de que o trabalho manual era um fator de depreciação do homem marcou a colonização portuguesa na América. Essa visão, advinda da cultura clássica greco-romana e preservada pela nobreza medieval, só começou a ser questionada na Europa no contexto das reformas religiosas do século XVI, principalmente pela burguesia em ascensão, e, por esse motivo, não teve grande disseminação no mundo ibérico, extremamente católico. Segundo o historiador Sérgio Buarque de Holanda, até o século XIX, predominava no Brasil a opinião de que o trabalho manual era pouco dignificante.

Palácio de La Ravardière, sede da prefeitura de São Luís (MA). Foto de 2015. Durante o período colonial, esse edifício abrigou a Casa de Câmara e Cadeia da cidade.





ANDRÉ DE BARROS - ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, LISBOA

Padre Vieira convertendo os índios do Brasil, gravura publicada no livro *Vida do Apostólico Padre Antonio Vieira*, de André de Barros (1746). Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal. Os indígenas reunidos nas missões ficavam subordinados à administração dos jesuítas.

A Companhia de Jesus – criada no ano de 1534, no contexto da Contrarreforma – atuou para a expansão da fé católica, tornando-se um dos principais agentes da colonização portuguesa na Ásia, na África e na América.

No século XVII, aproveitando-se da União Ibérica, os bandeirantes avançaram muito além da Linha de Tordesilhas e encontraram os índios Guarani das missões jesuíticas. Entre 1619 e 1632, destruíram as aldeias da província do Guairá, no atual estado do Paraná, e seguiram suas investidas contra as missões do Itatim, no atual Mato Grosso do Sul, e do Tape (1635-1637), bem como a do Uruguai (1638), em terras do atual estado do Rio Grande do Sul.

Em 1682, os jesuítas espanhóis retornaram ao Rio Grande do Sul e fundaram aldeamentos conhecidos como Sete Povos das Missões, de onde foram definitivamente expulsos pela Coroa portuguesa em 1756.

## Os jesuítas na América portuguesa

Quando os portugueses desembarcaram na América, uma missa comemorativa foi realizada para celebrar a tomada de posse da nova terra. Em seguida, o escrivão Pero Vaz de Caminha comentou em um dos trechos de sua carta ao rei de Portugal sobre a pertinência da catequização dos indígenas, gente que aos olhos do colonizador não tinha nenhuma crença. Tal preocupação explica-se pela estreita ligação da Igreja com o Estado, uma vez que as duas instituições defendiam interesses comuns nas esferas religiosa, política e econômica.

Aliada ao governo de Portugal, a Igreja Católica dedicou-se à tarefa de evangelizar e colonizar os habitantes do Novo Mundo. Para isso, recorreu ao trabalho das ordens religiosas, em especial da Companhia de Jesus.

Os primeiros jesuítas chegaram ao Brasil com a comitiva de Tomé de Sousa, em 1549. Liderados pelo padre Manuel da Nóbrega, estabeleceram os primeiros núcleos de ação evangelizadora nas capitanias da Bahia e de São Vicente. Posteriormente, a área de atuação jesuítica foi ampliada, estendendo-se do Maranhão a São Vicente (litoral e interior), além da Amazônia. No sul do continente, no início do século XVII, os jesuítas espanhóis organizaram a atividade missionária em terras hoje correspondentes aos estados do Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e a alguns países, como Argentina, Paraguai e Uruguai.

### As missões jesuíticas

Os jesuítas fundaram igrejas, escolas para o estudo elementar dos colonos e seminários para a formação de sacerdotes. Também criaram estratégias de aproximação com indígenas: aprenderam o tupi e elaboraram uma gramática dessa língua; utilizaram o canto e o teatro no ensino do português e dos dogmas católicos às crianças indígenas; e aliaram-se aos nativos na luta contra sua escravização pelos colonos.

Além disso, fundaram **missões** ou **reduções**, aldeamentos que reuniam milhares de indígenas subordinados à administração jesuítica. Nas missões os índios plantavam mandioca, frutas, hortaliças e outros vegetais; criavam cavalos, bois, porcos, galinhas, ovelhas e perus. Todos os índios a partir dos 13 anos trabalhavam. Nas horas vagas, dedicavam-se ao artesanato e à música. Nas escolas dos aldeamentos, as crianças aprendiam a ler, a escrever, a tocar instrumentos musicais e tinham aulas de religião. Por meio desses métodos, os jesuítas pretendiam combater alguns dos costumes e das crenças indígenas, contribuindo para a desestruturação das sociedades nativas e para a ação colonizadora.

### Conflitos entre jesuítas e colonos

Os jesuítas eram contra a escravização dos indígenas. Por outro lado, as missões tornaram-se empreendimentos lucrativos, uma vez que tinham à disposição enorme contingente de mão de obra. Isso provocou diversos conflitos com os colonos, que se queixavam da falta de trabalhadores e acusavam os religiosos de monopolizar o trabalho indígena em benefício próprio. Ao longo do século XVII, por inúmeras vezes, bandeirantes invadiram missões para aprisionar e escravizar indígenas. A riqueza e o poder da Companhia de Jesus também incomodaram a Coroa portuguesa, resultando na expulsão dos jesuítas de Portugal e de todas as suas colônias em 1759.



*Auto de fé em Lisboa (século XVIII), gravura de autoria desconhecida. Biblioteca Nacional da França, Paris. Os autos de fé eram eventos, realizados em espaços públicos, nos quais eram aplicadas as sentenças imputadas pela Inquisição, como a morte na fogueira.*

## A Inquisição

O Tribunal da Inquisição, ou Tribunal do Santo Ofício, foi outra instituição da Igreja Católica que esteve presente na América portuguesa. A Inquisição ibérica, ativa entre os séculos XV e XIX, tinha como características principais o comando do tribunal pelo Estado, e não pelo papa, e a perseguição aos judeus e aos **cristãos-novos**. Muitos judeus e cristãos-novos chegaram a imigrar para o Brasil, fugindo da perseguição religiosa portuguesa e buscando as riquezas que as diversas atividades econômicas na colônia poderiam proporcionar.

Os inquisidores iniciaram suas visitas à América portuguesa a partir de 1591, primeiro na Bahia e em Pernambuco, cidades cuja riqueza e prosperidade chamavam a atenção do governo.

Em geral, ao se instalar uma visita inquisitorial numa cidade, eram lidos nas praças e igrejas os **Éditos da Graça**, documentos nos quais se enumeravam todas as faltas que o inquisidor tinha por tarefa vigiar e se estabelecia um prazo para as pessoas confessarem suas próprias culpas, a fim de receberem penas mais brandas. No entanto, os territórios coloniais estavam sob a alçada do Tribunal da Inquisição de Lisboa, e os réus aqui interrogados eram encaminhados a Portugal para a proclamação e execução das sentenças. As punições variavam: multas, confisco de bens, penitências públicas, degredo, prisão perpétua e até mesmo a condenação à morte na fogueira.

Além de judeus e cristãos-novos, entre as vítimas da Inquisição na América portuguesa figuraram, em menor escala, os praticantes de rituais religiosos indígenas e africanos. Tanto as celebrações indígenas quanto os **calundus** e **mandingas**, trazidos à América pelos africanos escravizados, eram associados às práticas mágicas e de feitiçaria, muito fortes no imaginário europeu. O texto a seguir, escrito pela historiadora Maria Leônia Chaves de Resende, apresenta alguns casos de indígenas denunciados ao Santo Ofício.

“O Tribunal [do Santo Ofício] foi [...] rigoroso com aqueles que se consagraram em [...] rituais gentílicos [...]. Vários índios foram acusados de beber jurema [bebida considerada sagrada pelos índios] e ‘descer demônios’, enquanto o mestre tocava o maracá entoando a dança embalada pela cantoria indígena. Uma dessas descrições é a de D. Souza e Castro, índio principal dos Tabajara, que foi dar conta pessoalmente à Mesa do Santo Ofício, em Lisboa, em 1720. Contava por meio de seu intérprete, o padre Antônio Leal, que a índia Antônia Guiragasu ‘invocava os demônios que lhe respondiam várias perguntas do outro mundo’. Para isso, ‘tomava umas grandes fumaças de tabaco de cachimbo até ficar como fora de si’. [...]

Outra razão de delações foi a bigamia [...]. Custódio da Silva, em 1741 [...], prestou seu depoimento por meio de um intérprete. Foi julgado e qualificado como bigamo [...]. Sob o olhar de uma multidão, fez auto da fé na forma costumeira. Foi açoitado pelas ruas de Lisboa até a Igreja de São Domingos, onde, na presença do rei D. João V [...], foi sentenciado ao degredo por cinco anos para trabalhar nas galés de Sua Majestade.”

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. Os índios também foram perseguidos? *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, out. 2011. Disponível em <[www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/os-indios-tambem-foram-perseguidos](http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/os-indios-tambem-foram-perseguidos)>. Acesso em 14 fev. 2016.

O simples nome do “Santo Ofício” provocava temor entre a população local. Muitos confessavam e delatavam crimes de heresia temendo as sessões de tortura, mostrando-se subservientes e arrependidos diante do inquisidor.

**Cristão-novo:** judeu ou descendente de judeu convertido ao cristianismo.

**Calundu:** cerimônia afro-brasileira, de caráter religioso, caracterizada pelo curandeirismo e pela consulta às divindades sobre o futuro.

**Mandinga:** espécie de amuleto de origem africana. Acreditava-se que a bolsa de mandinga, que podia conter sementes, metais e orações, fechava o corpo de quem a usava.

## Explorando o conhecimento

1. Em relação aos povos Tupi, identifique a(s) alternativa(s) incorreta(s) e corrija-a(s) em seu caderno.
  - a) Caçadores e coletores, os Tupi não praticavam a agricultura.
  - b) A antropofagia expressava a importância da guerra para os povos indígenas.
  - c) Os Tupi pertenciam à família linguística Tupi-Guarani, pouco falada entre os indígenas.
  - d) Não existia uma autoridade formal nas aldeias, mas os guerreiros mais valorosos e os pajés tinham grande prestígio.
2. A primeira iniciativa de exploração econômica pelos portugueses na América foi a extração do pau-brasil.
  - a) Cite as propriedades que fizeram do pau-brasil um valioso produto comercial.
  - b) Identifique e explique o sistema de trabalho utilizado pelos portugueses para a obtenção da madeira.
3. A Igreja Católica foi a principal aliada da Coroa portuguesa no processo de colonização da América.
  - a) Quais foram as duas principais instituições da Igreja Católica que atuaram no Brasil?
  - b) Diferencie os objetivos dessas instituições e os métodos empregados por seus membros.

## Pensando criticamente

4. Observe o mapa “Capitanias hereditárias (século XVI)”, na página 36.
  - a) Com base no mapa, comente o funcionamento desse sistema administrativo.
  - b) Explique a saída encontrada pela Coroa portuguesa diante do insucesso das capitanias hereditárias.
  - c) Cite uma semelhança e uma diferença entre o mapa das capitanias hereditárias e o mapa político do Brasil atual.
5. Releia o texto dos historiadores Mary del Priore e Renato Pinto Venâncio, na página 37, e responda.
  - a) Segundo o texto, por que no início da colonização portuguesa na América a vida dos povos nativos não foi afetada? Quando essa situação começou a mudar? Por quê?

- b) O que era feito com os indígenas hostis aos portugueses?
- c) Nos dias de hoje, as populações indígenas no Brasil ainda sofrem com a ocupação de suas terras? Discuta essa questão com os colegas.

6. Em dupla, comparem as Câmaras Municipais do período colonial com as de hoje. A seguir, redijam um texto comentando as funções das Câmaras Municipais e os requisitos para ser membro da Câmara nos dois períodos.

Vale lembrar aos alunos que na seção Técnicas de trabalho, no final do livro, há orientações para a elaboração de dissertação.

## Investigando

### CONECTANDO COM A GEOGRAFIA E A ARTE

7. Entre o final do século XVII e o início do século XVIII, jesuítas espanhóis fundaram um conjunto de aldeamentos no Sul do Brasil. Ruínas de um desses aldeamentos, localizado no município de São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul, foram tombadas pelo Iphan em 1938 e reconhecidas pela Unesco em 1983 como patrimônio cultural da humanidade. Em grupo, pesquisem dados sobre esse patrimônio – consultem sites institucionais, como o da prefeitura de São Miguel das Missões ([www.saomiguel-rs.com.br](http://www.saomiguel-rs.com.br)) e o do Iphan ([www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br)). Organizem as informações encontradas na forma de um roteiro turístico de acordo com as orientações a seguir.
  - Localizem em um mapa o município em que vocês moram e o de São Miguel das Missões. Tracem um roteiro de viagem, definindo o meio de transporte utilizado e estimando o tempo de deslocamento e possíveis paradas.
  - O roteiro de visita deve conter um pequeno histórico sobre o município de São Miguel das Missões, além de dados atuais, como área do município, população e economia.
  - Façam um mapeamento dos bens materiais do Sítio Arqueológico São Miguel Arcanjo, levando em consideração o Museu das Missões, e preparem um prospecto ilustrado da visita, com textos curtos sobre o local, seu acervo e sua estrutura.
  - Por fim, preparem uma apresentação sobre as características da arquitetura e das obras de arte do sítio arqueológico, o que elas revelam sobre a ação jesuítica e, sobretudo, o significado e a importância desse patrimônio para a sociedade contemporânea.

Vale lembrar aos alunos que na seção Técnicas de trabalho, no final do livro, há orientações para a realização de pesquisa.

## Decifrando o Enem

Registre a resposta em seu caderno.

A questão a seguir discute as relações entre indígenas e colonizadores na América portuguesa. Leia o texto introdutório e procure estabelecer relações com o que você já sabe sobre o assunto.

(ENEM-MEC/2014)

“O índio era o único elemento então disponível para ajudar o colonizador como agricultor, pescador, guia, conhecedor da natureza tropical e, para tudo isso, deveria ser tratado como gente, ter reconhecidas sua inocência e alma na medida do possível. A discussão religiosa e jurídica em torno dos limites da liberdade dos índios se confundiu com uma disputa entre jesuítas e colonos. Os padres se apresentavam como defensores da liberdade, enfrentando a cobiça desenfreada dos colonos.”

CALDEIRA, J. *A nação mercantilista*. São Paulo: Editora 34, 1999. (Adaptado)

Entre os séculos XVI e XVIII, os jesuítas buscaram a conversão dos indígenas ao catolicismo. Essa aproximação dos jesuítas em relação ao mundo indígena foi mediada pela

- demarcação do território indígena.
- manutenção da organização familiar.
- valorização dos líderes religiosos indígenas.
- preservação do costume das moradias coletivas.
- comunicação pela língua geral baseada no Tupi.

### Analizando

O parágrafo inicial comenta o papel do indígena como mão de obra imprescindível para a colonização, dado seu conhecimento da terra. Devemos lembrar também que o número de europeus que se estabeleceu na colônia nos primeiros tempos era reduzido, e os portugueses, em geral, não manifestavam a intenção de se dedicar ao trabalho braçal, e sim de encontrar riquezas rapidamente e delas usufruir no retorno à metrópole.

Outro tema levantado pelo texto relaciona-se às polêmicas, travadas pelos europeus dos dois lados do Atlântico, a respeito das sociedades que encontraram nas Américas. Além do estranhamento provocado pelo contato com culturas tão diferentes, discutia-se se os índios eram seres humanos, se teriam alma, se po-

deriam ou não ser escravizados. Essas polêmicas envolviam questões religiosas, filosóficas e também jurídicas.

A Igreja Católica, num momento de retração na Europa devido à Reforma Protestante, tomou a defesa dos índios. Em 1537, o papa Paulo III reconheceu que os nativos da América eram “homens verdadeiros e livres”, e isso implicava a necessidade de sua cristianização. Nesse mesmo contexto foi fundada a Companhia de Jesus, que tinha entre seus objetivos a expansão da fé cristã e que atuou intensamente na catequização dos índios das colônias portuguesas e espanholas. A Coroa portuguesa proibiu a escravização dos nativos em 1570, salvo nos casos de “guerra justa”, quando era aceita a escravização de prisioneiros de guerras realizadas contra tribos hostis. Essas determinações levaram a muitos conflitos entre a Coroa, os jesuítas e os colonos, que estavam interessados na exploração compulsória da mão de obra local.

O enunciado solicita que você escolha a alternativa que apresenta um dos principais meios utilizados pelos jesuítas para aproximar-se dos indígenas, entre os séculos XVI e XVII. Vamos analisar cada uma delas.

- Alternativa **a**: A demarcação de territórios indígenas no Brasil foi prevista a partir do Estatuto do Índio, publicado em 1973, e regulamentada pela Constituição de 1988.
- Alternativa **b**: Nas missões jesuíticas, os indígenas deveriam adotar o modelo familiar cristão, ou seja, família nuclear e monogâmica, sendo indissolúveis os laços do matrimônio.
- Alternativa **c**: O prestígio de líderes religiosos indígenas, como os pajés, ameaçava a conversão dos nativos ao catolicismo.
- Alternativa **d**: O projeto das missões previa que cada família indígena morasse em uma residência e que houvesse a separação entre mulheres e homens solteiros.
- Alternativa **e**: Os jesuítas preocuparam-se em aprender as línguas indígenas. José de Anchieta sistematizou numa gramática a língua Tupi, que depois deu origem à “língua geral paulista”.

**Agora é com você!**

Qual alternativa completa de maneira correta a frase do enunciado? **A alternativa correta é a letra e.**

# A economia na América portuguesa e o Brasil holandês



SHOTUP/ACIDUM PROJECT

*Eva* (2015), mural produzido pelo grupo de arte urbana Acidum Project para a fachada do prédio do Espaço Cultural dos Correios, em Fortaleza (CE). Foto de 2015.

Propomos iniciar o trabalho pela leitura do texto e, em seguida, passar para a análise da imagem. O texto explicita a humanidade por trás de números e estatísticas. O mural, uma produção artística contemporânea que valoriza a imagem de uma mãe negra, reforça a ideia de que eram pessoas reais, como todos nós, que formaram os números que compõem a história da escravidão.

## ◆ Conversando sobre

1. Por que, para o autor, poucas vezes a humanidade foi capaz de cometer atrocidades como a escravidão moderna?
2. Relacione a imagem dessa abertura com a frase: "a utilização de dados frios para resumir o que é uma sociedade, sua riqueza ou sua pobreza é uma forma de dissociar-se do suor, da carne e do sangue de mulheres e homens".
3. Em sua opinião, qual é a função, em textos jornalísticos, do uso de dados numéricos e estatísticos para ilustrar acontecimentos? Justifique.

## A realidade para além dos números

“Imagine ser arrancado da sua família. Imagine ser acorrentado, trancafiado, privado de luz, comida e água. Imagine ser negociado, jogado em um porão úmido, quente e superlotado, no qual permanecerá por semanas, sem ter ideia do seu destino. Imagine que aquele que agora o domina cogita jogá-lo ao mar por puro cálculo econômico. Imagine, por fim, que saiu vivo deste inferno e que agora tem a ‘sorte’ de fazer parte de um lote de mercadorias e que sua existência dependerá do interesse material de alguém que poderá espancá-lo até a morte. Agora multiplique isto por 12 milhões.

Comparar tragédias não é tarefa fácil, mas poucas vezes a humanidade foi capaz de atrocidades com a dimensão da escravidão moderna. [...]

Dos números da migração forçada ao tratamento dispensado à carga humana, percebemos uma racionalidade econômica que nos é muito familiar – lembrando que, em qualquer época, a utilização de dados frios para resumir o que é uma sociedade, sua riqueza ou sua pobreza é uma forma de dissociar-se do suor, da carne e do sangue de mulheres e homens que, no fim das contas, são os habitantes da história.”

ELIAS, Rodrigo. *Vende-se gente*. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, set. 2014. Disponível em <[www.revistadehistoria.com.br/secao/carta-do-editor/vende-se-gente](http://www.revistadehistoria.com.br/secao/carta-do-editor/vende-se-gente)>. Acesso em 20 fev. 2016.

A implantação da agroindústria açucareira conectou a América, centro da produção, e a África, fornecedora de mão de obra, e ajudou a contornar a crise da economia portuguesa, atingida pela perda do monopólio do comércio das especiarias para os ingleses e os holandeses.

## O doce sabor da riqueza

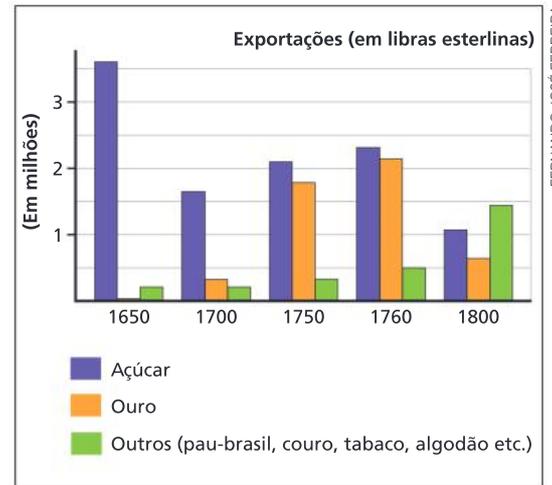
A cana-de-açúcar é uma das principais culturas da economia brasileira. Atualmente, o Brasil é o maior produtor mundial de cana e, por isso, também lidera a produção mundial de açúcar e de etanol, biocombustível que vem conquistando espaço como alternativa aos derivados do petróleo – fonte de energia não renovável e extremamente poluente.

No início da colonização do território americano, os portugueses introduziram o cultivo da cana. Para promover a efetiva ocupação da colônia, Portugal optou, por volta de 1530, pela organização de um empreendimento agrícola que fosse rentável para a Coroa e também para os investidores metropolitanos. O produto escolhido foi o açúcar, de alto preço no mercado europeu. Além de seu comércio ser muito lucrativo, o açúcar era um artigo cada vez mais consumido na Europa. Em 1700, por exemplo, estima-se que cada britânico consumia cerca de 4 libras de açúcar por ano. Em 1800, esse número subiu para aproximadamente 18 libras anuais.

Na América portuguesa, a produção do açúcar desenvolveu-se principalmente no Nordeste, região que apresentava as melhores condições para o cultivo da cana: solo fértil e clima quente e úmido, além de estar geograficamente mais próximo da Europa. A produção estava organizada no sistema de *plantation*, ou seja, na forma de grandes propriedades rurais monocultoras, com base no trabalho escravo e na produção em larga escala. Na *plantation*, a produção destinava-se ao mercado europeu, mas também havia atividades complementares voltadas para o consumo local.

De modo geral, a economia na América portuguesa caracterizou-se pela exploração da mão de obra escrava, pelo latifúndio monocultor e pela exploração de metais e pedras preciosas. No entanto, outras atividades também tinham papel importante, coexistindo com as mencionadas anteriormente, que interessavam mais diretamente à política mercantilista metropolitana.

### Exportações do Brasil colonial



Fonte: *IstoÉ Brasil: 500 anos*. São Paulo: Três, 1998. p. 18.

**Libra:** unidade de massa usada no sistema inglês de pesos e medidas. Uma libra corresponde a 0,45 quilograma.

Trabalhadores rurais cortando cana cultivada por irrigação do Rio Parnaíba. Teresina (PI). Foto de 2015. Na safra 2014/2015, o país produziu 634,8 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, e a estimativa para a produção seguinte, 2015/2016, era de 655,2 milhões de toneladas.



Os dados sobre a produção da cana-de-açúcar foram retirados do site <[www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/08/safra-2015-2016-de-cana-de-acucar-deve-crescer-3-2](http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/08/safra-2015-2016-de-cana-de-acucar-deve-crescer-3-2)>. Acesso em 20 fev. 2016.

Havia outros trabalhadores livres nos engenhos de açúcar, como os caldeireiros, os carpinteiros, os lavadeiros, os purgadores, os cobradores de rendas, os caixeiros etc. Porém, é importante ressaltar que, aos poucos, algumas atividades exercidas por esses trabalhadores passaram a ser realizadas por indivíduos menos especializados, alforriados e escravos.

## ◆ Engenhos de açúcar

**Feitor:** responsável por administrar diversas atividades do engenho, como a moenda e a plantação da cana. Estava subordinado ao feitor-mor, que gerenciava todo o engenho.

**Mestre de açúcar:** responsável pela moagem, cozimento, temperatura e consistência do açúcar. Ele acompanhava todos esses processos para garantir a qualidade do produto.

**Flamengo:** pessoa natural ou habitante de Flandres, região que, historicamente, abrange o norte da atual Bélgica e partes da França e da Holanda. A região foi um dos principais centros mercantis europeus no século XVI.

As propriedades canavieiras dos senhores mais abastados possuíam **engenhos**, um conjunto de instalações utilizadas no processamento da cana e no fabrico do açúcar, em geral interligadas, que incluíam a moenda, a casa das caldeiras e fornalhas e a casa de purgar. Os fazendeiros que não possuíam engenhos usavam engenhos vizinhos para moer a cana de suas propriedades; em troca, cediam parte do açúcar produzido.

Nas propriedades, com engenhos ou não, havia a casa-grande (moradia do fazendeiro), as senzalas (moradias dos escravos), casas para trabalhadores livres (**feitores**, **mestres de açúcar**, entre outros), uma área de floresta (para o fornecimento de madeira) e áreas de pastagem e de agricultura de subsistência.

Nos engenhos, a **moenda** era o local onde se esmagava a cana para extrair o caldo (garapa). Os engenhos movidos por tração animal (trapiche) eram mais comuns que os de roda-d'água (reais), visto que a construção de uma represa era dispendiosa, sem contar as irregularidades no fluxo fluvial. O caldo, despejado em enormes tachos geralmente feitos de cobre, era cozido na **casa das caldeiras**. O beneficiamento completava-se na **casa de purgar**, com a retirada das impurezas do produto.

No Brasil, utilizava-se barro para branquear o açúcar. Esse processo, além de mais barato, também era empregado porque não havia refinarias de açúcar em Portugal ou no Brasil. Depois de pronto, o açúcar era enviado para Lisboa e, de lá, para a cidade de Antuérpia, na região de Flandres, de onde comerciantes **flamengos** distribuíam o produto na Europa. Posteriormente, no século XVII, a cidade de Amsterdã, na Holanda, passou a desempenhar esse papel. Nesses mercados, o açúcar branco atingia o maior preço de venda.

A produção e a comercialização do açúcar foram vitais tanto para consolidar o Império Português no Atlântico como para expandir a colonização portuguesa na América, originando restritos grupos de poder na colônia. Mais ainda, sua unidade produtiva, o latifúndio exportador e escravista, formou a base da sociedade colonial brasileira.



◆ 46 De acordo com a obra *Diálogos das grandezas do Brasil*, escrita em 1618, cuja autoria é atribuída a Ambrósio Fernandes Brandão, a capacidade do barro em clarear o açúcar teria sido descoberta por acaso. No diálogo travado entre as personagens Alviano e Brandônio, o segundo afirma ao primeiro que uma galinha com os pés sujos de barro pisou em uma das formas cheias de açúcar, e no entorno do local onde ficou marcada sua pegada se fez um círculo branco. Daí em diante, passaram a "barrear" o açúcar para clareá-lo.

## ◆ À margem da *plantation*

O sistema de *plantation* não representou a única forma de organização econômica na América portuguesa. Outros produtos, como o algodão e o tabaco, foram cultivados em pequenas unidades de exploração. Mesmo a cana-de-açúcar, quando plantada para a produção de rapadura e aguardente, adaptou-se a esse modelo de exploração, que exigia pouco investimento.

O **algodão** já era um produto conhecido pelos indígenas. No início do período colonial, seu cultivo destinava-se ao consumo interno. A partir da segunda metade do século XVIII, o algodão passou a ser exportado em grandes volumes, devido ao aumento do preço do produto no mercado internacional e à guerra de independência dos Estados Unidos. As Treze Colônias eram as maiores produtoras de algodão, mas, com a instabilidade gerada pela guerra, suas exportações caíram sensivelmente. No início do século XIX, os Estados Unidos, já independentes, retomaram sua produção, o que ocasionou grande queda nas exportações da América portuguesa.

O **tabaco** era destinado aos mercados europeus, nos quais o número de consumidores era crescente. O produto também servia como “moeda” na compra de escravos na África. A principal área produtora era o litoral da Baía de Todos os Santos, região conhecida hoje como Recôncavo Baiano.

Os negócios nos mercados locais mobilizavam produtores e mercadores. Comercializavam-se alimentos produzidos na região e produtos importados (com fornecimento irregular e preços bastante elevados). Entre as mercadorias produzidas na colônia, destacaram-se as farinhas de mandioca e de milho, trigo, feijão, açúcar, rapadura, aguardente, toucinho, charque e carne fresca, fumo, couro, peixe seco e fresco. Entre os produtos importados mais procurados estavam o vinagre, o azeite, o vinho, o bacalhau, as azeitonas, a pimenta-do-reino, as especiarias, os tecidos finos e o sal.

Na imagem fica claro que os escravos eram responsáveis pelo trabalho pesado e braçal. Apesar de a gravura de Post não representar os castigos físicos e as longas jornadas de trabalho dos escravos nos engenhos, é possível observar a falta de segurança a que estavam submetidos, pois estão representados vestindo apenas uma espécie de calção, sem nenhum tipo de proteção, trabalhando nas diversas etapas da produção de açúcar.

Engenho de açúcar, gravura de Frans Post produzida para ilustrar detalhe de mapa de Pernambuco publicado em *História dos feitos praticados durante oito anos no Brasil* (1647), de Gaspar Barleus. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (RJ).

▶ Que elementos da imagem abaixo podem ser usados para identificar quais eram as condições de trabalho dos escravos nos engenhos?





Fonte: VICENTINO, Cláudio. *Atlas histórico: geral e Brasil*. São Paulo: Scipione, 2011. p. 102.

## Drogas do sertão

No final do século XVI, holandeses, franceses e ingleses tentaram ocupar o norte do Brasil. Temendo a concorrência, os portugueses iniciaram uma campanha militar que resultou na edificação do Forte de Belém e na expulsão dos invasores, em 1616.

Para garantir a ocupação do território, no início do século XVII a Coroa criou o Estado do Maranhão e Grão-Pará, colônia ligada diretamente a Lisboa que compreendia os atuais estados do Maranhão, Piauí, Ceará e parte do Pará. Porém a baixa fertilidade do solo amazônico e a ocupação holandesa em Pernambuco levaram Portugal a perder o interesse pela região, que permaneceu separada do restante da colônia até 1774.

Os colonos enfrentavam o isolamento com dificuldade. As famílias do Maranhão e Grão-Pará plantavam para a subsistência e aprisionavam indígenas para obter mão de obra. Nessas expedições, os colonos conheceram as **drogas do sertão**, produtos como cacau, baunilha, guaraná, canela, cravo, ervas aromáticas, entre outros.

Muitas dessas plantas, também conhecidas como *novas especiarias*, passaram a ser muito apreciadas na Europa a partir do século XVIII. Por muito tempo, a base econômica da Amazônia consistiu no extrativismo desses produtos, com a utilização do trabalho indígena em regime de escravidão ou próximo a isso.

## ◆ Os reis do laço: a pecuária

No início do século XVIII, a Coroa portuguesa proibiu a criação de gado numa faixa de 80 quilômetros da costa para o interior. O objetivo era impedir as invasões de animais nas plantações de cana e garantir mais espaço para a produção canavieira. Essa medida contribuiu para o desbravamento do "grande sertão" além do limite fixado pelo Tratado de Tordesilhas. Partindo do Rio São Francisco e penetrando pelos atuais estados do Piauí, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, os criadores chegaram aos rios Tocantins e Araguaia.

Inicialmente o gado era vendido vivo nos centros comerciais do Nordeste. Ele fornecia alimentos, como leite e carne, e couro para a confecção de vestimentas, calçados e outros artigos. O gado também era utilizado nos engenhos de açúcar para transportar pessoas e cana e movimentar as moendas. Mais tarde, o animal também passou a ser abatido para a produção de charque, carne salgada e seca ao sol. Dessa forma, a carne era comercializada sem o risco de estragar.

No sul da colônia, a criação de gado bovino para a produção de charque e de cavalos e burros para tração e transporte desenvolveu-se pouco tempo depois da expansão pecuária na região do São Francisco, ainda no século XVIII. O desenvolvimento da pecuária no sul favoreceu a ocupação local e também o abastecimento da região das minas.

**Sertão:** durante a colonização portuguesa na América, a palavra "sertão" era utilizada para designar o interior, os territórios afastados do litoral que ainda não tinham sido explorados e ocupados pelos colonizadores.

## União Ibérica

Na segunda metade do século XVI, Portugal enfrentou uma crise de sucessão dinástica. Em janeiro de 1580, o então rei D. Henrique morreu sem deixar herdeiros. Aproveitando a oportunidade, o rei Filipe II da Espanha, neto de D. Manuel, que havia governado Portugal entre 1495 e 1521, invadiu o reino e assumiu o trono português meses depois. Iniciava-se, desse modo, a **União Ibérica**, que duraria até 1640.

A união das coroas ibéricas teve consequências importantes para o Brasil. Por um lado, tornou sem efeito a linha divisória do Tratado de Tordesilhas, o que estimulou o avanço dos portugueses em direção ao interior, tanto para o sul da colônia quanto para a Amazônia. Por outro lado, trouxe problemas para os domínios portugueses, uma vez que Portugal herdou os inimigos dos espanhóis, como a Holanda, que estava em guerra contra a Espanha para obter a independência. Assim, os laços comerciais entre portugueses e holandeses, na época envolvidos no comércio do açúcar brasileiro, foram rompidos.

Empenhados em conquistar a hegemonia dos mares, os holandeses criaram duas poderosas companhias comerciais, a **Companhia Holandesa das Índias Orientais**, organizada em 1602, e a **Companhia Holandesa das Índias Ocidentais**, formada em 1621. Organizados em torno dessas companhias, os holandeses dispunham dos instrumentos necessários para ocupar os entrepostos comerciais criados por espanhóis e portugueses na África e na Índia.

Em busca de lucros e de ações para enfraquecer os espanhóis, e na tentativa de manter sua participação no comércio do açúcar, os holandeses também se sentiram estimulados a empreender a conquista das zonas de produção açucareira na América.

### A independência da Holanda

No século XVI, os Países Baixos estavam divididos entre as províncias do norte (de maioria protestante) e as províncias do sul (de maioria católica). A Holanda, província mais importante do norte, declarou independência em relação à Espanha em 1568.

O governo espanhol iniciou uma guerra para manter o território holandês sob seu domínio. O conflito durou até 1648, quando foi assinado um acordo de paz e os espanhóis reconheceram a independência da Holanda.

## Holandeses invadem o Brasil

Organizados em torno da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, em 1624 os holandeses tomaram a cidade de Salvador. No ano seguinte, uma esquadra luso-espanhola bem armada retomou a capital da colônia.

Em 1630, numa nova investida, os holandeses atacaram a capitania de Pernambuco e ocuparam Olinda e Recife. Contudo, os invasores ficaram isolados nos núcleos urbanos, devido à resistência dos portugueses liderados pelo governador Matias de Albuquerque. Usando de estratégia, o governador organizou suas defesas no Arraial do Bom Jesus, uma elevação próxima das áreas invadidas, de onde lançou contínuos ataques e emboscadas, dificultando por cinco anos a expansão dos adversários.

Entre 1632 e 1635, com reforços vindos da Europa e a ajuda de moradores da terra, os holandeses conquistaram pontos decisivos como a Ilha de Itamaracá, a Paraíba, o Rio Grande do Norte e, por fim, o Arraial do Bom Jesus, consolidando a ocupação de Pernambuco.



Fonte: ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de e outros. *Atlas histórico escolar*. 7. ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1978. p. 26.



FERNANDO BUENO/PULSAR IMAGENS

## ◆ Nassau: soldado e humanista

O conde João Maurício de Nassau-Siegen chegou ao Recife, em princípios de 1637, para administrar o território conquistado. Encontrou a produção açucareira totalmente desorganizada, decorrente da retirada de inúmeros proprietários rurais para a Bahia, da destruição de engenhos e canaviais e, em especial, das fugas de escravos.

Assim, os primeiros anos de administração de Nassau foram dedicados à reconstrução da economia açucareira. Para tal, determinou a concessão de empréstimos aos interessados em adquirir os engenhos abandonados e para a reconstrução dos que tinham sido destruídos. A iniciativa levou boa parte dos senhores de engenho a estabelecer vínculos cordiais com os holandeses. O desempenho militar de Maurício de Nassau foi expressivo: ocupou Alagoas e tomou o forte português que defendia a costa do Ceará, embora tenha fracassado em um ataque a Salvador em 1638. Mas foi como administrador que seu nome se imortalizou.

Para contornar as sucessivas crises de desabastecimento, Nassau obrigou os proprietários de terras a cultivar mandioca, na proporção do número de pessoas que teriam de alimentar dentro de seus engenhos. Instituiu um regime de liberdade relativa no comércio, ou seja, de livre-comércio para os moradores das capitanias conquistadas que tivessem capital investido em engenhos, e procurou, com habilidade, conciliar os interesses dos diferentes grupos sociais, étnicos e religiosos que conviviam no Recife: colonos nascidos no território, portugueses, holandeses, franceses e ingleses; católicos, calvinistas e judeus.

Estátua de Maurício de Nassau na Praça da República em Recife (PE). Foto de 2011. Sob o governo de Nassau, a administração holandesa no Brasil caracterizou-se, principalmente, pela tolerância religiosa, pela realização de grandes obras públicas e pela concessão de empréstimos para a compra de engenhos abandonados.



HANS VON MANTEUFFEL/PULSAR IMAGENS

Vista aérea do centro histórico do Recife (PE) e a ponte Maurício de Nassau. Foto de 2015. A administração de Nassau promoveu a urbanização de parte da Ilha de Antônio Vaz, que passou a ser chamada de Cidade Maurícia (Mauritsstad), para torná-la o centro do poder holandês no Brasil.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

Além da reorganização administrativa da região açucareira, Nassau incentivou o trabalho de artistas e estudiosos trazidos da Europa para registrar e pesquisar a natureza e os tipos sociais da colônia. Artistas como Frans Post e Albert Eckhout produziram importantes registros do Brasil holandês, bem como o naturalista, cartógrafo e astrônomo Georg Marcgraf.

Com uma pintura de características naturalistas, descritivas e paisagísticas, Albert Eckhout nos deixou valiosos registros da visão europeia do Novo Mundo e dos tipos humanos do Nordeste colonial. Valendo-se da observação de espécimes encontrados nas possessões holandesas na América, o artista produziu cerca de 400 obras entre desenhos, esboços e pinturas. Contudo, Eckhout ganhou notoriedade pela produção de quatro pares de telas de grandes dimensões que retrataram os habitantes do Brasil no século XVII: *Mulher Tapuia* (1641) e *Homem Tapuia* (1643); *Mulher Tupi* (1641) e *Homem Tupi* (1643); *Mulher Mameluca* (1641) e *Homem Mulato* (sem data registrada); *Homem Negro* e *Mulher Negra* (ambos de 1641).

“Nessa série [...] de tipos raciais de costumes e *habitat* brasileiros [...], o pintor, aos trinta e poucos anos, atingia sua maturidade estilística. Inventa uma pintura composta de detalhes, sempre dominada pela figura temática secundada pelos elementos descritivos e se alongando, sem descuidar dos detalhes, até a fuga da perspectiva paisagística. Tudo caprichosamente delineado e definido. Se a figura parece a alguns em imobilidade, vale advertir que isto não é defeito e nem carência. Contenção de gesto, equilíbrio e harmonia de postura são virtudes.”

VALLADARES, Clarival do Prado; MELLO FILHO, Luiz Emygdio de.  
*Albert Eckhout: a presença da Holanda no Brasil – século XVII.*  
Rio de Janeiro: Edições Alumbramento, 1990. p. 25.

Georg Marcgraf, por sua vez, trabalhou como astrônomo e cartógrafo no Brasil holandês. Os mapas produzidos por Marcgraf mostravam as regiões conquistadas pelos holandeses, a localização dos nativos e dos engenhos, os acidentes geográficos, os principais caminhos, os rios e as lagoas, as fazendas de gado, alguns frutos e animais da região, cenas de batalhas entre europeus e índios e outras imagens. Os mapas eram tão precisos que continuaram sendo utilizados nos séculos seguintes. A principal obra de Georg Marcgraf, realizada em conjunto com o médico e naturalista Willem Piso, é *Historia Naturalis Brasiliae*, de 1648.



*Mulher mameluca* (1641), pintura de Albert Eckhout. Museu Nacional da Dinamarca, Copenhague. Atualmente, os retratos etnográficos dos habitantes do Brasil produzidos por Eckhout são tomados como documentos da visão europeia dos tipos retratados e não como retratos fiéis da realidade da época.

► Analise a imagem e identifique elementos que justifiquem a afirmação.

Verifica-se na tela a reprodução de padrões renascentistas como o ideal de equilíbrio na composição e a perfeição na representação da forma humana. A mulher mameluca foi retratada com um vestido longo branco e joias, aproximando a imagem do ideal europeu do modelo de civilização.

### Marcgraf e a ciência

O cientista alemão Georg Marcgraf foi responsável também por instalar o primeiro observatório astronômico da colônia, em 1639, no Recife, realizando diversos estudos sobre os eclipses. Além disso, catalogou diferentes espécies de animais e vegetais e realizou diversos estudos geográficos e hidrográficos do Nordeste colonial que resultaram em detalhados mapas da região.



VICTOR MEIRELLES - MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES, RIO DE JANEIRO

*Batalha dos Guararapes* (1875), pintura de Victor Meirelles. Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro (RJ).

## Insurreição Pernambucana

Em 1640, Portugal libertou-se do domínio espanhol e assinou uma trégua com os holandeses na Europa. Nassau, entretanto, continuou sua campanha militar, com a conquista de Sergipe e a invasão do Maranhão. No outro lado do Atlântico, os holandeses conquistaram, em 1641, Luanda e outras localidades angolanas.

No início de 1644, desentendimentos entre Nassau e a direção da Companhia das Índias Ocidentais resultaram na demissão do governador e no seu retorno à Europa. Esse episódio encerrou o período da expansão holandesa no Brasil. Ao mesmo tempo, iniciou-se a chamada **Insurreição Pernambucana**, que levaria à rendição e à retirada dos holandeses em 1654.

De início, a insurreição contra os holandeses não teve apoio de Portugal. Envolvido na guerra de restauração contra a Espanha, o novo rei, D. João IV, estava disposto a manter a trégua que reconhecia o domínio holandês em partes da África e da América portuguesas.

Nesse período, porém, o açúcar brasileiro enfrentou dificuldades por causa da queda dos preços no mercado europeu e pela diminuição da safra. Tal conjuntura abalou as relações da Companhia com os senhores de engenho. De um lado, estavam os produtores, pressionados pela cobrança das dívidas atrasadas; de outro, estavam os credores, exigindo seu dinheiro. Nesse contexto, a insurreição eclodiu em junho de 1645.

As primeiras conquistas dos revoltosos ocorreram no interior de Pernambuco. Em seguida, tropas vindas da Bahia obtiveram outras vitórias e marcharam para o Recife. Posteriormente, os holandeses foram expulsos de Alagoas e Sergipe. As duas batalhas decisivas ocorreram nos Montes Guararapes, em Pernambuco. O primeiro combate foi travado em abril de 1648, e o segundo, em fevereiro de 1649. Os luso-brasileiros venceram nas duas ocasiões.

Nesse mesmo período, em 1648, uma expedição organizada no Brasil expulsou os holandeses do território angolano. A situação dos holandeses tornou-se insustentável, até que, em fins de 1653, uma armada portuguesa cercou Recife por mar, enquanto as tropas dos insurretos atacavam por terra. As forças holandesas renderam-se na Campina da Taborda, em 26 de janeiro de 1654.

A experiência adquirida no Brasil incentivou o aumento de investimento holandês na produção de açúcar nas Antilhas (ilhas localizadas na região da América Central). Lá os holandeses financiaram as instalações e a importação de escravos, propiciaram assistência técnica aos produtores e garantiram mercado para a compra do produto, competindo com o Brasil.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

## Escravidão: um negócio lucrativo

No início da colonização, muitos indígenas foram escravizados para trabalhar nas plantações de cana ou nas roças de subsistência. No entanto, alguns fatores contribuíram para que a mão de obra indígena fosse substituída pela do africano escravizado: baixa resistência dos indígenas às doenças de origem europeia; resistência armada de alguns povos à captura; e a fuga, sempre que possível, para os sertões. Além disso, contavam com a proteção dos jesuítas, o que provocava conflitos entre esses religiosos e os colonos.

Para alguns estudiosos, o fator mais importante para essa substituição era o alto lucro que o tráfico de escravos africanos proporcionava para a Coroa e para os traficantes. A administração portuguesa submetia o comércio negreiro a uma dupla taxa: quando os escravos eram embarcados na África e quando desembarcavam na América. O traficante, por sua vez, em troca de escravos, fornecia aos chefes africanos farinha de mandioca, baricas de fumo, caixas, barris e amarrados de açúcar, aguardente, búzios, fardos e caixões de tecidos de algodão, mosquetes, pólvora, espelhos e contas de vidro. Na colônia, os mercadores comercializavam os escravos e obtinham enormes lucros.

Esses aspectos contribuíram para a substituição do trabalho escravo nativo pelo africano na produção açucareira do Nordeste. No entanto, nas regiões onde os colonos tinham menos recursos, como São Paulo, Maranhão, Piauí e na Amazônia, a escravidão do indígena, o chamado “negro da terra”, predominou até o século XVIII.

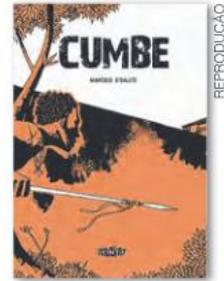
Os navios negreiros (ou **tumbeiros**), utilizados no transporte dos escravos vindos da África, demoravam em média 35 dias para chegar ao Recife, 40 dias para chegar a Salvador e 50 dias para chegar ao Rio de Janeiro. Durante a viagem, cada escravo tinha direito a uma pequena cota diária de alimentos e água, mas a superlotação e a falta de higiene levavam muitos à morte. As condições de viagem eram as piores imagináveis, como mostra o texto a seguir:

“Espremidos nos porões dos navios negreiros, milhares de homens, mulheres e crianças suportavam calor, sede, fome, sujeira, ataques de ratos e piolhos, surtos de sarampo ou escorbuto. Muitos não resistiam, e acabavam jogados ao mar.”

FARIAS, Juliana Barreto. Senhora de si. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, jan. 2011. Disponível em <[www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/senhora-de-si](http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/senhora-de-si)>. Acesso em 23 fev. 2016.

Dessa forma, grande parte dos africanos embarcados na África não chegavam à América portuguesa, exemplificando a violência a que esses seres humanos eram submetidos antes mesmo de serem vendidos nas praças das grandes cidades no Brasil.

Você vai gostar de ler



D'SALETE, Marcelo. **Cumbe**. São Paulo: Veneta, 2014.

Na língua quimbundo, a palavra *Cumbe* possui vários sentidos: é o Sol, o dia, a luz, o fogo e a maneira de compreender a vida e o mundo. *Cumbe* também é um sinônimo de quilombo.

A obra apresenta quatro histórias – *Calunga*, *Malungo*, *Cumbe* e *Sumidouro* – que mostram os negros escravizados como protagonistas da luta contra a opressão escravagista durante o período colonial brasileiro.



*Navio negreiro* (1835), gravura de Johann Moritz Rugendas colorizada posteriormente. Biblioteca Municipal Mário de Andrade, São Paulo (SP).

Grupo de mulheres oferece flores no memorial Zumbi dos Palmares, Rio de Janeiro (RJ), durante celebração do Dia da Consciência Negra. Foto de 2013.



FABIO TEIXEIRA/DEMOTIX/CORBIS/LATINSTOCK

## ◆ Trabalho escravo e resistência

Na América portuguesa, os cativos eram separados de seus familiares, organizados por idade e sexo e vendidos nos mercados; em seguida eram encaminhados para trabalhar em diversas atividades, principalmente nos engenhos e nos canaviais. A maioria desenvolvia trabalhos braçais, mas também havia os escravos com habilidades artesanais e aqueles que executavam tarefas domésticas.

Os escravos africanos não tinham direitos, eram submetidos a extensas jornadas de trabalho e sofriam com os violentos castigos físicos. No entanto, havia uma resistência que se manifestava em fugas, abortos, assassinatos de feitores, furtos, sabotagem aos engenhos, formação de quilombos.

### Formação de quilombos

Os quilombos, ou mocambos, eram locais onde se refugiavam escravos fugidos, índios, criminosos perseguidos pela justiça e até mesmo homens brancos pobres. Geralmente, eram construídos em locais de difícil acesso. Seus habitantes viviam da agricultura de subsistência, da pecuária, da caça, da pesca e da coleta de frutos, e muitas vezes organizavam grupos para auxiliar fugas e assaltar propriedades.

No início do século XVII, muitos cativos que haviam fugido para as matas da Serra da Barriga, no atual estado de Alagoas, ajudaram a consolidar o maior, mais duradouro e mais bem organizado quilombo do Brasil: o **Quilombo dos Palmares**. Estima-se que Palmares concentrasse mais de 20 mil escravos fugitivos. Seu líder mais conhecido foi Zumbi.

Diversas expedições para destruir Palmares foram enviadas pelos portugueses e holandeses. Contudo, elas fracassaram e o quilombo só foi dizimado em 1694, sob o comando do bandeirante paulista Domingos Jorge Velho. Zumbi foi assassinado em 20 de novembro do ano seguinte, transformando-se em um grande símbolo da resistência negra à escravidão e da luta pela liberdade. Em 2011, a data de sua morte foi oficializada como o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra no Brasil.

**Zungu:** moradia urbana onde negros livres e cativos se reuniam para festejar e compartilhar crenças e costumes de origem africana, como práticas religiosas e tradições alimentares. Zungu é uma junção de duas palavras kikongo, língua do Reino do Congo: *nzi* (casa) e *angu* (alimento).

### Criação de uma cultura afro-brasileira

Apesar da diferença de condição jurídica entre os alforriados e os escravos e da diversidade étnica e cultural dos indivíduos vindos da África, a população negra construiu espaços de encontros como irmandades, festas, **zungus**, nos quais costumes africanos foram adaptados e recriados à realidade no Brasil.

Nesses locais, os negros reinventaram práticas religiosas, costumes e brincadeiras trazidos da África. Nos zungus, por exemplo, era possível encontrar um "sedutor", normalmente um alforriado que negociava

com os negros escravos a fuga deles para um quilombo ou para a tutela de um novo senhor. A mobilidade e o contato entre negros livres e escravos criou uma rede de cumplicidade e espaços próprios dos negros. Encontros em moradias e pequenos comércios das cidades permitiam escapar temporariamente da escravidão.

Nos angus, onde as negras preparavam o alimento de mesmo nome, os laços de solidariedade e resistência contra a opressão das autoridades eram reforçados.

## ◆ A “brecha camponesa”

Um mecanismo de controle e manutenção da ordem escravista utilizado em grande escala na colônia foi a chamada “**brecha camponesa**”, ou seja, a concessão de pequenos lotes de terra aos escravos para uma produção agrícola voltada ao mercado interno.

Os produtos cultivados variavam de acordo com a região, mas, de maneira geral, os escravos plantavam mandioca, feijão, milho, café, batata, banana, cará e hortaliças. A produção agrícola também podia estar associada à pecuária, que englobava desde pequenos animais (porcos e galinhas) até gado bovino e, às vezes, equino.

No Brasil, a “brecha camponesa” foi sancionada legalmente por meio de alvarás e ordens régias a partir do final do século XVII. As normas determinavam que os escravos tivessem direito a um dia livre (que podia ser sábado, domingo ou dias santos) para sua própria agricultura, em lotes que recebiam nas fazendas. Os escravos podiam alugar ou doar esse lote por testamentos informais. Além disso, o trabalho nos lotes de subsistência escapava à supervisão dos colonos, o que permitia a sua organização em moldes africanos.

Podemos dizer que a “brecha camponesa” cumpria a função de minimizar os custos de manutenção e de reprodução da força de trabalho para o dono do escravo, ao mesmo tempo que permitia ao cativo comprar suplementos à sua necessidade ou gosto: bebidas, roupas, tabaco e até mesmo sua alforria ou a de seus familiares, possibilitando melhores condições de vida.

## ◆ As várias faces da família colonial

Normalmente, a sociedade colonial tem sido caracterizada, tanto nas áreas rurais quanto nas urbanas, como **patriarcal**. De acordo com esse modelo, a família colonial brasileira apresentava um núcleo central composto do chefe da família, sua esposa, seus filhos e netos, além de um núcleo de membros considerados secundários, formado por filhos ilegítimos ou de criação, parentes, afilhados, serviçais, amigos, agregados e escravos.

O patriarca, na liderança dos dois núcleos, cuidava dos negócios e mantinha a linhagem e a honra familiar, procurando exercer sua autoridade sobre a mulher, os filhos e demais dependentes. Com frequência, o filho mais velho herdava o patrimônio, enquanto seus irmãos eram encaminhados aos estudos para tornar-se bacharéis em direito, médicos ou padres.

Todavia, pesquisas evidenciam que não houve um modelo único de família na América portuguesa. Ela variou de acordo com as heranças culturais, com a região e com a condição social e jurídica de seus componentes.



Uma família brasileira (1819), gravura de Henry Chamberlain. Biblioteca Brasiliana da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo (SP).

▶ Que aspectos da sociedade colonial brasileira você identifica nessa imagem?

À frente caminha o pai da família, seguido por crianças e mulheres, representando a liderança do homem neste núcleo familiar. Logo depois, três negros escravos acompanham a família. Dois dos escravos carregam uma criança de colo e um cachorro. A gravura representa características marcantes do cotidiano da cidade do Rio de Janeiro no início do século XIX: a sociedade patriarcal e escravista.

## Educação na colônia

De maneira geral, o aprendizado das crianças na América portuguesa decorria da experiência dos seus pais, uma vez que o estudo era privilégio de poucos. Por isso, e especialmente nas famílias mais carentes, os filhos ingressavam muito cedo no mundo do trabalho. Os meninos de famílias com mais recursos financeiros estudavam em internatos jesuítas. O primeiro colégio do país foi criado na Bahia, em 1564.

## ◆ Outros arranjos familiares

No Nordeste açucareiro, entre os grandes proprietários de terras, predominou a família extensa ou patriarcal, verdadeiro centro de poder econômico e político local. Dela faziam parte os parentes de sangue, os parentes simbólicos (padrinhos, compadres e afilhados), os agregados ou protegidos e até escravos. No entanto, também existiu na colônia a **família nuclear**, diferente da família extensa por ser formada por um núcleo principal, representado pelo marido, pela esposa e descendentes legítimos. Nesse modelo, o chefe da família não tinha o mesmo poder de mando que o patriarca, pois, quando seus descendentes casavam, constituíam família própria, em outro domicílio.

Em algumas partes da colônia, como em São Paulo, a mulher, figura destacada na família, desempenhava um papel de liderança no núcleo familiar e na administração dos negócios, devido ao grande período de ausência dos homens na cidade, comprometidos com as bandeiras no sertão da colônia.

## ◆ Casamento: privilégio de poucos

O casamento, em geral realizado de acordo com as regras da Igreja Católica, era quase um monopólio da elite branca, interessada na manutenção do prestígio e da estabilidade social. Para os mais pobres, a maioria da população, o comum era a união simples, considerada ilegítima pelas autoridades eclesiásticas.

A Igreja não via com bons olhos essas relações afetivas, considerando-as um desrespeito ao sacramento do matrimônio e, por isso, pecaminosas. E, para tratar desses e de outros assuntos religiosos, elaborou-se o código **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**.

O Estado, porém, mostrou-se condescendente em relação a essas uniões afetivas. Até porque, no início da colonização, eram raríssimas as mulheres europeias no Brasil. Por exemplo, João Ramalho e outros portugueses que viveram entre os nativos tinham dezenas de mulheres indígenas. Mesmo quando o número de mulheres vindas de Portugal aumentou, o que interessava às autoridades era a reprodução da força de trabalho e, para tal, não se fazia necessário legitimar as relações afetivas por meio do matrimônio.

A ideia do marido dominador e da mulher submissa aparece em muitos registros históricos e nos romances ambientados no período colonial. Sem dúvida, muitas mulheres foram enclausuradas, espancadas e perseguidas por seus maridos e pais. Em contrapartida, várias mulheres também reagiram às violências que sofriam. Pelos relatos ou evidências da época, percebe-se que, de um lado, parte da população feminina livre esteve sob o poder dos homens, enquanto outra parte acabou desenvolvendo uma maneira própria de viver, criando cumplicidades ou alianças capazes de desordenar ou suavizar os obstáculos que encontravam na sociedade colonial. Assim, o comportamento feminino muitas vezes divergiu do estereótipo imposto pela história tradicional.

*Igreja com pórtico (c. 1670)*, detalhe da pintura de Frans Post. Instituto Ricardo Brennand, Recife (PE). A maioria das uniões na América portuguesa não eram oficiais, ou seja, não eram realizadas na Igreja Católica, instituição responsável pelo matrimônio no período colonial.



FRANS POST - INSTITUTO RICARDO BRENNAND, RECIFE

## As transformações provocadas pelo açúcar

*A produção de açúcar no Novo Mundo transformou a economia, a sociedade e o meio ambiente do período. Mais que isso, o advento do açúcar revolucionou de modo definitivo as sociedades, com consequências até os dias de hoje.*

“A aceleração da produção de açúcar nas regiões de floresta tropical do Novo Mundo [...] está relacionada com um impacto social de enorme alcance: foi o principal estímulo para a construção do escravismo moderno. Foi nos territórios da América tropical que o modelo de produção de monoculturas e trabalho escravo gerou o maior impacto na ecologia das paisagens. Desde o início da agricultura, especialmente no contexto das civilizações complexas surgidas nos últimos 7 mil anos, o desflorestamento global concentrou-se nas florestas temperadas do hemisfério norte. O desmatamento tropical é um fenômeno moderno [...]. O Brasil e algumas ilhas do Caribe, como Cuba e Jamaica, tornaram-se os símbolos do desmatamento provocado pela cana.

[...] em 1711, o jesuíta Antonil já havia descrito a fórmula sintética do canavial como um impiedoso conquistador ecológico – ‘feita a escolha da melhor terra para a cana, roça-se, queima-se e alimpa-se, tirando-lhe tudo o que podia servir de embarço’. A floresta tropical, com toda a sua diversidade, aos olhos dos produtores, representava apenas um ‘embarço’ para o avanço da cana. [...]

E o impacto nas florestas não se devia apenas à abertura de terras para o plantio. Para cada quilo de açúcar produzido, cerca de 15 quilos de lenha eram queimados nas fornalhas que alimentavam os enormes caldeirões onde o caldo da cana era cristalizado. Para purgar o açúcar nas moendas, utilizava-se cinza de madeira, em muitos lugares retirada dos manguezais. O conjunto da infraestrutura estava calcado na madeira ou em materiais cuja produção requeria o uso de lenha em fornalhas – como tijolos, telhas e cal. Das árvores

tropicais provinham até as caixas onde o açúcar era acondicionado para exportação.

No outro extremo da cadeia econômica, o açúcar transformava a ecologia do consumo. No mundo pré-moderno, a culinária pouco utilizava o sabor adocicado – era pontual o uso de mel, [...] de frutas etc. O açúcar foi uma revolução. Por ser fácil de armazenar e transportar, além de adoçar sem modificar muito o sabor da comida, tornou-se o adoçante quase hegemônico. [...]

Quais as consequências hoje do consumo global de mais de 160 milhões de toneladas de açúcar, contra apenas 8 milhões no início do século XX? Quais os efeitos sociais de um consumo médio anual de 23 quilos, em uma escala que vai de um mínimo de 8 quilos em Bangladesh para um máximo de 66 quilos em Israel? Como avaliar o efeito da combinação do açúcar com as bebidas energéticas (como o café) que estimulam a atividade dos corpos humanos no ritmo de vida frenética da civilização urbano-industrial? Como equacionar o cortejo de delícias gustativas que o açúcar gerou, associado ao crescimento epidêmico da diabetes, das cáries dentárias e da obesidade?

A sensação doce na boca tornou-se um dos traços culturais distintivos da globalização. Mas quem considerar todos os seus componentes históricos – incluindo os desflorestamentos, as escravidões e as chamadas ‘doenças da civilização’ – não poderá deixar de notar um gosto amargo, por vezes demasiadamente amargo, do império da doçura.”

PÁDUA, José Augusto. O amargo avanço da doçura. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, jul. 2013. Disponível em <[www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/o-amargo-avanco-da-docura](http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/o-amargo-avanco-da-docura)>. Acesso em 23 fev. 2016.

### Compreendendo o texto

Registre as respostas em seu caderno.

- Segundo o autor, quais foram as principais transformações ocorridas no mundo após a consolidação da indústria de produção do açúcar?
- Quais seriam as prováveis consequências da produção açucareira para o meio ambiente local? Utilize trechos do texto para justificar sua resposta.
- O texto aponta para algumas consequências do excesso de consumo do açúcar pela sociedade contemporânea. Em dupla, pesquisem sobre o assunto e montem um painel que contemple os seguintes aspectos: dados sobre o consumo de açúcar global e no Brasil, os efeitos do açúcar no corpo humano e as principais doenças associadas ao consumo desse produto.

## Explorando o conhecimento

1. Descreva as principais características da economia e da estrutura familiar do Nordeste açucareiro.
2. Observe com atenção o mapa “Economia colonial (século XVII)”, na página 48.
  - a) O que as manchas verdes no mapa representam? Por que elas estão concentradas na faixa litorânea?
  - b) Que artigos foram explorados na Amazônia no período colonial?
  - c) Qual foi o impacto provocado pelo desenvolvimento da pecuária e da exploração das drogas do sertão na América portuguesa?

## Pensando criticamente

3. Leia o texto abaixo e identifique a alternativa correta.

“O conde João Maurício de Nassau-Siegen, nascido em Dillenburg, atual Alemanha, cedo ingressou na carreira militar a serviço dos Países Baixos. Em 1636 a WIC (Companhia das Índias Ocidentais) lhe fez o convite para administrar as possessões no Brasil, recebendo os títulos de Governador, Almirante e Capitão-General. Acompanhado por uma frota de 4 navios e 350 soldados, chegou a Pernambuco em janeiro de 1637 [...]”

LUCIANI, Fernanda T. *Barleus: oito anos de Nassau no Brasil*. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin on-line. Disponível em <www.bbm.usp.br/node/97>. Acesso em 23 fev. 2016.

Entre as características que marcaram a administração holandesa no Brasil no período de Nassau, podemos citar a

- a) conciliação dos interesses dos escravos com os dos senhores de engenho, harmonia que gerou o aumento da produção.
- b) concessão de empréstimos aos interessados em adquirir os engenhos abandonados e para a reconstrução dos que tinham sido destruídos.
- c) obrigação dos proprietários de terras em cultivar arroz na proporção do número de pessoas que teriam de alimentar em seus engenhos.
- d) instituição de uma rígida política comercial, ou seja, os proprietários teriam que comprar seus produtos de comerciantes holandeses.
- e) tolerância aos cristãos católicos, uma vez que a religião protestante foi instituída como religião oficial, com perseguição apenas aos judeus.

## CONECTANDO COM A QUÍMICA

4. Leia o texto a seguir para responder às questões.

“A glicose é um importante componente da sacarose, a substância a que nos referimos quando falamos de açúcar. [...] é o arranjo espacial dos átomos da molécula de glicose (e de outros açúcares) que resulta no sabor – um doce sabor. [...] O açúcar – o desejo de sua doçura – moldou a história humana. Foram os lucros proporcionados pelo enorme mercado do açúcar que se desenvolveu na Europa que motivaram o envio de escravos africanos para o Novo Mundo.”

LE COUTEUR, Penny; BURRESON, Jay. *Os botões de Napoleão: as 17 moléculas que mudaram a história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 54-68.

- a) Como se explica o sabor doce do açúcar?
- b) O texto afirma que o desejo pela doçura do açúcar “moldou a história humana”. Você concorda com a afirmação? Justifique.

- 5.



Charge de Angeli sobre o trabalho escravo contemporâneo publicada em 2007.

- a) Qual é a crítica presente na imagem? É possível relacionar a charge à escravidão africana na América portuguesa? Justifique.
- b) O que poderia ser feito para combater o problema abordado na charge?

## Investigando

6. Em dupla, pesquisem as comunidades de remanescentes quilombolas existentes no Brasil hoje. Com base na Constituição de 1988, montem um painel informativo sobre o tema, indicando os estados do país que possuem comunidades de remanescentes quilombolas, e quantas delas já receberam os títulos de suas terras. Depois, debatam com seus colegas a respeito da situação dessas comunidades.

Vale lembrar aos alunos que na seção Técnicas de trabalho, no final do livro, há orientações para a realização de pesquisa.

## Decifrando o Enem

Registre a resposta em seu caderno.

(ENEM-MEC/2011)

“O açúcar e suas técnicas de produção foram levados à Europa pelos árabes no século VIII, durante a Idade Média, mas foi principalmente a partir das Cruzadas (séculos XI e XIII) que a sua procura foi aumentando. Nessa época passou a ser importado do Oriente Médio e produzido em pequena escala no sul da Itália, mas continuou a ser um produto de luxo, extremamente caro, chegando a figurar nos dotes de princesas casadoiras!”

CAMPOS, R. *Grandeza do Brasil no tempo de Antonil* (1681-1716). São Paulo: Atual, 1996.

Considerando o conceito do Antigo Sistema Colonial, o açúcar foi o produto escolhido por Portugal para dar início à colonização brasileira, em virtude de

- a) o lucro obtido com o seu comércio ser muito vantajoso.
- b) os árabes serem aliados históricos dos portugueses.
- c) a mão de obra necessária para o cultivo ser insuficiente.
- d) as feitorias africanas facilitarem a comercialização desse produto.
- e) os nativos da América dominarem uma técnica de cultivo semelhante.

### Analizando

A questão acima discute a economia açucareira com base em um texto historiográfico. O texto no início da questão informa que o consumo de açúcar foi incorporado à alimentação europeia durante a Idade Média. Até então, alimentos doces eram preparados com mel ou aproveitando a sacarose natural das frutas. O açúcar originário da cana era um produto de luxo, raro e muito caro, equivalente às valiosas especiarias. O açúcar era produzido em pequenas quantidades na Sicília e outras ilhas do Mediterrâneo e no norte da África.

Na época das grandes navegações, os portugueses começaram a fazer experiências, bem-sucedidas, com a plantação de cana e a instalação de engenhos nas ilhas da Madeira, Açores, Cabo Verde e São Tomé. Nesta última, adotou-se a mão de obra escrava africana em larga escala e a ilha transformou-se, posteriormente, em importante entreposto do trá-

fico negreiro praticado no Atlântico a partir do século XVI.

Para responder a questão, é preciso que você considere o conceito de Antigo Sistema Colonial para escolher a alternativa que apresenta a motivação do reino português ao escolher implementar o açúcar nas suas terras na América do Sul. O conceito é utilizado pelos historiadores para designar o conjunto de relações entre as colônias americanas e suas metrópoles, especialmente as ibéricas, entre os séculos XVI e XVIII.

As principais características do Antigo Sistema Colonial eram: a complementaridade entre as economias da metrópole e de suas colônias; o monopólio metropolitano do comércio com as colônias; o trabalho escravo (ou outras formas de trabalho compulsório) era a mão de obra fundamental nas economias coloniais; a importância do tráfico de escravos na acumulação de capitais pela metrópole.

Vamos analisar cada uma das alternativas?

- Alternativa **a**: No século XVI o açúcar era um produto muito valioso. O sucesso da agro-manufatura do açúcar nas ilhas do Atlântico levou o reino português a escolher essa atividade para tornar lucrativas suas terras na América do Sul, atraindo povoadores e garantindo a posse da terra.
- Alternativa **b**: A formação do reino português, entre os séculos XI e XIV, esteve associada às guerras de Reconquista, cujo objetivo era expulsar os árabes da Península Ibérica.
- Alternativa **c**: Os colonizadores da América portuguesa resolveram o problema da mão de obra na grande lavoura de exportação com a exploração do trabalho compulsório dos indígenas e africanos.
- Alternativa **d**: O açúcar produzido na América portuguesa era exportado para a Europa. As feitorias africanas eram importantes no comércio de ouro, especiarias e, principalmente, de escravos.
- Alternativa **e**: Os colonizadores portugueses adotaram a coivara, a técnica indígena de preparo do terreno para o cultivo, que consistia na queimada das matas. A pergunta proposta pelo enunciado relaciona-se com esse tema?

**Agora é com você:** qual alternativa completa de maneira correta a frase do enunciado?

A alternativa correta é a letra **a**.

# A mineração no Brasil colonial



CHRISTOPHE SIMON/AFP

Helicóptero sobrevoa o distrito de Bento Rodrigues após o rompimento da barragem de uma empresa mineradora no município de Mariana (MG). Foto de novembro de 2015.

O objetivo desta abertura é discutir os impactos ambientais da atividade mineradora ao longo da história. Sugerimos iniciar o trabalho pela leitura do texto, esclarecendo aos alunos que "charneca" é um tipo de vegetação caracterizada por arbustos e plantas herbáceas, que crescem em regiões incultiváveis e arenosas. A substituição das florestas por charnecas está diretamente associada ao desmatamento da vegetação nativa e ao empobrecimento do solo, resultante da atividade

## Os impactos ambientais da mineração

“O efeito desse tipo de mineração foi o de substituir a floresta por charnecas esburacadas. ‘Por todos os lados, tínhamos sob os olhos os vestígios aflitivos das lavagens, vastas extensões de terra revolvida e montes de cascalho’, relatava o botânico francês Auguste de Saint-Hilaire quando atravessou a estrada ao norte de Ouro Preto, na segunda década do século XIX [...]. Alguns anos depois, outro botânico vislumbrava um panorama similar ao longo da estrada de São João del-Rei [...] uma distância de cerca de quinze quilômetros: ‘uma região escaldada e deserta, cujo terreno está todo minado pelas escavações em busca do ouro’. [...] O desnudamento das encostas provocou erosão de camadas de terra, gerando gigantescos sulcos chamados voçorocas, assoreamento de leitos de riachos e enchentes que ainda ocorrem na região mas que agora são tão generalizados e antigos que parecem características naturais da paisagem. [...] Modernos levantamentos na região sugerem que [...] o volume total de ouro obtido durante o século XVIII teria revirado 4 mil km<sup>2</sup> da região da Mata Atlântica.”

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*.

São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 114-115.

mineradora. É importante lembrar aos alunos que o desmatamento é um problema que persiste nos dias de hoje e está relacionado a diversas atividades econômicas além da mineração. Ao analisar a imagem, sugerimos destacar os impactos sociais e ambientais do rompimento da barragem, enfatizando as consequências dessa tragédia para as pessoas que viviam no distrito de Bento Rodrigues e para o ecossistema do Rio Doce.

## Atrás de uma bandeira

Durante a União Ibérica (1580-1640), Portugal havia perdido possessões importantes no Oriente e na África, invadidas por países hostis à Espanha. Além disso, o açúcar brasileiro enfrentava a concorrência do açúcar produzido nas Antilhas pelos holandeses. Para resolver essas dificuldades econômicas, a Coroa portuguesa estimulou a procura de metais e pedras preciosas em terras de sua colônia na América por expedições exploradoras, como as entradas e as bandeiras, que já eram organizadas desde meados do século XVI.

As **entradas** eram expedições oficiais, organizadas pelas autoridades portuguesas, que partiam do litoral com o objetivo de explorar o interior, apresar indígenas destinados à escravidão, procurar minas e defender as áreas de produção açucareira contra ataques indígenas e invasões estrangeiras.

As **bandeiras**, por sua vez, eram expedições armadas e organizadas em geral por particulares de São Paulo (vila da capitania de São Vicente) que partiam para o sertão em busca, principalmente, de índios para trabalhar nas lavouras paulistas (**bandeiras de apresamento**). Os indígenas eram capturados, sobretudo, nas missões jesuíticas, que reuniam grande número de nativos já convertidos ao cristianismo e acostumados ao trabalho sistemático. As investidas contra as missões provocaram diversos conflitos entre bandeirantes e jesuítas. Nas missões do Itatim, por exemplo, no atual estado do Mato Grosso do Sul, indígenas apoiados pelos jesuítas organizaram uma resistência armada para lutar contra os bandeirantes. Havia também bandeiras organizadas para combater indígenas hostis aos colonizadores e destruir quilombos, que eram conhecidas como **sertanismo de contrato**.

Somente na segunda metade do século XVII as **bandeiras de prospecção**, organizadas para procurar pedras e metais preciosos, intensificaram-se. Uma das expedições mais famosas partiu de São Paulo em 1674 e, durante sete anos, explorou várias regiões do centro-sul. Ela foi comandada por Fernão Dias Paes, acompanhado por Manuel de Borba Gato e outros exploradores. Esses bandeirantes abriram importantes caminhos que facilitaram expedições posteriores, como a que descobriu ouro na região de Minas Gerais, no final do século XVII. Além disso, penetrando cada vez mais no interior em busca de riquezas, os bandeirantes paulistas ultrapassaram os limites do Tratado de Tordesilhas, contribuindo para a ampliação do território português na América.

**Prospecção:** método empregado para localizar jazidas de pedras e metais preciosos, bem como para calcular o valor econômico das jazidas descobertas.



## ◆ Caminhos do ouro

Pelas suas andanças nos sertões, os paulistas descobriram, na década de 1690, ouro em abundância na região do Rio das Velhas, em terras dos atuais municípios mineiros de Sabará e Caeté. Nesse período, as bandeiras de prospecção levaram à descoberta de novas jazidas, o que deu início à ocupação do vale onde seria fundada Vila Rica, atual Ouro Preto. Nos anos seguintes, os paulistas abriram caminhos auríferos em Mato Grosso e Goiás e participaram da descoberta de diamantes no norte de Minas Gerais, na região do Serro Frio.

O ouro inicialmente descoberto pelos bandeirantes foi o **ouro de aluvião**, encontrado em depósitos de cascalho, areia e argila que se formam próximo às margens ou na foz dos rios. Eles também exploraram depósitos de cascalho nas encostas das montanhas. A notícia da descoberta atraiu para a região das minas, nas primeiras décadas do século XVIII, cerca de 30 a 50 mil pessoas. Por causa desse afluxo populacional, essa área alcançou uma densidade demográfica alta, o que provocou o primeiro surto urbano do território brasileiro.

As pessoas vinham de Portugal e de todas as partes da colônia, e muitos traziam escravos para trabalhar nas minas. A maioria desses escravos vinha da região litorânea da África, do porto da Costa da Mina, atual Gana. Os africanos trouxeram consigo muitas técnicas de mineração, pois tinham conhecimento prévio da extração e da transformação dos metais.

Os primeiros campos de garimpeiros eram improvisados e marcados pela precariedade. Um dos principais problemas era a ausência de lavouras e a escassez de alimentos, o que levou a muitas disputas por comida na região.

“O desejo do ouro fácil se sobrepôs às necessidades mínimas de sobrevivência. Nos primeiros momentos, muitos aventureiros, mesmo trazendo consigo um saco repleto de pepitas de ouro, morreram de fome nas minas, porque não havia naquele sertão **bravio** nem plantações nem nenhum tipo de comércio de alimentos.”

TOLEDO, Vera Vilhena de; GANCHO, Cândida Vilares. *O brilho dos metais: mineração e metalurgia no Brasil*. São Paulo: Moderna, 1997. p. 30 (Coleção Desafios)

## ◆ A Guerra dos Emboabas

A descoberta de metais preciosos nos sertões da colônia gerou conflitos entre os grupos que se dirigiram para as principais áreas de mineração no final do século XVII e início do século XVIII. Os paulistas, descobridores das primeiras jazidas, acreditavam que deveriam ter privilégios na exploração do ouro. Por isso opunham-se à presença de portugueses e colonos vindos de outras capitanias, aos quais chamavam pejorativamente de **emboabas**. Em abril de 1700, os paulistas encaminharam uma petição à Câmara da Vila de São Paulo solicitando que as lavras fossem concedidas apenas aos habitantes da capitania de São Vicente. A recusa do governo, porém, deu início a um confronto direto entre paulistas e emboabas pela posse das áreas de mineração entre 1708 e 1709.

Após alguns conflitos, os emboabas saíram vitoriosos e expulsaram os paulistas da região. Com o intuito de pacificar as áreas mineradoras e abrandar o descontentamento dos paulistas, a Coroa portuguesa criou a **capitania de São Paulo e Minas do Ouro**, em 1709, e estabeleceu regras para a concessão de terras entre paulistas e emboabas nos locais da mineração. Após os conflitos, muitos paulistas migraram para outras regiões e continuaram a buscar metais preciosos. Tal fato contribuiu para a abertura de novas frentes de colonização, especialmente no Centro-Oeste, onde foram encontradas algumas minas de ouro.

Bateia de madeira do século XVIII utilizada na garimpagem do ouro. Museu da Inconfidência, Ouro Preto (MG). A bateia de madeira foi um dos equipamentos introduzidos pelos africanos escravizados na mineração.

**Bravio:** neste contexto, terreno não cultivado, coberto de vegetação rasteira; lugar agreste.

## ◆ O abastecimento das áreas de mineração

Durante as primeiras décadas de exploração das minas, faltavam produtos básicos para a sobrevivência da população. O padre André João Antonil descreveu da seguinte maneira as dificuldades enfrentadas pelos primeiros mineradores:

“Sendo a terra que dá ouro esterilíssima de tudo o que se há mister para a vida humana, e não menos estéril a maior parte dos caminhos das minas, não se pode crer o que padeceram ao princípio os mineiros por falta de mantimentos, achando-se não poucos mortos com uma espiga de milho na mão, sem terem outro sustento.”

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil (1711)*. São Paulo: Nacional, 1967. p. 266-267.

Com o desenvolvimento da atividade mineradora, o abastecimento da região passou a ser realizado principalmente pelos tropeiros, que enfrentavam longas viagens e caminhos tortuosos para comercializar os mais variados produtos. No entanto, a procura por artigos de primeira necessidade era maior que a oferta e os preços eram bem mais elevados do que os praticados fora da área mineradora.

A necessidade de abastecimento originou diversas rotas comerciais em direção às minas. Do Sul partiam tropas que comercializavam principalmente gado; do Nordeste e do Rio de Janeiro vinham alimentos, armas, tecidos e produtos de origem europeia; e de São Paulo, aguardente, rapadura e outros alimentos. A atividade mineradora contribuiu, desse modo, para a formação de um mercado interno na colônia, fomentando também o desenvolvimento das áreas abastecedoras.

Além do incremento das rotas comerciais, o problema da falta de alimentos foi sanado pelo aumento do cultivo de roças e pela diversificação das atividades econômicas na área mineradora, em especial da pecuária. Os próprios moradores aprenderam a fabricar alimentos que, com o tempo, tornaram-se característicos dessa região, como o queijo.

A Coroa portuguesa, interessada no controle e na fiscalização do escoamento do ouro, transformou alguns caminhos que levavam à região das minas em estradas reais, como o Caminho Velho, que ligava a área mineradora ao porto de Paraty, e o Caminho Novo, que ia até o Rio de Janeiro.

**Tropeiro:** na América portuguesa, condutor de tropas de mulas e gados que transportavam mercadorias.

### Comércio interno (século XVIII)



**Fontes:** *IstoÉ Brasil. 500 anos: atlas histórico*. São Paulo: Três, 1998. p. 28; KEATING, Vallandro; MARANHÃO, Ricardo. *Caminhos da conquista: a formação do espaço brasileiro*. São Paulo: Terceiro Nome, 2008. p. 209.



Vista do centro histórico da cidade de Ouro Preto (MG). Foto de 2015. A cidade, que carrega as marcas de seu passado colonial, foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1938. Em 1981, recebeu da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) o título de patrimônio mundial.

### Você vai gostar de navegar

#### Cidades Históricas Brasileiras

[www.cidadeshistoricas.art.br](http://www.cidadeshistoricas.art.br)

Esse site convida o visitante a viajar pelo passado colonial e pelo presente majestoso das vilas e cidades mineiras. Apresenta a história dos mais importantes núcleos urbanos nascidos com a mineração e várias informações e imagens sobre o patrimônio histórico reunido nas cidades mineiras.

## ◆ Arraiais, vilas e cidades

As funções dos arraiais, povoados, vilas e cidades da América portuguesa variaram de acordo com as atividades econômicas de cada região. Na área açucareira, que predominou na faixa litorânea da colônia, vilas e povoados atuavam como simples pontos de contato entre a administração portuguesa e o poder local dos latifundiários.

A ocupação do interior da colônia resultou, em grande parte, da expansão da pecuária. Aldeias e povoados surgiram nos caminhos dos tropeiros. Algumas vilas tornaram-se importantes por servirem de local para a realização de feiras nas quais se negociavam animais. Entre elas destacou-se a feira da atual cidade paulista de Sorocaba, sobretudo durante o século XVIII.

Diferentemente do que ocorria no Nordeste açucareiro, em que a população estava concentrada fundamentalmente no meio rural, os núcleos de povoamento da região das minas foram essencialmente urbanos. Esses núcleos foram estabelecidos a partir de arraiais formados em torno de capelas. Em geral, ocupavam o fundo dos vales, perto dos rios e das respectivas jazidas de ouro ou pedras preciosas.

Nos arraiais não existiam autoridades oficiais; portanto, era impraticável a cobrança de impostos sobre o ouro. A solução encontrada por Portugal foi elevar os núcleos mais estáveis à condição de vilas, nas quais eram instaladas instituições governamentais, como o Senado da Câmara, e um aparelho fiscal, que facilitava a fiscalização e a cobrança de taxas e impostos.

Entre 1711 e 1718, surgiram a Vila Real do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo (atual cidade de Mariana), Vila Rica (atual Ouro Preto), Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará (atual Sabará), São João del-Rei e muitas outras.

## O Tratado de Madri

Em 1750, Portugal e Espanha assinaram um tratado com o objetivo de definir as fronteiras entre os domínios das duas Coroas na América. Reconhecendo que o Tratado de Tordesilhas havia sido desrespeitado, o Tratado de Madri considerou a posse efetiva do território e os acidentes geográficos para a delimitação das novas fronteiras americanas.

Nesse período, foi comum a criação de vilas, projetadas por engenheiros militares, a fim de atender a interes-

ses estratégicos de defesa e manutenção do território. Como exemplo, podemos citar a fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade (atual cidade de mesmo nome), em 1752, no oeste da recém-criada capitania do Mato Grosso. Com a fundação dessa vila, transformada em sede da capitania, a Coroa portuguesa pretendia povoar a região fronteira e assegurar o controle das minas de ouro descobertas em Cuiabá.

O período entre 1740 e 1760 foi o auge da produção aurífera, que passou a exaurir-se entre o final da década de 1780 e o início da década de 1790. O que restou da capitania foram os sertões mineiros, ou seja, a região que não era especializada em mineração. Nela combinaram-se a pecuária, os engenhos de açúcar, a produção de farinha e de cereais e as manufaturas,

numa relação econômica fora do sistema de *plantation* e sem orientação para o mercado externo.

## ◆ Fiscalização real

Desde a descoberta das primeiras jazidas de ouro, a metrópole tratou de controlar e regulamentar a atividade mineradora, seja na distribuição de **datas**, seja no tocante à arrecadação de tributos. Em 1702 foi criada a **Intendência das Minas**, diretamente vinculada a Lisboa, que respondia pelo policiamento da área de mineração e pela cobrança de tributos, além de funcionar como tribunal de primeira e última instâncias. O superintendente era sempre alguém ligado de forma direta à mineração e defensor dos interesses da Coroa.

Em 1720 foi criada a **capitania de Minas Gerais**, desligada da capitania de São Paulo. Com essa medida, somada à criação de novas vilas, a Coroa buscava organizar um aparelho fiscal eficiente e manter a lei e a ordem na área mineradora.

As formas de arrecadação dos tributos estabelecidas pela Coroa, por sua vez, variaram no decorrer do tempo. Uma das primeiras, a cobrança do **quinto**, consistia em repassar para a Coroa 20% sobre o total minerado de ouro e prata. Em 1725, começou a funcionar a primeira **casa de fundição** em Minas Gerais. Todo o ouro extraído deveria ser levado para essa casa, onde primeiro era separado o quinto que cabia à metrópole. O restante do ouro era fundido e transformado em barras, que recebiam o selo real, podendo assim ser negociado. A proibição da comercialização do ouro em pó ou em pepitas tornava mais eficiente o processo de controle e tributação do ouro, além de facilitar seu manejo, transporte e circulação. Apesar da proibição, os mineradores criaram diversos meios e caminhos para escapar do controle fiscal, como mostram os vários registros de circulação de ouro em pó, ou seja, não tributado, em várias partes da colônia.

Além do quinto, passou a existir o **sistema de capitação**, que consistiu na cobrança de um imposto por cabeça de escravo, produtivo ou não, maior de 12 anos. Os mineradores sem escravos também pagavam o imposto por cabeça – no caso, sobre si mesmos. Em 1750, o governo revogou a capitação e estabeleceu um mínimo de 100 arrobas anuais de ouro como direito real correspondente ao quinto sobre a extração aurífera. Caso não se atingisse a meta fixada, os moradores da capitania de Minas Gerais deveriam complementar com seus próprios recursos o que faltasse para a meta exigida. Essa lei era a chamada **derrama**.



Barras de ouro quintadas, século XVIII. Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro (RJ). O ouro em forma de pó ou de pepita era transformado em barras nas casas de fundição.

▶ Você tem ideia de como era feita a fundição de ouro?

◆ CONECTANDO COM A QUÍMICA

**Data:** nome dado às divisões de uma jazida de ouro no período colonial.

Nas casas de fundição, o ouro em pó e as pepitas eram aquecidos até se tornarem um metal líquido; após a fusão, que ocorria a aproximadamente 1.063 °C, o ouro líquido era despejado em moldes, que, quando resfriado, voltava ao seu estado sólido, adquirindo o formato do molde (barra). As barras quintadas eram compostas de ouro puro. O ouro em seu estado puro é muito frágil, fácil de riscar e quebrar; por isso, para a confecção de joias e outros produtos, é recomendável que o ouro seja fundido com outros metais (prata, cobre etc.), formando uma liga que proporcione cor (ouro branco, ouro vermelho) e resistência aos objetos confeccionados.



Fachada do Museu do Ouro de Sabará (MG). Foto de 2015. Esse prédio, construído em 1730, abrigou a Casa da Real Intendência e Fundição do Ouro de Sabará no período colonial e, em 1946, foi transformado em museu.

## Exploração de diamantes

As primeiras descobertas de diamantes ocorreram na região do arraial do Tejuco, atual cidade de Diamantina, em Minas Gerais, no ano de 1729.

Para evitar o contrabando, em 1734 o governo metropolitano demarcou a área e criou o **Distrito Diamantino**, isolando-o do restante da capitania e submetendo-o a condições muito severas. Tejuco, sede administrativa do Distrito, permaneceu um simples arraial, no qual a população não gozava dos direitos civis garantidos aos habitantes das vilas. A mineração de ouro chegou a ser proibida na região, para não desviar a mão de obra da busca dos diamantes, e os mulatos e negros livres foram expulsos da comarca.

Inicialmente, a extração das pedras ocorria de maneira semelhante à do ouro, com a concessão de datas, a taxação sobre o montante de pedras extraídas (o quinto) e o uso de mão de obra escrava. Porém, a Coroa portuguesa suspendeu a mineração na região, entre 1734 e 1737, a fim de evitar que a intensa oferta de diamantes levasse à queda dos preços no mercado europeu.

A partir de 1740, o sistema foi substituído pelos **Contratos de Monopólio**, ou seja, concedeu-se o direito de exploração, por tempo determinado, a um único contratador, que deveria pagar uma taxa anual ao **erário** português. O contratador tinha plena autoridade sobre a região diamantífera e sua população, ficando subordinado apenas à Intendência dos Diamantes. O sistema vigorou até 1771, quando a Coroa criou a **Real Extração** e passou a controlar diretamente a atividade mineradora. A repressão, ainda mais severa, assegurou os lucros metropolitanos, numa fase em que os diamantes já começavam a escassear. Tais medidas, no entanto, não impediram a exploração ilegal de diamantes na colônia, como mostra o texto a seguir.

“O extravio ocorria na esfera da produção das pedras [...]. Muito comumente, os escravos empregados na exploração eram implicados nesse delito, algumas vezes chegando-se a apurar que agiam a mando dos próprios senhores. Já o garimpeiro era um indivíduo marginal à sociedade [...] que fazia do garimpo clandestino seu principal modo de vida. [...] os contrabandistas faziam as conexões entre os extraviadores e o mercado consumidor de diamantes na Europa. [...] Para tentar evitar a produção e a comercialização ilegal das pedras, os contratos previam punição para os escravos fugidos e extraviadores; proibiam a residência nos limites da Demarcação Diamantina de pessoas sem cargo ou ocupação definida; estimulavam as denúncias recompensando os denunciantes; impunham a pena de despejo aos suspeitos etc.”

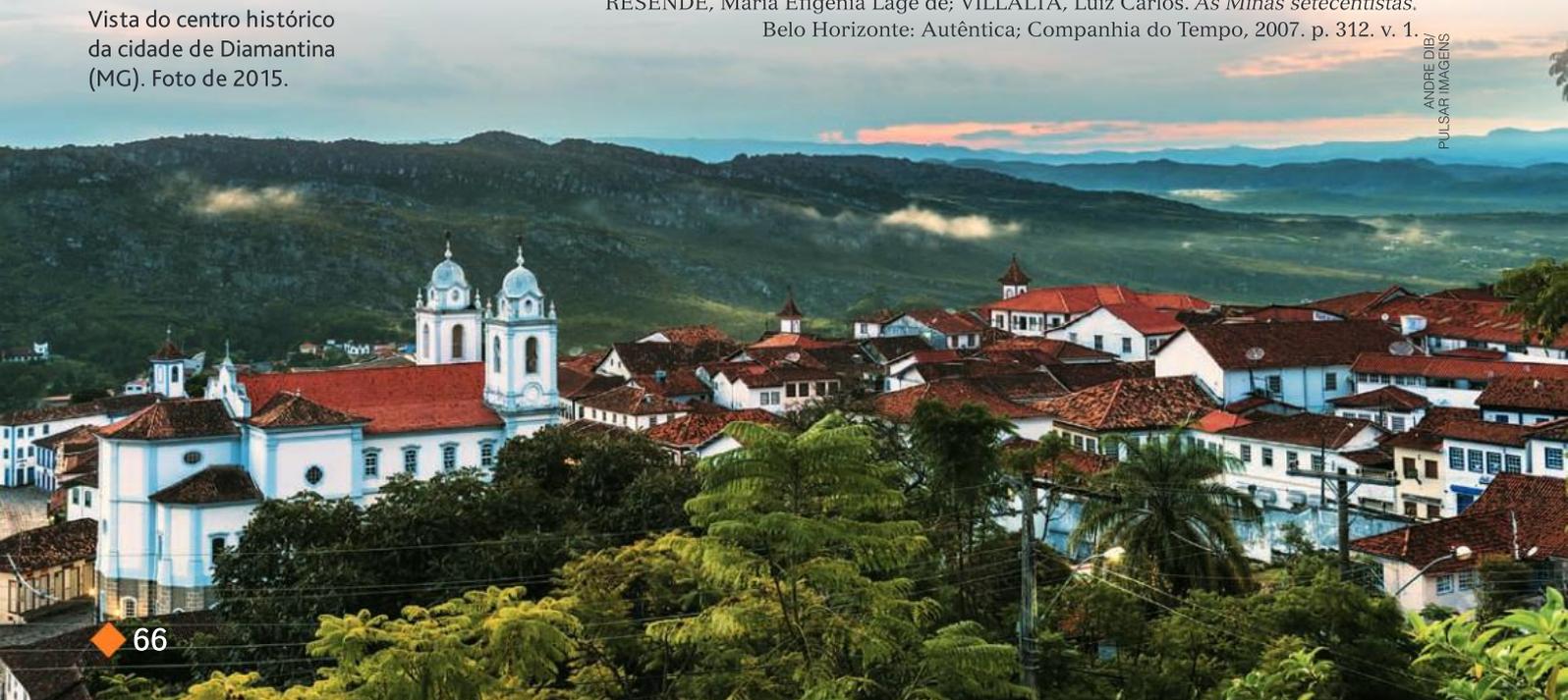
RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *As Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 312. v. 1.



Conjunto para medição do peso do ouro e do diamante (século XIX). Museu do Diamante. Diamantina (MG).

**Erário:** conjunto dos recursos financeiros públicos. Dinheiro e bens do Estado.

Vista do centro histórico da cidade de Diamantina (MG). Foto de 2015.



## Trabalhando com fontes

### Modo de minerar diamantes

João da Rocha Dantas e Mendonça foi nomeado intendente da Real Extração dos Diamantes de Tejuco em 1773. No ano seguinte, recebeu das autoridades metropolitanas a tarefa de promover um levantamento a respeito dos habitantes do Distrito Diamantino. A imagem abaixo, uma pintura em aquarela de autoria desconhecida, foi incluída no ofício que o intendente enviou a Portugal, no início de 1775, apresentando as informações que lhe haviam sido solicitadas.



*Modo de minerar para se tirarem diamantes (c. 1775), pintura de autoria desconhecida. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal.*

#### Questões Registre as respostas em seu caderno.

1. Identifique o tipo de documento e o contexto de sua produção.
2. Observe a imagem e responda.
  - a) Que local foi representado na imagem? Quais construções e equipamentos você consegue identificar? Reflita a respeito da utilidade de cada um deles.
  - b) Quem são as personagens presentes na cena? Quais ações elas executam?
  - c) Que alterações ambientais é possível perceber na paisagem representada?
3. Qual a finalidade da produção desse documento? Elabore uma hipótese para responder a essa questão.

## A sociedade mineira

Os povoados surgiram e cresceram em uma velocidade espantosa nas áreas de mineração. A sociedade que se formou desse crescimento acelerado possuía características muito diferentes das que existiam anteriormente na América portuguesa.

Nos núcleos urbanos, havia grande número de artesãos, profissionais liberais e funcionários da Coroa, escravos e ex-escravos, o que os tornava socialmente mais diversificados que os do Nordeste açucareiro. Além disso, a sociedade mineira caracterizou-se por uma maior mobilidade social se comparada aos demais núcleos de povoamento, sobretudo em relação à população escrava, como explicado no texto a seguir.

**Alforria:** operação pela qual um escravo tornava-se um indivíduo livre. A alforria podia ser concedida pelo senhor ou obtida por meio da compra.

**Quartação:** ou coarção, forma de compra da alforria, por meio de pagamento parcelado.

“A sociedade mineira setecentista engendrou uma cultura particular no mundo moderno [...]. O ouro gerou nas Gerais uma dinâmica de intensidade desconhecida até mesmo nos demais domínios coloniais. A rapidez com que as jazidas foram descobertas e abandonadas, a concentração de riquezas nas mãos de comerciantes e a dívida generalizada coexistiam com certa mobilidade e autonomia da população escrava; ademais, as estratégias de sobrevivência adotadas por negros, pardos, cativos e forros, forjavam um contexto de fluidez e transformação. [...] Os cativos e forros buscaram, muitas vezes, formas particulares de ‘ascensão’, mediante **alforrias, quartações**, empréstimos, escritos e outros métodos aptos a simbolizar a identidade.”

SILVEIRA, Marco Antonio. *O universo do indistinto. Estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 185.

A possibilidade da conquista da alforria contribuiu para ampliar a complexidade da sociedade mineira, como veremos adiante.

### Elite mineradora

Os **proprietários de grandes lavras** constituíam um grupo social privilegiado na região. Esse pequeno grupo possuía amplo poder econômico, influência política e muitos escravos, que eram contados na hora de arrematar as lavras.

Os **altos funcionários** da Coroa também participavam dessa elite. Em geral, eram portugueses enviados para ocupar cargos importantes, como o de superintendente e o de governador. Muitas vezes, os portugueses também vinham ao Brasil como **contratadores**, homens de negócio que obtinham da Coroa, por meio de leilão, o direito de cobrar as taxas reais.

Os **grandes comerciantes**, por sua vez, beneficiavam-se do monopólio comercial de alguns artigos nas regiões mineradoras. Em muitos casos, o comércio era muito mais rentável do que a exploração mineral.

### A sociedade mineira (século XVIII)



Fonte: SOUZA, Laura de Mello e. *Opulência e miséria das Minas Gerais*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997. p. 44-74. (Coleção Tudo é história)

### A camada intermediária e a população livre pobre

Na sociedade mineira, a **camada intermediária** da população era formada por um grupo heterogêneo, que reunia artesãos, alfaiates, sapateiros, carpinteiros, barbeiros, artistas, pequenos comerciantes e pequenos mineradores que sobreviviam com dificuldades.

Além disso, havia muitas **pessoas livres pobres**, que realizavam trabalhos ocasionais e de ganhos incertos, atividades que não poderiam ser realizadas pelos escravos, ou mesmo que permaneciam desocupadas, vivendo precariamente. Esse grupo era formado principalmente por escravos libertos, mestiços, indígenas aculturados e alguns brancos pobres, pessoas que, no contexto da sociedade mineira, foram consideradas “desclassificadas”.

## ◆ Escravos africanos

Os **escravos africanos** compunham a maior parte da sociedade das Minas Gerais. Eles eram submetidos ao árduo trabalho nas grandes lavras ou trabalhavam para um fiscador no leito dos rios. As doenças causadas pelas condições de trabalho, além dos castigos físicos e outras formas de punição, tornavam as mortes comuns. A vida útil de um escravo que trabalhava nas minas variava entre 7 e 12 anos.

Nos centros urbanos, existiam os escravos domésticos, os de ganho e os de aluguel.

Os **escravos domésticos** realizavam atividades relacionadas à manutenção das residências dos senhores, como cozinhar, lavar, cuidar das crianças, entre outras tarefas.

Os **escravos de ganho** trabalhavam em diversas funções remuneradas: transportadores de cargas e de pessoas, vendedores ambulantes, barbeiros, curandeiros, prostitutas, "negras de tabuleiros" que vendiam doces e quitutes, entre outras atividades. Parte do dinheiro obtido nesses serviços era repassada aos senhores, e o restante era guardado pelos escravos para os seus gastos com alimentação, vestuário, compra de ferramentas e, eventualmente, para a obtenção da alforria.

Os **escravos de aluguel**, por sua vez, eram alugados a terceiros para o desempenho das mais variadas tarefas, estando sujeitos a duros castigos e torturas.

## Gritos para a liberdade

Os negros cativos não se mostraram indiferentes ou submissos à escravidão. Ao contrário, desenvolveram as mais diversas formas de resistência ao cativeiro.

A resistência negra traduziu-se em rebeliões, violência contra os senhores ou seus representantes (capatazes e feitores), pouco empenho no trabalho, formação de quilombos, práticas religiosas de origem africana, abortos, suicídios, participação em irmandades leigas, "acordos" entre cativos e senhores para a compra da liberdade e, até mesmo, relacionamentos amorosos. Todas essas práticas eram estratégias para uma vida menos penosa.

### Quilombos em Minas Gerais

Calcula-se que, entre 1710 e 1798, tenham existido cerca de 120 quilombos na região de Minas Gerais. Nessas comunidades, os quilombolas plantavam, teciam roupas e produziam utensílios e armas de metal. Os quilombos mineiros ficavam próximos às vilas e aos arraiais e participavam de uma complexa rede comercial clandestina, envolvendo alimentos, ferramentas e mesmo o contrabando de ouro e pedras preciosas. Escravos, forros e comerciantes da vizinhança também participavam dessa rede comercial. As alianças construídas pelos quilombolas eram vistas como uma ameaça pelas autoridades coloniais.

Para saber mais sobre os quilombos mineiros, recomendamos a leitura de GOMES, Flávio dos Santos. *A Hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugidos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: Editora Unesp Polis, 2005; em especial as páginas 368 a 395.



Detalhe de pintura de Carlos Julião que mostra escrava de ganho vendendo frutas (século XVIII). Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (RJ).

No final do livro, na seção Técnicas de trabalho, há orientações para análise de filmes.

### Você vai gostar de assistir

#### Chico rei

**Direção:** Walter Lima Jr. Brasil, 1985. 115 min

O filme conta a história de Calanga, rei do Congo, que, no século XVIII, foi aprisionado e trazido ao Brasil na condição de escravo. Levado para trabalhar nas minas de ouro de Vila Rica, conseguiu comprar a alforria e tornar-se proprietário de uma mina aurífera.

## Religiosidade popular na colônia

**Sincretismo:** fusão de elementos de diferentes crenças.

**Padroeiro:** santo ao qual se tem devoção, considerado protetor ou intercessor junto a Deus.

A expulsão das ordens religiosas está diretamente relacionada às preocupações da Coroa portuguesa com a participação delas em disputas administrativas na região aurífera.

A religião e a religiosidade no Brasil colonial foram bastante diferentes daquelas que existiram na Europa. Apesar das proibições impostas pela Igreja Católica, a presença de elementos indígenas e africanos fez surgir na América portuguesa uma religiosidade muito particular, marcada pelo **sincretismo**. Proibidos de exercer suas crenças, esses povos passaram a associar seus ritos e suas divindades tradicionais a ritos e santos católicos. Além disso, a circulação de pessoas por diversos credos era comum: católicos procuravam as benzedeiras e os calundus para espantar o mal e curar seus doentes, assim como adeptos dos calundus rezavam para os santos católicos e respeitavam alguns sacramentos da Igreja Católica.

Uma das principais formas de manifestação do catolicismo popular foi a ação das **irmandades leigas**, associações de caráter católico e urbano que surgiram na Europa medieval e chegaram ao Brasil com a colonização. Essas irmandades assumiram um papel de destaque na sociedade de Minas Gerais, principalmente no século XVIII, quando da expulsão das ordens religiosas de todas as vilas mineiras pela Coroa portuguesa.

As irmandades organizavam festas de devoção ao santo **padroeiro**, financiavam e organizavam atividades religiosas e promoviam ações de assistência social, fornecendo auxílio aos associados e seus familiares. Em síntese, elas se configuraram como espaços de sociabilidade e visibilidade social.

Na colônia foram criadas irmandades de diferentes grupos sociais: das elites brancas; de negros, escravos ou libertos; dos setores médios da sociedade etc. Por meio das irmandades, as elites, por exemplo, financiaram a instalação e manutenção das Santas Casas de Misericórdia em diversas cidades da colônia. Entre os negros, por sua vez, destacou-se a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, santa padroeira dos escravos homenageada em festas e procissões nas quais se misturavam símbolos do catolicismo com tradições africanas. Essas festas, conhecidas como **congadas**, eram marcadas por músicas, danças e pela coroação simbólica de reis e rainhas da África.

As congadas possuíam significados diferentes para negros e para senhores de origem portuguesa. Para os negros, a festa remetia às lideranças africanas e seus rituais de fidelidade. Os senhores, por sua vez, associavam a cerimônia à expansão do catolicismo pelo Império Português, em especial pelo reino africano do Congo.



Desfile do Congado de Santa Efigênia em Ouro Preto (MG). Foto de 2015. As congadas, criadas pelos africanos no Brasil, contribuíram para a formação de laços de solidariedade entre negros libertos e escravizados. Realizadas até hoje, as congadas fazem parte da tradição cultural afro-brasileira.

MARCOS AMENDIPULSAR IMAGENS

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O Barroco foi um dos principais estilos artísticos desenvolvidos durante o período colonial. O estudo deste tema permite a realização de um trabalho interdisciplinar com a Arte.

## ◆ O Barroco mineiro

As irmandades leigas foram responsáveis pela construção, reforma e decoração de inúmeras capelas e igrejas que homenageavam os santos de devoção dos confrades. Ao contratar artistas brasileiros para esses trabalhos, as irmandades tornaram-se indiretamente responsáveis pelo desenvolvimento de estilos artísticos no Brasil, e o principal deles foi o **Barroco mineiro**.

O Barroco, movimento cultural e artístico que surgiu na Europa no final do século XVI, espalhou-se pela América com a colonização ibérica. A arte barroca, fortemente ligada ao catolicismo, priorizava as emoções e os sentidos humanos, o que deu origem a obras grandiosas, caracterizadas principalmente pelas formas curvas, expressões faciais marcadas e pela profusão de detalhes. O Barroco mineiro, no entanto, adquiriu características próprias, que o diferenciavam do Barroco europeu e do desenvolvido no Nordeste brasileiro.

Nas igrejas mineiras, decoradas com bastante requinte, os artistas criaram um ambiente de reclusão, em que o dourado, típico do Barroco europeu, misturava-se a cores vivas e alegres, produzindo pinturas alegóricas e multicoloridas. Além disso, em vez das pedras trazidas de Portugal, a pedra-sabão, abundante na região de Minas Gerais, tornou-se a matéria-prima básica das esculturas e dos medalhões das portadas (fachada principal) das igrejas.

Esse estilo atingiu o auge com as igrejas e esculturas de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, e as pinturas de Manuel da Costa Ataíde, o Mestre Ataíde.

Aleijadinho produziu centenas de esculturas em madeira e pedra-sabão, além de ter projetado e executado inúmeros edifícios. Em 1796, iniciou uma de suas mais famosas criações: o conjunto de esculturas para o Santuário de Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas.

Mestre Ataíde, conhecido por suas pinturas no teto das igrejas, misturava o estilo Barroco com a técnica da perspectiva, criando a impressão de profundidade. Além disso, pintava figuras de anjos e santos com traços mestiços. Juntos, Aleijadinho e Mestre Ataíde produziram uma das principais obras do Barroco mineiro, a Igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto.



RUBENS CHAVES/PULSAR IMAGENS

Escultura de Aleijadinho representando o profeta Daniel (c. 1800). Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, Congonhas (MG). Foto de 2013. Tombado pelo Iphan em 1939, esse santuário recebeu da Unesco, em 1985, o título de patrimônio da humanidade.



FABIO PARADISE/PULSAR IMAGENS

*Assunção da Virgem* (1801-1807), pintura de Mestre Ataíde que decora o teto da Igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto (MG). Foto de 2002.

▶ Que características do Barroco podem ser percebidas nesta pintura?

### ◆ CONECTANDO COM A ARTE

Como características gerais do Barroco podemos citar a temática religiosa, as expressões faciais das personagens – aludindo a sentimentos humanos –, as formas curvas e os muitos detalhes presentes na pintura. Como característica específica do Barroco mineiro, percebemos o uso de cores vivas, como o vermelho e o azul, misturadas ao dourado. Como características específicas do trabalho de Mestre Ataíde, destacam-se o uso da perspectiva, para dar profundidade à cena, e as feições mestiças das personagens.

## ◆ Vassallos rebeldes

No decorrer dos séculos XVII e XVIII, a história da América portuguesa registrou muitos motins, conspirações, revoltas e rebeliões. Alguns contestavam determinados aspectos da política metropolitana, sendo classificados como movimentos regionais. Esses movimentos não tinham caráter separatista, isto é, não desejavam o rompimento definitivo com a metrópole. Outros, porém, assumiram nitidamente esse caráter, buscando a independência das respectivas regiões.

Entre os movimentos regionais contestatórios, destacaram-se a **Revolta de Beckman** (1684), a **Guerra dos Mascates** (1710-1711) e a **Revolta de Vila Rica** (1720). Já entre os movimentos de caráter separatista, cabe mencionar a **Conjuração Mineira** (1789) e a **Conjuração Baiana** (1798).

Neste capítulo, estudaremos apenas as revoltas mais antigas, que contestavam as políticas metropolitanas sem reivindicar a separação de Portugal.

### ◆ Revolta de Beckman

No Estado do Maranhão e Grão-Pará, a oferta de mão de obra escrava africana era pequena, principalmente por causa da falta de recursos dos colonos para adquiri-los e da longa distância dos portos fornecedores. Por isso os colonos passaram a recorrer à escravidão dos indígenas, o que provocou uma série de ataques às missões jesuíticas da região.

Para resolver o problema do abastecimento regional e acabar com os conflitos entre colonos e jesuítas, a Coroa criou a **Companhia Geral de Comércio do Maranhão**. Entre outras atribuições, a Companhia deveria fornecer cerca de 500 escravos negros por ano, abastecer a região de gêneros alimentícios, tecidos e outros artigos, e adquirir e exportar produtos locais, como açúcar, cacau, tabaco e couro.

Por possuir o monopólio do comércio, a Companhia obrigava os produtores a vender seus produtos a preços muito baixos, ao mesmo tempo que negociava as mercadorias que trazia por valores bem acima da média. A adoção dessas práticas e a falta do cumprimento do contrato estabelecido entre a Companhia e a população local acabaram provocando o início do movimento rebelde.

Em fevereiro de 1684, moradores da região de São Luís, sob a chefia dos irmãos Manuel e Tomás Beckman, tomaram os depósitos da Companhia e o governo local. Reunidos na Câmara Municipal, os revoltosos decidiram abolir o monopólio da Companhia Geral de Comércio do Maranhão e compor um governo provisório.

Para resolver a situação, a Coroa anulou os privilégios da Companhia e nomeou um novo governador para o Maranhão. Em maio de 1685, quando o novo representante do rei chegou a São Luís, determinou a dissolução do governo provisório, prendeu os principais líderes e executou Manuel Beckman e Jorge Sampaio. Tomás Beckman e os demais foram condenados à prisão ou ao degredo, sendo alguns deles perdoados. Os monopólios e as taxas até então abolidos pelo governo provisório foram restabelecidos.

ANTÔNIO PARRERIAS - MUSEU ANTÔNIO PARRERIAS, NITERÓI



*Beckman no sertão do Alto do Mearim* (c. final do século XIX-século XX), pintura de Antônio Parreiras. Museu Antônio Parreiras, Niterói (RJ).



O mascate com seus escravos (século XIX), gravura de Henry Chamberlain. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (RJ). Diferentemente dos grandes comerciantes do Recife envolvidos no conflito com a elite olindense, os mascates eram responsáveis pelo pequeno comércio ambulante. Note que, em suas atividades, os mascates também utilizavam mão de obra escrava.

## ◆ Guerra dos Mascates

A Guerra dos Mascates foi motivada por disputas econômicas e políticas entre as elites de Olinda e do Recife, que remontam ao século XVII.

Durante o período em que os holandeses permaneceram em Pernambuco (1630-1654), o Recife tornou-se a sede da administração holandesa, recebendo diversas melhorias e investimentos urbanos. Logo após a expulsão dos holandeses, muitos comerciantes portugueses, os mascates, estabeleceram-se no Recife. Além do comércio regional, esses comerciantes abasteciam a região das minas com tecido e gado, trazendo prosperidade ao local.

Em compensação, Olinda, a antiga sede da capitania, passou a sofrer os efeitos da queda do preço do açúcar nos mercados europeus, sobretudo por causa da concorrência com o açúcar holandês produzido nas Antilhas. Para manter a produção, os senhores de engenho olindenses foram obrigados a contrair empréstimos com os comerciantes do Recife.

A rivalidade entre as duas localidades se agravou após a elevação do Recife à categoria de vila, em 1709. Dessa forma, os moradores do Recife passariam a ter os mesmos direitos políticos dos olindenses. Tal medida desagradou aos senhores de engenho de Olinda, que, além de estarem endividados com os comerciantes do Recife, perderiam parte de seu poder. O confronto entre as duas vilas teve início em novembro de 1710, com a invasão do Recife pelos olindenses.

Em junho de 1711, porém, os comerciantes do Recife, com o apoio de autoridades de outras capitanias, retomaram o controle da vila. O conflito terminou em outubro desse mesmo ano, com a vitória dos recifenses. A metrópole ordenou a prisão de mais de cem integrantes da aristocracia olindense responsabilizados pelo conflito, e alguns líderes chegaram a ser degredados para a Índia.

**José de Alencar:** um dos principais escritores da literatura brasileira. Lembrado, atualmente, sobretudo por seus romances indigenistas, produziu também uma série de romances históricos, para os quais realizou diversas pesquisas, estudando obras de cronistas e historiadores.

### Mascates

**Mascate** é o termo utilizado para designar o comerciante ambulante que circulava vendendo suas mercadorias. Os comerciantes do Recife envolvidos no conflito com os senhores de engenho de Olinda não eram propriamente mascates, mas grandes comerciantes, muito bem estabelecidos.

Durante o século XVIII, esse conflito ficou conhecido como “sedição” ou “alterações de Pernambuco”. O nome “Guerra dos Mascates” passou a ser utilizado para referir-se ao conflito apenas no século XIX, com a publicação do romance *Guerra dos Mascates* (1871-1873), de José de Alencar.

## ◆ Revolta de Vila Rica

As leis estabelecidas pela Coroa portuguesa para controlar a produção aurífera não eram bem recebidas na colônia, gerando, por vezes, revoltas contra o governo. Um dos principais movimentos ocorreu em 1720 e ficou conhecido como **Revolta de Vila Rica**, ou **Revolta de Filipe dos Santos**, um pequeno comerciante que vivia na região. Liderados por portugueses que sentiam a perda de seu poder político e econômico, os manifestantes tomaram uma parte de Vila Rica e elaboraram um documento no qual denunciavam os funcionários do reino que atuavam nas Minas Gerais como corruptos. Eles também protestavam contra a instauração das casas de fundição.

Para ganhar tempo e conter temporariamente as multidões revoltadas, o conde de Assumar, governador da capitania de São Paulo e Minas do Ouro, fingiu concordar com as exigências, enquanto organizava suas tropas para combater o movimento. Refugiado em uma cidade vizinha, reuniu cerca de 1.500 homens seguiu para Vila Rica e prendeu seus integrantes. Apesar de ter desempenhado um papel de menor destaque, Filipe dos Santos foi considerado o principal líder da revolta pelo governo e, por isso, condenado à morte e ao esgarçamento. O texto a seguir, escrito pela historiadora Cláudia Damasceno Fonseca, analisa a postura do conde de Assumar diante da revolta.

“Assumar reprimiu duramente a revolta: segundo a tradição, ele teria mandado incendiar o morro onde se situavam a casa e as minas de Pascoal da Silva Guimarães [antigo superintendente das minas de Ouro Preto e um dos principais líderes da revolta]. No entanto, a pena capital não foi aplicada contra este nem contra os outros poderosos que chefiaram a rebelião, incidindo apenas sobre Filipe dos Santos, um modesto comerciante cujo papel na rebelião tinha sido secundário. [...]”

Segundo Assumar, a causa das insurreições frequentes nas minas estaria ligada não apenas às origens humildes e às ambições desmedidas de todos os mineiros, mas também ao clima instável, ao relevo montanhoso [...] que favoreciam ‘a inquietação dos espíritos’.

Contudo, a história iria provar que a paisagem montanhosa e nevoenta das Minas Gerais nada tinha a ver com os frequentes motins. A instalação do aparelho judiciário e militar levado a cabo pelos governadores seguintes, bem como a implementação de uma política de conciliação entre os interesses régios e o interesse dos povos, tornaram possível o apaziguamento dos ânimos dos mineiros.”

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 165-166.

Após esta revolta, Vila Rica foi transformada em sede administrativa da capitania de Minas Gerais.



*O julgamento de Filipe dos Santos* (1923), pintura de Antônio Parreiras. Museu Antônio Parreiras, Niterói (RJ).



## ◆ Rio de Janeiro, capital do Brasil

Durante os séculos XVI e XVII, quando a produção açucareira do Nordeste movimentava a economia na América portuguesa, a interação entre as capitanias era muito pequena. O foco da metrópole eram as áreas litorâneas do Nordeste, e a ligação entre a América portuguesa e a Europa se dava pelo porto de Salvador, local onde se estruturou a organização política e administrativa da colônia.

A exploração de ouro e diamantes na região das minas, contudo, transformou esse cenário, ampliando a comunicação entre as capitanias ao dinamizar a circulação de mercadorias entre o norte e o sul da colônia. A necessidade de abastecer as áreas mineradoras, nas quais crescia a vida urbana, estimulou a produção de artigos de subsistência e de mercadorias que, em parte, eram produzidos na região das minas e também comprados da metrópole e de outros lugares da colônia.

Os caminhos que levavam às áreas mineradoras passavam por São Paulo e Rio de Janeiro. Nesse contexto, a cidade do Rio de Janeiro tornou-se um polo de trocas comerciais, ligando as diversas regiões da colônia, assim como a América portuguesa e a Europa. No porto da cidade ocorriam, por exemplo, o escoamento do ouro para a Europa e o recebimento de mercadorias estrangeiras que depois eram transportadas para outras capitanias. Em 1763, a metrópole transferiu a capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro, em razão da localização estratégica da cidade. Desse modo, o Rio de Janeiro tornou-se o centro urbano mais importante da colônia e assumiu definitivamente o papel de principal articulador das relações entre as capitanias.

O texto a seguir analisa a trajetória da cidade do Rio de Janeiro, desde sua fundação até se tornar capital da colônia.

“O Rio já nasceu cidade e sede de capitania, mesmo sendo apenas um micropovoado. [...] Com o tempo, a cidade de papel se transformou em cidade real, com poder político, econômico e densidade urbana suficientes para abrigar a sede do bispado (1676). Seu porto virou escoadouro das riquezas do antigo território sul, principalmente das Minas Gerais. [...] Anos depois, o Rio tornou-se também sede do segundo Tribunal da Relação do Brasil (1752), órgão judiciário, e das forças militares responsáveis pela segurança, pelo combate aos invasores estrangeiros e defesa da costa, de Porto Seguro ao extremo sul.

Daí a virar capital do Brasil foi um pulo. Por simples ato real de nomeação do vice-rei conde da Cunha, em 27 de junho de 1763, o Rio roubava de Salvador o papel que lhe coube por mais de 200 anos.”

CAVALCANTI, Nireu. Cidades aos pedaços. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, jan. 2008. Disponível em <[www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/cidade-aos-pedacos](http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/cidade-aos-pedacos)>. Acesso em 28 fev. 2016.

Fachada do antigo Paço dos Vice-Reis, atual Centro Cultural Paço Imperial, Rio de Janeiro (RJ). Foto de 2015. Inaugurada em 1743, essa construção serviu de residência e local de despacho dos governadores da capitania. Com a transferência da capital para a cidade do Rio de Janeiro, o local tornou-se o Paço dos Vice-Reis. Posteriormente, funcionou como Paço Real (1808), Paço Imperial (1822) e hoje abriga um centro de exposições e eventos, além de uma biblioteca.

Em 1938, o Paço Imperial foi tombado pelo Iphan.

## Explorando o conhecimento

- As afirmativas a seguir referem-se ao início da atividade mineradora no Brasil. Analise-as e, em seu caderno, classifique-as como verdadeiras ou falsas.
  - As primeiras jazidas auríferas foram descobertas por bandeirantes paulistas, na década de 1690, na região do Rio das Velhas.
  - Os bandeirantes paulistas fixaram-se na região de Vila Rica, dando fim às bandeiras de prospecção no interior da América portuguesa.
  - A descoberta de ouro atraiu milhares de pessoas para a região das minas, dando origem ao primeiro surto urbano do território brasileiro.
  - Após a Guerra dos Emboabas, os paulistas conquistaram a exclusividade das lavras de ouro. Já os portugueses e colonos de outras capitanias foram expulsos da região mineradora.
  - Os africanos escravizados foram fundamentais para o desenvolvimento da atividade mineradora, pois tinham conhecimentos prévios das técnicas de mineração e de fundição dos metais.
- Em relação à taxação imposta pela Coroa portuguesa à atividade mineradora, defina os seguintes termos:
  - quinto;
  - capitação;
  - derrama;
  - contratos de monopólio.
- Em linhas gerais, quais foram os impactos da descoberta de ouro na América portuguesa?
- Seguindo este modelo, elabore em seu caderno um quadro explicativo sobre os movimentos regionais contestatórios do período colonial.

Nome do movimento	Onde e quando ocorreu	Motivação	Resultado
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____

## Pensando criticamente

- Analise o mapa “Bandeiras dos séculos XVII e XVIII”, na página 61, e faça o que se pede.
  - Identifique as áreas atingidas pelas bandeiras de prospecção.
  - Com base no mapa, explique a importância das bandeiras para a configuração territorial da América portuguesa.
- Leia o texto e responda às questões.
 

“O processo colonizador para Minas Gerais teve na urbanização um de seus traços característicos mais expressivos. Aliás, para o caso mineiro, esses dois elementos se tornaram indissociáveis. É impossível entender o processo de urbanização da área mineradora colonial sem a sua estreita vinculação com uma variada gama de atividades produtivas, administrativas e culturais, na medida em que a exploração aurífera por si não englobava toda a realidade.”

BOSCHI, Caio C. *O Barroco mineiro: artes e trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 9. (Coleção Tudo é história)

  - Segundo o texto, qual a relação entre a colonização e a urbanização da região mineradora?
  - Comente a importância da fundação de vilas e cidades na região mineradora para a Coroa portuguesa.
  - Diferencie os núcleos de povoamento da região de Minas Gerais dos núcleos de povoamento do Nordeste açucareiro.
- Analise esta tabela.

### A produção aurífera na América portuguesa

Período	Produção (kg)
1700-1710	5.880
1711-1720	13.000
1721-1729	16.100
1730-1739	23.137
1740-1749	28.959
1750-1759	28.376
1760-1769	20.258
1770-1779	16.897
1780-1789	11.195
1790-1799	8.909

CONECTANDO COM A MATEMÁTICA

Fonte: PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1979. p. 114.

- Qual foi o período de maior produção aurífera na América portuguesa?
- Quando a produção começou a diminuir?
- Utilizando os dados da tabela, construa em seu caderno um gráfico que represente a evolução da produção aurífera ao longo do século XVIII.

**8.** Leia o texto e responda às questões.

“Durante todo o século XVIII, o trabalho do escravo africano foi a principal força nessa atividade [mineradora] e a compra desses escravos pelos mineiros levou em consideração seu saber técnico nos assuntos de mineração e pequena fundição, notadamente os da Costa da Mina. Saber esse que foi assimilado pelos senhores de escravos e repassado a cativos de outras regiões africanas, contribuindo para que os [escravos] Mina deixassem de ser maioria entre a escravaria a partir do ano de 1740. A ampla difusão do conhecimento escravo em complemento à experiência lusa-reinol com o aprimoramento das técnicas extrativas favoreceu o desenvolvimento da economia da capitania mineira como maior produtora de diamantes e ouro na centúria de 1700.”

FERREIRA, Rodrigo de Almeida. Técnicas de trabalho nos serviços diamantíferos e sociabilidade na demarcação diamantina. *Anais da VI Jornada Setecentista*. Curitiba, 2005, p. 538. v. 1.

- a) Segundo o texto, por que os escravos originários da Costa da Mina foram preferidos para a atividade mineradora?
- b) O fato de os escravos Mina terem deixado de ser maioria a partir de 1740 significou a diminuição da utilização de mão de obra escrava na mineração? Justifique.
- c) Atualmente, quem são os trabalhadores empregados na mineração? Quais são as condições de trabalho dessas pessoas?

**9.** Leia o texto e responda às questões.

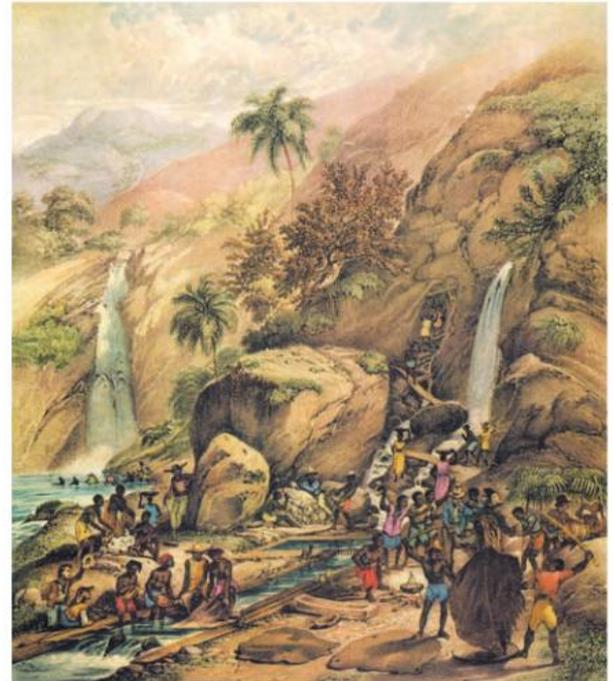
“A camada dos desclassificados ocupou todo o ‘vácuo imenso’ que se abriu entre os extremos da escala social [...]. Ao contrário dos senhores e dos escravos, essa camada não possui estrutura social configurada, caracterizando-se pela fluidez, pela instabilidade, pelo trabalho esporádico, incerto e aleatório. Ocupou as funções que o escravo não podia desempenhar, ou por ser antieconômico desviar mão de obra da produção, ou por colocar em risco a condição servil: funções de supervisão (feitor), de defesa e policiamento (capitão do mato, milícias e ordenanças), e funções complementares à produção (desmatamento, preparo do solo para o plantio).”

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1990. p. 63.

- a) Segundo a autora, quais eram os extremos da escala social na América portuguesa?
- b) O que caracteriza a “camada dos desclassificados”?
- c) Valendo-se do que você estudou neste capítulo, explique por que podemos afirmar que a sociedade mineradora era caracterizada pela desigualdade social.

d) Atualmente, podemos dizer que o Brasil é um país socialmente desigual? Discuta essa questão com os colegas.

- 10.** É possível afirmar que os cativos aceitaram passivamente a escravidão? Justifique.
- 11.** Relacione a arte barroca à religiosidade da sociedade mineradora.
- 12.** Observe atentamente a imagem e, em seguida, faça o que se pede.



*Lavagem do mineral de ouro, perto da montanha de Itacolomi (século XIX), gravura de Johann Moritz Rugendas. Biblioteca Municipal Mário de Andrade, São Paulo (SP).*

- a) Identifique na gravura os instrumentos, a mão de obra e a técnica de extração de ouro representados.
- b) Com base na observação da imagem, reflita sobre os riscos à saúde e à segurança que o trabalho nos garimpos poderia trazer aos trabalhadores daquela época.

### Investigando

- 13.** As congadas, criadas pelos negros escravizados durante o período colonial, continuam fortemente presentes em muitas comunidades e fazem parte da tradição cultural afro-brasileira. Em duplas, levantem outros exemplos de expressão da cultura afro-brasileira. Escolham uma dessas manifestações culturais e pesquisem suas origens, características e os locais onde ocorrem na atualidade. Montem um painel com o resultado da pesquisa e apresentem aos colegas.

## Decifrando o Enem

Registre a resposta em seu caderno.

A questão a seguir discute a formação da cultura afro-brasileira.

(ENEM-MEC/2013)

“A recuperação da herança cultural africana deve levar em conta o que é próprio do processo cultural: seu movimento, pluralidade e complexidade. Não se trata, portanto, do resgate ingênuo do passado nem do seu cultivo nostálgico, mas de procurar perceber o próprio rosto cultural brasileiro. O que se quer é captar seu movimento para melhor compreendê-lo historicamente.”

MINAS GERAIS. *Cadernos do Arquivo 1: Escravidão em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1988.

Com base no texto, a análise de manifestações culturais de origem africana, como a capoeira ou o candomblé, deve considerar que elas

- a) permanecem como reprodução dos valores e costumes africanos.
- b) perderam a relação com o seu passado histórico.
- c) derivam da interação entre valores africanos e a experiência histórica brasileira.
- d) contribuem para o distanciamento cultural entre negros e brancos no Brasil atual.
- e) demonstram a maior complexidade cultural dos africanos em relação aos europeus.

### Analizando

Calcula-se que mais de 4 milhões de pessoas desembarcaram no Brasil como escravos, entre os séculos XVI e XIX, originários de vastas regiões da África Ocidental e Subsaariana, do litoral do Oceano Atlântico e do Oceano Índico. Essas pessoas pertenciam a etnias diversas, falavam línguas diferentes e praticavam religiões distintas. Ao serem escravizadas, sofreram várias rupturas: com a terra natal, com os laços familiares, com o universo cultural de origem.

Chegando à América portuguesa, os cativos eram batizados, recebiam um nome cristão, tinham que aprender o português e conviver com pessoas de culturas diferentes da sua, como os portugueses e os indígenas. Mas, nesse longo e sofrido percurso, suas identidades, tanto pessoais quanto culturais, não foram apagadas. Novos laços de solidariedade foram

estabelecidos, permitindo-lhes garantir a sobrevivência e minimizar as duras condições da escravidão. Como exemplo podemos citar a formação de novos grupos familiares, a prática clandestina de rituais religiosos de origem africana ou a fusão de suas crenças com elementos do catolicismo, a prática dos batuques e da capoeira.

Essas práticas de sociabilidade ajudaram a formar o que hoje denominamos “cultura afro-brasileira”. Trata-se, portanto, de um processo cultural dinâmico, complexo e plural, como afirma o texto introdutório da questão.

O enunciado propõe levar em conta essas reflexões na análise de manifestações culturais como a capoeira e o candomblé.

Vamos analisar cada uma das alternativas.

- Alternativa **a**: É possível entender a capoeira ou o candomblé como manifestações culturais exclusivamente africanas, sem considerar a experiência dos africanos escravizados no Brasil?
- Alternativa **b**: O passado africano é importante para compreender essas manifestações culturais?
- Alternativa **c**: A capoeira e o candomblé são exemplos da cultura afro-brasileira, que começou a se formar durante a época colonial e resultou do convívio das diferentes etnias africanas com as culturas portuguesa e indígena.
- Alternativa **d**: As marcas africanas estão presentes em vários aspectos da cultura brasileira: na língua, na culinária, em práticas religiosas, em festas populares, na música e na dança. Estão presentes na vida cotidiana de toda a população brasileira, em maior ou menor grau, independente de sua origem étnica.
- Alternativa **e**: As ciências sociais contemporâneas não estabelecem hierarquias, de acordo com o grau de complexidade, entre as diferentes culturas.

Agora é com você!

Qual alternativa completa de maneira correta a frase do enunciado?

A alternativa correta é a letra **c**.

### 1. (ENEM-MEC/2015)

“A língua de que usam, por toda a costa, carece de três letras; convém a saber, não se acha nela F, nem L, nem R, coisa digna de espanto, porque assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei, e dessa maneira vivem desordenadamente, sem terem além disto conta, nem peso, nem medida.”

GÂNDAVO, P. M. *A primeira história do Brasil: história da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. (Adaptado)

A observação do cronista português Pero de Magalhães Gândavo, em 1576, sobre a ausência das letras F, L e R na língua mencionada, demonstra a

- simplicidade da organização social das tribos brasileiras.
- dominação portuguesa imposta aos índios no início da colonização.
- superioridade da sociedade europeia em relação à sociedade indígena.
- incompreensão dos valores socioculturais indígenas pelos portugueses.
- dificuldade experimentada pelos portugueses no aprendizado da língua nativa.

### 2. (UNICAMP/2015)

“Engenheiros, naturalistas, matemáticos e artistas, sob o mecenato de Nassau, investigaram a natureza e transformaram a paisagem nordestina. Recife tornou-se uma das cidades mais importantes da América, com modernas pontes e prédios. Além do incentivo à arte, o governo [de Nassau] promulgou leis que eram iguais para todos, impedindo injustiças contra os antigos habitantes.”

RAMINELLI, Ronald. *Invasões Holandesas*. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 315.

As transformações durante o governo de Maurício de Nassau, em Pernambuco, são exemplos de um contexto em que

- o mecenato e a aplicação de leis idênticas para holandeses e luso-brasileiros eram uma continuidade do modelo renascentista, representando um período de modernização da região.
- houve dinamização da economia açucareira na região, com a reativação de engenhos e perdão de dívidas dos antigos proprietários, impulsionando a remodelação da cidade do Recife.

- houve a aplicação de princípios mercantilistas para a obtenção de lucros e a perseguição, por parte dos holandeses calvinistas, a judeus, cristãos-novos e católicos.
- as expedições dos artistas e cientistas tinham o propósito de retratar a paisagem e identificar potencialidades econômicas da região, pois o açúcar estava em declínio no comércio internacional.

### 3. (FUVEST/2015)

“Se o açúcar do Brasil o tem dado a conhecer a todos os reinos e províncias da Europa, o tabaco o tem feito muito afamado em todas as quatro partes do mundo, em as quais hoje tanto se deseja e com tantas diligências e por qualquer via se procura. Há pouco mais de cem anos que esta folha se começou a plantar e beneficiar na Bahia [...] e, desta sorte, uma folha antes desprezada e quase desconhecida tem dado e dá atualmente grandes cabedais aos moradores do Brasil e incriveis emolumentos aos erários dos príncipes.”

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: Edusp, 2007. (Adaptado)

O texto acima, escrito por um padre italiano em 1711, revela que

- o ciclo econômico do tabaco, que foi anterior ao do ouro, sucedeu o da cana-de-açúcar.
  - todo o rendimento do tabaco, a exemplo do que ocorria com outros produtos, era direcionado à metrópole.
  - não se pode exagerar quanto à lucratividade propiciada pela cana-de-açúcar, já que a do tabaco, desde seu início, era maior.
  - os europeus, naquele ano, já conheciam plenamente o potencial econômico de suas colônias americanas.
  - a economia colonial foi marcada pela simultaneidade de produtos, cuja lucratividade se relacionava com sua inserção em mercados internacionais.
- ### 4. (UNEAL/2015)
- Até as últimas décadas do século XVI, a colônia portuguesa mantinha seu território conforme determinara o Tratado de Tordesilhas em 1494. Até o começo do século XVII, o interior permanecia praticamente inexplorado. Foi então que os portugueses empreenderam a exploração do interior do território, enviando incursões. Identifique a alternativa INCORRETA.

- a) As incursões enviadas pela Coroa portuguesa eram chamadas de entradas e não tiveram êxito, sendo quase todas dizimadas por doenças ou por ataque indígena.
- b) A pecuária foi uma das atividades econômicas que favoreceu a exploração e a colonização do interior, quando a criação de gado foi “empurrada” para longe do litoral.
- c) As “bandeiras” eram organizadas pelos paulistas que realizavam suas expedições subindo pelo Rio Tietê e explorando o interior.
- d) Um dos principais objetivos das “bandeiras” era capturar indígenas e vendê-los como escravos, braços necessários para a lavoura.
- e) Os jesuítas colaboraram com os bandeirantes na colonização do interior brasileiro, participando inclusive da captura de índios para escravizar.

5. (UFSC/2015)

**A peso de ouro**

“Mais do que um recurso natural. Mais do que um artigo de exportação. O que se descobriu em Minas Gerais depois de dois séculos de colonização foi fortuna em estado puro.”

CARRARA, Angelo Alves. Dossiê Ouro. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, nov. 2008.

Sobre a mineração na América portuguesa, é correto afirmar que:

- 01. A grande instabilidade social do início da mineração resultou em diversos conflitos armados, sendo o mais conhecido deles a chamada Guerra dos Emboabas.
- 02. Ao contrário da produção açucareira, a exploração das minas de ouro priorizou o trabalho livre em detrimento do uso de mão de obra escrava em função dos frequentes temores de fugas e roubos por parte dos mineradores.
- 04. Com o objetivo de assegurar o controle sobre a exploração do ouro, Portugal assumiu a posse das áreas mineradoras e passou a concedê-las em forma de lotes (datas).
- 08. A liberdade religiosa, uma das características das sociedades mineradoras, permitiu, ainda no século XVIII, a instalação de muitas igrejas e templos de diferentes religiões europeias e africanas.
- 16. O crescimento da produção aurífera nas últimas décadas do século XVIII fez com que

o governo português reduzisse o controle sobre a cobrança de tributos, garantindo maior tranquilidade política na colônia do Brasil.

- 32. Os artistas setecentistas da região das minas costumavam ser agrupados como representantes de um estilo denominado cubismo mineiro, típico das Minas Gerais.

Some os números que correspondem às alternativas corretas.

6. (UFPR/2015)

“[...] a aldeia é um espaço escolhido e organizado pelo próprio índio, e ‘o aldeamento é resultado de uma política feita por vontade dos europeus para concentrar comunidades indígenas’.”

Aldeias que não estão no mapa. Entrevista com a Profa. Dra. Nanci Vieira de Oliveira por Maria Alice Cruz. *Jornal da Unicamp*, 197, novembro de 2002, p. 5.

A afirmação acima refere-se aos aldeamentos missionários e às transformações que eles trouxeram à vida dos indígenas no período colonial da América portuguesa. Os objetivos das missões jesuíticas eram

- a) a catequese e a escravidão dos indígenas como mão de obra para a monocultura, o que implicou para os índios a mestiçagem com os escravos negros e a modificação de sistema de trabalho e organização social.
- b) a aculturação, a conversão religiosa e a escravização dos indígenas para a extração do pau-brasil, o que implicou para os índios a mestiçagem com os brancos europeus e a modificação da sua organização social.
- c) a catequese, o isolamento político e cultural dos jesuítas e o controle das áreas de fronteiras com as colônias espanholas, o que implicou para os índios uma grande mortalidade por conta dos confrontos com os espanhóis.
- d) a aculturação e a proteção dos indígenas perante os bandeirantes, o que implicou para os índios a conversão religiosa e a formação de clérigos e de noviças para a Companhia de Jesus.
- e) a catequese, a proteção dos indígenas e a assimilação dos nativos ao sistema colonial, o que implicou para os índios a modificação de hábitos, crenças religiosas, sistema de trabalho e organização habitacional.

**7. (UEM/2014)** Sobre a América portuguesa, identifique a(s) alternativa(s) correta(s).

01. No século XVIII, com a crise do açúcar que se seguiu à Invasão Holandesa de Pernambuco, o governo de Maurício de Nassau introduziu novas atividades econômicas naquela região, transformando-a no principal polo de produção artesanal do Brasil.
02. A criação do governo-geral, em 1548, pela Coroa de Portugal extinguiu o sistema de capitanias hereditárias e impediu que franceses e holandeses invadissem e fundassem colônias no Brasil.
04. Ao longo da colonização portuguesa no Brasil, a produção de tabaco, utilizado pelos portugueses como moeda de troca na compra de escravos na África, tornou-se uma importante atividade econômica.
08. Embora o trabalho escravo tenha predominado na produção de açúcar, nos engenhos também era utilizada a mão de obra de trabalhadores livres assalariados.
16. Os bandeirantes, ao ultrapassarem os limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas na busca de riquezas e de indígenas para escravizar, contribuíram para expandir os domínios portugueses na América.

Some os números que correspondem às alternativas corretas.

**8. (UFG/2014)** Leia o documento a seguir.

“Este homem é um dos maiores selvagens com que tenho topado: quando se avistou comigo, trouxe consigo um intérprete porque não sabe falar português nem se diferencia do mais bárbaro Tapuia. Mesmo se dizendo cristão e sendo casado, lhe assistem sete índias concubinas. E daqui se pode inferir que, tendo em vista a sua vida desde que teve o uso da razão, se é que a teve, até o presente momento, se encontra a andar metido pelos matos à caça de índios e de índias, estas para o exercício de sua torpeza sexual, aqueles para a obtenção de seus interesses econômicos.”

RIBEIRO, Darcy; MOREIRA NETO, Carlos Araújo (Orgs.). *A fundação do Brasil: testemunhos – 1500/1700*. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 299. (Adaptado)

O documento apresenta a descrição feita pelo bispo de Pernambuco, D. Francisco de Lima, a respeito do chefe bandeirante Domingos Jorge Velho. Essa descrição indica um antagonismo entre religiosos católicos e bandeirantes na

América portuguesa durante o século XVII. Com base na análise do documento e de seu contexto histórico, conclui-se que tal oposição associava-se ao fato de a Igreja

- a) condenar o enriquecimento por meio da escravidão, contrariando os citados “interesses econômicos” dos bandeirantes, que se firmavam como fornecedores de mão de obra escrava para diversas capitanias.
- b) defender a catequização dos indígenas e sua organização em missões religiosas, condenando, assim, as bandeiras de apresamento, aludidas no trecho “andar metido nas matas à caça de índios e índias”.
- c) desprezar a cultura nativista constituída na capitania de São Vicente, onde foram rejeitados os costumes e a língua portuguesa, como destacado pelo bispo, ao afirmar que o bandeirante necessitou de intérprete.
- d) repudiar a associação entre bandeirantes e Tapuias, implícita nos trechos em que o padre afirma que Jorge Velho não se diferenciava dessa etnia e que mantinha concubinato com tais índias.
- e) considerar que os colonos eram desprovidos de raciocínio, como indicado pelo religioso, ao duvidar que o bandeirante possuía razão, por entender que esta é alcançada por meio de estudos eclesiásticos.

**9. (UEPB/2014)** São aspectos que marcaram o sistema de capitanias hereditárias, EXCETO:

- a) O sistema de capitanias hereditárias revelou-se um fracasso. Alguns donatários nem vieram ao Brasil, e poucas prosperaram como ocorreu com Pernambuco e São Vicente.
- b) O rei regulamentava a doação das capitanias, os privilégios e deveres de cada donatário por meio da Carta de Doação, editada junto com o Foral.
- c) Seria montado com recursos públicos e não tinha a preocupação de garantir a soberania portuguesa sobre o território.
- d) O território pertencente a Portugal, de acordo com o Tratado de Tordesilhas, foi dividido em 15 lotes perpendiculares à costa, com áreas desiguais.
- e) Os donatários tinham a responsabilidade de arrecadar os principais tributos destinados à Coroa, entre eles 20% sobre os lucros obtidos com o pau-brasil.

## O iluminismo



ERNESTO REGHRANPULSAR IMAGENS

Trabalho com mudas utilizadas nos programas de reflorestamento de áreas desmatadas durante a construção da Usina Hidrelétrica de Mauá, no Rio Tibagi, município de Telêmaco Borba (PR). Foto de 2014.

O objetivo desta abertura é relacionar ciência e preservação do meio ambiente. A preocupação de parte da sociedade em preservar o meio ambiente e a natureza existe há muito tempo. Com o advento da ciência moderna (estabelecida com o iluminismo), os cientistas, além de procurar compreender o funcionamento da natureza, passaram a buscar meios para preservá-la.

### A ciência a favor da natureza

“A Terra não aqueceria muito mais rapidamente sob o Sol do verão se uma constante evaporação de sua superfície, proporcional aos raios de Sol, não a resfriasse, criando um equilíbrio que, em certo grau, reduz os efeitos dos raios de Sol? Não é graças à evaporação constante na superfície de cada folha que as árvores, apesar de aquecidas pelo Sol, nos parecem frescas?”

Surpreendentemente precoce, esta declaração sobre as conexões entre árvores, atmosfera e a temperatura da Terra foi escrita em 1758 numa carta do pensador norte-americano Benjamin Franklin – um dos mais importantes nomes do iluminismo na ciência. A explicação não se sustenta [...], mas isso pouco importa. O que o pensamento de Franklin revela é a crença de que as árvores contribuem para uma atmosfera planetária habitável. [...]

[...] o trabalho paralelo de Franklin no que agora são chamadas ciências da Terra [...] merece ser mais conhecido, especialmente neste momento em que aumenta a urgência de problemas por ele investigados: calor, [...] correntes oceânicas e mudanças climáticas.”

CHAPLIN, Joyce E. Tempo instável, sujeito a humanos. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, n. 104, maio 2014. p. 40-41.

#### ◆ Conversando sobre

1. Identifique por que, para Joyce Chaplin, a postura de Benjamin Franklin é surpreendentemente precoce.
2. De que forma a imagem dessa abertura se relaciona com o texto?
3. Você acredita que as mudanças climáticas afetam os seres humanos? Em que intensidade? Dê exemplos de situações no Brasil ou no mundo que justifiquem sua resposta.

Depois da leitura do texto, sugerimos explicar que a afirmação de Benjamin Franklin não se sustenta atualmente porque se sabe que o resfriamento do planeta não é proporcional à incidência dos raios solares e tampouco é igual em todos os lugares do globo. Por isso que diferentes regiões do mundo possuem diferentes temperaturas médias. A temperatura numa certa região depende de vários fatores, e os principais são o fluxo de energia e a quantidade de luz solar que é refletida para o espaço. O resfriamento, portanto, está muito mais ligado às condições do local, e não à incidência de raios solares.

## Origens do iluminismo

O **iluminismo** ou **ilustração** foi uma corrente de ideias que se originou no século XVII e se desenvolveu especialmente no século XVIII. O movimento pode ser considerado um desdobramento da mentalidade surgida desde a Revolução Científica do século XVII, que modificou a visão tradicional do homem moderno ao utilizar-se da razão como base para explicar a realidade (leia o boxe abaixo).

As expressões “iluminismo”, “ilustração” ou “Século das Luzes” traduzem a visão negativa que os pensadores dessa época tinham em relação à Idade Média, que, para eles, havia sido um período de “trevas”, em que a sociedade foi dominada pela religião e pela ignorância.

Os iluministas combatiam os dogmas religiosos e a opressão política do absolutismo e defendiam a liberdade e a soberania da razão. Para eles, somente a razão permitiria instaurar no mundo uma nova ordem, caracterizada pela liberdade e pela felicidade.

Veja, a seguir, três princípios que, de modo geral, norteavam o ideário iluminista.

- **Universalidade:** os iluministas acreditavam que suas propostas deveriam atingir todos os seres humanos, independentemente de barreiras nacionais ou étnicas.
- **Individualidade:** os seres humanos deveriam ser vistos como pessoas reais e singulares, e não apenas como integrantes de uma coletividade, de um grupo social.
- **Autonomia:** os homens estariam aptos a pensar por si mesmos, sem a tutela da moral e dos dogmas religiosos ou da tirania política.

Para os iluministas, apenas quando os seres humanos pensassem de forma autônoma poderiam agir no sentido de adquirir o necessário à sobrevivência material e ao crescimento intelectual.

Os ideais difundidos pelos iluministas estavam relacionados aos interesses da burguesia em ascensão, levando-os a adotar uma postura crítica em relação à tradição cultural e ao Estado absolutista e, assim, propor a transformação da antiga ordem em um mundo completamente novo, o mundo liberal burguês. Portanto, eram propostas de reforma da sociedade e não de revolução.

Os iluministas defendiam um **Estado constitucional**, ou seja, a existência de uma autoridade central com poderes bem definidos e limitados e ampla margem de liberdade civil.

A filosofia iluminista difundiu-se por muitos países da Europa. Suas primeiras manifestações ocorreram na Inglaterra e na Holanda, a partir do século XVII, mas foi na França do século XVIII que o enfraquecimento do governo absolutista transformou as concepções filosóficas do iluminismo numa doutrina política e social.



BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL - BIBLIOTECA NACIONAL DA FRANÇA, PARIS

*A oração de Voltaire* (século XVIII), gravura de autor desconhecido. Biblioteca Nacional da França, Paris. Os iluministas associavam a razão, o saber e o conhecimento à luz.

### A nova ciência

A Revolução Científica do século XVII ocorreu, entre outros fatores, em razão da elaboração do chamado **método científico**, para o qual contribuíram as teorias de **Galileu Galilei** e de **René Descartes**. Na prática científica, Galileu aplicou o **método experimental**, que consiste na elaboração de teorias sobre fenômenos da natureza que seguem, basicamente, as seguintes etapas:



Desde a Revolução Científica, as ideias formuladas pela ciência sobre o universo, o mundo e a natureza passaram a ser aceitas como a verdade por parcelas cada vez maiores da sociedade. Dessa forma, a ciência passou a ocupar gradualmente um lugar que antes era reservado à Igreja.

## ◆ Mentalidade iluminista

As ideias de John Locke foram influenciadas pelo contexto político atravessado pela Inglaterra durante o século XVII. Em 1688, o Parlamento expulsou o rei Jaime II, católico, para oferecer o trono a Maria II e Guilherme de Orange, ambos protestantes. Os novos monarcas deveriam aceitar, contudo, o *Bill of Rights*, documento que restringia o poder real ao Parlamento, instituindo dessa forma a monarquia parlamentar na Inglaterra.

**Verbetes:** nesse caso, palavra destacada, geralmente em negrito, com sua respectiva definição ao lado. Utilizada em dicionários, enciclopédias e glossários.

O inglês **John Locke** é considerado um dos precursores das ideias iluministas e “pai” do **liberalismo político**. Em sua obra *Segundo tratado sobre o governo civil* (1690), Locke desenvolveu uma teoria com base na ideia de que o Estado resultava de um contrato entre governo e governados, regido por uma Constituição.

De acordo com Locke, os primeiros homens viviam num estado natural em que prevaleciam a liberdade e a igualdade absolutas, sem o controle de nenhuma espécie de governo. A única lei era a da natureza, isto é, cada indivíduo punha em execução a própria lei para proteger seus direitos naturais: vida, liberdade e propriedade. Como cada um estabelecia a própria vontade e justiça de acordo com interesses individuais, as pessoas viviam em uma situação de grande instabilidade.

Na concepção de Locke, a única saída para isso seria a instauração de uma sociedade civil e a instituição de um governo com o intuito de preservar a propriedade privada e garantir o livre exercício da palavra e da iniciativa econômica.

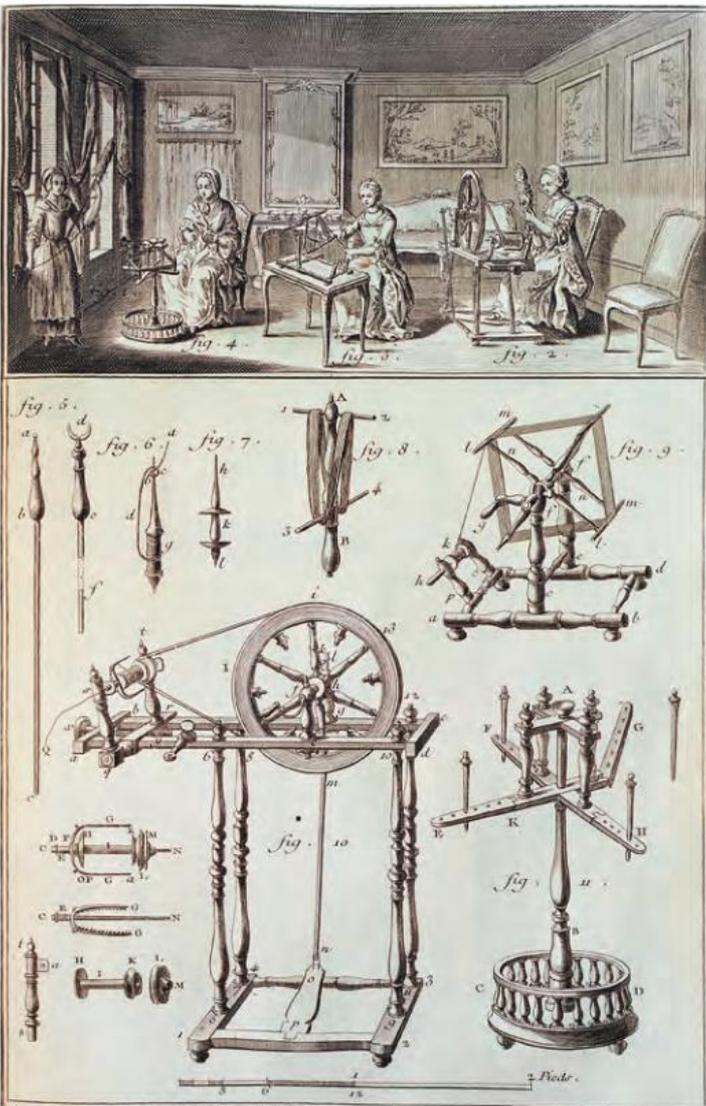
A existência de um contrato social entre governo e governados, com base na confiança e no consentimento, não significava, porém, que o governo pudesse atuar de forma absoluta. O governo deveria ter seu poder limitado por leis constitucionais e a autoridade e o poder delegados aos governantes poderiam ser retirados, pois, para o filósofo, os indivíduos tinham o direito de substituir, rebelar-se ou derrubar um governo tirânico.

## ◆ A Enciclopédia

A *Enciclopédia das Ciências, Artes e Ofícios*, publicada entre 1751 e 1780, pode ser considerada a maior expressão dos princípios iluministas de universalismo e crença no poder transformador da razão. Editada na França pelo filósofo **Denis Diderot** e, durante algum tempo, pelo matemático **Jean D'Alembert**, a obra empreendeu uma crítica sistemática das concepções científicas, intelectuais, políticas e sociais vigentes na Europa do século XVIII.

A *Enciclopédia*, composta de 35 livros, contou com a participação dos principais intelectuais franceses do período, como Jean-Jacques Rousseau e Voltaire, além de editores, resenhistas e ilustradores. Pouco depois de sua publicação, a obra foi proibida pelo clero e pelo governo francês, pois nela havia **verbetes** que criticavam essas instituições. Em um desses verbetes, por exemplo, Diderot contestou violentamente o absolutismo real e apontou elementos para a constituição da sociedade civil democrática moderna.

Gravura publicada em página da *Enciclopédia* (1751-1757) que, acima, mostra mulheres trabalhando em fição com rodas de fiar e bobinas e, embaixo, explica o funcionamento desses equipamentos. Biblioteca Nacional da França, Paris. Os iluministas pretendiam, com a publicação da *Enciclopédia*, difundir e democratizar o conhecimento.



## ◆ Teóricos iluministas e suas concepções políticas

Um dos principais pensadores iluministas franceses foi François-Marie Arouet, mais conhecido como **Voltaire**. De origem burguesa, partilhava com Locke a ideia de um governo com poderes limitados. Afirmava que todos os homens são dotados pela natureza do direito à liberdade, à propriedade e à proteção das leis.

Voltaire, no entanto, não era um teórico democrata e tinha reservas quanto à participação do povo no poder político. O filósofo defendia a ideia de uma **monarquia esclarecida**, exercida com o auxílio intelectual dos filósofos iluministas. Ainda assim, sofreu perseguições na França pelas críticas e ironias que dirigiu à realeza e à Igreja Católica. Preso diversas vezes, exilou-se na Inglaterra, onde publicou escritos que atacavam a religião e o absolutismo.

Assim como Voltaire, Charles-Louis de Secondat, o barão de **Montesquieu**, colaborou na *Enciclopédia* e era um estudioso de Locke. Negando a existência de uma forma perfeita de governo, Montesquieu acreditava que as características físicas de cada país eram fatores que influenciavam na forma de governo a ser seguida. O absolutismo, por exemplo, era o regime político apropriado aos países com vastos territórios, a monarquia limitada constituía o ideal para os de tamanho médio e a república era mais adequada aos países pequenos.

Algumas de suas obras criticavam hábitos, costumes e instituições de sua época. Em *Cartas persas* (1721), por exemplo, Montesquieu ridicularizou a sociedade francesa, de modo satírico, por meio de uma suposta correspondência entre dois viajantes persas em suas andanças por Paris. No entanto, a teoria de Montesquieu que o tornou famoso é a da **separação dos poderes**, desenvolvida na obra *Do espírito das leis* (1748). Para o filósofo, os homens tendem naturalmente a abusar de qualquer poder que lhes seja confiado. Portanto, para evitar um governo despótico, o filósofo defendia a divisão do Estado em três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário. Dessa forma, cada poder deveria agir como um freio para os outros dois.

### Você vai gostar de ler

**VOLTAIRE. Cândido ou O otimismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Voltaire foi também autor de peças de teatro, romances e poemas. Em *Cândido*, ele narra a história da personagem-título, que vivia em um castelo com sua amada e seu mestre Pangloss, um adepto do otimismo que pregava que esse mundo seria o melhor entre aqueles possíveis. Ao longo da obra, o otimista Cândido sofre uma série de infelicidades que o leva a crer que o melhor dos mundos possíveis está, na realidade, muito mal. Nesse livro, Voltaire retrata com ironia a sociedade de sua época, em que a nobreza e o clero vivem cegos em um mundo de regalias e fantasia.

### CONECTANDO COM A FILOSOFIA



Sessão plenária do Supremo Tribunal Federal em Brasília (DF). Foto de 2015. A teoria da separação dos poderes proposta por Montesquieu no século XVIII tornou-se referência para a organização do Estado na maioria dos países.

▶ Quais são as principais funções exercidas pelo Poder Judiciário em Estados democráticos contemporâneos como o brasileiro?

O Poder Judiciário tem a função de garantir os direitos individuais e coletivos e resolver os conflitos entre cidadãos, entidades e Estado. Para realizar isso, possui autonomia administrativa e financeira garantidas pela Constituição Brasileira de 1988. O órgão máximo do Judiciário é o Supremo Tribunal Federal (STF), cuja principal atribuição é garantir o cumprimento da Constituição e dar pareceres finais em questões que envolvam normas constitucionais.



NICOLAS PONCE - BIBLIOTECA NACIONAL DA FRANÇA, PARIS

*Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* (1775), gravura de Nicolas Ponce representando o filósofo Jean-Jacques Rousseau. Biblioteca Nacional da França, Paris.

## As ideias de Rousseau

Jean-Jacques Rousseau, ao contrário da maioria dos filósofos, era de origem modesta e suas concepções também divergiam daquelas dos teóricos liberais. Rousseau defendia que houve um período em que os seres humanos viviam em estado natural e ainda não haviam sido corrompidos pelos vícios das civilizações. Em sua visão, o estado de natureza não equivalia ao primitivismo e à ausência de razão, mas a uma situação em que o indivíduo não tinha perdido sua essência humana, com base na liberdade e na igualdade naturais.

Segundo o filósofo, os seres humanos deixaram de ser livres e iguais quando a terra, que era de todos, tornou-se propriedade de alguns. Ao demarcarem as terras, os homens iniciaram o processo de desigualdade e dominação social.

“O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer *isto é meu* e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo. Quantos crimes, guerras, assassinios, misérias e horrores não poupou ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, tivesse gritado a seus semelhantes: ‘Defendei-vos de ouvir esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não pertence a ninguém!’”

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 87. v. 2. (Coleção Os Pensadores)

Para restaurar a igualdade e a liberdade aos seres humanos, sem retornar ao estado de natureza, Rousseau defendia a associação dos indivíduos por meio de um pacto, chamado **contrato social**, pelo qual o indivíduo abdicaria de sua liberdade em benefício de um corpo coletivo soberano. Como ele próprio é parte desse corpo soberano, ao obedecer às suas leis, em vez de perder a liberdade, o indivíduo a recuperaria.

Ao corpo soberano caberia a tarefa de elaborar leis e ao governo, apenas executá-las. Dessa forma, o governo deveria sempre se sujeitar à vontade geral, e os interesses comuns dos cidadãos deveriam ser expressados por meio do sufrágio universal. A decisão geral, portanto, seria sempre justa e soberana, por isso deveria ser acatada por todos os cidadãos, inclusive pelos governantes.



FABIANO DOS SANTOS

*Koizas da vida* (2014), charge de Fabiano dos Santos. A questão da propriedade da terra era um dos temas discutidos pelo iluminista Rousseau no século XVIII.

## A filosofia de Kant

**Immanuel Kant**, filósofo nascido na Prússia, era filho de um artesão humilde. Com seu livro *Crítica da razão pura* (1781), o filósofo contribuiu significativamente para as bases do pensamento contemporâneo ao conciliar as correntes de pensamento **empirista** e **racionalista**.

Em seus escritos políticos, Kant defendia a soberania do povo por meio do Poder Legislativo. O filósofo afirmava que havia dois tipos de cidadãos: os independentes e os não independentes. Os cidadãos independentes eram aqueles que possuíam propriedades e, por isso, não dependiam dos outros. Esse grupo podia exprimir uma opinião política, bem como decidir a política do Estado. Já os cidadãos não independentes não tinham o direito de votar nem o de serem eleitos.

Se, por um lado, Kant reconhecia que a soberania pertencia ao povo, por outro, ele negava aos mais pobres o direito de exercê-la, uma vez que a restringia a uma parcela pequena da população. Em outras palavras, apenas o proprietário era considerado cidadão ativo.

**Empirista:** de acordo com essa corrente de pensamento, o conhecimento humano provém das experiências práticas (empíricas).

**Racionalista:** segundo essa corrente, o conhecimento humano provinha somente da razão.

CONECTANDO COM A FILOSOFIA

## Economia liberal

Na esfera econômica, a crítica ao absolutismo tinha como alvo a interferência do Estado na economia por meio da concessão de monopólios e da cobrança de elevados impostos. Segundo os economistas, o mercado deveria autorregular-se, obedecendo somente à **lei da oferta e da procura**.

A primeira corrente de economistas a criticar a política mercantilista surgiu na França. Dela participavam pensadores como **François Quesnay** e **Robert Turgot**. Esse grupo ficou conhecido como a **Escola Fisiocrata** da teoria econômica.

Para essa corrente econômica, atividades como a agricultura e a mineração eram mais importantes para a prosperidade nacional do que o comércio, que seria essencialmente estéril, pois se limitava a transferir mercadorias já existentes de uma pessoa para outra.

Além disso, os fisiocratas sustentavam que as restrições impostas pelo Estado criavam obstáculos à expansão da economia. A frase *Laissez faire, laissez passer, le monde va de lui-même* (deixai fazer, deixai passar, o mundo marcha sozinho) é a expressão que designa o ideário do liberalismo econômico contra a política intervencionista do mercantilismo.

Quesnay também formulou os conceitos de *capital fixo* e *circulante*. Por meio dessas teorias, criou-se a noção de que o capital deve ser acumulado antes da produção.

**François Quesnay** (século XIX), gravura de J. G. Will a partir de pintura de Charles Chevalier. Arquivo Nacional da França, Paris. Em 1758, Quesnay publicou o *Tableau économique* (Quadro econômico), estudo mais importante da Escola Fisiocrata. Nessa publicação, Quesnay representou, de modo simplificado, o fluxo de circulação de bens e de despesas entre as diferentes classes sociais, tornando evidente a interdependência entre as diferentes atividades econômicas em uma sociedade.



ORNOZALBUM/LATINSTOCK - ARQUIVO NACIONAL DA FRANÇA, PARIS

## ◆ Alguns economistas liberais

O escocês **Adam Smith**, considerado o “pai” da teoria econômica moderna, afirmava que o trabalho humano era a verdadeira fonte de riqueza. Em sua obra *A riqueza das nações* (1776), Smith defendia que os indivíduos, sem a intervenção do Estado em seus negócios, trabalhariam livremente para comerciar e atender aos seus interesses e, com isso, gerariam a riqueza da nação.

Além disso, Smith sustentava que a especialização do trabalho, em todas as atividades econômicas, facilitaria a produção de bens e aprimoraria as forças produtivas, porque utilizaria as melhores habilidades e capacidades dos trabalhadores, ampliando a qualidade e a produtividade industrial.

Embora aceitasse o princípio do *laissez faire*, Adam Smith acreditava que certas formas de interferência governamental na economia eram toleráveis, desde que se dedicassem a prevenir a injustiça e a opressão e a incentivar a educação. Por defender essas ideias, Smith pode ser considerado um dos primeiros pensadores da organização econômica capitalista.

Outro pensador liberal do período foi o reverendo inglês **Thomas Malthus**. Economista e **demógrafo**, Malthus ficou conhecido, sobretudo, pela teoria segundo a qual o crescimento da população segue uma **progressão geométrica** e tende sempre a superar a produção de alimentos, que obedece a uma **progressão aritmética**. Em decorrência disso, a sociedade poderia sofrer com a fome e o alastramento de doenças. Por isso, o **malthusianismo** defendia o controle de natalidade como forma de garantir os recursos necessários à sobrevivência dos indivíduos.

Posteriormente, a teoria de Malthus recebeu muitas críticas de vários estudiosos, para os quais a fome era resultado das relações sociais de dominação e não do excesso populacional.

**Demógrafo:** cientista que estuda as populações e os fenômenos populacionais como condições de vida de uma população, suas movimentações etc.

**Progressão geométrica:** sequência numérica obtida, com exceção do primeiro número, pela multiplicação do número anterior por um fixado, chamado de “razão” (ex.: 2, 4, 8, 16..., uma vez que, a partir de uma razão 2, temos:  $2 \times 2 = 4$ ,  $4 \times 2 = 8$  e  $8 \times 2 = 16$ ).

**Progressão aritmética:** sucessão de números obtidos, excetuando o primeiro, pela soma do número anterior a um número fixado, a “razão” (ex.: 5, 7, 9, 11..., uma vez que, a partir de uma razão 2, temos:  $5 + 2 = 7$ ,  $7 + 2 = 9$ ,  $9 + 2 = 11$ ).

### ◆ CONECTANDO COM A MATEMÁTICA



Trabalhadoras em uma fábrica de velas, gravura colorizada posteriormente e presente na *Enciclopédia* (século XVIII), publicada por Diderot e D'Alembert.

▶ Que elementos da imagem revelam a divisão do trabalho defendida por Adam Smith?

A imagem mostra um dos setores da fábrica e a divisão de tarefas entre as trabalhadoras, cada uma cumprindo uma fase da produção de modo isolado. A imagem retrata a divisão e a especialização do trabalho defendida por Smith.

## ◆ O despotismo esclarecido

Nos séculos XVIII e XIX, alguns países europeus, geralmente aqueles em que o capitalismo era pouco desenvolvido, apresentavam problemas estruturais semelhantes: suas economias baseavam-se nos princípios mercantilistas, tinham sociedades pouco diversificadas, sem capital, e com uma burguesia incipiente.

Inspirados pelo iluminismo, e particularmente pelas concepções de Voltaire, os monarcas da Prússia, Rússia, Áustria, Espanha e Portugal iniciaram reformas para adequar as estruturas econômicas de seus Estados à ordem burguesa em ascensão. Essa onda de reformas na estrutura do Estado absolutista durante o século XVIII ficou conhecida como **despotismo esclarecido**.

Os soberanos que adotaram esse modelo de administração utilizaram os ensinamentos das teorias iluministas, mas sem abrir mão do absolutismo na prática política. Vários monarcas europeus ficaram conhecidos como “déspotas esclarecidos”. José II da Áustria, por exemplo, aboliu a servidão e concedeu liberdade de culto aos seus súditos. Frederico II da Prússia, incentivado por Voltaire, aboliu a tortura e os direitos feudais, criou escolas e incentivou a instrução pública e a tolerância religiosa.

Em Portugal, o Marquês de Pombal, ministro do rei D. José I, foi o símbolo do despotismo esclarecido. Encomendou projetos para reconstruir Lisboa após o terremoto que abalou a cidade em 1755, estimulou o desenvolvimento da indústria e do comércio em Portugal e chegou a expulsar os jesuítas do reino e de suas colônias por considerá-los uma ameaça aos negócios portugueses. Pombal dirigiu com autoridade as atividades da metrópole e de suas possessões ultramarinas entre 1750 e 1777.



Porcelana francesa representando o monarca Frederico II da Prússia e Voltaire (século XVIII). Museu de Arte de Tula, Rússia. A associação do monarca com um iluminista contribuía para transmitir aos seus súditos a ideia de que seu governo era pautado pela razão.

A relação entre Estado absolutista e iluminismo é explorada na obra: KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EdUERJ/Contraponto, 1999.



Retrato do Marquês de Pombal (1767), pintura de Louis-Michel van Loo e Claude-Joseph Vernet. Palácio dos Marquises de Pombal, Oeiras, Portugal. A situação de dificuldade por que passavam alguns Estados absolutistas no século XVIII – endividados, sem Forças Armadas qualificadas e com uma administração ineficiente em suas colônias – criou condições para que esses Estados se aliassem aos ideais iluministas. União que acabou contribuindo para o desenvolvimento político do iluminismo.

O quadro de Vernet é uma referência à reconstrução de Lisboa promovida por Pombal após o terremoto que atingiu o local em 1755, responsável pela destruição de praticamente toda a cidade. Não é possível determinar o número de vítimas ocasionado pelo terremoto, mas estima-se que morreram entre 10 mil e 90 mil pessoas.

## O iluminismo e as descobertas científicas



Inoculador de Jenner (século XVIII). Museu da Ciência de Londres, Grã-Bretanha. O médico britânico desenvolveu estudos que provaram que a inoculação da varíola bovina era mais segura no processo de vacinação contra a doença.

**Eletrização das nuvens:** de modo simplificado, ocorre em decorrência das colisões, no interior da nuvem, de moléculas de água, algumas em forma de vapor, outras em forma de cristais de gelo. Elétrons são trocados em razão dessas colisões, formando regiões eletrizadas na nuvem.

As ideias iluministas, que valorizavam o uso da razão e a liberdade de pensamento, impulsionaram consideravelmente as ciências ao longo do século XVIII. Nesse período, muitos estudiosos iluministas realizaram diversos experimentos científicos que possibilitaram grandes descobertas e invenções essenciais para a humanidade.

**Benjamin Franklin** realizou diversos estudos sobre meteorologia, eletricidade e a natureza elétrica dos raios. Em um deles, no ano de 1752, o cientista descreveu um experimento com uma pipa, realizado durante uma tempestade, para mostrar a **eletrização das nuvens**. Porém, não existem documentos que comprovem que Franklin realizou o experimento. Com base em estudos como esse, Benjamin Franklin demonstrou que hastes metálicas pontiagudas ligadas à terra atraíam relâmpagos, desviando a descarga elétrica para o solo (para-raios).

Em 1772, o químico francês **Antoine Lavoisier** constatou que, para haver combustão, era necessário ter apenas um elemento constituinte do ar, o qual chamou de "oxigênio". Assim, realizou diversos experimentos para explicar suas características e funções (combustão, respiração etc.). Mais tarde, em 1783, Lavoisier conseguiu demonstrar que a água era uma substância composta de hidrogênio e oxigênio, refutando antigas teorias de que ela era um elemento simples, impossível de se decompor.

Lavoisier também formulou a Lei da Conservação da Massa, com a famosa frase: "Na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma". Por esse e outros estudos, Lavoisier é considerado o "pai" da química moderna.

No início do século XVIII, a aristocrata **Lady Mary Montagu** observou que a varíola podia ser evitada com a aplicação de um líquido, extraído de uma crosta de varíola, na pele de um indivíduo são. Porém, somente com os estudos do britânico Edward Jenner, publicados em 1798, as pesquisas sobre a vacina foram impulsionadas. Jenner inoculou um menino de 8 anos que nunca havia contraído varíola com pus de *cowpox* (varíola bovina). O pequeno desenvolveu sintomas brandos da doença, mas teve uma recuperação rápida. Meses depois, ao receber o vírus da varíola humana, a criança não desenvolveu a patologia, mostrando que ela havia se tornado imune à doença.



Aparelhos empregados por Lavoisier no estudo do processo de fermentação (século XVIII). Conservatório Nacional de Artes e Ofícios, Paris, França.

## A liberdade de expressar publicamente as ideias

*A ascensão dos valores iluministas em parte da sociedade europeia a partir do século XVIII possibilitou às pessoas demonstrar publicamente seus pensamentos e opiniões sem o medo de sofrerem censura e punições por parte da Igreja ou do Estado. A liberdade de expressão, formada durante o movimento iluminista, tornou-se um dos preceitos que definem as sociedades democráticas contemporâneas.*

“[...] no período em que os conflitos religiosos se generalizaram [católicos × protestantes, no século XVI], alguns letrados observaram que a liberdade de consciência – e de crítica – era incompatível com a paz: a discordância pública sobre o que era certo ou errado levaria à guerra. Deste modo passaria a existir uma nítida divisão entre o mundo exterior, político, no qual só quem fala é o monarca, e o mundo interior, em que o indivíduo esconde a sua consciência. É justamente aí, no espaço secreto da consciência, que vai se desenvolver o esclarecimento.

O processo do esclarecimento é a projeção para o mundo público desta nova racionalidade. Isso terá um impacto ainda maior na medida em que o século XVIII vai conhecer uma inédita expansão da alfabetização e um significativo barateamento da produção de textos. Um autor que simboliza esta **transposição** de atitude de um mundo privado e científico para um mundo público e político é [...] John Locke, através do seu *Ensaio sobre o entendimento humano*, de 1690. Para ele, a capacidade individual de formar juízo existe independente da vontade do soberano, independente da autorização estatal [...]. A sociedade se submete às suas próprias leis morais, que têm a mesma importância das leis civis (criadas pelo governo). Forma-se, **paulatinamente**, a chamada ‘opinião pública’, capaz de definir o que é uma ação virtuosa – que deve ser encorajada; e uma ação viciosa – que é objeto de censura.

A razão, materializada no infinito processo de crítica, legítima a si própria. É este o mundo dos letrados do início do século XVIII, no qual as ideias são evidentemente conflitantes. Mas a atitude de discutir publicamente, por escrito, sobre todos os assuntos se tornaria a regra da atividade intelectual nos países que conheceram o esclarecimento (daí a **impropriedade** de um ‘absolutismo esclarecido’). [...]

A ilustração, ou esclarecimento, não é um conjunto de ideias: é a atitude de falar publicamente usando a própria razão e recusando as explicações tradicionais. Os resultados deste método nem sempre formam um conjunto coerente e definitivo de ideias – assim como seria incoerente com o esclarecimento se acreditássemos que as noções correntes de liberdade e democracia devem estar isentas de crítica.”



CONECTANDO COM A  
FILOSOFIA

ELIAS, Rodrigo. *Essa luz. Revista de História da Biblioteca Nacional.* Rio de Janeiro, n. 104, maio 2014. p. 19-21.

**Transposição:**  
ato ou efeito de transpor, mudar de um lugar, deslocar.

**Paulatinamente:**  
algo feito devagar, em etapas.

**Impropriedade:**  
uma ação, um comportamento ou uso considerado impróprio.

### Compreendendo o texto

Registre as respostas em seu caderno.

1. De acordo com o texto, por que antes do iluminismo não era possível aos indivíduos expressarem-se livremente na esfera pública? A quem era reservado esse direito?
2. Qual é a relação, segundo o autor, entre consciência individual e iluminismo? Justifique sua resposta com trechos do texto.
3. Redija um pequeno texto estabelecendo relação entre o iluminismo e a frase: “seria incoerente com o esclarecimento se acreditássemos que as noções correntes de liberdade e democracia devem estar isentas de crítica”.
4. Na sua opinião, a liberdade de expressão deve ser irrestrita ou existem limites para ela? Dê exemplos que justifiquem sua resposta.

## Explorando o conhecimento

1. Escreva um pequeno texto sintetizando o que foi o movimento iluminista, suas principais ideias e consequências.
2. De que forma os déspotas esclarecidos conseguiram implantar medidas modernizadoras em seus Estados sem abrir mão do absolutismo? Justifique.
3. Qual foi a influência do pensamento iluminista para o desenvolvimento científico no século XVIII? Cite exemplos.

## Pensando criticamente

### CONECTANDO COM A FILOSOFIA

4. Em dupla, observem a imagem para responder às questões a seguir.



Frontispício da *Enciclopédia das Ciências, Artes e Ofícios* (1772), gravura de Bonaventure-Louis Prévost. Biblioteca Nacional da França, Paris.

- a) Identifiquem o tipo de documento, seu autor, a época da produção e descrevam a imagem. Quais elementos mais se destacam na gravura?

- b) Na imagem foram representadas a Verdade, situada entre a Razão e a Imaginação, a Filosofia, a Teologia, as Artes, as Ciências e os Ofícios. Que figuras humanas representam cada uma delas? Justifiquem suas respostas.
- c) Esse frontispício cumpriu com eficiência a função de apresentar a concepção de conhecimento dos realizadores da *Enciclopédia*? Justifiquem suas respostas.

5. Releia o texto de Rousseau e observe a charge de Fabiano dos Santos, ambos na página 86.
  - a) De acordo com o filósofo, o que levou à constituição da sociedade civil?
  - b) Relacione a charge às ideias de Rousseau sobre as consequências da propriedade privada da terra para a humanidade.
  - c) Atualmente, a questão da terra continua a gerar conflitos em diversos países. Na sua opinião, por que eles acontecem? Cite pelo menos um exemplo de confronto recente envolvendo a posse de terras.

## Debatendo

6. Reúnam-se em grupos. Leiam o texto do economista Adam Smith, considerado o “pai” do liberalismo econômico. Depois, debatam em sala de aula as questões propostas.

“[...] a divisão do trabalho, reduzindo a atividade de cada pessoa a alguma operação simples e fazendo dela o único emprego de sua vida, necessariamente aumenta muito a destreza do operário. Estou certo de que um ferreiro comum que, embora acostumado a manejar o martelo, nunca fez pregos, se [...] tentar fazê-lo, dificilmente conseguirá ir além de 200 ou 300 pregos por dia [...]. Tenho visto, porém, vários rapazes abaixo dos vinte anos que nunca fizeram outra coisa senão fabricar pregos e que [...] conseguiam fazer, cada um deles, mais de 2.300 pregos por dia.”

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 68. v. 1. (Coleção Os Economistas)

- a) De acordo com o texto, de que forma seria possível aumentar a produtividade do trabalhador?
- b) Vocês concordam com essa visão? Por quê?
- c) Na opinião do grupo, as ideias de trabalho e de produtividade no texto refletem a atual configuração e as tendências do mercado de trabalho contemporâneo? Justifiquem.

## Decifrando o Enem

Registre a resposta em seu caderno.

(ENEM-MEC/2013)

“Para que não haja abuso, é preciso organizar as coisas de maneira que o poder seja contido pelo poder. Tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as divergências dos indivíduos. Assim, criam-se os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, atuando de forma independente para a efetivação da liberdade, sendo que esta não existe se uma mesma pessoa ou grupo exercer os referidos poderes concomitantemente.”

MONTESQUIEU, B. *Do espírito das leis*.

São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Adaptado)

A divisão e a independência entre os poderes são condições necessárias para que possa haver liberdade em um Estado. Isso pode ocorrer apenas sob um modelo político em que haja

- a) exercício de tutela sobre atividades jurídicas e políticas.
- b) consagração do poder político pela autoridade religiosa.
- c) concentração do poder nas mãos de elites técnico-científicas.
- d) estabelecimento de limites aos atores públicos e às instituições do governo.
- e) reunião das funções de legislar, julgar e executar nas mãos de um governante eleito.

### Analizando

O enunciado da questão tem como base um trecho introdutório presente na obra *Do espírito das leis*, de Montesquieu, publicado anonimamente pela primeira vez no ano de 1748 em Genebra, tendo edições sucessivas em vários países europeus. Embora tenha sido um sucesso na época, a obra foi incluída no *Index Librorum Prohibitorum* (lista de livros proibidos pela Igreja Católica) em 1751.

Montesquieu nasceu em família aristocrática e foi educado nos princípios do pensamento iluminista. Dedicou-se ao estudo do direito, da história e também das ciências da natureza. No livro *Do espírito das leis*, estudou os diferentes

sistemas de governo, bem como a origem e os fundamentos das leis, procurando compreendê-los de acordo com as características específicas de cada sociedade. Como pensador iluminista, considerou que ambos (sistemas político e jurídico) são criações humanas e, portanto, devem ser analisados pelas leis da sociedade, e não pela dos desígnios divinos.

O trecho citado na questão defende princípios fundamentais do pensamento iluminista: a liberdade como direito natural do homem e o combate ao despotismo por meio da criação de mecanismos políticos que funcionem como um mecanismo de contenção contra o abuso de poder.

O enunciado solicita que você escolha a alternativa que corresponde ao modelo político defendido pelo autor.

Vamos analisar cada uma das alternativas:

- Alternativa **a**: De acordo com o texto de Montesquieu, não deve existir um homem ou mesmo um grupo de pessoas que controlem os três poderes.
- Alternativa **b**: Montesquieu compreendia a política como atividade humana, regida por leis elaboradas pela sociedade e não por representantes do poder divino.
- Alternativa **c**: Defensor das qualidades da monarquia por considerá-la um sistema que tinha como base a honra da dinastia governante, Montesquieu era admirador da monarquia britânica em razão de seu caráter parlamentar.
- Alternativa **d**: No trecho que abre a questão, Montesquieu defende a divisão e a independência entre os três poderes como meios para impedir a concentração de poderes e os abusos.
- Alternativa **e**: Para evitar abusos autoritários, as funções legislativa, executiva e judiciária deveriam ser exercidas por instâncias diferentes do poder.

Agora é com você:

Qual alternativa completa de maneira correta a frase do enunciado?

A alternativa correta é a letra **d**.

# Das Revoluções Inglesas à Revolução Industrial



YANG XIAOYUANXINHUA PRESS/CORBIS/LATINSTOCK

Pescador navega no Lago Chaohu em Hefei, China. Foto de 2015. O lago está tomado por cianobactérias, também conhecidas como algas azuis. A poluição, causada pelo despejo de resíduos industriais, fertilizantes e detergentes, favorece a reprodução desenfreada desses organismos que podem produzir toxinas nocivas a outras formas de vida.

Importante fonte de água para o desenvolvimento de atividades agrícolas e o abastecimento da população local, o Lago Chaohu, um dos cinco maiores lagos da China, tornou-se foco de preocupações ambientais em razão do intenso processo de eutrofização — aumento excessivo de algas e outros materiais orgânicos na água em decorrência do acúmulo de nutrientes. Esse processo está relacionado ao despejo no lago de fertilizantes químicos, esgotos irregulares e resíduos industriais, o que reduz a quantidade de oxigênio na água e promove o aumento desenfreado de cianobactérias, colocando em risco a existência das demais espécies.

## Poluição e desenvolvimento industrial

“Na China, onde os céus constantemente cinzentos são um dos maiores problemas ambientais, vários estudos tentam estimar o impacto dessa exposição prolongada a partículas nocivas. Todos concluem que a poluição é uma das principais causas do aumento de câncer pulmonar e outras doenças respiratórias no país. [...]”

A grave poluição atmosférica na China é um dos legados do rápido desenvolvimento econômico [...] nas últimas décadas. As principais causas da névoa poluente são os vapores industriais – os padrões para suas emissões são menos exigentes do que em outros países, e há pouca fiscalização – e os veículos automotores nas grandes áreas urbanas. Some-se a isso o fato de que o carvão é a principal fonte energética do gigante asiático. Segundo dados do Escritório Nacional de Estatísticas, em 2013 esse mineral poluente cobriu 66% da demanda energética chinesa, seguido pelo petróleo (18,4%), as energias renováveis e nuclear (9,8%) e o gás natural (5,8%). [...]

O problema se agrava nos meses de inverno. Com o início do funcionamento do sistema público de calefação, alimentado a carvão, o gélido norte da China passa a viver permanentemente sob uma capa de poluição que só se dispersa quando sopra o vento.”

FONTDEGLÒRIA, Xavier. Poluição na China matará 923 mil pessoas até 2030, segundo estudo. *El País Brasil*, 11 nov. 2015. Disponível em <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/10/internacional/1447152772\\_680439.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/10/internacional/1447152772_680439.html)>. Acesso em 21 jan. 2016.

O objetivo é provocar a reflexão sobre algumas consequências da industrialização na atualidade para um estudo significativo do processo histórico que será apresentado no capítulo.

## ◆ Inglaterra: de potência marítima ao pioneirismo industrial

Entre o final do século XVIII e início do XIX, a Grã-Bretanha tornou-se a maior potência econômica mundial devido, sobretudo, a seu pioneirismo industrial.

A industrialização na Inglaterra deve ser compreendida no contexto das transformações políticas ocorridas a partir do século XVII, que levaram a burguesia a controlar o poder por meio do Parlamento, que se transformou no principal órgão de governo na Inglaterra. Dominado pela burguesia, o governo passou a aprovar medidas que estimulavam o crescimento industrial e comercial do país.

Para compreender todo o processo, precisamos voltar ao governo de Elizabeth I, filha de Henrique VIII e Ana Bolena, responsável por inúmeras medidas para que a Inglaterra enfrentasse as forças da Espanha, grande potência naval do mundo na época. O aumento da frota e outras políticas adotadas pela rainha, como a concessão de empréstimos e de monopólios, favoreceram a expansão inglesa e atenderam aos interesses da burguesia mercantil. No entanto, essas medidas desequilibraram as finanças do reino. Para equilibrá-las, a Coroa solicitou empréstimos ao Parlamento, que controlava os impostos arrecadados, negociou a venda de parte dos seus bens e ampliou a concessão e venda de monopólios comerciais e industriais.

Apesar dessas dificuldades, Elizabeth I conseguiu administrar o reino com habilidade: a rainha manteve-se próxima ao Parlamento, incentivou a ação de corsários e expedições de exploração de terras no Novo Mundo, consolidou o anglicanismo na Inglaterra e estimulou o desenvolvimento das manufaturas e do comércio. Devido a essas transformações, o reinado de Elizabeth I é considerado por muitos a “era dourada” da história da Inglaterra.

Antes de iniciar o estudo do capítulo, sugerimos esclarecer para a classe a diferença entre Inglaterra (o país), Grã-Bretanha (a grande ilha dividida pelos territórios de três países: Inglaterra, País de Gales e Escócia) e Reino Unido (o Estado formado por quatro países: Inglaterra, País de Gales, Escócia e Irlanda do Norte). Considerando que desde a ascensão de Jaime Stuart ao trono, em 1603, Inglaterra, País de Gales e Escócia passaram a obedecer ao mesmo rei, utilizamos os termos **inglês(a)** e **britânico(a)** como sinônimos.

### Elizabeth I e o anglicanismo

Criado em 1543, por Henrique VIII, o anglicanismo consolidou-se como religião oficial da Inglaterra durante o reinado de Elizabeth I. Após a retomada do catolicismo e a perseguição aos protestantes durante o reinado de Maria I, entre 1553 e 1558, Elizabeth I reinstalou o anglicanismo como religião oficial na Inglaterra e favoreceu a uniformização das práticas da Igreja Anglicana, tentando conciliar princípios protestantes e católicos, com o objetivo de amenizar as disputas religiosas.



DIOMEDIA - GALERIA NACIONAL DE RETRATOS, LONDRES

Elizabeth I em retrato produzido entre o final do século XVII e início do século XVIII. Galeria Nacional de Retratos, Londres, Grã-Bretanha.



WORLD HISTORY ARCHIVE/LAMY/LATINSTOCK

Representação da captura do galeão espanhol *San Salvador*, realizada pela Marinha britânica em 1588; gravura de John Pine, publicada em 1739. Em agosto de 1588, os ingleses derrotaram a grandiosa frota espanhola, a chamada “Invencível Armada”, reunida pelo rei Filipe II para invadir a Inglaterra.

*William Harvey demonstrando a Carlos I a circulação do sangue do coração de um cervo (1848), pintura de Robert Hannah. Faculdade Real de Médicos, Londres, Grã-Bretanha. Pesquisas em anatomia, experimentos e observações permitiram ao médico britânico William Harvey desvendar o funcionamento do sistema circulatório. Durante o século XVII, a observação dos fenômenos naturais e a realização de experiências favoreceram o desenvolvimento do método científico.*



BRIDGEMAN IMAGES/KEystone BRASIL - FACULDADE REAL DE MÉDICOS, LONDRES

Durante o reinado de Carlos I houve uma reaproximação entre a Igreja Anglicana e a Católica, exemplificada por meio do casamento do rei com a princesa católica Henriqueta Maria de França. Essa reaproximação causou a perseguição aos protestantes, que eram tolerados durante os reinados de Elizabeth I e Jaime I. Sugerimos retomar o conteúdo do capítulo 1, lembrando que esses protestantes perseguidos acabaram por formar a maioria da população das colônias inglesas no Novo Mundo.

## ◆ Dinastia Stuart

A morte de Elizabeth I, em 1603, criou um grave problema sucessório, pois a rainha não deixou herdeiros diretos. O trono inglês passou a seu primo, Jaime Stuart, rei da Escócia, que foi coroado com o título de Jaime I da Inglaterra. Terminava, assim, a dinastia Tudor. O novo rei, porém, recebeu pouco apoio político dos ingleses. Defensor da teoria do direito divino dos reis, Jaime I governou segundo os princípios absolutistas, adotando medidas que desagradaram à maioria dos ingleses e desencadearam várias crises entre a Coroa e o Parlamento.

Com a morte de Jaime I em 1625, seu filho Carlos I tornou-se rei da Inglaterra e da Escócia. Durante seu reinado, os conflitos da época de seu pai se tornaram mais graves e, em 1628, o monarca foi obrigado pelo Parlamento a assinar a **Petição de Direitos**, que proibia a Coroa de criar novos impostos sem a aprovação dos parlamentares. No ano seguinte, o rei dissolveu o Parlamento e governou sem ele durante onze anos.

As medidas tomadas por Carlos I tornaram seu governo extremamente impopular. Em 1634, o rei resolveu retomar a cobrança de um imposto em desuso, o *ship money*, antes arrecadado nas cidades portuárias e zonas litorâneas em caso de guerra. Carlos I restabeleceu o tributo e estendeu sua cobrança a todo o reino. Além disso, a concessão de monopólios comerciais, os gastos exagerados de sua corte e a tentativa de impor práticas religiosas anglicanas aos **presbiterianos** e aos **puritanos** aumentaram a insatisfação popular.

Tais fatos produziram uma crise política e, em 1640, Carlos I convocou novamente o Parlamento. Os parlamentares faziam oposição sistemática às iniciativas reais, exigiam o cumprimento da Petição de Direitos e a restrição do poder real. Carlos I respondeu com a invasão da Câmara dos Comuns e a prisão de alguns de seus líderes.

### Petição:

requerimento, ato de pedir, realizar uma solicitação.

### Presbiteriano:

protestante calvinista que defendia a organização da Igreja em conselhos de anciãos e presbíteros. Eles predominaram na Escócia ao longo do século XVII.

### Puritano:

protestante calvinista de uma corrente mais radical que defendia um cristianismo mais puro e rigoroso. Predominaram na Inglaterra ao longo do século XVII.

## ◆ Parlamento inglês

O Parlamento estava dividido em duas câmaras: a **Câmara dos Lordes** e a **Câmara dos Comuns**. A Câmara dos Lordes era ocupada pelos Lordes Espirituais, isto é, pela cúpula do clero anglicano; e pelos Lordes Temporais, nobres titulados (duques, barões, condes e outros) que pertenciam às grandes famílias aristocráticas, desfrutavam de privilégios de nascimento e eram proprietários de grandes extensões de terra. Os lordes herdavam seus lugares na assembleia e constituíam o grupo mais rico e poderoso da Inglaterra, pois detinham boa parte das propriedades rurais e ocupavam postos-chave na administração pública, funções de polícia e de justiça. Os lordes eram, em sua maioria, adeptos da Igreja Anglicana.

A Câmara dos Comuns era composta de pequenos proprietários rurais, burgueses e *gentlemen*, pertencentes à *gentry*. Os *gentlemen* formavam uma nobreza de *status*. Eram comerciantes, fabricantes, traficantes de escravos e profissionais liberais que faziam fortuna e se tornavam proprietários de terras. Os comuns representavam o conjunto da população, embora fossem eleitos apenas pelas pessoas de posses. Os comuns eram, em geral, presbiterianos (alta burguesia e membros da *gentry*) e puritanos (pequena e média burguesia, pequenos proprietários rurais, arrendatários ou *yeomen*). Eram os mais afetados pela política econômica de Carlos I, como o aumento de impostos e a imposição de monopólios.

**Gentry:** termo que deriva de *gentleman*, utilizado para indicar uma categoria social composta de pequenos proprietários de terra de origens diversas.

**Niveladores:** grupo político democrático que se formou em Londres, em 1646, e tinha grande influência no Exército.

Vale destacar que, apesar do nome, só poderiam fazer parte da Câmara dos Comuns cidadãos do sexo masculino, letrados, que possuíam terras ou renda mínima. O nome pode suscitar a associação com outros significados que utilizamos para o termo "comum".

## ◆ Revolução Puritana

A demonstração de força por parte de Carlos I ao invadir o Parlamento precipitou uma longa guerra civil, também conhecida como **Revolução Puritana**, que se estendeu de 1642 a 1649. O rei, apoiado por católicos e anglicanos, foi combatido pelos parlamentares apoiados por puritanos e presbiterianos.

Durante a guerra civil, o Exército do Parlamento se organizou de maneira inovadora, com critérios de promoção por mérito, o que se mostrou decisivo para a derrota das tropas reais. Comandado pelo puritano Oliver Cromwell, o **Exército de Novo Tipo** (*New Model Army*) fornecia uma amostra representativa da parcela da população que apoiava a Câmara dos Comuns: os soldados eram, em sua maioria, pequeno-burgueses, artesãos, proprietários rurais ou filhos de proprietários, seguidores da corrente puritana e de outros grupos hostis à Igreja Anglicana. O Exército de Novo Tipo possuía maior liberdade de organização e discussão, o que fez com que desse grupo armado surgissem novas ideias políticas que se propagaram pelo país.

As forças do Parlamento venceram diversas batalhas e conquistaram o país para os comuns. Enquanto isso, os presbiterianos, ala parlamentar mais moderada, assumiam a hegemonia no Parlamento. Em 1646, com a derrota de Carlos I, estava concluída a primeira fase do conflito. Entretanto, os presbiterianos tentaram estabelecer um acordo com a realeza, preocupados com as ideias democráticas defendidas sobretudo pelo Exército de Novo Tipo, pelos **niveladores** (*levellers*) e por diversos grupos radicais, surgidos durante a Revolução Puritana, que contestavam a ordem estabelecida.

### A Inglaterra durante a Revolução Puritana



Fonte: DUBY, Georges. *Atlas historique mondial*. Paris: Larousse, 2003. p. 125.

Atualmente, o Reino Unido não é uma república, e sim uma monarquia parlamentar. Porém, mesmo com a restauração da monarquia, a designação *Commonwealth* ainda é utilizada. Estabelecida com o fim do Império Britânico, no século XX, a *Commonwealth* reúne 53 países que, à exceção de Moçambique e Ruanda, estão unidos por laços históricos e linguísticos comuns. Seus países-membros adotam as mesmas práticas políticas e jurídicas, e não existem embaixadas entre os países da comunidade, mas Altas Comissões. Além disso, todos os países-membros reconhecem, simbolicamente, o rei ou a rainha do Reino Unido como soberano.

## ◆ República de Cromwell

Em 1647, quando a maioria presbiteriana tentava desmobilizar o Exército, Carlos I foi preso pelos soldados. Meses depois, o rei fugiu para a Ilha de Wight, no sul da Inglaterra. Os monarquistas recobram o ânimo e, em 1648, mobilizaram-se na Escócia e em outros pontos da Grã-Bretanha, iniciando uma nova fase da guerra civil. No entanto, foram novamente derrotados por Cromwell e outros chefes das tropas parlamentares.

A hegemonia na Câmara dos Comuns passou então aos parlamentares favoráveis a Cromwell e aos puritanos. Em 1648, os parlamentares moderados, ainda dispostos a negociar com o rei, foram excluídos da Câmara. Em janeiro do ano seguinte, o Parlamento ordenou a decapitação de Carlos I por traição e proclamou a república, ou ***Commonwealth***. Um Conselho de Estado, presidido por Cromwell, passou a exercer as funções governamentais, respondendo a um Parlamento unicameral; a Câmara dos Lordes foi extinta e Carlos I foi decapitado em 30 de janeiro de 1649.

Oliver Cromwell assumiu as decisões administrativas e militares. Assim, esmagou uma rebelião de católicos e monarquistas na Irlanda (1649-1650) e derrotou as tropas escocesas que apoiavam o herdeiro ao trono, pondo fim à guerra civil. Na esfera político-administrativa, o governo extinguiu as taxações arbitrárias e expediu, em 1651, os **Atos de Navegação**. Nesse documento ficou estabelecido que todos os produtos que entrassem na Inglaterra deveriam ser transportados apenas em navios ingleses, o que beneficiou os setores mercantis e a construção naval do país.

A destruição causada pela guerra civil, porém, foi seguida por desastrosas colheitas, aumento do custo de vida e baixos salários. Para agravar a situação, as manifestações de oposição foram aniquiladas pelo governo de Cromwell, que passou a ser visto como tirano, principalmente aos olhos dos grupos populares.

Em 1653, diante da oposição dos conservadores e dos grupos radicais, Cromwell dissolveu o Parlamento e assumiu o título de Lorde Protetor, o que na prática o converteu em ditador da República inglesa. Quando Cromwell faleceu, em 1658, Richard, seu filho, assumiu o poder, mas não tinha a mesma influência do pai. Logo foi deposto por nobres realistas aliados à dissidência presbiteriana, que proclamaram Carlos II, filho do rei decapitado, soberano da Inglaterra e da Escócia. Iniciou-se, então, a **Restauração Monárquica**.



*Cromwell diante do corpo de Carlos I* (1831), pintura de Paul Delaroche. Museu de Belas Artes, Nîmes, França.

PAUL DELAROCHE - MUSEU DE BELAS ARTES. NÎMES

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

## Revolução Gloriosa

Carlos II foi coroado com o apoio da aristocracia e da alta burguesia. Em seu governo, o comércio e a indústria expandiram-se com rapidez, e a ciência foi estimulada a partir do livre pensamento, da experimentação e de uma reforma educacional. Mas os atritos continuaram a existir entre o rei e o Parlamento.

A Restauração seguiu seu curso com a ascensão ao trono inglês, em 1685, de Jaime II, irmão de Carlos II, que morreu sem deixar herdeiros diretos. O novo monarca, favorável ao catolicismo, logo se tornou impopular. Quando tentou isentar os católicos do pagamento de algumas taxas, impostas a eles por motivos religiosos, e indicou alguns dos seus líderes para cargos importantes do governo, Jaime II foi deposto do trono pela **Revolução Gloriosa** (1688-1689) – movimento conhecido por se completar com acordos políticos, sem violência.

O Parlamento estabeleceu um acordo com o protestante Guilherme de Orange, chefe do governo da Holanda e casado com Maria Stuart, filha mais velha de Jaime II. Guilherme assumiu o trono inglês como Guilherme III, com um novo regime político, a **monarquia parlamentar constitucional**.

Entre as leis estabelecidas nesse período, destacam-se o Ato de Tolerância (*Toleration Act*) e a Declaração de Direitos (*Bill of Rights*). O Ato de Tolerância concedeu liberdade religiosa aos cristãos, exceto aos católicos. Por sua vez, a Declaração de Direitos foi um conjunto de leis que, entre outras medidas, instituiu um tribunal para julgar os indivíduos. Além disso, o rei perdeu a prerrogativa de suspender execuções de leis e implementar impostos sem a permissão do Parlamento, como exemplifica o trecho a seguir:

“Os ditos lordes espirituais e temporais, e comuns [...] agora reunidos com plenos poderes e livres representantes desta nação [...] declaram:

1º Que o suposto poder da autoridade real de suspender as leis ou a execução das leis sem o consentimento do Parlamento é ilegal;

2º Que o suposto poder da autoridade real de dispensar leis ou de executar leis, como foi usurpado e exercido no passado, é ilegal; [...]

4º Que é ilegal toda cobrança de impostos para a Coroa sem o concurso do Parlamento, sob pretexto de prerrogativa, ou em época e modo diferentes dos designados por ele próprio;

5º Que os súditos têm direitos de apresentar petições ao Rei, sendo ilegais as prisões ou **vexações** de qualquer espécie que sofram por esta causa;

6º Que o recrutamento e a manutenção de um Exército no reino, em tempo de paz, sem o consentimento do Parlamento, é contrário à lei;

7º Que os súditos protestantes podem ter para sua defesa armas conformes a sua condição e permitidas pela lei;

8º Que a liberdade de palavra e dos debates ou procedimentos no interior do Parlamento não podem ser **obstados** ou postos em discussão em nenhum tribunal ou lugar que não seja o próprio Parlamento;

9º Que as eleições dos membros do Parlamento devem ser livres; [...].”

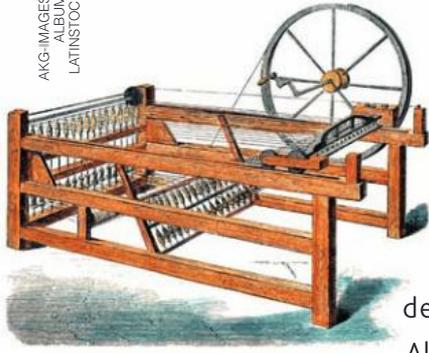
*Bill of Rights*, 13 fev. 1689. In: BRANDÃO, Adelino. *Os direitos humanos: antologia de textos históricos*. São Paulo: Landy, 2001. p. 80-81.



Retrato de Guilherme de Orange, Guilherme III da Inglaterra, (c. 1690). Galeria Nacional de Retratos, Londres, Grã-Bretanha.

**Vexação:** ato de causar vexame, sentimento de vergonha ou de humilhação.

**Obstado:** relativo a obstar; criar obstáculo; impedir.



Gravura de 1887 que mostra o tear conhecido como *Spinning Jenny*, máquina de fição de algodão inventada em 1764 por James Hargreaves que permitia trabalhar com vários fios ao mesmo tempo, aumentando a velocidade da produção têxtil.

**Cercamento:** processo de expropriação de terra para expansão da área destinada à criação de ovelhas.

## Pioneirismo britânico na industrialização

A industrialização na Grã-Bretanha teve início por volta da década de 1760. Os fatores desse pioneirismo não devem ser creditados unicamente ao desenvolvimento tecnológico e científico, mas também a condições favoráveis que já existiam no país antes do século XVIII.

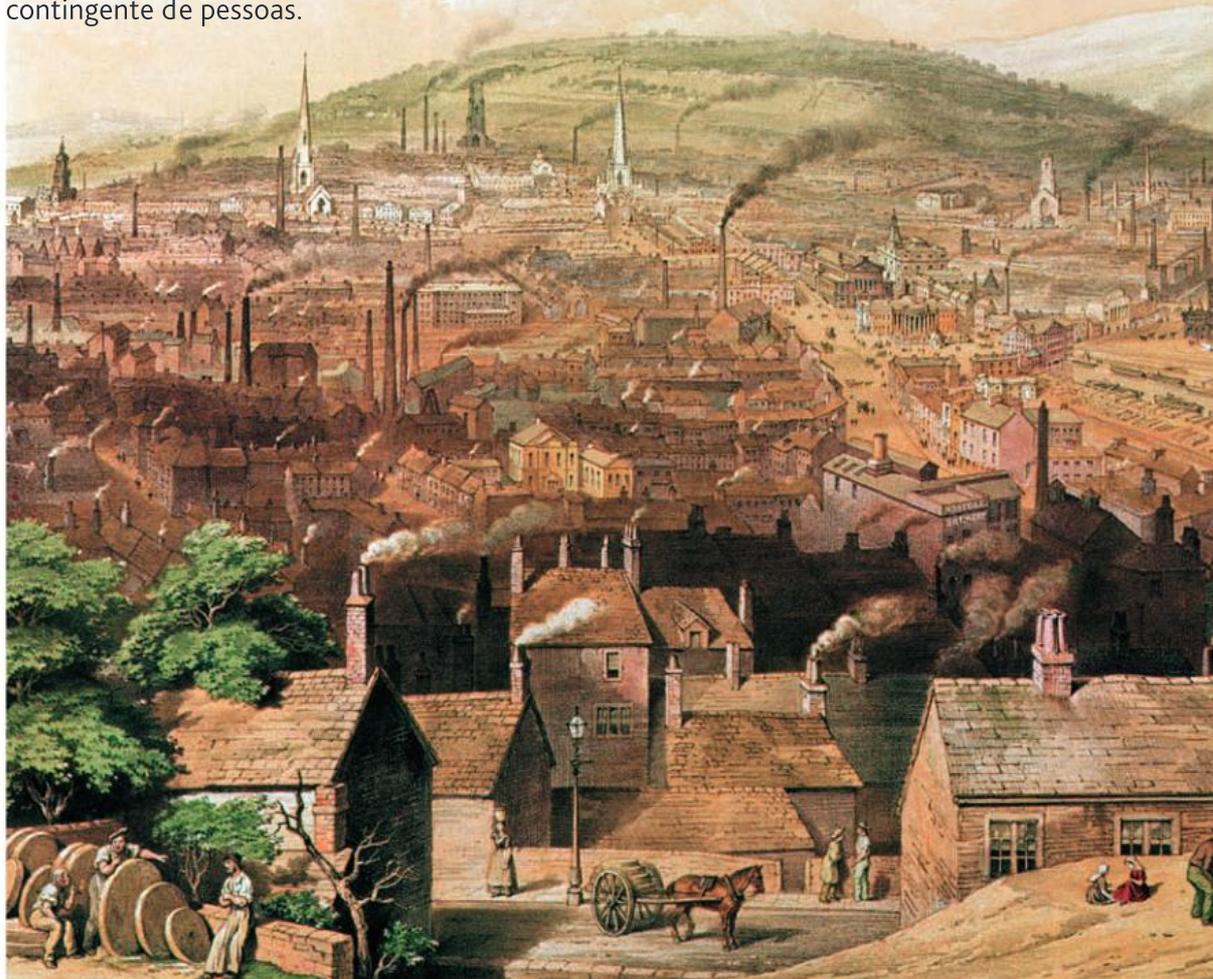
Com a consolidação da monarquia parlamentar, após a **Revolução Gloriosa**, os parlamentares representantes da burguesia transformaram o lucro privado e o desenvolvimento industrial em prioridades para as iniciativas governamentais.

Além disso, o processo de **cercamento** das áreas comunais agrícolas, que havia se iniciado no século XVI, devido ao lucrativo comércio de lã, foi impulsionado por uma série de leis (*Enclosure Acts*) promulgadas pelo Parlamento a partir do século XVIII. Os cercamentos foram responsáveis pela expropriação maciça dos camponeses, que, para garantir a sobrevivência, migraram para as cidades e passaram a ser aproveitados no trabalho das minas e na produção manufatureira.

O aumento na produção de lã e algodão também multiplicou a quantidade de manufaturas têxteis no país. O lanifício estava ligado à economia camponesa, associado desde muitas gerações à criação de ovelhas. Já a indústria algodoeira vinculava-se ao comércio ultramarino, tanto pelo fornecimento de matérias-primas quanto pelo cultivo do algodão nas colônias inglesas da América.

Outro importante fator que impulsionou a industrialização inglesa foi a invenção da máquina a vapor, criada por Thomas Newcomen e aperfeiçoada por James Watt em 1769. Essa máquina transformava o vapor-d'água em força motriz, que movimentava teares e fiandeiras, aumentando consideravelmente a produção têxtil inglesa.

A indústria de base, representada pela metalurgia e, em especial, pela siderurgia, também se desenvolveu no curso da Revolução Industrial. Sua demanda estava ligada ao setor militar, à produção de máquinas utilizadas nas indústrias e, posteriormente, à construção de ferrovias, responsáveis pelo transporte de mercadorias e de um enorme contingente de pessoas.



Vista da cidade de Sheffield, Grã-Bretanha (1854), gravura de William Ibbit. Museu Sheffield, Grã-Bretanha. Durante a Revolução Industrial, Sheffield tornou-se uma das principais cidades produtoras de aço; porém, a indústria provocou sérios danos ambientais na região.

## ◆ Importância do ferro e do carvão

Utilizado na produção de maquinarias, tubulações e utensílios domésticos na construção de edifícios, pontes e ferrovias, entre diversas outras finalidades, o ferro tornou-se essencial para o desenvolvimento industrial da Grã-Bretanha.

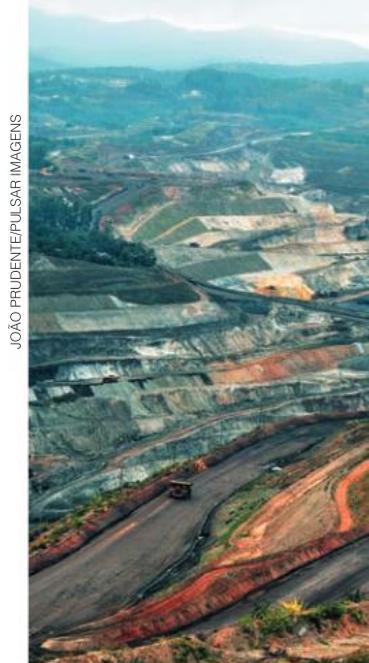
Os britânicos utilizavam carvão vegetal, oriundo da queima de madeira, como combustível e agente químico nos fornos de redução do minério. A exploração desse carvão, porém, provocou a devastação de amplas áreas florestais do país. A lenha tornou-se escassa, aumentando seu preço no mercado. Diante disso, os britânicos passaram a utilizar carvão mineral, encontrado em abundância na Grã-Bretanha, que tinha um poder calorífico superior ao do carvão vegetal.

A extração de carvão mineral aumentou com a invenção da máquina a vapor. Além de ser utilizado na obtenção de um ferro mais resistente e barato, o carvão mineral também foi usado como fonte de energia para as indústrias e como importante combustível para as locomotivas e barcos a vapor. O domínio desses processos permitiu que a burguesia britânica acumulasse bens de capital, fundamentais para a consolidação da economia industrial do país.

## ◆ Industrialização e crescimento urbano

Antes do início do processo de industrialização, as cidades inglesas eram centros comerciais de dimensões relativamente reduzidas, voltados para a administração, o comércio e todo tipo de prestação de serviços. Ali viviam funcionários públicos, artesãos, mercadores etc. Porém, com o avanço da indústria, as cidades mudaram de fisionomia, em virtude da concentração de grandes multidões nas áreas fabris.

Nos núcleos urbanos transformados pela indústria, os operários passaram a habitar bairros populosos ou cortiços em péssimas condições sanitárias, geralmente próximos às fábricas. Os burgueses viviam nos bairros mais ricos e se instalavam em casas confortáveis e suntuosas.



Extração do minério de ferro em Itabira (MG). Foto de 2014. As jazidas de minério da região são exploradas desde o período colonial.

▶ Você sabe como ocorre atualmente o processo de obtenção do ferro e quais os impactos ambientais relacionados à mineração?

### ◆ CONECTANDO COM A QUÍMICA

O ferro é encontrado, principalmente, nos seguintes minérios: hematita, magnetita, limonita, ilmenita, siderita e pirita. Primeiramente, o minério passa por um processo de preparo e beneficiamento (britamento, peneiramento, coqueria, moagem, calcinação, classificação e aglomeração) com o objetivo de reduzir o consumo de energia e aumentar a eficiência do processo de obtenção do ferro. Em seguida, o minério passa por uma etapa de redução dos seus óxidos, utilizando um combustível redutor, geralmente carvão mineral ou vegetal. O minério de ferro, junto com carvão vegetal ou mineral, é colocado em altos-fornos, nos quais a temperatura do reator está acima da temperatura de fusão do ferro. Dessa reação obtém-se o ferro-gusa líquido, a escória (resíduo vendido à indústria de cimento), o pó e o gás (utilizado como combustível). O ferro-gusa líquido é então transportado em carros-torpedos a uma estação de dessulfuração, onde é submetido ao refino e ajuste composicional, e, depois, é dividido: uma parte vai para a produção de aço, outra para a produção de ferro fundido. O professor de química poderá explicar melhor aos alunos as reações que ocorrem nos altos-fornos, entre outros aspectos. É importante lembrar que a exploração do ferro pode provocar a exposição do solo à erosão e às alterações nos recursos hídricos (subterrâneos e superficiais); além disso, é necessário proteger o ambiente dos detritos resultantes do processo de produção.



## Trabalho na era industrial

A industrialização na Grã-Bretanha, mais do que fruto de uma revolução técnica e científica, representou uma mudança social profunda, uma vez que transformou a vida dos seres humanos mediante elevados custos sociais e ambientais.

Outro aspecto relevante é o controle técnico do processo de produção, que deixou de pertencer aos trabalhadores e passou para os donos das fábricas no momento em que se instituíram a divisão e o parcelamento do trabalho. Como resultado, seguiu-se a **alienação** crescente do trabalhador, cada vez mais afastado do produto final do seu esforço. Em outras palavras, o trabalhador perdeu a visão global do processo de produção.

A vida dos primeiros trabalhadores das indústrias era extremamente insalubre. Os operários chegavam a trabalhar até 18 horas por dia em ambientes abafados, mal iluminados e sujos. Desempenhavam funções cansativas e monótonas, o que os deixava vulneráveis a todo tipo de acidentes. Os salários eram baixos e não havia direitos trabalhistas, como férias, pagamento de horas extras e descanso semanal remunerado. Quando sofriam acidentes nas fábricas, ficavam doentes ou desempregados, os operários não contavam com nenhum tipo de auxílio.

Os industriais também recorreram ao trabalho feminino e à exploração da mão de obra infantil como opção para baratear o custo da produção. As mulheres, geralmente recrutadas nas fábricas têxteis, recebiam salários menores que os dos homens, situação que, ainda hoje, persiste em várias partes do mundo.

“O trabalho feminino barato foi um elemento-chave no desenvolvimento das indústrias têxteis europeias [...] no conjunto da indústria, a força de trabalho feminina era cinco vezes mais numerosa do que a masculina. [...] [As mulheres] Dormiam em armários sob os teares, e os seus salários eram guardados pelos patrões. As raparigas de doze ou catorze anos começavam a trabalhar na ocupação mais baixa, a de desenrolar os casulos, debruçadas sobre bacias de água a ferver [...]. As suas roupas estavam permanentemente molhadas e os dedos chegavam a perder a sensibilidade. Pior do que isso, a tuberculose era galopante nas oficinas.”

HUFTON, Olwen. Mulheres, trabalho e família. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Dir.). *História das mulheres: do Renascimento à Idade Moderna*. São Paulo: Ebradil, 1994. p. 36-37. v. 3.

O trabalho das crianças, muitas vezes, era preferido pelos industriais. Elas recebiam os menores salários, tinham facilidade em aprender as funções e eram intimidadas para cumprir as ordens. Além disso, eram mais ágeis e, por serem pequenas, tinham facilidade para movimentar-se por entre as peças das máquinas. Além da extenuante jornada de trabalho, as crianças também sofriam com os castigos físicos caso adormecessem ou diminuíssem o ritmo do trabalho, e corriam o risco de contrair doenças e sofrer acidentes.

**Alienação:** neste caso, “alienação” diz respeito ao termo utilizado pelo filósofo alemão Karl Marx para referir-se à perda de controle do trabalhador sobre a natureza, a produção e o produto final de seu trabalho.

No final do livro, na seção Técnicas de trabalho, há orientações para análise de filmes.

### Você vai gostar de assistir

GUY FERRANDIS/THE KOBAL COLLECTION/AFP



Cena do filme *Oliver Twist* (2005), do diretor Roman Polanski.

#### *Oliver Twist*

**Direção:** Roman Polanski. Grã-Bretanha/República Tcheca/França/Itália, 2005. 130 min

Com base no romance homônimo do escritor inglês Charles Dickens, o filme acompanha a trajetória de um menino órfão que vive na Grã-Bretanha vitoriana. Buscando escapar da fome e do trabalho compulsório, o rapaz foge do orfanato e tenta sobreviver em meio à miséria e à crueldade das ruas de Londres.

## Organização dos trabalhadores

As primeiras organizações de trabalhadores na Inglaterra, conhecidas como **trade unions**, surgiram antes mesmo da Revolução Industrial e, geralmente, eram ligadas aos ofícios manuais e artesanais. Esses grupos enviavam diversas petições ao Parlamento, reivindicando, basicamente, aumentos salariais.

As mudanças trazidas com a Revolução Industrial, como a introdução de máquinas, o ritmo intenso de trabalho, os baixíssimos salários, o desemprego, a falta de segurança e higiene nas fábricas, entre outros aspectos, aumentaram e motivaram sucessivas reações por parte dos trabalhadores. Ao longo do século XVIII e no início do século XIX, ocorreram formas violentas de protestos, como a inundação de minas, a queima de colheitas e a destruição de máquinas por trabalhadores urbanos e rurais.

O movimento de destruição das máquinas recebeu o nome de **ludismo** em homenagem à figura de Ned Ludd, que, segundo a tradição, teria quebrado os teares de uma fábrica têxtil. As ações dos ludistas alastraram-se pela Grã-Bretanha e por diversas regiões da Europa. Por isso, muitos ludistas foram presos e condenados ao enforcamento.

Outro movimento importante da época foi o *London Corresponding Society*, criado em 1792. A sociedade era organizada em pequenos grupos com cerca de trinta membros e reivindicava mudanças como a redução da jornada de trabalho, a igualdade de representação, o fim das pensões dadas às classes dirigentes e a diminuição dos impostos. Muitos membros dessa sociedade acabaram presos, enfraquecendo a organização.

Diante desses movimentos, em 1799, o governo instituiu as *Combinations Acts*, leis que proibiam todas as associações de trabalhadores na Grã-Bretanha. Apesar disso, muitas continuaram em atividade. Entre 1804 e 1805, por exemplo, cerca de 40 mil tecelões de toda a Escócia entraram em greve. Mais tarde, em 1810, milhares de fiadores de algodão de Manchester também cruzaram os braços em protesto.

Devido às lutas operárias, as *Combinations Acts* foram revogadas em 1825, mas foram criadas novas leis que puniam manifestações e greves, que passaram a ser consideradas crimes. Alguns anos depois surgiu a *Grand National Consolidated Trades Union*, primeira central de trabalhadores da Grã-Bretanha. Entre as conquistas dos operários britânicos na época estavam a limitação do trabalho das crianças entre 9 e 13 anos a 8 horas diárias e entre 13 e 18 anos a 12 horas diárias (1833), a proibição do trabalho feminino nas minas (1842) e a redução da jornada de trabalho para 10 horas diárias (1847).

Segundo alguns historiadores, como Eric Hobsbawm em *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*, o processo de resistência dos operários às máquinas não representou algo irrefletido ou cego, um ato contra a evolução tecnológica. Foram iniciativas contra a alienação do trabalho, promovida pela industrialização, um meio de afirmar o poder do trabalhador sobre os instrumentos de produção. A destruição do maquinário foi um dos recursos utilizados pelos trabalhadores na defesa de condições de vida mais dignas.

Multidão de trabalhadores da indústria naval e de armamentos em greve. Barrow-in-Furness, Grã-Bretanha. Foto de 1898. O movimento reuniu trabalhadores em torno de questões como as jornadas de trabalho e a introdução de melhorias técnicas na indústria.



POPPERFOTO/GETTY IMAGES

## As mulheres cartistas e o direito ao voto

Muitas mulheres participaram de maneira ativa do movimento cartista, redigindo artigos e participando das manifestações e petições, porém a Carta do Povo não incluiu a demanda pelo voto feminino. Com isso, durante os séculos XIX e XX as mulheres atuaram criando suas próprias organizações, petições e jornais em prol da igualdade de condições na vida pública. Em 1918, o Parlamento britânico aprovou o direito ao voto feminino apenas para mulheres maiores de 30 anos que cumprissem requisitos de propriedade. Somente dez anos depois, o *Equal Franchise Act* (1928) estabeleceu condições semelhantes para o voto de mulheres e homens.

## Carta do Povo

Nas décadas de 1830 e 1840, os britânicos foram os primeiros a incorporar as ideias de democracia, igualdade e coletivismo a um amplo e significativo movimento de trabalhadores. Esse movimento teve suas origens no *Reform Act* de 1832, que ampliou o direito ao voto entre os homens adultos da classe média e os pequenos proprietários e rendeiros rurais. Mas a maior parte da população, como as mulheres e os trabalhadores agrícolas e industriais, continuou excluída do sufrágio.

Afastado da arena pública, o proletariado urbano reclamava o direito de participar efetivamente das eleições, porém enfrentava forte resistência do Parlamento britânico. Diante de tal situação, muitos trabalhadores alistaram-se em um movimento que ficou conhecido como **cartismo**. Organizado por Feargus O'Connor e William Lovett, o movimento cartista teve origem numa petição conhecida como **Carta do Povo**, apresentada ao Parlamento em 1838. Seu programa defendia seis pontos importantes:

- Extensão do direito ao voto a todos os homens maiores de 21 anos.
- Igualdade de representatividade para os distritos eleitorais.
- Voto secreto.
- Eleições anuais para o Parlamento.
- Abolição do censo eleitoral (requisitos de propriedade para os candidatos à Câmara dos Comuns).
- Remuneração das funções parlamentares.

Os cartistas publicavam suas propostas em jornais próprios e organizavam a coleta de assinaturas em petições que enviavam ao Parlamento. A pressão que realizaram contribuiu para a aprovação de leis que reduziram a jornada de trabalho e proibiram o trabalho infantil.

Em abril de 1848, os líderes cartistas prepararam uma marcha de operários para apresentar uma nova petição aos parlamentares. Os organizadores esperavam que o número de manifestantes forçasse o Parlamento a conceder as reformas, mas a petição foi rejeitada. Nesse ano, revoluções e revoltas ocorriam por toda a Europa, mas o cartismo perdeu sua força. Contudo, os cartistas inspiraram diversos movimentos que, entre o final do século XIX e o início do século XX, conseguiram obter a aprovação de leis que melhoraram as condições de trabalho nas fábricas e nas minas inglesas.



Manifestação cartista em Kennington Common, Londres, Grã-Bretanha. Foto de 1848. Coleção Real, Londres, Grã-Bretanha. O movimento cartista recorria a passeatas e outras formas de protesto para exigir maior participação política.

## A vida do trabalhador industrial na Grã-Bretanha do século XIX

Em 1832, uma comissão do Parlamento britânico se dedicou a investigar as condições dos trabalhadores da indústria têxtil. O texto que segue é um trecho do depoimento da trabalhadora têxtil Elizabeth Bentley e faz parte de um extenso relatório publicado pela comissão de investigação. O efeito imediato do inquérito e do relatório foi a aprovação da Lei de 1833, que limitou as horas de trabalho das mulheres e crianças na indústria têxtil.

- “– Quantos anos você tem? – Vinte e três.  
 – Onde você mora? – Em **Leeds**.  
 – Quando você começou a trabalhar na indústria? – Quando eu tinha seis anos.  
 – Em qual fábrica você trabalhou? – A do Sr. Busk.  
 – Que tipo de fábrica é? – Transformação do linho.  
 – Qual foi a sua atividade nessa fábrica? – Eu era uma pequena **desfibradora**.  
 – Qual era o seu horário de trabalho na fábrica? – De 5 da manhã às 9 da noite.  
 – Por quanto tempo você trabalhou nesse horário excessivo? – Por cerca de meio ano. [...]  
 – Quanto tempo lhe era permitido para as suas refeições? – Quarenta minutos ao meio dia. [...]  
 – E quando estava sobrecarregada de trabalho, você tinha tempo para comer? – Não, éramos obrigados a abandonar a comida ou levá-la para casa, e quando nós não o fazíamos, o **contramestre** tomava-a e dava-a aos seus porcos.  
 – Você considera a função de desfibradora penosa e fatigante? – Sim. [...]  
 – Seu trabalho é muito excessivo? – Sim; você não tem tempo para nada.  
 – Suponha que você se atrasasse na sua função, o que os contramestres fariam? – Eles nos açoitariam.  
 – Eles têm o hábito de açoitar aqueles que estão atrasados em suas funções? – Sim.  
 – Constantemente? – Sim.  
 – Meninas e meninos? – Sim.  
 – Você já foi açoitada? – Sim.  
 – Severamente? – Sim. [...]  
 – Suponhamos que você chegasse atrasada na parte da manhã na fábrica, qual teria sido a consequência? – Éramos multados. [...]  
 – Você já foi espancada por chegar tarde à fábrica? – Não, eu nunca fui espancada, mas eu vi meninos e meninas serem espancados por terem chegado tarde demais.  
 – Você geralmente chegava lá a tempo? – Sim.”

DEL COL, Laura. *The life of the industrial worker in nineteenth-century England*. Disponível em <[www.victorianweb.org/history/workers1.html](http://www.victorianweb.org/history/workers1.html)>. Acesso em 23 jan. 2016. (Tradução nossa)

**Leeds:** cidade localizada no condado de West Yorkshire, Inglaterra. Foi um dos principais polos industriais da Grã-Bretanha.

**Desfibradora:** pessoa que opera máquinas para estirar e torcer fios.

**Contramestre:** profissional que orienta e supervisiona os trabalhadores numa oficina, fábrica ou canteiro de obras.

### Questões **Registre as respostas em seu caderno.**

- Identifique o tipo de documento, sua função, o lugar e a época em que foi produzido.
- Elabore uma síntese deste depoimento, registrando as seguintes informações:
  - nome e idade da entrevistada;
  - ramo de atividade e nome da fábrica em que trabalhou quando criança;
  - função desempenhada pela entrevistada enquanto foi operária nesse estabelecimento e idade que tinha quando começou a trabalhar;
- Como você avalia a situação descrita pela jovem operária? Você tem notícias de situações similares, em nossos dias? O que as leis brasileiras determinam a respeito do trabalho de crianças e adolescentes? Se necessário, faça uma pesquisa para responder.

## Explorando o conhecimento

- Considerando o contexto britânico durante a Revolução Puritana (1642-1649), responda:
  - Quais as causas da impopularidade do governo de Carlos I?
  - Quais grupos se enfrentaram durante a guerra civil?
  - Explique o desfecho do conflito.
- Em relação à Revolução Gloriosa (1688-1689), é correto afirmar que
  - culminou na guerra entre as forças do Parlamento e os exércitos do rei Carlos I.
  - resultou na proclamação da república, ou *Commonwealth*, governada por um Conselho de Estado presidido por Oliver Cromwell.
  - foi o movimento pelo qual se restaurou a monarquia, tendo Guilherme de Orange assumido o trono britânico como Guilherme III.
  - estabeleceu leis como a Petição de Direitos que impedia a Coroa britânica de criar novos impostos sem a aprovação do Parlamento.
  - possibilitou a dissolução do Parlamento por Cromwell, que assumiu o título de Lorde Protetor, convertendo a república em uma ditadura.
- Explique as razões históricas do pioneirismo da Grã-Bretanha no processo de industrialização.

- Leia a tirinha a seguir e responda:



Frank & Ernest (1996), tirinha de Bob Thaves.

- Como a Revolução Industrial alterou a relação dos trabalhadores com o processo de produção?
- Relacione as formas de trabalho estabelecidas na Revolução Industrial à situação apresentada nesta tira.

Vale lembrar aos alunos que na seção Técnicas de trabalho, no final do livro, há orientações para a realização de pesquisa.

## Investigando

- A industrialização é associada diretamente com a urbanização. Em todo o mundo, a população urbana cresceu progressivamente desde o início da Revolução Industrial. Atualmente, mais de 50% da população mundial vive em cidades. Contudo, segundo a ONU, desse total, um terço vive em favelas e assentamentos informais. Em grupo, realizem uma pesquisa sobre o tema e organizem uma apresentação sobre os impactos da urbanização no mundo contemporâneo, considerando: as modificações que a urbanização produz nas relações sociais e no meio ambiente e os desafios que envolvem as redes de transporte, a produção de alimentos e o acesso aos serviços públicos.

## Pensando criticamente

### CONECTANDO COM A BIOLOGIA

- Leia o texto e responda às questões.

### O renascimento do Tâmsa

“O Rio Tâmsa, que cruza a capital britânica, Londres, já foi chamado de ‘O Grande Fedor’ e declarado ‘biologicamente morto’, mas, atualmente, vive uma espécie de renascimento. [...]”

Hoje a situação mudou tanto que cada vez mais animais se aventuram rio acima. Focas já foram vistas até em localidades no sudoeste, além do centro de Londres, como Teddington e o Palácio de Hampton Court.

Grandes grupos de golfinhos e botos também já foram avistados perto de Kew Gardens e Deptford.”

Rio Tâmsa de Londres tem focas e baleias 50 anos após “morte” por poluição. *BBC Brasil*, 21 ago. 2015. Disponível em <[www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150821\\_tamisaalimpo\\_etc](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150821_tamisaalimpo_etc)>. Acesso em 23 jan. 2016.

- Como podemos relacionar a poluição do Rio Tâmsa, entre os séculos XVIII e XIX, e a Revolução Industrial? Explique.
- Por quais motivos o Rio Tâmsa vive hoje “uma espécie de renascimento”? Quais são os sinais dessa transformação?
- Na região onde você vive, existe algum rio poluído? Caso exista, que medidas poderiam ser tomadas para sua recuperação?

## Decifrando o Enem

Registre a resposta em seu caderno.

O texto que introduz a questão a seguir apresenta uma leitura da economia e das cidades industriais britânicas no início do século XIX.

(ENEM-MEC/2010)

“A Grã-Bretanha pedia lucros e recebia lucros. Tudo se transformava em lucro. As cidades tinham a sua sujeira lucrativa, suas favelas lucrativas, sua fumaça lucrativa, sua desordem lucrativa, sua ignorância lucrativa, seu desespero lucrativo. As novas fábricas e os novos alto-fornos eram como as pirâmides, mostrando mais a escravização do homem que o seu poder.”

DEANE, P. *A Revolução Industrial*.  
Jorge Zahar, 1979. (Adaptado)

Qual relação é estabelecida no texto entre os avanços tecnológicos ocorridos no contexto da Revolução Industrial britânica e as características das cidades industriais no início do século XIX?

- a) A facilidade em se estabelecer relações lucrativas transformava as cidades em espaços privilegiados para a livre-iniciativa, característica da nova sociedade capitalista.
- b) O desenvolvimento de métodos de planejamento urbano aumentava a eficiência do trabalho industrial.
- c) A construção de núcleos urbanos integrados por meios de transporte facilitava o deslocamento dos trabalhadores das periferias até as fábricas.
- d) A grandiosidade dos prédios onde se localizavam as fábricas revelavam os avanços da engenharia e da arquitetura do período, transformando as cidades em locais de experimentação estética e artística.
- e) O alto nível de exploração dos trabalhadores industriais ocasionava o surgimento de aglomerados urbanos, marcados por péssimas condições de moradia, saúde e higiene.

### Analizando

O texto refere-se às dramáticas mudanças que ocorreram na paisagem urbana e na vida de seus habitantes com o avanço da industrialização e também estabelece uma interessante analogia entre as fábricas e as pirâmides da Antiguidade, como símbolos de seus respectivos tempos históricos.

O enunciado situa esse cenário no tempo e no espaço (a Revolução Industrial na Grã-Bretanha). A proposta solicita que você identifique as relações que o texto estabelece entre os avanços tecnológicos da época e as características das cidades industriais.

Vamos analisar cada uma das alternativas.

- Alternativa **a**: A defesa da livre-iniciativa era de fato uma característica do liberalismo econômico e da nova sociedade capitalista que se consolidava com a Revolução Industrial. Porém, é preciso analisar se este é o tema proposto no enunciado. Além disso, o estabelecimento de novos empreendimentos exigia o investimento de muitos recursos para obtenção de matérias-primas, máquinas e mão de obra.
- Alternativa **b**: Até meados do século XIX muitas cidades industriais europeias cresceram de maneira desordenada. O planejamento urbano, cujo objetivo era racionalizar o uso do espaço, despontou na segunda metade do século XIX, quando foram realizadas reformas urbanas em cidades como Paris.
- Alternativa **c**: Na época da Revolução Industrial, as moradias dos trabalhadores eram instaladas nas proximidades das fábricas, mantendo os operários perto do local de trabalho. Os sistemas de transporte urbano eram ineficientes. As redes de metrô de cidades como Paris, Londres, Berlim e outras foram projetadas e construídas a partir do final do século XIX e início do século XX.
- Alternativa **d**: Os grandes edifícios que dominavam a paisagem das cidades fabris podem ser associados aos avanços na engenharia e na arquitetura, que passaram a utilizar cada vez mais o ferro, por exemplo. Porém, percebemos no trecho citado a sujeira, a fumaça e a desordem urbana, associadas a preocupações com a produção de lucro. Existe menção no texto à criação e à experimentação artística?
- Alternativa **e**: O texto introdutório refere-se aos efeitos da industrialização sobre as condições de vida da classe operária: superexploração do trabalho, moradias precárias, falta de saneamento, poluição, entre outros exemplos.

**Agora é com você:** qual alternativa responde à questão proposta no enunciado?

A alternativa correta é a letra **e**.

### 1. (ENEM-MEC/2015)

“Dominar a luz implica tanto um avanço tecnológico quanto uma certa liberação dos ritmos cíclicos da natureza, com a passagem das estações e as alternâncias de dia e noite. Com a iluminação noturna, a escuridão vai cedendo lugar à claridade, e a percepção temporal começa a se pautar pela marcação do relógio. Se a luz invade a noite, perde sentido a separação tradicional entre trabalho e descanso – todas as partes do dia podem ser aproveitadas produtivamente.”

SILVA FILHO, A. L. M. *Fortaleza: imagens da cidade*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secult-CE, 2001. (Adaptado)

Em relação ao mundo do trabalho, a transformação apontada no texto teve como consequência a

- melhoria da qualidade da produção industrial.
  - redução da oferta de emprego nas zonas rurais.
  - permissão ao trabalhador para controlar seus próprios horários.
  - diminuição das exigências de esforço no trabalho com máquinas.
  - ampliação do período disponível para a jornada de trabalho.
2. (UEM/2014) Sobre a Revolução Industrial, processo de desenvolvimento da indústria que se inicia na Grã-Bretanha na segunda metade do século XVIII, e seus desdobramentos, identifique a(s) alternativa(s) correta(s).
- Nas fábricas, com o maior uso das máquinas, a habilidade manual dos trabalhadores perdeu importância.
  - A Revolução Industrial conduziu a um grande desenvolvimento da forma corporativa de produção, prática que já era utilizada pelos artesãos em suas oficinas.
  - Submetidos a uma remuneração e a condições de trabalho e de vida que consideravam sub-humanas, os trabalhadores britânicos associaram-se em organizações trabalhistas como as *trade unions*.
  - Sob a influência das transformações econômicas da Grã-Bretanha, na segunda metade do século XVIII, a França viveu uma radical transformação de sua produção, com o completo desaparecimento das pequenas oficinas.
  - A Revolução Industrial estabeleceu uma supremacia dos proprietários dos meios de produção, os capitalistas, na ordem econômica, ao mesmo tempo que acelerou o

êxodo rural, o crescimento urbano e a formação do operariado.

Some os números que correspondem às alternativas corretas.

3. (UERN/2013) O movimento cartista, retratado na charge, e o movimento ludista ocorridos na Grã-Bretanha estão diretamente ligados

THE GRANGER COLLECTION/GLOW IMAGES



Não é tão impossível, certo? Charge publicada na revista *Punch*, em 1848. Londres, Grã-Bretanha.

- à luta pela liberdade religiosa empreendida pelos anglicanos, a partir da carta papal que os impedia de escolher o culto que mais lhes conviesse.
  - ao processo de unificação engendrado pelos países da Grã-Bretanha – Escócia, Inglaterra e Irlanda –, com o objetivo de fortalecer a hegemonia inglesa.
  - aos embates entre capitalistas e socialistas radicais, em luta pela supremacia política no Parlamento britânico, até então dominado pela Câmara dos Lordes.
  - ao processo conhecido como Revolução Industrial, que trouxe, entre outras consequências, a mobilização operária por melhores condições de trabalho.
4. (UNESP/2013)

“Todo processo de industrialização é necessariamente doloroso, porque envolve a erosão de padrões de vida tradicionais. Contudo, na Grã-Bretanha, ele ocorreu com uma violência excepcional, e nunca foi acompanhado por um sentimento de participação nacional num esforço comum. Sua única ideologia foi a dos

patrões. O que ocorreu, na realidade, foi uma violência contra a natureza humana. De acordo com uma certa perspectiva, esta violência pode ser considerada como o resultado da ânsia pelo lucro, numa época em que a cobiça dos proprietários dos meios de produção estava livre das antigas restrições e não tinha ainda sido limitada pelos novos instrumentos de controle social. Não foram nem a pobreza, nem a doença os responsáveis pelas mais negras sombras que cobriram os anos da Revolução Industrial, mas sim o próprio trabalho.”

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*, 1987. vol. 2. (Adaptado)

O texto afirma que a Revolução Industrial

- a) aumentou os lucros dos capitalistas e gerou a convicção de que era desnecessário criar mecanismos de defesa e proteção dos trabalhadores.
- b) provocou forte crescimento da economia britânica e, devido a isso, contou com esforço e apoio plenos de todos os segmentos da população.
- c) representou mudanças radicais nas condições de vida e trabalho dos operários e envolveu-os num duro processo de produção.
- d) piorou as condições de vida e de trabalho dos operários, mas trouxe o benefício de consolidar a ideia de que o trabalho enobrece o homem.
- e) preservou as formas tradicionais de sociabilidade operária, mas aprofundou a miséria e facilitou o alastramento de epidemias.

#### 5. (UFRN/2012)

“Segundo o historiador David Landes, a Revolução Industrial [...] começou na Grã-Bretanha no século XVIII e expandiu-se de forma distinta nos países da Europa continental e em algumas áreas do ultramar. Em um espaço de menos de duas gerações, transformou a vida do homem ocidental, a natureza de sua sociedade e seu relacionamento com outros povos do mundo.”

LANDES, David S. *Prometeu desacomodado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental, desde 1750 até os dias de hoje*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 1.

A Revolução Industrial significou mudanças radicais, promovendo

- a) avanços técnicos, oposição entre a burguesia e o proletariado, e revalorização mundial dos princípios mercantilistas.

- b) alteração no processo de produção, sujeição do proletariado ao capital e divisão internacional do trabalho.
- c) aumento da produtividade, acelerada urbanização e equilíbrio geopolítico entre as nações europeias.
- d) exploração de nova fonte de energia, modificações de estilos de vida e rejeição às práticas políticas imperialistas.

6. (UEL/2012) A Revolução Industrial, no século XVIII, implicou a utilização e a transformação intensiva dos elementos naturais, por intermédio das máquinas que substituíram, em parte, o trabalho humano e manual. Dentre essas novas máquinas e equipamentos, destacaram-se aqueles que surgiram a partir da invenção de James Watt, em 1768. Com base no enunciado e nos conhecimentos sobre a Primeira Revolução Industrial, identifique a alternativa correta:

- a) A mão de obra fabril excluiu as crianças e as mulheres da linha de montagem industrial.
- b) Criaram-se equipamentos domésticos movidos a eletricidade, como as primeiras máquinas de lavar roupas.
- c) Desenvolveram-se transportes terrestres e marítimos, como o trem e o navio, movidos a vapor.
- d) O controle da produção na fábrica era realizado pelo ajuste dos mecanismos aos relógios biológicos dos trabalhadores.
- e) Substituiu-se a tração animal por aquela movida a gás, impulsionando o transporte público.

7. (UECE/2010) As profundas transformações vividas pela sociedade britânica no final do século XVIII desencadearam o processo de mudanças irreversíveis, configurando o marco final da fase de transição do feudalismo para o capitalismo. Sobre este recorte histórico, é correto afirmar que se trata da

- a) Revolução Inglesa, também conhecida como Guerra Civil Inglesa.
- b) Revolução Agrícola, com a difusão de novas técnicas agrícolas.
- c) Revolução Industrial, com as inovações técnicas.
- d) Revolução Política, com as alterações na estrutura social e econômica.

# A Revolução Francesa e o Império Napoleônico



TIAGO DE CARLIFOTOARENA

Estudantes secundaristas durante protesto por melhores condições na educação pública. São Paulo (SP). Foto de 2015.

## ◆ Conversando sobre

1. Qual é a relação entre o texto e a imagem?
2. O autor afirma que muitos protestos objetivam garantir que os direitos humanos sejam uma realidade para todos. Pesquise o conteúdo da Declaração Universal dos Direitos Humanos e depois elabore um texto comentando quais direitos, em sua opinião, são respeitados e quais são violados.
3. Explique a seguinte afirmação do texto: "Quando o direito a protestar pacificamente é protegido e exercido adequadamente, é uma ferramenta poderosa para promover o diálogo e a participação. [...] Estes direitos como tais não fomentam a violência, mas nos resguardam dela".

## Democracia à prova

"Nos últimos anos em todo o mundo, milhares de homens e mulheres exigiram educação, trabalho, moradia e participação nas decisões que lhes afetam. [...] uma vida digna, sem medo e na qual os direitos humanos sejam uma realidade. As redes sociais mostram ao mundo suas reivindicações. E, quando não têm resposta satisfatória, tomam as ruas.

[...] Isso é um alerta: já não basta ganhar eleições, a cidadania demanda um permanente diálogo com as autoridades.

O protesto tem sido um dos motores das maiores mudanças políticas e sociais. Já promoveu a queda de ditaduras e tornou realidade o voto universal, o fim da escravidão, o respeito pela diversidade sexual, o fim do *apartheid* e a reparação para vítimas, entre muitas outras conquistas.

Na região [da América Latina], porém, alguns governos veem as manifestações como legítimas ameaças à sua autoridade. [...] A resposta muitas vezes é desproporcional [...], apelando [...] ao uso excessivo e indiscriminado da força e a detenções arbitrárias. [...]

Quando o direito a protestar pacificamente é protegido e exercido adequadamente, é uma ferramenta poderosa para promover o diálogo e a participação. [...] Estes direitos como tais não fomentam a violência, mas nos resguardam dela. [...]

Ignorar as reivindicações já não é uma opção. Está na hora de escutá-las, levá-las em conta e avançar na construção da sociedade de direitos prometida."

INCALCATERRA, Amerigo. Democracia à prova. *O Globo*. Rio de Janeiro, 8 jun. 2014. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/opiniao/democracia-prova-12754018>>. Acesso em 2 mar. 2016.

O objetivo desta abertura é promover a reflexão sobre as raízes históricas dos direitos humanos, aprofundando o conhecimento sobre as noções de direito natural, liberdade e cidadania, e contribuir para a compreensão da importância do pensamento iluminista e dos impactos da Revolução Francesa no mundo contemporâneo. Estimule os alunos a estabelecer relações entre a imagem e o texto e a identificar avanços e limites relacionados à conquista dos direitos humanos.

## ◆ A atualidade da Revolução Francesa

A Revolução Francesa, em 1789, foi um dos maiores movimentos sociais e políticos da história do Ocidente. Os ideais defendidos pelos revolucionários, como liberdade e igualdade, foram disseminados não somente no continente europeu, mas também em outras partes do mundo. A presença desse vigor revolucionário pôde ser sentida, inclusive, nas lutas pela independência nas Américas portuguesa e espanhola no século XIX.

Passados mais de duzentos anos da Revolução Francesa, a luta por direitos políticos e sociais, que marcou esse movimento, ainda hoje é retomada em várias manifestações populares no mundo todo, mostrando que, mesmo com as conquistas importantes, ainda existem muitos obstáculos a serem enfrentados.

**Nobreza togada:** o nome refere-se à toga, vestimenta utilizada por magistrados, como autoridades judiciárias e funcionários dos postos mais altos da administração pública.

## ◆ A sociedade francesa no Antigo Regime

No final do século XVIII, o regime político vigente na França era o absolutismo monárquico, com base na sucessão hereditária e na teoria do direito divino dos reis. O rei francês concentrava todo o poder do Estado em suas mãos. Na organização social, a tradição hierárquica garantia honras e privilégios de nascimento à nobreza e estabelecia uma divisão da sociedade em ordens ou estados. Esse conjunto de características, típico da França da Idade Moderna, passou a ser chamado **Antigo Regime**.

A sociedade francesa ainda mantinha bases feudais e estava dividida em três ordens: o **primeiro estado**, formado pelo clero; o **segundo estado**, constituído pela nobreza; e o **terceiro estado**, que abrigava os camponeses, os operários, os profissionais liberais, os burgueses, entre outros grupos.

Essa estrutura impedia a ascensão dos setores burgueses, uma vez que os privilégios, as honras e os títulos estavam reservados à nobreza e ao alto clero. Apenas alguns juízes e altos funcionários de origem burguesa conseguiram remover essas barreiras, recebendo (ou adquirindo) títulos de nobreza no decorrer dos séculos XVII e XVIII, passando a constituir a **nobreza togada**.

Ao longo do século XVIII, essa ordem rigidamente hierarquizada mostrava-se insustentável, uma vez que a economia e a vida intelectual eram impulsionadas cada vez mais pelos setores burgueses.

Entre os privilégios da nobreza, podemos citar a isenção de impostos, a participação em atividades políticas e militares e o direito à cobrança de impostos dos camponeses pelo uso da terra.

Palácio de Versalhes, França. Foto de 2015.

Residência oficial da monarquia francesa até 1789, a sede do poder possuía centenas de aposentos, um enorme jardim, um teatro de ópera e até mesmo um zoológico. Hoje o complexo é considerado Patrimônio Mundial pela Unesco.

HUNG CHUNG CHIH/  
SHUTTERSTOCK



Pensadores como Voltaire, Montesquieu e os enciclopedistas Diderot e D'Alembert forneceram elementos para a crítica das estruturas políticas e sociais do absolutismo e a proposta de uma ordem liberal burguesa. É interessante retomar com os alunos os conteúdos tratados no capítulo 5.



Ilustração de 1789, que representa os três estados na França durante o Antigo Regime. Biblioteca do Congresso, Washington, Estados Unidos.

► Qual é a relação entre os três estados expressa na imagem?

O terceiro estado está representado na parte central, agachado sob o peso da monarquia, sustentando a França (identificada pelo círculo coroado e cravejado pela flor de lis, símbolo associado à monarquia francesa). Próximo à figura, temos um cesto com cereais e uma pá, associação com as atividades agrícolas, já que, no século XVIII, cerca de 80% da população francesa era composta de camponeses. À esquerda, um nobre sustenta sua armadura e sua espada, privilégio reservado à nobreza no Antigo Regime. À direita, um membro do clero; suas vestes nas cores vermelha e dourada, o báculo (espécie de cajado) e a mitra (chapéu alto) indicam sua posição privilegiada.

**Subvenção territorial:** imposto sobre a propriedade da terra que deveria ser pago por todos, inclusive nobres e clérigos.

A Assembleia compunha-se dos seguintes representantes: 291 do primeiro estado (clero), 270 do segundo estado (nobreza) e 578 do terceiro estado. O primeiro e o segundo estados defendiam o voto orgânico (por estado), e o terceiro estado defendia o voto inorgânico (por cabeça), pois possuía maioria absoluta.

## ◆ A explosão da crise

Várias foram as razões que levaram à crise da monarquia absoluta na França. De maneira geral, elas podem ser divididas em sociais, econômicas e políticas. Os fatores sociais da ruptura estavam, em sua maioria, ligados ao terceiro estado, principalmente à burguesia, que, inspirada pelos ideais iluministas, passou a contestar os privilégios que favoreciam a nobreza e o clero e constituíam entraves para sua ascensão econômica e social.

As causas econômicas estavam ligadas diretamente ao déficit público, pois o governo gastava mais do que arrecadava, sobretudo em razão da má administração, dos privilégios do clero e da nobreza e das despesas oriundas da Guerra de Independência dos Estados Unidos (1776-1783), conflito do qual a França participou como aliada das Treze Colônias contra a Grã-Bretanha.

Além disso, havia os tratados de comércio e navegação assinados entre França, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Suécia e outros países. Os tratados, que visavam reduzir as tarifas alfandegárias, desagradaram a burguesia comercial e manufatureira da França, que via tais acordos como responsáveis pela queda da produção e do comércio dos produtos manufaturados franceses.

Outra razão econômica foi a crise de abastecimento enfrentada pelo país. Um longo período de seca e as más safras agrícolas provocaram a queda drástica da produção agrícola e uma grave carestia de alimentos. A produção de cereais era insuficiente para alimentar toda a população, principalmente em Paris, onde o crescimento demográfico era mais acelerado.

A crise estourou em 1787, quando o ministério de Luís XVI propôs uma reforma fiscal que, além de suprimir as isenções fiscais que beneficiavam nobres e clérigos, submetia todos os proprietários, nobres ou não, ao pagamento de uma "subvenção territorial". Buscando salvaguardar seus privilégios, a nobreza e o clero recusaram-se a reconhecer os novos decretos. A crise financeira desdobrou-se em uma crise política e administrativa. Pressionado, o rei Luís XVI convocou os **Estados Gerais**, uma assembleia com representantes dos três estados, que não se reunia desde 1614.

## ◆ Assembleia Nacional Constituinte

Tão logo os Estados Gerais se reuniram em Versalhes, em maio de 1789, as três ordens manifestaram suas divergências sobre o sistema de votação. Tradicionalmente, a votação era feita por ordem; porém, o terceiro estado possuía um número maior de representantes e exigia o "voto por cabeça", ou seja, cada representante deveria ter direito a um voto, equilibrando a representação nos Estados Gerais de acordo com a composição da população francesa.

Diante do impasse, os deputados do terceiro estado, apoiados por alguns representantes do clero, retiraram-se da reunião. Em junho, reuniram-se em uma assembleia geral permanente que jurou se manter unida até que fosse aprovada uma Constituição para a França. Sem força política para resistir à pressão popular e à iniciativa dos representantes do terceiro estado, o rei Luís XVI ordenou que os demais deputados se unissem a eles, enquanto mobilizava tropas nas proximidades de Versalhes e Paris. Desse modo, em 9 de julho de 1789, foi proclamada a **Assembleia Nacional Constituinte**.

## ◆ A queda da Bastilha e o início da revolução

A instalação da Assembleia Constituinte motivou o rei a tomar medidas mais drásticas, como a demissão do ministro Jacques Necker, conhecido por suas posições reformistas. Ao saberem do afastamento do ministro, as massas parisienses mobilizaram-se e passaram a controlar as ruas da capital. Em 14 de julho de 1789, o povo tomou a Bastilha, prisão política do regime absolutista, em busca de armas. A **tomada da Bastilha** tornou-se um símbolo da queda do Antigo Regime e marcou o início do movimento revolucionário.

Paris foi tomada por uma grande agitação popular, que logo se espalhou por outras cidades e pelo campo. Os camponeses invadiam os castelos da aristocracia e, em muitos casos, massacravam seus proprietários. Paralelamente, corriam boatos da vingança terrível que os nobres preparavam para o campesinato. Essas notícias criaram uma onda de pânico que se espalhou pela maioria das províncias do país entre fins de julho e princípio de agosto de 1789, época que ficou conhecida como Grande Medo (*La Grande Peur*).

Enquanto a revolução se espalhava pelo país, a Assembleia Constituinte preparava as medidas que, formalmente, destruiriam o Antigo Regime na França. No dia 4 de agosto de 1789, foram abolidos diversos direitos feudais. No dia 26, a Assembleia aprovou o confisco das terras da Igreja e a **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**.

“Art. 1º Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum.

Art. 2º A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.

Art. 3º O princípio de toda a soberania reside, essencialmente, na nação. Nenhuma operação, nenhum indivíduo pode exercer autoridade que dela não emane expressamente.”

Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, 26 ago. 1789. *Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da USP*. Disponível em <[www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-a-criacao-da-Sociedade-das-Nacoes-ate-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html](http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-a-criacao-da-Sociedade-das-Nacoes-ate-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html)>. Acesso em 3 mar. 2016.

### Cidadania e Direitos Humanos

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) é um marco fundamental do desenvolvimento da noção moderna de cidadania e direitos humanos, difundindo a concepção de que os seres humanos, por sua própria natureza, possuem direitos que não dependem da decisão e do reconhecimento de governantes e regimes.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

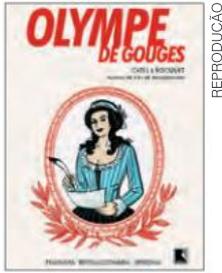
JEAN-PIERRE/LOUIS/LAURENT HOUËL - BIBLIOTECA NACIONAL DA FRANÇA, PARIS



Em 14 de julho de 1789, quando foi tomada pelo povo, a Bastilha tinha apenas sete presos, o que reforça a tese de que a população buscava armas no interior da prisão.

*A prisão da Bastilha (1789), gravura de Jean-Pierre-Louis-Laurent Houel. Biblioteca Nacional da França, Paris. A Bastilha era um dos símbolos do absolutismo francês: uma fortaleza utilizada como prisão, na qual ficavam detidos, por ordem real (sem julgamento ou processo), aqueles que eram considerados ameaça à ordem pública.*

## Você vai gostar de ler



BOCQUET, José-Louis; MULLER, Catel. **Olympe de Gouges**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

A *graphic novel* apresenta a trajetória da autora da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã. Nascida no sul da França, a jovem Marie Gouze mudou-se para Paris, adotando o nome Olympe de Gouges. Dedicou-se à escrita de panfletos revolucionários, peças de teatro, à defesa dos direitos das mulheres e ao fim da escravidão. Considerada monarquista, foi guilhotinada em 1793.

**Mosquetão:** arma de fogo semelhante a uma espingarda.

**Sancionar:** aprovar lei elaborada e votada por um órgão legislativo.

**Patíbulo:** palanque montado em local aberto para a realização de atos públicos e cerimônias.

## ◆ Mulheres na revolução

As mulheres tiveram um papel destacado durante a Revolução Francesa: participaram ativamente das ações revolucionárias, fundaram clubes políticos, apoiaram a difusão das ideias revolucionárias, agitaram as sessões da Assembleia, lutaram pelo direito de formar uma guarda feminina e alistaram-se no Exército.

A atuação feminina na França já era significativa nos anos que antecederam a revolução de 1789. As mulheres da burguesia, por exemplo, organizavam os famosos “salões” em que os pensadores iluministas debatiam suas ideias. Nas cidades, as mulheres das classes populares, por sua vez, trabalhavam em lojas e mercados e, muitas vezes, enfrentavam as autoridades responsáveis por prender devedores e confiscar mercadorias. Com a tomada da Bastilha, a participação das mulheres na cena pública aumentou.

Em um dos episódios mais famosos da Revolução Francesa, ocorrido em outubro de 1789 e conhecido como **Marcha sobre Versalhes**, cerca de 7 mil mulheres caminharam de Paris até o palácio real em Versalhes. O objetivo era protestar contra o preço alto do pão e a escassez de alimentos e pressionar a família real para que retornasse à capital.

Empunhando lanças, machados, foices e **mosquetões**, essas mulheres interromperam uma sessão da Assembleia Constituinte para manifestar-se e invadiram o palácio real. Diante da pressão, o rei comprometeu-se a abastecer a capital e **sancionou** os decretos da Assembleia que antes havia se recusado a aprovar – como a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e a abolição dos direitos feudais –, e a família real voltou a Paris escoltada pela Guarda Nacional.

As francesas continuaram atuando nas jornadas revolucionárias, muitas vezes de maneira autônoma, por meio de clubes femininos. Além de defenderem os ideais da revolução, elas também reivindicaram direitos para as mulheres, que ainda não eram consideradas cidadãs e sofriam preconceito. Olympe de Gouges, por exemplo, chegou a publicar a **Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã**, em 1791:

“Art. 1º A mulher nasce livre e tem os mesmos direitos do homem. As distinções sociais só podem ser baseadas no interesse comum.

Art. 2º O objeto de toda associação política é a conservação dos direitos imprescritíveis da mulher e do homem. Esses direitos são: a liberdade, a propriedade, a segurança e, sobretudo, a resistência à opressão. [...]

Art. 10º Ninguém deve ser molestado por suas opiniões, mesmo de princípio. A mulher tem o direito de subir ao **patíbulo**, deve ter também o de subir ao pódio desde que suas manifestações não perturbem a ordem pública estabelecida pela lei.”

GOUGES, Olympe de. Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, set. 1791. *Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da USP*.

Disponível em <[www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-a-criacao-da-Sociedade-das-Nacoes-ate-1919/declaracao-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidada-1791.html](http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-a-criacao-da-Sociedade-das-Nacoes-ate-1919/declaracao-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidada-1791.html)>. Acesso em 3 mar. 2016.

*Clube patriótico de mulheres* (1793), pintura de Jean-Baptiste Lesueur. Museu Carnavalet, Paris, França. A pintura do século XVIII retrata uma reunião de um clube patriótico feminino em Paris. As vestes simples e as toucas com fitas indicam que as mulheres representadas pertencem ao terceiro estado. Nas reuniões, as participantes liam e debatiam os discursos e as ideias apresentados na Assembleia.



MUSEU CARNAVALET, PARIS

## ◆ Monarquia Constitucional

Em junho de 1791, Luís XVI e sua família tentaram fugir da França, mas foram detidos em Varennes e levados de volta a Paris. O rei pretendia organizar tropas fora da França e retornar ao país para recuperar a antiga ordem. Em setembro, Luís XVI foi obrigado a jurar a Constituição aprovada pela Assembleia Constituinte. Iniciava-se, assim, a fase da revolução conhecida como **Monarquia Constitucional**.

O Estado francês passou a ser organizado em três poderes: o Executivo, exercido pelo rei, o Legislativo, formado por 745 deputados eleitos, e o Judiciário, composto de juizes. A Constituição de 1791 também aboliu alguns impostos, estabeleceu novos tributos sobre a propriedade e instituiu o voto censitário masculino (mulheres e trabalhadores pobres eram excluídos do processo eleitoral).

Após a elaboração da Carta Magna do país, a Assembleia Constituinte foi substituída por uma Assembleia Legislativa, que reunia deputados de diferentes tendências políticas. Os interesses dos revolucionários eram defendidos por grupos que, muitas vezes, possuíam ideias antagônicas:

- **Girondinos:** composto de republicanos moderados e de monarquistas constitucionais, o grupo representava os interesses da alta burguesia e da nobreza liberal. Defensores da liberdade econômica, os integrantes do grupo eram, em sua maioria, originários da Gironda, região do sudoeste da França; daí o nome girondinos.
- **Jacobinos:** representantes da pequena burguesia rural e urbana, os jacobinos recebiam grande apoio dos **sans-culottes**. Contrários à monarquia e aos direitos feudais, defendiam a igualdade de todos perante a lei. O nome do grupo advinha do convento de Saint-Jacques, local onde eram realizadas suas reuniões.
- **Cordeliers:** mais ligados à população pobre, suas propostas eram consideradas as mais radicais, como o fim do voto censitário, a proclamação de uma república e o estabelecimento de um governo popular. Representavam os trabalhadores urbanos que defendiam ideias radicais, pequenos comerciantes, artesãos e trabalhadores das manufaturas.
- **Feuillants:** clube criado de uma dissidência jacobina. Seus membros pertenciam à alta burguesia e defendiam a monarquia constitucional. Apenas cidadãos ativos, aqueles que possuíam renda suficiente para votar, podiam participar desse clube.

A Assembleia Legislativa enfrentou a ameaça de intervenção estrangeira e uma séria crise econômica que gerou especulação financeira e inflação. Em abril de 1792, a França, ameaçada por pressões externas visando restaurar o absolutismo no país, declarou guerra à Áustria e à Prússia. Os setores mais radicais do movimento proclamaram a “pátria em perigo” e distribuíram armas à população de Paris para combater as forças estrangeiras.

Em setembro, o Exército popular derrotou os austríacos e prussianos na Batalha de Valmy. Acusado de colaborar com os estrangeiros, Luís XVI foi declarado traidor da pátria e acabou preso, junto com sua família. Foram convocadas eleições, a Assembleia Nacional foi substituída pela **Convenção Nacional** e proclamou-se a república na França.



O cantor Simon Chenard em traje sans-culotte (1792), pintura de Louis Léopold Boilly. Museu Carnavalet, Paris, França.

A Assembleia Legislativa estava dividida entre a planície, grupo que ocupava a parte baixa da Assembleia e não possuía posição política definida, e a montanha, grupo dos deputados que se opunham aos girondinos e ocupavam os assentos da parte alta.

**Sans-culottes:** grupos urbanos que defendiam o sufrágio universal masculino e a república. Os **sans-culottes** eram, principalmente, artesãos, lojistas e operários. O nome refere-se ao traje que usavam – calças compridas – em oposição às calças curtas (**culottes**) usadas pelos nobres.



Relógio de bronze do século XIX com dois mostradores de hora. Museu Carnavalet, Paris, França. Os republicanos criaram novos sistemas de padronização de pesos, medidas e contagem do tempo. Na parte superior do relógio, o mostrador duodecimal apresenta a divisão habitual, em 12 horas; na parte inferior, o mostrador decimal apresenta a divisão em 10 horas, instituída pelos revolucionários.

Durante o Antigo Regime, a educação na França estava vinculada à Igreja. A partir de 1795, novas escolas foram criadas sob a influência do Plano de Instrução Pública (1792), apresentado pelo marquês de Condorcet à Assembleia. Os principais objetivos desse plano eram a formação de cidadãos, o estímulo ao pensamento crítico e o estudo das ciências. As bibliotecas públicas e as escolas centrais faziam parte do projeto republicano de ampliar o acesso à educação e estabelecer o ensino público, laico e gratuito. Em 1802, durante o Consulado, Napoleão Bonaparte extinguiu o novo sistema e retomou parte da organização anterior à revolução.

## ◆ Convenção Nacional

Coube à Convenção elaborar uma nova Constituição para a França e julgar o rei Luís XVI – considerado culpado e executado em 21 de janeiro de 1793 –, bem como traçar estratégias para enfrentar as coligações estrangeiras, apoiadas pelos nobres emigrados, que se formaram após a morte do rei.

A Convenção também instituiu um novo calendário para a França. Oficialmente introduzido em 1793, ele tinha como marco inicial o dia 21 de setembro de 1792, data em que a república foi proclamada na França, e dividia-se em 12 meses de 30 dias. Os meses tinham nomes relacionados aos ciclos agrícolas e da natureza.

De início, a hegemonia na Convenção pertencia aos girondinos, interessados em conter o avanço popular. No entanto, o governo girondino foi marcado pela insegurança por causa da formação de novas coalizões estrangeiras contra a França, pela persistência da crise econômica e pela forte oposição dos jacobinos e dos *sans-culottes*, que exigiam mudanças mais radicais que atendessem aos anseios das camadas populares.

As mobilizações populares na capital resultaram na expulsão dos líderes girondinos da Convenção e favoreceram a ascensão dos jacobinos. A Convenção, agora liderada pelos jacobinos, suprimiu os direitos feudais que restavam, o que facilitou a aquisição de terras pelos pequenos produtores, tabelou o preço dos gêneros de primeira necessidade e instituiu o ensino primário público, obrigatório e gratuito. Além disso, estabeleceu o direito de greve e de subsistência e aboliu o voto censitário e a escravidão nas colônias francesas.

### O conceito de revolução

O termo **revolução**, originado do latim *revolutio* (volta, giro, rotação), foi empregado durante a Idade Média para designar o movimento dos corpos celestes, indicando um movimento cíclico natural. Com esse sentido, o termo tornou-se importante no campo das ciências com a publicação, em 1543, da obra *Da revolução dos corpos celestes*, de Nicolau Copérnico.

Por analogia das revoluções inglesas com o movimento dos corpos celestes, no século XVII o termo revolução passou a ser empregado com um sentido político retrospectivo, para indicar o retorno a uma antiga ordem.

“Hobbes descreveu os vinte anos passados num movimento circular que havia conduzido desde o monarca absoluto, passando pelo Parlamento, e deste, à ditadura de Cromwell e, de volta, através de formas oligárquicas intermediárias, à monarquia, restaurada com Carlos II.”

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006. p. 64-65.

Dessa forma, a palavra *revolução* no aspecto político teria o significado de *restauração*, ou seja, de restabelecer algo nos parâmetros do passado. E foi esse o sentido dos movimentos iniciais da Revolução Francesa, pois buscava-se restaurar uma antiga ordem perturbada pela crise. Contudo, os desdobramentos do processo mostraram a impossibilidade de qualquer restauração e a necessidade de empregar esforços num empreendimento totalmente inédito, transformando o conceito de revolução.

## Fase do Terror

A França estava à beira de um colapso. Externamente, o país continuava em guerra contra uma coligação de forças europeias criada para combater o movimento revolucionário; internamente, o governo enfrentava grave crise financeira e a guerra civil na Vendéia, região localizada no oeste da França.

Alegando necessidade de garantir a segurança do país, o governo jacobino, liderado por Maximilien de Robespierre, suspendeu as liberdades individuais e instituiu o **Comitê de Salvação Pública**, órgão responsável pela administração e defesa do país, e o **Tribunal Revolucionário**, que julgava os indivíduos considerados inimigos da revolução.

Entre setembro de 1793 e julho de 1794, milhares de pessoas consideradas suspeitas foram perseguidas, presas e guilhotinadas. A repressão jacobina também promoveu execuções coletivas nas regiões onde existiam movimentos contrarrevolucionários. Esse período da revolução ficou conhecido como **Terror**.

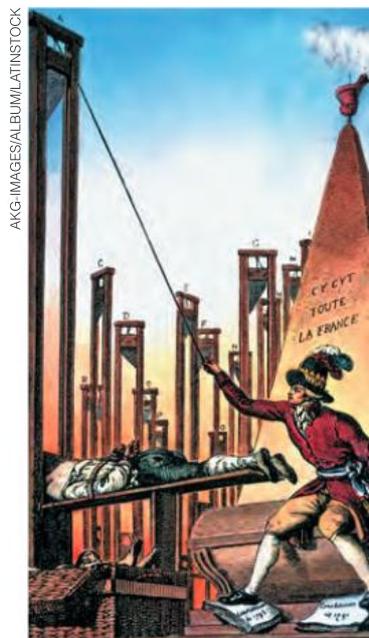
Os revolucionários dividiram-se: de um lado, grupos radicais e líderes dos *sans-culottes*, como Jacques-René Hébert, queriam aprofundar a revolução. De outro, burgueses moderados liderados por Georges Jacques Danton e Camille Desmoulin queriam frear a revolução e acabar com as prisões e execuções. Robespierre voltou-se primeiro contra Hébert, prendendo-o em março de 1794 e levando-o à guilhotina pouco depois. A partir daí, perdeu o apoio dos *sans-culottes*.

No final de março, Danton e Desmoulin foram presos e mortos na guilhotina. Dessa forma, Robespierre perdeu também o apoio da burguesia moderada. Aproveitando o isolamento político do líder jacobino, a alta burguesia uniu-se para retomar o poder. Em julho de 1794, um golpe expulsou os jacobinos da Convenção e seus principais líderes, como Robespierre e Louis de Saint-Just, foram presos e executados.

## ◆ Diretório: a Revolução em refluxo

Conhecido como **Reação Termidoriana**, o golpe marcou o fim da participação popular na condução do Estado francês e o retorno da alta burguesia ao poder. O novo governo, formado por cinco diretores eleitos pelo Parlamento, ficou conhecido como **Diretório**. O novo governo restabeleceu o voto censitário, extinguiu o Tribunal Revolucionário e elaborou uma nova Constituição para o país.

A crise econômica persistiu. Além disso, o país continuava a enfrentar militarmente a coligação de forças europeias pró-monarquia. Nessas campanhas, destacou-se a figura de **Napoleão Bonaparte**, oficial do Exército francês que, aos 25 anos, era general de brigada e herói nacional graças, sobretudo, a suas vitórias na Itália. A popularidade e o sucesso alcançados por Napoleão acabaram conduzindo-o ao comando do Estado francês. Em 9 de novembro de 1799, **18 Brumário** pelo calendário republicano, um golpe de Estado entregou provisoriamente o poder a três consules: Bonaparte, Emmanuel-Joseph Sieyès e Roger Ducos.



Charge publicada em panfleto francês de 1793. A imagem era acompanhada da legenda: "Depois de executar todos os franceses, Robespierre executa o executor".

O nome "Reação Termidoriana" faz referência, assim como o "Golpe do 18 Brumário", à data em que ocorreu o retorno da burguesia ao poder na França, ou seja, 9 do mês Termidor (27 de julho de 1794).

### Você vai gostar de assistir



#### **Danton, o processo da Revolução**

**Direção:** Andrzej Wajda. França/Polônia/Alemanha Ocidental, 1982. 130 min

Em 1794, o revolucionário Georges Jacques Danton retorna a Paris e encontra a cidade envolta em medo e intrigas por causa das execuções ordenadas pelo Comitê de Salvação Pública. Expondo as discussões do governo francês durante o Terror e as disputas entre Danton e Robespierre, o filme representa o julgamento de Danton e provoca reflexões sobre o autoritarismo no processo revolucionário, cujo princípio básico era a noção de liberdade.

Cartaz de divulgação do filme *Danton, o processo da Revolução* (1982), do diretor Andrzej Wajda.



Águia imperial francesa (1815). Museu Nacional do Exército, Londres, Grã-Bretanha. As águias imperiais eram utilizadas junto aos estandartes das tropas francesas durante as batalhas. Esta, pertencente ao 105º Regimento de Infantaria do Exército francês, foi capturada pelo Exército britânico durante a Batalha de Waterloo.

## Era Napoleônica

Ao assumir o poder, Napoleão Bonaparte pôs fim aos distúrbios na França, assegurando à burguesia a desejada estabilidade política. Uma Constituição, decretada em dezembro de 1799, previa que o Poder Executivo da República Francesa deveria ser exercido por três cônsules: Napoleão Bonaparte, Jean Jacques Cambacérès e Charles-François Lebrun. O primeiro cônsul, Napoleão, tinha o poder de propor leis, nomear os principais funcionários da administração, controlar o Exército e conduzir as relações exteriores. Cambacérès auxiliava Napoleão nas questões jurídicas e Lebrun, nas finanças públicas.

Em 1802, um plebiscito permitiu que Napoleão assumisse o cargo de cônsul vitalício. Dois anos depois, outro plebiscito deu-lhe permissão para transformar-se em imperador. Na Catedral de Notre-Dame, Napoleão recebeu a coroa imperial das mãos do papa Pio VII e colocou-a sobre a própria cabeça, em um gesto que simbolizava a soberania do poder político sobre o poder religioso.

As reformas implementadas por Napoleão no período que ficou conhecido como **Consulado** e na fase inicial do império consolidaram a ordem burguesa na França. O **Código Civil**, de 1804, unificou, sob o controle do Estado, as leis da sociedade civil e representou um dos alicerces mais sólidos da sociedade burguesa na França. O Código inspirou diversos Estados europeus e da América Latina, que adotaram seus princípios e chegaram a reproduzir algumas de suas disposições.

Como estadista, Napoleão assegurou a reforma agrária realizada na França durante a revolução, reformou o sistema tributário e fundou o Banco da França com o objetivo de exercer maior controle na circulação de capitais. Na esfera educacional, instalou escolas públicas elementares em cada aldeia e cidade francesa, organizou a educação secundária em bases rígidas, fundou escolas para a formação de professores, transformou a Escola Politécnica (fundada em 1794) em um estabelecimento militar, subordinou as escolas técnicas ao Estado e estimulou o ensino superior.

A política externa do imperador foi traçada com o instrumento que havia conduzido o general Bonaparte ao poder: a guerra. No período compreendido entre 1805 e 1809, a França envolveu-se em uma série de conflitos contra Rússia, Prússia e Áustria. Vitorioso, o imperador submeteu quase toda a parte ocidental da Europa e destituiu os monarcas de vários países europeus, substituindo-os por seus parentes e generais.

**Código Civil:** conjunto de leis relacionadas especialmente à propriedade e à família. Estabeleceu, entre outras medidas, a separação entre o Estado e a Igreja, o direito à propriedade, a igualdade dos franceses perante a lei, o confisco das terras da nobreza e a autoridade masculina sobre as famílias.



## ◆ Bloqueio Continental

Apesar de bem-sucedido nas campanhas militares no continente, Napoleão foi derrotado nos mares em 1805 pela Marinha britânica, na Batalha de Trafalgar. A hostilidade entre França e Grã-Bretanha levou o imperador francês a decretar, em novembro de 1806, o **Bloqueio Continental**. O decreto estabelecia que a França, os países aliados e os territórios sob domínio francês estavam proibidos de comercializar com os britânicos, sob pena de intervenção militar. Napoleão acreditava que o enfraquecimento econômico de seu maior concorrente daria à França o predomínio nos mercados da Europa.

O bloqueio, no entanto, não surtiu o efeito esperado. Países neutros foram hostilizados por ignorar o bloqueio. Outros sofreram ocupação e tiveram seus soberanos afastados, como aconteceu com a Espanha. As tropas francesas tornaram-se a base de sustentação dos governantes impostos por Napoleão e, por isso, viraram alvo do ódio das populações locais. Na Espanha, em Portugal e em outras regiões da Europa, a luta contra os franceses assumiu características de uma guerra nacional.

## ◆ A desastrosa campanha na Rússia

Assim como outras nações, o Império Russo rompeu com o Bloqueio Continental. Napoleão ignorou os alertas sobre as dificuldades de guerra em território russo e, em 1812, reuniu um Exército de aproximadamente 600 mil homens para invadir o país.

A campanha na Rússia foi um desastre para Napoleão. Os russos colocaram em ação a tática da terra arrasada, que consistia em abandonar os territórios destruindo tudo o que pudesse ser utilizado pelo inimigo. Sem alimento, os soldados de Napoleão tiveram de enfrentar ainda um inverno rigoroso, doenças e a guerra de guerrilhas organizada pelo inimigo.

As forças napoleônicas chegaram a Moscou reduzidas a cerca de 100 mil homens e encontraram a cidade abandonada. O **czar** recusou-se a fazer qualquer negociação, e Napoleão, humilhado, marchou de volta a Paris. Dos cerca de 600 mil soldados que deixaram a França, menos de 60 mil retornaram, doentes e famintos. As causas dessa enorme derrota tornaram-se motivo de especulação entre especialistas, como mostra este curioso texto:

“Qual foi a causa da derrocada do maior Exército que Napoleão comandou? Por que seus soldados, vitoriosos em batalhas anteriores, malograram na campanha russa? Uma das teorias mais estranhas já propostas a esse respeito pode ser sintetizada com a paráfrase de um antigo poema infantil: ‘tudo por causa de um botão’. [...] [A] desintegração do Exército napoleônico pode ser atribuída a algo tão pequeno quanto um botão – um botão de estanho, para sermos exatos [...]. Quando a temperatura cai, o reluzente estanho metálico começa a se tornar **friável** e a se **esboroar** num pó cinza e não metálico. [...] Teria acontecido isso com os botões de estanho do Exército francês? [...] A determinação da veracidade dessa teoria envolve muitos problemas. A ‘doença do estanho’, como se chamava o problema, era conhecida no norte da Europa havia séculos. [...] [A] desintegração do estanho é um processo razoavelmente lento, mesmo a temperaturas tão baixas quanto as do inverno russo de 1812. Mas a teoria rende uma boa história, e os químicos gostam de citá-la como uma razão científica para a derrota de Napoleão.”

LE COUTEUR, Penny; BURRESON, Jay. *Os botões de Napoleão: as 17 moléculas que mudaram a história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 8.

Jarro de cerâmica com caricatura sobre a derrota de Napoleão na campanha na Rússia. Museu Hermitage, São Petersburgo, Rússia. Um russo leva soldados franceses presos em sua baioneta. Na borda do jarro, lê-se a inscrição: “Europa preservada. Setembro de 1812”.

**Czar:** título dos imperadores russos. Nesse contexto, refere-se a Alexandre I, coroado em 1801.

**Friável:** passível de sofrer fragmentação, esfacelamento; capaz de reduzir-se a pó.

**Esboroar:** desfazer-se, pulverizar-se.

◆ CONECTANDO COM A QUÍMICA



MUSEU HERMITAGE  
SÃO PETERSBURGO



BRIDGEMAN IMAGES/KEystone BRASIL - BIBLIOTECA PAUL-MARMOTTAN/ACADEMIA DE BELAS ARTES

Batalha de Leipzig, 18 de outubro de 1813 (século XIX). Biblioteca Paul-Marmottan, Academia de Belas Artes, Ville de Boulogne-Billancourt, França.

## ◆ Queda de Napoleão

A derrota na Rússia abalou a credibilidade de Napoleão diante da população francesa. Essa derrota, aliada a uma campanha desastrosa na Península Ibérica e à crise alimentar que atingia a população francesa, fez a opinião pública se perguntar se a glória imperial valia o sacrifício de tantos franceses. O depoimento de um contemporâneo ilustra bem a decepção de muitos liberais com Napoleão:

“Bonaparte praticou uma traição **parricida**, pervertendo os poderes que lhe haviam sido confiados na qualidade de magistrado republicano, para chegar à subversão da república e à instituição de um despotismo militar em seu benefício e no de sua família. Se ele houvesse exercido seus poderes honestamente para estabelecer e fortalecer um governo livre em seu país, a França gozaria agora da liberdade e do repouso [...]. Seu egoísmo atroz bloqueou o progresso **salutar** dos príncipes e o inundou de rios de sangue que ainda não se esgotaram.”

JEFFERSON, Thomas. On democracy. In: GUSDORF, Georges. *As revoluções da França e da América: a violência e a sabedoria*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. p. 228.

Aproveitando a crise do governo napoleônico, Grã-Bretanha, Áustria, Prússia, Rússia e Suécia organizaram uma coligação que venceu o Exército francês em 1813, na Batalha de Leipzig. Em março de 1814, Napoleão assinou o **Tratado de Fontainebleau**, pelo qual abdicava do trono da França, recebendo em troca uma pensão anual e a soberania sobre a Ilha de Elba, no Mar Mediterrâneo.

O governo francês foi entregue a Luís XVIII, irmão de Luís XVI, que assegurou algumas conquistas revolucionárias. Em 1814, Luís XVIII **outorgou** uma Constituição que reconhecia as liberdades de opinião, imprensa e culto, mas concentrava o poder na Coroa. O sufrágio tornou-se mais limitado, com a recuperação do voto censitário. A Constituição francesa serviu de modelo para as elites governantes de outros países que buscavam fazer concessões mínimas para conter as frequentes tensões sociais.

**Parricida:** pessoa que mata o próprio pai ou a própria mãe.

**Salutar:** que restabelece a força; que visa melhorar; edificante; construtivo.

**Outorgar:** neste caso, refere-se à imposição de uma Constituição sem aprovação de uma Assembleia Constituinte. O governo nomeia um grupo para elaborar as leis, que entram em vigor após a aprovação do chefe de Estado, sem representação nem participação popular.

## Governo dos Cem Dias

No exílio, Napoleão tramava um plano para retornar ao poder. Em 1815, aproveitando a insatisfação do povo francês com o novo governo, Napoleão fugiu da Ilha de Elba e retornou à França, onde assumiu o trono do país com o apoio de militares e da população. Porém, seu novo governo durou apenas cem dias.

A queda definitiva de Napoleão ocorreu com a Batalha de Waterloo, na Bélgica (1815), quando um Exército coligado de britânicos e prussianos venceu os franceses. Napoleão voltou a Paris e abdicou definitivamente do cargo de imperador. Em seguida, foi exilado na Ilha de Santa Helena, possessão britânica no Atlântico Sul, onde morreu em 5 de maio de 1821.

## Congresso de Viena

Após a assinatura do Tratado de Fontainebleau, em 1814, representantes do Império Austríaco, do Império Russo, da França, da Prússia e de outros Estados, com o apoio da Grã-Bretanha, reuniram-se em Viena, na Áustria. O **Congresso de Viena**, como ficou conhecido o encontro, foi interrompido durante o Governo dos Cem Dias e retomado após a segunda abdicação de Napoleão, em 1815.

O Congresso tinha como objetivo restabelecer as bases políticas do Antigo Regime na Europa, restaurar as monarquias destituídas por Napoleão e definir parâmetros para uma política internacional que garantisse uma paz duradoura no continente.

Os países absolutistas estavam preocupados basicamente com os direitos dos reis; o ideal, para eles, seria eliminar a influência das ideias liberais que se espalharam com a Revolução Francesa.

No entanto, conscientes de que seria impossível ressuscitar toda a velha estrutura do Antigo Regime, reconheceram a urgência de elaborar constituições que garantissem um mínimo de direitos políticos e sociais para a população.



Medalha britânica em comemoração ao Congresso de Viena (1814). Museu Marítimo Nacional, Londres, Grã-Bretanha. A figura feminina segura um vaso com frutos, que simboliza prosperidade, e um ramo de oliveira, símbolo da paz. Na parte superior, há a inscrição: "Que prosperem aqueles que te amam". O versículo bíblico faz parte de um hino da Igreja Anglicana entoado na coroação dos reis da Grã-Bretanha.

ARCHIVES CHARMET/BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL - MUSEU CARNAVALET, PARIS



*O bolo do rei* (1815), gravura francesa que satiriza o Congresso de Viena. Museu Carnavalet, Paris, França. Da esquerda para a direita, Francisco I, da Áustria, Frederico Guilherme III, da Prússia, e Alexandre I, da Rússia, dividem a Europa entre si; Jorge IV, da Grã-Bretanha, pesa suas riquezas; Joaquim Murat, cunhado de Napoleão, segura Nápoles, tentando se manter como rei napolitano; no chão, o ministro francês Talleyrand, representante da França, abraça um medalhão com a imagem de Luís XVIII. Retornando de Elba, Napoleão corta a França com sua espada e a puxa para si, enquanto seu filho puxa seu casaco, pedindo: "Guarda minha parte".

## A Europa após o Congresso de Viena (1815)



Fonte: DUBY, Georges. *Atlas historique mondial*. Paris: Larousse, 2003. p. 86.

ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

## ◆ O equilíbrio europeu e a Santa Aliança

Embora todos os Estados europeus estivessem representados em Viena, as principais decisões ficaram a cargo dos dirigentes das grandes potências, que defendiam dois princípios básicos: o da legitimidade e o do equilíbrio de poder. O princípio da **legitimidade** determinava que as dinastias reinantes no período pré-revolucionário deveriam ter de volta os tronos e os territórios perdidos depois de 1789. O princípio do **equilíbrio de poder** propunha que as potências vencedoras – Áustria, Prússia, Rússia e Grã-Bretanha – teriam o direito de obter novas possessões fora da Europa e manter aquelas que já controlassem como recompensa pela participação na luta contra o imperador francês.

Dessa forma, a França perdeu boa parte dos territórios conquistados por Napoleão Bonaparte e também foi obrigada a pagar uma vultosa indenização ao longo de cinco anos, ficando sob ocupação até quitar a dívida.

O Congresso de Viena trouxe benefícios consideráveis às potências que lideraram o encontro. Contudo, a Grã-Bretanha foi a mais favorecida. O estabelecimento da livre navegação dos mares e rios e o projeto de pôr fim ao tráfico de escravos contribuíram para o desenvolvimento das relações comerciais e a consolidação do poderio marítimo britânico.

Ainda em 1815, Rússia, Prússia e Áustria uniram-se na **Santa Aliança**, um pacto político-militar que tinha o objetivo de garantir o cumprimento das medidas aprovadas no Congresso de Viena. A Santa Aliança dedicou-se, principalmente, a combater as revoltas liberais na Europa e a preservar o sistema colonial, procurando restabelecer a autoridade portuguesa e espanhola nas colônias americanas. Contudo, a tentativa de reforçar o domínio colonial das duas metrópoles acabou por estimular os movimentos de emancipação. O caráter conservador do pacto selado pelos reinos absolutistas contribuiu ainda para que a Grã-Bretanha, interessada no comércio com as jovens nações americanas, não aderisse à Santa Aliança, embora a apoiasse em muitos momentos.



Caixa comemorativa da coalizão da Santa Aliança (1815). Museu Histórico Alemão, Berlim. Na caixa, estão representados: no alto, Francisco I, imperador da Áustria; à esquerda, Frederico Guilherme III, da Prússia; e à direita, o czar Alexandre I. No centro, temos a inscrição: "Vitória Prússia".

## Liberdade de expressão, imprensa e cidadania

*Durante o Antigo Regime, livros, jornais, gravuras e panfletos eram submetidos à censura comandada pelo Estado absolutista. Porém, algumas publicações proibidas pela monarquia eram comercializadas ilegalmente. Com a queda do governo e o fim da censura, o aumento da difusão de informações contribuiu para ampliar o debate político na França.*

“Todos respiravam política na Paris revolucionária. O povo se mantinha bem informado e atento aos acontecimentos [...] lendo alguns dos sessenta e nove jornais e panfletos criados entre julho e agosto de 1789 ou discutindo em grupos as notícias dos jornais lidos em voz alta nas esquinas. As mulheres se encontravam quase diariamente nas filas de pão, nos ateliês de trabalho, nas ruas, cafés, mercados, [...] [e] discutiam com entusiasmo os assuntos da cidade. À noite, as lavadeiras se encontravam na taberna para trocar impressões sobre os discursos dos oradores revolucionários. [...]

[...] Joachim Campe, um viajante alemão [...] escreveu de Paris aos seus conterrâneos manifestando grande surpresa com o ‘caloroso interesse que esta gente, que na sua maior parte não sabe ler nem escrever, demonstra pelos assuntos públicos’, e notou que ‘a participação de todos parece ser necessária para discutir acerca de tudo’ [...]. As ruas e as praças de Paris se tornaram escolas de civismo e as mulheres aprendiam na prática, junto com os homens, o conceito de cidadania. Joachim Campe observou argutamente: ‘imaginem um instante o efeito [...] desta participação de todos [...] na coisa pública [...]’.

A conscientização política despertou no povo [...] o sentimento de pertencimento ao corpo político da nação. Aos poucos, aumentou o número de pessoas que perceberam o impacto da política nas suas vidas privadas. [...]

A liberdade de expressão e conseqüentemente da imprensa contribuíram para aguçar o interesse das classes populares pelos acontecimentos e debates políticos. [...] O artigo XI da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* garantia que ‘a livre comunicação das ideias e das opiniões é um dos direitos mais preciosos do homem. Todo cidadão pode falar, escrever, imprimir livremente, salvo se houver abuso dessa liberdade, nos casos determinados pela Lei’. [...] Em todas as ruas havia uma gráfica imprimindo algum jornal, enquanto jornalistas escreviam febrilmente nos sótãos das casas.”

MORIN, Tania Machado. *Virtuosas e perigosas: as mulheres na Revolução Francesa*. São Paulo: Alameda, 2013. p. 99-101.



BRIDGEMAN IMAGES/KEystone BRASIL - BIBLIOTECA NACIONAL DA FRANÇA, PARIS

*Liberdade de Imprensa. Gravura de 1797. Biblioteca Nacional da França, Paris. Os jornais e panfletos publicados durante a revolução buscavam acompanhar o ritmo acelerado dos acontecimentos da vida pública.*

### Compreendendo o texto Registre as respostas em seu caderno.

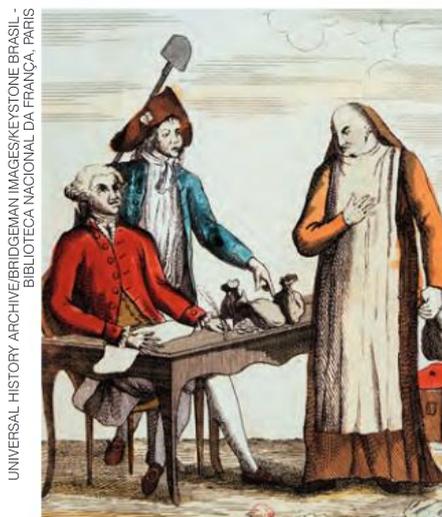
1. Como o aumento dos impressos afetou as discussões políticas e modificou o cenário de Paris durante a revolução?
2. No século XVIII, a maioria da população francesa não era alfabetizada e, ainda assim, a circulação de jornais e panfletos favoreceu a discussão dos assuntos públicos. De que maneira isso ocorreu? Exemplifique com trechos do texto.
3. No início do século XXI, a internet tornou-se importante meio de difusão de informações e de discussão. De que modo os debates na rede afetam a vida pública e influenciam movimentos políticos? Que vantagens e limites a liberdade de expressão encontra hoje na internet?

## Explorando o conhecimento

- Quais foram os principais fatores sociais, econômicos e políticos responsáveis pela eclosão do movimento revolucionário na França em 1789?
- Leia o trecho da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, na página 113, e responda às questões a seguir.
  - Quais os direitos, considerados naturais e imprescritíveis, estabelecidos pelo documento?
  - O terceiro artigo da Declaração definia que o princípio da soberania residia na nação. O que isso significa?
  - Os direitos estabelecidos pela Declaração estendiam-se a todos os habitantes da França? Explique.

## Pensando criticamente

- Encarado como uma das bases da consolidação da sociedade burguesa na França, o Código Civil francês (1804) incorporou alguns princípios iluministas e revolucionários.
  - Qual é a função do Código Civil? Quais medidas estabelecidas pelo Código relacionam-se aos ideais da Revolução Francesa?
  - Explique a importância do Código Civil para os Estados europeus e latino-americanos.
- Com a assinatura do Tratado de Fontainebleau (1814) e a abdicação de Napoleão Bonaparte,
  - a manutenção dos governos liberais na Europa foi garantida graças às campanhas da Santa Aliança.
  - os representantes do Império Russo, da Áustria e da Prússia reuniram-se com o objetivo de consolidar as ideias liberais.
  - o Bloqueio Continental isolou economicamente a França, já que os impérios Russo e Austríaco temiam o avanço dos ideais revolucionários.
  - a restauração das monarquias destituídas por Napoleão tornou-se um dos principais objetivos das potências europeias reunidas no Congresso de Viena.
  - a Santa Aliança tomou uma série de medidas que visavam reforçar o domínio colonial na América e enfraquecer os movimentos por emancipação nas colônias ibéricas.
- Análise a caricatura, produzida na França em 1789, e considere as afirmações.
  - O homem com a pá, em pé atrás da mesa, representa os camponeses e o terceiro estado.
  - A caricatura é uma crítica aos altos impostos pagos pelo clero à coroa francesa durante o Antigo Regime.
  - O clérigo em pé, convocado a entregar dinheiro em uma mesa de prestação de contas, representa o confisco dos bens da Igreja.
  - A imagem retrata os membros das três ordens do Antigo Regime: um membro do clero e um aristocrata (usando chapéu) recebem os impostos de um camponês.



A César o que é de César, à nação o que é da nação. Gravura de 1789. Biblioteca Nacional da França, Paris.

Identifique a alternativa correta.

- Apenas a afirmativa II está correta.
- Apenas a afirmativa IV está correta.
- As afirmativas I e II estão corretas.
- As afirmativas III e IV estão corretas.
- As afirmativas I e III estão corretas.

## Investigando

### CONECTANDO COM A FILOSOFIA

- A liberdade era um dos principais lemas defendidos pelos revolucionários franceses. Décadas antes da revolução, filósofos iluministas defendiam que ser livre não correspondia à possibilidade de fazer tudo aquilo que desejamos, mas sim ao direito de fazer o que as leis permitem, levando em conta os deveres nas relações com outros indivíduos. “Minha liberdade termina onde começa a do outro”, diz a sabedoria popular. Em grupos, pesquisem sobre:
  - A concepção de liberdade para Aristóteles.
  - A concepção de liberdade para os deterministas e existencialistas.
  - Atualmente, o que se entende por liberdade? Somos realmente livres? Debata com seus colegas.

Vale lembrar aos alunos que na seção Técnicas de trabalho, no final do livro, há orientações para a realização de pesquisa.

## Decifrando o Enem

Registre a resposta em seu caderno.

O trecho de um discurso de Robespierre na Convenção Nacional é o ponto de partida para a questão a seguir.

(ENEM-MEC/2010)

“Em nosso país queremos substituir o egoísmo pela moral, a honra pela probidade, os usos pelos princípios, as conveniências pelos deveres, a tirania da moda pelo império da razão, o desprezo à desgraça pelo desprezo ao vício, a insolência pelo orgulho, a vaidade pela grandeza de alma, o amor ao dinheiro pelo amor à glória, a boa companhia pelas boas pessoas, a intriga pelo mérito, o espirituoso pelo gênio, o brilho pela verdade, o tédio da volúpia pelo encanto da felicidade, a mesquinha dos grandes pela grandeza do homem.”

HUNT, L. Revolução Francesa e vida privada. In: PERROT, M. (Org.). *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. 4. (Adaptado)

O discurso de Robespierre, de 5 de fevereiro de 1794, do qual o trecho transcrito é parte, relaciona-se a qual dos grupos político-sociais envolvidos na Revolução Francesa?

- a) À alta burguesia, que desejava participar do poder legislativo francês como força política dominante.
- b) Ao clero francês, que desejava justiça social e era ligado à alta burguesia.
- c) A militares oriundos da pequena e média burguesia, que derrotaram as potências rivais e queriam reorganizar a França internamente.
- d) À nobreza esclarecida, que, em função do seu contato com os intelectuais iluministas, desejava extinguir o absolutismo francês.
- e) Aos representantes da pequena e média burguesia e das camadas populares, que desejavam justiça social e direitos políticos.

### Analisando

No trecho apresentado, Robespierre condena os “vícios”, que atribui à antiga nobreza e aos especuladores da época (o egoísmo, a honra – no sentido aristocrático do termo –, as conveniências, a tirania da moda, a insolência, a vaidade, o amor ao dinheiro, a intriga etc.). Os “vícios” deveriam ser substituídos por “virtudes”

como: a probidade (ou seja, a honestidade), os princípios, os deveres, a razão, a grandeza da alma, o mérito, a verdade etc. Para Robespierre, a revolução seria, portanto, uma transformação profunda da sociedade, que deveria atingir também as normas morais, os modos de pensar e agir de cada um. Assim, podemos concluir que, para ele, não deveria existir contradição entre a vida pessoal dos revolucionários e sua vida política, ou entre os valores privados e os valores públicos.

O enunciado solicita que você escolha, entre as alternativas, a que apresenta o grupo sociopolítico relacionado aos princípios defendidos por Robespierre. Vamos analisar cada uma delas.

- Alternativa a: A alta burguesia francesa, representada pelos girondinos, fez oposição à política da Convenção, sendo inclusive responsabilizada pela crise de abastecimento que ocorria na época.
- Alternativa b: A Convenção perseguiu o clero e chegou a propor a existência de uma nova religião: o culto ao “Ser Supremo”. A ideia de justiça social estava associada aos jacobinos mais radicais, como os *cordeliers*.
- Alternativa c: As guerras revolucionárias significaram a formação de um Exército liderado por combatentes reconhecidos pelo mérito e não pela “honra” de nascimento. Assim, a pequena e média burguesia tinham oportunidades na carreira militar.
- Alternativa d: Vários intelectuais do iluminismo, e mesmo alguns líderes revolucionários, eram originários da nobreza e se posicionaram contra o absolutismo monárquico. Defendiam a instalação de uma monarquia constitucional ou de uma república em que a participação política seria restrita pelo voto censitário. Formavam uma oposição ao governo da Convenção jacobina.
- Alternativa e: As camadas populares urbanas (os *sans-culottes*), junto com a pequena e média burguesia, foram os grupos sociais que deram apoio político ao governo da Convenção, sendo beneficiados por suas medidas.

**Agora é com você:** qual alternativa responde à pergunta do enunciado? *A alternativa correta é a letra e.*

# As lutas de independência na América

O objetivo desta abertura é discutir as noções de independência e liberdade, destacando que distintos grupos sociais podem percebê-las de diferentes maneiras. Sugerimos iniciar pela leitura dos quadrinhos. Pergunte aos alunos se conhecem as personagens representadas: Charlie Brown, protagonista das histórias (de amarelo); Lucy, menina conhecida por ser mandona; e Linus, irmão mais novo de Lucy. Para compreender a ironia dos quadrinhos, é importante recordar a personalidade mandona de Lucy e o parentesco entre as personagens. Também é relevante chamar a atenção para a data de publicação dos quadrinhos, associando-a às comemorações do Dia da Independência dos Estados Unidos. Durante a leitura do texto, incentive os alunos a identificar os diversos sentidos que a liberdade poderia assumir no contexto das lutas de independência na América. Essa discussão pode ser aprofundada por meio das atividades e retomada ao longo do estudo do capítulo.

Feliz Dia da Independência.  
Peanuts (2011), tira de Charles Schulz publicada nas comemorações de 4 de julho.



## Os sentidos da liberdade nas lutas de independência

“Liberdade, no entanto, não é um conceito entendido de forma única; tem significados diversos, apropriados também de formas particulares pelos diversos segmentos da sociedade. Para um representante da classe dominante venezuelana, Simón Bolívar, liberdade era sinônimo de rompimento com a Espanha para a formação de fulgurantes nações livres que seriam exemplos para o resto do universo. Mas, principalmente, nações livres para comerciar com todos os países, livres para produzir, única possibilidade, segundo essa visão, do desabrochar do Novo Mundo.

Já para Dessalines, o líder da revolução escrava do Haiti, [...] a liberdade, antes de tudo, queria dizer o fim da escravidão, mas carregava um conteúdo radical de ódio aos opressores franceses. [...]

Para outros dominados e oprimidos como os índios mexicanos, a liberdade passava distante da Espanha e muito próxima da questão da terra. Na década de 1810, os líderes da rebelião camponesa mexicana, os curas pobres de pequenas aldeias, Hidalgo e Morelos, clamavam por terra para os deserdados.”

PRADO, Maria Lígia. *A formação das nações latino-americanas*. São Paulo: Atual; Campinas: Editora da Unicamp, 1986. p. 12-15.

Miguel Hidalgo e José Maria Morelos atuavam como curas, ou seja, párocos nas aldeias de Dolores e Caracuaru, respectivamente. Por conta das guerras de independência, foram excomungados.

### ◆ Conversando sobre

1. Qual é a ideia expressa nos quadrinhos?
2. Você conhece alguma das pessoas citadas no texto?
3. De que modo os quadrinhos e o texto relacionam-se?
4. Em sua opinião, o que significa "ser independente"?

## ◆ As lutas nas Treze Colônias

As Treze Colônias inglesas na América iniciaram as lutas de independência na segunda metade do século XVIII, motivadas pela adoção, por parte da Coroa britânica, de medidas **coercitivas** que ameaçavam a relativa autonomia desfrutada pelos colonos americanos, como a intensificação do controle metropolitano sobre suas atividades comerciais. Diversos fatores contribuíram para a política impositiva adotada pelo governo inglês. Um deles foi a Revolução Industrial, que originou um modelo de desenvolvimento capitalista baseado na expansão crescente dos mercados consumidores. Dessa forma, as colônias representavam um importante mercado para a metrópole. Outro fator foi o desdobramento da **Guerra dos Sete Anos** (1756-1763), conflito que começou na Europa e se estendeu pelas colônias, envolvendo várias potências europeias.

Na América, a Guerra dos Sete Anos foi motivada principalmente pela disputa no comércio de peles e da pesca entre colonos franceses que viviam no atual Canadá e ingleses das Treze Colônias. A Inglaterra saiu vitoriosa do conflito, tanto na Europa como na América, e contou com a ajuda dos colonos para derrotar a França. Porém, mesmo tendo sido beneficiada com a anexação de territórios franceses, a Inglaterra saiu do conflito economicamente abalada pelas despesas da guerra.

Em certa medida, as Treze Colônias foram as grandes vitoriosas na Guerra dos Sete Anos. Não apenas se livraram das ameaças da França, que cedeu aos ingleses o Canadá, como também adquiriram armas, munições e farta experiência bélica. Além disso, em 1763, a assinatura do Tratado de Paris, entre os países beligerantes, transformou um antigo adversário dos colonos em um aliado potencial. Vencidos e humilhados, os franceses abraçariam poucos anos depois a causa separatista norte-americana, buscando uma revanche contra os ingleses.

### ◆ Leis proibitivas

Com o fim da Guerra dos Sete Anos, a Inglaterra decretou novos impostos na colônia, na tentativa de ampliar suas receitas. Em 1764, foi criada a **Lei do Açúcar** (*Sugar Act*), que aumentava a taxa sobre o açúcar, o café e outros produtos. No ano seguinte, o Parlamento inglês aprovou a **Lei do Selo** (*Stamp Act*), estabelecendo que todos os documentos legais e oficiais em circulação nas colônias deveriam receber selos emitidos pela metrópole.

A imposição dessas leis aumentou o clima de tensão. Os colonos argumentavam que eles eram cidadãos ingleses, mas que não estavam representados no Parlamento.

Para agravar a situação, em 1767 o Tesouro inglês lançou uma série de leis – conhecidas como **Atos Townshend** – que aumentaram as taxas de importação de diversos produtos como o papel, o vidro e o chá e criaram tribunais alfandegários. A medida provocou forte reação nas colônias, levando a Coroa a revogar os novos tributos, exceto as taxas sobre o chá. Em maio de 1773, o governo inglês, por meio da **Lei do Chá** (*Tea Act*), concedeu à Companhia das Índias Orientais o monopólio da venda do chá para as colônias, o que arruinaria o comércio local desse produto. Como resposta, em dezembro de 1773, alguns colonos, disfarçados de indígenas, jogaram ao mar carregamentos de chá trazidos pela Companhia das Índias Orientais. Esse episódio ficou conhecido como a **Festa do Chá de Boston** (*Boston Tea Party*).

Em 1774, a resposta da metrópole traduziu-se nas **Leis Intoleráveis**. Destacaram-se a Lei do Porto de Boston, que fechava o porto até o pagamento integral do chá lançado ao mar, e a Lei do Aboletamento, ordenando às autoridades que dessem alojamento adequado aos soldados ingleses.

**Coerção:** "ato ou efeito de reprimir; repressão".



"Um emblema dos efeitos do SELO. Oh! O SELO fatal", resposta dos colonos à Lei do Selo, publicada no *Pennsylvania Journal*, em 1765.

### Federalista:

corrente partidária ao federalismo, sistema de governo de Estados independentes regidos por um poder central.

## ◆ Independência dos Estados Unidos da América

As Treze Colônias da América não compartilhavam um sentimento de unidade, não tinham o mesmo projeto político nem defendiam o mesmo modelo econômico. No entanto, as medidas impostas pelo Parlamento britânico uniram as colônias contra o inimigo comum: a dominação colonial britânica. Em 1774, houve o Primeiro Congresso Continental da Filadélfia, que solicitava o fim das medidas que restringiam o desenvolvimento das Treze Colônias. Naquele momento, os colonos ainda não reivindicavam a separação do Império Britânico.

Em resposta, a metrópole intensificou a repressão, levando os setores conservadores do Sul a aderir à causa da independência. A intransigência britânica favoreceu a organização do Segundo Congresso Continental da Filadélfia, no qual, sob a liderança de Thomas Jefferson, começou a ser redigida a **Declaração de independência**, com base nos princípios iluministas de John Locke, finalizada em 4 de julho de 1776.

O Congresso Continental confirmou George Washington como comandante das tropas rebeldes. As lutas estenderam-se até 1783, quando o governo britânico reconheceu, pelo Tratado de Paris, a independência dos Estados Unidos da América.

Após a independência, duas propostas diferentes foram defendidas como forma de organização do Estado recém-fundado: a **federalista** e a antifederalista. Para os federalistas, o governo central deveria ser forte o suficiente para representar diplomaticamente o país e garantir a criação e a aplicação de leis, inclusive na esfera local. Já para os antifederalistas, o governo simplesmente atuaria como administrador, sem interferir nos interesses comerciais e na elaboração de leis de cada região. Na Constituição dos Estados Unidos, aprovada em 1787, venceu a proposta federalista, que até hoje é a forma de organização do Estado norte-americano. A lei também estabeleceu a república presidencialista e a divisão do Estado em três poderes, além de garantir as liberdades individuais. Nascia, assim, a democracia moderna.

A independência dos Estados Unidos foi uma experiência revolucionária, que serviu de exemplo da vitória da soberania popular sobre o jugo metropolitano, especialmente para o restante das colônias na América. Contudo, é importante lembrar que a emancipação política não significou o fim da escravidão e que africanos e seus descendentes, indígenas e mulheres permaneceram excluídos dos direitos políticos. Além disso, após a independência, o governo norte-americano autorizou campanhas contra os povos indígenas que haviam lutado ao lado dos britânicos; e mesmo aqueles que lutaram ao lado dos colonos sofreram com as constantes investidas expansionistas sobre suas terras.

*Declaração de independência, 4 de julho de 1776, pintura de John Trumbull (1817). Capitólio, Washington, Estados Unidos. A pintura representa o comitê que redigiu a Declaração de independência dos Estados Unidos: John Adams, Robert Sherman, Benjamin Franklin e Thomas Jefferson entregando o documento a John Hancock, presidente do Segundo Congresso Continental da Filadélfia.*



JOHN TRUMBULL - CAPITÓLIO DOS ESTADOS UNIDOS, WASHINGTON

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

## Trabalhando com fontes

### A Declaração de independência dos Estados Unidos da América

Escrita por uma comissão dirigida por Thomas Jefferson, a Declaração de independência dos Estados Unidos da América foi pioneira na adesão aos princípios iluministas. Esse documento inspirou outros movimentos de independência nas Américas e influenciou as transformações sociopolíticas na Europa no final do século XVIII. Leia, a seguir, alguns trechos da Declaração.

“Quando, no curso dos acontecimentos humanos, um povo se vê na necessidade de romper com os laços políticos que o unem a outro, e assumir entre as potências da Terra a posição igual e distinta a que as leis da natureza e do Deus da natureza dão-lhe direito, um justo respeito pela opinião dos homens exige que ele declare as causas que o levaram a essa separação.

Consideramos essas verdades como evidentes em si, que todos os homens são criados iguais, que são dotados por seu Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a busca da felicidade. Que, para garantir esses direitos, governos são instituídos entre os homens, derivando seus justos poderes do consentimento dos governados. Que se qualquer forma de governo tornar-se destrutiva desses fins, é direito do povo mudá-lo ou aboli-lo, e instituir novo governo fundando-o em tais princípios, e organizando os seus poderes da forma que para eles parecerá mais apropriada para garantir sua segurança e sua felicidade. A prudência, na verdade, recomendará que os governos há muito estabelecidos não devem ser mudados por motivos fracos e passageiros; e, por conseguinte, toda a experiência demonstrou que os homens estão mais dispostos a sofrer, enquanto os males são suportáveis, do que a se corrigirem abolindo as forças às quais estão acostumados. Mas, quando uma longa sequência de abusos e de usurpações, perseguindo invariavelmente o mesmo objeto, demonstra um desígnio de submetê-los [os homens] a um absoluto despotismo, é direito deles, é dever deles derrubar tal governo, e providenciar novas proteções para sua futura segurança. Assim, foi longa a paciência dessas colônias, e esta é hoje a necessidade que as obriga a mudar seu antigo sistema de governo. A história deste que reina hoje na Grã-Bretanha é uma história de injustiças e usurpações repetidas, tendo todas como objetivo direto o estabelecimento de uma tirania absoluta sobre os nossos Estados. [...]”

Declaração unânime dos treze Estados Unidos da América, 4 jul. 1776.  
In: FERRO, Marc. *História das colonizações: das conquistas às independências*. Séculos XIII a XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 250-251.

#### CONECTANDO COM A FILOSOFIA

#### Questões

Registre as respostas em seu caderno.

1. Identifique o tipo de documento, seu autor e quando foi produzido.
2. Quais teorias político-filosóficas serviram de base para a elaboração do texto? Indique trechos que justifiquem sua resposta.
3. Localize, no texto, as críticas feitas pelos colonos à política metropolitana e explique-as.
4. “Consideramos essas verdades como evidentes em si, que todos os homens são criados iguais, que são dotados por seu Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a busca da felicidade.”

O princípio exposto nesta frase foi imediatamente colocado em prática na história da nova nação que se formava? Explique sua resposta.

## Independência e revolução no Haiti

No processo das lutas de independência que ocorreram na América durante os séculos XVIII e XIX destacou-se a experiência do Haiti, um pequeno país do Caribe que ocupa a parte ocidental da Ilha de **São Domingos**. A região foi inicialmente colonizada pelos espanhóis e, depois, pelos franceses, que fundaram no local a colônia de São Domingos, onde desenvolveram o cultivo de café, algodão, anil, cacau e, principalmente, cana, destinada à produção de açúcar.

Sob a influência do iluminismo e dos ideais da Revolução Francesa, como liberdade, igualdade e direito à propriedade de terras, o Haiti destacou-se como o primeiro país latino-americano a tornar-se independente. A luta contra o domínio francês foi comandada pelos negros da ilha, que no final do século XVIII correspondiam a cerca de 80% da população total. Grande parte desses negros era de escravos que trabalhavam nas lavouras de cana-de-açúcar para uma pequena elite branca, de origem francesa, dona de grandes propriedades de terra.

O levante popular em São Domingos eclodiu em 1791, no mesmo ano em que a França, em meio ao processo revolucionário, debatia a abolição da escravidão em suas colônias. Liderados pelo ex-escravo Toussaint-Louverture, os rebeldes destruíram plantações, saquearam engenhos e assassinaram colonos. As revoltas espalharam-se por diversas regiões da ilha, fortalecidas pelo fim da escravidão nas colônias francesas, decretado pelo governo jacobino durante o período do Terror da Revolução Francesa.

A autonomia conquistada por São Domingos começou a ser ameaçada quando Napoleão Bonaparte tomou o poder na França. As tropas napoleônicas invadiram a ilha em 1802. Toussaint foi preso e levado à França, onde morreu na cadeia em 1803. O ex-escravo Jean-Jacques Dessalines assumiu a liderança do movimento e declarou a independência do Haiti em janeiro de 1804, tornando-se o primeiro chefe de Estado do país. Apenas em 1825 a França reconheceu a independência de sua ex-colônia, mediante o pagamento de uma alta indenização.



FRANÇOIS SERAPHIN DELPECH E NICHOLAS EUSTACHE MAURIN - COLEÇÃO PARTICULAR

*Toussaint-Louverture* (1838), gravura de François Seraphin Delpech e Nicholas Eustache Maurin.



*Revolta de escravos em São Domingos* (século XIX), gravura de autoria desconhecida.

THE GRANGER COLLECTION/OTHER IMAGES

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

## ◆ Isolamento do Haiti

Durante o período em que o Haiti foi colônia francesa, sua produção estava voltada para o mercado externo, ocupando papel de destaque no comércio internacional do açúcar. Após a independência, houve uma reorganização do sistema produtivo haitiano, a fim de atender às necessidades internas da população. Assim, a economia com base no sistema de *plantation* foi substituída por um sistema muito mais próximo da economia de subsistência. Contudo, segundo o historiador Jacob Gorender, outros fatores também contribuíram para as dificuldades enfrentadas pelo Haiti após a independência:

“O novo Estado recebeu, no batismo, a denominação indígena de Haiti. [...] Dessalines se tornou o primeiro chefe de Estado haitiano, sendo coroado imperador em outubro de 1804. [...]

Os ex-escravos [...] viram-se definitivamente livres do trabalho compulsório nas plantações de cana e nos engenhos de açúcar. [...] passaram a se dedicar à tradição herdada da África, ou seja, à agricultura de subsistência. O Haiti saiu do mercado mundial do açúcar [...]. De colônia mais produtiva das Américas passou a país independente pauperizado e fora de um intercâmbio favorável na economia internacional. [...]

As dificuldades do Haiti não se deveram, com o passar do tempo, somente ao domínio da agricultura de subsistência e à ausência de perspectivas econômicas mais elevadas. Deveram-se também, e não menos, à quarentena, que lhe impuseram até mesmo as nações latino-americanas recém-emancipadas. [...] O isolamento internacional acentuou o atraso e agravou as dificuldades históricas, após uma das mais heroicas lutas emancipadoras do hemisfério ocidental.”

GORENDER, Jacob. O épico e o trágico na história do Haiti. *Estudos Avançados*. São Paulo, jan./abr. 2004. Disponível em <[www.revistas.usp.br/eav/article/view/9988/11560](http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9988/11560)>. Acesso em 8 mar. 2016.

Com a Revolução do Haiti, o temor de novos levantes escravos se generalizou na América. Mesmo entre os defensores das ideias de independência, predominava o pensamento de que esse processo deveria ser conduzido pelas elites.

### O bom e o mau exemplos para as elites coloniais

No discurso de muitos ilustrados e membros das elites coloniais americanas, o processo de emancipação dos Estados Unidos transformou-se em um modelo a ser seguido, e o Haiti em um exemplo a ser combatido. Além disso, na maioria das ex-colônias latino-americanas, a independência não foi acompanhada do fim imediato da escravidão. Razões que ajudam a explicar o isolamento sofrido pelo Haiti por décadas após se tornar um Estado independente e as consequentes dificuldades enfrentadas por sua população, que repercutem até os dias de hoje.



BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL - COLEÇÃO PARTICULAR

Disputas internas pelo poder, interferência externa, governos ditatoriais e corruptos são alguns dos fatores que contribuíram para o agravamento das más condições do Haiti desde sua independência até os dias de hoje. Além disso, em 2010 um forte terremoto devastou o território haitiano, deixando cerca de 200 mil mortos e mais de 1,5 milhão de feridos, agravando ainda mais a situação de miséria do país.

*Os mercadores* (1961), pintura de Izabella Godlewska de Aranda. Nessa pintura, a artista representou vendedores do Haiti no século XX. Atualmente, a principal atividade econômica da ilha continua sendo a produção de gêneros alimentícios, e grande parte da população sofre com problemas como desemprego, desnutrição e falta de saneamento básico.

## Independência da América espanhola

O processo de “descolonização” de muitas regiões da América e de formação dos Estados nacionais latino-americanos foi liderado por setores dominantes descontentes com a impossibilidade de desfrutar, dentro das regras do sistema colonial, as vantagens concedidas pelo desenvolvimento do capitalismo no século XIX.

Coube à chamada elite **criolla** conduzir o processo de independência e definir os limites desse movimento na América espanhola. O suporte ideológico utilizado pelos *criollos* para combater os obstáculos mercantilistas e preparar a independência foi o pensamento liberal, importado da Europa. Mas, diferentemente do que ocorreu na Europa, o projeto revolucionário defendido por esses líderes não tocava nas questões sociais. Com raras exceções, a proposta era consolidar o poder da elite local na economia e na política dos novos países.

Nesse caso, tanto liberais quanto conservadores tinham um interesse em comum: manter as camadas mais pobres da sociedade subordinadas aos setores dominantes. A participação de indígenas, camponeses, escravos africanos e trabalhadores pobres das cidades deveria restringir-se ao apoio nos embates militares. Os setores mais pobres se mobilizavam mais pelo direito à terra e pelo fim das formas de trabalho forçado do que pelo projeto político de separar as colônias da metrópole.

Os membros da elite *criolla*, composta principalmente de grandes proprietários rurais, almejavam maior liberdade no comércio com o exterior, sem as restrições e o controle das companhias de comércio metropolitanas. Eles incorporavam a defesa do liberalismo e até exaltavam os mais elevados ideais iluministas, mas excluía as reivindicações dos setores mais pobres.

As novas ideias, quando surgiam na Europa, não tardavam a aparecer também no Novo Mundo. Desde a segunda metade do século XVI, quando foram fundadas a Universidade de San Marcos, em Lima, no Peru, e a Universidade do México, as primeiras do continente americano, chegavam à região livros e ensaios que mostravam as transformações no pensamento europeu.

Apesar de existirem grupos descontentes com a política metropolitana desde as primeiras décadas do século XVIII, somente no final desse século é que as ideias de liberdade adquiriram relevância nas colônias espanholas na América. Essas ideias foram fortalecidas sobretudo após a emancipação das Treze Colônias britânicas e a revolução de 1789 na França. Nesse período, os *criollos* organizaram diversas manifestações contra o sistema colonial e tiveram apoio da Grã-Bretanha, interessada em abrir os mercados da América para dar vazão às suas mercadorias, produzidas na nova era industrial.

A mantilha, gravura publicada na obra *Viagem pitoresca e arqueológica na parte mais interessante do México* (1836), de Carl Nebel. Biblioteca Nacional da França, Paris. A imagem representa *criollos* do México. Os trajes utilizados por eles evidenciam sua ascendência espanhola.

**Criollo:** descendente de espanhol nascido na América.



## ◆ Ruptura com a metrópole

Em maio de 1808, Napoleão Bonaparte ocupou a Espanha e entregou o governo do país a seu irmão, José Bonaparte. O povo espanhol reagiu à dominação francesa, formando juntas de governo autônomas que não seguiam as determinações da França e organizavam a resistência contra o invasor.

Na América, alguns grupos dominantes seguiram o exemplo da metrópole e formaram juntas governativas. Em setembro de 1808, por exemplo, a Cidade do México anunciou a criação de um governo local autônomo, que governaria em nome de Fernando VII, o rei espanhol destronado. Movimentos semelhantes aconteceram em diversas regiões da América espanhola.

Na prática, apesar de afirmarem lealdade ao rei ausente, as juntas de governo das colônias americanas romperam com a metrópole. As novas experiências políticas que se seguiram na América acentuaram as diferenças de interesses entre a elite colonial e a Espanha.

Em 1814, depois da queda de Napoleão Bonaparte, Fernando VII retomou o trono espanhol e adotou medidas que reduziram a liberdade das colônias e centralizaram ainda mais o poder em suas mãos. As elites coloniais, porém, não estavam dispostas a admitir o retorno da antiga ordem colonial. Assim, a maioria das colônias espanholas entrou em guerra por sua independência. No princípio, os movimentos tiveram caráter urbano, espalhando-se, posteriormente, pelo interior.

## A emancipação do México

No Vice-Reino da Nova Espanha, atual México, o movimento de independência assumiu, inicialmente, um caráter popular que o diferenciou das demais colônias espanholas da América. A crise espanhola favoreceu o surgimento do primeiro movimento mexicano pela independência, em 1810, liderado pelos padres Miguel Hidalgo e José María Morelos. Sob a direção de Hidalgo, formou-se um Exército rebelde de indígenas, mestiços e homens livres pobres. No entanto, os rebeldes foram derrotados pelas forças da Coroa, e Hidalgo foi preso e executado.

O padre Morelos assumiu a direção do movimento, declarou a independência do México e formou um governo de base popular. Poucos meses depois, porém, forças da Coroa espanhola, com o apoio dos colonos ricos, depuseram Morelos e o executaram. Nota-se, portanto, que essa fase do movimento, mais que uma luta anticolonial, era uma revolução social.

O movimento pela independência foi retomado mais tarde com outro caráter. Os setores mais ricos da sociedade colonial, que haviam contido as rebeliões populares e restaurado o poder espanhol, uniram-se em torno do militar Agustín de Iturbide para romper com a Espanha. Iturbide apresentou às elites coloniais, em 1821, o **Plano de Iguala**, no qual propunha a criação de uma monarquia católica independente. O plano agradou às elites *criollas* e à Igreja, e o México tornou-se independente no mesmo ano. Coroado imperador do México, Iturbide permaneceu no poder por dois anos, quando foi deposto e a república proclamada no país.



Fonte: VICENTINO, Cláudio. *Atlas histórico: geral e Brasil*. São Paulo: Scipione, 2011. p. 127.

## As mulheres e as lutas de independência

Em todo o continente americano, as mulheres contribuíram de diferentes maneiras para o processo de independência. Nas Treze Colônias, por exemplo, elas organizaram o boicote a produtos de origem britânica e assumiram a administração das fazendas e dos negócios da família enquanto seus maridos lutavam na guerra. Na América espanhola, elas foram importantes para a transmissão e divulgação de informações, o abrigo a fugitivos, o cuidado dos feridos e o financiamento de armamentos, chegando, em alguns casos, a atuar diretamente nos campos de batalha. Além disso, tanto nas colônias britânicas quanto nas colônias espanholas, as mulheres mais ricas frequentavam salões onde as ideias políticas dominavam as discussões.

## As lutas na América do Sul

Na América do Sul, as lideranças militares de **José de San Martín** e **Simón Bolívar** foram fundamentais durante as guerras de independência.

San Martín, militar experiente que havia prestado serviços à Coroa na Espanha, abraçou a causa emancipacionista na América e conseguiu muitas vitórias, assumindo a liderança do processo de independência dos territórios que hoje correspondem à Argentina, ao Chile e ao Peru.

Em 9 de julho de 1816, um congresso reunido em Tucumán (Argentina) declarou a independência das Províncias Unidas do Rio da Prata, denominação utilizada até 1826, quando o país adotou o nome de República Argentina. Nesse novo Estado, San Martín conseguiu apoio para a campanha de independência do Chile, que foi definida na Batalha de Maipú, em abril de 1818. Dois anos depois, San Martín partiu de Valparaíso (Chile) para libertar o território peruano do domínio espanhol. Com o apoio da população, conseguiu ocupar a capital, Lima, em 10 de julho de 1821. No dia 28 do mesmo mês, a independência do Peru foi proclamada.

Bolívar, general e representante da elite *criolla*, atuou no norte da América do Sul. Em agosto de 1819, a vitória de suas tropas em Boyacá (atual Colômbia, fronteira com a Venezuela) foi fundamental para a declaração da independência da República da Colômbia, em dezembro do mesmo ano. Esse novo Estado era formado pelos territórios do antigo Vice-Reino de Nova Granada, chamado por alguns historiadores de **Grã-Colômbia** (Grande Colômbia), para diferenciar do atual Estado colombiano. A Grã-Colômbia existiu até 1830 e deu origem à Venezuela, ao Equador e à Colômbia, à qual estava integrado o território do Panamá.

As tropas de Bolívar ainda lutaram em Ayacucho (Peru), em 1824, para garantir e manter a independência peruana, e seguiram para a Bolívia, que se tornou independente em 1825. Após as lutas de independência, Simón Bolívar tornou-se presidente das novas repúblicas da Grã-Colômbia e do Peru.

*Revista de Rancagua* (c. 1872), de Juan Manuel Blanes. Museu Histórico Nacional da Argentina, Buenos Aires. Essa obra representa o episódio em que San Martín (ao centro) passou em revista as tropas de Rancagua, no Chile. Note o destaque dado pelo artista à presença de mulheres e de uma criança atrás das tropas.



JUAN MANUEL BLANES - MUSEU HISTÓRICO NACIONAL DA ARGENTINA, BUENOS AIRES

## O ideal de unificação latino-americana

Simón Bolívar sonhava com uma América autônoma e unificada. O general defendia a formação de uma confederação de alguns países americanos, que compreenderia os territórios que atualmente se estendem da Bolívia ao Panamá. O texto a seguir analisa um dos principais documentos produzidos por Bolívar, a *Carta da Jamaica*, em que ele apresenta suas ideias.

“Simón Bolívar [...] é a personalidade histórica central na Venezuela e o estrategista maior da luta contra o domínio espanhol no continente latino-americano. Possivelmente, a síntese do pensamento de Bolívar esteja em sua *Carta da Jamaica*, escrita em 6 de setembro de 1815 [...] durante um período de exílio. É um documento razoavelmente curto, para a complexidade de questões que lança, e direto e contundente nos objetivos que se propõe. Após descrever vários países da América do Sul e Central, Bolívar define seu projeto:

‘É uma ideia grandiosa pretender formar de todo o Novo Mundo uma só nação, com um só vínculo ligando suas partes entre si e com o todo. Já que têm uma origem, uma língua, mesmos costumes e uma religião, deveriam, por conseguinte, ter um só governo que confederasse os diferentes Estados que haverão de formar-se. Mas não é possível, porque climas remotos, situações diversas, interesses opostos, características dessemelhantes dividem a América.’

Sua conclusão é enfática: ‘Não é a união tudo o que se necessita para colocá-los [aos países] em condições de expulsar os espanhóis, suas tropas e os partidários da corrompida Espanha, para fazê-los capazes de estabelecer um império poderoso, com um governo livre e leis benéficas?’”

JINKINGS, Ivana e outros. *Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 188.

## O mito bolivariano

Apesar de não ter conseguido concretizar seu projeto de unificação, a imagem de Bolívar como grande libertador da América se mantém até os dias de hoje. Muitos estudiosos e artistas criaram representações grandiosas, que descrevem Bolívar como um herói hispano-americano capaz de desmedidos sacrifícios em nome da liberdade de seu povo.

A figura do “Libertador”, como é chamado na Venezuela, foi usada, por exemplo, pelo ex-presidente venezuelano Hugo Chávez, que governou o país entre 1998 e 2013. Durante seu governo – além de citar constantemente os textos e as ideias de Bolívar – foi aprovada uma Constituição que mudou o nome do país para República Bolivariana da Venezuela.

Contudo, a imagem heroica que se criou de Bolívar vem sendo questionada em estudos recentes que analisam as posições políticas do líder e avaliam o descontentamento de alguns de seus contemporâneos. Para alguns estudiosos, o projeto de unidade latino-americana defendido por Bolívar configurava um perigoso sonho de ditadura pessoal.

*Simón Bolívar* (século XIX), estátua de bronze em homenagem a um dos denominados heróis da independência latino-americana. Caracas, Venezuela.

**Você vai gostar de navegar**

**Memorial da América Latina**

[www.memorial.org.br](http://www.memorial.org.br)

O Memorial da América Latina, criado em 1989, tem como proposta estreitar relações entre o Brasil e os demais países latino-americanos. O portal da instituição disponibiliza diversas informações sobre a cultura desses países. Além disso, é possível acessar as publicações do Memorial, como a revista *Nossa América*, que apresenta uma série de artigos sobre política, arte, economia, história etc. dos países latino-americanos.



O acordo de paz assinado pela Espanha também transferia para os norte-americanos a posse de Porto Rico (América Central) e de Guam (Micronésia) e o controle das Filipinas. A Emenda Platt foi formulada por Elihu Root, secretário da Guerra norte-americano, e apresentada ao Senado pelo senador Orville H. Platt, de Connecticut. Ela foi revogada em 1934, mas Guantánamo permanece sob o controle dos Estados Unidos. No ano de 2015, após décadas de rompimento diplomático, os presidentes de Cuba e dos Estados Unidos voltaram a dialogar. Contudo, essa reaproximação não foi capaz de persuadir os norte-americanos a devolver a base naval de Guantánamo aos cubanos. Em fevereiro de 2016, o presidente norte-americano Barack Obama apresentou ao Congresso dos Estados Unidos um plano para o fechamento da prisão, que era uma de suas promessas de campanha. A proposta, contudo, encontrou forte resistência.

## A experiência cubana

A organização econômica e social de Cuba no período colonial era semelhante à do Haiti: prevalecia a grande propriedade produtora de artigos primários para a exportação, sobretudo tabaco e açúcar; o escravo africano era a força de trabalho predominante; e o poder político e econômico estava nas mãos dos grandes proprietários rurais.

A condição similar entre as duas colônias era motivo de preocupação para as elites rurais de Cuba, que temiam ocorrer na ilha uma revolução escrava semelhante à que marcou a independência do Haiti. Os proprietários cubanos queriam a independência, mas sem colocar em risco a propriedade e a escravidão. Além disso, apesar dos laços coloniais com a Espanha, as elites proprietárias da ilha mantinham relações comerciais com os Estados Unidos, que lhes garantiam muitos lucros.

O temor de uma rebelião escrava ajuda a explicar o atraso da luta de independência de Cuba, que se iniciou efetivamente em 1868 e só terminou após duas guerras contra a metrópole. A primeira durou dez anos e enfrentou a forte resistência das forças da Coroa, que investiu muitos recursos para não perder sua última colônia americana.

Depois da derrota, o movimento pela independência só foi retomado na década de 1890. As ideias de independência, amadurecidas e disseminadas, contaram com a liderança do intelectual e poeta **José Martí**, que advertia sobre a necessidade de estabelecer uma forma de governo autônoma, sem interferências externas. Em abril de 1895, um novo processo mobilizou amplos setores da sociedade cubana em prol da independência, reunindo negros libertos, trabalhadores rurais e profissionais liberais. José Martí esteve entre as primeiras baixas, morrendo em combate em 19 de maio de 1895.

Em 1898 os Estados Unidos declararam guerra à Espanha e entraram na luta a favor da independência de Cuba. O motivo teria sido o afundamento de um navio de guerra norte-americano por forças espanholas. O conflito durou poucos meses. Em agosto, os espanhóis assinaram um armistício com os Estados Unidos e, em dezembro, um tratado de paz que reconhecia a independência de Cuba.

Após a rendição espanhola, as tropas dos Estados Unidos permaneceram na ilha, garantindo seus interesses no nascente país. Nos debates que marcaram a elaboração da primeira Constituição cubana, em 1901, os norte-americanos impuseram a **Emenda Platt**, um artigo que concedia aos Estados Unidos uma base na Baía de Guantánamo e o direito de intervir nos assuntos internos da jovem República sempre que os interesses norte-americanos fossem ameaçados.

Segundo a charge, Cuba (representada pela alegoria feminina) deveria ser salva da Espanha (a frigideira do "desgoverno espanhol") ou de um "destino pior", representado pelas chamas da "anarquia", numa possível referência ao exemplo da revolução escrava do Haiti. Essa tarefa caberia aos Estados Unidos, que passou a apoiar a luta de independência cubana no mesmo ano da publicação da charge.

Charge de Louis Dalrymple (1898), publicada nos Estados Unidos, em referência à luta de independência cubana. Sociedade Histórica de Nova York, Estados Unidos. Na frigideira lê-se "desgoverno espanhol" e, abaixo dela, a palavra "anarquia". A legenda da charge trazia a seguinte frase: "O dever do momento: salvá-la não só da Espanha, mas de um destino pior".

► Qual é a mensagem transmitida pela charge?



BRIDGEMAN IMAGES/KEVSTONE BRASIL - SOCIEDADE HISTÓRICA DE NOVA YORK

## ◆ Poder dos caudilhos

Com exceção do México, que passou por um curto período de regime monárquico (1821-1823), todos os novos países da América espanhola adotaram o regime republicano.

A elite *criolla*, vinculada ao capital estrangeiro, controlava o fornecimento de matérias-primas para o mercado internacional e consumia os produtos industrializados oriundos da Grã-Bretanha. Assim, a independência das colônias espanholas da América não foi acompanhada por mudanças sociais, econômicas e políticas efetivas. Continuou a vigorar o modelo colonial com base na produção de matérias-primas para abastecer o mercado externo.

Livres da onerosa metrópole espanhola, as elites preservaram seus interesses ligando-se à Grã-Bretanha e depois aos Estados Unidos. A maioria da população foi mantida à margem das decisões do Estado. No México e no Peru, por exemplo, o projeto de modernização socioeconômica adotado pelos novos donos do poder significou o fim da posse comunitária das terras e a inserção dos indígenas no mercado de trabalho como mão de obra barata e explorada.

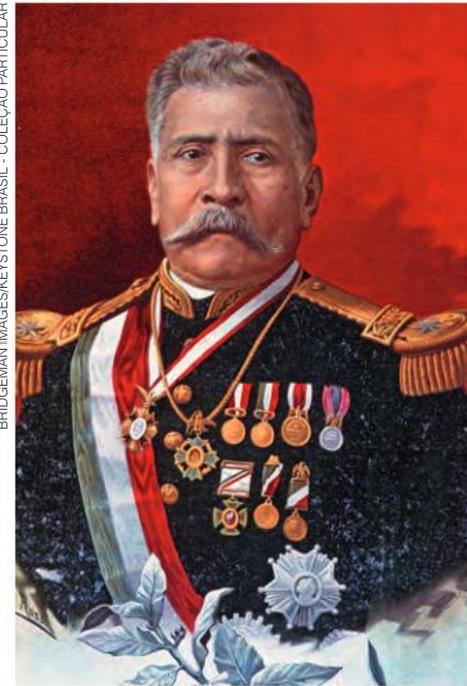
Na política local, elementos originários das forças militares envolvidas nas guerras de independência passaram a disputar o poder em seus respectivos países, chegando ao governo por meio de golpes de Estado e alimentando numerosos conflitos sociais. Tais chefes políticos, os **caudilhos**, eram geralmente carismáticos, populares e habilidosos nas relações com os vários setores da sociedade. Os interesses regionais dos caudilhos eliminaram o ideal de uma América Latina unificada.

Embora a América espanhola tenha ficado livre do domínio colonial, os governos republicanos, tomados pelo conservadorismo e beneficiados pela economia agrário-exportadora, não mediram esforços para manter a maior parte da população afastada da esfera política. As diferenças sociais mantiveram-se praticamente inalteradas, e a miséria social continuou marcando a população latino-americana. As populações indígenas e afrodescendentes continuaram à margem do sistema político, econômico e social das novas repúblicas latino-americanas. O reflexo dessa trajetória histórica pode ser observado na sociedade atual, em que tais grupos apresentam os piores indicadores socioeconômicos de seus países: as maiores taxas de analfabetismo, desemprego, pessoas atuando em atividades que exigem baixa qualificação profissional e vivendo em habitações precárias são registradas entre os indígenas e os afrodescendentes.

### As Campanhas do Deserto

A política de dissolução das terras comunitárias produziu graves tensões sociais e rebeliões armadas de povos indígenas em diferentes países hispano-americanos. Na Argentina, por exemplo, grupos indígenas organizados em cacicados formaram confederações para defender suas terras, manter sua autonomia e garantir seus meios de sobrevivência.

A partir da década de 1870, o governo argentino intensificou a ofensiva contra esses grupos, promovendo uma série de campanhas militares no sul do território, conhecidas como "Campanhas do Deserto". O objetivo dessas campanhas era conquistar as terras indígenas para expandir a fronteira agropecuária e, como se afirmava na época, "civilizar" os indígenas, aproximando o novo país do tão almejado modelo europeu de sociedade. O resultado foi devastador: milhares de indígenas assassinados. Os sobreviventes foram presos e forçados a se deslocar a pé até o norte do país, onde se viram obrigados a trabalhar em troca de baixas remunerações.



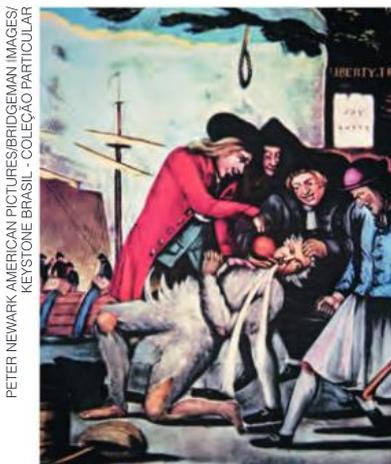
Porfirio Díaz (c. 1905-1910), foto colorizada posteriormente. Porfirio Díaz, presidente do México nos períodos de 1876-1880 e 1884-1911, é um exemplo de caudilho.

## Explorando o conhecimento

- Compare os dois primeiros movimentos de independência da América: o dos Estados Unidos e o do Haiti. Em seguida, estabeleça semelhanças e diferenças entre os movimentos.
- Em relação à independência da América espanhola, identifique a(s) alternativa(s) INCORRETA(S) e corrija-a(s) em seu caderno.
  - A elite *criolla* foi responsável por conduzir o processo de independência e buscou consolidar seu poder político e econômico, promovendo importantes transformações sociais.
  - No México, o primeiro movimento pela independência foi liderado pelos padres Hidalgo e Morelos e contou com a participação de indígenas, mestiços e homens livres pobres, assumindo um caráter de revolução social.
  - Diferentemente do Haiti, Cuba possuía uma economia voltada para o mercado interno e contava com um pequeno número de escravos, o que ajuda a explicar o fato de ela ter sido a última colônia a se libertar do domínio espanhol.
  - As guerras de independência na América do Sul contaram com duas importantes lideranças militares: José de San Martín, que atuou nos territórios hoje correspondentes à Argentina, ao Chile e ao Peru; e Simón Bolívar, que lutou no norte do continente sul-americano, tornando-se presidente das repúblicas da Grã-Colômbia e do Peru.

## Pensando criticamente

- Observe a imagem e faça o que se pede:



Colonos de Boston pagando o coletor de impostos (1774), gravura de Robert Sayer e J. Bennett, publicada em Londres e colorizada posteriormente. Na imagem, colonos americanos forçam um coletor de impostos, todo coberto de piche e penas, a beber chá.

- Descreva a cena representada na imagem e relacione-a à política colonial britânica.
- É possível afirmar que a imagem expressa o desejo de independência? Justifique.

- Leia o texto abaixo e responda às questões.

“Os principais meios de produção na América espanhola continuaram nas mãos da classe alta *criolla*, que em virtude da independência se apropriou também do comando do sistema político. Essa transferência do poder político significou que a partir daí as decisões seriam tomadas muito mais em termos dos interesses nacionais do que dos da metrópole, ou, mais precisamente, dos interesses nacionais na interpretação da minoria dominante. Isso não excluiu o prolongamento, de forma um pouco modificada, da dependência econômica externa, pois os interesses dessa minoria dominante frequentemente estiveram vinculados à produção e exportação de matérias-primas. [...] Salvo por alguns casos individuais, a incorporação de outros elementos sociais na tomada de decisões nessas novas nações teria de esperar muito mais tempo.”

BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: da independência a 1870*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004. p. 186. v. III.

- Segundo o texto, podemos afirmar que a independência política da América espanhola foi acompanhada da independência econômica? Justifique sua resposta.
- Assim como no Brasil, atualmente muitos povos indígenas lutam pelo reconhecimento de seus direitos na América de colonização espanhola, em especial pelo acesso à terra. Que relação é possível estabelecer entre essa luta e o processo de independência?

## Investigando

### CONECTANDO COM A SOCIOLOGIA

- Após sua independência, o Haiti sofreu um longo período de isolamento, que contribuiu para a situação de pobreza da população. Em janeiro de 2010, um violento terremoto atingiu o Haiti, causando a morte de aproximadamente 200 mil pessoas e destruindo a infraestrutura do país. O quadro devastador foi agravado pela fome e por uma epidemia de cólera. Depois da tragédia, o número de haitianos vindos para o Brasil cresceu. Em grupo, pesquisem sobre a situação dos haitianos que vêm para o Brasil. Procurem descobrir em que condições eles imigram para o Brasil; qual é a principal rota de entrada no país; o perfil desses imigrantes; como eles vivem no novo país e de que forma as autoridades brasileiras têm atuado diante dessa imigração.

Vale lembrar aos alunos que na seção Técnicas de trabalho, no final do livro, há orientações para a realização de pesquisa.

## Decifrando o Enem

Registre a resposta em seu caderno.

A questão a seguir discute o conceito de cidadania nos Estados Unidos da América.

(ENEM-MEC/2009) Na democracia estadunidense, os cidadãos são incluídos na sociedade pelo exercício pleno dos direitos políticos e também pela ideia geral de direito de propriedade. Compete ao governo garantir que esse direito não seja violado. Como consequência, mesmo aqueles que possuem uma pequena propriedade sentem-se cidadãos de pleno direito.

Na tradição política dos Estados Unidos, uma forma de incluir socialmente os cidadãos é

- a) submeter o indivíduo à proteção do governo.
- b) hierarquizar os indivíduos segundo suas posses.
- c) estimular a formação de propriedades comunais.
- d) vincular democracia e possibilidades econômicas individuais.
- e) defender a obrigação de que todos os indivíduos tenham propriedades.

### Analizando

O trecho introdutório expõe alguns conceitos importantes na formação do Estado norte-americano: democracia, cidadania, direitos políticos e direito à propriedade. Algumas dessas ideias remontam à formação histórica das Treze Colônias, que se constituíram com relativa autonomia em relação à metrópole (principalmente aquelas do centro e do norte) e estabeleceram uma tradição de autogoverno. A participação dos colonos nas assembleias locais e a escolha de representantes para o Parlamento britânico estavam condicionadas a certas exigências, entre elas a propriedade de bens.

A independência não alterou o princípio definidor para a participação na vida política: o voto permaneceu censitário, e as exigências para ser eleito senador eram ainda maiores. Assim, os Estados Unidos formavam-se como uma república de proprietários de terras ou investidores de capitais. A ampliação dos direitos políticos ocorreu anos mais tarde, sob a presidência de Andrew Jackson (1829–1837), que extinguiu as comprovações de renda para

os eleitores, que deveriam ser pessoas livres e do sexo masculino.

Essa iniciativa, porém, não significou a formação de uma democracia inclusiva. As mulheres e os escravos, por exemplo, permaneceram excluídos dos direitos políticos. Os imigrantes europeus e asiáticos que chegaram à América no século XIX também enfrentaram obstáculos para adquirir direitos políticos e serem reconhecidos como cidadãos.

As ideias de cidadão proprietário, trabalho árduo e acumulação de riquezas como fatores de distinção e de inclusão social são tradições que remontam à formação das Treze Colônias e foram reforçadas após a independência, com a expansão territorial do novo país.

Você deverá escolher a alternativa que completa corretamente a frase do enunciado. Vamos analisar as diferentes opções de resposta.

- Alternativa **a**: A garantia das liberdades individuais e a proteção contra ingerências do governo são marcas da sociedade norte-americana, consagradas na Constituição e na “Declaração de Direitos”, uma lista de dez emendas aprovadas pelo Congresso em 1791.
- Alternativa **b**: A hierarquização dos indivíduos segundo suas posses é uma característica da sociedade capitalista. O problema discutido pelo texto e proposto pelo enunciado se relaciona especificamente a esse tema?
- Alternativa **c**: A ideia implícita no texto introdutório e no enunciado, bem como a ideia de direitos naturais discutida pelos filósofos iluministas, refere-se à propriedade privada e não à propriedade comunal.
- Alternativa **d**: De acordo com o texto, o direito à propriedade privada constitui fator de cidadania e de inclusão na sociedade norte-americana e está associado à ideia de democracia.
- Alternativa **e**: A tradição política dos Estados Unidos tem valorizado os proprietários de bens, mas a sua posse se constitui em uma obrigação para os cidadãos?

**Agora é com você:** qual é a alternativa correta?

A alternativa correta é a letra **d**.

### 1. (UNICAMP/2015)

“A igualdade, a universalidade e o caráter natural dos direitos humanos ganharam uma expressão política direta pela primeira vez na Declaração da independência americana de 1776 e na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789. Embora se referisse aos ‘antigos direitos e liberdades’ estabelecidos pela lei inglesa e derivados da história inglesa, a *Bill of Rights* inglesa de 1689 não declarava a igualdade, a universalidade ou o caráter natural dos direitos. Os direitos são humanos não apenas por se oporem a direitos divinos ou de animais, mas por serem os direitos de humanos em relação uns aos outros.”

HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 19. (Adaptado)

Identifique a alternativa correta:

- A prática jurídica da igualdade foi expressa na Declaração de independência dos Estados Unidos e assegurada nos países independentes do continente americano após 1776.
- A lei inglesa, ao referir-se aos antigos direitos, preservava a hierarquia, os privilégios exclusivos da nobreza sobre a propriedade e os castigos corporais como procedimento jurídico.
- No contexto da Revolução Francesa, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão significou o fim do Antigo Regime, ainda que tenham sido mantidos os direitos tradicionais da nobreza.
- Os direitos do homem, por serem direitos dos humanos em relação uns aos outros, significam que não pode haver privilégios nem direitos divinos, mas devem prevalecer os princípios da igualdade e universalidade dos direitos entre os humanos.

### 2. (UFG/2015) Leia o texto a seguir:

“Napoleão voltara, e nenhuma notícia jamais deixara os governos da Europa tão apreensivos. Milhares de europeus seguiram avidamente esse rematado autocrata, acreditando que ele espalharia os ideais da Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade. Mais surpreendente era que o próprio Napoleão ainda acreditava ser um apóstolo da revolução.”

WEIR, William. *50 batalhas que mudaram o mundo*. São Paulo: M. Books, 2003. p. 320-321. (Adaptado)

Ao retorno de Napoleão, após cerca de cem dias nos quais governou a França precariamente, seguiu-se a batalha de Waterloo, travada entre os franceses simpatizantes do imperador e uma coalização formada por britânicos e prussianos. Estava em jogo no campo de batalha

- a continuidade do projeto republicano ditatorial napoleônico contra o fortalecimento e a restauração dos ideais monarquistas.
- a imposição do Código Napoleônico, de inspiração burguesa, como principal conjunto de leis das nações europeias.
- a permanência do período do Terror e a continuidade das execuções dos opositores aos ideais da Revolução Francesa.
- a exportação dos ideais revolucionários para além das fronteiras da França, com o objetivo de tornar a Europa uma só nação.
- a coroação de Napoleão como imperador, cerimônia na qual seu poder ganharia autoridade superior à do papado.

### 3. (UNESP/2015)

“Era o fim. O general Simón José Antonio de la Santísima Trinidad Bolívar y Palacios ia embora para sempre. Tinha arrebatado ao domínio espanhol um império cinco vezes mais vasto que as Europas, tinha comandado vinte anos de guerras para mantê-lo livre e unido, e o tinha governado com pulso firme até a semana anterior, mas na hora da partida não levava sequer o consolo de acreditarem nele. O único que teve bastante lucidez para saber que na realidade ia embora, e para onde ia, foi o diplomata inglês, que escreveu num relatório oficial a seu governo: ‘O tempo que lhe resta mal dá para chegar ao túmulo’.”

MÁRQUEZ, Gabriel García.  
*O general em seu labirinto*, 1989.

O perfil de Simón Bolívar, apresentado no texto, acentua alguns de seus principais feitos, mas deve ser relativizado, uma vez que Bolívar

- foi um importante líder político, mas jamais desempenhou atividades militares no processo de independência da América hispânica.
- obteve sucesso na luta contra a presença britânica e norte-americana na América

hispânica, mas jamais conseguiu derrotar os colonizadores espanhóis.

- c) defendeu a total unidade das Américas, mas jamais obteve sucesso como comandante militar nas lutas de independência das antigas colônias espanholas.
- d) teve papel político e militar decisivo na luta de independência da América hispânica, mas jamais governou a totalidade das antigas colônias espanholas.
- e) atuou no processo de emancipação da América hispânica, mas jamais exerceu qualquer cargo político nos novos Estados nacionais.
- 4. (UNEAL/2015)** Entre fim do século XVIII e começo do XIX, organizaram-se vivamente os revoltosos latino-americanos, influenciados pelas ideologias advindas com a Revolução Francesa e pelas independências norte-americana e haitiana. Identifique a alternativa correta.
- a) Para os *criollos*, a independência norte-americana não poderia servir de modelo, pois suas origens coloniais eram diferentes.
- b) A América do Sul conseguiu a independência, expulsando os espanhóis do continente em 1825, não restando nenhum país sob regime colonial.
- c) Os territórios libertados convocaram diferentes e sucessivos congressos, com o reiterado objetivo de organizar constitucionalmente os novos Estados e de mantê-los independentes entre si.
- d) O grande sonho de Simón Bolívar era a unidade além das fronteiras da Grande Colômbia, somando toda a América Latina em uma grande confederação.
- e) A partir da independência, em 1825, Cuba passou a ser um protetorado dos Estados Unidos até 1959, quando houve a Revolução Cubana.
- 5. (UFRGS/2014)** O texto abaixo refere-se à Revolução Francesa.

“O Terror é doravante um sistema de governo, ou melhor, uma parte essencial do governo revolucionário. Seu braço. [...] Ele é também um meio de governo omnipresente, através do qual a ditadura revolucionária de Paris deve fazer sentir sua mão de ferro em todos

os lugares, tanto nas províncias quanto nas Forças Armadas.”

FURET, François; OZOUF, Mona. *Dictionnaire critique de la Révolution française. Événements*. Paris: Flammarion, 1992. p. 298-299.

Considere as seguintes afirmações sobre o denominado Terror.

- I. O governo jacobino, dirigido por Robespierre, e o Comitê de Salvação Pública foram responsáveis pelo período do Terror.
- II. O Terror foi uma política de extermínio liderada pelos girondinos de origem burguesa.
- III. O objetivo dessa política centrava-se na defesa da Revolução contra os inimigos internos e externos.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e II.
- e) Apenas I e III.
- 6. (UERN/2013)** O fato de a América Latina ser, nos dias atuais, organizada em países autônomos e soberanos, com condições econômicas e políticas distintas, pode estar diretamente relacionado ao(à)
- a) Tratado de Tordesilhas, que dividiu as terras descobertas por Portugal e Espanha, orientando a forma da divisão política e territorial da então chamada América espanhola.
- b) luta pela proclamação de suas repúblicas e abolição da escravidão, processadas na América de forma lenta e gradual, com mais de um século de atraso em relação a suas independências.
- c) processo de independência da América espanhola, que se deu em etapas e de forma seccionada, ou seja, as colônias foram se tornando livres e estabelecendo suas fronteiras e formas de governo.
- d) Congresso de Viena e Santa Aliança, realizado na Europa logo após o período napoleônico. Tal processo definiu o equilíbrio político americano e o destino das colônias ibéricas no Novo Mundo.

# A independência do Brasil e o Primeiro Reinado

O pintor Di Cavalcanti teve papel fundamental no desenvolvimento do modernismo brasileiro. Nos anos 1930, suas pinturas retratavam, sobretudo, o cotidiano e os problemas sociais, procurando criar uma estética vinculada à realidade brasileira e uma identidade nacional. Sugerimos analisar a imagem com a turma e, em seguida, expor o contexto histórico em que a obra foi produzida e divulgada. Sua produção ocorreu durante o governo Costa e Silva (1967-1969) – que representou o recrudescimento da ditadura militar no Brasil – e seu objetivo era a disseminação de imagens cívicas e patrióticas. A divulgação da imagem, feita para ilustrar bilhetes de loteria, evoca o caráter popular envolvido em sua disseminação. *Independência* (1969), pintura de Di Cavalcanti. Acervo da Caixa Econômica Federal. A obra foi encomendada em 1968 para ilustrar bilhetes de loteria em comemoração à independência do Brasil.

Convém a leitura do texto com a turma para estimular a discussão sobre as relações entre independência política e a formação de uma identidade coletiva.



ACERVO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

## ◆ Conversando sobre

1. Descreva a cena retratada na pintura.
2. Que relação podemos estabelecer entre a pintura de Di Cavalcanti e o texto sobre a construção de uma memória nacional?
3. Em sua opinião, o que seria a "identidade coletiva" citada no texto? De que forma a independência política de um país se relaciona a essa identidade?

## Memória e independência

“A recordação – através de práticas ritualizadas – de acontecimentos que interessam a uma comunidade tem uma origem remota e uma larga tradição. [...] Discursos, récitas, lápides, arcos triunfais e monumentos [...] serviam para celebrar as grandes vitórias nas batalhas e os homens que as tinham liderado. Essa evocação não se pode dissociar de uma dupla necessidade [...]: a legitimação do poder instituído, que procura na apropriação presente desses acontecimentos e figuras uma forma de marcar a continuidade com um passado glorioso, e a afirmação da identidade coletiva, que se estriba na memória de um percurso histórico inventado e reinventado pelos grupos humanos ao sabor de seus interesses, emoções, sentimentos e valores. [...] [A] ideia de um momento fundador, uma vez instaurada na memória coletiva, estabelece a origem e a antiguidade da nação. [...]”

JOÃO, Maria Isabel. Memória e comemoração. *História Revista*, n. 8. Goiânia: UFG, jan./dez. 2003. p. 57-58.

## Portugal no contexto internacional do século XVIII

No século XVIII, apesar da descoberta de ouro e diamantes em sua colônia americana, Portugal enfrentava sérias dificuldades econômicas. A maior parte do ouro que chegava à metrópole era utilizada para pagar dívidas, principalmente as contraídas com a Grã-Bretanha, e o restante era gasto para sustentar a opulência da corte. Dessa forma, o ouro que chegava do Brasil não era investido no desenvolvimento de Portugal, por exemplo, na industrialização, tornando-o bastante dependente de suas colônias.

A fragilidade da economia portuguesa diante das potências europeias da época (Grã-Bretanha, Holanda e França) vinha desde o século anterior, quando os portugueses perderam o monopólio do comércio nas Índias e várias de suas possessões coloniais no Oriente. Além disso, Portugal também sofria os prejuízos da queda dos preços do açúcar no comércio internacional por causa da concorrência com a produção nas Antilhas.

Assim, a partir da segunda metade do século XVIII, a Coroa decidiu ampliar o controle sobre os produtos coloniais, adotando uma série de medidas para combater o contrabando, ampliar os lucros com o comércio e a mineração e garantir maiores rendimentos aos cofres portugueses.

### Reformas pombalinas

O rigor da política colonial portuguesa foi reforçado a partir de 1750, quando o rei D. José I nomeou Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido pelo título de **Marquês de Pombal**, como ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Pombal assumiu a responsabilidade de recuperar e modernizar a economia portuguesa e para tanto adotou medidas como:

- a criação de novas companhias de comércio na colônia e na metrópole;
- a realização de uma reforma educacional com o objetivo de acabar com o controle clerical sobre o ensino no Império Português;
- a instalação de fábricas, em especial de indústria têxtil, no reino;
- o incentivo à formação de uma classe mercantil e manufatureira.

O início da administração pombalina coincidiu com o declínio da atividade mineradora na América portuguesa. A partir de 1750, a produção do ouro sofreu com uma queda constante, e muitas ações do novo ministro voltaram-se para a colônia. Pombal instituiu a cobrança de 100 arrobas anuais de ouro (1750) e a derrama, expulsou os jesuítas de todos os domínios portugueses (1759) e transferiu a capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro (1763).

Na região amazônica, vista como área estratégica e de enorme potencial econômico, Pombal estabeleceu o **Diretório** – legislação que incentivava a miscigenação entre indígenas e portugueses e proibia a escravização dos nativos. Essa política visava, principalmente, converter os indígenas em súditos do rei e em agentes da colonização portuguesa. Para isso, o Diretório permitia que os nativos assumissem cargos e honrarias e sobrenomes portugueses. Além disso, estabelecia que as aldeias deveriam ser transformadas em vilas e freguesias e proibia o uso da **língua geral**.

Alegoria sobre a expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses. Gravura de 1760.

A influência da Companhia de Jesus nas colônias americanas e sua resistência em relação à nova política da Coroa são apontadas como as principais razões que levaram à expulsão dos jesuítas em 1759.

G. DAGLI ORTIDE/AGOSTINI PICTURE LIBRARY/LOW IMAGES - MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, RIO DE JANEIRO



Retrato do Marquês de Pombal (século XVIII). Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro (RJ).

**Língua geral:** derivada do Tupi, era utilizada em diferentes partes da colônia para a comunicação entre indígenas, mestiços e portugueses.

DE AGOSTINI PICTURE LIBRARY/LOW IMAGES



A Conjuração Mineira não foi a única conspiração a ocorrer na capitania de Minas Gerais. Antes dela, muitos outros movimentos haviam estourado na região, como as inconfidências em Curvelo (1760-1763 e 1776), Mariana (1768) e Sabará (1775). Esses movimentos não contestaram o domínio português, mas mostraram a insatisfação de parte dos habitantes com a expulsão dos jesuítas e com o poder concentrado nas mãos do Marquês de Pombal. Todas essas revoltas foram duramente reprimidas pela Coroa portuguesa.

## Conjuração Mineira

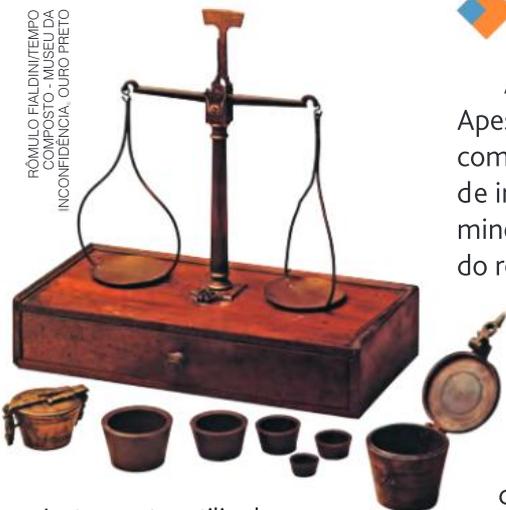
A administração pombalina terminou em 1777, com a morte do rei D. José I. Apesar das reformas, a economia portuguesa não conseguiu se fortalecer e, com o declínio acentuado da mineração, o valor mínimo de 100 arrobas anuais de imposto estipulado pelo governo português raramente era cumprido pelos mineradores. As dificuldades em Minas Gerais se agravaram após autoridades do reino decretarem uma série de medidas restritivas na colônia.

Entre essas medidas destacou-se o **Alvará de 1785**, que proibiu o funcionamento de manufaturas têxteis no território colonial (com exceção dos tecidos grossos de algodão, destinados ao vestuário dos escravos e usados para enfiar e empacotar vários produtos). A imposição da metrópole paralisou a produção local, obrigando os colonos a importarem diversas mercadorias, agravando a crise.

A situação atingiu o auge em 1788, quando o novo governador da capitania de Minas Gerais, Luís Antônio Furtado Mendonça, o Visconde de Barbacena, chegou com ordens da Coroa para aumentar a receita e reforçar o controle colonial português na capitania. O governador deveria cobrar os quintos em atraso e aplicar a derrama. A notícia alarmou os habitantes da capitania, criando condições favoráveis para o início de uma conspiração, conhecida como **Conjuração Mineira** ou **Inconfidência Mineira**.

Em sua maioria, os conjurados atuavam como **contratadores** e integravam a elite colonial. Mineradores, fazendeiros, padres, funcionários públicos, advogados e militares de alta patente compunham o grupo. Entre eles destacaram-se os advogados Cláudio Manuel da Costa, Inácio José de Alvarenga Peixoto e Tomás Antônio Gonzaga, que eram também poetas; José Álvares Maciel, especialista em mineralogia; os padres Luís Vieira da Silva e José da Silva de Oliveira Rolim, filho de um contratador de diamantes; além dos contratadores João Rodrigues de Macedo e Joaquim Silvério dos Reis e do alferes Joaquim José da Silva Xavier, mais conhecido como Tiradentes.

Instrumentos utilizados para a pesagem do ouro (século XVIII). Museu da Inconfidência, Ouro Preto (MG). Para aumentar o controle sobre a extração de minérios, a Coroa estabeleceu, em 1736, as Intendências do Ouro – órgão que fiscalizava a quantidade de ouro extraída das minas e funcionava junto às Casas de Fundição, onde o minério era pesado e a parte destinada à metrópole, recolhida.



RÔMULO FIALDINI/TEMPO  
COMPOSTO - MUSEU DA  
INCONFIDÊNCIA, OURO PRETO

**Contratador:** pessoa que recebia da Coroa o direito de cobrar, por um período determinado, a taxa recolhida pelo Estado e destinada à Igreja e o imposto sobre os produtos importados.

**Devassa:** ato judicial que investiga evidências para apurar um crime.

### Mulheres na Inconfidência

No programa dos conjurados, a única alusão à mulher indicava que “aquelas que gerassem um determinado número de filhos receberiam um prêmio pago pelo Estado”, deixando evidente o papel relegado às mulheres à época, numa sociedade patriarcal. Contudo, nos Autos da **Devassa**, registro do processo contra os conjurados, aparecem os nomes de mulheres que, por interesses pessoais, familiares e afetivos, tiveram relação com a sublevação.

Entre elas, costureiras, forras e escravas citadas como testemunhas por terem conhecimento sobre a conspiração, e também outras pertencentes à elite, como Bárbara Heliadora, esposa de um dos inconfidentes, que conhecia os planos da conjuração e aspirava a posições de destaque, caso a insurreição tivesse sucesso.

Hipólita Jacinta Teixeira de Melo, por sua vez, denunciou a traição de Joaquim Silvério e impediu que o inconfidente Francisco Antonio de Oliveira Lopes, seu marido, denunciasse seus companheiros queimando documentos que poderiam incriminá-los. Acusada de participação no movimento, Hipólita foi punida: perdeu bens e sua parte na partilha conjugal. Ela, no entanto, contestou a decisão das autoridades e recuperou seu patrimônio.

## ◆ Objetivos dos conjurados

Muitos dos conjurados tinham em comum a formação em prestigiadas universidades europeias, onde discutiam as ideias iluministas e, em especial, as condições que tinham levado à **Declaração de independência dos Estados Unidos**, em 1776.

Influenciados por esses ideais, os revoltosos pretendiam proclamar uma república na capitania de Minas Gerais no mesmo dia em que fosse decretada a derrama. Como a cobrança dos impostos afetaria grande parte da população, os conjurados acreditavam que obteriam apoio no levante.

Tomás Antônio Gonzaga, Inácio José de Alvarenga Peixoto, Cláudio Manuel da Costa e Luís Vieira da Silva seriam os responsáveis pela organização do novo governo. Caberia a esse grupo redigir uma Constituição. O plano militar, sustentado por um sistema de guerrilha, tinha a defesa por objetivo principal.

Os inconfidentes criaram símbolos nacionais, como a bandeira, para a nova república, que teria capital em São João del-Rei e uma universidade instalada em Vila Rica. Além disso, o plano também previa a tomada das instalações da Casa da Moeda; a extinção do monopólio estatal sobre a extração de diamantes; a anistia das dívidas com a Coroa portuguesa; a separação entre Igreja e Estado, entre outras medidas.

A maioria dos conjurados era proprietária de escravos, o que deixou a questão da escravidão indefinida.

## ◆ Traição e devassa

Nos últimos meses de 1788, os conjurados esperavam a execução da derrama pelo Visconde de Barbacena. No entanto, a cobrança dos impostos atrasados não foi realizada, e os planos dos revoltosos foram interrompidos. Entre fevereiro e março do ano seguinte, o governador criou uma situação de terror na capitania ao convocar algumas pessoas a comparecer à **Junta da Real Fazenda** a fim de efetuar os pagamentos atrasados.

Entre elas estava Joaquim Silvério dos Reis, que aceitou denunciar os companheiros em troca do perdão de sua dívida e um prêmio pela sua lealdade à Coroa. Os conjurados foram presos e enviados para o Rio de Janeiro, capital da colônia, onde esperaram julgamento.

A primeira devassa contra os conspiradores foi aberta em maio de 1789 e os réus foram culpados pelo crime de **lesa-majestade**. Onze deles foram sentenciados à morte; contudo, apenas Tiradentes, que assumiu sua participação nos planos, foi executado e esquartejado. Seus restos mortais foram expostos ao público para servir de exemplo à população. Os demais condenados tiveram suas sentenças alteradas para degredo perpétuo para as colônias na África, prisão temporária e confisco de bens.

### Você vai gostar de navegar

#### Museu da Inconfidência

[www.museudainconfidencia.gov.br](http://www.museudainconfidencia.gov.br)

Instalado na antiga Casa de Câmara e Cadeia de Vila Rica, em Ouro Preto (MG), o Museu da Inconfidência conta com mais de 4 mil peças relacionadas à vida na região mineradora no final do século XVIII. No *site* da instituição, é possível conhecer as peças que compõem o acervo e realizar uma visita virtual pelo museu.

#### Junta da Real Fazenda:

instituição criada na administração do Marquês de Pombal para controlar a administração e a arrecadação de impostos na colônia.

**Lesá-majestade:** delito cometido contra o rei ou a rainha; ofensa à majestade ou ao supremo poder da nação.

Museu da Inconfidência em Ouro Preto (MG). Foto de 2015.



BJANKA KADIC/LAMY/LATINSTOCK

## Conjuração Baiana

**Pasquim:** folheto, cartaz ou outro escrito afixado em locais públicos que satiriza algo ou alguém; diz-se de jornal ou folheto difamador, sem repercussão.

**Jugo:** vínculo de submissão e obediência.

No quadro dos movimentos coloniais de caráter separatista, destacou-se na Bahia, em 1798, uma manifestação que ficou conhecida como **Conjuração Baiana**, **Conjuração dos Alfiates** (devido ao considerável número desses profissionais entre os conjurados) ou, ainda, **Revolta dos Búzios** (porque alguns membros da revolta utilizavam um búzio pendurado no braço para facilitar a identificação entre si).

O movimento inspirou-se nos ideais de igualdade e liberdade da Revolução Francesa, cuja difusão está relacionada às sociedades maçônicas (proibidas por Portugal). Muitos estudiosos indicam que os líderes do movimento eram membros da maçonaria, como o cirurgião, filósofo e jornalista Cipriano Barata, o padre Agostinho Gomes, os professores Francisco Muniz Barreto e José da Silva Lisboa e Ignácio Siqueira Bulcão, senhor de engenho. Eles se reuniam periodicamente para traduzir e estudar textos de pensadores iluministas, como Rousseau e Voltaire.

As ideias revolucionárias que circulavam nos grupos maçônicos logo repercutiram nas camadas mais pobres da população, que sofriam com a escassez de alimentos e a carestia. Por isso, diferentemente da Conjuração Mineira, a Conjuração Baiana não foi um movimento restrito às questões políticas liberais e às pessoas livres e pertencentes à elite colonial. Pelo contrário, o movimento também contou com a participação de mulatos, escravos, negros libertos e homens brancos de baixa renda, que tinham o objetivo de promover mudanças de caráter social.

No dia 12 de agosto de 1798, alguns lugares públicos e igrejas da cidade de Salvador amanheceram cobertos de **pasquins** e manuscritos que convocavam o povo a fazer uma revolução e implantar uma república igualitária na Bahia, nos moldes da república jacobina que existiu na França entre 1793 e 1794. Afixado em agosto de 1798, um dos avisos afirmava:

“O poderoso e magnífico povo baiense republicano desta cidade da Bahia [...] considerando nos muitos e repetidos latrocínios feitos com os títulos de imposturas, tributos e direitos que são celebrados por ordem da rainha de Lisboa, e no que respeita a inutilidade da escravidão do mesmo povo tão sagrado e digno de ser livre, com respeito a liberdade e a igualdade ordena [...] e quer que para o futuro seja feita nesta cidade e seu termo a sua revolução para que seja exterminado para sempre o péssimo **jugo** [...] da Europa [...]. O povo será livre do despotismo do rei tirano, ficando cada um sujeito às leis do novo código [...].”

Aviso IV, 12 ago. 1798. In: MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Presença francesa no Movimento Democrático Baiano de 1798*. Salvador: Itapuã, 1969. p. 155-156. Disponível em <[www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/?documento=avisos-iv](http://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/?documento=avisos-iv)>. Acesso em 10 mar. 2016.

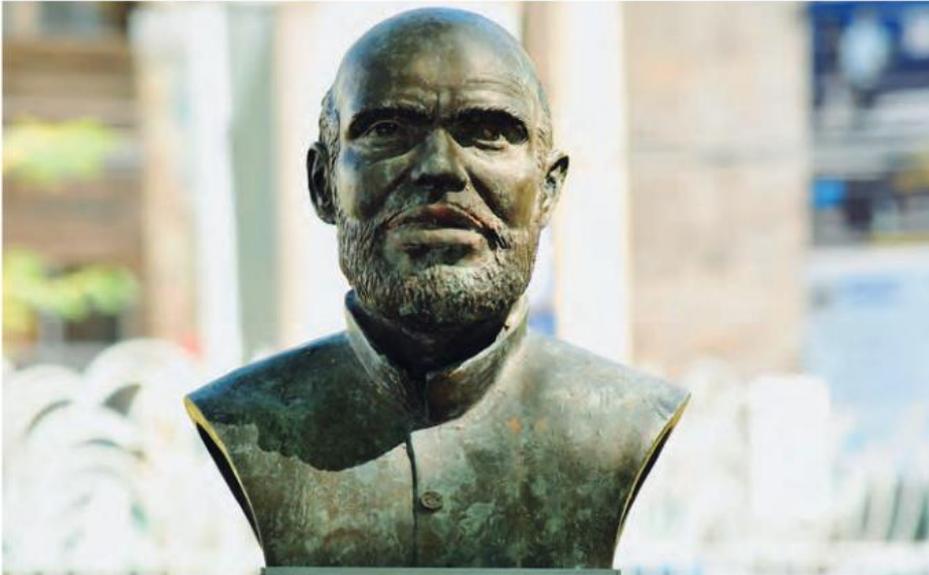
Nesse contexto, o termo “liberdade” tinha diferentes significados entre os conjurados: enquanto as camadas populares entendiam liberdade como o fim da escravidão, os membros da elite colonial a interpretavam como o fim da opressão metropolitana.

Outras demandas dos conjurados eram a modificação no sistema tributário, a liberdade de comércio e a representatividade dos cidadãos no poder público.



FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, RIO DE JANEIRO

*Mulher negra livre* (1845), gravura de Frederico Guilherme Briggs. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (RJ). Durante a averiguação sobre a sedição em Salvador, quatro mulheres foram presas e investigadas: Ana Romana, Luiza Araújo, Lucrecia Maria e Domingas do Nascimento, todas ex-escravas que haviam conseguido a alforria.



Busto de Luiz Gonzaga das Virgens na Praça da Piedade, Salvador (BA). Foto de 2016. O soldado, conhecido das autoridades por ter desertado do Exército, defendia a instituição de um governo republicano, a liberdade de comércio e o fim da escravidão. Sua execução aconteceu na Praça da Piedade, local que abriga hoje o busto do condenado, em memória das lutas dos descendentes de africanos por igualdade e cidadania.

## ◆ A derrocada do movimento

No momento em que a revolta radicalizou-se, os intelectuais afastaram-se do movimento, receosos de uma revolução popular. Os soldados Lucas Dantas e Luiz Gonzaga das Virgens, os alfaiates Manuel Faustino e João de Deus e o ourives Luís Pires passaram a liderar o movimento, representando a vertente popular.

O governador da Bahia, por sua vez, ordenou que se abrisse uma investigação para descobrir os responsáveis pelos panfletos sediciosos. A lista de suspeitos começou a ser levantada por ordem das autoridades, que chegaram aos conspiradores. Documentos e requerimentos existentes na Secretaria do Governo foram confrontados com as cartas enviadas pelos conjurados, que não se preocuparam em disfarçar a caligrafia. Além disso, um soldado e um ferrador indicaram ao governador o local onde ocorreria uma das reuniões dos conjurados. Após alguns dias de vigilância, as denúncias foram comprovadas e dezenas de participantes do movimento acabaram presos.

A responsabilidade maior coube a homens mulatos de origem pobre: os soldados Luiz Gonzaga das Virgens, Lucas Dantas e Romão Pinheiro, os alfaiates João de Deus e Manuel Faustino e o ourives Luís Pires. Esse último conseguiu fugir, enquanto Romão Pinheiro teve sua pena reduzida para o degredo. Os demais foram enforcados em 8 de novembro de 1799. Seus corpos foram esquartejados e seus restos expostos em diferentes locais da capitania. Sete outros réus foram exilados nas colônias portuguesas na África. Dos onze escravos presos, cinco foram condenados, um deles (Antonio José, cocheiro) morreu na prisão e os outros foram açoitados ou banidos.

### Você vai gostar de navegar

**Búzios: Ecos da Liberdade**

[www.comunidadesvirtuais.pro.br/buzios](http://www.comunidadesvirtuais.pro.br/buzios)

Desenvolvido pela Universidade do estado da Bahia, Búzios é um jogo de aventura que se desenrola no ambiente que simula o contexto político, econômico e social de Salvador no final do século XVIII, durante a Conjuração Baiana, também conhecida como Revolta dos Búzios.

**Ferrador:** trabalhador encarregado de pregar ferraduras em animais.

## História e memória: as conjurações coloniais e o nacionalismo

No final do século XVIII, o governo português foi questionado radicalmente por conspirações e revoltas, como as ocorridas na região mineradora e na Bahia. Tais movimentos evidenciavam a insatisfação de diferentes setores da sociedade em relação à política colonial implementada por Portugal para enfrentar sua crise econômica.

No final do século XIX, após a Proclamação da República (1889), esses movimentos foram evocados para compor uma história de caráter nacionalista, uma espécie de precursores da independência brasileira, su-

postamente dirigida por “heróis nacionais”. Tiradentes, por exemplo, passou a ser considerado símbolo da luta pela liberdade. Ele foi representado como um “mártir” que teria se entregado a um sacrifício pela pátria, retratado em bustos e quadros com características semelhantes à de Cristo.

Contudo, é importante notar que os colonos revoltaram-se contra as medidas metropolitanas que contrariavam seus interesses, não configurando, portanto, movimentos de caráter “nacional”.

## Um simples desvio?

Alguns historiadores levantam a hipótese de que a parada da família real em Salvador foi estratégica. A Bahia representava uma força simbólica para os portugueses, pois tinha sido sede política da colônia. Além disso, D. João necessitava obter apoio político e financeiro de todas as regiões da colônia, especialmente de uma como o Nordeste, região agrícola exportadora.

Ao desembarcar em Salvador, uma das primeiras medidas de D. João foi criar a Escola de Cirurgia da Bahia, a primeira faculdade da colônia. Até então as instituições de Ensino Superior eram proibidas na América portuguesa.

## Bastidores da independência

O início do processo de independência do Brasil é associado, por estudiosos, à chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808. A transferência da sede do Império e da elite metropolitana para a América modificou a situação da colônia portuguesa, que passou a ser o centro das decisões do Império.

Embora a transferência da família real portuguesa para o Brasil estivesse preparada havia alguns meses, a viagem foi antecipada pela invasão do Exército Napoleônico a Portugal. O príncipe regente, D. João, não acatou o **Bloqueio Continental**, que impedia os países europeus de comercializar com a Grã-Bretanha. Como medida de retaliação, Napoleão determinou a invasão do território português.

Sob proteção britânica, a corte portuguesa, formada por cerca de 15 mil pessoas, deixou a cidade de Lisboa em novembro de 1807. Durante a viagem, as embarcações dividiram-se, e a nau que conduzia o príncipe regente seguiu para Salvador, aonde chegou no dia 22 de janeiro de 1808.

## Mudanças políticas e econômicas

D. João adotou medidas políticas e econômicas que mudaram radicalmente o perfil da colônia. Uma semana após chegar à Bahia, o príncipe decretou a **abertura dos portos** brasileiros às nações amigas, abolindo o pacto colonial.

No Rio de Janeiro, D. João revogou o Alvará de 1785, que proibia a instalação de manufaturas na colônia, e assinou, em 1810, dois tratados com a Grã-Bretanha: o de **Aliança e Amizade** e o de **Comércio e Navegação**. Os tratados de 1810 concediam aos comerciantes britânicos tarifas alfandegárias preferenciais. Assim, a taxa de importação seria de 15% sobre as mercadorias da Grã-Bretanha, de 16% sobre os produtos portugueses e de 24% sobre os produtos de outras nações.

Em outra cláusula, o governo português comprometia-se a abolir gradualmente o tráfico de escravos para o Brasil, exigência feita pelos britânicos.

*Vista do largo do Paço Imperial pelo porto do Rio de Janeiro (século XIX), gravura de Thierry Frères. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (RJ). O palácio no canto esquerdo da gravura era a residência do governador da capitania. Com a transferência da corte, a construção foi reformada para abrigar a família real. Pouco depois, D. João recebeu como presente de um mercador de escravos a Quinta da Boa Vista, local transformado em residência real em 1816.*



## ◆ A cidade da corte

Estabelecida a sede da monarquia portuguesa no Rio de Janeiro, o príncipe regente substituiu a engrenagem administrativa colonial por um verdadeiro aparelho de Estado.

O Rio de Janeiro passou a contar com estruturas típicas de capital, como a Biblioteca Real, o jornal *Gazeta do Rio de Janeiro* (primeiro a ser editado no Brasil) e diversos setores de prestação de serviços antes inexistentes.

A permanência da corte no Rio de Janeiro propiciou a divulgação de novos hábitos e padrões de consumo até então desconhecidos pela elite local. Surgiram casas comerciais especializadas na venda de artigos de luxo europeus e artefatos para uso doméstico, como mostra o relato deste viajante:

“Há relativamente muito mais luxo aqui do que nas mais importantes cidades da Europa. Com dinheiro compram-se artigos da moda, franceses e ingleses; em suma, tudo. O mundo elegante veste-se, como entre nós, segundo os últimos modelos de Paris [...]”

O comércio por atacado e a varejo é bastante ativo, sobretudo com a Inglaterra. [...] Os bons artigos ingleses e franceses são às vezes mais baratos do que em Berlim, tal a abundância e a variedade [...] com que suprem este mercado. [...] Existem armarinhos em profusão, especialmente nas pequenas ruas, em que cada casa, quase, é uma loja melhor sortida que a vizinha [...]. Há também comerciantes de gravuras, mas aqui não vi livreiros.”

LEITHOLD, Theodor von; RANGO, Ludwig von. *O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819*. São Paulo: Nacional, 1966. p. 28-48.

Disponível em <[www.brasiliana.com.br/obras/o-rio-de-janeiro-visto-por-dois-prussianos-em-1819](http://www.brasiliana.com.br/obras/o-rio-de-janeiro-visto-por-dois-prussianos-em-1819)>. Acesso em 10 mar. 2016.

Além disso, a iniciativa de particulares foi essencial para a transformação urbana e arquitetônica do Rio de Janeiro. Apesar das transformações significativas no Rio de Janeiro, muitos problemas foram agravados pelo rápido aumento populacional. As condições da cidade eram precárias: sistema de esgoto inexistente (o que provocava mau cheiro e facilitava a proliferação de doenças), escassez de água, alimentos, moradia para a maioria da população, entre outras. Em 1808, havia sete chafarizes para distribuição de água na cidade, concentrados na região da Tijuca. Os escravos conhecidos como aguadeiros, que caminhavam até eles ou ao rio para pegar água, eram os principais agentes do abastecimento hídrico da corte.

ROBERTO FILHO/FOTARENA



Fachada da Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro, no Jardim Botânico. Rio de Janeiro (RJ). Foto de 2015.

A Escola de Belas Artes, fundada em 1816, teve seu prédio demolido no século XX. No entanto, a fachada original foi preservada e remontada no Jardim Botânico.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, RIO DE JANEIRO

As camadas mais ricas da sociedade, procurando reproduzir o estilo de vida da corte, ocuparam regiões próximas à residência real até o Real Horto (atual Jardim Botânico).

## Os custos da corte

Com a transferência da família real para a América, novas taxas foram criadas para cobrir as despesas com a corte, o que causou revolta entre os colonos. Uma das taxas cobria as despesas com a iluminação pública no Rio de Janeiro, outra, paga anualmente, destinava-se à reconstrução de Portugal após a invasão de Napoleão.

## Insurreição Pernambucana

A presença de portugueses na colônia, a partir de 1808, e as inúmeras regalias por eles conquistadas foram alguns dos motivos que levaram à insurreição de 1817 em Pernambuco. Se para os **reinóis** sobravam privilégios, para a elite agrária restavam apenas cobranças.

Somou-se a tal situação uma recessão da economia local provocada pelas flutuações dos preços do algodão e do açúcar, além da queda da produção em decorrência da seca que assolava o Nordeste desde 1816. Em contrapartida, os comerciantes portugueses continuavam a controlar as atividades de importação e exportação, provocando o endividamento e a dependência dos grandes proprietários. O preço dos escravos, por exemplo, estava cada vez mais alto. Além disso, o déficit do Estado português levou o governo de D. João a impor taxações consideradas abusivas.

Essa conjuntura criou um quadro de tensão e indignação na aristocracia agrária e entre os homens livres pobres. A difusão das ideias iluministas, principalmente entre os membros do clero, combinadas ao forte sentimento antilusitano fez eclodir o movimento em março de 1817, que se propagou para outras áreas nordestinas, como Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e parte do Ceará.

## Governo Provisório

O movimento, de caráter separatista, proclamou a república e organizou um Governo Provisório responsável pela elaboração de uma **Lei Orgânica** com base nos princípios iluministas de liberdade de consciência, de imprensa e de culto, bem como na tese da soberania popular. O governo republicano era constituído por cinco membros, moderados e radicais, nos moldes do Diretório da França (1795). Os revoltosos também criaram um Conselho de Estado, convocaram uma Assembleia Constituinte, em que expressaram alguns princípios do liberalismo e estabeleceram uma série de medidas, como o aumento dos soldos de oficiais e soldados, o fim de alguns impostos e a apreensão das propriedades dos negociantes que fugiram por causa da revolução.

A questão da escravidão causava divergência entre os rebeldes: uma parte defendia a abolição e a participação dos escravizados na luta contra as forças realistas, enquanto a outra defendia a escravidão e temia uma rebelião escrava como no Haiti. Para tentar amenizar a situação, o Governo Provisório proclamou a defesa da abolição “lenta, regular e legal” da escravidão, decisão que não foi suficiente para pôr fim às divergências.

Enquanto os rebeldes buscavam apoio em outras capitanias, na Bahia e no Rio de Janeiro se organizava a repressão. Uma série de confrontos ocorreu entre os sublevados e as forças oficiais, até que, em maio de 1817, os insurretos foram vencidos.

**Reinóis:** naturais do reino.

**Lei Orgânica:** durante o governo insurreto em Pernambuco, essa lei delimitava os poderes do Governo Provisório até a elaboração de uma Constituição.

Frei Caneca foi um dos principais líderes da Revolução de 1817. Com o fracasso do movimento, o religioso foi preso e enviado para Salvador, onde permaneceu até 1821.

*Alegoria da revolução de 1817. Detalhe do vitral do Palácio do Campo das Princesas, em Recife (PE). Foto de 2011.*



Alguns pesquisadores, como Lilia Moritz Schwarcz, na obra *A grande viagem da biblioteca dos reis* (São Paulo: Companhia das Letras, 2002), defendem que, com o fim da ameaça napoleônica e a definição dos termos para a manutenção das monarquias europeias após o Congresso de Viena, não haveria motivo para a corte portuguesa manter-se na colônia. Com a intenção de permanecer deste lado do Atlântico, D. João resolveu a questão elevando o Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves.

## ◆ Revolução Liberal do Porto

A transferência da capital do Império Português de Lisboa para o Rio de Janeiro gerou amargura e insatisfação na burguesia lusitana. Isso porque, após a derrota e a expulsão do Exército de Napoleão pelas forças luso-britânicas, Portugal passou a ser administrado por uma junta de governo britânica que prestava contas a D. João. Muitos dos que haviam permanecido na metrópole consideravam que Portugal fora relegado a uma posição secundária, principalmente quando o Brasil foi elevado à categoria de **Reino Unido a Portugal e Algarves**, por ocasião do Congresso de Viena (1814-1815).

Assim, por volta do ano de 1820, na cidade do Porto, iniciou-se um movimento revolucionário que apresentou como exigências básicas o imediato retorno do rei português para a Europa e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. A assembleia seria a responsável por elaborar uma nova Constituição para Portugal e, dessa forma, dar fim ao absolutismo monárquico.

As ideias revolucionárias espalharam-se rapidamente pelo país. A aprovação da sociedade ao movimento possibilitou a formação de um Governo Provisório encarregado de convocar as **Cortes** para dar início à elaboração da Constituição.

A **Revolução Liberal do Porto**, como ficou conhecida, apresentou aspectos contraditórios. O movimento deu início à passagem efetiva do absolutismo para a ordem liberal, mas acabou impulsionando a emancipação política do Brasil. Isso porque, ao tentar reduzi-lo à condição anterior à de 1808, as Cortes favoreceram o processo que daria fim ao jugo português na América.

## ◆ Retorno de D. João VI a Portugal

Diante das pressões das Cortes portuguesas, D. João VI retornou a Portugal no dia 25 de abril de 1821, deixando seu filho D. Pedro como príncipe regente do Brasil. Na colônia, a nova situação agradou àqueles que acreditavam ter chegado o momento de conquistar a autonomia política e econômica em relação a Portugal.

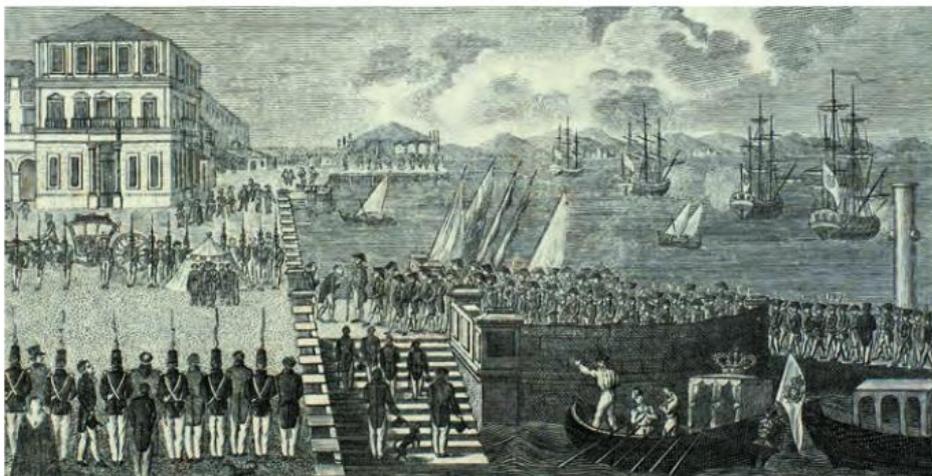
No entanto, logo que chegou a Portugal, D. João VI foi pressionado pelas Cortes lusitanas, que passaram a defender a aplicação de medidas cada vez mais duras em relação ao Brasil. A autonomia conquistada no período joanino estava ameaçada e uma ordem exigia o retorno imediato de D. Pedro a Portugal.

Solidários a D. Pedro, e temendo a perda dos privilégios conquistados desde 1808, segmentos da aristocracia brasileira manifestaram-se favoráveis ao não cumprimento das ordens de Lisboa.



*A Constituição defendida, o despotismo aterrado* (1822), gravura de Luís Antônio e Constantino de Fontes. Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa. Alegoria à Constituição portuguesa criada após a Revolução Liberal de 1820. O documento estabeleceu a divisão de poderes e o fim dos privilégios do clero e da nobreza. Observada pelo Olho da Providência, símbolo utilizado na maçonaria, a mulher com o escudo, que simboliza a nação portuguesa, triunfa sobre o despotismo.

**Cortes:** primeiro parlamento português constituído no modelo do liberalismo político. Convocado pelo povo, e não mais pelo rei. O sistema de votação na assembleia deixou de fundamentar-se na divisão da sociedade por ordens (clero, nobreza, povo).



Em março de 1816, quando faleceu a rainha Dona Maria, D. João assumiu de fato o governo português, embora só tenha sido aclamado rei em fevereiro de 1818.



Monumento a José Bonifácio. Largo São Francisco de Paula, Rio de Janeiro (RJ). Foto de 2016. Como vice-presidente da Junta Provisória de São Paulo, governo interino criado no contexto da Revolução do Porto, José Bonifácio de Andrada e Silva foi o mentor do documento que orientou a ação dos representantes do Brasil nas Cortes de Lisboa.

## ◆ Divergências entre as elites

Diante da pressão das Cortes portuguesas e dos demais acontecimentos que agitavam a política brasileira no início da década de 1820, a divisão de interesses acirrou-se no Brasil. Dois grupos, de correntes de opinião distintas, procuravam fazer valer seus interesses diante do contexto político português.

Os comerciantes portugueses, interessados na manutenção dos privilégios concedidos pela estrutura colonial, burocratas e membros do alto escalão do Exército defendiam o retorno de D. Pedro a Portugal. Conhecido como "**Partido Português**", ainda que não se constituísse como um partido político, o grupo defendia a implantação de **medidas recolonizadoras**.

Já os burocratas, comerciantes, grandes proprietários de terras, advogados e investidores urbanos, nascidos no Brasil ou em Portugal – que se beneficiaram com as mudanças na economia e na política brasileiras desde a chegada de D. João em 1808 –, pretendiam que fosse respeitada a igualdade política e jurídica concedida com a elevação do Brasil a Reino Unido em 1815 e opunham-se à subordinação à metrópole. A liberdade de comércio e a redução dos tributos eram os principais objetivos do grupo, conhecido como "**Partido Brasileiro**".

### Deputados brasileiros em Lisboa

Nas Cortes discutia-se a subordinação das províncias brasileiras ao governo de Lisboa. Enquanto os deputados portugueses defendiam a restauração dos padrões do sistema colonial, os representantes das províncias brasileiras divergiam entre si. Os deputados de algumas delas, como o Grão-Pará, preferiram ligar-se ao governo de Lisboa; outros defendiam relações de igualdade entre os reinos do Brasil e de Portugal.

## ◆ A independência do Brasil

A intenção das Cortes portuguesas entrava em confronto com os interesses dos liberais brasileiros, que de início tinham visto a Revolução do Porto como uma promessa de maior liberdade política e econômica. A ameaça de recolonização contribuiu para que fossem tomadas medidas para manter D. Pedro no Brasil.

No dia 9 de janeiro de 1822, D. Pedro recebeu uma petição pública com 8 mil assinaturas, conhecida como **Petição do Fico**, pela qual os brasileiros pediam ao príncipe regente que ficasse no Brasil e apoiasse a consolidação da independência. Aceitando um pacto de compromisso com os brasileiros, D. Pedro decretou que nenhuma ordem que viesse das Cortes portuguesas poderia ser cumprida no Brasil sem sua autorização.

A agitação crescia no Rio de Janeiro. Um decreto preveniu que todas as tropas vindas de Portugal seriam "recebidas com hostilidade". Finalmente, em 7 de setembro de 1822, D. Pedro oficializou a independência do Brasil. Em dezembro do mesmo ano foi coroado imperador.

A Petição do Fico não foi um abaixo-assinado popular, e sim uma ampla articulação dos grupos políticos da época e das elites agrárias.

## ◆ O Primeiro Reinado

O Estado brasileiro nasceu comprometido com a preservação dos privilégios de um segmento social elitista, que viu na permanência da monarquia uma maneira de manter suas vantagens sociais, políticas e econômicas e de se ver livre da ameaça da fragmentação política e territorial do país.

Após a emancipação política do Brasil, a organização do Estado tendeu para uma monarquia constitucional de caráter autoritário, nos moldes daquelas que a Europa conheceu após o Congresso de Viena. Aliado ao grupo conservador, D. Pedro tomou medidas destinadas a manter no Brasil um liberalismo moderado, que garantisse a soberania do monarca sobre os representantes do Estado. Por sua vez, os constituintes empenhavam-se em concluir o projeto de uma Constituição fundamentada nas ideias iluministas, que oficializava juridicamente a ruptura com a antiga metrópole. Em paralelo, negociavam o reconhecimento internacional da independência brasileira, contando com o apoio dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, ambos interessados nas relações comerciais com o jovem Estado.

Somente em 1825 Portugal reconheceu a independência de sua ex-colônia, mediante uma indenização de 2 milhões de libras, pagas por meio de um empréstimo fornecido pelos britânicos. Sobre a transição da independência, a historiadora Emília Viotti da Costa comentou:

“Depois da independência, as fórmulas amplas e universalizantes do liberalismo **retórico** foram definidas nos seus termos concretos, ficando evidentes os seus limites. A partir de então, ficaria claro para quem e por quem tinha sido o país feito independente. Para as elites que tiveram a iniciativa e o controle do movimento, liberalismo significava apenas liquidação dos laços coloniais. Não pretendiam reformar a estrutura de produção nem a estrutura da sociedade. Por isso a escravidão seria mantida, assim como a economia de exportação. Por isso o movimento de independência seria menos antimonárquico do que anticolonial, menos nacionalista do que antimetropolitano. Por isso também a ideia de separação completa de Portugal só se configurou claramente quando se revelou impossível manter a dualidade das coroas e, ao mesmo tempo, preservar a liberdade de comércio.”

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 8. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007. p. 39.

**Retórico:** referente à retórica, arte de argumentar bem para persuadir o interlocutor. Também usado no sentido pejorativo para indicar formulações ornamentadas e vazias.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL - RIO DE JANEIRO



*Aclamação de D. Pedro I como imperador do Brasil no dia 12 de outubro de 1822 (século XIX), gravura de Félix-Émile Taunay. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (RJ).*



CÂNDIDO NETO/OPÇÃO BRASIL IMAGENS

Memorial da Batalha do Jenipapo. Campo Maior (PI). Foto de 2014. O episódio é lembrado e comemorado até hoje no Piauí.

## ◆ Resistências internas à independência

O período que se seguiu à independência foi marcado por grandes agitações políticas. Tradicionalmente, os conflitos que se seguiram ao dia 7 de setembro foram vistos como extensão da luta contra o domínio colonial português. No entanto, alguns estudos mais recentes consideram essas revoltas uma reação ao centralismo político estabelecido com a independência.

Em Pernambuco, no Grão-Pará e no Maranhão, por exemplo, a independência não teria representado um avanço em relação ao domínio colonial, mas um retrocesso. Isso porque, com a criação das Juntas Provisórias de Governo, leis à Revolução do Porto, as províncias haviam conquistado alguma autonomia. Assim, mesmo representando um poder oligárquico, as juntas eram consideradas uma forma de governo mais progressista que o modelo absolutista do Império de D. Pedro I.

Recusando-se a reconhecer o governo do Rio de Janeiro, províncias como Maranhão e Grão-Pará optaram por permanecer ligadas às Cortes de Lisboa. Alguns estudiosos defendem que a resistência dessas províncias se explica pela maciça presença e intervenção de militares e altos funcionários portugueses ligados a Portugal. Outros contestam a suposta divisão entre portugueses e brasileiros, alegando que não havia ainda um sentimento de nação opondo os nascidos no Brasil aos vindos de Portugal. Os interesses por cargos públicos e pela manutenção de privilégios é que teriam sido decisivos.

## Guerra e independência

A violenta guerra que tomou conta da província da Bahia teve início alguns meses antes da independência do Brasil e se estendeu até julho de 1823. As tropas de D. Pedro I eram compostas de voluntários, geralmente homens brancos pobres e lavradores, mercenários estrangeiros, além de escravos e negros libertos. A maioria dos escravos que participaram das guerras de independência na Bahia foi confiscada e recrutada à força ao serviço militar. Após intensos conflitos, as tropas imperiais venceram os portugueses no dia 2 de julho de 1823, que se tornou a data de **independência da Bahia**.

A **Batalha do Jenipapo**, ocorrida no dia 13 de março de 1823, às margens do Rio Jenipapo, na atual cidade de Campo Maior, no Piauí, foi outro confronto que envolveu partidários da independência do Brasil e setores que preferiam manter-se unidos a Portugal. Nessa data, sertanejos piauienses, armados com instrumentos de trabalho e apoiados por habitantes do Maranhão e do Ceará, venceram, depois de longo conflito, as tropas portuguesas encarregadas de manter o norte da ex-colônia fiel a Portugal.

Centro histórico de Belém (PA). Foto de 2013. A província do Grão-Pará se manteve ligada ao governo de Lisboa até agosto de 1823, quando, em meio a diferentes projetos políticos para a região e à pressão militar imperial, o governo da província aderiu ao Império.



FABIO COLOMBINI

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

## ◆ Constituição de 1824

Iniciados os trabalhos da Assembleia Constituinte em 1823, duas concepções diferentes apontavam para caminhos opostos: a primeira delas defendia que a soberania residia no Estado, representada pelos deputados eleitos pelos cidadãos; a outra, que essa soberania era partilhada entre o imperador e a Assembleia.

O **anteprojeto** constitucional limitava os poderes do imperador, ao mesmo tempo que assumia um caráter nitidamente elitista, mantendo o voto censitário para as futuras eleições. Além disso, também isentava os atos dos deputados constituintes da sanção de D. Pedro I. Isso desagradou ao imperador, que dissolveu a Assembleia Constituinte e nomeou um Conselho de Estado, composto de portugueses, para redigir uma nova Constituição. Em 25 de março de 1824, o imperador outorgou a primeira Constituição do país.

A **Constituição outorgada** estabelecia como forma de governo uma **monarquia constitucional**, hereditária e representativa. Nessa estrutura unitária e centralizada, as províncias não tinham autonomia política e eram administradas por presidentes escolhidos pelo imperador. O Estado brasileiro estava organizado em quatro poderes: Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador. Esse último era exercido exclusivamente pelo imperador, que tinha amplas atribuições, entre as quais o poder de dissolver a Câmara dos Deputados, nomear e demitir juizes e assinar tratados internacionais. O imperador poderia ser auxiliado por um Conselho de Estado.

O corpo legislativo era constituído de um sistema bicameral: um Senado vitalício e uma Câmara de Deputados eleita pelo **voto censitário**. O sistema de voto era indireto, dividido em dois momentos. Na primeira fase (eleições primárias), os cidadãos brasileiros que tivessem a renda anual fixada na lei escolhiam o corpo eleitoral, que, numa segunda fase, elegeria os deputados e senadores.

A Igreja Católica permaneceu como religião oficial, e era permitido o culto a outras crenças religiosas apenas em ambiente doméstico. Por meio do regime de **Padroado**, o imperador podia nomear os bispos e outros membros da hierarquia eclesiástica.

A Constituição de 1824 vigorou até o final do Império. Ela conservou algumas disposições discutidas em seu anteprojeto e teve caráter contraditório. Ao mesmo tempo que mantinha, em linhas gerais, as influências do liberalismo, apresentava traços marcantes de autoritarismo, por meio do Poder Moderador, que centralizava importantes decisões na figura do monarca.



*Retrato de D. Pedro I (1826), pintura de Manuel de Araújo Porto Alegre. Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro (RJ). Com a mão direita, o imperador segura a Constituição outorgada em 1824. Ao fundo, vemos os portões do Paço de São Cristóvão, residência da família real.*

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL - RIO DE JANEIRO

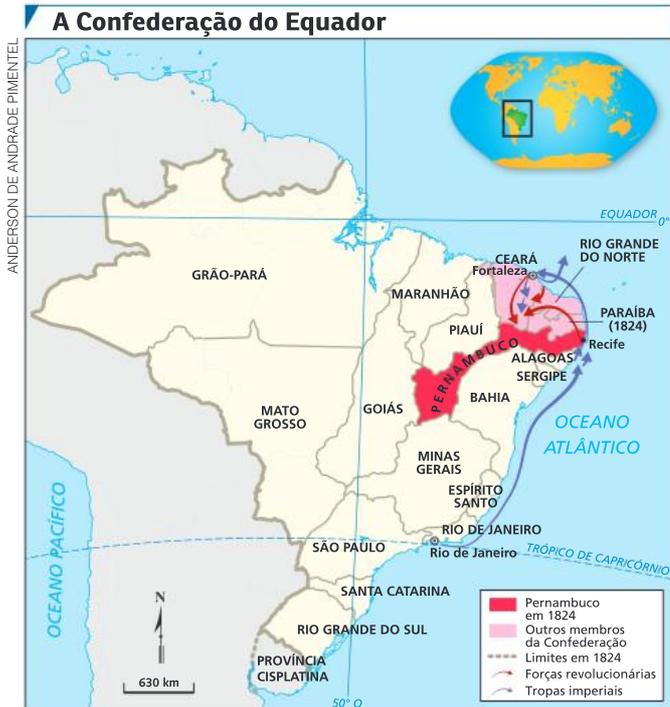
Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

### ▶ Direitos políticos no Império

A Constituição de 1824 garantia o direito ao voto apenas aos homens maiores de 25 anos que tivessem uma renda mínima de 100 mil réis anuais. Criados, escravos, religiosos, mulheres e indígenas estavam excluídos do **sufrágio**.

**Anteprojeto:** proposta inicial que contém as diretrizes básicas de um futuro projeto; esboço de um projeto.

**Sufrágio:** voto em uma eleição.



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL

## ◆ Confederação do Equador

A dissolução da Constituinte em 1823 provocou uma forte insatisfação nas províncias do Nordeste, principalmente em Pernambuco. Além das divergências políticas, as dificuldades enfrentadas pela região em decorrência da queda do valor do açúcar e do algodão, dos elevados impostos e do aumento do preço dos escravos e dos gêneros alimentícios motivaram a eclosão de uma violenta reação contra o poder imperial.

O estopim para a revolta ocorreu pela imposição de um governador para a província. Em 2 de julho de 1824, os rebeldes, liderados por Frei Caneca e Manoel de Carvalho Paes de Andrade e apoiados pela aristocracia rural, proclamaram a **Confederação do Equador**, que seria uma república nos moldes dos Estados Unidos. O movimento conseguiu o apoio de amplos setores, a adesão das províncias do Ceará, da Paraíba e do Rio Grande do Norte e o apoio do Piauí.

Jornais como o *Typhis Pernambucano* (lançado por Frei Caneca) e o *Sentinela da Liberdade* (dirigido por Cipriano Barata) desempenharam papel fundamental na divulgação das ideias dos confederados. A defesa por alguns rebeldes do fim do tráfico negreiro para o Recife e a adesão das camadas populares, no entanto, levaram a elite agrária a afastar-se do levante. Enfraquecidos, os rebeldes não conseguiram resistir às tropas imperiais. Um tribunal orientado por D. Pedro I prendeu, julgou e condenou à morte os principais líderes da rebelião, entre eles Frei Caneca.

Nas províncias do Maranhão, Alagoas, Bahia e Grão-Pará, alguns setores da sociedade apoiaram a Confederação do Equador, mas foram rapidamente reprimidos pelos governantes. Os núcleos mais consistentes que conseguiram implantar governos republicanos foram Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba e parte do Piauí.

Fonte: *IstoÉ Brasil 500 anos: atlas histórico*. São Paulo: Três, 1998. p.50.

## ◆ Guerra da Cisplatina

Outro conflito que agravou a situação política e econômica do governo de D. Pedro I foi a **Guerra da Cisplatina**. A Banda Oriental, território que integrava a América espanhola, foi invadida por tropas luso-brasileiras durante o governo de D. João VI e anexada ao Reino Unido de Portugal e Brasil em 1821, com o nome de Província Cisplatina. No entanto, os cisplatinos não aceitaram o domínio luso-brasileiro.

Em 1825, os cisplatinos uniram-se à República das Províncias do Rio da Prata (atual Argentina), contrariando os interesses do governo brasileiro. Em resposta, D. Pedro I declarou guerra ao governo de Buenos Aires. O conflito estendeu-se até 1828, quando foi reconhecida a independência definitiva da Província Cisplatina, que passou a se chamar República Oriental do Uruguai.

As bandeiras brasileira, argentina e britânica evocam a participação desses três países no processo de independência da República Oriental do Uruguai. Com o fim da Guerra Cisplatina, as negociações de paz contaram com a mediação da Grã-Bretanha. A Convenção Preliminar de Paz (1828), firmada ao final da guerra, exigia que a Constituição uruguaia fosse aprovada pelos governos de Buenos Aires e do Rio de Janeiro.

*Juramento da Constituição do Uruguai em 18 de julho de 1830 (1872)*, pintura de Juan Manuel Blanes. Museu Histórico Nacional, Montevideu, Uruguai. A população reunida em Montevideu comemora a aprovação da Constituição da República Oriental do Uruguai.

► Muitas bandeiras uruguaianas aparecem estendidas, enquanto no palanque central foram representadas as bandeiras da Marinha Mercante Britânica, do Império do Brasil e das Províncias Unidas do Rio da Prata. Por que o pintor retratou essas três bandeiras?



ORONCZALBUM/LATINSTOCK - MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, MONTEVIDEU

## ◆ Crise e abdicação de D. Pedro I

A Guerra da Cisplatina, além de ter custado várias perdas humanas, também provocou enormes perdas financeiras, o que gerou descontentamento popular e desgastou ainda mais a figura de D. Pedro I.

Somados aos custos da Guerra da Cisplatina e da repressão à Confederação do Equador, outros fatores contribuíram para desestabilizar o governo de D. Pedro I. O volume crescente de produtos importados encontrados no território do Brasil, principalmente os de origem britânica, atestava o aumento das importações brasileiras em detrimento das exportações. O desequilíbrio na balança comercial do novo Estado levou o governo imperial a recorrer a empréstimos externos com a Grã-Bretanha, agravando ainda mais a crise econômica do período.

A agricultura, base de sustentação da economia brasileira, enfrentava uma situação crítica em razão da concorrência internacional e das questões internas, como a baixa inovação nas técnicas de produção e a falta de capitais. As camadas populares eram as mais afetadas pela crise econômica e pelo aumento de preços dos produtos de consumo básico, o que elevou a impopularidade de D. Pedro I.

A imagem do imperador também se desgastou em razão do assassinato do jornalista Líbero Badaró – que era um opositor público do autoritarismo do Império –, em novembro de 1830, em São Paulo. No início do ano seguinte, em viagem a Minas Gerais, D. Pedro I foi recebido com hostilidade na província. Irritado, retornou ao Rio de Janeiro. Lá, os portugueses prepararam-lhe uma grande recepção, o que desagradou profundamente aos brasileiros. Esse acontecimento culminou na **Noite das Garrafadas**, quando os dois grupos enfrentaram-se pelas ruas da cidade.

Com seu espaço político cada vez mais reduzido no Brasil e interessado em intervir diretamente na sucessão monárquica portuguesa, D. Pedro I abdicou, em 7 de abril de 1831, em favor do filho, Pedro de Alcântara, na época com 5 anos. A abdicação significou uma vitória para os setores agrários e outros grupos sociais que se proclamavam adeptos do “liberalismo”. Como estabelecia a Constituição de 1824, no caso de menoridade do herdeiro do trono, assumiu o governo brasileiro uma Regência provisória, eleita pela Assembleia Geral.



ACERVO DO MUSEU IMPERIAL -  
IBRAM - MINC, PETRÓPOLIS

Coroa imperial de D. Pedro I. Obra de Manuel Inácio de Loiola (1822). Acervo do Museu Imperial - Ibram - MinC. Petrópolis (RJ). Os brilhantes da peça foram aproveitados para confeccionar a coroa de D. Pedro II.

Aclamação de D. Pedro II no Rio de Janeiro, 7 de abril de 1831. Gravura de Jean-Baptiste Debret publicada na obra *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil* (1835). Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (RJ).



## Texto complementar



### Debret e as imagens sobre a escravidão

Após o Congresso de Viena, ministros portugueses negociaram a vinda de um grupo de artistas franceses para o Brasil. Com a fundação da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, em 1816, visava-se estimular o ensino das artes no reino. Entre os membros da chamada "Missão Francesa", Jean-Baptiste Debret, artista que retratou inúmeras cenas do cotidiano, ganhou destaque com seu olhar particular sobre a vida no Rio de Janeiro.

"[D]entre todos os aspectos da vida fluminense, o que certamente mais a diferenciava de uma cidade europeia era a existência generalizada da escravidão. De um total de 79.321 pessoas, 45,6% trabalhavam como escravos no Rio de Janeiro. [...] quase todos os serviços urbanos eram executados por escravos [...]. Debret assinalava que 'tudo se assenta, pois, neste país, no escravo negro [...]'.

No Rio de Janeiro, porém, o trabalho escravo tinha particularidades que determinavam sua presença tão marcante na cidade. Alugados a terceiros ou realizando tarefas por jornada para seus senhores, os negros tinham a praça pública como seu ambiente de trabalho [...]. Incumbidos por seus donos de uma enorme variedade de tarefas, esses negros de ganho precisavam em geral prestar conta de seu trabalho apenas ao fim do dia, quando deveriam entregar-lhes uma soma preestabelecida. Sem dúvida, esse tipo de atividade concedia-lhes uma liberdade de movimento significativamente maior que a dos escravos rurais. [...] A diversidade das ocupações, de etnias, vestimentas e costumes, a possibilidade de encontros, danças, realização de cerimônias religiosas, enfim, o cadenciamento de seu ritmo de vida, tudo isso dava à vida da cidade um colorido particular. [...]

Por certo, essa vivacidade da cena urbana não encontrava correspondência na estrutura da sociedade. Os negros care-

ciam de todos os direitos, e, embora pudessem pôr de lado alguns trocados, apenas raramente conseguiam comprar sua liberdade. A qualquer momento, a dinâmica da economia podia jogá-los a um trabalho incomparavelmente mais árduo. A mobilidade social tampouco era uma realidade.

[...] os desenhos realizados para compor futuramente a *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil* [...] revelam o esforço de Debret para ultrapassar seu dilema brasileiro, fazendo uma arte que mantivesse um vínculo com a realidade do país, sem perder de vista a dimensão crítica da postura ética neoclássica. [...] Nas cenas urbanas [...] o Rio de Janeiro adquiria uma feição variada [...]."

NAVES, Rodrigo. *A forma difícil: ensaios sobre arte brasileira*. São Paulo: Ática, 1996. p. 69-73.



MUSEUS CASTRO MAYA, RIO DE JANEIRO

Os refrescos do largo do palácio. Gravura de Jean-Baptiste Debret publicada na obra *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil* (1835). Museu Castro Maya, Rio de Janeiro (RJ).

### Compreendendo o texto

Registre as respostas em seu caderno.

1. Que aspectos da cidade do Rio de Janeiro eram destacados nas gravuras de Jean-Baptiste Debret? Justifique utilizando trechos do texto.
2. Quais diferenças o autor do texto estabelece entre o cotidiano dos escravos que traba-

- lhavam na lavoura e o dos escravos urbanos que viviam no Rio de Janeiro?
3. Qual é a importância das gravuras de Debret para o estudo do período joanino? Essas gravuras podem ser interpretadas como retratos fiéis de um tempo histórico? Justifique.

## Explorando o conhecimento

1. Por conta da crise econômica em Portugal, na segunda metade do século XVIII, o ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marquês de Pombal, tomou uma série de medidas que visavam
  - a) favorecer a autonomia das capitanias coloniais e incentivar a liberdade de comércio.
  - b) incentivar as tradições culturais das comunidades indígenas na América portuguesa.
  - c) a criação de manufaturas nos domínios coloniais portugueses cuja produção era voltada ao mercado internacional.
  - d) reforçar o controle sobre os produtos coloniais, aumentando impostos e criando uma estrutura administrativa e fiscal mais sólida.
  - e) realizar uma ampla reforma educacional abolindo os princípios iluministas do ensino e privilegiando a filosofia escolástica da Companhia de Jesus.
2. “Dez escravos foram presos e incluídos na Devassa realizada pelo desembargador do Tribunal da Relação na Bahia [...]. Escutando conversas e frases sobre ‘uma revolução’ que proclamaria a ‘república bairrada’; entendendo que podiam conquistar a liberdade e a igualdade que não tinham [...] pardos, forros e livres, filhos e netos de escravos, e escravos crioulos (escravos nascidos no Brasil), detiveram-se no que lhes tocava mais diretamente: libertarem-se da escravidão, da miséria e dos maus-tratos que viviam e da total discriminação [...] que sofriam.”

TAVARES, Luís Henrique Dias. *Da sedição de 1798 à revolta de 1824 na Bahia*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Unesp, 2003. p. 86-87.

Identifique a alternativa **correta** sobre a Conjuração Baiana (1798).

- a) A sedição na Bahia consistiu numa revolta pela abolição da escravidão que contou com a participação exclusiva de forros e escravos.
  - b) A conspiração na Bahia teve um caráter nitidamente elitista, pois todos os conjurados eram contratadores que haviam estudado nas universidades europeias.
  - c) O principal objetivo da conjuração era a abolição da escravidão, reivindicação apoiada por forros, escravos, comerciantes, militares, intelectuais e todos aqueles envolvidos no movimento.
  - d) A questão da escravidão dividiu os revoltosos na Bahia: muitos forros, escravos e comerciantes defendiam o fim da escravidão, mas o medo de uma revolta popular afastou intelectuais e outros conjurados.
- e) Os ideais abolicionistas defendidos na Conjuração Baiana alastraram-se entre os escravos das províncias do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Piauí, entusiasmando diversos setores da sociedade.
3. Redija um pequeno texto sobre a Insurreição Pernambucana de 1817, considerando:
    - Os fatores responsáveis pela eclosão do movimento.
    - Os grupos sociais que participaram da insurreição.
    - Os principais objetivos e desfecho.
  4. Leia o texto com atenção. Em seguida, responda às questões.
 

“Fazer as malas, zarpar rumo ao Brasil e lá estabelecer um império não era ideia nova. O traslado da família real para essa colônia pairava como uma possibilidade acalentada há tempos e sempre ventilada nos momentos em que a realeza portuguesa sentia-se ameaçada em sua soberania. [...]”

[...] o tempo era curto, a viagem longa e cheia de imprevistos. Era a primeira vez que uma casa real cruzava o Atlântico e tentava a sorte afastada do continente europeu. [...] No cais de Belém [...] acorreram milhares de pessoas, com suas bagagens e caixotes, isso sem esquecer de toda a burocracia do Estado e das riquezas que viajavam com o rei. [...] O tom geral era de nervosismo e destemperio. [...]

As descrições sobre o embarque de D. João são em geral tão dramáticas quanto contraditórias. [...] Outros relatos ainda insistem na insensatez do embarque [...] com a única frase lúcida emitida pela rainha, a esta altura, demente: ‘Não corram tanto ou pensarão que estamos fugindo’. Não é o caso de multiplicar as narrativas desse momento, carregadas de adjetivações e muita imaginação. No entanto, em tempos de rachadura do absolutismo, a representação parecia anunciar o fim de uma era [...].”

SCHWARCZ, Lília Moritz. O dia em que Portugal fugiu para o Brasil. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 21 set. 2007. Disponível em <[www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/o-dia-em-que-portugal-fugiu-para-o-brasil](http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/o-dia-em-que-portugal-fugiu-para-o-brasil)>. Acesso em 11 mar. 2016.
- a) Por que a monarquia portuguesa considerava sua “soberania ameaçada” no início do século XIX?
  - b) Tendo como base o contexto histórico relacionado ao trecho, explique a afirmação: “em tempos de rachadura do absolutismo, a representação parecia anunciar o fim de uma era”.
  - c) Cite e explique três transformações ocorridas na colônia com a chegada de D. João.

CONECTANDO COM A ARTE

5. Observe com atenção o detalhe da pintura de François-René Moreaux, que representa a independência do Brasil, e responda às questões.

MUSEU IMPERIAL, PETRÓPOLIS



Proclamação da Independência do Brasil (1844), de François-René Moreaux. Museu Imperial, Petrópolis (RJ).

- Descreva os elementos que compõem a pintura. Quais as sensações transmitidas pela obra?
- As figuras representam, com exatidão, a composição da população do Brasil à época da independência? Como essas figuras são retratadas?
- Que contrastes podemos apontar em relação ao processo de independência do Brasil estudado neste capítulo e o modo como a independência foi retratada na pintura?

Pensando criticamente

CONECTANDO COM A FILOSOFIA

- Os ideais iluministas influenciaram os líderes da Conjuração Mineira. No entanto, muitos deles eram senhores de escravos. Explique a contradição existente nessa situação.
- “É princípio conhecido pelas luzes do presente século, e até confessado por S. M., que a soberania, isto é, aquele poder sobre o qual não há outro, reside na nação essencialmente; [...] a mesma nação é quem se constitui, isto é, quem escolhe a forma do governo [...]; logo, é sem questão que a mesma nação, ou pessoa de sua comissão, é quem deve esboçar sua Constituição. [...] portanto, como S. M. I. não é nação, não tem soberania [...] para arranjar esboços de Constituição e apresentá-los, não vem este projeto de fonte legítima, e por isso se deve rejeitar por exceção de incompetência. [...] principalmente quando vemos que estava a representação nacional usando da sua soberania em constituir a nação, e S. M. pelo mais extraordinário despotismo e de uma maneira, a mais

hostil, dissolveu a soberana assembleia e se arrogou o direito de projetar constituições.”

Frei Caneca. Manifesto. Reunião popular no Recife para deliberar-se sobre o juramento do projeto de Constituição. 1824. *DHnet*. Disponível em <[www.dhnet.org.br/direitos/anthistbr/imperio/caneca\\_1824.htm](http://www.dhnet.org.br/direitos/anthistbr/imperio/caneca_1824.htm)>. Acesso em 12 mar. 2016.

Em seu manifesto, Frei Caneca:

- Opôs-se à dissolução da Assembleia Constituinte e ao juramento da Constituição outorgada por D. Pedro, em 1824.
- Criticou o despotismo de D. Pedro, defendendo a criação do Poder Moderador, que limitava a soberania do Imperador.
- Defendeu a soberania da nação e seus representantes, que deveriam amparar o regime constitucional. Ideais esses relacionados ao liberalismo.

É correto o que se afirma:

- no item I, apenas.
- no item III, apenas.
- nos itens I e III.
- nos itens II e III.
- em todos os itens.

Investigando

No final do livro, na seção Técnicas de Trabalho, há orientações para realização de pesquisas.

CONECTANDO COM A GEOGRAFIA

- Com a transferência da corte para o Brasil, casas da cidade receberam uma marca especial: “P. R.”. A sigla, Príncipe Regente, significava que o imóvel havia sido requerido por Sua Alteza Real como moradia para os membros da corte, e os moradores originais deveriam deixá-la. A população, contudo, deu uma nova tradução para a inscrição: “Ponha-se na Rua”.

As transformações na cidade do Rio de Janeiro, em 1808, implicaram a modernização de diversas estruturas, mas também transtornos para a população.

Em grupos, pesquisem se existe alguma remodelação em curso ou obra pública na região em que vivem e investiguem:

- O objetivo da obra e seus benefícios para a população local.
- O impacto de tal obra no meio ambiente da região.
- O papel da comunidade do entorno nas decisões sobre tais transformações.

Organizem o material numa apresentação, se possível com fotos e depoimentos sobre os impactos dessa mudança e exponham o resultado final para a turma.

S. M.: Sua Majestade. Também é utilizada no trecho a forma de tratamento S. M. I., que significa “Sua Majestade Imperial”.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

## Decifrando o Enem

Registre a resposta em seu caderno.

Um fragmento de texto historiográfico introduz a questão abaixo, sobre o processo de independência no Brasil.

(ENEM-MEC/2014)

“A transferência da corte trouxe para a América portuguesa a família real e o governo da metrópole. Trouxe também, e sobretudo, boa parte do aparato administrativo português. Personalidades diversas e funcionários régios continuaram embarcando para o Brasil atrás da corte, dos seus empregos e dos seus parentes após o ano de 1808.”

NOVAIS, F. A.; ALENCASTRO, L. F. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Os fatos apresentados se relacionam ao processo de independência da América portuguesa por terem

- a) incentivado o clamor popular por liberdade.
- b) enfraquecido o pacto de dominação metropolitana.
- c) motivado as revoltas escravas contra a elite colonial.
- d) obtido o apoio do grupo constitucionalista português.
- e) provocado os movimentos separatistas das províncias.

### Analizando

O trecho introdutório destaca acontecimentos relacionados à vinda da família real portuguesa para o Brasil: o Rio de Janeiro, transformado em sede do Império português, recebeu, além da nobreza lusitana, as instituições estatais e os respectivos funcionários. A cidade passou por significativas mudanças: crescimento brusco de sua população e alterações na paisagem urbana – com as novas construções destinadas a abrigar a corte e a administração lusitana. Casas comerciais estrangeiras (a princípio, somente as britânicas) instalaram-se no Rio de Janeiro, com significativo aumento do movimento no porto da cidade, favorecido pelo regime de liberdade comercial a partir de 1808. Além disso, o comércio interno, destinado ao abastecimento de gêneros alimentícios da capital, foi incrementado.

A permanência da família real e do aparato administrativo português significou, portanto, para as elites coloniais, novas oportunidades econômicas e cargos no aparato administrativo que aqui se instalara. Esses grupos, enraizados principalmente no centro-sul da colônia, foram os mais beneficiados pelas mudanças ocorridas após 1808 e terminaram por se articular em torno de D. Pedro em favor da ruptura entre o Brasil e Portugal em 1822.

De acordo com o enunciado, você deverá escolher a alternativa que apresenta, corretamente, uma decorrência das mudanças apontadas pelo texto introdutório, no contexto do processo de independência. Vamos analisar cada uma delas.

- Alternativa **a**: A separação definitiva entre colônia e metrópole atendia aos interesses dos grupos favorecidos pela permanência da corte portuguesa: elites agrárias e mercantis, que desejavam a continuidade do regime de liberdade de comércio, e aqueles que desejavam manter outros privilégios e cargos na corte e na burocracia do Estado.
- Alternativa **b**: A carta régia assinada pelo príncipe D. João, ainda na Bahia, aos 28 de janeiro de 1808, decretou a abertura dos portos do Brasil ao livre-comércio com as nações amigas. Dessa forma, ficou suprimido o monopólio do comércio estabelecido pelo pacto colonial.
- Alternativa **c**: Os levantes de escravos ocorridos na colônia não propunham ruptura dos vínculos entre a colônia e a metrópole. Liberdade, para eles, era o fim da escravidão.
- Alternativa **d**: Os constitucionalistas portugueses defendiam o fim do absolutismo em Portugal, a elaboração de uma Constituição e o retorno de D. João VI à Europa.
- Alternativa **e**: Movimentos de contestação ao governo português, como a Conjuração Mineira e a Conjuração Baiana, ocorreram antes da instalação da corte portuguesa no Brasil. A Insurreição Pernambucana, de caráter separatista, teve, entre seus fatores principais, a crise provocada pela queda nos preços do açúcar, aumento de impostos e a insatisfação com o controle do comércio pelos portugueses.

**Agora é com você!** Qual alternativa completa de maneira correta a frase do enunciado?

A alternativa correta é a letra **b**.

# A Europa do século XIX: revoluções liberais, nacionalismo e socialismo



THE ASAHI SHIMBUN/GETTY IMAGES

Jogadores e torcedores comemoram a classificação da seleção brasileira masculina de futebol para as quartas de final da Copa do Mundo, disputada no país em 2014. Belo Horizonte (MG), 28 de junho de 2014.

## ◆ Conversando sobre

1. Explique a afirmação da autora de que o uso do "nós" nos hinos nacionais faz o sentimento de pertencimento coletivo se sobrepor às diferenças existentes entre os membros de uma nação. Você concorda com ela? Justifique.
2. Relacione os seguintes trechos do texto: "na representação oficial 'esquecemos' a instituição escravocrata" e "A nação constrói tempos vazios e homogêneos, e amnésias coletivas fazem parte desse jogo político".
3. A foto desta abertura reforça ou contradiz os argumentos sobre a construção da nacionalidade presentes no texto? Justifique.

## A construção da nação

"[...] na representação oficial 'esquecemos' a instituição escravocrata – espalhada por todo o país – e exaltamos [...] a mestiçagem [que] de mácula se transforma na nossa mais profunda redenção. A partir de então a capoeira e o candomblé viram 'nacionais', do mesmo modo que o samba e o próprio futebol, o qual era destituído de sua identidade inglesa e se transformava – como em um passe de mágica – numa marca da brasilidade.

Nações são imaginadas, mas não é fácil imaginar. Não se imagina no vazio e com base em nada. Os símbolos são eficientes quando se afirmam no interior de uma lógica comunitária afetiva de sentidos e quando fazem da língua e da história dados 'naturais e essenciais'; pouco passíveis de dúvida e de questionamento. O uso do 'nós', presente nos hinos nacionais [...] faz com que o sentimento de pertença se sobreponha à ideia de individualidade e apague o que existe de 'eles' e de diferença em qualquer sociedade. [...]

A ideia da exclusão social e da violência [...] nunca fez parte de nossa 'imaginação nacional'. [...] A nação constrói tempos vazios e homogêneos, e amnésias coletivas fazem parte desse jogo político [...]."

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Imaginar é difícil (porém necessário).

In: ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*.

São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 16-17.

como o sentimento nacionalista, é uma construção. A nação é formada por uma base política e cultural aceita como verdadeira por certos grupos populacionais que compartilham algo comum, como a língua, que se sobrepõe às diferenças. A proposta é problematizar a "naturalidade" de qualquer nação com base no caso brasileiro, expondo o que historicamente foi valorizado e o que se omitiu como característica de brasilidade.

## ◆ A Europa após o Congresso de Viena

O Congresso de Viena, concluído em 1815, marcou o fim do processo que se iniciou em 1789, com a Revolução Francesa, e terminou com a queda de Napoleão Bonaparte. Liderado pelo Império Austríaco, por meio da destacada influência do príncipe Klemens von Metternich, o Congresso de Viena buscou restaurar a ordem absolutista que havia sido derrubada em vários países europeus durante o período napoleônico.

Por meio das resoluções do Congresso, o poder foi restituído aos monarcas em vários países europeus, assim como os privilégios e direitos da nobreza e do clero. A configuração do continente europeu e dos limites dos países que o compunham foi redefinida com o objetivo de equilibrar o poder entre eles (ver mapa no capítulo 7, página 122). Essa preocupação com a política externa europeia foi um dos eixos norteadores dos debates do Congresso, como mostra o texto a seguir:

“Determinado a pôr um fim no caos do período napoleônico e restaurar a estabilidade da Europa, Metternich queria devolver ao poder as famílias governantes depostas por mais de duas décadas de luta revolucionária. Também pretendia restabelecer o equilíbrio de poder na Europa, para que nenhum país estivesse em posição de dominar o continente, tal como fizera Napoleão. Não devia haver mais Napoleões **obliterando** Estados, derrubando reis e sonhando com a hegemonia europeia.”

PERRY, Marvin. *Civilização ocidental: uma história concisa*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 394-395.

**Obliterar:** destruir, eliminar algo.

Além de retomar a ordem existente antes da Revolução Francesa e equilibrar o poder entre os Estados europeus, os países envolvidos no Congresso também queriam conter movimentos sociais que pudessem pôr em risco a ordem restabelecida.

Apesar de todas as ações empreendidas pelos participantes do Congresso de Viena para promover o retorno da Europa à antiga ordem, algumas transformações econômicas, políticas e sociais eram tão profundas que não podiam ser revertidas: o processo de industrialização tinha avançado, o capitalismo havia se fortalecido e, com ele, a burguesia e os seus ideais. Além da burguesia, a classe trabalhadora também havia crescido e desenvolvido suas próprias demandas. A ascensão desses novos atores sociais alterou o panorama político da Europa do século XIX.



*O Congresso de Viena* (século XIX), gravura de Jean-Baptiste Isabey colorizada posteriormente. Para o príncipe austríaco Klemens von Metternich, a estabilidade europeia dependia da manutenção de governos monárquicos fortes e do respeito à ordem aristocrática. As ideias de Metternich direcionaram muitas das resoluções políticas em Viena.

## As revoluções de 1820

As revoluções liberais da década de 1820 foram a primeira reação à ordem restabelecida pelo Congresso de Viena e ocorreram, principalmente, nas regiões mais pobres da Europa, as quais tiveram menor participação nas decisões estabelecidas pelo Congresso.

Em Portugal, a revolta teve caráter liberal. Os portugueses exigiam uma constituição e o retorno à Europa da corte portuguesa, que estava no Brasil. Na Espanha e nos Estados italianos, os revolucionários lutavam, sobretudo, por constituições que limitassem o poder monárquico. Já na Grécia, o esforço era para tornar o país independente do Império Turco-Otomano. Os portugueses e os gregos obtiveram êxito: parte da corte portuguesa retornou ao país em 1821, ano do início da guerra pela independência grega, alcançada em 1828.

**Laicizar:** tornar laico, isto é, tornar o Estado independente da Igreja.

Além de exigir o retorno da família real a Portugal, as Cortes portuguesas aprovaram, em 1822, uma Constituição por meio da qual a monarquia constitucional foi instaurada no país. Estabeleceram-se os direitos e os deveres dos cidadãos, separou-se a religião do Estado e dividiu-se o poder político em Legislativo, Executivo e Judiciário. Essas medidas, entre outras, revelam a influência dos preceitos iluministas e liberais na elaboração desse documento, que vigorou no país até 1823. Em 1826, Dom Pedro IV (Pedro I do Brasil) assinou uma nova Constituição portuguesa, que manteve alguns preceitos liberais e iluministas, mas estabeleceu alguns privilégios relacionados ao Antigo Regime, como o Poder Moderador e o privilégio hereditário da nobreza, e a Igreja Católica como religião de Estado.

*A Liberdade viaja pelo mundo* (1798), pintura de Jacques Réattu. Museu Réattu, Arles, França. A alegoria da Liberdade foi utilizada muitas vezes para representar em imagens as ideias liberais provenientes do movimento iluminista.

## Liberalismo

As ideias liberais têm origem no iluminismo, movimento intelectual que se desenvolveu no século XVIII, especialmente na França. O liberalismo desenvolveu-se e consolidou-se ao longo dos séculos XVIII e XIX, desdobrando-se nos campos da política e da economia.

No plano econômico, os liberais pregavam a liberdade das atividades produtivas e comerciais, sem a interferência do Estado, que deveria ter como único papel garantir o direito de propriedade e a livre-iniciativa individual por meio de uma legislação criada para esse fim. No campo político, os adeptos do liberalismo contestavam o direito divino dos monarcas e os privilégios da nobreza e do clero. Enquanto alguns liberais desejavam a extinção do regime monárquico, outros pretendiam submeter as monarquias a constituições que representassem a vontade da sociedade. Além disso, os liberais pregavam a igualdade jurídica e o fim dos privilégios por nascimento, e alguns deles desejavam também a **laicização** do Estado.

Havia liberais reformistas e outros mais radicais, que formulavam e defendiam o liberalismo de modos diferentes. Independentemente das diferenças, suas propostas tinham em comum o fato de não incluírem demandas pela igualdade social e pela participação política de todas as camadas da população.

Apesar disso, as ideias liberais representaram um avanço em relação às do Antigo Regime e conquistaram adeptos em distintos setores da sociedade. Desse modo, as revoluções liberais que eclodiram no século XIX contaram com a participação da grande e da pequena burguesia, além das camadas populares de trabalhadores e pobres.

As diferentes forças políticas que participaram das revoluções liberais mantiveram-se em um constante estado de disputa durante todo o século XIX. Isso ocorreu, entre outros motivos, porque essas forças tinham propostas distintas para a sociedade. Os **conservadores**, ou restauradores, queriam manter a ordem absolutista. Já os **liberais**, com suas propostas variadas, defendiam, de maneira geral, a necessidade de acabar ou limitar o poder dos monarcas e garantir a liberdade das atividades produtivas e comerciais. Por fim, os **trabalhadores** e os integrantes das demais camadas pobres lutavam por melhores condições de vida.



ARCHIVES CHARMIET/BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL - MUSEU RÉATTU, ARLES

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

## ◆ Onda revolucionária na Europa no século XIX

A primeira onda revolucionária na Europa no século XIX ocorreu entre os anos de 1830 e 1848 e teve início na França, mas logo se expandiu por quase todo o continente. O movimento revolucionário francês começou com a deposição do rei Carlos X, que havia assumido o trono em 1824, após a morte de seu irmão Luís XVIII. O caráter conservador e as políticas absolutistas de Carlos X desagradaram alguns setores da população, sobretudo a burguesia, que se viu prejudicada por suas medidas.

Os levantes populares liderados pelos liberais contaram com a participação da pequena burguesia e dos trabalhadores franceses. Pressionado pelo movimento, Carlos X abdicou do trono, assumindo em seu lugar o rei Luís Filipe I. Esse monarca representava os interesses da alta burguesia, principalmente a financeira. Ao assumir o poder, Luís Filipe I reprimiu os grupos populares que haviam participado dos levantes, limitando as mudanças implementadas pela revolução àquelas que atendiam aos interesses da burguesia.

Praticamente na mesma época que a francesa, outras revoltas liberais ocorreram na Polônia, em alguns Estados alemães e italianos, na Suíça, em Portugal, na Espanha e até na Grã-Bretanha. Na Bélgica, a revolta liberal saiu vitoriosa, tornando o país independente da Holanda.

A onda revolucionária da década de 1830 na Europa contribuiu para tornar mais próxima a derrota dos aristocratas e a consolidação do poder burguês no plano político. Apesar da dura repressão sofrida pelos movimentos populares após as conquistas liberais, nesse período a classe operária tornou-se independente e se transformou em uma força política consciente de seus interesses.



*Defendendo uma barricada, 29 de julho de 1830 (século XIX), gravura francesa de autoria desconhecida. Museu Carnavalet, Paris, França. Em 1830, após três dias de luta nas barricadas em Paris, os revolucionários obrigaram o rei Carlos X a abdicar da Coroa francesa.*

**Barricada:** espécie de barreira construída com pedras, sacos de areia, pedaços de madeira, cavaletes e outros materiais para impedir o acesso a uma rua ou passagem. Utilizada para proteger os manifestantes da ação repressora contrária ao movimento.

## ◆ O Romantismo

Movimento sociocultural que predominou na Europa do final do século XVIII a meados do século XIX, o Romantismo inspirou participantes das ondas revolucionárias do período. O espírito romântico manifestou-se em novas formas de pensamento e de criação artística e literária.

Os românticos valorizavam o sentimento e a imaginação em oposição ao racionalismo dos iluministas. Rebelando-se contra os padrões rígidos da arte clássica, os românticos pregavam a liberdade de expressar as emoções em versos livres, cores vivas e peças musicais carregadas de sentimentos pessoais e fervor nacional. Além disso, eles tinham uma visão utópica do mundo e acreditavam na construção de uma sociedade justa e harmoniosa.

Capa de edição brasileira de 2007 do livro *Os sofrimentos do jovem Werther*, do escritor alemão Johann Wolfgang von Goethe. Publicada originalmente em 1774, essa obra é considerada o marco inaugural do Romantismo na literatura.



Escrita em primeira pessoa (do ponto de vista da personagem principal), a obra expõe os sentimentos e a infelicidade do jovem Werther por não conseguir viver sua paixão pela jovem Charlotte.

### A liberdade guiando o povo

Após o Congresso de Viena, a monarquia foi restaurada na França, assumindo o governo, primeiro, Luís XVIII e, depois, Carlos X. Ambos pertenciam à dinastia Bourbon, que fora derrubada pela Revolução Francesa. Durante o reinado desses monarcas, algumas conquistas do período revolucionário foram abolidas.

Sob Carlos X, as tensões políticas chegaram ao ponto máximo: o monarca restaurou o ensino eclesiástico, impôs censura rigorosa à imprensa, propôs uma reforma eleitoral que restringiria ainda mais o direito de voto e, finalmente, dissolveu o Parlamento francês (no qual a maioria dos deputados se aproximava das ideias liberais).

Todas essas medidas foram impostas em uma conjuntura de crise econômica, com elevação dos preços dos gêneros de primeira necessidade. Nesse contexto, eclodiu a insurreição popular de 1830, tema da tela de Eugène Delacroix, reproduzida abaixo. Observe-a.



MUSEU DO LOUVRE, PARIS

A Liberdade guiando o povo (1830-1831), pintura de Eugène Delacroix. Museu do Louvre, Paris, França.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

#### Questões Registre as respostas em seu caderno.

1. Identifique o tipo de documento, seu autor, lugar e época em que foi produzido.
2. Descreva o cenário, as personagens representadas e a ação sugerida na imagem.
3. Quais são os elementos da pintura que representam os ideais revolucionários?
4. Em sua opinião, qual era a posição do artista em relação aos acontecimentos de 1830? Justifique sua resposta com elementos da pintura.
5. Em 1831, a pintura de Delacroix foi comprada pelo governo francês e, dois anos depois, escondida em um porão. A obra foi exposta ao público somente em 1863 e, em 1874, passou a fazer parte do acervo do Museu do Louvre, onde está até hoje. Avalie a mudança de comportamento do governo francês em relação à obra dois anos após adquiri-la. Justifique sua resposta com base no que você estudou neste capítulo.

## ◆ 1848: a Primavera dos Povos

O ano de 1848 foi marcado por explosões revolucionárias em toda a Europa, que ficaram conhecidas como **Primavera dos Povos**. Essa onda revolucionária foi impulsionada, entre outros fatores, por uma momentânea crise capitalista de superprodução que gerou o fechamento de algumas indústrias e o desemprego de parcela dos trabalhadores nos países industrializados. Além disso, a partir de 1846, quase toda a Europa foi atingida por uma sequência de más colheitas e por uma longa estiagem, que levaram ao aumento dos preços dos gêneros básicos, produzindo uma enorme **carestia**.

Esse cenário de crise contribuiu para que grupos sociais como a burguesia industrial, as classes médias baixas e a população pobre das grandes cidades passassem a fazer uma série de reivindicações. A burguesia industrial queria acabar com os resquícios do Antigo Regime que dificultavam a expansão da produção e do comércio. Já as camadas sociais médias e a população pobre, revoltadas com a situação em que viviam, queriam profundas transformações sociais.

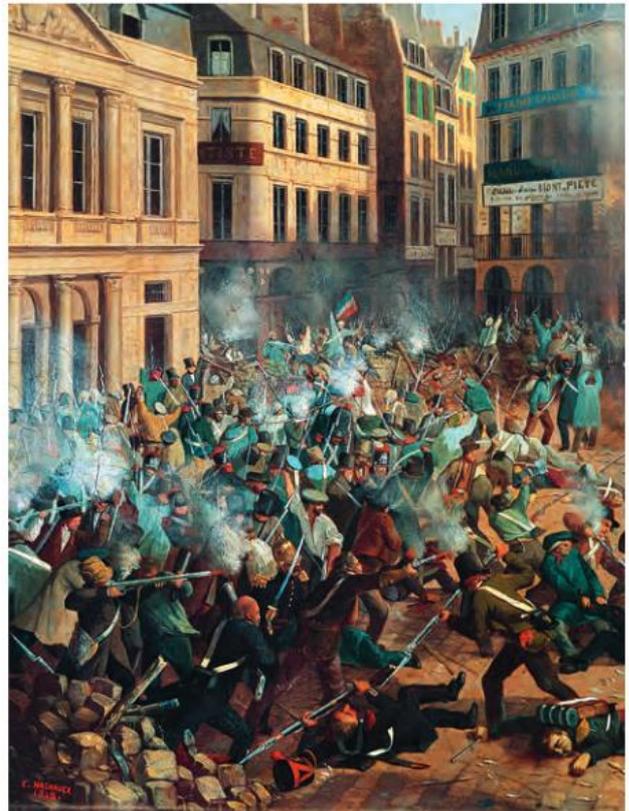
A oposição ao rei começou a se reunir em grandes banquetes públicos organizados para difundir suas ideias. No dia 22 de fevereiro de 1848, François Guizot, ministro do rei Luís Filipe I, tentou impedir um desses banquetes, provocando a reação da população. No dia seguinte, a cidade de Paris amanheceu coberta de barricadas e o povo saiu às ruas. A monarquia caiu, e a Segunda República Francesa foi proclamada.

O novo governo reuniu liberais, democratas e socialistas, que com o tempo começaram a entrar em conflito em razão da diferença de seus interesses. A burguesia queria garantir sua participação política, mas manter a ordem, sem colocar em risco suas propriedades. Os proletários, os socialistas e a população pobre da cidade, por sua vez, desejavam transformar a sociedade. Diante da possibilidade de avanço das conquistas desse último grupo, a burguesia uniu-se e massacrou o levante popular. O saldo foram 4,5 mil mortos (entre trabalhadores e integrantes das forças do Estado) e quase 12 mil pessoas presas – a maioria delas acabou expulsa do país.

Em 1851, Luís Napoleão, sobrinho de Napoleão Bonaparte, foi eleito presidente da república. No ano seguinte, ele deu um golpe de Estado que abriu caminho para sua ascensão ao trono imperial com o título de Napoleão III.

Desde o início do processo francês, a onda revolucionária espalhou-se por outras partes da Europa. As aspirações liberais, nacionalistas e populares fizeram eclodir diversos levantes na Espanha, na Dinamarca, na Romênia, na Irlanda, na Grécia e nos Estados alemães e italianos. Desde então, a burguesia, que já tinha conquistado seu espaço e suas reivindicações, procurou manter a ordem burguesa reprimindo os levantes populares.

A Primavera dos Povos foi o fenômeno social que mais se aproximou de uma possível revolução europeia: eclodiu simultaneamente em quase todo o continente. Ela pode ser considerada o momento mais importante das lutas do século XIX, pois representou o golpe final no Antigo Regime, que, apesar de encontrar-se enfraquecido pelas ondas revolucionárias anteriores, ainda exercia influência sobre a sociedade europeia.



Ataque ao Castelo d'Eau no Palácio Real em Paris, 24 de fevereiro de 1848 (século XIX), detalhe da pintura de Eugène Hagenauer. Museu Carnavalet, Paris, França. Os levantes populares que tomaram as ruas das grandes cidades europeias em 1848 caracterizaram a Primavera dos Povos.

**Carestia:** neste caso, designa o encarecimento do custo de vida.

O governo da Segunda República estabeleceu o sufrágio universal masculino e criou o Ministério do Trabalho e as oficinas nacionais. A Constituição foi promulgada pela Assembleia Constitucional em 1848, mesmo ano da revolução.

## A ideologia nacional

Os envolvidos nos projetos nacionalistas do século XIX resgataram tradições e narrativas do passado para criar um sentimento de identificação entre as populações que eles queriam organizar em um Estado-nação. Além dos contos populares e do folclore, utilizaram obras literárias, musicais e históricas para construir a ideia de unidade cultural entre os indivíduos.

# Nacionalismos

O conceito de **nação** está relacionado à existência de laços de identidade entre pessoas que vivem em certa região. Quando esses laços foram criados? Por que razões? Eles remontam a épocas imemoriais ou são mais ou menos recentes? Todas essas questões permeiam o debate sobre o assunto e tornam difícil um acordo sobre a origem e o significado desse conceito.

A ideia de nação e o sentimento de nacionalismo nem sempre existiram da mesma forma que conhecemos hoje. Foi durante a Idade Moderna que os Estados começaram a se configurar espacial e politicamente, e esse processo só se consolidou no século XIX. Da mesma forma, o sentimento nacionalista, a ideia de pertencimento a uma nação, com língua, cultura e tradições comuns, foram-se forjando, aos poucos, durante o século XIX (leia boxe ao lado). Antes, as pessoas identificavam-se, regionalmente, com seu local de nascimento e com a comunidade que as cercava.

O conceito político de nação formou-se na França revolucionária, quando a autoridade dos monarcas foi contestada e passou a vigorar a ideia de que o poder deveria emanar da sociedade, pondo em pauta o conceito de **cidadania** e, com ele, a noção de pertencimento a uma nação.

Até meados do século XIX, as ideias nacionalistas limitavam-se aos círculos intelectuais, que as divulgavam em jornais, revistas e livros. Somente na segunda metade do século XIX a noção de nacionalidade passou a fazer parte de reuniões e debates de diversos grupos sociais na Europa, com a adesão da nobreza, dos camponeses e da burguesia. O rápido desenvolvimento do capitalismo no século XIX, que gerou forte concorrência entre os países europeus, também contribuiu para a participação de diferentes grupos, em especial dos burgueses, nos projetos nacionalistas.

Com o objetivo de aumentar seus territórios e suas riquezas, os países europeus utilizaram o nacionalismo para legitimar seu expansionismo territorial e comercial. Esse processo, por sua vez, provocou a reação dos povos dominados, que também se apropriaram das ideias nacionalistas para lutar pela emancipação contra os países considerados por eles invasores, em uma reação que resultou em vários processos de independência. Dessa forma, podemos perceber que várias ideias, algumas inclusive opostas, estavam por trás do conceito de nacionalismo.

Muitos acontecimentos, como os processos de unificação da Itália e da Alemanha, não podem ser compreendidos sem se considerar o conceito de Estado-nação. Esses países só se tornaram Estados-nações nas últimas décadas do século XIX. Até então, eram formados por Estados autônomos, que, embora partilhassem uma identificação linguística e cultural, tinham governos próprios. Alguns desses Estados, inclusive, eram dominados por outros países.

ERICH LESSING/ALBUM/ISTOCK - MUSEU HISTÓRICO NACIONAL DA ROMÊNIA, BUCARESTE



*Revolucionário proclama a independência da Romênia em relação ao Império Russo em Bucareste, junho de 1848 (século XIX), pintura de autoria desconhecida. Museu Histórico Nacional da Romênia, Bucareste.* As revoluções de 1848 tiveram muita importância para a afirmação das nacionalidades. Italianos, alemães, húngaros, romenos e integrantes de outros povos não organizados em Estados nacionais afirmaram naquele momento o direito de se tornar independentes e unidos com base em instituições comuns.

As invasões napoleônicas contribuíram para espalhar a ideia de cidadania, pois Bonaparte derrubou as monarquias absolutistas e implantou governos constitucionais que deveriam representar os anseios dos cidadãos. Em contrapartida, tais invasões geraram reações de cunho nacionalista contra o domínio estrangeiro.

## ◆ Unificação italiana

Antes da unificação, a Península Itálica era formada por vários Estados autônomos, que apresentavam diferentes níveis de desenvolvimento econômico. O Reino Lombardo-Veneziano, o Tirol e os ducados da Toscana, Lucca, Parma e Módena estavam submetidos ao Império Austríaco; o Reino das Duas Sicílias era dominado pela dinastia francesa dos Bourbon em regime absolutista; o Reino do Piemonte-Sardenha era autônomo e governado pela monarquia liberal da casa de Savoia; os Estados da Igreja, por sua vez, eram comandados pelo papa.

No começo do século XIX havia sociedades secretas na Itália que já discutiam a unificação. A principal delas era a dos **carbonários**, formada inicialmente por soldados desmobilizados das tropas napoleônicas que haviam lutado na península. De maneira geral, os carbonários reuniam indivíduos com concepções políticas diferentes, mas contra o absolutismo.

Depois dos carbonários, outros movimentos de unificação se formaram, como o **Jovem Itália**. A associação política foi fundada por Giuseppe Mazzini na década de 1830, com objetivo de implantar um regime republicano apoiado pela média e pequena burguesias. Um dos principais líderes da Jovem Itália foi Giuseppe Garibaldi, figura que seria, mais tarde, fundamental para a unificação italiana.

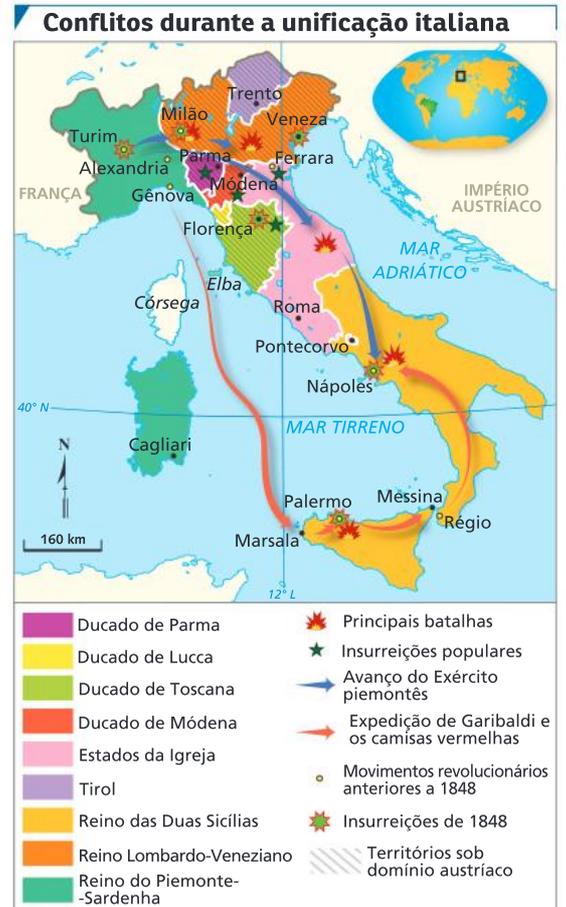
Em 1848, durante a Primavera dos Povos, o Reino Lombardo-Veneziano rebelou-se contra a dominação austríaca, recebendo o apoio do Piemonte-Sardenha e das Duas Sicílias. O levante foi derrotado pelas tropas austríacas, mas serviu de alavanca para que o Reino do Piemonte-Sardenha assumisse o protagonismo da unificação.

Camilo Benso, o conde de Cavour, foi primeiro-ministro piemontês e representante da burguesia moderada e da nobreza fundiária na unificação italiana. Ele foi o líder de um movimento articulado por pessoas ligadas a um jornal de Turim – chamado *Il Risorgimento* – que tinham como projeto unificar a península e organizá-la politicamente como monarquia liberal, sob comando piemontês. Em razão da ação desse grupo, a palavra **Risorgimento** passou a denominar todo o processo de unificação italiana.

Em 1859, o conde de Cavour aliou-se a Napoleão III, imperador da França, para travar nova guerra contra o Império Austríaco. Ao vencê-la, o Piemonte-Sardenha conseguiu anexar parte do Reino Lombardo-Veneziano (a Lombardia), os ducados da Toscana, Parma e Módena e parte dos territórios da Igreja. Na mesma época, contando com a ajuda de camponeses, Giuseppe Garibaldi e seu Exército, conhecidos como os “camisas vermelhas”, conseguiram libertar o Reino das Duas Sicílias da dinastia Bourbon. Embora suas pretensões fossem mais revolucionárias do que as de Cavour, Garibaldi entregou o reino a Vítor Emanuel II, rei do Piemonte-Sardenha, acreditando que ele teria condições de garantir que os Bourbon não retornassem ao poder.

*Giuseppe Garibaldi* (1860), fotografia de Gustave Le Gray. Arquivos Larousse, Paris, França. De modo geral, a liderança do processo de unificação italiana se dividiu entre os monarquistas do Piemonte-Sardenha e os camisas vermelhas de Garibaldi.

A revolução de 1848 tornou claro para todos os envolvidos no processo de unificação italiana que o Reino do Piemonte-Sardenha era o mais bem preparado para conduzir uma possível unificação, pois possuía mais recursos econômicos para tal. Além disso, seu governo constitucional era o que dava maior liberdade para a burguesia, classe mais envolvida nesse movimento.



Fonte: DUBY, Georges. *Atlas historique mondial*. Paris: Larousse, 2003. p. 134.

A região norte da Península Itálica havia passado pelo processo de industrialização, tornando-se rica, com grandes cidades e intenso comércio. Já a região sul era predominantemente rural, tendo a agricultura como principal atividade.



GUSTAVE LE GRAY/ARQUIVOS LAROUSSE/BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL

## Formação do Estado italiano

A onda de conflitos na Europa a partir de 1848 apresentou-se como uma oportunidade para o conde de Cavour anexar quase todos os territórios da Península Itálica. Em 1866, o Reino do Piemonte-Sardenha apoiou a Prússia contra a Áustria, obtendo o território de Veneza. Novamente ao lado da Prússia, dessa vez contra a França, o Piemonte-Sardenha conseguiu anexar, em 1871, a cidade de Roma, que passou a ser capital do novo Reino da Itália.

A Igreja não se conformou com a perda de seus territórios e permaneceu em conflito com o Estado italiano até 1929, ano da assinatura do **Tratado de Latrão**, por meio do qual foi criado o Estado do Vaticano. Com a formação do Reino da Itália em 1871, governado pela casa de Savoia, apenas as regiões de Trentino, Trieste e Ístria, no nordeste da Península Itálica, permaneceram sob domínio austríaco.

## ◆ Unificação alemã

A região da atual Alemanha, assim como a da Itália, era formada por Estados descentralizados até as últimas décadas do século XIX. No entanto, apesar de formada por Estados autônomos, a região era dominada pela Prússia e pela Áustria, que disputavam a ampliação de seus domínios. Desde o Congresso de Viena, em 1815, com a fundação da **Confederação Germânica**, Prússia e Áustria mantinham os Estados menores sob sua influência.

Em 1834, a Prússia instituiu uma união aduaneira entre os Estados sob a sua influência: o **Zollverein**. Desde então, as barreiras alfandegárias entre os Estados participantes do acordo foram diminuídas, impulsionando o comércio e o desenvolvimento industrial da região.

Os Estados que se desenvolveram em razão do **Zollverein** passaram a ser favoráveis à unificação alemã, pois acreditavam que com ela seus produtos teriam condições de competir no mercado internacional, até mesmo com os da Grã-Bretanha, país que inaugurou a Revolução Industrial.

A Áustria, que não fazia parte do **Zollverein**, ficou isolada entre os Estados alemães e perdeu força política, abrindo espaço para a ascensão da Prússia como grande potência da região. Em 1858, Guilherme I foi coroado rei da Prússia, nomeando como primeiro-ministro Otto von Bismarck, principal responsável pela unificação alemã.

Bismarck pertencia ao grupo dos **junkers**, que tinha privilégios na burocracia do Estado, ocupando posições decisivas no governo e no Exército prussianos. O movimento de unificação foi apoiado também pela burguesia, interessada no projeto militarista implementado desde a coroação de Guilherme I. Atuando como primeiro-ministro, Bismarck modernizou o Exército, transformando a Prússia numa das maiores potências bélicas europeias.

**Junker:** integrante da nobreza prussiana, grupo social detentor de vastas propriedades fundiárias que atuava no interior de uma estrutura social semifeudal.

*Roleta prussiana* (1999), caricatura de Rainer Ehrt. O artista alemão representou líderes políticos da Prússia de diferentes períodos históricos. Entre eles estão Guilherme I e Otto von Bismarck. É possível observar que, para o chargista, independentemente da época em que viveram, todos esses líderes partilhavam um mesmo espírito militarista e expansionista comum. A política prussiana influenciou toda a história europeia de meados do século XIX a meados do século XX.



ALBUM/AGG-IMAGES/LATINSTOCK

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

## Guerra Franco-Prussiana e formação do Segundo Reich

O incentivo e a modernização do Exército promovidos pelo governo de Bismarck faziam parte da estratégia do primeiro-ministro para estimular o nacionalismo alemão. Em 1864, a Prússia aliou-se à Áustria para acabar com o domínio que a Dinamarca exercia sobre algumas regiões do norte. Dois anos depois, a Prússia aliou-se à Itália e declarou guerra à Áustria, avançando sobre parte de seu território.

Com a vitória sobre a Áustria, Bismarck organizou a **Confederação Germânica do Norte**, liderada pela Prússia. Foi elaborada, então, uma nova Constituição, com base na qual o rei prussiano tornou-se presidente hereditário da região. Para completar a unificação, Bismarck convidou os Estados do sul a aderir ao movimento. Para isso, estimulou o sentimento nacionalista germânico nessa região.

Temendo as ameaças da França, país inimigo da Prússia durante a era napoleônica e contrário à emergência de um Estado vizinho poderoso, os Estados germânicos do sul não aderiram à Confederação, mas assinaram um compromisso militar secreto com a Prússia, antevendo a possibilidade de uma guerra contra a França. Usando a antiga rivalidade entre germânicos e franceses, Bismarck fez uma série de provocações à França, até que Napoleão III declarou guerra à Prússia, em 1870.

Como tinha previsto o ministro, os Estados do sul apoiaram a guerra, e a unificação alemã foi concluída com a **Guerra Franco-Prussiana** (1870-1871) e a vitória sobre a França. Os territórios da Alsácia-Lorena foram incorporados à Alemanha, que ainda obteve uma indenização de guerra. O rei Guilherme I recebeu o título de *kaiser* (imperador) da Alemanha e Bismarck, o de chanceler do **Segundo Reich Alemão** (Segundo Império Alemão).



“Ah meu bom Bismarck! Sobre qual vitória você veio me falar agora?...” (1870), caricatura francesa de autoria desconhecida. Na imagem estão representados o rei da Prússia Guilherme I (sentado) e Otto von Bismarck durante a Guerra Franco-Prussiana.

- ▶ Como o cartunista representou os líderes da Prússia e o resultado da Guerra Franco-Prussiana nessa imagem?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



Fonte: DUBY, Georges. *Atlas histórico mundial*. Barcelona: Larousse, 2010. p. 237.

O Império criado em 1871 recebeu a denominação de *Segundo Reich* porque os germânicos consideravam *Primeiro Reich* o Sacro Império Romano Germânico, ou Santo Império Romano da Nação Alemã, da Idade Média.

## Ideias socialistas

O processo de industrialização, que teve início em meados do século XVIII na Europa, gerou uma série de transformações sociais, que, com o passar do tempo, foram-se acelerando.

A consolidação da indústria e do sistema capitalista, no século XIX, alterou ainda mais o mundo ocidental. Nesse período, o processo de urbanização intensificou-se com a migração dos camponeses da zona rural para as cidades em busca de melhores salários; as distâncias diminuíram em razão da expansão das ferrovias, da difusão dos navios a vapor e da invenção do telégrafo; a qualidade de vida de parte da população melhorou com os avanços da medicina e o incremento do saneamento básico nas cidades.

Enquanto uma pequena parcela da sociedade se beneficiava com esses avanços, porém, os mais pobres, maioria da população, sofriam com a precarização de suas condições de vida. Diante dessa situação de desigualdade social, os trabalhadores mobilizaram-se na luta por mudanças. Os intelectuais, por sua vez, buscavam compreender essa realidade. Mais do que apenas entender a sociedade, eles elaboraram teorias com propostas para transformá-la. Foi nesse contexto que o **socialismo** se formou:



DE AGOSTINI PICTURE LIBRARY/IGLOW IMAGES - BIBLIOTECA NACIONAL DA FRANÇA, PARIS

“[...] o socialismo [...] entra no palco da história apenas em meados do século XVIII. E entra, de início, com um papel secundário, pois o palco estava literalmente tomado [...] [pela] Revolução Industrial, acompanhada [...] pela jornada de trabalho de 14 horas, a expulsão dos camponeses de suas terras, os salários de fome, a exploração bestial de mulheres e crianças e a inexistência das [...] mínimas condições para que a vida da maior parte da população se diferenciasse da de um animal. As ideias socialistas são uma consequência da miséria reinante, são os gritos de revolta de uma população à procura de sua dignidade humana. [...] Quando em 1827 a palavra socialismo é utilizada pela primeira vez, [...] ela já designava, de maneira global, toda uma forte corrente do pensamento político que acreditava ser necessário radicalizar o modelo de democracia que a burguesia pregava como ideal para substituir o regime monárquico despótico.”

SPINDEL, Arnaldo. *O que é socialismo*. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 15-16. (Coleção Primeiros passos)

Os primeiros teóricos do socialismo – posteriormente denominados utópicos – elaboraram suas ideias e seus projetos entre o final do século XVIII e o começo do século XIX. Os principais representantes do **socialismo utópico** foram os franceses Claude-Henri de Rouvroy (o conde de Saint-Simon) e Charles Fourier e o britânico Robert Owen.

## ◆ Socialistas utópicos

Os primeiros socialistas criticavam as mazelas da sociedade industrial e do capitalismo e propunham mudanças que trariam uma vida mais justa para os trabalhadores. Esses primeiros teóricos ficaram conhecidos como utópicos porque tinham como característica comum a crença na transformação da sociedade de forma pacífica, sem uma luta revolucionária.

Apesar dessa característica comum, os socialistas utópicos não formavam um grupo homogêneo, pois cada um criou sistemas teóricos e propostas práticas diferentes, elaborando os próprios modelos de sociedades ideais, que seriam conquistadas por meios específicos.

O francês Claude-Henri de Rouvroy, o conde de **Saint-Simon**, por exemplo, apontava a ociosidade de certos grupos da população, como a dos proprietários, como o pior problema da sociedade. Segundo ele, todos deveriam trabalhar e ser remunerados de acordo com o que produzissem. Saint-Simon aceitava a livre empresa e o lucro dos capitalistas, mas opunha-se à exploração dos trabalhadores.

Já **Charles Fourier** identificava a propriedade privada como um dos principais problemas da sociedade. Ele propunha a construção de um modelo de organização social com base na associação e no cooperativismo. Para ele, a sociedade ideal seria formada por pequenos núcleos populacionais nos quais não houvesse classes nem propriedade privada. Todos os membros da sociedade deveriam trabalhar e participar das decisões da comunidade. Fourier chamou esse modelo de sociedade de **falanstério** e acreditava que, no momento em que um desses núcleos passasse a funcionar, toda a sociedade seguiria seu exemplo.

Para **Robert Owen**, industrial britânico, o problema estaria nas precárias condições de trabalho a que eram submetidos os operários. Ele aplicou em suas fábricas algumas medidas para resolver esse problema, como a redução da carga horária para 10 horas diárias e a construção de escolas e creches para os filhos dos operários e de hospitais para os trabalhadores e suas famílias. No entanto, Owen percebeu que essas medidas não resolviam a situação e passou a identificar na propriedade privada o grande mal, pois ela dividia a sociedade entre trabalhadores e proprietários. O industrial britânico criou, então, algumas colônias-modelo, os **núcleos cooperativos**, nos quais poderiam viver até 2 mil trabalhadores, que não seriam apenas produtores, mas também consumidores do que fabricavam. Cada vez mais crítico do capitalismo, Owen acabou banido da Grã-Bretanha.

A categoria “socialismo utópico” foi difundida por Karl Marx e Friedrich Engels para classificar alguns pensadores socialistas que elaboraram ideias e projetos anteriores aos deles. Para eles, os socialistas utópicos fizeram um trabalho importante ao apontar os problemas da sociedade burguesa em ascensão e as desigualdades que ela gerava.

Charles Fourier, assim como Owen, acreditava que as mulheres deviam ter os mesmos direitos que os homens, mas afirmava que a emancipação feminina dependia do grau de emancipação da sociedade como um todo.

Núcleo cooperativo de New Lanark, na Grã-Bretanha, fundado por Robert Owen e habitado na época de sua fundação por famílias de trabalhadores de suas fábricas.

Foto de 2014. O local, hoje reconhecido pela Unesco como patrimônio mundial cultural, foi reformado no final do século XX e aberto à visitação de turistas. Além de fundar esses núcleos para os trabalhadores, Owen atuou politicamente em favor do movimento operário, participando das conquistas que limitaram o trabalho das crianças e das mulheres.





PETER NEWARK PICTURES/BRIDGEMAN IMAGES/KEYSTONE BRASIL - COLEÇÃO PARTICULAR

## ◆ Socialismo científico

Com base na análise da realidade econômica e política europeia e preocupados com a situação de penúria dos trabalhadores da sua época, os alemães **Karl Marx** e **Friedrich Engels** procuraram compreender os mecanismos do sistema capitalista, pois acreditavam que após esse entendimento seria possível encontrar os meios para sua superação. Assim, elaboraram um método de análise histórica chamado **materialismo histórico**.

O ponto de partida do materialismo histórico era a crítica à filosofia idealista alemã, principalmente a de Georg W. F. Hegel, que considera a natureza e as realizações humanas manifestações de uma ideia abstrata e universal designada como Espírito Absoluto. A história da humanidade, segundo Hegel, era o movimento de afirmação e realização desse Espírito.

Opondo-se a essa visão abstrata, Marx e Engels afirmavam que a vida humana, em todas as suas esferas, era determinada de maneira concreta pelas condições materiais de existência, pelo trabalho e pelas relações que os indivíduos estabeleciam uns com os outros para produzir os bens necessários a sua sobrevivência. As ideias, os valores e a consciência seriam determinados, em última instância, pela realidade material. Dessa forma, para que uma sociedade mudasse, seria necessário primeiro a transformação de seus **modos de produção**.

No campo da filosofia, partindo da ideia de movimento de Hegel, os teóricos marxistas desenvolveram o conceito de **materialismo dialético**, que tinha como base a ideia de que os fenômenos e objetos relacionavam-se e condicionavam-se mutuamente. Na visão dialética marxista, a natureza, assim como a sociedade, estava em permanente movimento e mudança, renovando-se continuamente.

Em razão desse movimento dialético, todo sistema econômico, depois de nascer, desenvolvia-se e se expandia até atingir a plenitude, o ponto máximo da sua capacidade produtiva. Nesse processo, contradições desenvolviam-se no interior do sistema. Essas contradições agregavam elementos para a destruição do sistema vigente e a criação de outro, que o substituíria. Esse novo sistema, por ser superior, podia absorver as características positivas do anterior.

Para Marx e Engels, na história, a força capaz de promover mudanças e levar um sistema antigo a ser superado por outro era a **luta de classes**. Na teoria marxista, o conflito entre grupos sociais com interesses antagônicos e inconciliáveis tinha sido o motor das transformações sociais que haviam marcado a história da humanidade.

Capa da primeira edição do *Manifesto comunista* (1848), obra escrita por Karl Marx e Friedrich Engels e publicada em Londres, Grã-Bretanha. Os autores sistematizaram nesse livro a ideia de que a luta de classes era o motor da história e convocaram a união dos operários do mundo para a construção do socialismo.

### ◆ CONECTANDO COM A FILOSOFIA



Segundo a análise marxista, como o capital não tem pátria, oprime pessoas em todo o mundo. Por isso, a luta contra o capitalismo deve ultrapassar as fronteiras nacionais, explicitando o caráter internacional da luta de classes.

## As bases do capitalismo e a revolução proletária no marxismo

O principal objeto de estudo de Marx e Engels foi a sociedade em que viviam. Em seus estudos, concluíram que a propriedade privada dos meios de produção e a mais-valia eram a essência do sistema capitalista.

Por **meios de produção**, eles se referiam à terra, aos imóveis, aos instrumentos de trabalho, ao capital, às matérias-primas, enfim, ao necessário para a produção de bens materiais. Após a Revolução Industrial, poucas pessoas possuíam dinheiro suficiente para ser proprietárias dos meios de produção. O restante da população tinha apenas a força de trabalho para oferecer.

Assim, a sociedade capitalista industrial era composta de duas classes principais: a **burguesia** (proprietária dos meios de produção) e o **proletariado** (detentora apenas da força de trabalho). Para Marx e Engels, o processo pelo qual as propriedades foram transferidas para as mãos de poucas pessoas, formando o capital necessário para o investimento e a posse das indústrias, teve como base, entre outros fatores, o fechamento e a apropriação das terras comunais, a exploração colonial e o escravismo. Ou seja, foi um processo marcado pela violência dos mais fortes contra os mais fragilizados.

Essa relação desigual tornou possível aos proprietários comprar a força de trabalho do proletariado em troca de um salário que não representava o valor real do que havia sido produzido pelos trabalhadores. Essa diferença entre o valor produzido pelos trabalhadores e o preço pago por sua força de trabalho, o salário, foi chamada, na teoria marxista, de **mais-valia**. O que estava por trás do valor do trabalho, dos salários, das mercadorias etc. eram as relações sociais desiguais e opressivas.

Segundo Marx e Engels, a classe proletária, que produzia diretamente os meios necessários à subsistência da população, era revolucionária por excelência, pois somente ela poderia romper com o capitalismo. Os trabalhadores deveriam apropriar-se dos meios de produção, tomar o poder e estabelecer uma **ditadura do proletariado**, fase transitória de organização política e econômica da sociedade até que esta fosse reorganizada em bases coletivas, sem classes, tornando-se **comunista**. Como a classe proprietária não aceitaria facilmente a transformação da sociedade e a perda de seus privilégios, e não existindo nenhum outro meio de viabilizar o acesso ao poder político pelo proletariado, as mudanças teriam de ser feitas por meio de uma revolução.

As ideias e a produção intelectual de Marx e Engels serviram de base para as lutas sindicais e políticas dos trabalhadores em vários países. A teoria marxista inspirou também, no século XX, a luta contra ditaduras fascistas na Europa, além de movimentos pela independência nacional e pela emancipação feminina.

O termo *ditadura* precisa ser abordado com cuidado. De acordo com Marx, para uma transformação estrutural da sociedade capitalista, seria necessário que o proletariado se apropriasse daquilo que conferia poder à burguesia: os meios de produção e de distribuição e o Estado. Só dessa forma o operariado – como classe – poderia “ditar” as regras do jogo. Na época em que Marx e Engels viveram, a participação do proletariado na política institucional era negada. Para eles, vivia-se uma ditadura burguesa, à qual a ditadura do proletariado teria que se opor.

Na ilustração está representada a ideia da diferença entre o valor daquilo que o trabalhador produz e o que ele recebe em forma de pagamento; logo, fica explícita na imagem a teoria da mais-valia. É importante ressaltar o fato de que, apesar de a maioria dos exemplos utilizados para representar essa teoria referir-se ao capitalismo industrial – no qual a mais-valia é apropriada na forma de lucro pelo proprietário da fábrica –, os termos lucro e mais-valia não são sinônimos. A mais-valia pode ser apropriada também, por exemplo, nas formas de renda da terra ou de juros.

Ilustração de Wander Antunes (2016), feita com base na adaptação em mangá da obra *O capital*, de Karl Marx, publicada pela Variety Art Works em 2011.

▶ Que conceito da teoria marxista está presente nessa ilustração?



## A luta das mulheres pelo mundo (séculos XVIII-XIX)

1789

No início da Revolução Francesa, Olympe de Gouges escreve a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, manifesto reivindicando igualdade de direitos entre homens e mulheres.

1792

Na Grã-Bretanha, Mary Wollstonecraft lança a obra *A reivindicação dos direitos da mulher*.

1827

No Brasil, uma lei promulgada por Dom Pedro I autoriza as mulheres a receber educação primária.

1879

Nova lei promulgada no Brasil autoriza a presença feminina nos cursos superiores.

1893

A Nova Zelândia é o primeiro país a conceder o direito de voto às mulheres.

Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero (NIEM). Disponível em <[www.ufrgs.br/nucleomulher/mov\\_feminista.php#01](http://www.ufrgs.br/nucleomulher/mov_feminista.php#01)>. Acesso em 14 abr. 2016.

Linha do tempo ilustrativa. Os acontecimentos não foram representados em escala temporal.

## Luta feminina

Influenciadas por pensadores liberais, pelos socialistas utópicos e pela teoria marxista, mulheres como Mary Wollstonecraft, Flora Tristan, George Sand, pseudônimo de Aurore Dupin, e outras intelectuais tornaram-se importantes ativistas na defesa dos direitos das mulheres e dos trabalhadores e engajaram-se ativamente na luta por uma sociedade mais igualitária.

Apesar das mudanças sociais e econômicas ocorridas desde o início da industrialização, a maioria das mulheres ocupava um papel secundário na sociedade capitalista. As mulheres ricas preparavam-se desde cedo para o casamento. A instrução que recebiam era voltada para a vida religiosa, para os cuidados com a família e com a casa. Uma vez casadas, passavam ao controle do marido, que tinha total domínio sobre elas e os filhos. Muitas delas não podiam sair desacompanhadas e eram proibidas de adquirir bens ou exercer uma profissão.

As mulheres pobres, em geral, ingressavam cedo no mercado de trabalho. Ainda solteiras, trabalhavam longas horas nas indústrias e recebiam salários muito mais baixos do que os pagos aos homens. As operárias que eram casadas também se ocupavam da casa e dos filhos. Ricas ou pobres, muitas mulheres sofriam maus-tratos do marido e não havia uma legislação que as amparasse.

Em razão dessas diferenças entre os gêneros, várias intelectuais organizaram-se e passaram a lutar pela **igualdade de direitos entre os sexos**. O movimento na Grã-Bretanha, na França e nos Estados Unidos foi intenso, visto que as mudanças sociais provocadas pela industrialização e a difusão do pensamento liberal e socialista foram significativas.

Entre outras coisas, essas intelectuais reivindicavam o direito a uma educação de boa qualidade às mulheres, a legalização do divórcio e o sufrágio feminino. Elas organizaram marchas e petições, fundaram clubes populares, editaram jornais e publicaram manifestos e romances para divulgar suas ideias.

Muitas dessas ativistas foram discriminadas pela sociedade e perseguidas por suas ideias. Ao questionar a hierarquização da sociedade e exigir condições igualitárias no trabalho, essas mulheres foram pioneiras de um movimento que ganharia força apenas no século XX: o **feminismo**.

Protesto de mulheres contra desigualdade de gêneros. Brasília (DF), 2015. Apesar das conquistas que as mulheres obtiveram no século XX, muitas continuam a ter seus direitos negados. Mesmo nos países com legislações que instituem a igualdade entre os gêneros, ela não é plena. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2013 as brasileiras receberam em média 479 reais a menos que os homens para exercer a mesma função.



CARLOS MOURA/CBID.A. PRESS

Para obter mais informações sobre as diferenças de gênero no Brasil, acesse o site do IBGE: <[www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0](http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0)>. Acesso em 6 mar. 2016.



Representações do símbolo do anarquismo em grafite na cidade de Túnis, Tunísia. Foto de 2013. O símbolo anarquista é utilizado até hoje em protestos contra governos e instituições em todo o mundo. Nessa imagem, o símbolo está representado na letra "A" dentro de um círculo, no centro e à direita. Para os anarquistas, a sociedade deveria autogovernar-se, sem o intermédio de nenhum grupo que concentrasse o poder.

## ◆ Ideias anarquistas

A palavra **anarquia** tem origem grega e significa "sem governo". Ela era utilizada para designar um povo que se autogovernava, sem uma autoridade constituída. Portanto, não apresentava o significado que hoje geralmente se atribui a ela: o de desordem e caos.

Assim como os socialistas, os anarquistas criticaram duramente a sociedade capitalista. No entanto, a sociedade que eles consideravam ideal e a forma como chegariam até ela os diferenciavam dos socialistas.

O anarquismo surgiu das reflexões do escritor e filósofo inglês William Godwin. Em seus estudos, ele combateu a propriedade privada e a autoridade dos governos e das instituições políticas, apontadas como as causas das injustiças sociais e da opressão. Suas ideias contribuíram para dar suporte ao pensamento anarquista, desenvolvidas como campo teórico ao longo do século XIX.

O anarquismo foi um movimento muito amplo e complexo, que adquiriu características variadas ao longo da história. Mesmo entre os primeiros anarquistas havia diferenças de objetivos e métodos. Apesar disso, algumas características comuns os unia. A contestação a todas as formas de autoridade, como os governos, o anseio por liberdades individuais e a crença de que a natureza humana seria suficiente para que as pessoas se organizassem, livres de opressões, são aspectos presentes nas ideias de quase todos os primeiros pensadores anarquistas.

Outro elemento comum aos primeiros anarquistas era a oposição ao marxismo. Eles eram contra a ditadura do proletariado ou a qualquer outra forma de governo, mesmo que temporário. Além disso, acreditavam que a organização dos trabalhadores na luta revolucionária pela formação de uma sociedade anarquista deveria ser feita de baixo para cima, sem hierarquias. Para eles, as ideias marxistas igualavam as pessoas, negando a individualidade e a independência de cada um.

Os anarquistas eram também contrários à democracia, pois para eles o desejo da maioria não poderia sobrepor-se ao da minoria. Além disso, não acreditavam na luta parlamentar, ou seja, na disputa de eleições e cargos representativos.



*Pierre-Joseph Proudhon (século XIX), fotografia tirada no Estúdio Reutlinger, em Paris. Arquivos Larousse, Paris, França. Para Proudhon, as mudanças sociais deveriam ser realizadas, de forma pacífica, por meio de transformações econômicas, e não políticas.*

Proudhon foi um dos primeiros críticos do nacionalismo, tão em voga no século XIX. Ele pregava a organização social por meio de um modelo federalista, que se estenderia em escala mundial. Nesse ponto podemos perceber a ideia da organização de baixo para cima, pois seria a partir das bases, de grupos pequenos, que se formariam as federações, até se atingirem as escalas maiores do continente europeu.

## ◆ Pensadores anarquistas

Muitos teóricos formularam e divulgaram o pensamento anarquista na Europa no século XIX. Entre eles destacam-se o francês Pierre-Joseph Proudhon e o russo Mikhail Aleksandrovitch Bakunin.

**Proudhon** foi o primeiro pensador a se autoproclamar anarquista e exerceu muita influência sobre o movimento operário da segunda metade do século XIX e do início do século XX. Ele não se opunha à propriedade privada, mas ao acúmulo de propriedades, que possibilitava a exploração do trabalho daqueles que não tinham a propriedade dos meios de produção por grupos ociosos.

Para Proudhon, a sociedade ideal seria composta de pequenos produtores e operários independentes, que se organizariam em sociedade por relações contratuais livres, nas quais a individualidade seria mantida. Deveriam ser criados bancos de crédito para os trabalhadores e espaços onde eles pudessem trocar suas produções. Essas ideias, que compunham o denominado mutualismo, inspiraram vários movimentos sindicais e organizações cooperativas subsequentes.

De origem aristocrática, **Bakunin** – um dos expoentes do anarquismo na segunda metade do século XIX – foi fiel ao regime czarista até 1840, ano em que saiu da Rússia e entrou em contato com outros lugares e ideias. Em 1844, conheceu Proudhon, pensador que o influenciaria muito.

A partir de 1861, Bakunin passou a difundir o anarquismo em várias partes da Europa, sobretudo nos Estados italianos, nos quais fundou as organizações que dariam origem ao movimento anarquista italiano.

Bakunin defendia a proposta de que o Estado deveria ser dissolvido imediatamente, discordando da ditadura do proletariado marxista. Ele não compartilhava das ideias de Proudhon em defesa da propriedade privada nem das relacionadas ao individualismo, mas era adepto da teoria de associação do francês. Além disso, assim como Proudhon, Bakunin achava que a revolução não deveria ser feita por meio da política, na qual não acreditava:

“Na Suíça, assim como em outros lugares, a classe governante é completamente diferente e separada da massa dos governados. Aqui, apesar da Constituição política ser igualitária, é a burguesia que governa, e é o povo, operários e camponeses, que obedecem suas leis. [...] Portanto, [...] a igualdade política é apenas uma ficção pueril, uma mentira.

Separada como está do povo, por circunstâncias sociais e econômicas, como pode a burguesia expressar, nas leis e no governo, os sentimentos, as ideias e a vontade do povo?”

BAKUNIN, Mikhail A. *A ilusão do sufrágio universal*.

Disponível em <[www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000067.pdf](http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000067.pdf)>.

Acesso em 6 mar. 2016.

### Prisão e exílio de Bakunin

As primeiras atividades revolucionárias de Bakunin se voltaram para a tentativa de criar a união dos povos eslavos contra a opressão da Rússia, da Áustria e do Império Turco-Otomano. Em razão dessas atividades, foi preso em 1849, ficando oito anos detido (primeiro na Saxônia alemã, depois na Áustria e, por fim, na Rússia) e outros quatro anos exilado na Sibéria, de onde conseguiu fugir em 1861, refugiando-se na Grã-Bretanha.

## Associação Internacional dos Trabalhadores

A necessidade de estabelecer um centro de comunicação e de cooperação entre as sociedades operárias de diversos países deu origem à **Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT)**, conhecida como **Primeira Internacional**. A AIT foi fundada em Londres, em setembro de 1864, por representantes dos trabalhadores europeus e norte-americanos.

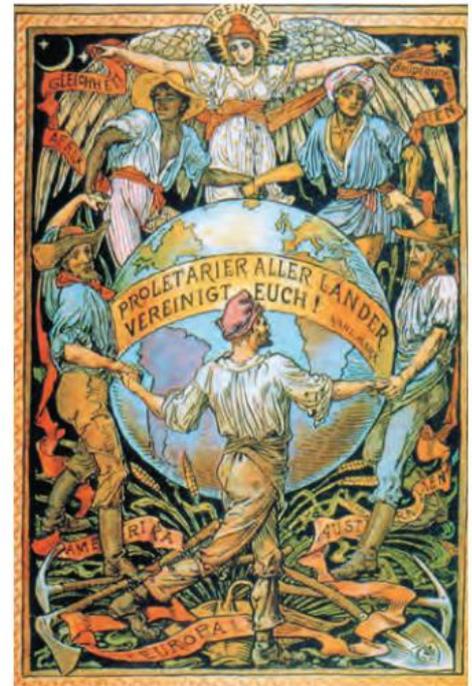
Karl Marx foi o escolhido para liderar o Conselho Geral e redigir o primeiro manifesto e seus estatutos, que foram aprovados no congresso de 1866, realizado em Genebra, e continham medidas contra os “fura-greves” e protestos contra as guerras. Aos poucos, a Internacional aprovou uma pauta de reivindicações de caráter socialista e se declarou favorável à propriedade coletiva das minas, ferrovias, terras aráveis, florestas e comunicações.

Até 1869, parte dos anarquistas, muitos deles seguidores de Proudhon, e dos apoiadores de Marx e Engels se relacionaram com certa tranquilidade. No entanto, a partir desse ano, com o ingresso na Associação de Mikhail Bakunin e seus companheiros, o conflito entre anarquistas e os seguidores de Marx se acirrou, iniciando uma disputa que envolvia o modo de organização da AIT – se ela seria mais ou menos centralizada – e as estratégias de luta da classe trabalhadora.

Em 1871, a AIT defendeu oficialmente a constituição de um partido político e a conquista do poder pelos operários. Tais posições sofreram forte oposição do grupo liderado por Bakunin, contrário à atuação dos trabalhadores na esfera institucional. A tensão entre os seguidores de Marx e Bakunin aumentou quando os líderes da AIT pediram mais poderes ao Conselho Geral.

As divergências entre anarquistas e “marxistas” atingiram o auge no congresso realizado em Haia, em 1872, quando Bakunin foi expulso do movimento sob a acusação de tentar organizar uma sociedade secreta dentro da Internacional. Nesse mesmo ano, a sede da AIT foi transferida para Nova York, nos Estados Unidos.

No ano de 1889, membros de partidos comunistas de vários países criaram a **Segunda Internacional**. Essa organização, de cunho marxista, foi fundada por iniciativa de Friedrich Engels, sem a participação de integrantes do movimento anarquista.



BIBLIOTECA NACIONAL DA FRANÇA, PARIS

Cartaz da Segunda Internacional dos Trabalhadores (1889). Biblioteca Nacional da França, Paris. No centro do cartaz, está escrita a frase de Karl Marx e Friedrich Engels: “Proletários de todo o mundo, uni-vos”.

► **Que o cartaz revela sobre os ideais comunistas?**

É possível observar, no cartaz, a representação de trabalhadores de diferentes etnias, de mãos dadas, em volta do globo terrestre. Em torno deles, há uma faixa com o nome dos cinco continentes. O cartaz, portanto, simboliza o ideal de união dos trabalhadores do mundo na luta por seus direitos.

Eram admitidos na AIT tanto indivíduos quanto organizações locais e nacionais de trabalhadores.

Túmulo de Karl Marx em Londres, Grã-Bretanha. Foto de 2014. Marx passou os últimos anos de sua vida na capital britânica, cidade sede da Associação Internacional dos Trabalhadores entre 1864 e 1872.



DAVID WILLIAMS/CORBISLATINSTOCK

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Manifestação contra o Projeto de Lei n. 4.330, que autoriza a terceirização de atividades-fim nas empresas. Recife (PE), foto de 2015. Até hoje, as organizações sindicais fazem parte da vida da classe trabalhadora. Por meio de acordos entre os sindicatos e a classe patronal, é estabelecido, por exemplo, o índice de reajuste anual que será aplicado aos salários para compensar as perdas com a inflação, o chamado "dissídio".



HANS VON MANTEUFFEL/AGÊNCIA O GLOBO

## ◆ Lutas operárias e sindicatos

O movimento sindical desenvolveu-se com o crescimento da grande indústria e do operariado e consolidou-se nos países de industrialização mais antiga na segunda metade do século XIX.

Podemos chamar de **sindicato** uma associação de trabalhadores assalariados que tem como objetivos defender ou melhorar as condições de trabalho e de salários de seus associados, além de instituir e administrar assistência a eles nas áreas de saúde, justiça, educação, lazer e treinamento, entre outras. Em vários países, os sindicatos constituem uma força política importante.

Os primeiros movimentos sindicais organizaram-se na Grã-Bretanha, entre a metade do século XVIII e o início do século XIX. A ideia de organizar os trabalhadores em associações de classe logo foi seguida pelos franceses, mas em ambos os países o movimento sindical foi considerado criminoso, sendo, portanto, proibido. A proibição, no entanto, não impediu a organização de movimentos clandestinos, e, no final do século XIX, o funcionamento dos sindicatos foi permitido em razão de mudanças na legislação na Grã-Bretanha e na França.

Na Itália, na Espanha, na Alemanha e nas nações escandinavas, a fundação e o funcionamento de associações de trabalhadores seguiram caminhos semelhantes aos trilhados na França e na Grã-Bretanha. Nos Estados Unidos, o movimento sindical organizou-se durante o século XIX, mas se apresentou em um modelo diferente do europeu, pois não era vinculado a correntes socialistas ou comunistas.

No Brasil, o movimento sindical efetivou-se basicamente no século XX, em decorrência do processo de industrialização, e esteve ligado a correntes políticas e ideológicas, especialmente o marxismo, o anarquismo e o anarcossindicalismo.

O anarcossindicalismo foi uma importante corrente do movimento operário que defendia a destruição da ordem liberal burguesa e a construção de uma sociedade de indivíduos livres. Os anarcossindicalistas acreditavam que a transformação da sociedade só seria possível com a ação direta dos trabalhadores, por meio de uma greve geral dirigida pelos sindicatos.

No final do livro, na seção Técnicas de trabalho, há orientações para análise de filmes.

### Você vai gostar de assistir

#### **Germinal**

**Direção:** Claude Berri.  
França/Bélgica/Itália,  
1993. 160 min

O filme, que tem como base o romance homônimo do escritor francês Émile Zola, narra a história de um grupo de trabalhadores de uma mina de carvão francesa na segunda metade do século XIX, mostrando as péssimas condições de trabalho dos operários, a fome, a falta de higiene e os efeitos da carestia na conduta individual e na organização familiar dos trabalhadores.

O anarcossindicalismo chegou ao Brasil no início do século XX graças, principalmente, aos imigrantes italianos.

## Comuna de Paris

A Comuna de Paris foi a primeira experiência de governo operário da história. Essa afirmação pode ser feita porque, embora os trabalhadores integrantes de outras camadas populares tenham participado de levantes anteriores, como a Revolução Francesa ou a Primavera dos Povos, nunca haviam chegado a governar isoladamente e, na maioria das vezes, foram reprimidos depois das mudanças iniciais. Na Comuna isso não aconteceu. Ela foi iniciada e conduzida por trabalhadores, populares e intelectuais ligados ao movimento operário.

A formação da Comuna estava relacionada ao processo de unificação da Alemanha. Em 1870, após a vitória alemã sobre a França na Guerra Franco-Prussiana e da queda do imperador francês Napoleão III, Otto von Bismarck enviou seu Exército para cercar a cidade de Paris. No entanto, muitos dos moradores da capital, especialmente das classes populares, decidiram formar uma Guarda Nacional e resistir ao invasor.

Em janeiro de 1871, Louis Adolphe Thiers, líder do Governo Provisório de Defesa Nacional, negociou com Bismarck uma rendição. Os parisienses, no entanto, não aceitaram esse acordo e, no mês de março, conseguiram depor o governo, que se transferiu para a cidade de Versalhes. Eles então proclamaram a Comuna de Paris.

A Comuna organizou-se de forma autônoma e popular, sendo governada diretamente pelos trabalhadores e por pessoas ligadas ao movimento operário, que eram eleitas por sufrágio universal. O governo popular tomou uma série de medidas com o objetivo de atender às reivindicações dos trabalhadores (leia o box ao lado). De acordo com relatos da época, a cidade de Paris passou por um período de paz e intensa politização durante os dois meses de duração da Comuna.

Enquanto isso, o governo que estava em Versalhes se aliou ao Exército prussiano, que era seu rival até dois meses antes, para destruir a Comuna e derrotar o governo popular. Entre 21 e 28 de maio de 1871, as tropas do governo de Versalhes atacaram Paris, pondo fim ao movimento. Estima-se que cerca de 20 mil pessoas tenham sido executadas e mais de 50 mil tenham sido presas em represália à formação da Comuna de Paris.

### Resoluções do governo da Comuna

Durante o período em que esteve no poder em Paris, a Comuna promoveu ações que beneficiavam os mais pobres, como o congelamento do preço dos gêneros de primeira necessidade e dos aluguéis, a ocupação de imóveis vazios e de fábricas abandonadas, a abolição dos descontos salariais, a redução da jornada de trabalho, o fim do trabalho noturno e a instituição do ensino obrigatório e gratuito, com a fundação de diversas escolas. Além disso, foi instituída a separação do Estado e da Igreja e a igualdade de direitos entre os sexos. Grande parte dessas medidas foram revogadas com o fim da Comuna.

Barricada construída durante a Comuna de Paris.  
Foto de 18 de março de 1871.  
Museu Carnavalet, Paris, França.



## Explorando o conhecimento

1. Descreva, em um pequeno texto, as principais características da onda revolucionária de 1830 e da Primavera dos Povos de 1848, ocorridas na Europa.
2. Identifique as principais características do socialismo utópico.
3. Defina os termos a seguir.
  - a) Nacionalismo.
  - b) Carbonários.
  - c) Tratado de Latrão.
  - d) Zollverein.
4. Tanto o marxismo quanto as principais correntes anarquistas defendiam o fim da propriedade privada e do capitalismo. Apesar disso, eles tinham profundas divergências entre si. Apon-te as principais diferenças que separavam a teoria marxista do pensamento anarquista.

## Pensando criticamente

5. A aliança entre burguesia e nobreza latifundiária no processo de unificação da Itália e da Alemanha ocorreu em meio a uma série de batalhas militares. A respeito desse assunto, responda:
  - a) De que maneira o militarismo aproximava os interesses da burguesia dos do Estado, especialmente na Alemanha?
  - b) Em sua opinião, é possível perceber nos confrontos militares um fator de amenização dos conflitos entre as classes sociais? Justifique.
6. Leia o texto abaixo.

“Durante a Comuna de Paris, [Louise Michel] animou o Clube da Revolução e suas milícias armadas. Após a Semana Sangrenta, [...] apresentou-se aos juízes, pedindo-lhes a morte. Como seus irmãos de classe, reivindicou morrer no Campo de Satory, onde, na noite de 27 de maio, milhares foram massacrados pelas tropas de Versalhes. [...] Acabou deportada e exilada por nove anos na colônia penal de Nova Caledônia, onde ensinou os nativos a pensar em liberdade, acompanhando-os em sua rebelião contra o domínio colonial francês.”

D'ATRI, Andrea. Comuna de Paris: mulheres parindo um novo mundo. *Lutas Sociais*, n. 25-26, 2010-2011. p. 276-286. Disponível em <<http://revistas.pucsp.br/index.php/ls/issue/view/1196>>. Acesso em 7 mar. 2016.

O texto apresenta um exemplo da participação feminina na Comuna de Paris. Esse movimento

- a) ocorreu em razão dos altos impostos sobre a burguesia, grupo social que liderou o movimento.
- b) foi organizado pelas feministas, que lutavam pela igualdade de gêneros, e terminou quando as mulheres conquistaram o sufrágio.
- c) foi organizado de forma autônoma e popular, com governo eleito por sufrágio universal e grande participação feminina.
- d) foi liderado pelos trabalhadores, que implementaram um governo revolucionário inspirado nos ideais do socialismo utópico.
- e) foi organizado pela burguesia e pelos operários homens, apesar da participação de algumas mulheres na tomada do poder.

## Debatendo

7. Leia o texto a seguir.

“[...] a utopia [...] ganhou força e sentido para as vozes nas ruas das cidades brasileiras [...]. Elas bradaram contra os partidos políticos, seus representantes e os movimentos sociais institucionalizados [...] além das próprias instituições capitalistas. Nos cartazes, o grito grafado: ‘Vocês não nos representam’. Seria a velha utopia anarquista ganhando ares modernos com mobilizações estruturadas agora em redes sociais e digitais? Ou apenas uma crise de representatividade política do sistema atual?”

SALGADO, Aline. Utopia de máscara nova. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. n. 95, ago. 2013. p. 36.

As manifestações de 2013 no Brasil tiveram início na cidade de São Paulo e foram organizadas em protesto contra o aumento das passagens do transporte coletivo. Depois disso, várias manifestações se espalharam pelo país, apresentando diferentes reivindicações. Debata com os colegas as seguintes questões relacionadas a esse tema:

- a) A utilização das mídias digitais como veículo de organização das pessoas e como plataforma para a exposição das opiniões individuais cresceu desde as manifestações de 2013. Quais são seus aspectos positivos e negativos?
- b) Essas manifestações tiveram inspirações anarquistas somadas à crise de representatividade política? Justifique.

## Decifrando o Enem

Registre a resposta em seu caderno.

(ENEM-MEC/2013)

“Na produção social que os homens realizam, eles entram em determinadas relações indispensáveis e independentes de sua vontade; tais relações de produção correspondem a um estágio definido de desenvolvimento das suas forças materiais de produção. A totalidade dessas relações constitui a estrutura econômica da sociedade – fundamento real, sobre o qual se erguem as superestruturas política e jurídica, e ao qual correspondem determinadas formas de consciência social.”

MARX, K. Prefácio à crítica da economia política.  
In: MARX, K.; ENGELS, F. *Textos 3*. São Paulo: Edições Sociais, 1977. (Adaptado)

Para o autor, a relação entre economia e política estabelecida no sistema capitalista faz com que

- a) o proletariado seja contemplado pelo processo de mais-valia.
- b) o trabalho se constitua como o fundamento real da produção material.
- c) a consolidação das forças produtivas seja compatível com o progresso humano.
- d) a autonomia da sociedade civil seja proporcional ao desenvolvimento econômico.
- e) a burguesia revolucione o processo social de formação da consciência de classe.

### Analizando

A questão foi elaborada com base em um trecho do prefácio da obra *Contribuição à crítica da economia política*, escrita por Karl Marx e publicada em 1859. Para o filósofo alemão, a produção da vida social é condicionada pelo desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, de tudo aquilo que é necessário para a sobrevivência dos seres humanos: recursos naturais e matérias-primas, máquinas e ferramentas, fábricas, meios de transporte, fontes de energia etc.

No processo de produção, os seres humanos transformam os elementos da natureza a fim de garantir sua sobrevivência e, para isso, estabelecem relações uns com os outros. A esse conjunto de relações, que forma a estrutura econômica da sociedade, Marx e Engels denominaram **infraestrutura**.

As forças produtivas – ou seja, a relação dos seres humanos com a natureza e as relações que estabelecem uns com os outros para garantir sua sobrevivência – condicionam o que Marx chamou de **superestrutura**: as organizações políticas, as leis, o aparato do Estado, as maneiras de pensar, a cultura etc. Mudanças na infraestrutura explicam, portanto, as alterações na superestrutura.

Conforme o enunciado, você deve escolher a alternativa que apresenta a relação entre economia (infraestrutura) e política (superestrutura) no sistema capitalista de acordo com as ideias desenvolvidas por Karl Marx. Vamos analisar cada uma delas.

- Alternativa **a**: Na teoria marxista, a mais-valia corresponde ao trabalho excedente do proletariado, que não é pago e produz o lucro do capitalista.
- Alternativa **b**: Para Marx, por meio do trabalho os seres humanos aproximam-se da natureza e estabelecem determinadas relações uns com os outros, garantindo sua sobrevivência e a reprodução da sociedade como um todo.
- Alternativa **c**: Segundo o autor, o sistema econômico e suas forças produtivas estão em constante movimento. Depois de nascer, desenvolver-se e expandir-se, tal sistema atinge a plenitude. Nesse processo, ocorrem contradições internas, que resultam em novos conflitos e na mudança de sistema.
- Alternativa **d**: Entende-se por sociedade civil o conjunto de organizações que compõem a sociedade, em contraposição ao Estado. O conceito foi utilizado por Marx muitas vezes como sinônimo de “sociedade burguesa”.
- Alternativa **e**: Consciência de classe pode ser definida, genericamente, como o conjunto de ideias de cada grupo social sobre sua posição na sociedade. Tais ideias determinam o modo como os indivíduos que compõem um grupo se percebem e como o grupo interage com os outros, até mesmo no campo político. Dessa forma, tanto a burguesia quanto o proletariado desenvolveram consciências de classe, próprias de seus interesses e papéis históricos.

**Agora é com você!** Qual é a alternativa correta?

A alternativa correta é a letra **b**.

### 1. (ENEM-MEC/2015)

“O principal articulador do atual modelo econômico chinês argumenta que o mercado é só um instrumento econômico, que se emprega de forma indistinta tanto no capitalismo como no socialismo. Porém os próprios chineses já estão sentindo, na sua sociedade, o seu real significado: o mercado não é algo neutro, ou um instrumento técnico que possibilita à sociedade utilizá-lo para a construção e edificação do socialismo. Ele é, ao contrário do que diz o articulador, um instrumento do capitalismo e é inerente à sua estrutura como modo de produção. A sua utilização está levando a uma polarização da sociedade chinesa.”

OLIVEIRA, A. A Revolução Chinesa. *Caros Amigos*, 31 jan. 2011. (Adaptado)

No texto, as reformas econômicas ocorridas na China são colocadas como antagônicas à construção de um país socialista. Nesse contexto, a característica fundamental do socialismo à qual o modelo econômico chinês atual se contrapõe é a

- a) desestatização da economia.
- b) instauração de um partido único.
- c) manutenção da livre concorrência.
- d) formação de sindicatos trabalhistas.
- e) extinção gradual das classes sociais.

### 2. (ENEM-MEC/2014)

“A transferência da corte trouxe para a América portuguesa a família real e o governo da metrópole. Trouxe também, e sobretudo, boa parte do aparato administrativo português. Personalidades diversas e funcionários régios continuaram embarcando para o Brasil atrás da corte, dos seus empregos e dos seus parentes após o ano de 1808.”

NOVAIS, F. A.; ALENCASTRO, L. F. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Os fatos apresentados se relacionam ao processo de independência da América portuguesa por terem

- a) incentivado o clamor popular por liberdade.
- b) enfraquecido o pacto de dominação metropolitana.
- c) motivado as revoltas escravas contra a elite colonial.

- d) obtido o apoio do grupo constitucionalista português.
- e) provocado os movimentos separatistas das províncias.

### 3. (UNEAL/2015) Maria Stella e Marina Bresciani (1994), no livro *Londres e Paris no século XIX*. O espetáculo da pobreza, afirmam que, em 1840, “Os observadores contemporâneos são unânimes ao afirmar que o assustador contraste entre a opulência material e a degradação do homem fazia de Londres uma singularidade absoluta”.

Identifique a alternativa correta.

- a) No século XIX, o socialismo científico corporificou uma reação à sociedade capitalista com o emprego da violência e da revolução, ou seja, o elemento motivador era a luta de classes, tendo como objetivo a tomada do poder.
  - b) Para a formação do socialismo científico, seus idealizadores acrescentaram ao socialismo utópico os fundamentos de *O manifesto comunista* de 1848, obra de autoria de Adam Smith.
  - c) Os adeptos do marxismo interpretam *O capital* e chegam a um consenso de que Marx prioriza o materialismo histórico e o papel das forças espirituais; por conseguinte, a fé e as religiões.
  - d) Nos anos de 1811 e 1812, o líder Ned Ludd cria um movimento conhecido como “ludismo”, que entendia ser um benefício nos avanços tecnológicos da Revolução Industrial que substituiu a mão de obra humana pelas máquinas.
  - e) O cartismo, movimento social ocorrido na Inglaterra (1830), teve como propósito obter direitos políticos para a classe burguesa, como o sufrágio universal, o voto secreto e a participação do patronato no Parlamento.
- ### 4. (UEL/2015) O dinheiro alterou enormemente as relações sociais e, no desenvolvimento da história econômica da sociedade, atingiu o seu ápice com o modo de produção capitalista. Com base nos conhecimentos sobre os estudos de Karl Marx, identifique a alternativa que apresenta, corretamente, as explicações sobre a produção da riqueza na sociedade capitalista.
- a) A mercantilização das relações de produção e de reprodução, por intermédio do dinheiro, possibilita a desmistificação do fetichismo da mercadoria.

- b) Enquanto mediação da relação social, o dinheiro demonstra as particularidades das relações entre indivíduos, como as políticas e as familiares.
- c) O dinheiro tem a função de revelar o valor de uso das mercadorias, ao destacar a valorização diferenciada entre os diversos trabalhos.
- d) O dinheiro é um instrumento técnico que facilita as relações de troca e evidencia a exploração contida no trabalho assalariado.
- e) O dinheiro caracteriza-se por sua capacidade de expressar um valor genérico equivalente, intercambiável por qualquer outro valor.
- 5. (UFPR/2013)** No Brasil, desde 2011, tem havido diversas comemorações dos 150 anos da unificação italiana, lembrando os fortes laços culturais entre os dois países. Sobre a relação entre a unificação italiana e a imigração de italianos para as Américas, é correto afirmar:
- a) A unificação italiana foi o resultado de uma série de revoltas populares, que culminaram em 1861 com a formação de uma república socialista sob a direção de Giuseppe Mazzini. A burguesia, que não concordava com o novo regime, emigrou para as Américas, levando capital suficiente para iniciar a industrialização em países como a Argentina, o Brasil e os Estados Unidos.
- b) O processo da unificação italiana contou com a intensa participação do Império brasileiro, pois Dom Pedro II almejava estabelecer relações comerciais com os italianos. É notória a participação de Giuseppe Garibaldi na política brasileira do período imperial. Após a unificação, contudo, nem o Brasil nem os demais países aliados conseguiram levantar a Itália de uma profunda crise econômica, o que levou a uma grande leva emigratória para as Américas de 1880 a 1930.
- c) A unificação italiana foi um processo iniciado no início do século XIX, que se concluiu em 1861, com uma monarquia constitucionalista, sob o comando de uma aliança entre burgueses e latifundiários, que afastou os setores populares do poder. Muitos italianos camponeses e trabalhadores saíram empobrecidos após a unificação, o que estimulou uma intensa emigração para as Américas entre 1880 e 1930, engrossando fileiras de trabalhadores agrícolas e operários.
- d) A unificação italiana durou de 1861 a 1870, agregando estados independentes sob a direção do Reino de Piemonte-Sardenha. Porém, sua conclusão só foi possível após a unificação alemã, que marcou o fim da ingerência de Otto von Bismarck na política europeia. Após esse processo, o monarca instituído perseguiu duramente seus inimigos políticos, que emigraram para as Américas.
- e) A emigração italiana para as Américas teve início por conta de uma série de dificuldades financeiras causadas por problemas climáticos, que, por volta de 1850, prejudicaram as colheitas. O volume de emigrantes intensificou-se após a unificação em 1861, em decorrência do fato de que o governo anarquista instituído fracassou na tentativa de reerguer o país.
- 6. (UPF/2013)** O processo de independência do Brasil teve raízes na chegada da corte portuguesa ao país, em 1808. A partir daí a quebra do pacto colonial resultou em significativas transformações econômicas que foram exigindo, também, um novo estatuto político. Esse processo de mudanças culminou com a separação política, quando em 1822 o príncipe regente Dom Pedro proclamou a independência do Brasil em relação a Portugal. Sobre o contexto imediatamente após o 7 de setembro de 1822, identifique a alternativa correta.
- a) O modelo político implantado e que era desejado pelas classes conservadoras foi a monarquia absolutista, com todos os poderes concentrados nas mãos de Dom Pedro I.
- b) O governo implantado e conduzido por Dom Pedro I atendia unicamente os interesses dos latifundiários, por isso os comerciantes portugueses que estavam no Brasil se organizaram numa oposição feroz, que resultou na abdicação do imperador em 1831.
- c) A forma de governo desejável, segundo os conservadores, era a monarquia constitucional, com representação limitada, como garantia da ordem e da estabilidade social.
- d) Este contexto foi conduzido pela aristocracia industrial, não havendo a participação popular, nem nas chamadas guerras de independência, na Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Cisplatina.
- e) Implantou-se um modelo econômico autônomo que, embora estivesse baseado na escravidão, voltou-se para atender às demandas do mercado interno.

# Da Regência ao Segundo Reinado



FERNANDO QUEVEDO/AGÊNCIA O GLOBO

Intervenção artística na praia de Copacabana para protestar contra o racismo no esporte. Rio de Janeiro (RJ). Foto de 2014. A arte, patrocinada pela Associação de Esporte e Lazer (Ascagel), consistia de cem pares de bonecos nas cores preta e branca de mãos dadas, segurando flores.

O tema desta abertura apresenta uma questão que, infelizmente, ainda faz parte da realidade brasileira: o preconceito racial. Sugerimos que, antes de analisar o poema com os alunos, apresente a eles a figura de Luiz Gama, o autor desses versos. Ele nasceu na Bahia, filho de um fidalgo de origem portuguesa e de uma escrava. Aos 10 anos foi vendido como escravo e só aos 18 recuperou sua liberdade. Tornou-se jornalista e advogado, além de grande líder da causa abolicionista. Em sua atuação nos tribunais, Luiz Gama conseguiu libertar mais de mil escravos. Combateu o sistema escravista, a corrupção do Judiciário e o preconceito racial em seu meio, sendo um dos poucos intelectuais a criticar a ideia de civilização relacionada ao branqueamento da

população brasileira. Colaborou em importantes jornais do período, como o *Radical Paulistano*, órgão do Partido Liberal Radical, e fundou o semanário político e satírico *O Polichinelo* (1876).

## A tinta acima da cor

“Se negro sou, ou sou bode  
Pouco importa. O que isto pode?  
Bodes há de toda casta  
Pois que a espécie é muito vasta...  
Há cinzentos, há rajados,  
Baios, pambas, malhadas,  
Bodes negros, bodes brancos  
E, sejamos todos francos,  
Uns plebeus e outros nobres,  
Bodes ricos, bodes pobres,  
Bodes sábios importantes  
E também alguns tratantes...  
Aqui, nesta boa terra,  
Marram todos, tudo berra;  
Nobres, condes e duquesas,

Ricas damas e marquesas  
Deputados, senadores,  
Gentis-homens, vereadores,  
Belas damas emproadas  
De nobreza empantufadas;  
Repimpados principotes  
Orgulhosos fidalgotes  
Frades, bispos, cardeais,  
Fanfarrões imperiais,  
Gentes pobres, nobres gentes  
Em todos há meus parentes.”

GAMA, Luiz [século XIX]. In: SANTOS, Eduardo Antonio Estevam. *A tinta acima da cor*. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 1º nov. 2015. Disponível em <[www.revistadehistoria.com.br/secao/leituras/a-tinta-acima-da-cor](http://www.revistadehistoria.com.br/secao/leituras/a-tinta-acima-da-cor)>. Acesso em 14 jan. 2016.

### ◆ Conversando sobre

1. Em seu poema, o jornalista, advogado e abolicionista Luiz Gama reflete sobre o preconceito racial no Brasil imperial. Como esse tema aparece no poema? De que forma o autor trata a miscigenação da sociedade brasileira?
2. O preconceito racial ainda é um grave problema em nosso país. De que forma ele está presente na sociedade brasileira? Cite exemplos e converse com os colegas sobre medidas que podem ser tomadas para combater esse preconceito.

## ◆ Período regencial

A abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831, consolidou o processo de independência política do Brasil. Com isso, os portugueses que ocupavam cargos públicos foram substituídos por cidadãos brasileiros, que organizaram grupos políticos para atuar nas novas regras do jogo de poder. Durante o período regencial, o poder foi disputado pelos liberais moderados, liberais exaltados e restauradores.

- **Liberais moderados:** representantes da aristocracia agrária do centro-sul do país. Viam na figura do imperador um meio de preservar seus privilégios, mas defendiam o aumento dos poderes e das atribuições do Legislativo. Estavam interessados na manutenção da ordem por meio de um governo centralizado, opondo-se às reformas sociais e econômicas. Nesse grupo, destacaram-se o padre Diogo Antônio Feijó, o jurista Bernardo Pereira de Vasconcelos e o jornalista Evaristo da Veiga.
- **Liberais exaltados:** grupo composto basicamente de pequenos proprietários e profissionais liberais. Defendiam maior autonomia para as províncias, em uma monarquia descentralizada ou, até mesmo, em uma república. Reivindicavam também a ampliação do direito do voto, o **federalismo**, o fim do Poder Moderador, do Conselho de Estado e do Senado vitalício. Entre os liberais exaltados de mais destaque estava Antonio Borges da Fonseca.
- **Restauradores:** grupo mais conservador, que pretendia reconduzir D. Pedro I ao trono. Composto basicamente de burocratas e grandes comerciantes portugueses, tinha entre seus principais representantes José Bonifácio de Andrada e Silva. Com a morte de D. Pedro I, em 1834, a corrente perdeu força e seus integrantes incorporaram-se a outros grupos políticos.

**Federalismo:** no Brasil do século XIX, o federalismo era compreendido como um sistema de governo que reunia os estados soberanos em torno de um centro comum, mas que concedia maior autonomia às províncias para administrar seus interesses. Dessa forma, o poder central era enfraquecido.

## ◆ Regência Trina

Quando D. Pedro I abdicou, o príncipe herdeiro tinha apenas 5 anos. Por isso, em abril de 1831, uma **Regência Trina Provisória** foi eleita pela Assembleia Geral para governar o Brasil. Essa Regência governou até julho do mesmo ano, quando a Câmara, dominada pelos moderados, escolheu um novo governo. A **Regência Trina Permanente** era integrada pelo brigadeiro Francisco de Lima e Silva, João Bráulio Muniz e José da Costa Carvalho.

Durante o período regencial, prevaleceu a tendência política dos liberais moderados. Por meio de reformas constitucionais, procuraram diminuir as funções do Poder Executivo e ampliar as atribuições do Legislativo. Os moderados acreditavam que tais medidas podiam atender parte das reivindicações dos exaltados, defensores do federalismo.

Em 1831, foi criada a **Guarda Nacional**, composta de cidadãos ativos, entre 21 e 60 anos, que dispunham de uma renda superior a 100 mil-réis. A Guarda Nacional exerceu funções essencialmente policiais, coibindo crimes, reprimindo levantes e combatendo quilombos.

No ano seguinte foi aprovado o **Código de Processo Criminal**, que fixou as normas para a aplicação da justiça. O Código deu maiores poderes aos juízes de paz, eleitos em cada localidade, que passaram a ter o direito de julgar e prender pessoas acusadas de cometer pequenas infrações. A descentralização do sistema judiciário acabou reforçando o poder da aristocracia agrária.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, RIO DE JANEIRO



Major da Guarda Nacional (1840), pintura de Sousa. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (RJ).

## Mudanças na educação

Entre outras medidas, o Ato Adicional estabeleceu que a educação básica passaria a ser legislada pelas Assembleias Legislativas Provinciais, enquanto o ensino superior e a educação no Rio de Janeiro ficariam sob a responsabilidade do governo central.

## Ato Adicional de 1834

Aprovado em agosto de 1834, o Ato Adicional ocasionou importantes mudanças de caráter descentralizador na Constituição de 1824. Os Conselhos Provinciais foram transformados em **Assembleias Legislativas Provinciais**, que poderiam criar leis e controlar os impostos e os gastos locais, bem como nomear seus próprios funcionários. Antes, essa tarefa pertencia à Assembleia Geral do Rio de Janeiro. Desse modo, os políticos locais passaram a usufruir de um mecanismo eficiente para obter votos em troca de favores.

A maior autonomia para as províncias deu aos liberais exaltados uma sensação de vitória política. Entretanto, as Assembleias Legislativas eram órgãos ligados diretamente aos presidentes das províncias, que continuaram a ser nomeados pelo governo central. O Ato Adicional também determinou que o Poder Executivo deveria ser exercido por um único regente. Assim, a Regência, que era Trina, tornou-se **Una**, com eleições previstas de quatro em quatro anos.

## ◆ Regência Una

Defensor das propostas do Ato Adicional de 1834, o padre Diogo Antônio Feijó, eleito em 1835, assumiu o governo em um momento em que o país enfrentava uma série de levantes populares, que ameaçavam a preservação da monarquia e a unidade territorial.

Feijó também enfrentou forte oposição dos regressistas, que reivindicavam maiores concessões ao Legislativo. O desgaste entre o Executivo e o Legislativo agravou-se em 1837, quando a eleição para o Legislativo resultou na vitória da maioria regressista. No mesmo ano, Feijó renunciou ao cargo de regente. O senador regressista Pedro de Araújo Lima assumiu interinamente o Poder Executivo e iniciou o processo de centralização política do Império.

O restabelecimento da ordem e a manutenção da unidade territorial estavam entre as preocupações do novo governo. Assim, em 1840, foi publicada a **Lei de Interpretação do Ato Adicional**, que diminuiu a autonomia legislativa concedida às províncias em 1834, devolvendo ao Senado e à Câmara, no Rio de Janeiro, o poder de legislar.

## Divisão política

O Ato Adicional de 1834 originou uma divisão política no grupo dos liberais moderados. O grupo dividiu-se entre **progressistas**, que apoiavam as medidas descentralizadoras propostas pelo documento de 1834, e **regressistas**, que combatiam a autonomia concedida às províncias e propunham a revogação do Ato Adicional.



Palácio do Governo em São Paulo (1827), pintura de Jean-Baptiste Debret. A Lei de Interpretação do Ato Adicional, de 1840, diminuiu o poder das Assembleias Legislativas Provinciais.

JEAN-BAPTISTE DEBRET - COLEÇÃO PARTICULAR

## ◆ Revoltas regenciais

Durante o período regencial, o governo central foi contestado por revoltas em diversas províncias. Entre elas estão as Rusgas Cuiabanas (1834), a Cabanagem (1835-1840), a Revolta dos Malês (1835) e a Guerra dos Farrapos (1835-1845), movimentos que iremos abordar neste livro. Além dessas revoltas, ocorreram no período regencial a Sabinada (1837-1838) na Bahia, e a Balaiada (1838-1841), no Maranhão. A Sabinada foi um movimento de militares e das classes média e rica baiana contra as imposições e nomeações políticas do governo regencial para o estado. A Balaiada foi um movimento popular contra os desmandos da aristocracia rural maranhense.

### ◆ Rusgas Cuiabanas: Mato Grosso, 1834

Desde o período colonial, a província de Mato Grosso era dominada política e economicamente por um poderoso grupo de comerciantes e fazendeiros portugueses, conhecidos pelo apelido pejorativo de “bicudos”. Essa situação, que não se alterou após a independência, provocou forte reação da elite de Cuiabá, muitos deles membros do grupo liberal **Sociedade dos Zelosos da Independência**, que reivindicava maior autonomia e espaço na política local.

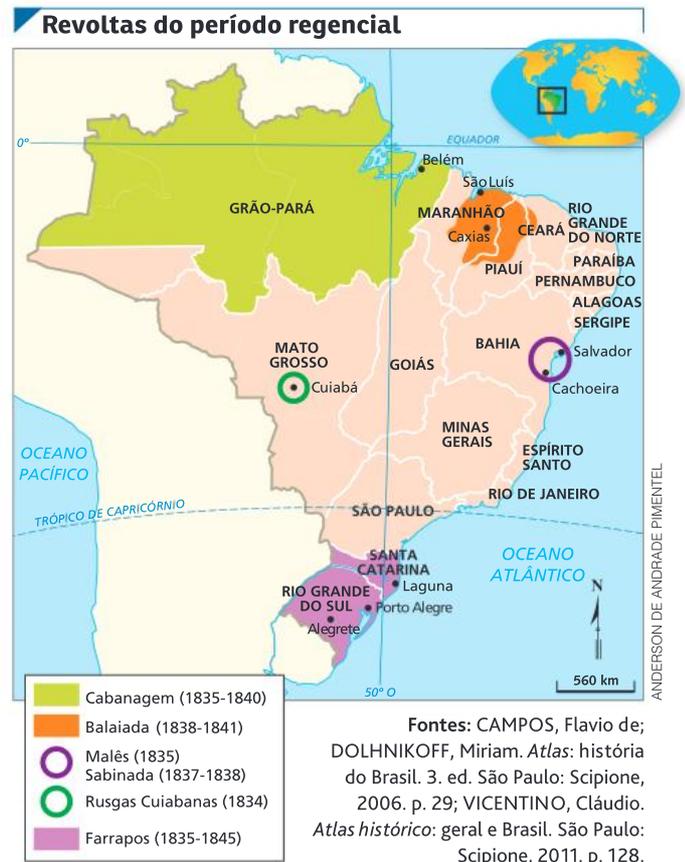
Para acalmar os ânimos, o Conselho de Governo nomeou João Poupino Caldas vice-presidente da província, dada a sua influência na Sociedade dos Zelosos. Porém, a ala radical dos liberais, que também defendia a expulsão e a morte dos portugueses da região, não se contentou. Em 30 de maio de 1834, a rebelião, conhecida como **Rusgas Cuiabanas**, teve início com os boatos de que portugueses estariam planejando o assassinato de oficiais da Guarda Nacional. Os rebeldes realizaram saques em casas comerciais, destruíram propriedades e assassinaram muitos “bicudos”.

A princípio, Poupino colaborou com os revoltosos. No entanto, a situação saiu do controle e ele acabou pedindo ajuda ao governo do Rio de Janeiro para conter a revolta. Em setembro, Antônio Pedro de Alencastro assumiu a presidência da província. No mês seguinte, com o apoio de Poupino, as tropas do governo derrotaram os rebeldes. Os principais líderes foram presos e enviados ao Rio de Janeiro para serem julgados.

### ◆ Cabanagem: Pará, 1835-1840

Entre 1835 e 1840, a província do Grão-Pará foi cenário de uma sublevação popular conhecida como **Cabanagem**. Após a abdicação de D. Pedro I, os liberais radicais paraenses realizaram diversas manifestações contra a interferência do Rio de Janeiro na administração local. O discurso desses rebeldes atraiu os **cabanos** da região, que sofriam com a carestia de alimentos e o recrutamento forçado nas milícias.

Em 1835, os revoltosos ocuparam a cidade de Belém e executaram o governador da província. Diversas lideranças populares começaram a surgir, como os irmãos Vinagre e o jovem seringueiro cearense Eduardo Angelim, que mobilizaram as camadas marginalizadas e impulsionaram a radicalização do movimento. As tropas enviadas pelo governo regencial não conseguiram reprimir os sublevados. Um dos líderes rebeldes, o fazendeiro Félix Antônio Malcher, assumiu o governo do Pará.



A província do Grão-Pará, na época em que eclodiu a Cabanagem, compreendia o atual Pará e a comarca do Rio Negro, hoje os estados do Amazonas, Roraima, Rondônia e Amapá. A região tornou-se independente do estado do Maranhão em 1772; até esse período, manteve poucos contatos com o Rio de Janeiro, pois seu governo era nomeado diretamente pela metrópole.

**Cabano:** nome dado às camadas mais pobres da população do Grão-Pará, formadas por índios, negros e mestiços, que moravam em cabanas à beira dos rios.

## Fim do governo cabano

Conflitos internos, porém, logo enfraqueceram os cabanos: a elite, assustada com a radicalização das manifestações, abandonou o processo revolucionário. O governo central enviou novas tropas para a província, sob o comando do almirante britânico John Taylor, vencendo os cabanos em Belém. Mas os rebeldes, com uma força de 3 mil homens, retomaram a capital, sob a direção de Eduardo Angelim, que proclamou a república e a independência da província do Grão-Pará.

O governo de Angelim assumiu um perfil popular e revolucionário. Porém, isolada das demais províncias, a república dos cabanos não resistiu aos sucessivos ataques das tropas do governo central e chegou ao fim em 1839. Os principais líderes foram deportados, e a maioria dos rebeldes, provenientes das camadas pobres, foi presa ou executada.

## ◆ Revolta dos Malês: Bahia, 1835

Em janeiro de 1835, a cidade de Salvador foi palco da **Revolta dos Malês**, organizada e conduzida por escravos e libertos africanos, a maioria da etnia nagô-iorubá, e com a participação de jejês e hauçás.

Naquele período, a população de escravos de ganho era bastante expressiva na cidade de Salvador. Os escravos trabalhavam fora da casa de seus senhores, exercendo atividades variadas (vendedores ambulantes, mensageiros, carregadores, carpinteiros, sapateiros etc.), e entregavam aos seus donos parte da remuneração que recebiam. O dinamismo do meio urbano, a relativa autonomia que caracterizava a atividade dos escravos de ganho, a origem comum, a religião e as condições de trabalho propiciaram o desenvolvimento de relações solidárias entre africanos cativos e libertos na luta contra a escravidão.

A rebelião mobilizou aproximadamente 1.500 negros, organizados em uma sociedade secreta. Apesar de o movimento ter sido organizado e liderado por malês, nem todos os negros muçulmanos da cidade participaram da revolta, assim como nem todos os rebeldes eram seguidores do islamismo. O levante estava previsto para o dia 25 de janeiro. Porém, uma escrava liberta, em troca de favores pessoais, preveniu as autoridades. Os malês lançaram-se à luta, apesar de terem perdido a vantagem do fator surpresa. Ao serem derrotados, fugiram para a região do Recôncavo Baiano, atacando os canaviais. Vencidos também nas áreas rurais, os rebeldes foram submetidos a torturas, açoites, deportações e até execuções.

Os objetivos da Revolta dos Malês ainda não foram esclarecidos. Segundo as autoridades da época, os rebeldes pretendiam exterminar a população branca e os católicos, versão que não foi confirmada pelos registros conhecidos até então.

**Malê:** acredita-se que o termo, de origem iorubá, fosse utilizado para designar africanos convertidos ao islã. A maioria dos malês sabia ler e escrever em árabe, pois o aprendizado dessa língua era necessário para a leitura do *Alcorão*, o livro sagrado dos muçulmanos.



Um mercado na Bahia (c. 1860), gravura de Jean Leon Pallière Grandjean Ferreira, que representa escravas quitadeiras em Salvador. Mais de 60% dos escravos da cidade, no período, tinham nascido na África, e muitos deles eram muçulmanos.

JEAN LEON PALLIÈRE GRANDJEAN FERREIRA - COLEÇÃO PARTICULAR

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

## ◆ Guerra dos Farrapos: Rio Grande do Sul, 1835-1845

A Guerra dos Farrapos, também conhecida como **Revolução Farroupilha**, ocorreu no Rio Grande do Sul, entre 1835 e 1845, e se estendeu até Santa Catarina. O movimento teve origem nos conflitos entre os poderosos **estancieiros** gaúchos e o governo central. A economia sulista estava assentada na produção de bens para o mercado interno, abastecendo a Região Sudeste com charque, gado e couro. A pecuária da região utilizava mão de obra livre, contando com um número reduzido de escravos.

Os estancieiros gaúchos estavam descontentes com os altos impostos cobrados sobre o charque, que encareciam o produto e favoreciam a concorrência dos artigos argentinos e uruguaios. Reivindicavam também maior autonomia política, o que incluía o direito de escolher o presidente da província.

O movimento teve início no dia 20 de setembro de 1835, quando as tropas comandadas pelo rico estancieiro e militar Bento Gonçalves da Silva invadiram Porto Alegre e depuseram o presidente da província. A Regência acabou nomeando outro presidente, José Araújo Ribeiro, que decidiu enfrentar os rebeldes. Em 1836, os farrapos saíram vitoriosos nos campos de batalha do Seival e proclamaram a **República Rio-Grandense** ou **República de Piratini**.

Em julho de 1839, comandados pelo italiano Guisepe Garibaldi, ao lado de sua companheira Anita Garibaldi, os rebeldes invadiram Santa Catarina e proclamaram a **República Juliana**, confederada à República Rio-Grandense.

Muitos escravos aderiram à Revolução Farroupilha, com a promessa de que seriam libertados após o conflito.

“De olho na alforria, alguns negros fugiram das propriedades onde eram mantidos escravos para aderir à luta [farroupilha]. Outros foram cedidos por senhores de terra que apoiavam a revolução. Já senhores contrários ao movimento podiam ter seus escravos capturados à força, como aconteceu nas charqueadas – propriedades rurais onde se produz o charque (carne salgada) – de Pelotas.

Estima-se que em alguns momentos os lanceiros negros, como ficaram conhecidos estes soldados, tenham representado metade do Exército rio-grandense. O africano José, de nação angola, foi um desses homens [...]. Em dezembro de 1837, José foi preso e interrogado pelas autoridades imperiais em Porto Alegre, informando que quase toda a ‘infantaria dos brancos’ já havia desertado e que naquele momento os combatentes seriam quase exclusivamente ‘pretos, uns com armas e outros com lanças’.”

OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. *Traição farroupilha*. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 20 set. 2011. Disponível em <[www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/traicao-farroupilha](http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/traicao-farroupilha)>. Acesso em 16 jan. 2016.

Apesar das promessas de alforria, os escravos que participaram do movimento não foram libertados pela República Rio-Grandense. Ao final da guerra, muitos líderes farroupilhas, como Bento Gonçalves, ainda eram proprietários de escravos.

**Estancieiro:** dono de grande propriedade rural no sul do Brasil, que se destacava na criação de gado.

É interessante informar aos alunos que a maior parte do Rio Grande do Sul não ficou sob o poder dos farrapos. Cidades importantes, como Rio Grande e Pelotas, praticamente todo o norte da província, o litoral e a capital, Porto Alegre, não apoiaram os rebeldes.



Lanceiro negro (século XIX), pintura de Juan Manuel Blanes.

▶ Quem eram os lanceiros negros? Por que participaram da Revolução Farroupilha?

Os lanceiros negros eram os escravos que lutaram na Revolução Farroupilha. Aderiram ao movimento dos estancieiros gaúchos em troca da alforria após o fim do conflito.



*Duque de Caxias* (século XIX), fotografia de Carneiro e Smith. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro (RJ). De família militar, Duque de Caxias participou das campanhas que derrotaram revoltas como a Balaiada e a Farrroupilha. Uma década depois de derrotar o movimento rio-grandense, Caxias, já marechal do Exército, participou da Guerra do Paraguai, maior conflito militar do Estado brasileiro.

## Derrota dos farrapos

Em 1842, o governo imperial nomeou Luís Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias, para presidente da então província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Caxias procurou derrotar os farrapos, dificultando o escoamento dos seus produtos para a fronteira, uma vez que os rebeldes controlavam grande parte do interior, mas não tinham acesso ao mar. Além disso, Caxias soube explorar as divergências políticas entre as lideranças do movimento, aproximando-se dos estancieiros mais moderados e isolando os republicanos mais radicais. Assim, em fevereiro de 1845, o governo imperial derrotou o movimento.

Ao contrário do que aconteceu com os cabanos e os malês, o governo negociou a paz com os rebeldes. Nessa negociação se estabeleceu a anistia aos rebeldes, o direito de escolher o presidente da província e o benefício na comercialização do charque importado, já que o governo optou pela elevação da taxa de impostos para os produtos similares que vinham da região do Prata.

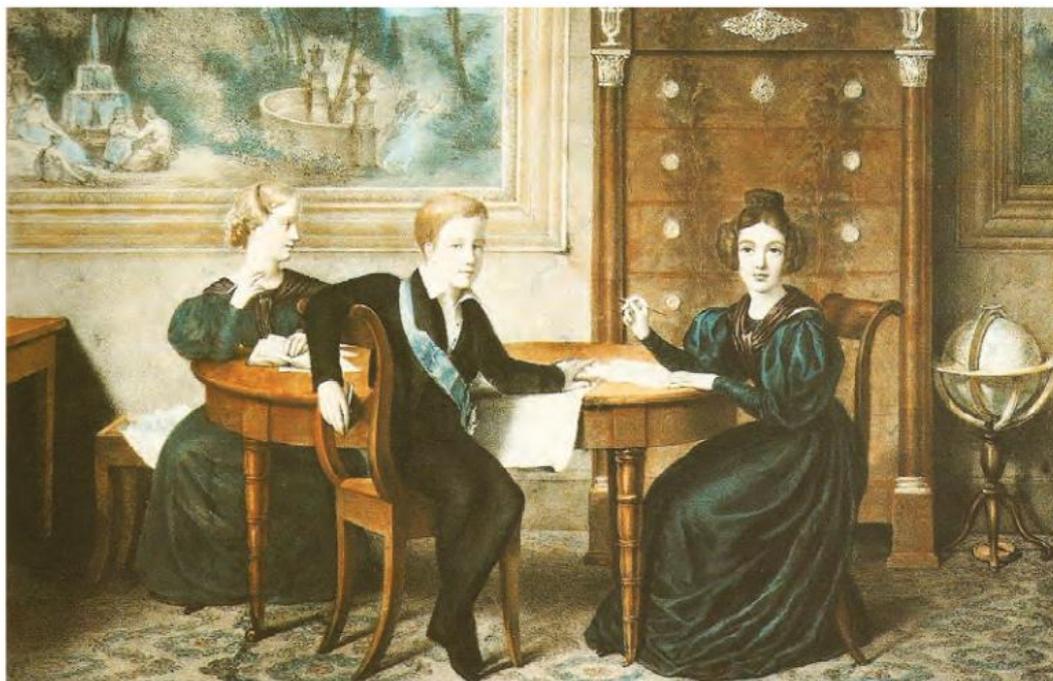
Em relação aos escravos que lutaram na revolução, acredita-se que alguns conseguiram fugir para o Uruguai, onde formaram quilombos, enquanto muitos permaneceram na condição de escravos. Um grupo de lanceiros chegou a ser encaminhado para o Rio de Janeiro como libertos, mas não se sabe se eles de fato conquistaram sua liberdade ao chegarem à cidade.

## Golpe da Maioridade

Diante da crise política e da dificuldade em estabelecer a paz nas províncias, no final de 1839 os políticos liberais começaram a defender o projeto de antecipação da maioridade do príncipe Pedro de Alcântara, apresentando-o como uma solução para a crise de governabilidade. O mais provável é que, derrubando o ministério conservador de Araújo Lima, os liberais esperassem controlar o poder manipulando o jovem imperador.

A fundação do Clube da Maioridade em 1840, presidido pelo liberal Antônio Carlos de Andrada e Silva, e o papel da imprensa, igualmente hostil à centralização regencial, contribuíram para o chamado "Golpe da Maioridade". Em 23 de julho de 1840, Pedro de Alcântara, com apenas 14 anos, foi declarado maior de idade e assumiu o governo do país. Coroado imperador em julho do ano seguinte, recebeu o título de D. Pedro II.

*D. Pedro, Dona Francisca e Dona Januária* (c. 1835), pintura de Félix-Émile Taunay. Museu Imperial, Petrópolis (RJ). Nota-se no aposento um globo terrestre, uma pintura, uma mesa e objetos de estudo, como livros e papéis. Desde cedo, D. Pedro (representado aqui com suas irmãs) recebeu uma educação refinada, com a intenção de prepará-lo para exercer sua função de imperador.



## ◆ Política no Segundo Reinado

Durante o governo de D. Pedro II, de 1840 a 1889, dois partidos políticos disputaram o poder no Brasil: o **Liberal** e o **Conservador**, ambos constituídos nos últimos anos do período regencial. O Partido Liberal originou-se do grupo dos progressistas e o Partido Conservador do grupo dos regressistas.

Embora os dois partidos apresentassem inegáveis semelhanças em relação à origem social e aos interesses econômicos dos seus integrantes, havia entre eles diferenças quanto ao modelo de Estado que queriam estabelecer no país. Os conservadores defendiam o fortalecimento do Executivo e do poder central, enquanto os liberais manifestavam-se a favor da ampliação da autonomia das províncias e alguns eram simpáticos às ideias republicanas.

O primeiro ministério do imperador adolescente, após o Golpe da Maioridade, era formado pela maioria liberal. Porém, o gabinete não tinha o apoio da Câmara dos Deputados, dominada pelos conservadores. Pressionado, D. Pedro II dissolveu a Câmara e convocou novas eleições.

As eleições para a nova Câmara, realizadas em outubro de 1840, transformaram-se numa batalha pelo voto. Práticas como falsificação de votos, roubo de urnas e espancamento de adversários políticos levaram aquela disputa a ficar conhecida como “eleição do cacete”. O resultado deu a vitória aos liberais. No entanto, pressionado pelos conservadores, D. Pedro dissolveu o gabinete liberal e formou um ministério conservador. Excluídos do poder, os liberais também perderam a Câmara, que foi dissolvida pelo imperador por pressões do novo gabinete.

### ◆ Fortalecimento do poder central

De volta ao governo, os conservadores retomaram a política de centralização, destinada a fortalecer a autoridade imperial e a reduzir a autonomia dos presidentes das províncias. Assim, o Conselho de Estado, que havia sido extinto em 1834, foi restaurado em 1841. No mesmo ano, houve a reforma do Código do Processo Criminal, transferindo as atribuições judiciárias, antes exercidas pelos presidentes das províncias, para o governo central. Além disso, a escolha dos oficiais da Guarda Nacional passou a ser da competência de indivíduos indicados pelo imperador ou pelo presidente da província.

O fortalecimento do poder central não agradou os setores liberais de algumas províncias, como Minas Gerais e São Paulo, que já vinham articulando-se por causa da insatisfação com a dissolução da Câmara em 1841 e a redução do poder judicial das províncias. Diante disso, em 1842, os liberais paulistas e mineiros iniciaram uma série de manifestações em defesa da autonomia regional, que foram rapidamente reprimidas pelas forças imperiais. Em Pernambuco, cenário de tantas rebeliões, a mobilização liberal assumiu maior amplitude, com a eclosão da Rebelião Praieira, em 1848.

*Retrato do imperador D. Pedro II (1873),  
pintura de Félix Émile Taunay. Museu  
Imperial, Petrópolis, Rio de Janeiro (RJ).*



## ◆ Rebelião Praieira: Pernambuco, 1848

Alguns praieiros defendiam ideias dos socialistas utópicos do início do século XIX, como Robert Owen e Charles Fourier, conforme visto no capítulo 10. Apesar disso, o movimento não pode ser visto como uma rebelião de caráter socialista, mas como um confronto entre grupos políticos pertencentes à mesma elite socioeconômica.

**Praieiro:** nome dado aos liberais mais radicais que divulgavam suas ideias no jornal *Diário Novo*. Seus membros eram chamados de “praieiros” pelo fato de a sede do jornal estar situada na Rua da Praia, no Recife.

Desde 1837, Pernambuco era governado por Francisco do Rego Bastos, pertencente à oligarquia açucareira. Ao longo de seu mandato, o presidente da província manteve uma postura conciliatória em relação à oposição liberal. Porém, em 1842, a situação alterou-se. Muitos membros do Partido Liberal se rebelaram porque nem todos os aliados de Rego Bastos tinham acesso aos cargos do governo e a outros benefícios.

A revolta iniciou-se pelas insatisfações desse grupo com o favorecimento do centro-sul, que recebia do governo central a maior parte dos recursos, e pela crise da produção açucareira nordestina. Em âmbito local, o objetivo político era combater o monopólio do comércio pelos estrangeiros e a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários; em âmbito nacional, pretendiam instaurar uma república, extinguir o Poder Moderador, instituir o sufrágio universal masculino e declarar a liberdade de imprensa.

Leia, a seguir, um trecho do manifesto dos **praieiros**.

“Quando de todos os pontos do Império se levantam queixumes contra a política da corte, acusando-a de egoísta e eminentemente maligna as províncias [...], deixando-as arrastarem-se no pó da miséria, sem cultura, sem adiantamento, ao passo que chama todos os seus recursos para o Rio de Janeiro, e lá os consome em festas, cortejos e bailes; responde-se que esses queixumes são injustos e puros inventos de espíritos turbulentos e inovadores, pois o governo trata com igual cuidado das necessidades de todo o Brasil. Entretanto aqui estão os fatos falando mais alto que todas as vozes do servilismo; aqui está uma população de cinco milhões de habitantes exposta a toda casta de sofrimentos [...].”

Cansada toda a província de tanto sofrer; vendo inteiramente anuladas todas as condições do sistema constitucional, [...] a um só grito de cooperação – as armas – ecoou em todos os pontos da província; os pernambucanos [...], de modo que soem inspirar o patriotismo e a razão, derramam o seu sangue em prol da [...] regeneração da província, e sem dúvida do Brasil inteiro [...].”

A bandeira do movimento liberal. *Diário Novo*. Pernambuco, 19 dez. de 1848.

Disponível em <<http://hemerotecadigital.bn.br>>.

Acesso em 16 jan. 2016.

Os praieiros chegaram ao poder em 1845, com a nomeação de Antônio Pinto Chichorro da Gama para a presidência da província. Porém, em 1848, com sua destituição pelo governo central, houve o desencadeamento de uma rebelião armada. Em fevereiro de 1849, os praieiros atacaram Recife. No entanto, não chegaram a tomar a cidade, pois foram detidos pelas forças governistas, o que esfacelou o movimento. Nos combates e nas execuções que se seguiram, o movimento praieiro deixou mais de 800 mortos, entre rebeldes e governistas.

Vista da Ponte da Boa Vista (1852), no Recife, representada em gravura de Emil Bauch.



## ◆ Parlamentarismo à moda brasileira

O fracasso da Rebelião Praieira encerrou o ciclo de manifestações revolucionárias contra o poder central. O governo procurou aperfeiçoar as regras do jogo político, já que a restauração do Poder Moderador e do Conselho de Estado havia sido concluída. A transação política das elites começou a delinear-se com o funcionamento de um sistema de governo que se declarava semelhante ao modelo parlamentarista britânico.

Em 1847, um decreto do imperador criou o cargo de presidente do Conselho de Ministros, ato que teria introduzido o parlamentarismo no Brasil. Entretanto, o funcionamento do “parlamentarismo à brasileira” não deve ser confundido com o modelo clássico britânico. Na Grã-Bretanha, o monarca tem papel decorativo, e quem governa é o primeiro-ministro, escolhido pelo partido vencedor nas eleições legislativas. Nesse modelo, diz-se que o rei “reina, mas não governa”.

No Brasil, por meio do Poder Moderador, o imperador podia nomear ou demitir ministros, além de poder dissolver o Parlamento. Dessa forma, o soberano reinava e governava. Devido a essas características, esse sistema de governo ficou conhecido como “parlamentarismo às avessas”.

O presidente do Conselho de Ministros (o equivalente ao primeiro-ministro no modelo britânico) era nomeado pelo imperador. Ele, por sua vez, escolhia os demais membros do Conselho, que eram encarregados de convocar as eleições para a Câmara. Organizadas de forma fraudulenta, essas eleições garantiam para o partido da situação a maioria no Legislativo.

Ao longo do Segundo Reinado, o país assistiu à organização de 36 gabinetes, com uma média de um ano e três meses para cada governo. No total, os conservadores governaram por mais de 29 anos e os liberais por mais de 19 anos.

Na década de 1850, as disputas políticas foram amenizadas por mecanismos de aproximação entre os líderes mais moderados dos grupos liberal e conservador. O entendimento político foi oficializado em 1853, com a criação do chamado **Ministério da Conciliação**, por iniciativa do mineiro Honório Carneiro Leão, o marquês de Paraná, que organizou um Conselho de Ministros composto de liberais e conservadores. Além de contribuir para o abrandamento das divergências, o acordo consolidou a exclusão dos setores urbanos nascentes do cenário político.

### Corrente

#### ultramontana:

doutrina que defendia a centralização do poder papal, o dogma da infalibilidade do papa e a autonomia da Igreja Católica em relação ao Estado brasileiro.



Charge do cartunista V. Cruz publicada na revista *América Ilustrada*, de 26 de janeiro de 1879. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (RJ). Na imagem, o chargista ironiza a lentidão do Partido Liberal na adoção das eleições diretas e critica o Partido Conservador e a corrente ultramontana, representados como forças reacionárias que andam para trás.

## Sua majestade, o café

**Beneficiamento do café:** tratamento pelo qual passam os frutos do café antes de sua comercialização. Entre as etapas desse processo estão: a eliminação das cascas, a separação dos grãos, o descaroçamento e a limpeza. Esse processo é utilizado para deixar os grãos de café em condições de torra e moagem.

Em seu artigo *A invenção como ofício: as máquinas de preparo e benefício do café no século XIX*, apresentado em 2006, Luiz Cláudio M. Ribeiro mostra que, na segunda metade do século XIX, não existia no Brasil um padrão estabelecido de beneficiamento do café: "Por volta de 1860, ficava cada vez mais evidente a ausência, no Brasil, de um modo unificado de beneficiar o café. As técnicas e o tipo de maquinismo empregado variavam de fazenda para fazenda e de região para região. A falta de padronização do benefício comprometia a qualidade do produto exportado, tendo sido o problema ainda mais agravado com a introdução de outras variedades da planta, como a *libéria*, *bourbon*, *amarelo* etc".

Escravos em fazenda de café na região do Vale do Paraíba (1882), fotografia de Marc Ferrez. Instituto Moreira Salles, Rio de Janeiro (RJ).

No início do século XVIII, o café já era bem conhecido na Europa e considerado um produto de luxo. No Brasil, o cultivo de café foi introduzido em terras do atual estado do Pará, em 1727, provavelmente pelo tenente-coronel Francisco de Melo Palheta. Nas cercanias da cidade do Rio de Janeiro, os primeiros indícios do cultivo desse artigo datam de 1760.

As condições climáticas e topográficas mostraram-se decisivas para o desenvolvimento da cafeicultura no Brasil. Os brejos e os pântanos drenados da Baixada Fluminense tornaram-se ideais para as primeiras plantações. Recursos e equipamentos existentes na região, originários das minas e da atividade mercantil, foram reaproveitados no cultivo do café. Acompanhando o crescimento do consumo internacional, as plantações foram-se expandindo pelo **Vale do Paraíba**, que até 1870 chegou ao seu auge como o maior produtor nacional de café. Nessa época, o grão já era produzido em São Paulo e na Zona da Mata de Minas Gerais.

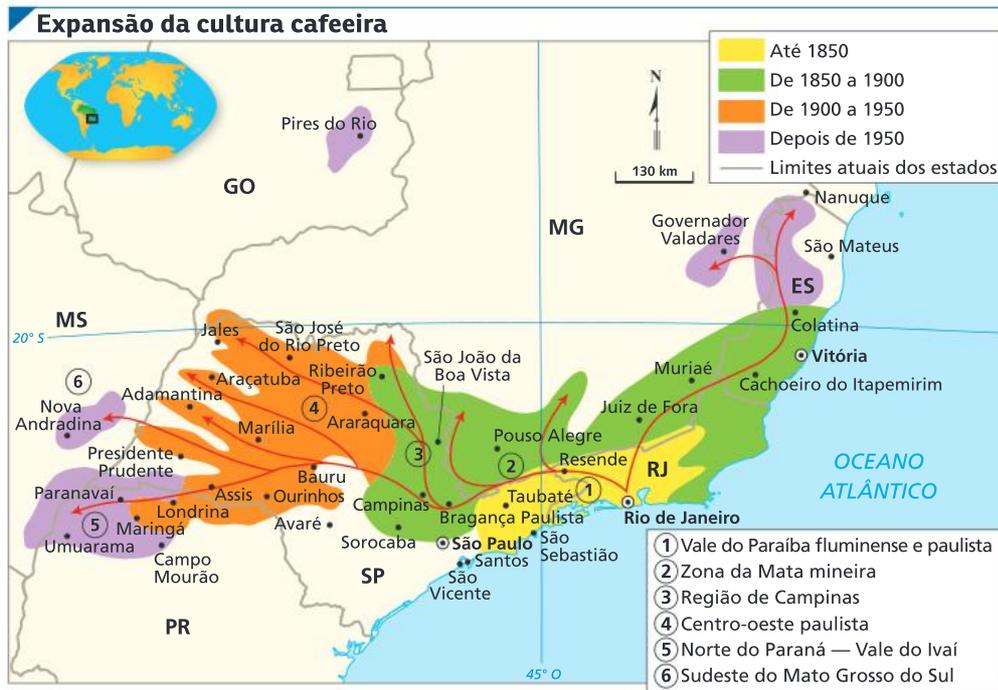
A dinâmica da produção cafeeira no Vale do Paraíba seguiu padrões existentes na economia colonial, isto é, ainda predominava o trinômio latifúndio, monocultura e mão de obra escrava. A montagem da fazenda começava pela construção da casa-grande e terminava com a posterior formação de roças de gêneros alimentícios (milho, feijão e mandioca) destinados a garantir a sobrevivência dos escravos. O mecanismo de criar uma margem de economia própria para o escravo dentro do sistema escravista, a chamada **brecha camponesa**, teve função semelhante à exercida no período colonial.

O declínio da produção do café na região do Vale do Paraíba, a partir de 1870, não desequilibrou a economia nacional. Esse declínio ocorreu em razão do esgotamento do solo e o envelhecimento da mão de obra escrava. Nessa época, a região do **oeste paulista** assistia à acelerada expansão do setor cafeeiro. Até 1850, ano da proibição do tráfico negreiro, foram mantidas a *plantation* e a utilização plena do braço escravo. A partir de 1850, o trabalho escravo foi lentamente substituído pelo imigrante.

Os cafeicultores do oeste paulista, embora utilizassem o trabalho escravo em muitas fazendas da região, conseguiram atrair, mais facilmente, o imigrante para suas lavouras. Os paulistas souberam utilizar tecnologia de **beneficiamento do café** e tornaram-se empresários dinâmicos, donos de companhias de navegação, ferroviárias, bancos, indústrias, além de prósperos comerciantes.



MARC FERREZ - COLEÇÃO GILBERTO FERREZ/INSTITUTO MOREIRA SALLES - RIO DE JANEIRO



A construção de ferrovias no Brasil está diretamente relacionada à expansão cafeeira no Sudeste. O capital gerado pelo cultivo de café foi investido, entre outros setores, na construção de estradas de ferro com a finalidade de facilitar o escoamento do café e de outros produtos agrícolas e matérias-primas. Perceba, no mapa, que as regiões produtoras de café estavam distantes dos portos. A construção de ferrovias foi essencial para facilitar o transporte de mercadorias até o litoral, de onde seguiam para o exterior.

► Observe o mapa. De que forma o cultivo de café contribuiu para a expansão das ferrovias no Brasil?

Fonte: CAMPOS, Flavio de; DOLHNIKOFF, Miriam. Atlas: história do Brasil. São Paulo: Scipione, 1997. p. 24.

## ◆ Brasil: exportação de café no século XIX

A rápida expansão do cultivo de café contribuiu para a solução da crise econômica, instaurada desde o governo de D. Pedro I. Além dos mercados europeus, o produto conquistou os Estados Unidos, que ainda no século XIX se tornaram o maior consumidor do café brasileiro.

Por volta de 1870, o café representava 56% da pauta de exportações do Império, atingindo 61% na década de 1880. O desenvolvimento do setor cafeeiro contribuiu decisivamente para o incremento das relações assalariadas de produção e possibilitou a acumulação de capital que, disponível, foi aplicado em sua própria expansão e em alguns setores urbanos, como o industrial e o ferroviário.

Entretanto, a excessiva concentração da renda nas mãos dos cafeicultores dificultou o pleno desenvolvimento de outros setores produtivos de bens de consumo cotidiano, como tecidos e outros artigos industrializados. Assim, tornou-se necessário um grande volume de importações, que esvaziaram os cofres públicos.

## ◆ Expansão das ferrovias

Os capitais gerados pela economia cafeeira, somados aos investimentos britânicos foram decisivos para a construção das estradas de ferro no Brasil. Com o objetivo de facilitar o escoamento de matérias-primas e produtos agrícolas, as áreas produtoras de café fluminense e paulista foram interligadas aos portos por meio da construção de ferrovias, que transformou a paisagem e contribuiu para a formação de novos centros urbanos.

A primeira ferrovia construída no país, a **Estrada de Ferro Petrópolis**, foi inaugurada em 1854 e ligava o porto de Mauá, na Baía de Guanabara, até Frágoso, no caminho para a cidade de Petrópolis. Irineu Evangelista de Sousa, o Barão e depois Visconde de Mauá, financiou a ferrovia. Considerado o primeiro grande empresário brasileiro, Mauá financiou a construção de ferrovias, além de investir em serviços públicos, criar várias empresas e um banco.

Na província de São Paulo, a primeira ferrovia foi a São Paulo Railway Company, mais conhecida como Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, inaugurada em 1867, que contribuiu para reduzir em quase 35% os custos com o transporte de café. A rede ferroviária paulista acompanhou a "marcha do café" para o oeste. De maneira geral, as ferrovias foram construídas em direção a Santos, que se tornou, depois do Rio de Janeiro, o principal centro de exportação do café.

Exportação brasileira de café	
Período	Toneladas
1821-1830	190.680
1831-1840	584.640
1841-1850	1.027.260
1851-1860	1.575.180
1861-1870	1.730.820
1871-1880	2.180.160
1881-1890	3.199.560

Fonte: GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 6. ed. São Paulo: Ática, 2001. p. 583.

## Outras atividades econômicas

### CONECTANDO COM A QUÍMICA

#### Vulcanização:

tratamento químico que consiste na adição de enxofre à composição da borracha natural, tornando-a mais resistente e flexível.

#### Pneumático:

cobertura de borracha que reveste a roda de veículos.

A pecuária destinava-se ao mercado interno. A criação de mulas supria a necessidade de transporte na região das lavouras cafeeiras, enquanto a criação de bovinos era usada para a obtenção de couro e a produção de charque.

Theatro da Paz em Belém (PA), fundado em 1878. Foto de 2014. A exploração da borracha alavancou o rápido crescimento econômico da região amazônica. Centros urbanos como Manaus e Belém expressavam a riqueza gerada pelos seringais.

Enquanto o café e a modernização tomavam conta do Sudeste, o restante do país conhecia uma realidade bem diferente. No sertão e no agreste nordestino, o panorama socioeconômico era crítico. Os sertanejos dedicavam-se basicamente à criação de gado e à agricultura de subsistência. As secas da região desencadearam fortes movimentos migratórios a partir do final do século XIX. Em busca de trabalho e de melhores condições de vida, os nordestinos iam em direção à Amazônia, trabalhar na extração do **látex**.

A seringueira, explorada pelos indígenas e conhecida pelos europeus desde a chegada ao território brasileiro, tornou-se uma riqueza importante no século XIX. Após a descoberta do processo de **vulcanização** da borracha pelo norte-americano Charles Goodyear, em 1839, iniciou-se um surto de exploração do produto a partir da década de 1860. Com o aparecimento dos **pneumáticos**, na segunda metade do século XIX, a demanda pela mercadoria cresceu ainda mais.

O **açúcar** produzido no Nordeste, por sua vez, continuou a ocupar importante lugar na pauta das exportações brasileiras durante o Segundo Reinado. Porém, a concorrência da produção antilhana e do açúcar de beterraba, produzido em larga escala na Alemanha, diminuiu os lucros gerados pelo açúcar brasileiro, dificultando os investimentos na modernização de equipamentos. De maneira geral, presa ao trabalho escravo e a métodos tradicionais, a produção açucareira no Nordeste entrou em crise.

Outro artigo importante na economia brasileira do período foi o **algodão**, produzido no Maranhão, no Pará, na Bahia, no Ceará, em Minas Gerais e em Goiás. A lavoura não requeria grandes investimentos e era explorada até por pequenos agricultores. O algodão brasileiro alimentava as indústrias têxteis da Grã-Bretanha e concorria com a produção norte-americana. Na década de 1860, em razão da guerra civil que eclodiu nos Estados Unidos, a produção brasileira de algodão teve um grande impulso.

No sul da Bahia destacava-se o cultivo do **tabaco**, mercadoria usada nas operações de escambo que possibilitavam adquirir escravos africanos desde o período colonial.



DELFIN MARTINS/PULSAR IMAGENS

## ◆ Sociedade em transformação

A sociedade imperial era composta basicamente de três segmentos distintos: o dos homens brancos, pertencentes às “boas famílias”, quase sempre ligadas à propriedade da terra; o dos escravos, cujo trabalho impulsionava a economia do Brasil imperial; e o do povo, que incluía brancos, mestiços e negros libertos e abrangia vários grupos sociais, desde os profissionais de diversas áreas até as pessoas de baixa renda.

Os homens brancos pobres costumavam trabalhar nas lojas como vendedores ou **caixeiros**. Os mestiços, em geral, trabalhavam como alfaiates, costureiros e artesãos de todo tipo – muitas vezes prejudicados com a concorrência de profissionais estrangeiros que moravam no Brasil.

Aos poucos desenvolveu-se um novo setor social, o das camadas médias urbanas, integrado por profissionais mais qualificados que viviam do rendimento do seu trabalho. Esse segmento contava com **agrimensores**, médicos, dentistas, escultores, jornalistas, barbeiros, marceneiros, advogados etc.

O crescimento econômico durante o Segundo Reinado propiciou às camadas mais ricas da sociedade adotarem costumes novos e refinados, importados dos centros urbanos europeus. Tornou-se comum, por exemplo, a presença de professores de francês e de piano entre as famílias da elite. Por meio de casamentos, estabeleciam-se sólidas e rentáveis relações entre as grandes famílias, interessadas em preservar seus bens e sua posição social.

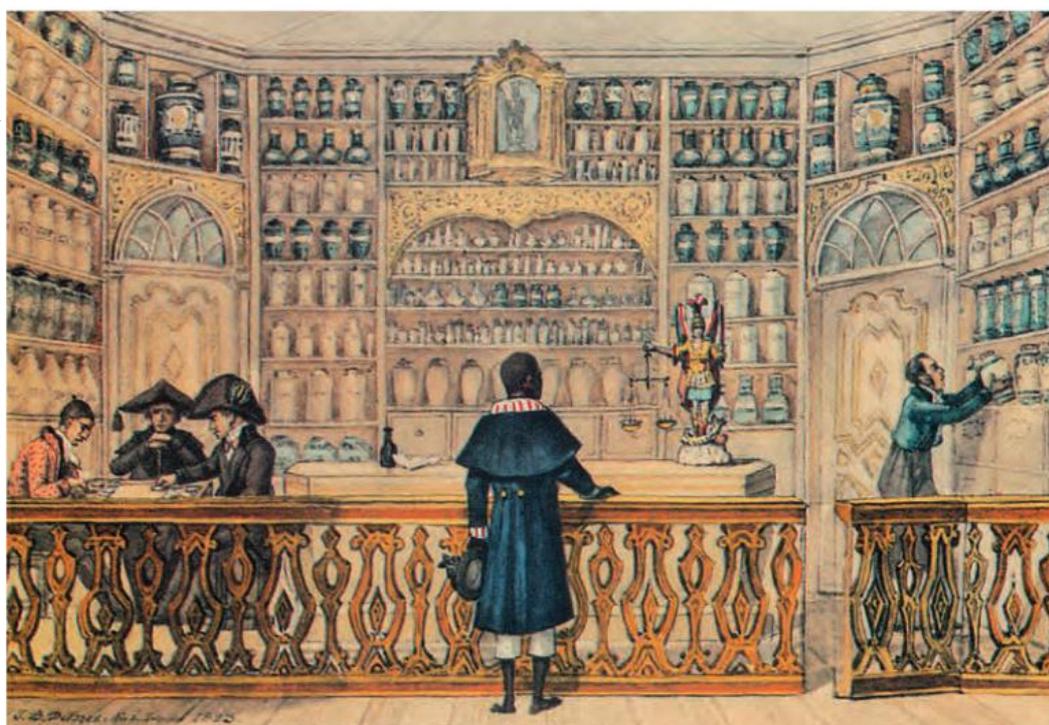
A diversão preferida da elite imperial eram os concertos líricos e as peças de teatro, geralmente europeias. Apaixonado por ópera, D. Pedro II incentivou o aperfeiçoamento de músicos brasileiros, fornecendo-lhes bolsas de estudo na Europa. As festas de salões (os saraus), encontros regulares nas residências das personagens mais ilustres da corte, eram os eventos apropriados para ouvir boa música e, obviamente, discutir política e economia.

O carnaval promovia o encontro da elite e do povo nas ruas das cidades. O **entrudo** era uma brincadeira típica das camadas mais populares, incluindo os escravos. Com água, polvilho e lama, as pessoas brincavam de atirar essa mistura umas nas outras, divertindo-se por três dias.

Mas, evidentemente, nem tudo era festa. Havia a violência estrutural da escravidão, agravada por torturas e outros castigos físicos, bem como o abandono de crianças, a exploração de menores, a miséria e a fome, fatos comuns aos grupos excluídos da sociedade.

**Caixeiro:** nome genérico dado às pessoas que trabalhavam no comércio. Os caixeiros trabalhavam, por exemplo, em escritórios, padarias, tabernas, engenhos, na distribuição de pão e na realização de cobranças.

**Agrimensor:** profissional especializado em medir, dividir e demarcar propriedades rurais.



*Botica* (1823), pintura de Jean-Baptiste Debret. Museu Castro Maya, Rio de Janeiro (RJ).



CHRISTIANO JR. - COLEÇÃO GILBERTO FERREZI / INSTITUTO MOREIRA SALLES - SÃO PAULO

Escravos carregadores (1865), fotografia de Christiano Jr. Instituto Moreira Salles, São Paulo (SP). Após a Lei Bill Aberdeen, a mão de obra escrava se tornou cada vez mais cara.

## ◆ Incentivos à produção industrial

Desde os tratados de comércio assinados com a Grã-Bretanha em 1810, as mercadorias britânicas eram taxadas em apenas 15%, situação que desestimulava a produção nacional. Porém, uma crise financeira instaurada no país após a independência alterou essa política alfandegária. A crise foi gerada pelos gastos para obter o reconhecimento internacional da independência e pelas dificuldades do setor agropecuário.

Assim, com o objetivo de melhorar a balança comercial brasileira, em 1844, o ministro da Fazenda, Manuel Alves Branco, baixou um decreto que criou a **Tarifa Alves Branco**, que aumentava os impostos cobrados de cerca de 3 mil artigos importados. Os produtos com similares nacionais passariam a pagar um imposto de 60%; não havendo similar, o percentual seria de 30%.

A política alfandegária, que a princípio parecia tentar resolver a questão orçamentária, acabou servindo de estímulo à produção industrial, devido ao protecionismo que se havia instalado. O governo estimulou, assim, uma incipiente industrialização, especialmente no Sudeste. Nesse contexto, começou a se formar um novo segmento das camadas populares urbanas: o **operariado**. Outra questão relevante nessa arrancada industrial foi o emprego da mão de obra infantil para baixar os custos da produção.

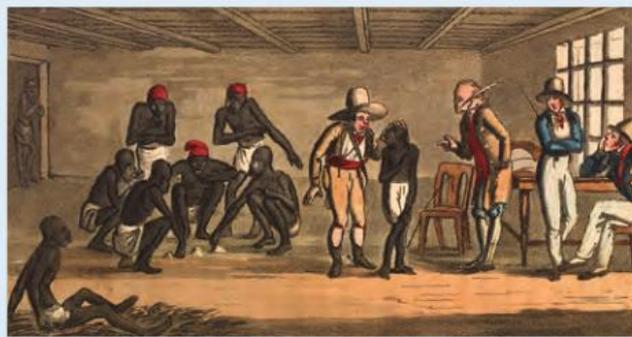
## ◆ Fim do tráfico negro

Diante da insatisfação dos britânicos – habituados desde o início do século aos privilégios com a comercialização de seus produtos –, o Parlamento britânico, em 1845, aprovou um projeto de lei em represália à implantação da Tarifa Alves Branco. Esse projeto, depois convertido na **Lei Bill Aberdeen**, tornava legal o apresamento, pela Marinha britânica, de navios negreiros de qualquer nacionalidade e autorizava os tribunais da Grã-Bretanha a julgarem a tripulação.

A ofensiva de Londres pelo fim do tráfico negro tinha como alvo o Brasil, para onde se dirigia a maior parte dos africanos escravizados. As pressões britânicas vinham desde o governo do príncipe regente D. João, que se comprometeu, nos tratados assinados com a Grã-Bretanha em 1810, a abolir gradualmente o tráfico de escravos. Entretanto, a política de compromisso entre o governo imperial e os grandes proprietários de terras impediu uma solução imediata para a questão escravista. Com a promulgação da Lei, as relações anglo-brasileiras chegaram à beira da ruptura. Assim, sem condições de adiar por mais tempo essa decisão, em 1850 o Brasil aprovou a **Lei Eusébio de Queirós**, que extinguiu o tráfico negro. A entrada de africanos no Brasil caiu drasticamente, e o preço de um escravo dobrou em poucos meses.

### A questão escravista para os britânicos

A pressão britânica para o fim do tráfico negro no Brasil deveu-se a diversos fatores. Entre eles podemos destacar o fim da escravidão nas Antilhas britânicas, que encareceu o açúcar britânico e o tornou menos competitivo que o brasileiro, e a necessidade de a Grã-Bretanha aumentar o mercado consumidor para seus produtos. Os escravos não podiam comprar, pois não tinham renda. Com o fim do tráfico negro e da escravidão no Brasil, essa situação mudaria. Além disso, existiam muitos intelectuais britânicos que defendiam o fim da escravidão no mundo, o que impulsionou a política do país em relação à questão escravista.



BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL - LISBOA

Mercador de escravos no Rio, gravura publicada na obra *Sketches of portuguese life, manners, costume, and character* (1826). Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa. Os britânicos tinham interesses econômicos relacionados ao fim do tráfico negro.

## ◆ Lei de Terras

Em 1850, o Parlamento brasileiro instituiu a **Lei de Terras**. Essa lei proibia a obtenção de terras públicas por qualquer meio que não fosse a compra; estabelecia que imigrantes só poderiam comprar um lote de terra após três anos de permanência no país; e determinava que todo proprietário registrasse suas terras nos Registros Paroquiais. A lei alterava substancialmente os meios para aquisição de terras no Brasil. Desde o início da colonização até a aprovação dessa lei, a terra podia ser obtida por meio de doação da Coroa portuguesa, herança ou ocupação. A nova medida atendia aos interesses da aristocracia agrária, pois dificultava o acesso à terra por parte dos indivíduos sem recursos.

Não por acaso, a Lei de Terras foi votada no mesmo ano da aprovação da Lei Eusébio de Queirós. Com o fim do tráfico negreiro, os grandes proprietários rurais se sentiram ameaçados e reagiram pressionando o governo a dificultar o acesso à terra. Para esses grupos, a Lei de Terras impediria que posseiros mais pobres, imigrantes e ex-escravos obtivessem a propriedade legal das terras que cultivavam, garantindo, assim, a oferta de mão de obra barata para as lavouras, principalmente de café.

## ◆ Desenvolvimento urbano

O fim do tráfico de escravos liberou recursos que puderam ser investidos em outros setores, principalmente no meio urbano. Sede do governo central, o Rio de Janeiro recebeu uma série de melhorias a partir de 1840, enquanto nos demais núcleos os equipamentos urbanos eram absolutamente precários ou não existiam. De modo geral, os centros portuários estavam em melhor situação do que os estabelecidos no interior, fato que refletia uma estrutura econômica voltada para as exportações de produtos primários.

Na década de 1850 foram fundadas, no Rio de Janeiro e em outros centros urbanos, como Salvador, São Paulo e Recife, centenas de indústrias, alguns bancos, companhias de seguros, navegação, transporte urbano e de gás. O governo isentava de impostos a importação de maquinarias e facilitava o crédito dos investidores nos setores de serviços.

A cidade do Rio de Janeiro ganhou iluminação a gás e água canalizada. As antigas carruagens foram substituídas pelos bondes puxados a burro, que ligavam os bairros de Botafogo e Tijuca; mais tarde chegariam os bondes elétricos, vistos como sinal de progresso. Nas vitrines dos estabelecimentos comerciais podiam ser encontradas as mais recentes novidades europeias.

Rua e canal do Aterrado, correspondente ao atual canal do Mangue (c. 1860). Rio de Janeiro. Fotografia de Revert Henrique Klumb. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (RJ). As transformações modernizadoras ocorridas a partir de meados do século XIX eram evidentes na cidade do Rio de Janeiro.





Livreto informativo produzido pelo governo de São Paulo para orientar os imigrantes italianos que chegavam ao estado (1886).

Vale destacar que a mão de obra escrava predominou na cafeicultura do Sudeste até a década de 1880. O trabalho livre imigrante servia como complemento do trabalho escravo e não como substituto.

## ◆ Escravos e imigrantes no Sudeste

As mudanças geradas pela cafeicultura, pelo fim do tráfico de escravos e pelo desenvolvimento das atividades industriais acarretaram significativas modificações nas relações socioeconômicas. À medida que a carência de cativos para o trabalho foi crescendo, tanto no Sudeste quanto no restante do país, foram aparecendo novos tipos de relação social. Isso contribuiu para o aumento do número de trabalhadores livres, muitos deles imigrantes, que começaram a vir para o Brasil principalmente após a abolição do tráfico negreiro em 1850.

Os fazendeiros tentaram suprir a falta de mão de obra por meio do **tráfico interprovincial de escravos**, que consistia na transferência de escravos do Nordeste, mergulhado em grave crise econômica, para o Sudeste cafeeiro. No entanto, para os fazendeiros do Sudeste, a solução mais barata e eficaz estava mesmo associada ao trabalho livre do imigrante.

Entre 1847 e 1857, o senador Nicolau de Campos Vergueiro trouxe para sua fazenda no interior de São Paulo famílias belgas, suíças, alemãs e portuguesas para trabalhar no **sistema de parceria**. Por meio desse sistema, todas as despesas com a viagem, a manutenção e a instalação do imigrante e de sua família no Brasil eram assumidas pelo fazendeiro. Esses imigrantes recebiam um lote de terra para cultivar e, ao final da colheita, após quitar suas dívidas com os fazendeiros, ficavam com uma parte do dinheiro das vendas de café.

O sistema, contudo, fracassou. Mesmo podendo parcelar o saldo da dívida com o proprietário, com 6% de juros anuais, os imigrantes não conseguiam quitar os débitos, já que tudo aquilo de que eles necessitavam para cultivar e sobreviver, até a colheita, era cobrado pelo fazendeiro. Além disso, muitas garantias contratuais estabelecidas para os colonos foram simplesmente desprezadas pelos proprietários, acostumados a tratar os escravizados com brutalidade.

A partir de 1870, o governo brasileiro e as autoridades paulistas passaram a investir em propaganda na Europa, procurando mostrar as opções de trabalho existentes no Brasil e, assim, atrair imigrantes.

Nesse período, a Europa vivia uma séria crise devido ao desemprego e às guerras associadas à unificação italiana e alemã. Essa conjuntura acabou levando grande número de europeus a migrar para a América, motivados pelo sistema de contrato, que definia salários e prêmios em função das colheitas. O sistema de parceria deu lugar ao **regime de colonato**, no qual o Estado assumia as despesas de viagem do imigrante e este recebia, além de uma porcentagem de parte da colheita, um salário fixo. No final do Império, havia mais de 350 mil imigrantes no Brasil, em geral concentrados nas áreas cafeeiras.

### Você vai gostar de navegar



#### Museu da Imigração do estado de São Paulo

[www.museudaimigracao.org.br](http://www.museudaimigracao.org.br)

O Museu da Imigração localiza-se atualmente no prédio onde funcionava a antiga Hospedaria de Imigrantes, na cidade de São Paulo, inaugurada em 1887. No *site* da instituição, você encontrará uma série de documentos (listas de bordo, fotografias, depoimentos, jornais, mapas etc.) relacionados aos estrangeiros que chegaram ao Brasil por meio da Hospedaria de Imigrantes, além de poder fazer um *tour* virtual pelo museu e uma pesquisa em seu acervo.

Imigrantes europeus no pátio da Hospedaria dos Imigrantes (1896-1900).  
Fotografia de Guilherme Gaensly. Fundação Energia e Saneamento, São Paulo (SP).

## Guerra do Paraguai

Existe muita polêmica em torno do número de mortos na Guerra do Paraguai. Aqui, seguimos as estimativas apresentadas por Leslie Bethell no artigo *Todos contra o Paraguai*. (Disponível em <[www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/todos-contra-o-paraguai](http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/todos-contra-o-paraguai)>. Acesso em 10 mar. 2016). Já Boris Fausto, por exemplo, estima que quase metade da população paraguaia tenha morrido no conflito.

Desde a independência do Paraguai, em 1811, as embarcações paraguaias tiveram dificuldades para navegar pela Bacia do Prata, o que prejudicava o comércio exterior do país. Em 1813, José Gaspar de Francia assumiu o governo com o objetivo de superar esse isolamento comercial por meio do desenvolvimento autônomo do Paraguai. Entre outras medidas, aboliu o trabalho escravo e a servidão, distribuiu terras aos camponeses e tornou o ensino primário obrigatório.

Após a morte de Francia, o governo passou a Carlos Antonio López, que deu continuidade ao projeto de desenvolvimento autônomo. As indústrias foram incrementadas por meio de investimentos públicos. Em 1862, Francisco Solano López sucedeu ao pai, disposto a aumentar a participação do país na política platina. No entanto, o envolvimento do Paraguai, da Argentina e do Brasil nas questões internas do Uruguai, onde **blancos** e **colorados** disputavam o poder, mudaria os rumos dos paraguaios.

Francisco Solano López apoiava os **blancos**, com quem mantinha boas relações diplomáticas, garantindo a livre circulação dos navios paraguaios na Bacia do Prata. A Argentina, governada por Bartolomeu Mitre, por sua vez, apoiava os **colorados**, assim como o governo brasileiro. A política dos **blancos** não favorecia os interesses do Brasil, pois restringia a posse de terras dos rio-grandenses no país, dificultando seus negócios. O governo **blanco** também era omissivo em relação às incursões de uruguaios ao território brasileiro e aos saques de gado que lesavam os estancieiros do Rio Grande do Sul.

Em 1864, a esquadra imperial do Brasil bloqueou Montevidéu, numa ação que colocou os **colorados** no poder. Em represália, López rompeu relações com o Brasil, aprisionou o navio *Marquês de Olinda*, que navegava o Rio Paraguai em direção a Cuiabá, proibiu a navegação brasileira em águas paraguaias e invadiu a província de Mato Grosso. Era o início da Guerra do Paraguai.

### Isolamento paraguaio

Em 1865, os paraguaios invadiram a província argentina de Corrientes, de onde pretendiam alcançar o Rio Grande do Sul e o Uruguai. Porém, em maio de 1865, Brasil, Argentina e Uruguai assinaram o **Tratado da Triplíce Aliança**. Essa derrota diplomática deixou López isolado e abalou sua política militar.

As tropas paraguaias que invadiram o Rio Grande do Sul alcançaram algumas vitórias iniciais, mas ficaram totalmente isoladas depois que a frota brasileira destruiu quase todos os navios paraguaios na **Batalha do Riachuelo** (11 de junho). Os paraguaios perderam o controle do Rio Paraná, sua única via de acesso ao exterior, e acabaram rendendo-se em terras gaúchas em setembro. Desse momento até o final da guerra, os paraguaios estiveram na defensiva. No dia 1º de março de 1870, López foi derrotado e assassinado no combate de Cerro Corá.

Ao terminar a guerra, o Paraguai encontrava-se arrasado. Perdera todo o seu Exército, parte de seu território e quase um quinto da população. A maioria dos sobreviventes era constituída de idosos, mulheres e crianças.

Soldados brasileiros na Guerra do Paraguai (1865).  
Fotografia de autor desconhecido. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (RJ).



**Blanco:** pessoa ligada ao Partido Blanco, composto de grandes proprietários rurais.

**Colorado:** indivíduo ligado ao Partido Colorado, composto basicamente de comerciantes.

A Guerra do Paraguai tem sido objeto de várias interpretações por parte da historiografia, desde a visão mais tradicional, de glorificação do Exército brasileiro, até a que se disseminou nos partidos e intelectuais de esquerda, para os quais a guerra resumiu-se a uma manobra do imperialismo britânico para sufocar o desenvolvimento autônomo da economia paraguaia. De acordo com o brasilianista Leslie Bethell, a Grã-Bretanha, que era contra a política de López, apoiou os Aliados, vendendo a eles navios couraçados, barras de ferro, tubulações, munição etc., além de chegar a culpar os paraguaios pelo conflito. No entanto, isso não significa que a Grã-Bretanha empenhou-se ativamente na derrota do Paraguai: “[...] era uma questão de

negócios, uma oportunidade para os interesses privados da Grã-Bretanha [...]; tudo era uma questão de tirar o melhor partido de uma guerra”. (BETHELL, Leslie. *O imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai. Estudos Avançados*. São Paulo, maio/ago. 1995. Disponível em <[www.iea.usp.br/revista](http://www.iea.usp.br/revista)>. Acesso em 17 jan. 2016.)

## Batalhas no Paraguai

*Um século e meio depois do fim da Guerra do Paraguai, a derrota paraguaia para a Tríplice Aliança não causa espanto. Afinal, era um país contra três. Mas a vitória dos aliados não estava garantida desde o começo.*

*Nos primeiros meses do conflito, os paraguaios possuíam um Exército mais organizado e numeroso, obrigando seus adversários a tomar medidas emergenciais para reverter a situação.*

*Ao longo da guerra, o Paraguai se transformou em palco de batalhas sangrentas, assassinatos cruéis e epidemias, fatores que ocasionaram graves consequências socioeconômicas para o país.*

Comentários adicionais sobre esta seção encontram-se no Suplemento para o professor.



### As tropas paraguaias

No início de 1866, o Exército do Paraguai tinha 77 mil homens. O dos aliados não passava de 30 mil. A situação mudou em maio de 1866, na Batalha do Tuiuti, quando 13 mil paraguaios morreram e as tropas da Tríplice Aliança assumiram a ofensiva do conflito. As vitórias aliadas obrigaram o Paraguai a reforçar suas tropas. Quase toda a população masculina foi convocada. Em 1867, o recrutamento incluía crianças, idosos, deficientes e doentes.

### Mulheres e crianças

As mulheres estavam presentes nos dois lados do campo de batalha. Eram esposas, mães, prostitutas e cozinheiras que acompanhavam os soldados nas campanhas de guerra. Algumas delas empunharam armas e lutaram. As crianças também participaram do conflito, muitas vezes disfarçadas de adultos. Na batalha de Acosta Ñu (1869), elas representavam a maior parte dos soldados paraguaios. Mais de 3 mil morreram pelas mãos dos soldados aliados.

### Consequências

O Paraguai foi arrasado pelo combate e perdeu parte de seu território para o Brasil e para a Argentina. Epidemias, inanição e o confronto armado mataram parcela significativa da população do país. A maior parte das vítimas eram homens adultos. O tratado pós-guerra estagnou a economia local, e as forças de ocupação continuaram controlando o Paraguai por mais seis anos. O efeito devastador durou décadas, comprometendo a recuperação e o desenvolvimento do país.

Território paraguaio ocupado pelo Brasil

Território paraguaio anexado pela Argentina

### Questões

Registre as respostas em seu caderno.

1. Quais países participaram da Guerra do Paraguai?
2. Comente a participação brasileira no conflito.
3. O perfil das tropas paraguaias sofreu alterações ao longo da guerra? Explique.
4. A guerra foi devastadora para o Paraguai. Além das mortes e da destruição, muitos documentos e objetos foram saqueados pelos soldados da Tríplice Aliança. Atualmente, os paraguaios reivindicam a devolução de parte desse patrimônio. Debata sobre o tema com os colegas.



### OS NÚMEROS DA GUERRA

Os números envolvendo a Guerra do Paraguai são controversos. Utilizamos as estimativas apresentadas em: BETHELL; DO-RATIOTO; FERNÁNDEZ; SÁNCHEZ-BARBA; e Instituto Nacional de Estatística - Uruguai (ver indicação nas fontes).

País	População
Argentina	1,3 milhão
Brasil	9,1 milhões
Paraguai	400 mil
Uruguai	229 mil

País	Número estimado de mortos
Argentina	18 mil
Brasil	50 mil
Paraguai	de 50 mil a 80 mil (militares e civis)
Uruguai	5 mil

### As tropas aliadas

O Uruguai enviou poucos combatentes ao Paraguai. A Argentina, ocupada com conflitos internos, recorreu a mercenários e ao sequestro de civis para compor suas tropas. A maior parte das tropas aliadas era formada por brasileiros: membros da Marinha, do Exército (em geral, pessoas de baixo estrato social) e da Guarda Nacional (membros da elite econômica e social); pessoas que se alistaram voluntariamente (os "voluntários da pátria") ou foram recrutadas à força; escravos que substituíam seus senhores ou combatiam sob a promessa de liberdade; e indígenas alistados à força ou sob promessa de terras.

### Dificuldades no campo de batalha

Além do risco do combate, os soldados – muitos deles sem qualquer treinamento militar – estavam sujeitos a todo tipo de dificuldade no campo de batalha: terrenos pantanosos e de difícil locomoção, fome e doenças.

*"A que causa devíamos atribuir esta irrupção da cólera [...] Seria talvez a carne estragada que éramos obrigados a comer, [...] quicá a infecção oriunda de todas as substâncias vegetais que devorávamos, brotos, frutos verdes e podres, ou também, enfim, a insalubridade do ar viciado pela água estagnada dos charcos e lodaçais que naquela região tanto abundam."*

TAUNAY, Alfredo D'Escragnoille. *A retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai (1868)*. São Paulo: Melhoramentos, 1963. p. 106.

### Reflexos no Império do Brasil

Ao término da guerra, o governo brasileiro havia contraído muitas dívidas para a manutenção de suas tropas. As promessas de liberdade para os combatentes escravos, terras e outros prêmios para indígenas e voluntários da pátria nem sempre foram cumpridas. O Exército, antes desprestigiado, saiu fortalecido e passou a buscar maior participação política. Além disso, as contradições do Império tornaram-se ainda mais evidentes: soldados combateram em nome da liberdade, mas voltaram a um país que insistia em manter a escravidão.

ILUSTRAÇÕES: LUIZ AUGUSTO BARBOZA



Esclavidão (2010), charge de Guga + Coletivo Miséria.

- ▶ Que relação pode ser estabelecida entre a charge e a abolição da escravidão no Brasil? Qual é a crítica do cartunista nessa charge?

A charge faz uma crítica à existência, ainda hoje, de trabalhos análogos à escravidão no Brasil. Apesar da abolição da escravidão, em 13 de maio de 1888, e do Código Penal, que pune aqueles que submetem trabalhadores a condições análogas à escravidão, o Brasil ainda tem 155,3 mil pessoas trabalhando em condição similar à de escravos nos meios urbano e rural, segundo dados publicados pela Walk Free Foundation em novembro de 2014.

#### Positivismo:

doutrina filosófica que surgiu na França, no século XIX, e defendia que o único conhecimento válido era aquele alcançado pela ciência. O lema "Ordem e Progresso" da bandeira brasileira tem inspiração positivista.

Vale destacar que as camadas populares não participaram da derrubada da monarquia. Em relação a isso, Aristides Lobo, ministro do interior do governo provisório de Deodoro da Fonseca, chegou a comentar que o povo assistiu a tudo "bestializado".

## Leis abolicionistas

No contexto das transformações que estavam ocorrendo no Brasil, uma questão desencadeou discussões intermináveis e apaixonadas em toda a sociedade: a **abolição da escravatura**.

A conjuntura internacional e as pressões internas favoreceram a aprovação de uma série de leis que restringiram gradativamente a esfera de ação do escravismo. A primeira, como vimos, foi a Lei Eusébio de Queirós, em 1850. Em 1871, a **Lei do Ventre Livre**, que assegurou a liberdade dos filhos de escravas que nascessem após o início da vigência da lei.

A assinatura da Lei do Ventre Livre deu novo impulso à campanha abolicionista no Brasil. Em 1883, por exemplo, José do Patrocínio e outros militantes fundaram a **Confederação Abolicionista**, unindo diversas associações antiescravistas. Os abolicionistas mais devotados não hesitaram em apoiar fugas e até mesmo rebeliões de escravos.

Diante disso, as elites tiveram de fazer novas concessões na tentativa de conter a campanha abolicionista. Assim, em 1885 foi criada a **Lei Saraiva-Cotegipe** ou **Lei dos Sexagenários**, que libertava os escravos com mais de 60 anos e os obrigava a trabalhar mais três anos para os ex-senhores como forma de indenização. A lei desobrigava os proprietários de sustentar os escravos idosos, que já não tinham mais condições físicas para trabalhar.

Somente em 13 de maio de 1888, a princesa Isabel, regente do Império na ausência do pai, que se encontrava na Europa, assinou a **Lei Áurea**, libertando todos os escravos no Brasil.

Após a abolição, a vida dos negros não sofreu muitas alterações, uma vez que não houve preocupação em integrá-los à sociedade. Alguns ex-escravos plantaram pequenas roças de subsistência. Outros conseguiram empregos precários nas regiões rurais ou então seguiram para as cidades, formando uma mão de obra marginalizada, com poucas condições de competir com a força de trabalho dos imigrantes, mais qualificada e valorizada pelos empresários.

## Proclamação da república

A resistência dos setores conservadores do Estado brasileiro à abolição da escravatura fazia sentido, pois a sobrevivência do Império era associada à manutenção do escravismo. Quando a escravidão foi abolida, a vitória republicana tornou-se uma questão de tempo.

Na década de 1860, uma cisão do Partido Liberal criou o **Partido Liberal Radical**. A nova organização reivindicou reformas políticas e econômicas, como a abolição da escravidão, maior autonomia para as províncias e a extinção do Poder Moderador. Na década de 1870, esse grupo deu origem ao **Partido Republicano**.

Nos últimos anos do Império, as campanhas dos abolicionistas e dos republicanos se reforçavam mutuamente. Os republicanos procuravam obter o apoio do Exército, que, fortalecido após a Guerra do Paraguai, almejava conquistar mais força política no país. Muitos militares encontravam no **positivismo** a justificativa teórica para colocar o Exército em posição de destaque na sociedade brasileira. Para agravar a situação, a monarquia caía em profundo descrédito, inclusive por parte dos monarquistas, que desferiam duras críticas a D. Pedro II.

Esse contexto incentivou o Clube Militar, fundado em 1887, a conspirar contra a realeza. No dia 15 de novembro de 1889, o marechal Deodoro da Fonseca dissolveu o gabinete imperial e proclamou a república no Brasil.

## O 13 de maio às avessas

*A Lei Áurea libertou todos os escravos do Brasil; porém, isso não significou melhores condições de vida para os libertos. A escravidão estava extinta, mas as práticas desse sistema permaneceram em muitas fazendas.*

“Assim se pronunciou o conselheiro Manuel Machado Portella, presidente da província da Bahia, na fala com que abriu os trabalhos da Assembleia Legislativa no ano de 1889, a respeito do cumprimento da lei que extinguiu a escravidão.

‘Em parte alguma manifestou-se oposição a sua execução, dando assim os ex-proprietários a mais brilhante prova de nobreza e elevação de sentimentos, e de respeito e acatamento à vontade nacional. Em nenhuma localidade foi preciso a intervenção direta da autoridade para que os ex-escravos entrassem no pleno gozo da liberdade. [...]’

No entanto, as fontes policiais e as notícias veiculadas nos jornais revelam que o tema dos conflitos envolvendo ex-senhores e libertos na Bahia pós-abolição preocupa os políticos e as autoridades policiais. [...]

Há notícias de acordos e negociações feitos entre libertos e os agora patrões. Destes acordos, podemos concluir que se pôs fim aos castigos corporais e que uma das condições básicas para o trabalho era a remuneração. [...]

Entretanto, mesmo nestas relações contratuais, percebemos algumas sobrevivências da experiência da escravidão. Em alguns casos, as senzalas continuaram sendo o espaço de moradia dos trabalhadores – livres e libertos. [...]

A *Gazeta da Tarde* [...] diz constar que os ex-senhores dos libertos, despeitados com a lei, agarraram os ex-escravos e os espancaram em cárceres privados, e menciona dois casos, sendo um na Rua do Carmo e outro nas Palmeiras. [...]

A Bahia não seria a única região do Brasil em que houve violências contra os libertos, após a emancipação. No Rio de Janeiro e no sul de Minas, surgiram denúncias de manutenção do cativeiro em várias fazendas. [...]

[...] Alguns ex-senhores, após o 13 de maio, passaram a tentar obter tutela sobre os ingênuos [filhos de escravas nascidos após a lei de 1871], a fim de garantir mão de obra gratuita nas fazendas. [...]

Em 8 de outubro de 1888, Victoria, ex-escrava de Marcos Leão Velloso, proprietário do Engenho Coité, [...] dirigiu-se ao presidente da província, solicitando que lhe fossem entregues seus três filhos [...], que até aquela data eram mantidos como escravos, trabalhando nos canaviais e sujeitos a castigos. Victoria informou que, ‘indo a africana Felicidade, de nação nagô, pedir também os seus netos, os referidos filhos da suplicante, não quis o mesmo Marcos Leão Velloso entregá-los, prendendo-os na dispensa da casa onde mora’.

Outra estratégia usada por alguns ex-senhores foi recorrer à força para obrigar os libertos a trabalharem sem remuneração. Há notícias de que libertos estavam sendo mantidos em cárcere privado e presos no tronco no interior da província, por se recusarem a trabalhar gratuitamente. [...]

Os libertos não permaneceram passivos frente às investidas dos fazendeiros que tentaram forçá-los a reviver condições de vida e trabalho dos tempos da escravidão; recorreram à justiça, contaram com aliados, que fizeram com que as notícias de violência dos ex-senhores ecoassem nos jornais; solicitaram, em seu favor, o auxílio da força policial; recusaram-se terminantemente a trabalhar sem remuneração. As suas ações foram decisivas para pôr fim às atitudes destes ex-senhores.”

MATA, Iacy Maia. Libertos de treze de maio e ex-senhores na Bahia: conflitos no pós-abolição. *Afro-Ásia*, n. 35, 2007, p. 163-198. Disponível em <[www.redalyc.org/articulo.oa?id=77003505](http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77003505)>. Acesso em 17 jan. 2016.

### Compreendendo o texto

Registre as respostas em seu caderno.

1. O texto apresenta um trecho da fala do presidente da província da Bahia sobre o cumprimento da Lei Áurea. Identifique no texto situações ocorridas no pós-abolição que contradizem essa fala.
2. De que forma os ex-escravos resistiram às tentativas de seus antigos senhores de forçá-los a reviver práticas escravistas?
3. Atualmente, ainda existem formas de trabalho análogas à escravidão no Brasil. Em grupos, pesquisem sobre esse tema para criar um cartaz de combate ao trabalho escravo.

## Explorando o conhecimento

- Sobre o período regencial, responda.
  - Por que o Ato Adicional de 1834 foi visto como uma vitória política dos liberais exaltados?
  - Quais eram as funções da Guarda Nacional?
  - Que grupo político articulou o Golpe da Maioridade? Qual era seu objetivo?
- O Segundo Reinado foi um misto de modernidade e conservadorismo. Explique essa afirmação.
- Identifique a afirmativa correta referente ao Partido Liberal e ao Partido Conservador.
  - Os liberais defendiam a centralização do poder, enquanto os conservadores eram a favor da ampliação da autonomia das províncias.
  - Os liberais pretendiam ampliar a autonomia dos presidentes das províncias, e alguns também chegaram a defender a república.
  - Os conservadores lutavam para fortalecer a autoridade imperial, mas também eram a favor de conceder autonomia às Assembleias Provinciais.
  - O Partido Liberal originou-se do grupo dos regressistas, que propunha a revogação do Ato Adicional de 1834.
  - O Partido Liberal conquistou grande espaço no governo de D. Pedro II, sendo responsável por restaurar o Conselho de Estado.

## Pensando criticamente

- Leia alguns artigos da Carta de Colonização da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, de 1854, e faça o que se pede.

“Art. 2º O presidente da província empregará as quantias anualmente consignadas pela Assembleia Provincial na compra de terras usadas para a lavoura, [...] para serem expostas à venda aos colonos [...].”

Art. 5º Fica o presidente da província autorizado a adiantar para auxílio da passagem dos colonos [...] até a quantia de 50\$000, [...] com obrigação de reembolso no prazo [...].

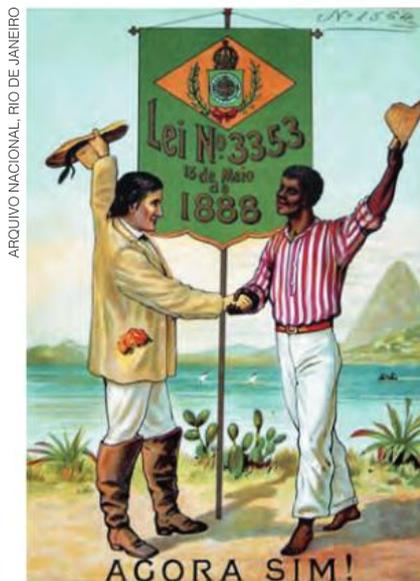
Art. 6º Fica [...] autorizado a fazer as despesas indispensáveis com as acomodações dos colonos enquanto não chegarem ao lugar de seu destino, se não estabelecerem em casas próprias, sem que eles fiquem na obrigação do reembolso dessas quantias. [...]

Art. 8º Os colonos poderão cultivar suas terras por si mesmos ou por meio de pessoas assalariadas, não poderão, porém, fazê-lo por

meio de escravos seus alheios, nem possuí-los nas terras das colônias [...].”

HERÉDIA, Vania. A imigração europeia no século passado: o programa de colonização no Rio Grande do Sul. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, n. 94, 1º ago. 2001. Disponível em <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=243511>>. Acesso em 17 jan. 2016.

- Segundo a carta, como os imigrantes podiam possuir terras em São Pedro do Rio Grande do Sul?
  - Em que aspectos a Carta de Colonização do Rio Grande do Sul diferencia-se do sistema de parceria instituído em São Paulo?
  - O documento reproduzido está de acordo com a Lei de Terras de 1850? Por quê?
- Observe o cartaz para responder às questões.



Cartaz do início do século XX que celebra o fim da escravidão no Brasil. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro (RJ).

- Resuma em um parágrafo as leis abolicionistas que antecederam a lei representada no cartaz.
- Descreva o cartaz. De que forma ele representa a abolição da escravidão no Brasil? Segundo a imagem, como se deu o processo? Justifique.
- De acordo com o que você estudou neste capítulo, a imagem do cartaz reflete a realidade do processo de abolição da escravidão? Por quê?

## Investigando

No final do livro, na seção *Técnicas de Trabalho*, há orientações para realização de pesquisas.

- Em grupos, escolham um tema relacionado ao desenvolvimento tecnológico no Segundo Reinado (ferrovias, transportes urbanos, fotografia etc.) e façam uma pesquisa, abordando os seguintes aspectos: histórico dessa inovação; implantação no Brasil; e sua utilização nos dias de hoje. Em seguida, elaborem um relatório e apresentem aos colegas.

## Decifrando o Enem

Registre a resposta em seu caderno.

Para resolver a questão a seguir, observe com atenção a charge e leia a respectiva legenda.

(ENEM-MEC/2014)



ÂNGELO AGOSTINI - FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, RIO DE JANEIRO

De volta do Paraguai. Charge de Ângelo Agostini publicada na revista *A vida fluminense* (1870). Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (RJ).

### De volta do Paraguai

“Cheio de glória, coberto de louros, depois de ter derramado seu sangue em defesa da pátria e libertado um povo da escravidão, o voluntário volta ao seu país natal para ver sua mãe amarrada a um tronco horrível de realidade!...”

AGOSTINI. *A vida fluminense*, ano 3, n. 128, 11 jun. 1870.  
In: LEMOS, R. (Org.). *Uma história do Brasil através da caricatura* (1840-2001). Rio de Janeiro: Letras & Expressões, 2001. (Adaptado)

Na charge, identifica-se uma contradição no retorno de parte dos “Voluntários da Pátria” que lutaram na Guerra do Paraguai (1864-1870), evidenciada na

- a) negação da cidadania aos familiares cativos.
- b) concessão de alforrias aos militares escravos.
- c) perseguição dos escravistas aos soldados negros.
- d) punição dos feitores aos recrutados compulsoriamente.
- e) suspensão das indenizações aos proprietários prejudicados.

### Analisando

A imagem mostra, em primeiro plano, um soldado negro com a mão na cabeça e uma expressão que demonstra choque ao ver a cena

que se passa ao fundo: uma mulher sendo açoitada no tronco. A legenda completa as informações: o soldado, que lutou pela pátria e combateu a escravidão (alusão à tirania de Solano López), encontra a própria mãe naquele estado.

Quando a Guerra do Paraguai começou, o Exército brasileiro não tinha um número suficiente de soldados. Assim, além de convocar os efetivos policiais das províncias e os membros da Guarda Nacional, o Império criou o corpo de “Voluntários da Pátria”. Para atrair os recrutas, o governo prometia, além do soldo, recompensas em dinheiro e terras no retorno ao Brasil.

O prolongamento do conflito levou o imperador a publicar um decreto, em 1866, que prometia liberdade aos escravos que integrassem os batalhões. Dessa forma, muitos negros e mestiços participaram da guerra: homens livres pobres em busca de melhores condições de vida e cativos que procuraram a alforria. O retorno à terra natal não foi fácil para esses homens. Além das contradições presentes na sociedade escravista, denunciadas pela charge, existiam muitos obstáculos para receber as recompensas prometidas pelo governo imperial.

O enunciado solicita que você escolha a alternativa que apresenta uma dessas contradições. Vamos analisar cada uma delas.

- Alternativa **a**: A liberdade, condição primeira da cidadania, era extensiva às esposas, mas não aos outros familiares dos escravos alforriados pela participação na Guerra do Paraguai.
- Alternativa **b**: A participação na guerra representou o caminho da liberdade para muitos escravos, mas isso não responde ao problema proposto na questão.
- Alternativa **c**: Há registros de várias formas de discriminação praticada contra soldados negros na Guerra do Paraguai. É esse o tema da questão?
- Alternativa **d**: A charge denuncia a punição de escravos que eram familiares do soldado, e não dos recrutas.
- Alternativa **e**: Os proprietários podiam enviar escravos em seu lugar para lutar na guerra.

Agora é com você!

Qual alternativa completa de maneira correta a frase do enunciado? **A alternativa correta é a letra a.**

# Os Estados Unidos e a América hispânica no pós-independência

Lojas de artigos latinos no bairro de Queens, em Nova York, Estados Unidos. Foto de 2016.

A influência latino-americana está presente no cotidiano norte-americano. Segundo dados do Pew Research Center, divulgados em 2015, quase 54 milhões de latinos viviam nos Estados Unidos em 2013, constituindo aproximadamente 17% da população do país.



RICHARD LEVINE/CORBIS/LATINSTOCK

Espera-se, com esta abertura, que os alunos compreendam a influência dos imigrantes latino-americanos nos Estados Unidos. Tal influência, segundo o texto, está presente no país desde o século XIX. Dessa forma, apesar de existirem muitos argumentos contra a imigração, esse fenômeno foi um processo que dinamizou a cultura e a economia do país, o que faz dos Estados Unidos um bom exemplo de como a imigração pode beneficiar um país.

## Influência latino-americana nos Estados Unidos

“A década de 1850 trouxe consigo a corrida do ouro na Califórnia. Milhares de imigrantes em busca do desejado metal. Daquela época, datam as aventuras de Joaquín Murrieta, o bandido de origem mexicana que resistia à conquista anglo-saxã da Califórnia. Sua vida inspirou algumas aventuras do Zorro. [...] ‘do exemplo do Zorro, essa pessoa à margem da sociedade que se converte magicamente em um indivíduo ao serviço dela. O estrangeiro, o estranho, que vira um salvador’, argumenta o historiador Felipe Fernández-Armesto [...].

A relevância do Zorro para a história dos Estados Unidos pode parecer uma anedota, mas para Fernández-Armesto mostra até que ponto as raízes hispânicas estão fixadas no país [...], que fala cada vez mais espanhol e vive a cultura latina [...].

Sobre até que ponto os americanos são conscientes de seu passado hispânico, o historiador menciona [...]: ‘Em absoluto, mas os hispânicos também não. [...] em termos gerais, [...] a educação básica nos Estados Unidos é um processo de mitificação. [...] [para que] se tornem bons cidadãos que aceitam todos os mitos básicos fundamentais da formação do país.’”

LAFUENTE, Javier. Estados Unidos, um país latino-americano. *El País Brasil*, 2 dez. 2014. Disponível em <[http://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/30/cultura/1417385615\\_973953.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/30/cultura/1417385615_973953.html)>. Acesso em 4 mar. 2016.

### ◆ Conversando sobre

1. Qual é a relação entre o texto e a imagem desta abertura? Justifique.
2. Identifique a posição do historiador Felipe Fernández-Armesto sobre a influência latino-americana nos Estados Unidos. Justifique sua resposta com elementos do texto.
3. Explique a afirmação de que “a educação básica nos Estados Unidos é um processo de mitificação”.

## Construção da nação norte-americana

Após a independência, houve nos Estados Unidos grande crescimento populacional e econômico. Ao mesmo tempo, o governo norte-americano, por meio de ocupações, anexações e compras, iniciou um processo de expansão territorial que transformou o país em um dos cinco mais extensos do mundo.

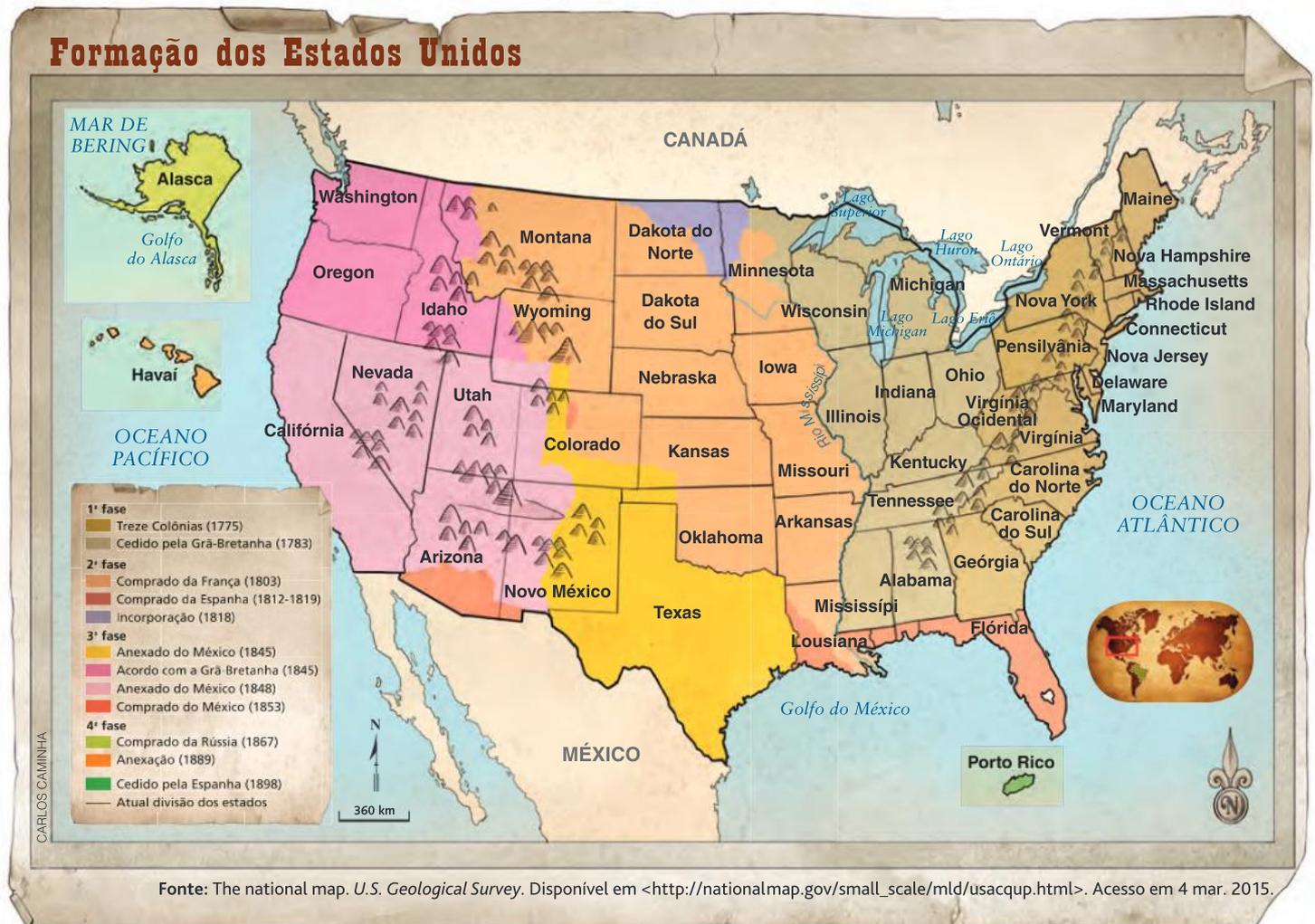
Em 1803, com a compra do território da Louisiana, que pertencia à França, o tamanho do país praticamente duplicou. Em 1819, a Flórida foi comprada da Espanha, assim como territórios na região do Golfo do México. O governo norte-americano fez essa aquisição com o objetivo de facilitar o trânsito de mercadorias entre os Estados Unidos e o Caribe. As anexações e compras prosseguiram ao longo do século XIX, e o território do país alcançou a costa do Pacífico.

Alguns políticos e líderes civis defendiam a ideia de que os norte-americanos tinham direito às novas terras, pois assim se cumpria o **Destino Manifesto**. Os defensores dessa ideologia divulgavam a ideia de que o país estava destinado a estender seu território do Atlântico ao Pacífico e havia sido escolhido por Deus para levar a democracia, a experiência do autogoverno e os valores cristãos a territórios em poder de outros países ou de indígenas, chamados por eles de “peles-vermelhas”. A fome de terras e as agressões cometidas em nome do Destino Manifesto dos Estados Unidos contribuíram para empurrar suas fronteiras do Rio Mississípi até a costa oeste.

### A influência puritana

A ideologia do Destino Manifesto pode ser relacionada ao puritanismo. Segundo essa doutrina, os eleitos de Deus podem ser reconhecidos por levarem uma vida austera e virtuosa, voltada para o trabalho e para a poupança. Assim, se as pessoas seguissem a “moral puritana”, seriam recompensadas economicamente. Portanto, o sucesso dos norte-americanos em suas conquistas e sua prosperidade econômica eram sinais divinos da predestinação. Dessa forma, o pensamento religioso influenciou diretamente a formação das ideias sobre o Destino Manifesto e a associação entre comportamento moral e progresso econômico presentes nos Estados Unidos.

### Formação dos Estados Unidos



Fonte: The national map. U.S. Geological Survey. Disponível em <[http://nationalmap.gov/small\\_scale/mld/usacqp.html](http://nationalmap.gov/small_scale/mld/usacqp.html)>. Acesso em 4 mar. 2015.

O território francês da Louisiana não correspondia à área do atual estado norte-americano, mas a 23% do território contemporâneo dos Estados Unidos. Ele incluía o território dos atuais estados de Arkansas, Missouri, Oklahoma, Kansas, Nebraska, Dakota do Sul e Iowa, além de parte dos atuais estados da Louisiana, Texas, Dakota do Norte, Montana, Wyoming, Colorado, Minnesota e Novo México.

## Você vai gostar de ler

BROWN, Dee. **Enterrem meu coração na curva do rio**. São Paulo: L&PM, 2003.

O livro do escritor e historiador norte-americano Dee Brown, publicado pela primeira vez em 1971, é um documento do extermínio de diversas nações indígenas no oeste dos Estados Unidos em decorrência da expansão territorial promovida pelo governo norte-americano na segunda metade do século XIX.

Mais informações sobre os povos indígenas nos Estados Unidos na atualidade podem ser obtidas em: Departamento de Estado dos Estados Unidos. Povos indígenas da atualidade: vivendo em dois mundos. *Journal USA*, jun. 2009. Disponível em <<http://photos.state.gov/libraries/amgov/30145/publications-portuguese/0609p.pdf>>. Acesso em 4 mar. 2016.

## Guerras Indígenas nos Estados Unidos

No final do século XVIII e ao longo de todo o século XIX, ocorreu uma série de disputas por terras entre os colonos, apoiados pelo governo norte-americano, e as nações indígenas. Nenhuma dessas guerras foi declarada oficialmente pelo Congresso norte-americano. No entanto, o Exército do país lutou em quase todas, sempre contra os indígenas. A batalha mais conhecida foi a de Little Bighorn, em junho de 1876. Nesse conflito, uma coalisão indígena – formada por indivíduos das nações Cheyenne e Sioux – derrotou o Exército norte-americano. Apesar dessa vitória, a população nativa foi quase toda dizimada ao final de mais de um século de guerras.



CAMILLUS S. FLY/AG-IMAGES/ALBUMLATINSTOCK

Negociação entre a nação Apache, liderada por Gerônimo, e o Exército norte-americano, chefiado pelo general George Crook, na região de Sonora, México. Foto de 1886.

## ◆ Marcha para o oeste

A ocupação de novas regiões, com a consequente ampliação das áreas agrícolas, do setor industrial, do mercado consumidor e do sistema de transporte, favoreceu o desenvolvimento da economia do norte e do centro-oeste dos Estados Unidos. No entanto, essas regiões foram intensamente devastadas durante o processo de ocupação, chamado de “**febre do ouro**” ou “**corrida do ouro**”.

A marcha para o oeste, ocorrida no século XIX, teve como principal característica a migração em massa de colonos para áreas do oeste dos Estados Unidos, onde haviam sido encontradas jazidas de ouro. A mais famosa dessas migrações foi a que ocorreu para a região da Califórnia, em 1849. Esse processo deixou no ambiente um rastro de produtos tóxicos, como o arsênico e o mercúrio, usados na separação do ouro. Além disso, a abertura de grandes áreas de cultivo, somada à matança de animais como o bisão, alterou profundamente o meio ambiente do oeste norte-americano.

Além do impacto ambiental, a intensa migração para o oeste provocou forte impacto demográfico na região. Os nativos americanos representavam, para os colonos, um empecilho à ocupação das novas terras. Os Estados Unidos – que já empreendiam uma série de guerras contra os nativos desde o final do século XVIII (as chamadas **Guerras Indígenas**) – passaram, então, a promulgar leis ordenando a remoção de comunidades inteiras de suas terras tradicionais para outras áreas. A transferência dos indígenas liberou mais de 100 milhões de acres de terras aos colonos, ao mesmo tempo, condenou milhares de nativos à morte.

## Um Estado contra as nações indígenas

Em 1830, o então presidente norte-americano Andrew Jackson promulgou a **Lei de Remoção Indígena**, que deslocou comunidades inteiras de Cherokee de seus territórios originais para uma área do atual estado do Oklahoma, local sem as condições necessárias para que elas obtivessem seu sustento. A marcha para o novo território ficou conhecida como “**trilha das lágrimas**”, já que os indígenas tiveram de marchar por milhares de quilômetros, no frio e sem suprimentos. Milhares morreram de frio, doenças e fome.

Nos anos seguintes, outras nações indígenas, como a dos Choctaw, a dos Creek e a dos Chickasaw, foram removidas à força de suas terras e deslocadas para outras áreas pelo governo federal. Os indígenas que não aceitaram ser removidos de suas terras foram combatidos e, em sua grande maioria, dizimados.

## ◆ Guerra de Secessão (1861-1865)

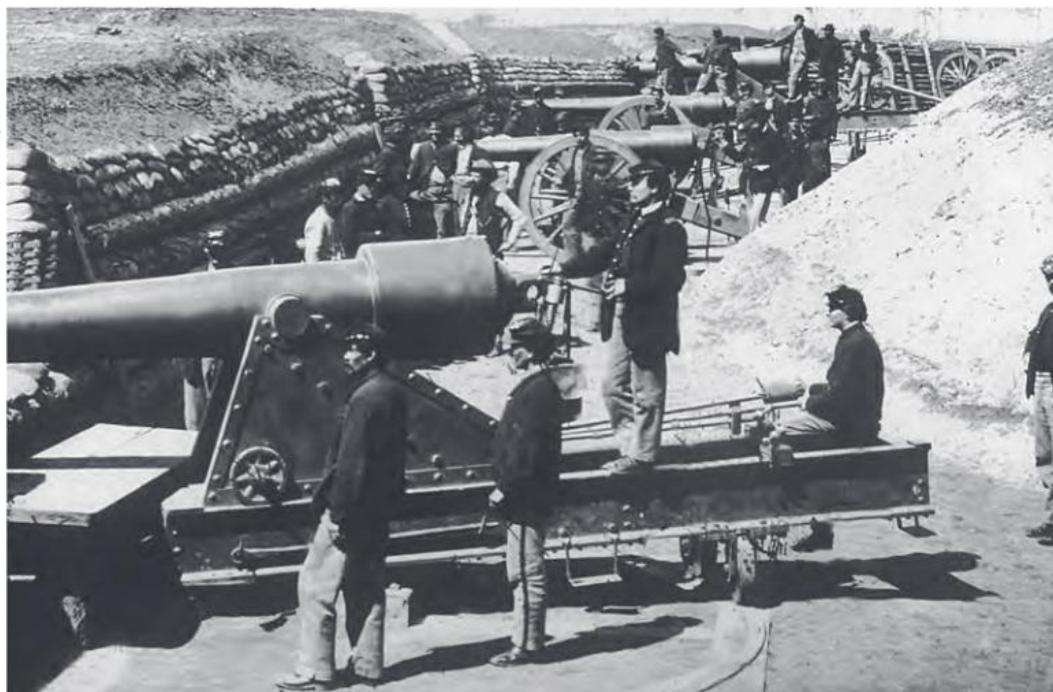
Desde a independência, divergências entre as elites do norte e do sul dos Estados Unidos eram administradas por meio de acordos políticos.

- **Tarifas sobre importações.** Os nortistas – ou *yankees*, como eram chamados – desejavam que os impostos sobre as importações fossem altos o bastante para proteger sua produção industrial. Os sulistas, por sua vez, queriam impostos baixos para baratear os produtos importados.
- **Criação de um banco nacional.** A região norte, centro credor dos Estados Unidos, reivindicava a criação de um banco nacional com direitos exclusivos de emissão monetária e o fim da variedade de moedas emitidas pelos bancos particulares licenciados pelos governos estaduais. Já o sul, centro devedor, apoiava a variedade de moedas e uma política econômica inflacionária, o que favorecia os produtores da região em suas relações comerciais com o exterior.
- **Escravidão.** A partir de meados do século XIX, a posição dos nortistas se transformou em franca hostilidade aos donos de escravos. O crescimento demográfico do norte reforçou a representação no Congresso dos setores contrários ao escravismo. Mesmo assim, pactos foram assinados no intuito de manter o equilíbrio entre o norte e o sul. Um deles foi o **Compromisso de 1850**, que definia a escravidão como uma questão a ser decidida pelos legisladores de cada estado.

As tensões entre nortistas e sulistas se agravaram em 1857, quando o norte foi atingido por uma **depressão econômica** em decorrência da queda nas exportações, da retirada de investimentos europeus (o que causou a evasão de recursos e a falência de vários bancos) e de uma especulação desenfreada no setor de construção de estradas de ferro. O sul, por sua vez, beneficiava-se dos altos preços das exportações de algodão.

A ruptura consolidou-se nas eleições de 1860. Diante da vitória do republicano Abraham Lincoln, nortista e abolicionista, os estados do sul deixaram a **União** para formar um novo país: os **Estados Confederados da América**. A União considerou ilegal a iniciativa, dando início, em 1861, a uma guerra civil que ficou conhecida como **Guerra de Secessão**. O conflito teve um custo social de aproximadamente 610 mil mortos e terminou com o esmagamento do sul pelas tropas nortistas. Durante a guerra civil, foram promulgadas duas leis de enorme importância para os Estados Unidos: o **Homestead Act** (Lei de Povoamento) e a **13ª Emenda** da Constituição dos Estados Unidos, que abolia a escravidão no país.

**União:** Estado soberano formado por unidades autônomas; governo federal.



Soldados da União (norte) posicionam a artilharia na margem do Rio James, no estado da Virgínia, durante a Guerra de Secessão (1861-1865). Apesar da crise econômica nos estados do norte, no início da guerra a região ainda era economicamente superior ao sul. Essa superioridade foi um dos principais fatores que garantiram a vitória das tropas da União sobre as dos Confederados.

## Ku Klux Klan

A Ku Klux Klan (KKK) é uma sociedade secreta fundada no Tennessee em 1865. Na época, seus membros perseguiam negros e brancos liberais que apoiavam o fim da segregação racial. Incêndios a imóveis, assassinatos por linchamento, execuções em fogueiras e torturas eram práticas comuns desse grupo que se escondia no anonimato de capuzes brancos. Apesar das leis norte-americanas contra esse tipo de violência, a KKK passou por várias redefinições ao longo do século XX e continua existindo, ainda que com expressiva redução no número de componentes, e pregando suas ideias racistas no século XXI.

## Homestead Act

Por volta de 1820, o modelo de distribuição das terras públicas tornou-se motivo de conflito entre os estados da União. Os fazendeiros do oeste tinham interesse na distribuição dessas terras para ampliar suas propriedades. Em meados do século XIX, percebendo que esses fazendeiros seriam contrários à manutenção do sistema escravista, os sulistas deixaram de apoiar o fácil acesso às terras. Nesse contexto, a burguesia nortista percebeu que a expansão territorial para o oeste possibilitaria a ampliação da oferta de gêneros alimentícios mais baratos nas cidades, ao mesmo tempo que impulsionaria o consumo de seus produtos manufaturados; por isso, passou a defender a política de baixos preços para as terras.

A guerra civil e a posição contrária à escravidão adotada pelos fazendeiros do oeste aproximaram os interesses dessa região aos do norte, possibilitando a aprovação do *Homestead Act*, em 20 de maio de 1862. Estabeleceu-se, por meio da lei, que qualquer cidadão norte-americano ou que intencionasse se tornar norte-americano, maior de 21 anos, poderia ocupar 160 acres de terras públicas. Até o final do século XIX, cerca de 600 mil pessoas haviam recebido mais de 80 milhões de acres de terras. Ao tomar posse das terras do oeste, os colonos entraram em conflito com os povos indígenas que as habitavam.

## A questão racial

Em 1863, em meio à guerra civil, o presidente Abraham Lincoln proclamou a Lei de Emancipação dos escravos nas áreas fiéis à União. A lei que proibia a escravidão em todo o território norte-americano foi aprovada em abril de 1865, mas apenas em dezembro, sete meses após o fim do conflito, foi registrada como a 13ª Emenda da Constituição dos Estados Unidos.

Em 1870, entrou em vigor a **15ª Emenda**, que proibia a discriminação dos eleitores por motivos raciais. Porém, a ampla autonomia jurídica que a Constituição garantia a cada estado possibilitou a aprovação, em alguns deles, de leis institucionalizando a discriminação racial. Esse mecanismo legal, somado à ação de grupos como o **Ku Klux Klan** (leia boxe ao lado) e às pressões dos grandes fazendeiros do sul do país, manteve a população negra afastada das urnas. Mesmo livres da escravidão, os negros permaneceram subjugados. Em certos estabelecimentos particulares, como hotéis e restaurantes, assim como em algumas instituições públicas, os negros eram segregados dos brancos.

Foram aprovadas várias leis proclamando a igualdade de acesso a esses locais, mas não houve esforço para que elas fossem cumpridas.

Se isso acontecia no sul, a situação no restante do país não era muito diferente. Na prática, só os brancos protestantes tinham assegurada a cidadania plena. A conquista dos direitos por parte da população discriminada (que incluía negros, indígenas e imigrantes católicos) só se iniciaria no século XX.

JOSE LUIS MAGANA/AP PHOTO/GLOW IMAGES



Manifestação contra o racismo em Washington, Estados Unidos, em dezembro de 2014. Após a polícia assassinar dois homens negros desarmados, no segundo semestre de 2013, milhares de pessoas saíram às ruas para protestar contra o racismo. Apesar das conquistas ao longo do século XX, as diferenças econômicas e sociais entre negros e brancos nos Estados Unidos ainda persistem.

## Um registro fotográfico da expansão territorial dos Estados Unidos

Com o desenvolvimento das ciências no século XVIII, muitos pesquisadores e artistas passaram a realizar experimentos com o objetivo de capturar imagens por meio da exposição de uma superfície fotossensível à luz. O primeiro aparelho que obteve sucesso nesse empreendimento foi o **daguerreótipo**, desenvolvido pelo francês Louis Jacques Mandé Daguerre em 1837 e apresentado ao público em agosto de 1839.

Desde então, as técnicas fotográficas evoluíram e se difundiram rapidamente pelo mundo todo. Multiplicaram-se os registros de pessoas, paisagens e acontecimentos. As fotografias retratavam momentos da vida pública e privada, que podiam ser reproduzidos com facilidade e circular por diferentes públicos. Dessa maneira, revolucionaram a produção e a difusão de imagens, ampliando as formas de expressão e as possibilidades de comunicação, de transmissão de informações, ideias e valores.

Além disso, a fotografia passou a constituir fonte de pesquisa para os historiadores e instrumento de trabalho para outros cientistas sociais. A fotografia reproduzida a seguir, por exemplo, foi feita nos Estados Unidos por volta de 1885 e documenta um momento da expansão norte-americana para o oeste. Observe-a para responder às questões.

**Daguerreótipo:** máquina fotográfica na qual a imagem é obtida por meio da entrada de luz em seu interior através de uma lente que capta os raios de luz e os redireciona a um ponto fixo, no qual a imagem é obtida. Após sua formação, a imagem é registrada sobre um filme fotográfico sensível à luz.

AMERICAN STOCK/GETTY IMAGES



Caravana de migrantes em direção ao oeste dos Estados Unidos, c. 1885. Local indeterminado nos Estados Unidos.

### Questões Registre as respostas em seu caderno.

1. Identifique o tipo de documento, o lugar e a época em que foi produzido.
2. Descreva a paisagem e as personagens retratadas na imagem. Que cena foi fotografada? Selecione o aspecto que mais chama sua atenção e explique o porquê de sua escolha.
3. As caravanas de pioneiros eram formadas por indivíduos pobres e desempregados, aventureiros e imigrantes europeus, todos à procura
4. de oportunidades. Explique o contexto histórico norte-americano que impulsionou tantas pessoas a enfrentar as longas viagens em direção ao oeste, durante o século XIX.
4. O registro fotográfico acima pode levar à suposição de que os territórios do oeste dos Estados Unidos, no século XIX, estavam desabitados. Você concorda com essa impressão? Justifique sua resposta.

## Primeira Conferência Internacional Americana

**Americana:** realizada de outubro de 1889 a abril de 1890, em Washington, capital dos Estados Unidos, reuniu representantes de 18 países americanos, entre os quais Argentina, Brasil, Chile, Cuba e México. Na ocasião, foi discutida a adoção, pelos respectivos governos, de um plano de arbitragem para as controvérsias e disputas que pudessem ocorrer entre eles, incluindo as questões relativas ao intercâmbio comercial.

**Canal do Panamá:** construção que atravessa o território panamenho, ligando o Oceano Atlântico ao Pacífico. O canal facilitou a circulação marítima e comercial na região. Os Estados Unidos controlaram a navegação no canal de 1914 até 1977, quando passaram a dividir seu controle com o Panamá. Em 1999, o Panamá assumiu de forma definitiva o controle do canal.

# Estados Unidos e América Latina

Em dezembro de 1823, o então presidente dos Estados Unidos James Monroe, em uma mensagem ao Congresso do país, declarou que as nações americanas não poderiam ser alvo de ações colonialistas europeias. A frase “A América para os americanos” resumia a declaração, que ficou conhecida como **Doutrina Monroe**. Apesar de ter sido interpretado como o prenúncio de uma doutrina intervencionista, o discurso de Monroe deve ser compreendido como um ato de repulsa a qualquer intenção colonizadora europeia no continente, considerada possível no contexto das restaurações monárquicas realizadas após o Congresso de Viena.

Em 1889, na **Primeira Conferência Internacional Americana**, os projetos expansionistas dos Estados Unidos ficaram claros. Propostas como a de união aduaneira e a de criação de tribunais de arbitragem, moeda única e sistema unificado de proteção militar demonstravam a disposição norte-americana de liderar o continente e controlar seus mercados. As propostas não foram aprovadas, mas simbolizaram o início de novas relações entre a América Latina e os Estados Unidos, concretizadas com a chegada de Theodore Roosevelt à presidência, em 1901.

A política de Roosevelt para a América Latina incluía negociações acompanhadas de forte pressão e ocasionais ameaças de intervenção direta nos demais países. A declaração, atribuída a Roosevelt, de que a relação com os países vizinhos deveria ser feita com “fala suave e um grande porrete na mão” fez que essa política ficasse conhecida como **Big Stick** (Grande Porrete). Assim, o governo norte-americano passou a intervir de forma direta e indireta na política dos países latino-americanos. Um dos exemplos de intervenção dos Estados Unidos na América Latina foi o estímulo ao estabelecimento de um novo país na região, o Panamá, declarado independente da Colômbia em 1903, como mostra o texto a seguir:

“No Caribe, Roosevelt iniciou a construção do **Canal do Panamá** [...] contrariando a Colômbia, que recusava as condições norte-americanas para construir em seu território. Não admitindo que ‘os interesses da civilização como um todo’ fossem contrariados por ‘latinos’, o presidente estimulou uma revolução de independência panamenha em troca do acordo para a construção do canal. Mais tarde, a Colômbia seria parcialmente indenizada.”

FERNANDES, Luis Estevam; MORAIS, Marcus Vinícius de. Os Estados Unidos no século XIX. In: KARNAL, Leandro e outros. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 169.



Charge do início do século XX que representa o presidente dos Estados Unidos, Theodore Roosevelt, caminhando sobre o Mar do Caribe.

▶ Descreva a charge explicando sua mensagem.

Roosevelt foi representado como um gigante imponente. Sua imagem reflete sua posição de domínio sobre a região em que “pisa”. Essa representação demonstra a superioridade militar norte-americana imposta à região (o gigante leva à área sua frota de navios). Além de evidenciar o poderio militar dos Estados Unidos, os navios representam a abertura comercial do Caribe a esse país, que terá seus interesses atendidos de forma prioritária e praticamente exclusiva com a implantação da política do *Big Stick*, representada pelo porrete, símbolo da ameaça direta aos países da região que não obedecerem às diretrizes do governo norte-americano.



Cena da animação *The three caballeros*, lançada no Brasil em 1944 com o título *Você já foi à Bahia?*. As personagens Zé Carioca (à direita), um papagaio brasileiro, e Panchito (no centro), um galo mexicano, foram criadas por Walt Disney como amigos do Pato Donald no contexto da política de boa vizinhança, que encobria a prática de intervenções militares e passava a influenciar culturalmente os países latino-americanos.

## ◆ Política de boa vizinhança

Na prática, a política de Theodore Roosevelt revelava a disposição norte-americana de garantir o controle do continente, mesmo que isso implicasse a realização de ações armadas. Várias ações militares e políticas, nas quatro primeiras décadas do século XX, demonstraram o empenho dos Estados Unidos em fazer valer sua hegemonia, principalmente na América Central e no Caribe, áreas de importância militar e estratégica.

Entre 1909 e 1913, durante o governo do presidente William Taft, popularizou-se a expressão **diplomacia do dólar**. Esse termo foi utilizado para designar a política que reforçou o domínio dos Estados Unidos sobre a frágil economia das pequenas repúblicas centro-americanas, que dependiam das exportações de banana, café e outros produtos primários. Por esse motivo, elas passaram a ser conhecidas como “Repúblicas das Bananas”. Utilizando a tática da “mão caridosa”, os Estados Unidos redobram seus investimentos em Cuba e nas demais ilhas do Caribe, chegando a aplicar nessas regiões 42% do total de seus investimentos no exterior.

Em 1932, Franklin Delano Roosevelt foi eleito presidente dos Estados Unidos. O mandatário acreditava que a política agressiva de intervenção direta, adotada por seus antecessores, necessitava de alterações imediatas. Segundo o estadista, os mecanismos utilizados para exercer a dominação econômica deveriam ser sutis e sofisticados. Inaugurou-se, então, a chamada **política de boa vizinhança**.

As várias práticas intervencionistas criadas e reelaboradas pelos governos norte-americanos consolidaram o domínio de Washington sobre os territórios da América Latina, encoberto pela aparência de uma relação cordial. Entretanto, com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e o início da Guerra Fria, a preocupação norte-americana na geopolítica mundial passou a ser a de impedir o avanço da influência soviética no mundo. Nesse contexto, os Estados Unidos passaram a apoiar os governos latino-americanos dispostos a lutar contra o comunismo.

Com o fim da Guerra Fria, a importância da América Latina na geoestratégia dos Estados Unidos diminuiu. Apesar disso, diversas ações norte-americanas nas últimas décadas revelaram o esforço de manter relativo controle sobre as movimentações políticas dos vizinhos do sul.

## ▶ Plano Colômbia

Implantado no ano 2000, por iniciativa dos então presidentes norte-americano Bill Clinton e colombiano Andrés Pastrana Arango, o Plano Colômbia é uma demonstração da presença militar dos Estados Unidos na América Latina. O plano foi elaborado para combater a produção e o tráfico de drogas no país sul-americano por meio da pulverização de inseticidas, por aviões norte-americanos, em plantações de coca e maconha. As ações de combate, no entanto, estenderam-se ao grupo guerrilheiro Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), que atuava nas florestas do país. O plano continuou nos governos posteriores dos dois países e contribuiu para a debilitação da guerrilha, que passou a negociar a paz com o governo da Colômbia.

## América hispânica pós-independência

Os Estados Unidos conquistaram sua independência em relação à Grã-Bretanha no século XVIII. A maior parte das colônias espanholas, por sua vez, tornou-se independente apenas na primeira metade do século XIX.

As grandes vitórias nas lutas de emancipação hispano-americanas foram as elites *criollas*, que se libertaram do controle metropolitano e assumiram o governo. Porém, em razão de agitações sociais e divergências entre os setores economicamente hegemônicos, o processo de formação e consolidação dos Estados nacionais em alguns países da América hispânica foi tão penoso quanto as décadas de guerra contra a Espanha.

No campo político, a principal oposição ocorria entre os *criollos* que defendiam a formação de um Estado unitário e centralizado, chamados **unitaristas**, e os partidários da autonomia das diversas regiões, os **federalistas**. Para os unitaristas, um dos principais limites para a plena consolidação do Estado era a resistência de grupos armados locais, que haviam lutado contra a Espanha e não pretendiam abrir mão do poder e das conquistas territoriais que haviam obtido. Esses grupos, liderados pelos **caudilhos**, defendiam os interesses regionais e viam a unificação e a centralização do poder como ameaças a sua liberdade.

Além do esforço para organizar política e geograficamente os novos Estados, a elite *criolla* precisava resolver outras questões: definir o papel que caberia à Igreja Católica, organizar o aparato armado e as novas instituições políticas, reestruturar a produção, inserir as novas economias no mercado internacional e ajustar as relações internacionais desses países, especialmente com a Grã-Bretanha e os Estados Unidos.

## Inserção no mercado mundial

Duas características marcaram os recém-formados Estados hispano-americanos. A primeira foi a adaptação da economia desses países aos interesses e à lógica de circulação de mercadorias do capitalismo do final do século XIX. Como não havia mais a intermediação da Espanha, as elites locais buscaram ganhar mais espaço no mercado internacional.

Com grande disponibilidade de terras para o cultivo, mão de obra farta e barata, produção de gêneros agrícolas de ampla aceitação internacional e instituições políticas frágeis, os novos países respondiam às necessidades dos principais centros econômicos do Ocidente: Grã-Bretanha e Estados Unidos.

Empresas desses dois países passaram a atuar regularmente na América hispânica (veja o mapa ao lado), que assumia a condição de fornecedora de matérias-primas e consumidora de produtos industrializados. No entanto, essa lógica não impediu que alguns países passassem por forte crescimento econômico no período.

A segunda característica que marcou esses novos Estados hispano-americanos foi a manutenção das relações de trabalho herdadas do período colonial.

É possível perceber, em razão do número de setas azuis no mapa, que o México e a América Central eram zonas de influência dos Estados Unidos. Já na América do Sul, nesse período, a influência maior era da Grã-Bretanha (setas vermelhas).

▶ Identifique no mapa as áreas de influência da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos na América Latina.

Fonte: Atlas da história do mundo. São Paulo: Publifolha/Times, 1995. p. 222.



## ◆ Relações de trabalho

Após a independência, as mudanças sociais na América hispânica foram limitadas. Diversos países mantiveram a escravidão africana até o início da segunda metade do século XIX. Na Colômbia, por exemplo, o sistema escravista vigorou até 1851, no Peru e na Venezuela, até 1854, e, no Paraguai, até 1869. Em alguns casos, mesmo que a abolição tenha ocorrido nas primeiras décadas do século XIX, os ex-escravos continuaram sujeitos a diversas formas de servidão. Isso ocorreu, por exemplo, no Chile, até 1823, e na Bolívia, até 1829. Em outros países, a escravidão negra, mesmo depois de abolida, resistiu por várias décadas, sem que a propriedade ilegal de escravos fosse coibida. Foi o que ocorreu no Uruguai, até 1833, e na Argentina, até 1853.

A situação dos indígenas também não se alterou após a emancipação. Em vez disso, os grandes proprietários rurais incorporaram vastas extensões de terras pertencentes aos indígenas, o que levou à dissolução de comunidades que haviam resistido aos séculos de colonização. Embora formas compulsórias de trabalho e alguns tributos tenham sido suprimidos, a mão de obra indígena continuou a ser intensamente utilizada, como mostra o texto a seguir:

“A república segue as tradições do vice-reino. Os presidentes, em suas mensagens, advogam pela redenção dos oprimidos e se autodenominam protetores da raça indígena; [...] os ministros de governo expedem decretos, enviam determinações aos prefeitos e nomeiam delegações investigadoras, tudo com o nobre propósito de assegurar as garantias da classe deserdada; mas mensagens, leis, decretos, determinações são práticas manipuladas. As autoridades que, desde Lima, enviam ordens aos departamentos sabem que não serão obedecidas [...].”

Sob a república, o índio sofre menos do que sob a dominação espanhola? Se não existem *corregimientos* nem *encomiendas*, restam os trabalhos forçados e o recrutamento. O que lhe fazemos sofrer basta para descarregar sobre nós a **execração** dos seres humanos. O conservamos na ignorância e na servidão, [...] o embrutecemos com o álcool, o lançamos para que se destroe nas guerras civis e, de tempos em tempos, organizamos caçadas e matanças [...]. Não se escreve, mas se observa o princípio de que o índio não tem direitos, mas apenas obrigações.”

PRADA, Manuel González. Nuestros índios. *Latinoamerica: Cuadernos de Cultura Latino-americana*, n. 29. México: Unam, 1978. p. 11-14. Disponível em <[http://ru.ffyl.unam.mx:8080/bitstream/10391/2973/1/29\\_CCLat\\_1978\\_Gonzalez\\_Prada.pdf](http://ru.ffyl.unam.mx:8080/bitstream/10391/2973/1/29_CCLat_1978_Gonzalez_Prada.pdf)>. Acesso em 4 mar. 2016. (Tradução nossa)

### ▶ A questão da terra

Segundo o relatório divulgado na 1ª Conferência Mundial sobre os Povos Indígenas, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2014, apesar de, na maioria dos países latino-americanos, a demarcação de terras e o reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas terem avançado, eles ainda sofrem com o assédio sobre suas terras. Entre 2010 e 2013, foram documentados mais de duzentos conflitos envolvendo terras indígenas na América Latina, todos relacionados às atividades de companhias mineradoras ou extrativistas de petróleo e gás.

**Execrar:** ter ódio, aversão ou abominação a algo ou alguém.



Indígenas Aymará preparam-se para vender seus produtos na beira de uma estrada em El Alto, Bolívia. Foto de 2015. O processo de formação do Estado nacional nos países latino-americanos foi dirigido pelas elites *criollas*, em prejuízo dos indígenas, dos negros e de integrantes de outros setores pobres da sociedade. Os efeitos sociais desse processo são evidentes nesses países.



*Tango* (1910), fotografia alemã de autoria desconhecida. A dança, uma das marcas da Argentina, começou a ser praticada em meados do século XIX em festividades que os escravos faziam nos *tangós*, casas onde se reuniam com a permissão de seus senhores. No final desse século, a dança disseminou-se nas periferias de Buenos Aires, sendo apropriada pelos imigrantes que chegavam à Argentina.

Os dados apresentados nesta página foram retirados de: CONDE, Roberto Cortés. O crescimento da economia argentina, c. 1870-1914. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: de 1870 a 1930*. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. v. 5.

## ◆ Crescimento e contradição na Argentina

O caso hispano-americano mais impressionante de expansão econômica na passagem do século XIX para o XX foi o da Argentina. A elite de Buenos Aires, composta de comerciantes e criadores de gado, pretendia aumentar as exportações, além de ampliar o mercado interno e a oferta de mão de obra. Para isso, implementou uma política econômica de estímulo à produção e assinou acordos internacionais que aumentavam sua participação no mercado de grãos e abriam o mercado internacional de carne aos produtores argentinos.

O sucesso dessa política garantiu, nas décadas de 1870 e 1880, forte crescimento na produção de grãos (trigo e milho, especialmente) e na reorganização da pecuária (de bovinos e ovinos). Simultaneamente, o país recebeu grandes levadas de imigrantes, sobretudo italianos, que fizeram a população passar de 1.736.490 habitantes, em 1869, para 7.885.237, em 1914. Como efeito dessa expansão, a Argentina iniciou o século XX como uma das maiores economias do mundo. O crescimento econômico, no entanto, não trouxe benefícios para todas as camadas sociais do país.

No processo de formação do Estado nacional, o imigrante europeu foi valorizado como principal elemento formador da sociedade argentina. Dessa forma, os indígenas e os negros foram excluídos do discurso histórico, como mostra o texto a seguir.

“Os argentinos estão orgulhosos de ser o país mais branco da América Latina [...]. O orgulho [...] os leva a se esquecer da presença negra em sua história e em sua cultura, revelada no baile que os identifica no mundo inteiro: o tango. [...] Desaparecimento de pessoas, desaparecimento de sujeitos históricos. Operações tipicamente argentinas em que magicamente se faz desaparecer o que incomoda o mundo dos vivos e até a memória histórica. País somente de brancos, onde não houve nem índios nem negros.”

GOLDBERG, Marta Beatriz. *Nuestros negros: ¿desaparecidos o ignorados? Todo es historia*. Buenos Aires: Felicitas Luna, n. 393, p. 31, abr. 2000. (Tradução nossa)

O incentivo à imigração europeia alterou a composição da população argentina, especialmente nas cidades. Não significou, porém, o “desaparecimento” dos negros. Os afro-argentinos foram preteridos aos brancos na agricultura e na indústria. Em razão da exclusão econômica, eles se deslocaram para áreas cada vez mais periféricas e pobres, contribuindo para consolidar a ideia equivocada de que não existem no país. Atualmente, vários grupos de afrodescendentes argentinos lutam para romper essa invisibilidade. Um dos reflexos dessa atuação foi a inclusão, pela primeira vez, de informações sobre as populações indígenas e afrodescendentes do país no Censo de 2010.



Maria Magdalena Pocha Lamadrid, fundadora do grupo África Vive, em Buenos Aires, Argentina. (c. 2002). A ONG, fundada em 1997, foi uma das primeiras organizações de militância negra na Argentina e atua auxiliando afrodescendentes a reivindicar seus direitos sociais.



Avenida de Mayo, Buenos Aires, Argentina (c. 1920). A capital argentina passou por um intenso processo de modernização entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Entre as mudanças estavam a pavimentação e eletrificação da maior parte da cidade, a reforma e ampliação do porto e a construção da primeira linha de metrô da América Latina.

## Surto industrial

O crescimento econômico argentino proporcionou a difusão da mecanização na agricultura e no processamento das matérias-primas, acelerando a capacidade produtiva do país e facilitando o ingresso de recursos e tecnologias estrangeiras. A maior circulação e disponibilidade de capitais permitiu a fundação de fábricas, possibilitando um salto industrial já na primeira década do século XX.

A expansão e a modernização econômicas causaram alterações profundas na organização social argentina. O operariado cresceu e se organizou em federações e sindicatos nos quais havia forte presença anarquista, socialista e sindicalista-revolucionária. Os operários lutavam por aumentos de salário e por melhores condições de trabalho.

Apesar do clima de euforia, a modernização tinha limites claros. Ela se concentrava no desenvolvimento da produção e da circulação de mercadorias, mas não era acompanhada de investimentos em tecnologia nem de renovação nas práticas políticas ou de melhorias sociais. As leis trabalhistas respondiam precariamente às necessidades dos trabalhadores e demonstravam a falta de disposição da classe hegemônica em dividir os lucros obtidos com a expansão econômica.

Além disso, a industrialização não produziu riquezas para o país como o setor agropecuário, voltado para a exportação. Assim, a Argentina ainda era um país dependente dos países ricos e plenamente industrializados. A crise financeira desencadeada pela quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, expôs os limites desse crescimento: com o mercado internacional bastante reduzido, as exportações argentinas caíram violentamente e sua economia foi muito abalada.

## A Argentina de meados do século XX ao século XXI

O panorama econômico argentino atual não lembra a euforia vivida no início do século XX. A economia do país alternou períodos favoráveis e desfavoráveis no decorrer do século XX e passou por forte declínio entre 1975 e 1983, quando perdeu parte de sua capacidade de produção industrial. No mesmo período, houve significativo aumento da concentração de riquezas, da inflação e da dívida externa.

Nos anos 1990, uma onda de privatizações elevou o ingresso de **divisas** e as exportações duplicaram. No entanto, a concentração de capitais no setor financeiro e o aumento das taxas de desemprego agravaram o cenário social: no final de 2001, uma forte retração econômica, com redução de mais de 20% do Produto Interno Bruto, levou o país a uma das piores crises de sua história, elevando o índice de pobreza em mais de 55%.

A partir de 2003, a Argentina retomou seu crescimento econômico, impulsionado por medidas de contenção de **câmbio** e pela exportação de grãos, especialmente a soja. Esse crescimento, no entanto, não foi acompanhado por mudanças na estrutura econômica do país, muito dependente do mercado internacional. Em 2014, a Argentina mergulhou novamente em uma crise econômica, desgastando o governo da família Kirchner, que estava no poder desde 2003, com a eleição de Néstor Kirchner e depois de Cristina Kirchner. Em 2015, Mauricio Macri, um candidato da oposição ao Partido Justicialista, dos Kirchner, venceu a eleição.

### Quebra da Bolsa de Nova York

O *crash* da Bolsa de Valores de Nova York, nos Estados Unidos, em outubro de 1929, foi desencadeado, sobretudo, pela grande especulação financeira e pela supervalorização do mercado de ações. Com essa valorização excessiva e a grande quantidade de compradores disponíveis, as empresas passaram a emitir papéis sem valor. Os compradores, por sua vez, buscavam “enriquecer” de forma rápida e fácil ao investir todas as posses nesses papéis, acreditando que eles valeriam mais posteriormente. Com a quebra da bolsa de valores, instalou-se nos Estados Unidos uma grave crise econômica, que logo atingiu o restante do mundo.

**Divisa:** toda representação de valor (dinheiro, cheques, títulos, ordens de pagamento etc.) que pode ser convertida em moeda estrangeira, em transações comerciais.

**Câmbio:** operação de troca de moeda nacional por moeda estrangeira ou vice-versa.

O México de Porfirio Díaz integrava-se plenamente à divisão internacional do trabalho, em que o país fornecia para o exterior matérias-primas e comprava produtos industrializados.

## ◆ O México no século XIX

Porfirio Díaz foi presidente do México entre 1876 e 1880. No fim de seu mandato, em 1880, ele apoiou a eleição de Manuel González, seu amigo. Durante o governo de González, Díaz ocupou um cargo no gabinete presidencial e, depois, foi governador de Oaxaca. Díaz também conseguiu, durante o governo de González, realizar as reformas pertinentes para poder se reeleger. Graças a essas reformas, feitas na Constituição, Díaz manteve-se no governo de 1884 a 1911.

Após a independência, liberais e conservadores disputaram o controle do México. Os **conservadores**, vinculados à Igreja Católica, representavam os grandes proprietários de terras e buscavam a manutenção das estruturas de poder do período colonial. Já os **liberais** queriam o fim dos privilégios dos latifundiários, além de defender a liberdade de comércio e de expressão, a igualdade jurídica, a reforma agrária e a modernização da produção e das relações de trabalho. Esses grupos atravessaram os anos de guerra contra os Estados Unidos e assistiram à perda de cerca de 40% do território mexicano, em 1848, para o vizinho do norte.

Na década de 1850, os liberais chegaram ao poder e aprovaram uma Constituição (1857), que afirmava o caráter laico do Estado e expropriava terras da Igreja e dos indígenas. O objetivo era criar uma classe de pequenos proprietários, capazes de renovar a agricultura mexicana e estabelecer as bases de um capitalismo moderno.

A instabilidade política dos anos seguintes, contudo, praticamente anulou a Constituição e permitiu à Igreja manter sua força e suas propriedades. As comunidades indígenas foram gradativamente destruídas e a maior parte de suas terras acabou incorporada às grandes propriedades rurais.

Em 1876, Porfirio Díaz chegou à presidência e iniciou um longo e quase ininterrupto período de 35 anos no poder, chamado de **porfiriato**. Essa fase caracterizou-se pelo aumento da concentração fundiária, pelo intenso ingresso de capital estrangeiro e pela modernização dos meios de comunicação e de transportes. Essas mudanças, no entanto, não transformaram a estrutura do país. O governo continuou tendo como principais apoiadores a Igreja e os grandes proprietários rurais e reprimiu violentamente as mobilizações camponesas.

Nesse período, a entrada de grande volume de capital norte-americano, o aumento da industrialização e o impulso das atividades mineradoras conferiram ao norte do México um perfil bastante distinto do centro do país, local de campesinato ativo, e principalmente do sul, onde se concentrava a maioria dos indígenas que ainda mantinham a propriedade coletiva da terra. Apesar das diferenças regionais, ocorreram levantes de operários, camponeses e indígenas contra o governo de Porfirio Díaz em todo o México.

No norte, as reivindicações dos operários da indústria têxtil e dos mineradores eram duramente reprimidas pelas tropas federais. No país inteiro, os levantes camponeses e indígenas eram abafados pelos *rurales*, grupos paramilitares que agiam violentamente no campo.

**Grupo paramilitar:** organização particular de cidadãos que, embora armados e fardados, não pertencem às Forças Armadas regulares de um país.

O pintor representou Porfirio Díaz em destaque no centro da imagem, pisando em um livro. Ele está cercado por cortesãs e homens em postura de submissão. A imagem parece representar uma festividade, transmitindo a ideia de que as personagens fazem parte de altas camadas da sociedade, que desfrutam a “boa vida” proporcionada pelo regime. Levando em conta o contexto, pode-se imaginar que o livro pisado seja a Constituição mexicana, desconsiderada pelo porfiriato.

*D. Porfirio e suas cortesãs (1957-1965), pintura de David Alfaro Siqueiros. Museu Nacional de História, Cidade do México.*

▶ Descreva a imagem explicando sua mensagem.



A pintura passa a impressão de Porfirio como um homem centralizador e personificador do poder, em torno do qual vivem todos os outros elementos da sociedade mexicana.

## Da luta política à revolução

Em 1910, Porfírio Díaz, então com 80 anos, candidatou-se novamente à presidência. Suas seguidas vitórias eram cada vez mais contestadas pelos adversários, que denunciavam fraudes eleitorais. Um candidato de oposição, Francisco Madero, dispôs-se a enfrentar Porfírio nas urnas, levantando a bandeira da não reeleição.

Madero obteve grande apoio popular, e o crescimento de sua candidatura preocupou o governo, que, acusando-o de incitação à rebelião, prendeu-o pouco antes do pleito. Com o opositor preso e as fraudes, que lhe garantiram quase a totalidade dos votos, Porfírio foi reeleito.

Libertado após a eleição, Madero exilou-se nos Estados Unidos e lá escreveu o **Plano de San Luis Potosí**, projeto liberal que convocava a população mexicana a se rebelar contra a ditadura porfirista. O plano marcava dia e hora para o início da insurreição: 20 de novembro de 1910, às 18 horas. A proposta rebelde ganhou a adesão de setores populares, como operários e camponeses, em várias partes do país. Sindicatos e federações operárias também apoiaram a luta contra Díaz. No dia e hora marcados, estourou a **Revolução Mexicana**.

As principais lideranças dos insurretos no norte eram Pascual Orozco, que defendia a reforma agrária, e o líder camponês Pancho Villa, conhecido pela habilidade com que liderava os deslocamentos de suas tropas em meio ao acidentado relevo da região. Ele se manteve fiel a Madero durante toda a luta e se tornou um dos mais importantes líderes militares e políticos da revolução. Seu Exército – a Divisão do Norte – não sofreu nenhuma derrota significativa até 1915.

No estado de Morelos, no sul do país, o líder indígena Emiliano Zapata também aderiu à revolução e passou a combater as tropas porfiristas e a lutar pela retomada das terras indígenas que haviam sido expropriadas. Com Villa, Zapata levou para o centro da revolução a discussão sobre a terra e a necessidade de reorganizar os campos do México, que era mencionada timidamente no Plano de San Luis Potosí.

Os combates em todo o país dificultavam a ação das tropas que apoiavam Díaz e o levaram à renúncia e ao exílio em maio de 1911. Um governo provisório foi composto até as eleições presidenciais, vencidas por Madero. Ele tomou posse no início de novembro, diante de um país ainda não pacificado no qual as questões e os conflitos sociais, durante tanto tempo abafados, estavam expostos.

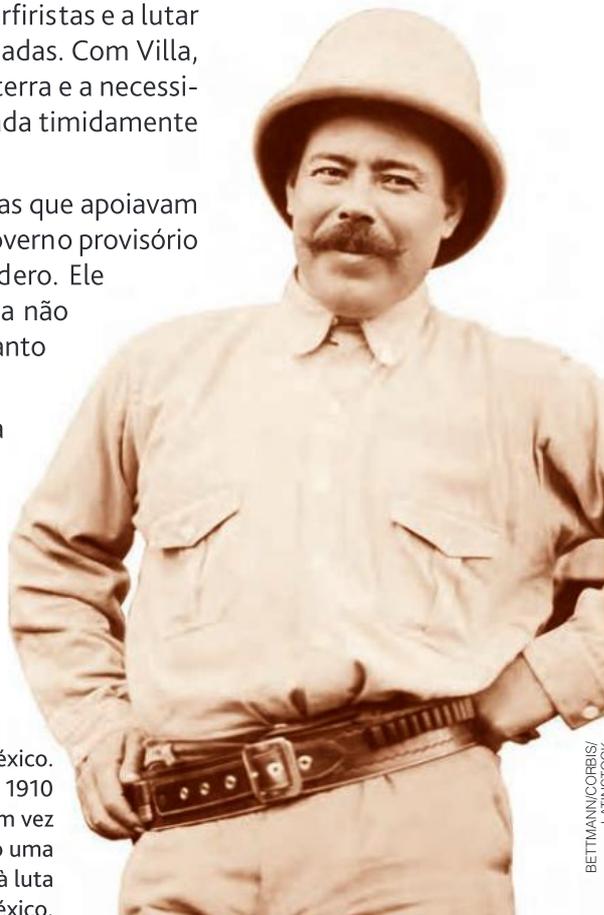
Madero defendia a reforma agrária, mas não se dispunha a realizá-la com a profundidade que os setores revolucionários camponeses e indígenas exigiam. Além disso, o presidente pretendia que os grupos depusessem suas armas antes que houvesse qualquer alteração no regime fundiário.

O líder revolucionário Pancho Villa, c. 1910-1920, no México.

Nascido Doroteo Arango, Villa atuava na década de 1910 como ladrão de gado e assaltante de bancos. Porém, em vez de temê-lo, a população camponesa o admirava como uma espécie de Robin Hood local. Sua popularidade, aliada à luta pelas causas sociais, fizeram dele um mito no México.



Símbolo do Partido Liberal Mexicano, desenho de 1911. Arquivo eletrônico Ricardo Flores Magón. Cidade do México. O partido, fundado em 1906, transformou-se em uma organização anarquista em pouco tempo. Os anarquistas defendiam o uso social da terra e apoiavam a Revolução Mexicana. Propunham, no entanto, a radicalização da revolução e não reconheciam a liderança de Madero.





**Emiliano Zapata** (1928), pintura de Diego Rivera no muro da Secretaria de Educação Pública, na Cidade do México. As ideias defendidas por Zapata influenciaram a Constituição mexicana promulgada em 1917. Por meio dela, regulou-se o uso da terra no país, o trabalho feminino e infantil e o direito de greve. Além disso, estabeleceu-se a jornada máxima de trabalho, o descanso semanal remunerado e o salário mínimo.

## A revolução continua

As discordâncias do governo eleito com as ideias defendidas por Zapata apareceram rapidamente. No final de novembro de 1911, Zapata divulgou o **Plano de Ayala**, em que acusava Francisco Madero de negligenciar a questão da terra e incentivava a continuidade da luta. No norte, alguns grupos camponeses e anarquistas endossaram a disposição guerreira e reiniciaram o conflito contra as forças federais.

Não foram os levantes populares, porém, que derrubaram Madero. Ele foi deposto e fuzilado em fevereiro de 1913 por porfiristas apoiados pelos Estados Unidos. Diante do retorno da antiga estrutura de poder, liberais, camponeses, anarquistas e indígenas voltaram a ficar do mesmo lado e prosseguiram em seu combate.

Estavam em curso, no entanto, duas revoluções paralelas. A **Revolução dos Liberais** – agora liderados por Venustiano Carranza – propunha a diversificação econômica e a aceleração do desenvolvimento capitalista do México. Os participantes da **Revolução Popular**, sob o comando de Pancho Villa e Zapata, desejavam a reforma agrária, o restabelecimento das comunidades indígenas e a reformulação nas relações de trabalho.

Em 1914, o porfirismo foi novamente derrotado, e liberais e setores populares voltaram a se enfrentar. Carranza assumiu o controle das tropas federais e iniciou um processo de constitucionalização do país. Pretendia, assim, encerrar a luta armada e transferir as divergências para o espaço de uma Assembleia Constituinte. Zapata e Villa, certos de que isso significaria a derrota de suas propostas, recusaram as medidas e continuaram a lutar.

No ano seguinte, Álvaro Obregón, general de Carranza, conseguiu derrotar a Divisão do Norte, abalando as tropas de Villa, que perdeu o controle sobre o norte do México. Sem tropas, Villa rendeu-se em 1920. No sul, Zapata resistiu até 1919, quando foi assassinado. Seu Exército rendeu-se logo depois.

Em 1917, dois anos antes da derrota de Zapata, foi promulgada uma nova Constituição no México. O documento expropriou terras da Igreja e limitou sua atuação. Além disso, determinou que no uso da terra fosse considerado o interesse público, identificou a nação como legítima proprietária de todo o território e autorizou a distribuição de terras aos cidadãos e às comunidades.

### O zapatismo hoje

Em 1º de janeiro de 1994, no estado de Chiapas, região mais pobre do México, no sul do país, um grupo autodenominado **Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN)** rebelou-se contra o governo mexicano. Nesse dia, entrava em vigor uma Constituição que acabava com algumas conquistas sociais vigentes no país desde 1917 e facilitava o ingresso do México no Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), bloco econômico formado com o Canadá e os Estados Unidos. O zapatismo contestava a mudança constitucional e a nova aliança, que obrigava o México a acatar a política neoliberal de abertura econômica.

Os integrantes do movimento, de maioria indígena, reivindicavam a retomada do controle da terra, assim como alimentação, saúde, educação e justiça para os povos indígenas. Em 1995, zapatistas e governo chegaram a um acordo de paz. Foram outorgadas as chamadas “juntas do bom governo”, que reconheciam o poder das comunidades indígenas sobre seu território. Desde então, apesar de existirem confrontos armados pontuais entre o EZLN e o governo mexicano, o movimento zapatista passou a atuar mais na esfera política que na armada.

Membros do EZLN comemoram 20 anos do levante zapatista de 1994. Chiapas, México, dezembro de 2013.



AP PHOTO/EDUARDO VERDUGO/GLOW IMAGES

Até 2014, o porta-voz do EZLN foi o subcomandante Marcos. Ele fez sua primeira aparição pública quando o grupo foi organizado, em janeiro de 1994. Um ano depois, o governo mexicano o identificou: era Rafael Sebastián Guillén Vicente, professor universitário da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Autónoma Metropolitana (UAM).

## Explorando o conhecimento

1. Identifique os principais fatores que levaram à eclosão da Guerra de Secessão, nos Estados Unidos.
2. Quais foram os princípios que nortearam a política dos Estados Unidos em relação à América Latina nos séculos XIX e XX?
3. Caracterize os aspectos políticos e sociais da América hispânica pós-independência.

## Pensando criticamente

4. Leia o texto e, a seguir, responda às questões.

“Além do incentivo à imigração e da legislação conhecida como *Land Ordinance* (1785), que regulava a formação dos estados no oeste, dois eventos atraíram multidões para a corrida do oeste: a descoberta de ouro na Califórnia e o *Homestead Act* [...]”

SALES, Marcelo. A conquista do oeste. *Revista Aventuras na História*, n. 128, mar. 2014. São Paulo: Abril. p. 42.

- a) Os eventos citados no texto fazem parte de que processo histórico?
  - b) O que foi o *Homestead Act*?
5. Leia o texto abaixo para, em seguida, responder às questões.

“Leis de segregação racial haviam feito breve aparição durante a reconstrução [da União], mas desapareceram até 1868. Ressurgiram [...] a começar pelo Tennessee, em 1870: lá, os sulistas brancos promulgaram leis contra o casamento inter-racial. Cinco anos mais tarde, o Tennessee adotou a primeira Lei Jim Crow e o resto do sul o seguiu rapidamente. O termo ‘Jim Crow’, nascido de uma música popular, referia-se a toda lei (foram dezenas) que seguisse o princípio ‘separados, mas iguais’, estabelecendo afastamento entre negros e brancos nos trens, estações ferroviárias, cais, hotéis, barbearias, restaurantes, teatros, entre outros. Em 1885, a maior parte das escolas sulistas também foram divididas em instituições para brancos e outras para negros. Houve ‘leis Jim Crow’ por todo o sul. Apenas nas décadas de 1950 e 1960 a Suprema Corte derrubaria a ideia de ‘separados, mas iguais’.”

FERNANDES, Luiz Estevam; MORAIS, Marcus Vinicius de. Os Estados Unidos no século XIX. In: KARNAL, Leandro e outros. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 145.

- a) De que forma as leis apresentadas no texto explicitam a condição do negro nos Estados Unidos após a abolição?
- b) No Brasil, a escravidão foi abolida há pouco mais de cem anos. Nos Estados Unidos, onde a abolição foi anterior, até a década de 1960, os negros não tinham direito ao voto nem a frequentar as mesmas escolas que os brancos. Que mudanças positivas ocorreram na inclusão social dos afrodescendentes no Brasil e nos Estados Unidos? Em sua opinião, que mudanças ainda precisam acontecer? Justifique sua resposta com exemplos.

6. Leia o texto abaixo para, em seguida, responder às questões.

“Politicamente [...] os bandidos eram incapazes de oferecer uma alternativa real aos camponeses. [...] a perspectiva mais óbvia para um revolucionário-bandido bem-sucedido era tornar-se um proprietário de terras. Pancho Villa terminou como um fazendeiro, a recompensa natural [...]”

Houve na Revolução Mexicana duas grandes formações camponesas: o típico movimento de rebeldes-salteadores de Pancho Villa, no norte, e a agitação agrária de Zapata, em Morelos. [...] foi esse movimento que injetou o elemento da reforma agrária na Revolução Mexicana.”

HOBBSBAWM, Eric. *Bandidos*. São Paulo: Paz e Terra, 2010. p. 137-143.

- a) O texto apresenta duas concepções diferentes sobre o banditismo. Quais são elas?
- b) Em qual dessas concepções Pancho Villa se enquadra? Justifique.

## Investigando

### CONECTANDO COM A GEOGRAFIA

7. A marcha para o oeste nos Estados Unidos teve como consequência, entre outras coisas, a degradação ambiental das áreas ocupadas, especialmente nos locais onde ocorreram atividades mineradoras. Pesquise esse tipo de atividade nos dias de hoje, buscando informações sobre as formas mais comuns de extração mineral, os danos que a atividade pode causar ao solo e ao ambiente e os principais cuidados que empresas desse ramo precisam tomar para evitar a contaminação do meio ambiente.

## Decifrando o Enem

Registre a resposta em seu caderno.

(ENEM-MEC/2009)

“Na década de 30 do século XIX, Tocqueville escreveu as seguintes linhas a respeito da moralidade nos EUA: ‘A opinião pública norte-americana é particularmente dura com a falta de moral, pois esta desvia a atenção frente à busca do bem-estar e prejudica a harmonia doméstica, que é tão essencial ao sucesso dos negócios. Nesse sentido, pode-se dizer que ser casto é uma questão de honra’.”

TOCQUEVILLE, A. *Democracy in America*. Chicago: Encyclopædia Britannica, Inc., Great Books 44, 1990. (Adaptado)

Do trecho, infere-se que, para Tocqueville, os norte-americanos do seu tempo

- a) buscavam o êxito, **descurando** as virtudes cívicas.
- b) tinham na vida moral uma garantia de enriquecimento rápido.
- c) valorizavam um conceito de honra dissociado do comportamento ético.
- d) relacionavam a conduta moral dos indivíduos com o progresso econômico.
- e) acreditavam que o comportamento casto perturbava a harmonia doméstica.

**Descurar:** não cuidar, desamparar, desleixar.

### Analizando

A questão apresentada é introduzida por um fragmento adaptado da obra *A democracia na América*. Seu autor, Alexis de Tocqueville, era um jovem advogado francês quando recebeu do rei Luís Filipe a tarefa de conhecer os Estados Unidos da América com a finalidade de estudar o sistema penitenciário do país. O livro, resultado de suas pesquisas sobre a sociedade e as instituições norte-americanas, obteve muito sucesso na época e até hoje é importante fonte para o conhecimento da história norte-americana.

No trecho escolhido, Tocqueville comenta a importância para a sociedade norte-americana da conduta moral, considerada condição para o bem-estar, a harmonia doméstica e o sucesso nos negócios. As observações do autor sobre a mentalidade predominante nos Estados Unidos em meados do século XIX podem ser

relacionadas à formação das Treze Colônias inglesas, povoadas majoritariamente por grupos protestantes ingleses.

Os puritanos (calvinistas) que ocuparam a Nova Inglaterra se consideravam eleitos de Deus e viam na América uma espécie de “terra prometida”. Eles valorizavam o trabalho árduo e uma vida de austeridade, com rígidas regras morais. Seguidores da doutrina da predestinação, consideravam que o progresso material e o sucesso nos negócios, além de ser recompensas por seus esforços, eram sinais positivos enviados por Deus.

Outras denominações protestantes, como os batistas, os presbiterianos e os metodistas, também foram muito atuantes durante o período colonial, difundindo valores morais bastante semelhantes.

Essa mentalidade marcada por forte religiosidade, presente no processo de expansão para o oeste no século XIX, fundamentou a “opinião pública” analisada por Tocqueville. O que podemos concluir a respeito disso, com base no texto? Esse é o problema proposto no enunciado.

Vamos analisar as diferentes alternativas.

- Alternativa **a**: A valorização do sucesso e a associação entre virtudes cívicas e morais são características da sociedade norte-americana.
- Alternativa **b**: A riqueza material é considerada um sinal distintivo de Deus e recompensa pelo trabalho árduo, pela perseverança e pela virtude.
- Alternativa **c**: Tocqueville associa a noção de honra aos princípios morais e éticos da sociedade norte-americana do século XIX.
- Alternativa **d**: O progresso econômico é considerado decorrência da conduta moral dos indivíduos.
- Alternativa **e**: A castidade era um valor a ser cultivado, sendo condição para a harmonia doméstica e para o bem-estar.

**Agora é com você !**

Qual alternativa completa de maneira correta a frase do enunciado?

A alternativa correta é a letra **d**.

## Questões do Enem e de vestibulares

Registre as respostas em seu caderno.

### 1. (ENEM-MEC/2015)

#### TEXTO I

“Em todo o país a lei de 13 de maio de 1888 libertou poucos negros em relação à população de cor. A maioria já havia conquistado a alforria antes de 1888, por meio de estratégias possíveis. No entanto, a importância histórica da lei de 1888 não pode ser mensurada apenas em termos numéricos. O impacto que a extinção da escravidão caiu sobre uma sociedade constituída a partir da legitimidade da propriedade sobre a pessoa não cabe em cifras.”

ALBUQUERQUE, W. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. (Adaptado)

#### TEXTO II

“Nos anos imediatamente anteriores à abolição, a população livre do Rio de Janeiro se tornou mais numerosa e diversificada. Os escravos, bem menos numerosos que antes, e com os africanos mais aculturados, certamente

não se distinguiam muito facilmente dos libertos e dos pretos e pardos livres habitantes da cidade. Também já não é razoável presumir que uma pessoa de cor seja provavelmente cativa, pois os negros libertos e livres poderiam ser encontrados em toda parte.”

CHALHOUB, S. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. (Adaptado)

Sobre o fim da escravidão no Brasil, o elemento destacado no Texto I que complementa os argumentos apresentados no Texto II é o(a)

- a) variedade das estratégias de resistência dos cativos.
- b) controle jurídico exercido pelos proprietários.
- c) inovação social representada pela lei.
- d) ineficácia prática da libertação.
- e) significado político da abolição.

### 2. (ENEM-MEC/2015)

Estas imagens de D. Pedro II foram feitas no início dos anos de 1850, pouco mais de uma década após o Golpe da Maioridade. Considerando o contexto histórico em que foram produzidas e os elementos simbólicos destacados, essas imagens representavam um

REPRODUÇÃO FUNDAÇÃO MARIA LUISA E OSCAR AMERICANO E FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, RIO DE JANEIRO



SCHWARCZ, L. M. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (Adaptado)

- a) jovem maduro que agiria de forma irresponsável.
- b) imperador adulto que governaria segundo as leis.
- c) líder guerreiro que comandaria as vitórias militares.
- d) soberano religioso que acataria a autoridade papal.
- e) monarca absolutista que exerceria seu autoritarismo.

3. (ENEM-MEC/2014)

“Respeitar a diversidade de circunstâncias entre as pequenas sociedades locais que constituem uma mesma nacionalidade, tal deve ser a regra suprema das leis internas de cada Estado. As leis municipais seriam as cartas de cada povoação doadas pela assembleia provincial, alargadas conforme o seu desenvolvimento, alteradas segundo os conselhos da experiência. Então, administrar-se-ia de perto, governar-se-ia de longe, alvo a que jamais se atingirá de outra sorte.”

BASTOS, T. *A província (1870)*. São Paulo: Nacional, 1937. (Adaptado)

O discurso do autor, no período do Segundo Reinado no Brasil, tinha como meta a implantação do

- a) regime monárquico representativo.
- b) sistema educacional democrático.
- c) modelo territorial federalista.
- d) padrão político autoritário.
- e) poder oligárquico regional.

4. (FUVEST/2015) Observe a tabela:

Imigração: Brasil, 1881-1930 (Em milhares)	
Ano	Chegadas
1881-1885	133,4
1886-1890	391,6
1891-1895	659,7
1896-1900	470,3
1901-1905	279,7
1906-1910	391,6
1911-1915	611,4
1916-1920	186,4
1921-1925	386,6
1926-1930	453,6
Total	3.964,3

Fonte: BETHELL, Leslie (Ed.). *The Cambridge History of Latin America*. v. IV. (Adaptado)

Os dados apresentados na tabela se explicam, dentre outros fatores,

- a) pela industrialização significativa em estados do Nordeste do Brasil, sobretudo aquela ligada a bens de consumo.

- b) pela forte demanda por força de trabalho criada pela expansão cafeeira nos estados do Sudeste do Brasil.
- c) pela democracia racial brasileira, a favorecer a convivência pacífica entre culturas que, nos seus continentes de origem, poderiam até mesmo ser rivais.
- d) pelos expurgos em massa promovidos em países que viviam sob regimes fascistas, como Itália, Alemanha e Japão.
- e) pela supervalorização do trabalho assalariado nas cidades, já que no campo prevalecia a mão de obra de origem escrava, mais barata.

5. (UFRGS/2014) Durante a regência de Araújo Lima, foram criadas algumas instituições político-culturais, com o objetivo de produzir uma história da nação, que conferisse aos brasileiros um sentimento de pertencimento e de nacionalidade, e assim de auxiliar na centralização e fortalecimento do Estado. Uma dessas instituições foi

- a) a Guarda Nacional.
- b) o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- c) a Academia Imperial de Belas Artes.
- d) a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.
- e) a Academia Brasileira de Letras.

6. (UNICAMP/2014)

“Como os abolicionistas americanos previram, os problemas da escravidão não cessariam com a abolição. O racismo continuaria a acorrentar a população negra às esferas mais baixas da sociedade dos Estados Unidos. Mas se tivessem tido a oportunidade de fazer uma viagem pelo Brasil de seus sonhos – o país imaginado por tanto tempo como o lugar sem racismo – eles teriam concluído que entre o inferno e o paraíso não há uma tão grande distância afinal.”

AZEVEDO, Célia M. M. *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)*. São Paulo: Annablume, 2003. p. 205. (Adaptado)

Sobre o tema, é correto afirmar que:

- a) A experiência da escravidão aproxima a história dos Estados Unidos e do Brasil, mas a questão do racismo tornou-se uma pauta política apenas nos EUA da atualidade.

- b) Os abolicionistas norte-americanos tinham uma visão idealizada do Brasil, pois não identificavam o racismo como um problema em nosso país.
- c) A imagem de inferno e paraíso na questão racial também é adequada às divisões entre o sul e o norte dos EUA, pois a questão racial impactou apenas uma parte daquele país.
- d) A abolição foi uma etapa da equiparação de direitos nas sociedades norte-americana e brasileira, pois os direitos civis foram assegurados, em ambos os países, no final do século XIX.

**7. (UFPR/2014)** Leia o excerto sobre a Guerra de Secessão dos Estados Unidos (1861-1865):

“Foi essa experiência terrível [a Guerra de Secessão – 1861-1865], e não a luta pela independência, que fez dos americanos um povo unido, consciente de seu destino único.”

AMEUR, Farid. O nascimento de uma nação. *História Viva*. Disponível em <[www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/o\\_nascimento\\_de\\_uma\\_nacao.html](http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/o_nascimento_de_uma_nacao.html)>. Acesso em 11 mar. 2016.

Por que o autor faz essa afirmação sobre a Guerra de Secessão? Justifique sua resposta, comparando a situação política e econômica interna dos Estados Unidos após a guerra de independência (1776-1783) e depois da Guerra de Secessão.

**8. (UERN/2013)**

“O Brasil possui atualmente uma economia forte e sólida. O país é um grande produtor e exportador de mercadorias de diversos tipos, principalmente *commodities* minerais, agrícolas e manufaturados. As áreas de agricultura, indústria e serviços são bem desenvolvidas e encontram-se, atualmente, em bom momento de expansão. Considerado um país emergente, o Brasil ocupa o 7º lugar no *ranking* das maiores economias do mundo (dados de 2011). O Brasil possui uma economia aberta e inserida no processo de globalização.”

Disponível em <[www.suapesquisa.com/geografia/economia\\_brasileira.htm](http://www.suapesquisa.com/geografia/economia_brasileira.htm)>. Acesso em 11 mar. 2016.

O Segundo Reinado e a fase da história do Brasil correspondente ao governo de D. Pedro II, que teve início em 1840, com a mudança na constituição que declarou a maioria de

Pedro de Alcântara, com 14 anos, tornando-o apto para assumir o governo. A administração de D. Pedro II, que durante 49 anos esteve à frente do Estado brasileiro, foi marcada por muitas mudanças sociais, políticas e econômicas no Brasil. Quanto à economia do Império nesse período,

- a) destaca-se o grande e definitivo crescimento da atividade industrial.
- b) observa-se o Brasil em destaque na área da mineração de ouro e prata.
- c) destaca-se a produção do açúcar, aproveitando os canaviais do Nordeste.
- d) nota-se que o café tomou posição de liderança nas exportações, possibilitando acúmulo de capital.

**9. (UEL/2013)** No contexto histórico das transformações ocorridas no século XIX, que envolveram questões da identidade nacional e da política, no Brasil, após a abdicação de D. Pedro I, ocorreu uma grave crise institucional. As tentativas de superação por meio das Regências provocaram uma série de revoltas, como a Sabinada (BA), a Balaiada (MA) e a Cabanagem (PA). A superação da crise, que coincidiu com o fim do período regencial, deveu-se à

- a) antecipação da maioria do príncipe herdeiro.
- b) consolidação da Regência Una e Permanente.
- c) formação e consolidação do Partido Republicano.
- d) fundação das agremiações abolicionistas.
- e) volta imediata de D. Pedro I às terras brasileiras.

**10. (UERJ/2010)**

“O problema agrário está na base dos conflitos sociais e políticos da história do México, desde a independência até a revolução. Todas as tentativas de mudança estrutural – independência, reforma, porfiriato, revolução – decorrem da necessidade essencial de resolver essa questão-chave.”

NUNES, Américo. *As revoluções do México*. São Paulo: Perspectiva, 1980. (Adaptado)

Identifique o problema agrário ao qual se refere o autor do texto e estabeleça sua relação com a Revolução Mexicana de 1910.

## Análise de matéria jornalística

Tiras e charges são usadas até hoje como forma de denunciar por meio do humor algo que acontece no mundo. No período da ditadura militar no Brasil (1964-1985), os cartunistas valeram-se desse tipo de expressão. Isso ocorria porque nem sempre a mensagem nessas obras é claramente perceptível e, assim, muitos artistas, utilizando-se dessa linguagem, conseguiram **burlar** a censura e criticar o regime militar.

No entanto, apesar de os jornais terem sido o veículo de comunicação no qual foram publicadas a maioria das tiras e charges que faziam críticas ao regime militar, a imprensa, por pressão ou convicção política, omitiu os abusos do regime e muitas vezes distorceu fatos.

É evidente que a imprensa não parou de publicar notícias, mas elas não traduziam a verdadeira situação do país. Assim, a informação que era oferecida ao leitor desviava sua atenção dos graves desmandos do governo.

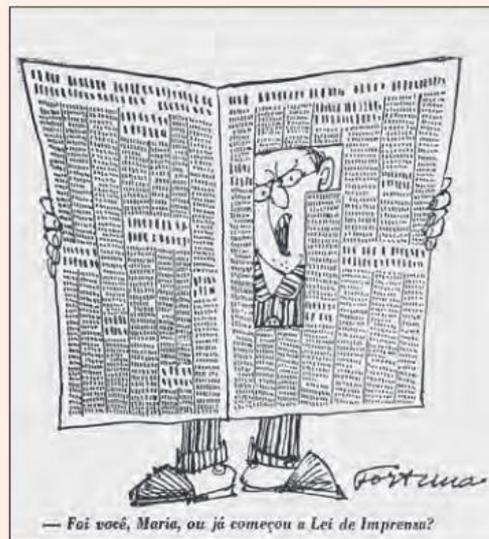
Se sob uma ditadura a falta de liberdade da imprensa é óbvia, sob um regime democrático é mais difícil identificar os critérios que os veículos de comunicação utilizam para decidir o que publicar e como fazê-lo.

Ainda que os governos democráticos não interfiram diretamente no conteúdo publicado pelos veículos de notícias, a informação sempre passa, necessariamente, por uma escolha, por uma edição. Ou seja, existe alguém que, seguindo a orientação dos donos do meio de comunicação edita fotos e textos e define o que pode e o que não pode ser publicado.

Essa edição pode favorecer uma visão positiva de um fato ou pode estimular uma percepção negativa dele. Para isso, não é preciso inventar nada; basta escolher o ângulo de uma foto que está mais em conformidade com o que o editor quer transmitir ou modificar os verbos e adjetivos de uma sentença para que o leitor entenda a notícia da perspectiva escolhida pela linha editorial do veículo de comunicação.

Por isso, é preciso sempre estar atento às informações que recebemos. Sem um olhar crítico sobre elas, corremos o risco de julgar o mundo de uma perspectiva que não escolhemos, mas para a qual fomos inconscientemente induzidos.

Como devemos então proceder para sermos capazes de filtrar a informação que nos é transmitida? Como tirar dela nossas próprias conclusões? Uma das maneiras possíveis é comparar as notícias, como veremos a seguir.



FORTUNA

"Foi você, Maria, ou já começou a Lei de Imprensa?" (1966). Charge de Fortuna publicada no jornal *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro (RJ). Durante o período da ditadura militar, muitas das críticas ao regime foram feitas por meio de tiras e charges como essa.

**Burlar:** de acordo com o *Dicionário Houaiss*, enganar através de artimanhas; ludibriar.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ITSUJO INOUYE/AP PHOTO/GLOW IMAGES



Soldados norte-americanos dão água a um soldado iraquiano no sul do Iraque. Foto de 2003. Uma mesma imagem pode transmitir diferentes mensagens dependendo do recorte feito na foto.

## Objetivo

Pesquisar, selecionar e fazer uma análise comparativa de publicações jornalísticas sobre um tema escolhido.

## Etapas

- Seleção do tema.
- Escolha dos veículos de comunicação.
- Pesquisa de notícias e/ou reportagens sobre o tema selecionado nos veículos de comunicação escolhidos.
- Análise comparativa dos textos selecionados.
- Elaboração de um texto com os resultados da análise.

## Procedimentos

- **Seleção do tema.** Selecione um tema que esteja recebendo no momento ampla cobertura da imprensa (a aprovação de leis, algum evento da política nacional, cenário socioeconômico do país etc.).
- **Escolha dos veículos de comunicação.** Escolha três veículos de comunicação diferentes que tenham publicado notícias ou feito reportagens sobre o tema selecionado. Podem ser jornais impressos, revistas ou portais de notícias da internet. Tome o cuidado de não selecionar veículos diferentes de uma mesma empresa de informação (por exemplo, *site* e jornal impresso da mesma empresa).
- **Pesquisa de notícias e/ou reportagens sobre o tema selecionado nos veículos de comunicação escolhidos.** Identifique em cada veículo de comunicação as notícias e/ou reportagens publicadas sobre o tema escolhido. De forma geral, os veículos de comunicação trabalham com vários gêneros textuais, mas aqui você precisa identificar apenas dois deles: a **notícia** e a **reportagem**. A notícia é um texto informativo, que dá ao leitor o conhecimento de um fato, colocando-o a par do que aconteceu, como,

quando e onde, quem foram os atores envolvidos e sua repercussão. Embora a notícia não seja assinada por um jornalista, dependendo de como a informação é transmitida, pode predispor o leitor a desenvolver um entendimento positivo ou negativo do fato. Já a reportagem é sempre assinada pelo jornalista responsável e tem caráter mais analítico, procurando construir um entendimento amplo de um fato ou fenômeno social, político, econômico ou cultural. Assim, a reportagem busca colher diferentes pontos de vista sobre aquilo que é investigado e registrar a opinião de especialistas.

- **Análise comparativa dos textos selecionados.** Leia atentamente os textos, considerando os seguintes aspectos:
  1. Relevância dada ao tema: ele foi destacado em manchete? Está acompanhado por fotografia? Que lugar da página foi reservado para ele? Quanto espaço foi dedicado ao texto?
  2. A fotografia, se existe, causa que impressão no leitor? Qual é o conteúdo da legenda?
  3. O texto usa termos que sugerem ou afirmam categoricamente algo (por exemplo, utiliza “o suposto assassino” ou “o assassino”? Usa “o suspeito” ou “o criminoso”)?
  4. Que substantivos e adjetivos são usados para fazer referência aos atores envolvidos no caso (por exemplo, “jovens” ou “menores”? “Manifestantes” ou “vândalos”)?
  5. O texto manifesta um posicionamento ou deixa o leitor livre para fazer seu próprio julgamento?
  6. Ao informar o fato, buscou-se registrar o ponto de vista de todos os atores envolvidos nele?
- **Elaboração de um texto com os resultados da análise.** Copie em seu caderno o quadro abaixo e preencha-o de acordo com aquilo que observou na etapa anterior. Com base no quadro-síntese, escreva um texto comparando a maneira como os três veículos estudados apresentaram os mesmos acontecimentos.

	Gênero textual	Relevância da notícia	Manchete	Fotografia	Adjetivos e substantivos usados	Pontos de vista registrados	Posicionamento em relação aos fatos
Nome do veículo 1							
Nome do veículo 2							
Nome do veículo 3							

## Pesquisa



O melhor de Calvin (1987), tirinha de Bill Watterson.

Você alguma vez já se perguntou sobre o que, afinal, nos faz tão diferentes dos outros animais que habitam o planeta?

Talvez a característica mais importante da nossa espécie seja a capacidade de refletir sobre o mundo ao redor, questionando-o e buscando compreendê-lo. Não sabemos exatamente em que momento nossos antepassados desenvolveram o pensamento abstrato, mas existem indícios arqueológicos de que essa capacidade já estava plenamente desenvolvida há 40 mil anos. Sabemos, também, que com essa capacidade de pensar desenvolvemos muitos conhecimentos: técnicas de fabricação de artefatos, estratégias de caça, mitos, tratamentos para doenças e ferimentos, entre outros.

A princípio, esses conhecimentos eram adquiridos pela experiência, por meio de acertos e erros, e cada nova descoberta integrava e ampliava o repertório de saberes acumulados, cuja preservação dependia de sua memorização e contínua transmissão para as gerações seguintes. Até a aparição do primeiro sistema de escrita, por volta de 3300 a.C., todo conhecimento adquirido era passado oralmente das pessoas mais velhas para as mais jovens. Com a invenção da escrita, a capacidade humana de preservar e transmitir conhecimento aumentou extraordinariamente.

Como consequência do desenvolvimento da escrita, atualmente é impossível reter na memória todo o conhecimento produzido pelo ser humano. Então, para acessar as informações de que necessitamos, a **pesquisa** é uma saída. Para isso, é necessário localizar as fontes onde elas estão registradas e selecionar aquilo que nos interessa.

Assim, pesquisar tornou-se uma atividade fundamental para a aprendizagem e para o exercício de qualquer atividade profissional em um mundo em que o conhecimento se multiplica e cresce continuamente. Vamos aprender uma das formas de fazer uma pesquisa?

### Objetivo

Apresentar procedimentos para a realização de uma pesquisa, como seleção e uso de fontes.

### Etapas

- Definição do objetivo da pesquisa.
- Levantamento das fontes disponíveis.
- Seleção das fontes relevantes de acordo com os objetivos definidos.
- Identificação e seleção da informação que vai ao encontro do objetivo definido.
- Organização das informações selecionadas e suas articulações.
- Formatação da pesquisa.

### Procedimentos

- **Definição do objetivo da pesquisa.** Provavelmente sua pesquisa foi motivada por algum problema ou por alguma curiosidade. Antes de começar a pesquisar, você precisa ter muita clareza sobre o que o moveu à pesquisa. Afinal, o que você está procurando conhecer? Sem isso, você não conseguirá identificar o que é realmente relevante em meio ao imenso volume de informações que encontrará sobre o tema pesquisado.
- **Levantamento das fontes disponíveis.** Esse levantamento pode ser dividido em: bibliografia (livros, enciclopédias, dicionários, artigos de revistas e jornais); fontes visuais (fotografias); fontes materiais (observação de obras de arte e patrimônio arquitetônico); fontes orais (entrevistas); fontes audiovisuais (documentários, registros pessoais). Esse material pode ser encontrado em bibliotecas, instituições culturais ou na internet.

- **Seleção das fontes relevantes de acordo com os objetivos definidos.** Hoje o volume de informação disponível é gigantesco. A facilidade técnica de produzir um livro multiplicou o número de editoras e a internet tornou acessíveis bibliotecas, arquivos e coleções de todo o mundo. Por isso, o pesquisador precisa filtrar as fontes que realmente lhe serão úteis. Para fazer essa seleção, é importante definir critérios. Por exemplo, a língua em que você quer pesquisar, o subtema que lhe interessa, a profundidade da informação de que precisa. Além disso, deverá ter o cuidado de identificar as fontes confiáveis, principalmente se estiver utilizando a internet, uma vez que nessa plataforma há muito material publicado sem qualquer consistência.
- **Identificação e seleção da informação que vai ao encontro do objetivo definido.** Depois de selecionar as fontes, leia-as atentamente. Tendo sempre em mente seu objetivo, destaque e registre em seu caderno as informações que lhe são úteis. Para organizar as leituras, sugerimos fazer seus registros segundo o modelo abaixo.

Tipo de fonte:	
Autor:	
Título:	
Local de publicação:	
Editora (ou site):	
Data de publicação:	
Assunto:	
Informações relevantes:	



É importante não copiar toda informação considerada relevante. Para cada trecho da leitura, escreva o que entendeu com suas palavras. Apenas copie frases ou parágrafos que considerar extremamente significativos.

- **Organização das informações selecionadas e suas articulações.** Como sua pesquisa foi conduzida por um objetivo específico, você precisará reordenar as informações selecionadas em função dele. Portanto, será preciso sintetizar tudo o que você registrou. A elaboração do texto será facilitada se as informações estiverem em sequência.
- **Formatação da pesquisa.** Há vários formatos para a apresentação da pesquisa: dissertação, seminário, documentário audiovisual, entre outros. Para cada uma dessas formas, você utilizará uma organização diferente, mas todas devem respeitar, basicamente, a seguinte estrutura:
  1. **Introdução.** Você precisará colocar a pessoa que vai ler, ouvir ou assistir ao seu trabalho a par do assunto desenvolvido nele. Por isso, é importante fazer uma apresentação do que motivou sua pesquisa, das questões que a orientaram e do que será tratado na sequência do trabalho.

2. **Desenvolvimento.** As informações coletadas deverão ser utilizadas no meio do trabalho, ou seja, após a introdução e antes da conclusão. Não se esqueça de identificar sempre a origem das informações. Se você usou, por exemplo, informações de um gráfico encontrado no *site* da ONU, explicita isso; se está fazendo uso das ideias de um autor, não deixe de citá-lo. Lembre-se de que é isso que dará consistência à sua pesquisa e fará as pessoas saberem que você não inventou as informações nas quais se apoia. Se, além das informações, você optar pelo recurso audiovisual, as imagens e os registros fonográficos utilizados precisam ter suas fontes identificadas.

3. **Conclusão.** Após todo o processo que envolveu a pesquisa, você provavelmente chegou a uma conclusão. Você deverá, portanto, comunicar de maneira clara e objetiva o que descobriu ao término de sua pesquisa, ou que solução propõe para o problema que motivou sua investigação. Sempre, ao final, indique detalhadamente a origem das informações que subsidiaram seu trabalho. Livros, revistas, *sites* etc. devem ser apontados do modo mais completo possível. Em trabalhos escritos, há regras que devem ser seguidas para a indicação das referências. Consulte-as em <[http://dgi.unifesp.br/sites/comunicacao/pdf/entreteses/guia\\_biblio.pdf](http://dgi.unifesp.br/sites/comunicacao/pdf/entreteses/guia_biblio.pdf)>. Acesso em 9 fev. 2016.

REVATO SOARES/PULSAR IMAGENS



Índigena Pataxó usando o computador em uma escola da Aldeia Barra Velha, em Porto Seguro (BA). Foto de 2014. É recomendável sempre realizar pesquisas em *sites* de instituições de reputação reconhecida, como universidades, órgãos públicos e organizações internacionais ou nacionais que desenvolvam atividades relacionadas ao tema pesquisado.

## Elaboração de esquemas para estudo

Os organizadores gráficos, mais conhecidos como **esquemas**, são formas de ordenar conteúdos visualmente. Com eles, é possível organizar as principais informações sobre determinado assunto, facilitando sua compreensão.

Por meio dos esquemas você pode ordenar a sequência de um processo, sistematizar relações de causa e efeito, estabelecer comparações, classificar etc. Além disso, os esquemas permitem um melhor entendimento das relações entre os diversos conceitos ou acontecimentos que formam a base do tema.

### Objetivo

Elaborar um esquema para sintetizar conteúdos estudados, facilitando a compreensão deles.

### Etapas

- Escolha do texto que será estudado.
- Leitura integral do texto.
- Destaque das principais informações, utilizando palavras-chave relacionadas a conceitos e pontos fundamentais.
- Seleção do organizador gráfico (esquema) mais adequado para sintetizar o conteúdo.
- Organização das informações selecionadas no formato mais apropriado.

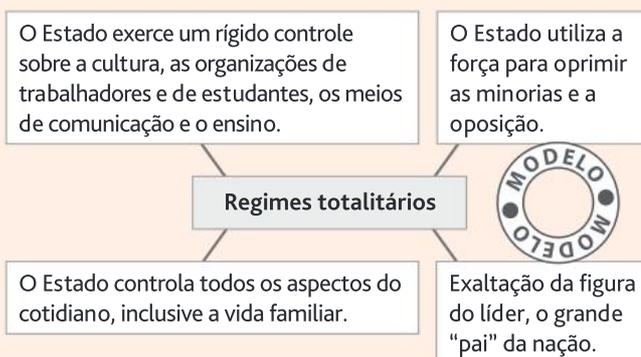
### Procedimentos

- **Escolha do texto que será estudado.** Selecione o conteúdo que vai estudar: um capítulo do livro didático, um artigo, textos relacionados a uma pesquisa (tomando os devidos cuidados com a seleção das fontes – ver “Técnicas de trabalho: pesquisa”).
- **Leitura integral do texto.** Antes de resumir ou esquematizar um texto, você precisa conhecê-lo. Por isso, o ideal é fazer a leitura integral do material para identificar o assunto e conhecer o conteúdo.
- **Destaque das principais informações, utilizando palavras-chave relacionadas a conceitos e pontos fundamentais.** Separe as informações essenciais para a identificação do texto: título, autor, data, número de página e/ou capítulo. Depois, releia o material destacando palavras-chave relacionadas aos conceitos e às ideias fundamentais. Organize o que destacou em tópicos.
- **Seleção do organizador gráfico (esquema) mais adequado para sintetizar o conteúdo.** Há diferentes formatos de organizadores gráficos (esquemas). Cada um deles é mais adequado a determinado tipo de conteúdo ou de informação. Veja exemplos de alguns tipos de esquema a seguir.

1. **Comparação.** Nesse formato, comparam-se diferentes aspectos de dois ou mais conceitos ou acontecimentos.

	Constituição de 1934	Constituição de 1988
Forma de governo	República	República
Chefe de Estado	Presidente	Presidente
Modelo de voto	Secreto e facultativo para todos os brasileiros maiores de 18 anos, com exceção de mulheres sem profissão remunerada, mendigos, analfabetos e padres.	Secreto e obrigatório para todos os brasileiros entre 18 e 70 anos.

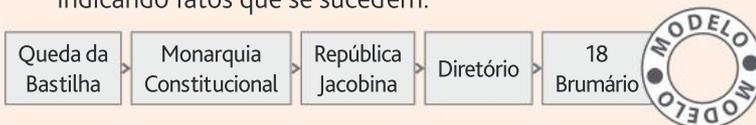
2. **Rede de tópicos.** Utilizado quando existe uma ideia central que conecta outras ideias diferentes.



3. **Relação de causa e efeito.** Apresenta uma relação de causa e efeito.



4. **Processo.** Sequência de caixas conectadas por setas, indicando fatos que se sucedem.



- **Organização das informações selecionadas no formato mais apropriado.** Depois de selecionar o modelo mais apropriado, organize o esquema com as principais ideias do texto.

Imagine-se explicando o esquema montado para alguém. Ao fazer isso, ao mesmo tempo que confere o esquema, estará estudando o conteúdo. Se conseguir explicar o esquema, significa que compreendeu o que foi estudado. Caso tenha dificuldades, retome as anotações e avalie se o tipo de organizador gráfico selecionado é realmente o mais adequado.

## Seminário

Em qualquer área do conhecimento, é sempre considerável o número de profissionais versados em um mesmo tema. Porém, a produção de conhecimento é muito dinâmica e, para que todos estejam sempre atualizados e possam estabelecer uma relação de troca e diálogo, é necessário lançar mão de estratégias que favoreçam a intercomunicação.

O **seminário** é uma técnica de aprendizagem e comunicação muito eficiente para o estabelecimento do diálogo e da colaboração entre os profissionais de uma área. Ele inclui a pesquisa, a discussão e o debate sobre fontes, métodos, resultados etc. É especialmente útil à atividade escolar e acadêmica, permitindo que grupos de alunos compartilhem seus conhecimentos e suas análises de textos.

Uma das maiores vantagens de um seminário é permitir a participação mais ativa dos estudantes, deixando para trás o formato de aula em que o professor é o único que fala e os alunos limitam-se à condição de ouvintes.

Para organizar um seminário, siga as orientações a seguir.

### Objetivo

Favorecer a troca de conhecimentos e criar um ambiente propício à discussão e ao debate.

### Etapas

- Formação dos grupos de trabalho.
- Definição do tema geral.
- Definição dos subtemas.
- Realização da pesquisa.
- Preparação dos *slides* de apresentação.
- Apresentação das pesquisas ou leituras.
- Discussão dos resultados.

### Procedimentos

- **Formação dos grupos de trabalho.** Você deve juntar-se a um grupo de alunos de quatro ou cinco membros.
- **Definição do tema geral.** No seminário, os grupos farão pesquisas sobre o mesmo tema, mas focando em diferentes aspectos dele. Assim, por exemplo, se o tema for “A mulher na Primeira Guerra Mundial”, um grupo poderá pesquisar “A mulher nos acampamentos de atendimento médico”, enquanto outro estudará “O impacto da guerra na constituição da família”. Atente-se para não trabalhar aspectos do tema de outro grupo da sala.
- **Definição dos subtemas.** Depois de estabelecido o tema geral, devem ser definidos os subtemas – os recortes dentro do tema maior. Esses recortes podem ser preestabelecidos pelo(a) professor(a) ou vocês podem

fazer algumas leituras prévias e sugerir o aspecto do tema geral pelo qual se interessam mais.

- **Realização da pesquisa.** O seminário pode partir de um texto-base escolhido pelo(a) professor(a) ou o grupo pode ficar responsável por pesquisar as fontes que guiarão o trabalho. Caso seu grupo tenha recebido um texto-base, vocês deverão fazer, além da leitura e dos registros das informações mais importantes, o levantamento das questões que o texto propõe e buscar contradições, lacunas ou pontos que não foram suficientemente trabalhados na análise do autor. Se o seu grupo ficou responsável por pesquisar as fontes, vocês devem recorrer às orientações de todas as etapas da investigação feitas em “Técnicas de trabalho: pesquisa”.
- **Preparação dos slides de apresentação.** Feita a pesquisa ou a leitura, é preciso transportar as informações a serem comunicadas para uma apresentação de *slides*, a fim de dar mais agilidade e objetividade à exposição. Para isso, destaque:
  1. A questão central que norteou o trabalho ou a leitura.
  2. As informações principais identificadas.
  3. Problemas ou questões levantadas pela leitura ou pelas pesquisas.
  4. Conclusão do grupo.
  5. Fontes consultadas.

A função dos *slides* é conduzir tanto a fala de quem se apresenta quanto auxiliar a escuta do público. Por essa razão, é muito importante que não sejam visualmente poluídos nem contenham muito texto. Além disso, tenham a certeza de que o corpo das letras usadas nos *slides* é suficientemente grande para os textos serem lidos a distância e de que eles possuem cores neutras, pois cores muito fortes turvam e cansam a visão do público.

Um *slide* com muito texto pode confundir o expositor na consulta de algum dado, bem como desviar a atenção da audiência diante da impossibilidade de ler e prestar atenção em quem fala ao mesmo tempo.

- **Apresentação das pesquisas ou leituras.** Em um dia previamente agendado, os grupos farão a exposição da leitura do texto-base ou dos resultados das pesquisas para a sala. A exposição não deve ser excessivamente longa (deve ocupar entre 15 e 20 minutos) e as falas devem ser feitas com desenvoltura, sem a leitura de informações longas escritas em papéis, fichas ou no próprio *slide*. Não há problema, contudo, em ler informações pontuais, como dados numéricos, datas ou nomes. Durante a exposição, lembrem-se de olhar para o público e de falar em voz alta e pausada, sem gesticular demais.
- **Discussão dos resultados.** Após a exposição, deve-se reservar um tempo para perguntas e debates.

Caso opte por organizar um seminário, avalie o grau de autonomia dos alunos. Se julgar que a sala ainda depende muito da sua intervenção, talvez seja interessante oferecer um texto-base para cada grupo com um roteiro de leitura. Porém, se considerar que os alunos estão suficientemente maduros, é interessante deixar que façam a pesquisa das fontes com mais liberdade.

## Elaboração de uma dissertação

Muitas vezes, ao iniciarmos um texto, temos a sensação de que sabemos o que queremos transmitir, mas não como fazê-lo. Por onde começar? Como escolher as palavras certas? Que caminho tomar no desenvolvimento do raciocínio? As respostas para essas questões poderão ser encontradas mais facilmente se você entender o gênero textual que deverá produzir: a **dissertação**, que pode ser expositiva ou argumentativa.

A **dissertação expositiva** apenas apresenta um assunto e oferece uma série de informações ao leitor para que ele tome ciência de algo. Por exemplo, você pode dissertar sobre "As perspectivas na luta contra a dengue". Para isso, precisará esclarecer o que é a dengue, explicar como ela é transmitida, ponderar sobre as maneiras de combatê-la e fazer um apanhado dos resultados das pesquisas em andamento. Em seu texto você não toma partido sobre o assunto, apenas oferece ao leitor dados sobre ele.

A **dissertação argumentativa** é diferente na sua estrutura. Nela é feita a defesa de um ponto de vista. Isso significa que se deve argumentar para persuadir o leitor de uma visão particular sobre determinado assunto. Assim, suponhamos que você pretenda escrever sobre "Aquecimento global" e sustentar a ideia de que o aumento das temperaturas no planeta é resultado da ação dos seres humanos sobre o meio ambiente. Para isso, você precisará explicar brevemente o aquecimento global, citar estudos que determinam suas causas, associá-las ao desenvolvimento industrial dos últimos séculos e mostrar como medidas de proteção ambiental incidem sobre o clima. Seu leitor deverá chegar ao fim do texto convencido de que o homem é responsável pelas mudanças climáticas.

### Objetivo

Apresentar procedimentos para a redação de uma dissertação que pode ser expositiva ou argumentativa.

### Etapas

- Definição do tema central da sua dissertação.
- Escolha do tipo de texto: dissertação expositiva ou argumentativa.
- Pesquisa sobre o tema central da dissertação.
- Elaboração do texto de acordo com o tipo de dissertação escolhido.
- Revisão do texto para adequação da linguagem e do estilo.
- Reescrita da dissertação após a revisão e definição do título.



Candidatos realizando a prova do Enem em São Luís (MA). Foto de 2011. A redação é um dos componentes mais importantes da nota do aluno na prova do Enem. Para chegar à nota final da redação, os avaliadores do exame consideram se o aluno conseguiu, entre outras coisas, demonstrar domínio da norma culta da língua portuguesa e se ele compreendeu a proposta de redação e a desenvolveu corretamente.

## Procedimentos

- **Definição do tema central da sua dissertação.** Pense a respeito do assunto sobre o qual vai escrever e busque problematizá-lo: Quais são os pontos sensíveis dele? Que polêmicas o assunto desperta?
- **Escolha do tipo de texto: dissertação expositiva ou argumentativa.** Em qualquer um dos casos, lembre-se de elaborar um texto objetivo e claro. O ideal é ser o mais racional possível e ter sempre a preocupação de fundamentar as ideias. Em uma dissertação, recomenda-se usar, preferencialmente, o **verbo na terceira pessoa**; contudo, é possível usar a primeira pessoa, especialmente em textos argumentativos, desde que se tome o cuidado para não cair em subjetivismos. No caso de se optar pela primeira pessoa, é importante evitar o emprego de expressões como “em minha opinião” ou “a meu ver”. É também indicado não fazer julgamento de valor e não empregar adjetivos como “bom”, “ruim”, “certo”, “errado”. Dessa forma, ao escrever uma dissertação, procure sempre manter certo distanciamento do assunto do qual trata. Evite tom emotivo, que dramatize a abordagem.
- **Pesquisa sobre o tema central da dissertação.** Tudo o que for afirmado deverá ser comprovado. Para sustentar seus argumentos, você pode recorrer a evidências (por exemplo, tabelas com dados comparativos, gráficos, resultados de levantamentos qualitativos), citações de autores renomados e uso do raciocínio lógico (fazendo analogias, relações pertinentes de causa e efeito etc.). O importante é que suas afirmações não pareçam puro “achismo” e não provenham de vagos “ouvi dizer”. Tenha sempre a preocupação de buscar as informações de que necessita em fontes confiáveis (veja as orientações para as etapas da realização de uma pesquisa em “Técnicas de trabalho: pesquisa”).
- **Elaboração do texto de acordo com o tipo de dissertação escolhido.** Elabore frases curtas e diretas. Coloque-as em uma ordem que pareça lógica: uma ideia deve “puxar” a seguinte. Do ponto de vista estrutural, a dissertação deve passar por três etapas:
  1. **Introdução:** é a apresentação do assunto, em que você coloca o leitor a par daquilo que será abordado no texto. Se a dissertação for argumentativa, você apresentará aqui a tese que defenderá. A introdução deve ser sempre simples e direta.
  2. **Desenvolvimento:** esse é o “corpo” da dissertação. Nessa parte você fundamentará aquilo que afirmou na introdução ou desenvolverá a argumentação que sustenta sua tese.
  3. **Conclusão:** nela você deve explicitar o que concluiu sobre o assunto tratado ou destacar o que foi mais relevante no raciocínio que você construiu. Portanto, não coloque nenhuma informação ou problematização nova na conclusão.
- **Revisão do texto para adequação da linguagem e do estilo.** Pense se as palavras escolhidas traduzem exatamente o que você pretendia dizer. Veja se as frases curtas que você redigiu podem ser articuladas com conectivos (*assim, entretanto, em decorrência de, porque, pois* etc.). Verifique se você manteve o estilo do começo ao fim (uso de terceira ou primeira pessoa, singular ou plural). Jamais use gírias, expressões coloquiais, abreviações, linguagem própria de internet (como *hashtag*), clichês e termos de baixo calão. Além disso, evite usar palavras em sentido figurativo e não tente impressionar seu leitor com um texto muito rebuscado.
- **Reescrita da dissertação após a revisão e definição do título.** Lembre-se de não repetir ideias. Se você achar que não foi claro o bastante na primeira tentativa, não volte à mesma ideia para esclarecê-la; reescreva-a. O título é a etapa final. Lembre-se de fugir do lugar comum e de não reproduzir títulos ou ideias de *sites* da internet.

## ◆ Análise de um filme

WARNER BROTHERS/ALBUM/LATINSTOCK



Caso essa seção seja trabalhada em sala de aula, sugerimos que a proposta seja feita em grupo, pois a diversidade de possibilidades interpretativas e a discussão podem enriquecer muito a análise.

Cena do filme *Juventude transviada* (1955), dirigido por Nicholas Ray. O comportamento rebelde de Jim Stark, o protagonista, e suas implicações sociais e familiares podem fornecer muitas informações sobre os valores e conflitos da sociedade norte-americana após a Segunda Guerra Mundial: o consumismo, a crise da família como instituição, os jovens de classe média ociosos etc.

Muitas pessoas pensam que um filme só pode ser útil à história se abordar temas históricos. Entretanto, como qualquer produto da ação humana, ele pode ser utilizado como fonte de pesquisa independentemente de seu conteúdo. Assim, costumes, crenças, visões de mundo, comportamentos e técnicas próprias de determinada época podem ser identificados em um filme, mesmo que a narrativa não seja ambientada em um tempo passado.

Além disso, mesmo os filmes históricos costumam nos dizer muito mais sobre o período em que foram produzidos do que sobre o período que procuraram retratar. Até porque nenhum filme é produzido com a intenção de ser um documento de seu tempo ou um tratado de história.

Sendo uma forma de arte, o cinema tem uma linguagem própria e atende a uma demanda artística, buscando mexer com a sensibilidade e os sentidos do espectador, distraíndo-o, entretendo-o, exaltando determinados valores e virtudes humanas ou denunciando nossos vícios e misérias.

Por essa razão, quando analisamos um filme, principalmente aqueles ambientados em épocas passadas, é preciso ter muito cuidado para não confundir cinema e história. Enquanto a história orienta-se por uma metodologia científica e tem um compromisso com a objetividade, o cinema trabalha com representações, muitas vezes amparadas na subjetividade do diretor. Quer dizer, ele conta com liberdade para dar ao passado – no caso do filme histórico – um tratamento pessoal, que afasta a narrativa dos fatos históricos.

Portanto, para analisar um filme, é preciso atentar-se a certos passos, como os descritos a seguir.

### Objetivo

Analisar um filme com a finalidade de compreender a produção cinematográfica como fonte histórica.

### Etapas

- Pesquisa da ficha técnica do filme.
- Pesquisa sobre o diretor e o contexto em que o filme foi produzido.
- Levantamento de informações sobre os fatos e a época retratados no filme.
- Registro de suas observações em relação ao filme assistido.
- Atribuição de um significado ao filme.
- Organização da análise e conclusões.

### Procedimentos

- **Pesquisa da ficha técnica do filme.** Pesquise o nome do diretor, o elenco, o local e o ano de produção do filme. Essas são as informações básicas para o início do trabalho.
- **Pesquisa sobre o diretor e o contexto em que o filme foi produzido.** Há diretores, como o estadunidense Quentin Tarantino, que utilizam elementos da cultura *pop* e abusam de uma violência estetizada em quase todos os trabalhos. Outros diretores, como

o estadunidense Woody Allen, preferem enfatizar o perfil psicológico das personagens. E ainda outros, como o dinamarquês Lars von Trier, lançam mão de muitas alegorias e simbolismos. Conhecendo as características de trabalho dos diretores, é possível ter uma ideia do que esperar dos seus filmes, o que facilita a observação. Também auxilia bastante saber quais eram as grandes questões em pauta quando da produção do filme.

- **Levantamento de informações sobre os fatos e a época retratados no filme.** Dessa forma, você será capaz de perceber mais facilmente qual é a interpretação do diretor e até que ponto ele fez uso da sua liberdade para criar situações ficcionais.
- **Registro de suas observações em relação ao filme assistido.** Considerar principalmente os seguintes aspectos:

1. **Caracterização das personagens.** Fique atento às vestimentas, aos gestos, às expressões, aos comportamentos e às características psicológicas. Reflita sobre a relação que o diretor procurou criar entre você (o espectador) e cada personagem do filme.
2. **Cores usadas nas cenas.** Identifique se as cores predominantes no filme são frias ou quentes. As diferentes cores presentes na fotografia do filme estimulam diferentes sentimentos no espectador, como medo, tristeza, excitação.
3. **Movimentos de câmera, enquadramento e ângulo de filmagem.** Observe se a câmera acompanha os movimentos nervosos das personagens de perto ou a distância, envolvendo menos o espectador; repare se há muitos zuns, ou seja, *closes* muito próximos de uma personagem ou de um acontecimento, se o en-

quadramento “fragmenta” o que está sendo filmado ou se é centralizado etc.

4. **Trilha sonora.** Verifique que estilo de música o diretor usou. Que estado de espírito cada música favorece? Em que momentos a trilha sonora é mais importante para despertar emoções?
  5. **Cenário e objetos relevantes.** Espelhos, velas, livros ou qualquer objeto que tenha destaque ou apareça recorrentemente podem ter um significado especial. Fique atento a esse aspecto.
  6. **Iluminação.** Atenção à incidência da luz, às cenas de penumbra e claridade, às áreas de sombra. A luminosidade tanto interfere no sentimento que nos desperta quanto no jogo de ênfase/ocultação de elementos presentes nas cenas.
  7. **Diálogos entre personagens.** Qual é a importância dos diálogos para o filme? Eles são curtos ou longos? A linguagem é rebuscada ou informal?
- **Atribuição de um significado ao filme.** Tente associar os elementos do filme ao contexto histórico em que foi produzido e às características dos filmes do diretor. Pense, por exemplo, se as principais personagens representam determinado grupo social, racial, étnico etc. Pense também se essas personagens são apresentadas como heróis ou vilões. Reflita sobre o ambiente criado pelo diretor, se é alegre, opressivo, melancólico. São muitos os elementos que podem ser considerados na sua análise!
  - **Organização da análise e conclusões.** Depois de dar significado a cenas, personagens, objetos etc., organize todas as observações e reflexões, articulando-as em uma dissertação (ler as orientações para a produção desse conteúdo em “Técnicas de trabalho: dissertação”).

Um filme muito popular entre os adolescentes também pode ser usado para evidenciar a influência do contexto na produção fílmica: *300* (2007), dirigido por Zack Snyder. A obra se passa no contexto das Guerras Médicas, na Grécia antiga, mas nos permite discutir muito

mais a Guerra dos Estados Unidos contra o chamado “Eixo do Mal” (que incluía Irã, Iraque e outros países que, segundo o governo de George W. Bush, estariam produzindo armas de destruição em massa e abrigando terroristas), na medida em que é construído por uma visão maniqueísta que valoriza o militarismo e a civilização ocidental (representada pelos soldados espartanos) e desqualifica o mundo oriental (representado pelos persas, mostrados como a encarnação da tirania e da degradação dos valores ocidentais).

Cena do filme *A vila* (2004), do diretor indiano M. Night Shyamalan. Essa obra é um exemplo da influência do presente em um filme, já que ele só pode ser bem entendido se soubermos que o filme foi produzido no contexto da vigência da Doutrina Bush e da guerra contra o terrorismo, embora o enredo não aborde diretamente essas questões.

BUENA VISTA/EVERETT COLLECTION/ASYRFX



No filme *A vila*, a pequena localidade onde moram as personagens do filme está construída em uma clareira no meio de um bosque onde vivem misteriosas e perigosas criaturas, denominadas “aqueles-de-quem-não-falamos” pelos moradores da vila. Esse outro representa para as personagens o medo daquilo que não conhecem, do que é diferente delas. A segurança da vila é garantida por um pacto de que os aldeões não entrarão no bosque e viverão isolados na vila. Assim, os próprios membros da comunidade se controlam e autovigiam.

- ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de e outros. *Atlas histórico escolar*. 7. ed. Rio de Janeiro: Fename, 1978.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da vida privada no Brasil*. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 2.
- AMADO, Janaína; FIGUEIREDO, Luiz Carlos. *Colombo e a América: quinhentos anos depois*. São Paulo: Atual, 1991.
- ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Inconfidência Mineira*. São Paulo: Ática, 1995.
- ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: Edusp, 2007.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando: introdução à filosofia*. 5. ed. São Paulo: Moderna, 2013.
- ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (Org.). *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. v. 3.
- ATLAS histórico escolar. Rio de Janeiro: FAE, 1991.
- AZEVEDO, Célia M. M. *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)*. São Paulo: Annablume, 2003.
- BAKUNIN, Mikhail A. *A ilusão do sufrágio universal*. Disponível em <[www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=2298](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2298)>. Acesso em 6 mar. 2016.
- BARSOTTI, Paulo; PERICÁS, Luiz Bernardo (Org.). *América Latina: história, ideias e revolução*. São Paulo: Xamã, 1998.
- BASTOS, Tavares. *A província (1870)*. São Paulo: Nacional, 1937.
- BEAUD, Michel. *História do capitalismo: de 1500 aos nossos dias*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: da independência a 1870*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004. v. 3.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *História da América Latina: de 1870 a 1930*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. v. 5.
- BOBBIO, Norberto e outros. *Dicionário de política*. Brasília: Editora UnB, 1995. v. 2.
- BOCQUET, José-Louis; MULLER, Catel. *Olympe de Gouges*. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.
- BOSCHI, Caio César. *O Barroco Mineiro: artes e trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Coleção Tudo é história)
- \_\_\_\_\_. *Os leigos e o poder*. São Paulo: Ática, 1986.
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- BOXER, Charles R. *O império marítimo português, 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BRANDÃO, Adelino. *Os direitos humanos: antologia de textos históricos*. São Paulo: Landy, 2001.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues e outros. *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- BROWN, Dee. *Enterrem meu coração na curva do rio*. São Paulo: L&PM, 2006.
- CADAMOSTO, Luiz de. *Viagem de Luiz Cadamosto e de Pedro de Sintra*. 2. ed. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1988.
- CALDEIRA, Jorge. *A nação mercantilista*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- CAMPOS, Flavio de; DOLHNIKOFF, Miriam. *Atlas: história do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Scipione, 2006.
- CAMPOS, Raymundo. *Grandeza do Brasil no tempo de Antonil (1681-1716)*. São Paulo: Atual, 1996.
- CANECA, Frei. *Obras políticas e literárias*. Recife: Tipografia Mercantil, 1876. v. 2.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Escravo ou camponês?: o protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CARMO, Paulo Sergio do. *A ideologia do trabalho*. São Paulo: Moderna, 2005.

- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: Editora UnB, 1981.
- . *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 8. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/Fapesp, 1992.
- D'SALETE, Marcelo. *Cumbe*. São Paulo: Veneta, 2014.
- DANTAS, Monica Duarte. *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011.
- DARTON, Robert; ROCHE, Daniel. *Revolução impressa. A imprensa na França (1775-1800)*. São Paulo: Edusp, 1996.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DEANE, Phyllis. *A Revolução Industrial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.
- DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989.
- Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão [26 ago. 1789]. *Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da USP*. Disponível em <[www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-a-criacao-da-Sociedade-das-Nacoes-ate-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html](http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-a-criacao-da-Sociedade-das-Nacoes-ate-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html)>. Acesso em 3 mar. 2016.
- DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto. *Uma breve história do Brasil*. Rio de Janeiro: Planeta do Brasil, 2010.
- DUBY, Georges (Dir.). *Atlas histórico mundial*. Barcelona: Larousse, 2010.
- . *Atlas historique mondial*. Paris: Larousse, 2003.
- ; PERROT, Michelle (Dir.). *História das mulheres: do Renascimento à Idade Moderna*. São Paulo: Ebradil, 1994. v. 3.
- ELIADE, Mircea. *História das crenças e das ideias religiosas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983.
- FALCON, Francisco J. C. *Mercantilismo e transição*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo/Publifolha, 2000. v. 2.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995.
- FAZOLI FILHO, Arnaldo. *O período regencial*. São Paulo: Ática, 1990. (Série Princípios)
- FENELON, Dea Ribeiro. *50 textos de história do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1974.
- FERLINI, Vera Lucia Amaral. *A civilização do açúcar (séculos XVI a XVIII)*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- FERREIRA, Graça Maria Lemos. *Atlas geográfico: espaço mundial*. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2013.
- FERRO, Marc. *História das colonizações: das conquistas às independências. Séculos XIII a XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FLAUBERT, Gustave. *Educação sentimental: história de um moço*. São Paulo: Difel, 1959. v. 2.
- FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- FRANCO, Maria Sylvia de C. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- FREITAS, Gustavo de. *900 textos e documentos de história*. Lisboa: Plátano, 1977.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- . *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- FURET, François; OZOUF, Mona. *Dictionnaire critique de la Révolution française*. Paris: Flammarion, 1992.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1987.

- GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&M, 2010. (Coleção L&M Pocket)
- \_\_\_\_\_. *O teatro do bem e do mal*. Porto Alegre: L&PM, 2006. (Coleção L&M Pocket)
- GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *A primeira história do Brasil: história da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- GEORGES, Gusdorf. *As revoluções da França e da América: a violência e a sabedoria*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 6. ed. São Paulo: Ática, 2001.
- GOUGES, Olympe de. Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã [1791]. *Biblioteca Virtual de Direitos Humanos*. USP. Disponível em <[www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antigos-a-criacao-da-Sociedade-das-Nacoes-ate-1919/declaracao-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidada-1791.html](http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antigos-a-criacao-da-Sociedade-das-Nacoes-ate-1919/declaracao-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidada-1791.html)>. Acesso em 3 mar. 2016.
- GUSDORF, Georges. *As revoluções da França e da América: a violência e a sabedoria*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- HAWTHORNE, Nathaniel. *A letra escarlate*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- HILGEMANN, Werner; KINDER, Hermann. *Atlas historique*. Paris: Perrin, 1992.
- HILL, Christopher. *A Revolução Inglesa de 1640*. Lisboa: Presença, 1985.
- \_\_\_\_\_. *O eleito de Deus: Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- \_\_\_\_\_. *A era do capital, 1848-1857*. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Bandidos*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico*. São Paulo: Difel, 1972. v. 2.
- \_\_\_\_\_. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- IstoÉ Brasil. *500 anos: atlas histórico*. São Paulo: Três, 1998.
- JINKINGS, Ivana e outros. *Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- KARNAL, Leandro e outros. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- KEATING, Vallandro; MARANHÃO, Ricardo. *Caminhos da conquista: a formação do espaço brasileiro*. São Paulo: Terceiro Nome, 2008.
- KOSSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EdUERJ/Contraponto, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006.
- LANDES, David S. *Prometeu desacomodado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental, desde 1750 até os dias de hoje*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- LE COUTEUR, Penny; BURRESON, Jay. *Os botões de Napoleão: as 17 moléculas que mudaram a história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 7. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- LEITHOLD, Theodor von; RANGO, Ludwig von. *O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819*. São Paulo: Nacional, 1966.
- LE MOS, Renato (Org.). *Uma história do Brasil através da caricatura (1840-2001)*. Rio de Janeiro: Letras & Expressões, 2001.
- LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- LUCIANI, Fernanda T. Barleus: oito anos de Nassau no Brasil. *Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin on-line*. Disponível em <[www.bbm.usp.br/node/97](http://www.bbm.usp.br/node/97)>. Acesso em 23 fev. 2016.
- MAESTRI, Mario. *O escravismo no Brasil*. São Paulo: Atual, 1994.

- MANTOUX, Paul. *A Revolução Industrial no século XVIII*. São Paulo: Editora Unesp/Hucitec.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores)
- \_\_\_\_\_; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Textos 3*. São Paulo: Edições Sociais, 1977.
- MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978.
- MAYER, Arno J. *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime (1848-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1649*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.
- MINAS GERAIS. *Cadernos do Arquivo 1: Escravidão em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1988.
- MONTESQUIEU, Barão de. *Do espírito das leis*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores)
- MORIN, Tania Machado. *Virtuosas e perigosas: as mulheres na Revolução Francesa*. São Paulo: Alameda, 2013.
- MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1976.
- NICHOLSON, Irene. *México e América Central*. Lisboa/São Paulo: Verbo, 1967. (Biblioteca dos Grandes Mitos e Lendas Universais)
- NARO, Nancy Priscilla S. *A formação dos Estados Unidos*. São Paulo: Atual; Campinas: Editora da Unicamp, 1987.
- NAVES, Rodrigo. *A forma difícil: ensaios sobre arte brasileira*. São Paulo: Ática, 1996.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial: 1777-1808*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- NUNES, Américo. *As revoluções do México*. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII*. São Paulo: Annablume, 1995.
- PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. 4.
- PERRY, Marvin. *Civilização ocidental: uma história concisa*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011.
- PINSKY, Jaime e outros. *História da América através de textos*. São Paulo: Contexto, 2007.
- PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1979.
- PORTILLA, Miguel León. *A conquista da América Latina vista pelos índios: relatos astecas, maias e incas*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- PRADO, Maria Lígia Coelho. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: Edusp, 1999.
- \_\_\_\_\_. *A formação das nações latino-americanas*. São Paulo: Atual; Campinas: Editora da Unicamp, 1986.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- PRIORE, Mary Del; VENÂNCIO, Renato Pinto. *Ancestrais: uma introdução à história da África Atlântica*. São Paulo: Edusp, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Uma breve história do Brasil*. Rio de Janeiro: Planeta do Brasil, 2010.
- REIS, João José. *A morte é uma festa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- RÉMOND, René. *O Antigo Regime e a revolução, 1750-1815*. São Paulo: Cultrix, 1976.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *As Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. v. 1.
- RIBEIRO, Darcy; MOREIRA NETO, Carlos Araújo (Org.). *A fundação do Brasil: testemunhos – 1500/1700*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. v. 2. (Coleção Os Pensadores)

- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca dos trópicos*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- \_\_\_\_\_; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação*. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- SILVA, Aracy Lopes e outros. *A temática indígena na escola*. Brasília: MEC/Mari/Unesco, 1995.
- SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. *Fortaleza: imagens da cidade*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secult-CE, 2001.
- SILVEIRA, Marco Antonio. *O universo do indistinto. Estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil: 1500-1820*. São Paulo: Nacional, 1969.
- SKIDMORE, Thomas E. *Uma história do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 1. (Coleção Os Economistas)
- SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Opulência e miséria das Minas Gerais*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense. (Coleção Tudo é história)
- \_\_\_\_\_. *O diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- SPINDEL, Arnaldo. *O que é socialismo*. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Coleção Primeiros Passos)
- STADEN, Hans. *A verdadeira história dos selvagens: nus e ferozes devoradores de homens (1548-1555)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Dantes, 1999.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. *Da sedição de 1798 à revolta de 1824 na Bahia*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Editora Unesp, 2003.
- THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987. v. 2.
- TOCQUEVILLE, A. *Democracy in America*. Chicago: Encyclopædia Britannica, Inc., Great Books 44, 1990.
- TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso*. São Paulo: Max Limonad, 1986.
- TUFANO, Douglas. *A carta de Pero Vaz de Caminha: comentada e ilustrada*. São Paulo: Moderna, 1999.
- TULARD, Jean. *Napoleão: o mito salvador*. Niterói: Casa Jorge Editorial, 1996.
- VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *América em tempo de conquista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- \_\_\_\_\_. (Dir.). *Dicionário do Brasil Colonial: 1500-1808*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- VALLÈS, J. e outros. *Crônicas da Comuna*. São Paulo: Ensaio, 1992.
- VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo: do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos-os-Santos*. Salvador: Corrupio, 2002.
- VICENTINO, Cláudio. *Atlas histórico: geral & Brasil*. São Paulo: Scipione, 2011.
- VIDAL-NAQUET, Pierre; BERTIN, Jacques. *Atlas histórico: da Pré-história aos nossos dias*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1990.
- VIEIRA, Antônio. *Sermões*. Rio de Janeiro: Agir, 1995.
- VILAR, Pierre. *Ouro e moeda na história, 1450-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- VOLTAIRE, François. *Cândido, ou o otimismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Dicionário filosófico*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- WEIR, William. *50 batalhas que mudaram o mundo*. São Paulo: M. Books, 2003.
- WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ZOLA, Émile. *Germinal*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.





FERNANDO JOSÉ FERREIRA

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Fonte: FERREIRA, Graça Maria Lemos. *Atlas geográfico: espaço mundial*. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2013. p. 81.





Fonte: FERREIRA, Graça Maria Lemos. *Atlas geográfico: espaço mundial*. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2013. p. 65.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



# **Suplemento para o professor**



◆ <b>Organização deste Suplemento</b> .....	252
◆ <b>Orientações pedagógicas e metodológicas</b> .....	254
1. A era da informação e a hibridização cultural .....	254
2. Desafios do magistério no ensino médio .....	256
3. Objetos e agentes sociais da história .....	258
4. A história e o tempo presente .....	259
5. Educação e tecnologia .....	261
6. A avaliação .....	267
7. Trabalho interdisciplinar .....	269
8. A concepção da obra .....	270
9. A estrutura da obra .....	271
10. Bibliografia consultada .....	274
◆ <b>Orientações específicas para o livro 2</b> .....	275
Grade de conteúdos do livro 2 .....	275
<u>Capítulo 1</u> Povos pré-colombianos e a colonização da América por espanhóis e ingleses .....	283
<u>Capítulo 2</u> A colonização portuguesa na América .....	289
<u>Capítulo 3</u> A economia na América portuguesa e o Brasil holandês .....	295
<u>Capítulo 4</u> A mineração no Brasil colonial .....	300
<u>Capítulo 5</u> O iluminismo .....	306
<u>Capítulo 6</u> Das Revoluções Inglesas à Revolução Industrial .....	310
<u>Capítulo 7</u> A Revolução Francesa e o Império Napoleônico .....	315
<u>Capítulo 8</u> As lutas de independência na América .....	320
<u>Capítulo 9</u> A independência do Brasil e o Primeiro Reinado .....	324
<u>Capítulo 10</u> A Europa do século XIX: revoluções liberais, nacionalismo e socialismo .....	330
<u>Capítulo 11</u> Da Regência ao Segundo Reinado .....	337
<u>Capítulo 12</u> Os Estados Unidos e a América hispânica no pós-independência .....	343
◆ <b>Respostas das atividades do livro do aluno</b> .....	349
◆ <b>Sugestões bibliográficas</b> .....	374
Para o professor .....	374
Para o aluno .....	376





**Outras histórias**  
Propostas com textos e atividades para desenvolver a noção de simultaneidade na história, tratando sobre acontecimentos, personagens ou lugares contemporâneos ao processo histórico abordado no capítulo, mas em espaços diferentes.

**Textos complementares**  
Textos de especialistas que ampliam ou aprofundam alguns conteúdos tratados nos capítulos.



**Respostas das atividades do livro do aluno**  
Nesta seção o professor encontrará as respostas de todas as atividades propostas no livro do aluno.

### Sugestões bibliográficas

**Para o professor**  
Bibliografia essencial de metodologia e ensino de história, além de indicações suplementares para os temas tratados no livro.

**Para o aluno**  
Indicações de leituras relacionadas aos temas estudados com uma linguagem adequada à faixa etária dos alunos. Além de promover o gosto pela leitura, auxilia no entendimento dos conteúdos apresentados.





Alunos de escolas públicas participam da Campus Party, Recife. 2015. A Campus Party é o principal evento de tecnologia realizado em nosso país nas cidades de São Paulo e Recife e reúne milhares de pessoas interessadas na cultura digital.

## 1. A era da informação e a hibridização cultural

É lugar-comum dizer que vivemos em uma “sociedade da informação” ou em uma “sociedade do conhecimento”, na qual a informação, o *know-how*, o saber, a competência tornaram-se, ao longo das últimas décadas, extremamente valorizados. Refletir sobre o significado dessa transformação social do conhecimento e sobre como ela tem impactado a maneira de abordarmos o saber histórico na sala de aula é fundamental.

A sociedade do conhecimento é marcada, em primeiro lugar, pelo desenvolvimento explosivo e contínuo da tecnologia da informação (TI), que introduziu não apenas novos processos de produção de mercadorias e serviços, como também novas formas de relacionamento entre as pessoas.

O *e-mail*, as redes sociais, os celulares e *smartphones*, os *tablets* e os diversos meios de comunicação sedimentaram uma sociedade em rede, uma verdadeira teia global na qual as relações sociais são intensificadas e, ao mesmo tempo, esvaziadas; aproximando pessoas distantes e distanciando pessoas próximas; encurtando distâncias e acelerando o tempo, mas reduzindo a possibilidade que se tem para desfrutar a companhia dos amigos e dos familiares. Esse conjunto de transformações parece impor que estejamos constantemente conectados e sugere o compartilhamento de informações para além das culturas e fronteiras; porém, também pode ser um convite ao pensamento, à crítica.

De fato, nunca houve tanta informação sendo transmitida por tantos meios ao mesmo tempo. Mas essa enxurrada de informações pode ser entendida como sinônimo de conhecimento? Em que medida possuir 3 mil músicas em um aplicativo de *smartphone* equivale a ter conhecimento musical? O que significa, por exemplo, cultivar o bom gosto? Ou, para ir mais longe, que papel a escolarização e, em especial, o saber histórico

escolar desempenham na formação do senso estético dos alunos? Como distinguir o simples acúmulo de informações do conhecimento razoável acerca de algo que tenha significado e faça sentido?

O convívio humano, as variadas formas de intercâmbio e os meios com que as nações se comunicam e trocam bens entre si não nasceram, evidentemente, no alvorecer da modernidade, tampouco com a criação de *microchips* e a consequente miniaturização dos equipamentos eletroeletrônicos. O próprio desenvolvimento de determinada cultura abrange a comunicação e as trocas que um povo realiza entre si, e a relação que mantém com outras culturas, afinal, as múltiplas identidades que caracterizam os diferentes povos se definem por aproximações, oposições, relações e distinções entre eles. O fato é que, no último meio século, o intercâmbio entre os povos se intensificou, e vem intensificando-se cada vez mais, em razão da revolução nos meios de comunicação.

Essa revolução permite aos jovens contemporâneos compartilhar, em escala global, as mais diversas informações, nos mais diferentes formatos (textos, áudios, imagens, vídeos) ao mesmo tempo que estabelecem relações sociais de um novo tipo – mais efêmeras e fluidas – e que não necessariamente ou prioritariamente têm como centro o bem comum. Em que medida esse cenário está relacionado à emergência de novos tipos de identidade juvenil e a novas formas de pertencimento cultural?

Estudos como os do sociólogo espanhol Manuel Castells apontam que mesmo na fluidez do mundo virtual há uma busca por identificação, porém esta independe de lugar, cultura, etnia e nacionalidade. A procura dos jovens por novas formas de relações sociais e de reconhecimento traduz-se em relações virtuais, que são eletivas e priorizam interesses pessoais. Assim, hoje, o que confere a eles sentido de pertencimento a dada comunidade já não é, necessariamente, uma língua natal ou aqueles traços constitutivos da cultura nacional, mas o fato de compartilharem um mesmo interesse (por um esporte, uma banda, um seriado de televisão, um artista etc.).

Vivenciamos, assim, a formação de identidades híbridas, que apresentam traços das comunidades locais e aspectos culturais globais. O efeito mais importante dessa transformação social é a mistura de valores, línguas e culturas, provocando o que os antropólogos chamam de “hibridização cultural”. A hibridização ocorre porque os bloqueios físicos e ideológicos à livre difusão do conhecimento, da cultura e da educação tendem a diminuir, permitindo que povos de diferentes partes do mundo tenham acesso à cultura e aos valores uns dos outros e se engajem em processos de fusão e difusão de suas respectivas identidades culturais.

O entendimento entre os povos, porém, não é tarefa simples. O recrudescimento das guerras civis, das rivalidades religiosas ou interétnicas, dos vários fundamentalismos em certas regiões do mundo pode ser interpretado como reações ou movimentos destinados a frear essas transformações e a reafirmar identidades regionais. O terrorismo, nos seus mais variados matizes, surge, assim, como uma exacerbação da incapacidade de compreender e tolerar o outro, que passa a ser visto como um inimigo a ser eliminado. Nesse contexto, destaca-se a necessidade de entender que as culturas distinguem-se umas das outras por uma série de características, e que a superação do etnocentrismo, e da violência dele decorrente, implica o reconhecimento e o respeito à diversidade.

O conhecimento histórico não pode ficar indiferente a esse conjunto de transformações, que sugerem modificações didáticas e epistemológicas fundamentais na abordagem do saber histórico na sala de aula. É a esse desafio que esta obra tenta responder.

Como já indicado por filósofos como Kant e Hegel, o conhecimento não é um dado bruto da realidade, que bastaria coletar e repetir; ao contrário, o conhecimento depende da intervenção ativa do sujeito que conhece, ele é uma construção do sujeito que interpreta a realidade segundo seus critérios pessoais e os valores que determinada sociedade e cultura, num tempo específico, entenderam que devam ser partilhados, cultivados e aperfeiçoados.

## 2. Desafios do magistério no ensino médio

Depois dessa rápida análise sobre a vida contemporânea e sua relação direta com as questões da hibridização cultural e da formação de identidades não mais nacionais, cabe agora uma reflexão sobre a influência dessas mudanças na escola de ensino médio, no trabalho do professor e nos sistemas de avaliação brasileiros.

A maioria dos jovens alunos de hoje cresceu em um ambiente de liberdade política, encarando e experimentando mudanças sociais e comportamentais que os distinguem de outras gerações. Evidentemente, essa nova condição coloca desafios e problemas novos não apenas aos próprios jovens, como também a seus pais e em toda a comunidade escolar.

Consequentemente, a escola que os recebe também deveria ser distinta daquela de décadas anteriores. No entanto, em suas características gerais, a escola parece não ter acompanhado o ritmo das mudanças operadas no mundo contemporâneo, embora em alguns aspectos ela tenha vivenciado transformações significativas.

Nas últimas décadas, as transformações econômicas e sociais pelas quais o país passou tornaram possível que grande contingente de brasileiros que até então engrossavam as fileiras da pobreza e da miséria ingressassem, paulatinamente, no mercado formal de consumo. Como parte de amplo processo de mudanças estruturais, ampliou-se, também, o acesso à educação formal e pública, nos diversos níveis de ensino. A busca por novos patamares de desenvolvimento trouxe à tona uma série de demandas dos cidadãos, como o acesso à cultura, à informação e ao lazer, a mobilidade urbana, escolas públicas de qualidade, serviço de saúde digno etc.

A educação representa uma condição essencial para que o crescimento econômico resulte no desenvolvimento social do país, e o ensino médio, como a última etapa da educação básica, deveria cumprir um papel fundamental, não apenas por ser a antessala do ensino superior ou do mundo do trabalho, mas também pelo amplo significado que esses três anos representam na formação dos sujeitos do ponto de vista ético, político e cultural.

Contudo, a estrutura curricular do ensino médio e as características gerais da educação básica ainda se mostram distantes das necessidades dos estudantes, tanto na tarefa de formá-los para exercer a cidadania como na tarefa de prepará-los para um mercado de trabalho cada vez mais seletivo e exigente.

As atribuições escolares atuais podem ser analisadas sob diferentes aspectos: a escola promove a convivência social, oferecendo diferentes oficinas e projetos complementares às aulas; é também um local em que se compartilham informações e se produz conhecimento.

Entre todas essas atribuições, o que transparece em alguns estudos sobre o espaço da educação no mundo contemporâneo é que a escola deve não só ser o lugar da aquisição do conhecimento formal dos conteúdos disciplinares, mas também atender às demandas pela formação mais ampla dos indivíduos, fornecendo noções de cidadania, de inserção e valorização de diferentes culturas, de apreço e cuidado com o ambiente, de promoção da igualdade racial e de gênero, de respeito à diversidade etc.

Ir ao encontro de tais compromissos implica repensar as próprias atribuições docentes, uma vez que estas também têm-se transformado. Se a escola não é mais a única agência formadora, pois convive com outros espaços de aprendizagem, os professores, por extensão, já não representam mais a única fonte de informação para os alunos.

Hoje, é comum que os jovens tenham mais habilidades que os professores na utilização das novas tecnologias. Eles se conectam, acessam e compartilham inúmeras informações muito rapidamente. Contudo, a facilidade para comunicar-se e acessar conteúdos não garante, por si só, a capacidade de articular tais informações e produzir, com base nelas, algum conhecimento, compreender as diferentes faces do complexo mundo em que vivemos e intervir nele de forma crítica e consciente. Cabe ao professor a tarefa de auxiliar os alunos a decodificar as inúmeras informações que chegam desarticuladas até eles e a estabelecer uma relação crítica com diversos tipos de dados, sendo capazes de analisá-los e de compreendê-los.

Para tanto, o professor do ensino médio deve assumir o papel de mediador e facilitador na aquisição de conhecimentos por parte dos alunos. Nessa tarefa, é necessário que ele considere válidas as experiências trazidas pelos alunos e as integre ao trabalho em sala de aula. Também é recomendável a adoção da pesquisa como um dos recursos centrais da prática pedagógica.

A boa atividade de pesquisa estimula a curiosidade e o potencial investigativo do estudante, permitindo-lhe assumir o papel de sujeito na busca, na seleção e no registro da informação, procedimento essencial no desenvolvimento da autonomia. Quando realizada em grupo, a pesquisa desenvolve a capacidade de trabalhar em equipe, proporcionando situações de interação e conflito, que são necessárias para a vida em sociedade. O professor não apenas motiva, mas também fundamentalmente orienta e monitora a pesquisa escolar, levantando questões, identificando problemas, recomendando o uso de fontes confiáveis e alertando para fontes suspeitas, auxiliando na seleção, na interpretação e na organização dos dados obtidos.

É relevante destacar que essa atividade não se relaciona apenas a alguns procedimentos próprios do saber histórico escolar, mas contribui para o desenvolvimento do jovem cidadão, na medida em que estimula a interação com o outro, a investigação, a análise, a reflexão, a crítica e a busca de soluções para os problemas ali vivenciados. A prática pedagógica reveste-se, assim, de um sentido ético, uma vez que os alunos serão estimulados a desenvolver um relacionamento cooperativo entre si, com a comunidade escolar e com a sociedade.

Também se torna necessário observar as orientações curriculares estabelecidas pelas políticas educacionais baseadas nas novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (parecer CNE/CEB n. 5/2011) e nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), que visam desenvolver nos alunos, ao fim da educação básica, competências que os habilitem ao exercício pleno da cidadania e os preparem para a vida.

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é a ponta final dessas formulações curriculares, ao estabelecer uma avaliação que funciona como ingresso em muitas universidades brasileiras. A base para a formulação das questões do Enem parte dos pressupostos expressos na Lei de



Índia da etnia Kadiwéu utilizando celular na aldeia Alves de Barros em Porto Murtinho (MS). Foto de 2015. A tecnologia é muito presente no cotidiano dos jovens na atualidade.

Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e nos PCNEM. Portanto, é uma matriz que privilegia as competências e as habilidades – o saber fazer –, assim como o pensamento interdisciplinar e a autonomia intelectual.

Esse conjunto de capacidades deve possibilitar ao aluno resolver situações-problema, contextualizar conhecimentos e desenvolver a flexibilidade de raciocínio em diferentes áreas. As ciências humanas, em especial, devem privilegiar o respeito à diversidade cultural e ao patrimônio artístico e histórico, permitir a construção de princípios éticos e cidadãos e desenvolver a capacidade analítica, a consciência crítica e a criatividade.

Nesse contexto, o livro didático é um importante instrumento de apoio ao professor, já que disponibiliza diferentes possibilidades de abordagem dos temas. Além disso, o livro auxilia os alunos a desenvolver as capacidades necessárias na busca de significados para as questões da contemporaneidade e da vida. Como tal, o livro didático serve como referência e possibilita ao professor utilizá-lo de diferentes maneiras, de acordo com a realidade de sua comunidade escolar.

### 3. Objetos e agentes sociais da história

A história praticada na academia, como produto de seu tempo, vem acompanhando as intrincadas transformações ocorridas nas últimas décadas. Assim, as novas formas de abordar o conhecimento histórico vêm favorecendo a inclusão de novos temas e objetos de pesquisa, que, articulados ao ensino de história, apresentam maiores possibilidades de vinculação à realidade do público heterogêneo que hoje compõe a escola.

Entre esses temas estão a incorporação de estudos sobre a experiência comum, que eram ignorados pela pesquisa historiográfica tradicional, como os aspectos cotidianos da cultura, a vida dos desfavorecidos, as conquistas tecnológicas humanas – integrando aí desde as pontas de flechas pré-históricas até a informática –, as cidades, as diferentes formas de escrita e leitura, entre outras tantas temáticas. Contudo, novos temas e novos objetos exigem novas fontes de pesquisa, como explicita Peter Burke:

“Já foi sugerido que quando os historiadores começaram a fazer novos tipos de perguntas sobre o passado, para escolher novos objetos de pesquisa, tiveram de buscar novos tipos de fontes, para suplementar os documentos oficiais. Alguns se voltaram para a história oral [...]; outros, à evidência das imagens [...]; outros, à estatística. Também se provou possível reler alguns tipos de registros oficiais de novas maneiras.”

BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992. p. 25.

Assim, é comum encontrarmos estudos historiográficos atuais que partem da análise de obras de arte, de correspondências, da oralidade, de rituais e práticas religiosas, de mapas, de música, de literatura ficcional, de estatísticas, entre tantas outras fontes. O fato de as novas abordagens não diferenciarem a cultura erudita da popular, não estabelecerem hierarquia de valor entre os diferentes temas de pesquisa e buscarem referências em outras áreas do saber – como a antropologia, a literatura, a semiologia – vem produzindo uma ampliação dos enfoques historiográficos que podem auxiliar na busca de uma aproximação com o interesse dos alunos, sem empobrecer o conteúdo histórico na metodologia e nas análises. Nesses casos, o que importa é realizar a leitura dessas fontes como evidências históricas, permitindo compreender a vida humana no tempo.

Dessa forma, o trabalho com a história em sala de aula, realizado com o uso de diferentes fontes, como o cinema, a história oral, a literatura, a pintura, a fotografia, a música, entre outras, permite aos alunos se aproximarem do conhecimento historiográfico e ampliarem sua

visão de mundo. Além disso, favorece a formação dos estudantes para a capacidade de realizar a leitura de diversas fontes, de expressar ideias, inferir informações e analisar e comparar diferentes elementos que forneçam dados para a compreensão das relações que constituem os momentos distintos da história.

No entanto, para fazer um bom uso dessas fontes, é necessário contextualizá-las, investigando, na medida do possível, o período de produção, sua autoria, linguagem, finalidade, interlocutores e objetivos, prestando atenção para não projetar no passado valores e sentimentos do presente.

As fontes históricas, antes de funcionarem como canais diretos para o passado, ajudam-nos a investigar e compreender as múltiplas relações que marcaram uma época. Assim, no trabalho com obras cinematográficas, por exemplo, é importante que o professor assista previamente ao filme, selecione os trechos que considere relevantes para a discussão e atente para o tipo de atividade a ser feita com os alunos após a exibição do material – lembrando que todo filme é fruto das ideias do diretor e de outros profissionais que trabalharam na produção da obra –, sempre ligado ao contexto em que o filme foi produzido, e, portanto, resultado de crenças, hábitos e técnicas de determinada sociedade.

Outro tema presente nos currículos escolares atuais é a inclusão da história e da cultura indígena e africana, antes abordadas de forma periférica em sala de aula. Esses estudos estimulam a prática cidadã e contribuem para combater preconceitos ao redefinir a importância dos povos indígenas e africanos para a formação do Brasil contemporâneo. Tendo em vista essas questões, foi promulgada em 2003 a Lei n. 10.639, que tornou obrigatório o ensino de história e da cultura afro-brasileira. Em março de 2008, a exemplo da lei anteriormente citada, a Lei n. 11.645 tornou obrigatório o ensino de história e da cultura indígena no nível básico nas escolas públicas e privadas.

“[...] § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes a história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.”

BRASIL. Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. Obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. *Diário Oficial da União*. Brasília, 11 mar. 2008. Disponível em <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm)>. Acesso em 16 fev. 2016.

Para auxiliar o trabalho do professor, em diferentes capítulos desta obra procuramos fornecer um panorama amplo do desenvolvimento desses povos no tempo e da inserção cultural que tiveram no Brasil e na América.

## 4. A história e o tempo presente

A tarefa de construir um saber histórico voltado para a vida e para os problemas contemporâneos, que possibilite explicar as bases culturais e materiais sobre as quais se assenta a nossa civilização e reconhecer os rumos para onde elas estão nos conduzindo, significa permitir ao aluno explorar as múltiplas temporalidades que unem passado, presente e futuro.

“Essa forma clássica de pensar a história permite estabelecer relações de causa e efeito entre acontecimentos de períodos sucessivos e, para o aluno, apresenta a

vantagem de dar sentido ao mundo em que vive. A ideia de dar um sentido ao presente, tendo como referência o passado, é o cerne da utilidade social da história. É também uma postura que torna impossível qualquer pretensão a um discurso historiográfico definitivo, à medida que as questões colocadas para o passado não cessam de evoluir.”

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. *Ensinar história*. São Paulo: Scipione, 2004. p. 76. (Coleção Pensamento e ação no magistério)

Nesta obra, a tarefa de perceber o saber histórico como uma relação dinâmica entre temporalidades concretiza-se particularmente nas aberturas dos capítulos, nas leituras e questões dos “Textos complementares”, e nas seções “Trabalhando com fontes” e “Aprenda mais”. Nessas ocasiões, o aluno poderá, por exemplo, perceber nas instituições do Brasil atual a herança da democracia grega; e, ao estudar a Revolução Industrial, refletir sobre as condições de trabalho nos dias de hoje.

Além disso, a obra possibilita, entre outros aspectos, identificar alguns princípios políticos da Revolução Francesa presentes nos governos representativos atuais; perceber a atualidade da luta indígena pelo direito à terra e à preservação de suas tradições ou reconhecer, nas terras dos descendentes dos antigos quilombolas, um vínculo com a pluralidade cultural trazida pelos negros africanos; ou ainda identificar nas cidades históricas de Minas Gerais as marcas da época do ouro no Brasil.

A elaboração de uma obra com o olhar voltado para o nosso tempo é necessária não só por possibilitar a leitura e a compreensão do presente à luz do passado, e vice-versa, favorecendo assim projeções em relação ao futuro, mas também por representar uma escolha metodológica que transforma a aprendizagem em um saber significativo para os alunos, amparada em referenciais conhecidos e contemporâneos e, por isso mesmo, dotada de sentido e interesse.



Grupo Jongo Dito Ribeiro, reunido diante da Estátua da Mãe Preta, em frente à Igreja São Benedito, Campinas (SP). Foto de 2014. O Jongo, tradicional em muitas comunidades brasileiras, surgiu das práticas dos africanos escravizados de origem banto que trabalhavam nas lavouras de café durante o século XIX. A tradição é a memória viva de uma prática do passado que, por sua importância na vida das pessoas, é perpetuada de geração a geração.

## 5. Educação e tecnologia

Nas últimas décadas, a emergência e a difusão das tecnologias digitais e de seu uso no processo de ensino e aprendizagem têm desafiado os educadores a repensar a docência. Para melhor compreender essas novas demandas e a recepção dos professores às exigências de um novo tempo, vejamos como se deu o manejo de diferentes tecnologias intelectuais em diferentes momentos históricos.

As informações e os conhecimentos acumulados pelo ser humano foram transmitidos entre diferentes gerações por intermédio de várias tecnologias. Antes do aparecimento da escrita, a fala era um instrumento de permanência, o principal veículo de transmissão e preservação de técnicas, valores, conhecimentos e experiências. Nessa fase da oralidade, a transmissão de conhecimentos ocorria por meio da memorização da informação, que era repassada de geração a geração.

Com a invenção da escrita, por volta de 3300 a.C., a informação e o conhecimento puderam ser transmitidos por diferentes tipos de suportes, como pergaminhos, códices, papiros e, posteriormente, livros. A invenção da escrita, entretanto, não significou a supressão da pluralidade das tradições orais. Um jovem grego da época clássica, por exemplo, aprendia a recitar trechos dos poemas homéricos e, apenas depois de memorizá-los, recebia uma tabuleta de argila para registrar alguns versos. As sociedades ágrafas da América e da África preservaram suas histórias e técnicas ancestrais por meio do convívio das gerações mais velhas com as mais novas. Mesmo nas sociedades ocidentais, nas quais a escrita tornou-se uma das bases da organização do Estado, da economia e da ciência, as tradições que se fincam na oralidade continuam sendo veículo de transmissão de valores, costumes e conhecimentos, especialmente nas comunidades rurais.

Ao longo da história, vários suportes foram criados e aperfeiçoados para transmitir conhecimentos, sem que a invenção de um implicasse necessariamente a supressão do outro: a pedra cinzelada com hieróglifos, o papiro, o pergaminho, o manuscrito medieval, o livro impresso de Gutenberg em 1455, o telefone, o rádio, a televisão e, hoje, os conteúdos digitais, agregam muitos desses suportes anteriores. Todos esses meios facilitaram a transmissão de conhecimentos e informações e tiveram um profundo impacto na sociedade em que emergiram. E cada uma dessas formas de preservar e acessar conhecimentos afetou a educação e, por extensão, o papel do professor.

A seguir, vamos explorar um pouco mais as características da sociedade do conhecimento, em especial aquelas relacionadas ao âmbito da educação, e fazer algumas considerações sobre o uso das tecnologias digitais na prática docente.

### ◆ A sociedade do conhecimento

O conceito de sociedade do conhecimento foi introduzido em 1969 por Peter Drucker e se consolidou quando Daniel Bell publicou o livro *O advento da sociedade pós-industrial*, em 1973. Para Bell, a produção de conhecimentos se tornaria a forma dominante da atividade econômica da sociedade contemporânea, o que se materializou nas últimas décadas e gerou profundo impacto na educação com a introdução do computador nos procedimentos de acesso, produção e compartilhamento de conhecimentos.

As novas tecnologias digitais, especialmente as tecnologias da informação e comunicação (TICs), combinadas com vários outros recursos da *web*, como bancos de dados, jogos, simulações, imersão virtual, realidade aumentada etc., formam uma vasta rede de aprendizagem que pode ser acessada constantemente, vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana (Harasim, 2005). Essa rede global de informações permite o acesso a colegas e profissionais, a comunidades virtuais, a conteúdos de diversas áreas e a muitas formas de *networking* que hoje fazem parte do cotidiano de bilhões de crianças, jovens e adultos em todo o planeta.

As tecnologias digitais foram adotadas de forma acelerada no mundo todo, e seu uso continua a se expandir, modificando a sociedade e a cultura contemporâneas. Segundo dados da União Internacional de Telecomunicações das Nações Unidas (UIT), em 2015, 43% da população mundial estava conectada à internet. No Brasil esse número chegava a

57,6% da população, e em países como a Islândia e a Noruega a 98,2% e 96,3%, respectivamente (UIT; Unesco, 2015). Estimativas apontam que, em poucos anos, a maioria da população mundial estará conectada à rede por meio de celulares, *tablets* e *notebooks*, entre outros aparatos tecnológicos.

## ◆ O uso do computador na educação

A utilização de mídias em sala de aula tem longa história: primeiro foi a mídia impressa, representada principalmente pelo livro didático, pelas histórias em quadrinhos, pelos jornais e pelas enciclopédias; depois, agregou-se a mídia audiovisual, por meio do cinema, da televisão, dos aparelhos de videocassete e de DVDs; hoje, vivenciamos a entrada da mídia digital, por meio da internet. A *web* tem características únicas, bastante diferentes daquelas das mídias anteriores, particularmente por permitir o acesso imediato a todo tipo de informação e de conhecimento existente em formato textual, multimídia e hipertextual, além de estabelecer interatividade com a informação acessada, possibilitando o *feedback* instantâneo. O espaço de aprendizagem extrapolou as quatro paredes da sala de aula e ampliou-se virtualmente, conectando o estudante à rede global (Teles, 2009).

A introdução progressiva de computadores nas escolas, experiência adotada em muitos países, evidencia o reconhecimento e a importância do uso das novas tecnologias na educação. Em vários desses países, tal procedimento teve início nos anos 1980. No Brasil, o uso desses equipamentos se acelerou na década de 1990, mas apenas no início do século XXI o debate a esse respeito se tornou mais significativo. O uso do computador na educação, como geralmente ocorre diante de situações novas, gerou um ambiente de insegurança em que muitos profissionais chegaram mesmo a temer que ele pudesse substituir o professor.

Em parte, esse temor expressava a dificuldade dos **imigrantes digitais** de integrar as novas tecnologias a seu cotidiano. O termo “imigrante digital” refere-se à geração que nasceu antes das novas tecnologias ou quando elas começaram a surgir. Já os **nativos digitais** – nascidos na sociedade tecnológica – utilizam as mesmas tecnologias com naturalidade (Prensky, 2010). Eles caracterizam-se, principalmente, pelo uso cotidiano da internet e pela mobilidade nas comunicações com conectividade constante. Os nativos digitais compartilham o sentimento de pertencer a um grupo, que se concretiza na formação de comunidades virtuais, que usam as redes sociais para trocar ideias, marcar encontros, tirar dúvidas escolares e muitas outras coisas. Por essa razão, eles dependem dos equipamentos eletrônicos com acesso à *web* para se manterem conectados a seus grupos.

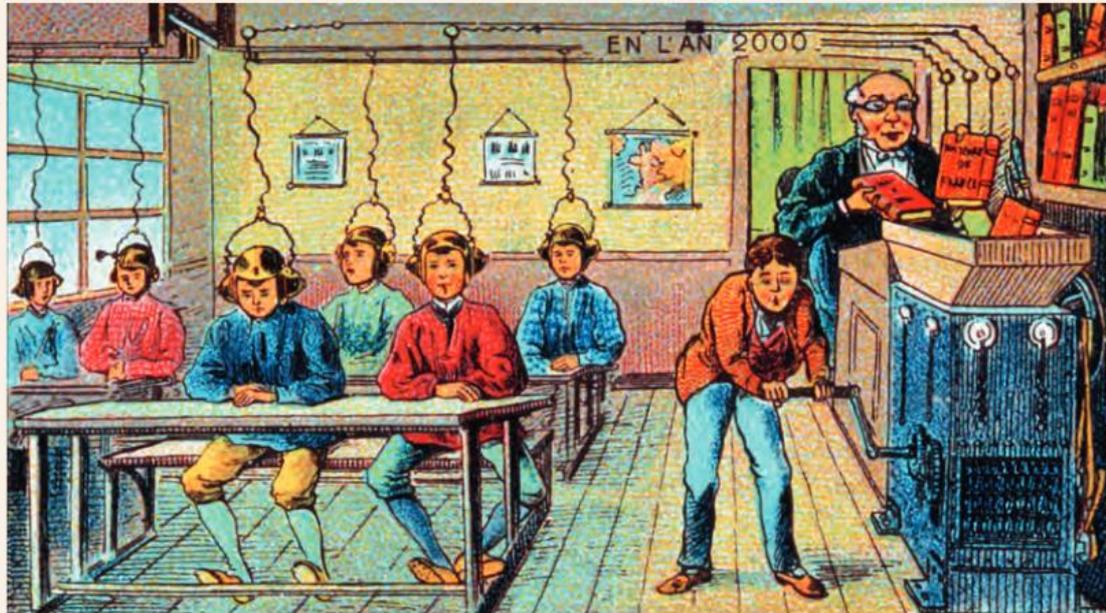
As mudanças ocasionadas pelo desenvolvimento tecnológico afetaram a escola e os alunos e facilitaram a emergência de um novo tipo de estudante, que estabeleceu uma harmoniosa convivência com a cibercultura (Lévy, 1999).

Contudo, é ilusório imaginar que a tecnologia possa substituir a escola ou o professor. Segundo Otacílio Ribeiro:

“A máquina precisa do pensamento humano para se tornar uma ferramenta auxiliar no processo de aprendizado. É necessário integrá-la às mais diferentes atividades, pois ela pode ser entendida enquanto instrumento de expansão do pensamento. Que sirva para envolver os estudantes em projetos práticos, desafiadores e que estimulam o raciocínio humano. Hoje, o papel da escola é ensinar a pensar, preparando o aluno para lidar com situações novas, problematizando, discutindo e tomando decisões. Sobretudo, cabe à educação resgatar o homem de sua pequenez, ampliando horizontes, buscando outras opções, tornando as pessoas mais sensíveis e comunicativas.

Ao pensar o processo pedagógico mediado pela tecnologia, não se pode esquecer que a centralidade da ação deve estar nos sujeitos, e não nas técnicas.”

RIBEIRO, Otacílio J. Educação e novas tecnologias: um olhar para além da técnica. In: COSCARELLI, Carla Viana; RIBEIRO, Ana Elisa (Orgs.). *Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas*. Belo Horizonte: Autêntica/Ceale, 2011. p. 94. (Coleção Linguagem e educação)



A escola no ano 2000, gravura de autoria desconhecida. França, c. 1910. É comum que novas tecnologias gerem a inquietação das pessoas. No início do século XX, artistas franceses produziram uma série de imagens futuristas, imaginando como seria o país no ano 2000. A escola do futuro, para eles, contaria com máquinas que transmitiriam o conhecimento dos livros escolhidos pelo professor para os alunos. Hoje, sabemos que a tecnologia é apenas um suporte, que exige uma postura ativa de professores e alunos para a produção do conhecimento.

O que está em discussão, portanto, não é a substituição do professor, mas a readequação da prática docente diante das novas tecnologias.

Alguns professores podem até resistir à utilização dessas tecnologias, aferrando-se às suas práticas tradicionais. Porém o que se observa com mais frequência é que faltam estrutura e programas de formação para o uso adequado dessas ferramentas no ambiente escolar (Barbosa, 2015).

Segundo pesquisa recente, que analisou a utilização de TICs em escolas urbanas das cinco regiões brasileiras,

“O uso da internet para elaboração de aulas ou atividades com os alunos continua sendo uma ação comum entre professores de escolas públicas: 96% deles afirmaram já ter utilizado algum tipo de conteúdo obtido na rede com essa finalidade. Os resultados da pesquisa apontam o uso frequente de fragmentos de conteúdos disponíveis na internet (tais como imagens e vídeos), citados com maior intensidade que o uso de materiais completos, tais como videoaulas ou apresentações prontas [...].

Entre os tipos de conteúdo citados por uma proporção menor de professores, estão os que envolvem um engajamento mais interativo por parte dos estudantes, tais como *software* educacionais (47%) e jogos (44%).”

BARBOSA, Alexandre F. (Coord.). *Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação nas escolas brasileiras – TIC educação 2014*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2015. p. 127. Disponível em <[http://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC\\_Educacao\\_2014\\_livro\\_eletronico.pdf](http://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_Educacao_2014_livro_eletronico.pdf)>. Acesso em 16 fev. 2016.

Assim, percebe-se que, a despeito da maioria dos professores utilizar a internet como fonte de pesquisa para a preparação de suas aulas, as atividades que demandam maior habilidade e interação com os alunos ainda são pouco exploradas.

Como ferramenta educacional, o computador, conectado à internet, pode ser usado de várias maneiras, contribuindo para a realização de atividades com diferentes níveis de complexidade. Há diversos *softwares* que podem ser usados para o acesso a bancos de dados e *sites* de busca que permitem pesquisar informações atualizadas sobre temas tratados nas aulas.

Os *sites* de muitos museus disponibilizam visitas virtuais, possibilitando que os estudantes conheçam obras de seu acervo. O computador pode, ainda, viabilizar o compartilhamento de informações entre colegas, *experts* e outros internautas por intermédio do correio eletrônico e das redes virtuais. Além disso, diversas ferramentas de edição podem ser utilizadas para a produção de conteúdos audiovisuais pela turma.

A utilização de qualquer um desses recursos, porém, exige certos cuidados. No ambiente escolar, a tecnologia deverá contribuir para a ampliação do aprendizado, assim como para a promoção de uma atitude ativa, criativa e colaborativa dos alunos. Para isso, é preciso assumir uma postura investigativa e reflexiva. Antes de usar qualquer ferramenta tecnológica, é necessário que o professor explore suas funcionalidades e se prepare para aplicá-la, tendo em mente que a tecnologia não o substituirá, mas apenas se somará ao seu trabalho, ao conhecimento dos conteúdos da disciplina, que constitui seu patrimônio, sua base profissional.

Além disso, é fundamental estabelecer normas claras quanto à utilização da internet na escola. Essas regras, geralmente chamadas de “política de utilização aceitável” (PUA), consistem em um acordo firmado entre alunos, pais e professores e podem, em alguns casos, ser instituídas por secretarias, diretorias, coordenadorias ou pela própria escola. É importante saber se existe uma PUA em sua escola ou rede de ensino. Se não houver, você e seus colegas podem desenvolver uma. Neste caso, é recomendável especificar as responsabilidades dos alunos quando estiverem *on-line*, como respeito à privacidade, ética, segurança, plágio, assim como as áreas, tipos de *sites* e aplicativos que estão fora dos limites considerados aceitáveis.

Hoje há uma série de *softwares* de filtragem ou de monitoramento de conteúdos da internet, impedindo o acesso a determinados *sites* (como os de pornografia, conteúdos racistas etc.). É aconselhável saber se os computadores de sua escola contam com esses programas antes de iniciar as atividades.

Quando o computador for utilizado para a realização de pesquisas, será fundamental que os alunos aprendam a avaliar a qualidade das fontes disponíveis na *web*. Para familiarizá-los com essa tarefa, uma lista para avaliação de *sites* pode ser bastante útil, como o exemplo a seguir:

- Qual é o assunto pesquisado?
- Qual é o nome do *site* e seu endereço eletrônico?
- Quem é responsável por esse *site*? Trata-se de uma pessoa ou de uma instituição com grande conhecimento no assunto que você está pesquisando? Por quê?
- O *site* apresenta erros de ortografia, gramática e digitação? Fornece informações superficiais, suficientes ou aprofundadas sobre o assunto? Essas informações estão atualizadas?
- O responsável pelo *site* ou alguma organização que o patrocina tem algum interesse em apresentar as informações com determinada tendência?
- A página apresenta outros recursos úteis para sua pesquisa?

Além disso, nunca é demais lembrar os alunos de que, em uma pesquisa na internet, é preciso ter o mesmo cuidado com a citação de fontes que se tem em relação à bibliografia impressa. No entanto, cabe destacar que, como o material encontrado na internet muitas vezes é temporário, faz-se necessário incluir na citação a data em que ele foi consultado. Por exemplo: ARAÚJO, Valdeí Lopes de. Da civilidade à civilização. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, n. 120, set. 2015. Disponível em <[www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/da-civilidade-a-civilizacao](http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/da-civilidade-a-civilizacao)>. Acesso em 16 fev. 2016.

## ◆ Para refletir

Não são poucos os desafios que se colocam ao professor no século XXI. O docente que quer se atualizar e utilizar as novas tecnologias em sala de aula necessita adotar uma atitude aberta e criativa que permita repensar suas práticas a fim de reformular as atividades pedagógicas elaboradas para seus estudantes.

O modelo da palestra e da aula expositiva não precisa ser suprimido, mas pode conviver com outras estratégias de ensino. Uma aula expositiva pode revestir-se de grande interesse aos alunos quando acrescida de recursos multimídia, tornando a exposição mais significativa e a linguagem renovada, mais afeita aos nativos digitais. As práticas já consagradas podem conviver com o saudável risco da inovação, buscando melhorar a qualidade do ensino.

No entanto, reconhecer a importância do uso das tecnologias digitais na educação não significa ignorar os riscos e os prejuízos de submeter o homem ao poder da sociedade da informação. As mídias digitais podem ampliar a nossa capacidade de armazenar informações, relacioná-las com assombrosa rapidez, elaborar conhecimentos e construir relações baseadas na tolerância e na cooperação, com o intuito de construirmos uma sociedade mais justa e fraterna. Mas, para que isso ocorra, dependemos de ações promovidas pelo poder público, pela iniciativa privada, pela sociedade civil organizada, ações que tenham como pressuposto a ética científica e tecnológica, isto é, que os esforços dirigidos à produção e à divulgação desses saberes e dessas técnicas possam estar a serviço do bem comum.

A importância dessa reflexão é a base do trabalho de Nicholas Carr, estudioso norte-americano das novas tecnologias da comunicação que alertou para a ameaça representada pela celebração fanática das inovações tecnológicas. O escritor peruano Mario Vargas Llosa sintetizou as ideias de Carr, apresentando questões importantes relacionadas ao ensino e ao uso da internet.

“Nicholas Carr estudou literatura no Dartmouth College e na Universidade Harvard, e tudo indica que, na juventude, foi um voraz leitor de bons livros. Logo, como aconteceu com toda a sua geração, descobriu o computador, a internet, os prodígios da grande revolução informática do nosso tempo, e não só dedicou boa parte de sua vida à utilização de todos os serviços *on-line* como se tornou um profissional e especialista nas novas tecnologias da comunicação sobre as quais escreve amplamente em prestigiosas publicações dos Estados Unidos e da Inglaterra.

Certo dia, descobriu que deixara de ser um bom leitor, e, praticamente, um leitor, inclusive. Sua concentração desaparecia depois de uma ou duas páginas de um livro, e, principalmente, se o que ele lia era complexo e exigia muita atenção, surgia em sua mente algo parecido a um repúdio a continuar com aquele empenho intelectual. Ele conta: ‘Perco o sossego e o fio, começo a pensar em outra coisa. Sinto como se tivesse de arrastar o meu cérebro desconcentrado de volta ao texto. A leitura profunda que costumava vir naturalmente se tornou um esforço’.

Preocupado, tomou uma decisão radical. No fim de 2007, ele e a mulher abandonaram suas instalações ultramodernas em Boston e foram morar nas montanhas do Colorado, onde não havia telefone móvel e a internet chegava tarde, mal ou mesmo nunca. Ali, ao longo de dois anos, escreveu o livro polêmico que o tornou famoso, *The Shallows: what the internet is doing to our brains (Superficiais: o que a internet está fazendo com nossas mentes?, Taurus, 2011)*. [...] Carr não é um renegado da informática nem quer acabar com os computadores. [...]

Mas tudo isso tem um preço e, em última instância, significará uma transformação tão grande em nossa vida cultural e na maneira de operar do cérebro humano quanto a descoberta da imprensa por Gutenberg no século XV, que generalizou a leitura de livros, até então exclusiva de uma minoria insignificante de clérigos, intelectuais e aristocratas. [...].

Os defensores recalcitrantes do *software* alegam que se trata de uma ferramenta e que está a serviço de quem a usa e, evidentemente, há abundantes experiências que

parecem corroborá-lo, sempre e quando essas provas sejam realizadas no campo de ação no qual os benefícios daquela tecnologia são indiscutíveis: quem poderia negar que é um avanço quase milagroso o fato de que, agora, em poucos segundos, clicando com o *mouse*, um internauta obtenha uma informação que, há poucos anos, exigia semanas e meses de consultas em bibliotecas e com especialistas? Mas também há provas conclusivas de que, quando a memória de uma pessoa deixa de ser exercitada, por contar com o arquivo infinito que um computador põe ao seu alcance, ela embota e se debilita como os músculos que deixam de ser usados.

Não é verdade que a internet seja apenas uma ferramenta. Ela é um utensílio que se torna um prolongamento do nosso próprio corpo, do nosso próprio cérebro, o qual, também, de maneira discreta, vai se adaptando pouco a pouco a esse novo modo de informar-se e de pensar, renunciando paulatinamente às funções que esse sistema faz por ele e, às vezes, melhor que ele. [...] Para que manter fresca e ativa a memória se toda ela está armazenada em algo que um programador de sistemas definiu como 'a melhor e maior biblioteca do mundo'? E para que eu deveria aguçar a atenção se, apertando as teclas adequadas, as lembranças das quais preciso vêm até mim, ressuscitadas por essas diligentes máquinas?

Não surpreende, por isso, se alguns fanáticos da internet, como o professor Joe O'Shea, filósofo da Universidade da Flórida, afirma: 'Sentar-se e ler um livro de cabo a rabo não faz sentido. Não seria um bom uso do meu tempo, e com a internet posso ter todas as informações com mais rapidez. Quando uma pessoa se torna um caçador experimentado na internet, os livros são supérfluos'. O mais atroz desta declaração não é a afirmação final, mas o fato de esse famoso filósofo acreditar que uma pessoa lê livros somente para 'informar-se'. Esse é um dos estragos que o vício fanático da telinha pode causar. Daí, a patética confissão da doutora Katherine Hayles, professora de literatura da Universidade Duke: 'Não consigo mais que meus alunos leiam livros inteiros'.

Esses alunos não têm culpa de agora serem incapazes de ler *Guerra e paz* e *Dom Quixote*. Acostumados a picotar a informação em seus computadores, sem ter a necessidade de fazer prolongados esforços de concentração, eles perderam o hábito e até a capacidade de fazê-lo.

Foram condicionados a contentar-se com o borboletear cognitivo aos quais a rede os acostuma, tornando-se de certa forma vacinados contra o tipo de atenção, reflexão, paciência e prolongado abandono ao que se lê, que é a única maneira de ler a grande literatura. Mas não acredito que a internet torne supérflua apenas a literatura: toda obra de criação gratuita, não subordinada à utilização pragmática, é excluída do conhecimento e da cultura propiciados pela rede. Sem dúvida, essa pode armazenar com facilidade Proust, Homero, Popper e Platão, mas dificilmente suas obras terão muitos leitores. [...]

A revolução da informação está longe de ter terminado. Ao contrário, nesse campo surgem a cada dia novas possibilidades, conquistas e o impossível retrocede velozmente. Devemos alegrar-nos? Se o gênero de cultura que está substituindo a antiga nos parecer um progresso, sem dúvida sim. Mas deveremos nos preocupar se esse progresso significa o que um erudito estudioso dos efeitos da internet em nosso cérebro e em nossos costumes, Van Nimwegen, deduziu depois de um dos seus experimentos: confiar aos computadores a solução de todos os problemas cognitivos reduz 'a capacidade das nossas mentes de construir estruturas estáveis de conhecimento'. Em outras palavras, quanto mais inteligente for o nosso computador, mais estúpidos seremos."

VARGAS LLOSA, Mario. A internet e o déficit de atenção. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 14 ago. 2011. Disponível em <<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,a-internet-e-o-deficit-de-atencao-imp-,758234>>. Acesso em 16 fev. 2016.

O relato de Vargas Llosa estimula a reflexão sobre o papel das novas tecnologias no mundo contemporâneo. Parece inegável que promover a audição da *Abertura 1812* de Tchaikovsky, utilizar uma lousa digital para conhecer algumas aquarelas de Debret, ou assistir a um longa-metragem como *Carlota Joaquina* ou *Troia* podem ser experiências formativas de

grande significado para os alunos, proporcionando-lhes a oportunidade de lidar com fontes de diferentes linguagens.

Mas esses aportes não fariam sentido, na perspectiva desenhada por Vargas Llosa, se a revolução tecnológica que nos permite, por exemplo, ouvir a *Abertura 1812* ao estudarmos as invasões napoleônicas na Rússia, não representasse também um convite a leitura de *Guerra e paz*, de Tolstoi. Evidentemente que também poderíamos sugerir uma busca dos termos “Tchaikovsky”, “Tolstoi”, “Abertura 1812” ou “Guerra e paz” na internet. Porém essa busca não deve representar um fim em si mesmo. Melhor seria que ela fosse utilizada para despertar a curiosidade dos alunos, servindo de incentivo para que cultivassem o apreço pela leitura e seguissem a formular as perguntas que nós, professores de história, não cansamos de fazer: por que as coisas chegaram a ser o que são e como nos colocamos diante delas?

## 6. A avaliação

A avaliação era tratada tradicionalmente como instrumento de controle, vigilância e punição, em geral realizada em ocasiões previamente estabelecidas pelo professor. Nessa perspectiva, perante os alunos, a avaliação despertava ansiedade, pavor e insegurança. Felizmente, desde as últimas décadas do século XX, o foco da avaliação tem-se deslocado cada vez mais do binômio promoção-reprovação para ajustar-se às necessidades do processo de aprendizagem. Segundo essa nova perspectiva, a avaliação deve ser diferenciada e contínua, ou seja, deve contemplar as especificidades e habilidades prévias dos alunos e ocorrer ao longo do processo de ensino-aprendizagem, tendo como referência os objetivos estabelecidos para cada disciplina.

Em vez de funcionar como uma ferramenta de promoção ou reprovação, a avaliação deve permitir ao educando reconhecer suas conquistas e dificuldades, ajudando-o a visualizar os desafios e os caminhos possíveis para sua superação. Para o professor, a avaliação possibilita rever sua prática pedagógica e ajustá-la às necessidades do grupo, alterando procedimentos e readequando os instrumentos de avaliação com base na realidade concreta de sua instituição escolar e de suas turmas. Sob esse ponto de vista, a avaliação não só permite verificar se conteúdos, procedimentos e valores estão sendo aprendidos, mas também perceber os avanços e as fragilidades do processo de ensino-aprendizagem, criando condições para que o aluno atinja os objetivos previamente estabelecidos para a disciplina e para a prática educativa na sua totalidade.

Organizar um projeto de avaliação centrado na aprendizagem pressupõe também avaliar o crescimento global do aluno nos conhecimentos da disciplina. Assim, o professor deve usar, em sua experiência pedagógica, uma diversidade de instrumentos de avaliação que considerem as diferentes habilidades dos alunos. Nesta obra apresentamos atividades diversificadas, que contemplam distintas habilidades, e que podem ser utilizadas pelo professor para avaliar e aperfeiçoar o aprendizado dos alunos e os resultados do seu trabalho: atividades de leitura, compreensão e produção de textos, análise de imagens, de gráficos e mapas, elaboração de pesquisas, montagem de painéis, debates, entre outras.

A prática da avaliação, utilizada como instrumento da aprendizagem e não como mecanismo de controle e punição, é uma tarefa que pode envolver os alunos para que eles também compreendam a importância dos critérios utilizados na avaliação e identifiquem, à luz desses critérios, os avanços já conquistados e as dificuldades que precisam ser superadas.

A autoavaliação, porém, não pode ser vista como a possibilidade de manipular ou escamotear os resultados da aprendizagem, mas, ao contrário, como uma oportunidade de discutir com os alunos os erros, os acertos e os desafios do processo educativo.

Levando em conta essas premissas, sugerimos algumas atividades que podem ser adaptadas a diferentes situações de ensino e visam integrar à prática em sala de aula as competências e habilidades exigidas pelos novos parâmetros propostos para o ensino médio.



Debate em sala de aula na cidade de São Paulo (SP). Foto de 2015. Nos debates, os alunos expressam opiniões e desenvolvem habilidade de argumentação.

### ◆ Desenvolvimento da leitura e da escrita

O professor pode solicitar atividades de pesquisa e produção de textos. Essa tarefa auxilia os alunos a desenvolver as seguintes habilidades: selecionar informações, destacando as centrais e as periféricas; compreender os elementos que compõem a escrita do texto, como a organização geral, a estrutura, a seleção do tema e a intencionalidade; analisar e fazer a crítica de um assunto; reelaborar o tema com base nas informações das aulas, nas suas ideias e nas informações obtidas em uma pesquisa.

É importante elaborar um roteiro preciso das etapas a serem desenvolvidas no trabalho e esclarecer os objetivos da atividade para os alunos. O professor pode, inclusive, discutir os objetivos com eles e modificá-los, se necessário. No momento da seleção do tema, também é importante escolher um assunto já trabalhado em aula para que eles possam se posicionar criticamente, ou reelaborar uma ideia, ou ainda indicar uma visão diferente sobre o assunto, buscando resolver uma situação-problema.

Valendo-se dos dados obtidos na pesquisa, os alunos deverão selecionar as informações mais importantes a respeito do tema e elaborar o texto, que deve conter: introdução, desenvolvimento de ideias e conclusão. O professor pode fornecer aos alunos exemplos de como desenvolver cada uma das partes da redação.

Nessa atividade, é tão importante o caminho percorrido na construção do conhecimento quanto o resultado final. Assim, recolha os textos e indique na correção quais pontos devem ser melhorados para que, ao devolvê-los para os alunos, eles possam refazer a atividade até chegar aos objetivos pretendidos. A avaliação pode ser realizada dando pesos iguais tanto para o envolvimento dos alunos no processo como para o produto final da escrita.

Essa tarefa pode ser complementar a outras que estejam sendo realizadas, portanto não precisa tomar todo o tempo da aula. Como fechamento da atividade, os alunos podem apresentar as suas posições e discuti-las com os colegas, sendo reservado um ou mais períodos de aula para isso.

## 7. Trabalho interdisciplinar

Os currículos escolares do ensino médio estão organizados em disciplinas cujos conteúdos correspondem aos diferentes campos do saber estabelecidos pela ciência moderna e pelas tradições do ensino de cada uma delas. No entanto, as transformações que têm ocorrido nas sociedades contemporâneas e no próprio conhecimento científico, principalmente a partir da segunda metade do século XX, têm levado à crítica da fragmentação do conhecimento e à necessidade de ultrapassar as fronteiras entre as diversas áreas.

Desde a revolução científica do século XVII, a partir de Galileu, Newton e Descartes, houve uma crescente especialização do saber, ou seja, a divisão do objeto de estudo em diferentes áreas para a realização de uma análise mais detalhada. Essa especialização foi responsável, sem dúvida, pelos imensos avanços no conhecimento da natureza, que tiveram forte impacto nas inovações tecnológicas, sem as quais o mundo em que vivemos hoje seria impensável. O aproveitamento das diversas fontes de energia, a produção de alimentos em grande escala, as vacinas e os antibióticos, os modernos meios de comunicação e de transportes são apenas alguns exemplos. Por outro lado, a dinâmica do conhecimento científico encontrou temas e problemas que ultrapassaram os limites do saber especializado, surgindo daí a necessidade do diálogo entre as ciências tradicionais ou mesmo o surgimento de novas disciplinas, conhecidas como “ciências de fronteira” ou “interciências”. Como exemplos, podemos citar a bioquímica, a biofísica, a engenharia genética, as ciências da computação, as neurociências. Em alguns casos, novos campos de pesquisa, de caráter interdisciplinar, se constituem para estudar e encontrar respostas para problemas complexos do mundo contemporâneo, como as questões ambientais, a violência, a juventude urbana, o envelhecimento etc. A tendência à interdisciplinaridade é produto, portanto, de um duplo movimento: do próprio desenvolvimento científico e das demandas sociais, econômicas, políticas e culturais do presente.

Ao longo do século XX, a história, como disciplina acadêmica, ampliou sistematicamente o diálogo com vários campos do saber, como a geografia, a antropologia, a sociologia, a ciência política, a linguística, a psicanálise, entre outros; incorporou métodos estatísticos (nos estudos demográficos e econômicos, por exemplo) e estabeleceu o debate com as ciências naturais, ao eleger novos objetos de investigação, como a relação entre o ser humano e o ambiente. O estudo das sociedades ágrafas, de civilizações antigas ou desaparecidas também impulsionaram o trabalho interdisciplinar com a arqueologia.

O trabalho interdisciplinar pode ocorrer de várias formas, com graus mais ou menos intensos de interação entre as disciplinas envolvidas. É relativamente comum um único tema ser pesquisado por várias disciplinas, de maneira independente, no mesmo nível hierárquico e sem que haja interação de fato entre os diferentes domínios do conhecimento. Nesse caso podemos identificar a multidisciplinaridade. A interdisciplinaridade, por sua vez, propõe interações mais efetivas: além de temas e/ou problemas comuns, grupos de disciplinas conexas se organizam, com finalidades e eixos de trabalho coordenados e compartilhados por todos. É importante lembrar também que o trabalho interdisciplinar não dissolve as identidades das diferentes disciplinas, pelo contrário, reforça cada uma delas ao ampliar seus respectivos horizontes de pesquisa, incorporar novas metodologias e propor novos temas e problemas a serem abordados.

No ambiente escolar, o trabalho interdisciplinar deve ter um tema gerador inicial e objetivos comuns, permitindo ao aluno compreender que, embora inclua duas ou várias disciplinas, a finalidade desse tipo de atividade converge para a construção do conhecimento de forma integrada.

Uma das maneiras de realizar esse trabalho é por meio de projetos. Em uma perspectiva mais ampla, projetos interdisciplinares demandam diálogo entre professores de diferentes áreas, organização de cronograma e espaço. O planejamento das atividades deve ser realizado em conjunto e articular as disciplinas em torno de temas interessantes à formação dos alunos, como desenvolvimento técnico e científico, uso consciente dos recursos naturais, saúde, cidadania, entre outros.

Nessa modalidade de trabalho pedagógico, o ponto de partida é sempre um problema – analisado em suas diferentes faces –, e pressupõe que professores e alunos assumam uma postura de investigação, em busca de respostas, encaminhamentos ou possibilidades de soluções. As descobertas feitas durante o desenvolvimento das atividades devem ser registradas, discutidas e compartilhadas, por exemplo, por meio de um texto, um cartaz, uma apresentação oral, ou mesmo uma proposta de ação junto à comunidade (montagem de uma exposição aberta ao público, participação em um debate, realização de campanhas de interesse da comunidade etc.). Esses elementos podem ser utilizados no processo de avaliação.

No entanto, é preciso ter em mente que o desenvolvimento de projetos interdisciplinares implica um processo contínuo de monitoramento e de avaliação, que não deve restringir-se, exclusivamente, ao resultado final apresentado pelos alunos. Por se tratar de uma obra em aberto, seus rumos podem (e devem) ser redefinidos ao longo do processo.

ADIVALDO NOBRE/ASCOM SEDUC PARA



Estudantes de Belém (PA) participam de atividades em homenagem ao 400º aniversário da capital paraense. Foto de janeiro de 2016. Os projetos interdisciplinares contribuem para a formação cidadã dos alunos.

## 8. A concepção da obra

Entendemos que é papel do ensino de história e de toda prática educativa contribuir para a formação de pessoas conscientes dos problemas sociais do seu tempo e das mudanças necessárias para superá-los, comprometidas com os princípios da tolerância, da democracia, da paz e da solidariedade. Não basta preparar o aluno para ser um excelente leitor, formulador de hipóteses, observador e capaz de produzir textos bem articulados e persuasivos. É preciso, ao mesmo tempo, formar indivíduos que repudiem a indiferença e os preconceitos, que questionem o consumismo e o individualismo, que expressem sua afetividade, desenvolvam a sensibilidade e se sintam responsáveis por construir uma sociedade mais justa e humanizada.

Baseando-se em uma pedagogia não diretiva, esta obra pretende oferecer as referências fundamentais para que o professor possa abordar a história em distintas dimensões. O livro não direciona o olhar, não fornece uma narrativa ou interpretação única do processo histórico, mas se apresenta como um texto aberto, contendo múltiplas referências e sugestões de trabalho e deixando o professor livre para explorá-las com seus alunos na sala de aula.

O professor poderá utilizar a obra de diferentes formas, aprofundando certos assuntos mais que outros, associando diferentes processos históricos simultâneos ou sucessivos, fazendo interconexões entre épocas e lugares diferentes, enfim, explorando as fontes fornecidas pelo texto, segundo os objetivos e a proposta pedagógica de cada escola.

O objetivo desta obra não é esgotar os assuntos tratados, mas fornecer subsídios de qualidade para que o professor possa planejar a aula, selecionando os conteúdos e combinando-os com outros materiais, como livros de apoio didático, textos de jornais e revistas, músicas, narrativas ficcionais e poemas, depoimentos, *blogs*, *sites* e os conhecimentos trazidos pelos próprios alunos para a sala de aula.

## 9. A estrutura da obra

A seguir, serão apresentadas as principais seções da obra, que foram planejadas para a articulação de materiais de diferentes linguagens que problematizam e ampliam os temas estudados.

### ◆ Páginas de abertura de capítulo

Diferentes gêneros textuais e iconográficos introduzem o tema do capítulo, apresentando-o numa perspectiva atual. A conexão entre passado e presente, essencial para o estudo significativo da história, é completada com as questões da seção “Conversando sobre”. Recomendamos que essas questões sejam respondidas oralmente para que os alunos compartilhem seus conhecimentos sobre os temas que serão abordados no capítulo, motivando-os ao estudo.



### ◆ Você vai gostar de ler/assistir/navegar

Os boxes apresentam sugestões de livros, filmes ou *sites* da internet, que podem ampliar o estudo dos temas tratados nos capítulos.

O trabalho com as leituras sugeridas deve ser direcionado pelo professor. É importante solicitar a atenção dos alunos para questões relevantes relacionadas ao texto: quem o escreveu e em qual contexto. O professor pode trabalhar com trechos selecionados; para isso, sugerimos reservar alguns minutos da aula para fazer uma introdução do texto e orientar os alunos para a leitura (que pode ser realizada fora do horário de aula). A conclusão da atividade pode ser a elaboração de uma redação com as impressões e/ou conclusões dos alunos, ou uma discussão em classe.

Nas atividades com filmes, sugerimos ao professor assistir à obra selecionada antes de exibi-la, para avaliar sua adequação à realidade dos alunos ou, se for o caso, para selecionar os trechos mais apropriados ao exercício que propôs desenvolver. Sugerimos também seguir as orientações para análise de um filme, apresentada na seção “Técnicas de trabalho”.

Além disso, é importante estabelecer uma demarcação prévia entre o que é conhecimento histórico e o que é ficção para não correr o risco de confundir história com arte. O cinema é uma interpretação livre do passado, sem compromisso com a objetividade e a documentação, ao contrário da ciência histórica, que não pode furtar-se do compromisso com a objetividade e os registros do passado. Nesse sentido, a obra cinematográfica nos diz mais sobre a época em que foi feita do que sobre o fato histórico que inspirou o enredo.

O trabalho com *sites*, por sua vez, deve ser adequado à realidade da infraestrutura escolar e da classe. Sugerimos que o professor acesse o *site* antes da atividade com os alunos para conhecer as possibilidades de trabalho. É recomendado um roteiro de navegação com a seleção de alguns *links* do *site* para direcionar a atividade, mas sem impedir a iniciativa dos alunos em descobrir outras possibilidades de navegação. Assim como no trabalho com outras fontes, é preciso investigar a origem e os objetivos do *site*. O roteiro pode ser entregue para navegação individual fora da classe, ou, se a infraestrutura escolar permitir, pode-se reservar um período para a navegação em grupo no período da aula. A atividade pode ser concluída com a elaboração de respostas para as questões propostas nos roteiros, a realização de um debate em classe ou a elaboração de uma redação sobre as descobertas feitas.



### ◆ Boxes complementares

Quadros com informações que ampliam o tema de estudo. Alguns desses quadros são comentados nas orientações específicas deste Suplemento para garantir sua articulação com o texto principal.

### ◆ Aprenda mais

Infográficos que organizam dados relativos a algum tema importante do capítulo com o intuito de facilitar o entendimento e desenvolver a habilidade de leitura de informações expostas em diferentes linguagens (textuais, iconográficas, estatísticas etc.).



### ◆ Trabalhando com fontes

A seção propõe a análise de um documento histórico relacionado ao assunto estudado no capítulo, promovendo a experimentação de uma prática essencial para a pesquisa histórica. As atividades que acompanham o documento são apresentadas em nível progressivo de dificuldade para que ao final a análise seja efetiva. Nas orientações específicas deste Suplemento há comentários adicionais para o estudo da fonte. Ao longo do livro são apresentados diferentes tipos de documentos textuais e iconográficos.

### ◆ Texto complementar

Nesta edição, a seção foi renovada com a seleção de novas leituras, caracterizadas pela diversidade de gêneros textuais, que exploram temas organizados em três grandes grupos: Trabalho, tecnologia e cultura; Cidadania e poder; Identidade e diversidade. Esses temas permitem a ampliação significativa do conhecimento sobre algum assunto estudado no capítulo, estimulando o debate e a habilidade de argumentação.



### ◆ Atividades

Nesta seção, uma variedade de questões possibilita aprofundar os conceitos de cada capítulo, discutir a dinâmica da produção histórica, compreender a relação entre o passado e o presente, como os indivíduos do passado enxergavam o próprio tempo e como outras pessoas, que viveram em épocas posteriores, interpretaram os registros do passado etc. Seu objetivo é o desenvolvimento de habilidades cognitivas próprias da disciplina e da prática educativa, em especial a identificação, a observação, a comparação, a interpretação, a argumentação e a produção de textos.

As atividades são divididas em três etapas. Na primeira delas, “Explorando o conhecimento”, as questões propostas têm como finalidade a retomada e sistematização dos conteúdos estudados. Na etapa seguinte, “Pensando criticamente”, apresentamos propostas em formatos variados que visam à ampliação das reflexões sobre os temas estudados propondo comparações, interpretações, elaborações e argumentações. Ao final das atividades, as questões da seção “Investigando/Debatendo” apresentam propostas de pesquisa e/ou debate que permitem relacionar o passado e o presente, estimulando o aluno a conhecer e a se posicionar diante de questões relevantes para a sociedade contemporânea.

### ◆ Decifrando o Enem

Resolução detalhada de uma questão do Enem relacionada a algum tema do capítulo estudado. No decorrer dos três anos do ensino médio, a seção visa à familiarização dos alunos com o exame, para diminuição da ansiedade no dia da prova, além de, principalmente, reforçar o trabalho necessário para que o aluno desenvolva habilidades como a capacidade de estabelecer comparações, relacionar conteúdos de diferentes disciplinas e de deduzir, por exclusão, a resposta correta.



### ◆ Questões do Enem e de vestibulares

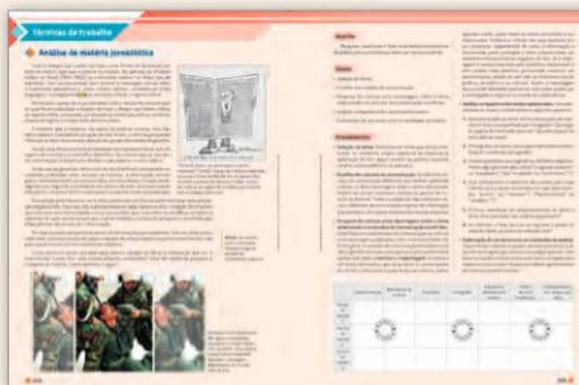
O ensino médio não pode ficar refém de um modelo educacional voltado para os vestibulares, mas também não pode esquivar-se dessa tarefa. Criar condições para que todos os alunos ingressem em boas universidades e possam servir-se dos recursos públicos destinados ao ensino superior, qualificando-se para exercer a vida social e profissional, é parte da tarefa de democratizar a sociedade brasileira.

Diante dessa realidade e da importância de ampliar ao máximo o acesso à educação superior, selecionamos questões de diferentes universidades do país e das provas do Enem, procurando contemplar os conteúdos essenciais de cada capítulo e atender aos objetivos estabelecidos para a disciplina, tanto os que envolvem questões conceituais quanto aqueles que remetem à tarefa de preparar para a prática da cidadania.

As questões objetivas podem ser respondidas oralmente ou por escrito, conforme critério estabelecido pelo professor. Quanto às questões discursivas, elas podem ser trabalhadas individualmente ou em dupla, ou ainda servir de material de trabalho em grupo.

### ◆ Técnicas de trabalho

Esta seção, localizada no final do livro, tem como objetivo orientar os alunos na execução de atividades práticas necessárias à vida escolar, como análise de matérias jornalísticas, realização de pesquisas e elaboração de dissertações. Sugerimos que as orientações sejam apresentadas na primeira ocorrência de atividades que demandem estas técnicas e retomadas sempre que necessário.



## 10. Bibliografia consultada

- ABREU, Marta; SOIHET, Rachel (Orgs.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- ABUD, Kátia. Conhecimento histórico e ensino de história: a produção de conhecimento escolar. In: *Encontro Regional de História: sujeitos na história; práticas e representações*. São Paulo: Edusc, 2001.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BARBOSA, Alexandre F. (Coord.). *Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação nas escolas brasileiras – TIC educação 2014*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2015. Disponível em <[http://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC\\_Educacao\\_2014\\_livro\\_eletronico.pdf](http://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_Educacao_2014_livro_eletronico.pdf)>. Acesso em 16 fev. 2016.
- BITTENCOURT, Circe (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Ensino Médio: Bases Legais. Brasília: MEC, 1999.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Ensino Médio: Ciências humanas e suas tecnologias. Brasília: MEC, 1999.
- BUARQUE, Cristovam. Formação e invenção do professor no século XXI. In: LITTO, Fred; FORMIGA, Marcos. *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson, 2012. v. 2.
- BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.
- CASTELLS, Manuel. *Era da informação: a sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- DRUCKER, Peter. *A sociedade pós-capitalista*. Lisboa: Actual, 2003.
- FONSECA, Thais N. L. *História e ensino de história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. (Coleção História & reflexões)
- HARASIM, Linda e outros. *Redes de aprendizagem: um guia para o ensino e a aprendizagem on-line*. São Paulo: Senac, 2005.
- HEIDE, Ann; STILBORNE, Linda. *Guia do professor para a internet*. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- KARNAL, Leandro (Org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2004.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.
- MACHADO, Nilson José. *Educação: projetos e valores*. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.
- MARTINS, Jorge Santos. *O trabalho com projetos de pesquisa: do ensino fundamental ao ensino médio*. Campinas: Papyrus, 2000.
- MARTINS, Maria do Carmo. Currículo e formação de professores de história: uma alegoria. *Educação em Revista*. Dossiê – O campo do currículo hoje: debates em cena. Belo Horizonte, n. 45, jun. 2007.
- MAZZOCO, Bruno. Um guia para escolher bem. *Revista Nova Escola*. São Paulo, n. 280, mar. 2015.
- MORIN, Edgar. *Educação e complexidade, os sete saberes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 23.
- NAPOLITANO, Marcos. *Como usar o cinema na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2003.
- OLIVEIRA, Cecília Lages. *Significado e contribuições da afetividade no contexto da metodologia de projetos na educação básica*. Belo Horizonte, 2006. Dissertação de mestrado em Educação Tecnológica. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG).
- ONG, Walter. *Oralidade e cultura escrita*. Campinas: Papyrus, 1998.
- PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- POMBO, Olga. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. *Liinc em Revista*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, mar. 2005. Disponível em <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/186/103>>. Acesso em 17 fev. 2016.
- PRENSKY, Marc. *Teaching digital natives*. Thousand Oaks: Sage Press, 2010.
- RIBEIRO, Otacílio J. Educação e novas tecnologias: um olhar para além da técnica. In: COSCARELLI, Carla; RIBEIRO, Ana Elisa (Orgs.). *Letramento digital: aspectos e possibilidades pedagógicas*. Belo Horizonte: Autêntica/Ceale, 2011. (Coleção Linguagem e educação)
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. *Ensinar história*. São Paulo: Scipione, 2004. (Coleção Pensamento e ação no magistério)
- SILVA, Marcos; FONSECA, Selva Guimarães. *Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido*. Campinas: Papyrus, 2007. (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico)
- TELES, Lucio. A aprendizagem por e-learning. In: LITTO, Fred; FORMIGA, Marcos. *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson, 2009, v. 1.
- THIESEN, Juarez da Silva. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, v. 13, n.39, set.-dez. 2008. Disponível em <[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782008000300010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782008000300010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 17 fev. 2016.
- UNIÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS (UIT); UNESCO. *The state of broadband 2015*. Suíça, 2015. Disponível em <[www.broadbandcommission.org/Documents/reports/bb-annualreport2015.pdf](http://www.broadbandcommission.org/Documents/reports/bb-annualreport2015.pdf)>. Acesso em 17 fev. 2016.
- VARGAS LLOSA, Mario. A internet e o déficit de atenção. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 14 ago. 2011. Disponível em <<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,a-internet-e-o-deficit-de-atencao-imp-,758234>>. Acesso em 16 fev. 2016.

# Orientações específicas para o livro 2

## Grade de conteúdos do livro 2

As diretrizes definidas para o ensino médio (parecer CNE/CEB n. 5/2011) reforçam que as propostas pedagógicas para esta etapa da educação devem estar orientadas pelas matrizes de competências do Enem, estabelecidas em 2009. Entende-se por competência a capacidade do indivíduo em articular os conhecimentos adquiridos com as habilidades desenvolvidas para enfrentar situações-problemas e refletir sobre as principais questões da atualidade.

As competências e habilidades requisitadas pelo Enem estão organizadas em cinco eixos cognitivos, válidos para todas as áreas do conhecimento (I. Dominar linguagens; II. Compreender fenômenos; III. Enfrentar situações-problema; IV. Construir argumentação; V. Elaborar propostas), e 30 habilidades específicas para a área de Ciências Humanas e suas Tecnologias, apresentadas a seguir.

<b>MATRIZ DE REFERÊNCIA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS</b>
<b>Competência de área 1 • Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.</b>
<b>H1</b> - Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura.
<b>H2</b> - Analisar a produção da memória pelas sociedades humanas.
<b>H3</b> - Associar as manifestações culturais do presente aos seus processos históricos.
<b>H4</b> - Comparar pontos de vista expressos em diferentes fontes sobre determinado aspecto da cultura.
<b>H5</b> - Identificar as manifestações ou representações da diversidade do patrimônio cultural e artístico em diferentes sociedades.
<b>Competência de área 2 • Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.</b>
<b>H6</b> - Interpretar diferentes representações gráficas e cartográficas dos espaços geográficos.
<b>H7</b> - Identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações.
<b>H8</b> - Analisar a ação dos estados nacionais no que se refere à dinâmica dos fluxos populacionais e no enfrentamento de problemas de ordem econômico-social.
<b>H9</b> - Comparar o significado histórico-geográfico das organizações políticas e socioeconômicas em escala local, regional ou mundial.
<b>H10</b> - Reconhecer a dinâmica da organização dos movimentos sociais e a importância da participação da coletividade na transformação da realidade histórico-geográfica.
<b>Competência de área 3 • Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.</b>
<b>H11</b> - Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço.
<b>H12</b> - Analisar o papel da justiça como instituição na organização das sociedades.
<b>H13</b> - Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.
<b>H14</b> - Comparar diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre situação ou fatos de natureza histórico-geográfica acerca das instituições sociais, políticas e econômicas.
<b>H15</b> - Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da história.
<b>Competência de área 4 • Entender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.</b>
<b>H16</b> - Identificar registros sobre o papel das técnicas e tecnologias na organização do trabalho e/ou da vida social.
<b>H17</b> - Analisar fatores que explicam o impacto das novas tecnologias no processo de territorialização da produção.
<b>H18</b> - Analisar diferentes processos de produção ou circulação de riquezas e suas implicações socioespaciais.
<b>H19</b> - Reconhecer as transformações técnicas e tecnológicas que determinam as várias formas de uso e apropriação dos espaços rural e urbano.
<b>H20</b> - Selecionar argumentos favoráveis ou contrários às modificações impostas pelas novas tecnologias à vida social e ao mundo do trabalho.

**Competência de área 5 • Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.**

**H21** - Identificar o papel dos meios de comunicação na construção da vida social.

**H22** - Analisar as lutas sociais e conquistas obtidas no que se refere às mudanças nas legislações ou nas políticas públicas.

**H23** - Analisar a importância dos valores éticos na estruturação política das sociedades.

**H24** - Relacionar cidadania e democracia na organização das sociedades.

**H25** - Identificar estratégias que promovam formas de inclusão social.

**Competência de área 6 • Compreender a sociedade e a natureza, reconhecendo suas interações no espaço em diferentes contextos históricos e geográficos.**

**H26** - Identificar em fontes diversas o processo de ocupação dos meios físicos e as relações da vida humana com a paisagem.

**H27** - Analisar de maneira crítica as interações da sociedade com o meio físico, levando em consideração aspectos históricos e(ou) geográficos.

**H28** - Relacionar o uso das tecnologias com os impactos socioambientais em diferentes contextos histórico-geográficos.

**H29** - Reconhecer a função dos recursos naturais na produção do espaço geográfico, relacionando-os com as mudanças provocadas pelas ações humanas.

**H30** - Avaliar as relações entre preservação e degradação da vida no planeta nas diferentes escalas.

A grade a seguir apresenta os conteúdos e os objetivos de cada capítulo deste livro, apontando as habilidades trabalhadas em cada um deles. Seu objetivo é auxiliar os professores na programação de suas aulas, pois além dos desafios do magistério no ensino médio, eles têm a tarefa, nem sempre fácil, de conciliar as propostas curriculares estaduais com o material fornecido pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

**Capítulo 1 • Povos pré-colombianos e a colonização da América por espanhóis e ingleses**

CONTEÚDO	OBJETIVOS	HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Abertura: Veias que continuam abertas...</li> <li>• Civilizações agrícolas na Mesoamérica e nos Andes.</li> <li>• Conquista da América e colonização espanhola.</li> <li>• Ingleses na América.</li> <li>• Texto complementar: Exploração X Povoamento.</li> <li>• Atividades.</li> <li>• Decifrando o Enem.</li> <li>• Questões do Enem e de vestibulares.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentar as principais características das grandes civilizações agrícolas pré-colombianas.</li> <li>• Analisar o processo de trocas culturais e de exploração econômica que vigorou na relação entre europeus e indígenas na América hispânica.</li> <li>• Discutir o processo de conquista e sua institucionalização, enfocando as atividades econômicas, as relações de trabalho e a estrutura social na América espanhola.</li> <li>• Identificar a presença indígena na composição étnica dos países latino-americanos na atualidade e a permanência de elementos de sua cultura ao longo da história colonial.</li> <li>• Conhecer a formação e o processo de ocupação da América inglesa, distinguindo as características das colônias do norte, do centro e do sul.</li> <li>• Reconhecer o papel do “comércio triangular” no desenvolvimento das colônias do norte e do centro da América inglesa.</li> <li>• Conhecer a organização administrativa das Treze Colônias.</li> <li>• Analisar as relações estabelecidas entre colonizadores e indígenas e entre colonizadores e africanos escravizados na América inglesa.</li> </ul>	<p>H1, H2, H3, H4, H5, H7, H8, H9, H11, H15, H16, H18, H19, H23, H24, H26, H27.</p>

## Capítulo 2 • A colonização portuguesa na América

CONTEÚDO	OBJETIVOS	HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Abertura: O que é Terra Indígena?</li> <li>• Antes dos portugueses: os povos Tupi.</li> <li>• Aprenda mais: Caminhos indígenas.</li> <li>• Os portugueses na América.</li> <li>• Trabalhando com fontes: Hans Staden e os conflitos entre indígenas e europeus em Pernambuco.</li> <li>• Os jesuítas na América portuguesa.</li> <li>• A Inquisição.</li> <li>• Atividades.</li> <li>• Decifrando o Enem.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconhecer o conceito de Terra Indígena e sua importância para a preservação do modo de vida dos índios brasileiros.</li> <li>• Caracterizar em linhas gerais a organização social dos povos Tupi, compreendendo criticamente aspectos de sua cultura, como a guerra e os rituais antropofágicos.</li> <li>• Avaliar as diferentes interações e conflitos que ocorreram entre os povos indígenas e os colonizadores portugueses, do escambo do pau-brasil ao trabalho compulsório.</li> <li>• Relacionar a estrutura e as estratégias administrativas implantadas na América portuguesa com a política colonial definida pelas linhas estruturais do capitalismo mercantil.</li> <li>• Compreender o funcionamento do sistema de capitanias hereditárias para o processo de colonização do Brasil.</li> <li>• Identificar as bases da administração do Estado português na América a partir da implantação e da estrutura das Câmaras Municipais, caracterizando suas funções e composição.</li> <li>• Compreender o papel das ordens religiosas, em especial dos jesuítas, na colonização portuguesa e seus conflitos com a Coroa portuguesa e com os colonos.</li> <li>• Discutir a atuação do Tribunal do Santo Ofício na América portuguesa.</li> </ul>	<p>H1, H2, H6, H7, H8, H9, H11, H15, H18, H22, H23, H27, H30.</p>

## Capítulo 3 • A economia na América portuguesa e o Brasil holandês

CONTEÚDO	OBJETIVOS	HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Abertura: A realidade para além dos números.</li> <li>• O doce sabor da riqueza.</li> <li>• União Ibérica.</li> <li>• Holandeses invadem o Brasil.</li> <li>• Insurreição Pernambucana.</li> <li>• Escravidão: um negócio lucrativo.</li> <li>• As várias faces da família colonial.</li> <li>• Texto complementar: As transformações provocadas pelo açúcar.</li> <li>• Atividades.</li> <li>• Decifrando o Enem.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Caracterizar a agromanufatura do açúcar na época colonial e situá-la no contexto geral da colonização portuguesa na América.</li> <li>• Analisar a sociedade que se formou a partir da economia açucareira, especialmente no Nordeste.</li> <li>• Explicar o desenvolvimento de atividades econômicas à margem do sistema de <i>plantation</i>, como a pecuária e a extração de drogas do sertão.</li> <li>• Identificar os fatores que levaram à integração do território brasileiro durante o período colonial.</li> <li>• Analisar as invasões holandesas no Nordeste, no contexto da economia mundial da época.</li> <li>• Interpretar a produção artística europeia do século XVII, que teve como tema o Nordeste colonial.</li> <li>• Identificar as motivações da Insurreição Pernambucana e suas implicações em escala local e regional.</li> <li>• Analisar a opção dos colonizadores pelo trabalho do escravo africano, destacando o papel do tráfico transatlântico de escravos.</li> <li>• Identificar as formas de resistência à escravidão, em particular a formação de quilombos e suas implicações na dinâmica da sociedade escravista.</li> <li>• Discutir as formas de organização familiar constituídas no Brasil colonial.</li> <li>• Reconhecer as comunidades remanescentes de quilombo na atualidade.</li> </ul>	<p>H1, H2, H3, H5, H6, H7, H8, H9, H10, H11, H13, H15, H18, H24, H25, H27.</p>

### Capítulo 4 • A mineração no Brasil colonial

CONTEÚDO	OBJETIVOS	HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Abertura: Os impactos ambientais da mineração.</li> <li>• Atrás de uma bandeira.</li> <li>• Caminhos do ouro.</li> <li>• Exploração de diamantes.</li> <li>• Trabalhando com fontes: Modo de minerar diamantes.</li> <li>• A sociedade mineira.</li> <li>• Religiosidade popular na colônia.</li> <li>• Vassalos rebeldes.</li> <li>• Rio de Janeiro, capital do Brasil.</li> <li>• Atividades.</li> <li>• Decifrando o Enem.</li> <li>• Questões do Enem e de vestibulares.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Refletir sobre os impactos da atividade mineradora, no passado e no presente, no âmbito social e ambiental.</li> <li>• Entender o movimento que levou à descoberta de metais preciosos no interior da colônia e suas implicações sociais, políticas e econômicas.</li> <li>• Caracterizar a formação de arraiais, vilas e cidades no interior da colônia, no contexto da economia mineradora.</li> <li>• Identificar as técnicas de exploração do ouro e dos diamantes e o trabalho dos escravos africanos na mineração colonial.</li> <li>• Compreender as mudanças político-administrativas e os mecanismos de controle e tributação impostos pela metrópole na região das Minas Gerais.</li> <li>• Avaliar o papel da economia mineradora na articulação de diferentes regiões da colônia e na formação de um mercado interno.</li> <li>• Identificar os grupos sociais que compunham a sociedade mineradora.</li> <li>• Reconhecer a formação de uma cultura afro-brasileira a partir da experiência dos africanos na colônia, em contato com portugueses e indígenas.</li> <li>• Refletir sobre as manifestações religiosas na América portuguesa, valorizando o sincretismo cultural.</li> <li>• Caracterizar o barroco mineiro e relacioná-lo à religiosidade na sociedade mineradora.</li> <li>• Explicar as revoltas coloniais ocorridas nos séculos XVII e XVIII no Brasil.</li> <li>• Relacionar as transformações promovidas pela atividade mineradora à transferência da capital do Brasil para a cidade do Rio de Janeiro.</li> </ul>	<p>H1, H2, H3, H5, H6, H7, H8, H9, H10, H11, H13, H15, H16, H17, H18, H19, H22, H26, H27, H28, H29, H30.</p>

### Capítulo 5 • O iluminismo

CONTEÚDO	OBJETIVOS	HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Abertura: A ciência a favor da natureza.</li> <li>• Origens do iluminismo.</li> <li>• Mentalidade iluminista.</li> <li>• Economia liberal.</li> <li>• O despotismo esclarecido.</li> <li>• O iluminismo e as descobertas científicas.</li> <li>• Texto complementar: A liberdade de expressar publicamente as ideias.</li> <li>• Atividades.</li> <li>• Decifrando o Enem.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Explicar as origens e as principais características do pensamento iluminista e perceber de que maneira ele influenciou as modificações em relação ao modelo de Estado e também a visão de mundo do Antigo Regime.</li> <li>• Reconhecer a contribuição da Revolução Científica do século XVII para a mentalidade iluminista.</li> <li>• Apresentar e comparar as ideias defendidas por diferentes pensadores iluministas em relação à organização política e social europeia.</li> <li>• Identificar, na organização dos Estados contemporâneos, a influência da teoria da divisão dos poderes de Montesquieu.</li> <li>• Analisar em linhas gerais as teorias econômicas liberais fundamentais para a compreensão do liberalismo como ideologia de oposição ao Antigo Regime.</li> <li>• Conceituar o despotismo esclarecido percebendo-o como uma estratégia adotada por algumas monarquias absolutistas para a manutenção de seu <i>status quo</i>.</li> <li>• Reconhecer as conexões entre a razão iluminista e as descobertas científicas do século XVIII.</li> <li>• Identificar e valorizar o princípio da liberdade de expressão como um legado do iluminismo.</li> </ul>	<p>H2, H7, H11, H12, H14, H15, H16, H21, H23, H24, H28, H30.</p>

## Capítulo 6 • Das Revoluções Inglesas à Revolução Industrial

CONTEÚDO	OBJETIVOS	HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Abertura: Poluição e desenvolvimento industrial.</li> <li>• Inglaterra: de potência marítima ao pioneirismo industrial.</li> <li>• Revolução Puritana.</li> <li>• Revolução Gloriosa.</li> <li>• Pioneirismo britânico na industrialização.</li> <li>• Trabalho na era industrial.</li> <li>• Organização dos trabalhadores.</li> <li>• Trabalhando com fontes: A vida do trabalhador industrial na Grã-Bretanha do século XIX.</li> <li>• Atividades.</li> <li>• Decifrando o Enem.</li> <li>• Questões do Enem e de vestibulares.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreender as Revoluções Inglesas ocorridas no século XVII e suas consequências.</li> <li>• Conhecer as transformações políticas que levaram a burguesia a dominar o Parlamento na Inglaterra.</li> <li>• Analisar os fatores que possibilitaram a industrialização britânica, as modificações nas relações de trabalho e suas consequências no espaço urbano, características disseminadas com a formação de um mercado mundial.</li> <li>• Compreender a dinâmica do trabalho nas fábricas britânicas no início do século XIX, as lutas das classes trabalhadoras e suas formas de organização.</li> <li>• Contextualizar e interpretar fontes históricas e historiográficas que tratam das relações de trabalho produzidas pela grande indústria.</li> <li>• Estabelecer diálogos entre o passado e o presente, relacionando problemas sociais e ambientais existentes na época da Revolução Industrial e na atualidade.</li> </ul>	<p>H2, H7, H8, H9, H10, H11, H13, H15, H16, H17, H18, H19, H22, H23, H26, H27, H28, H30.</p>

## Capítulo 7 • A Revolução Francesa e o Império Napoleônico

CONTEÚDO	OBJETIVOS	HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Abertura: Democracia à prova.</li> <li>• A atualidade da Revolução Francesa.</li> <li>• A sociedade francesa no Antigo Regime.</li> <li>• A explosão da crise.</li> <li>• A queda da Bastilha e o início da revolução.</li> <li>• Era Napoleônica.</li> <li>• Congresso de Viena.</li> <li>• Texto complementar: Liberdade de expressão, imprensa e cidadania.</li> <li>• Atividades.</li> <li>• Decifrando o Enem.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Caracterizar o Antigo Regime na França e identificar os fatores de sua crise.</li> <li>• Conhecer as diferentes fases da Revolução Francesa e analisar as disputas políticas e as principais mudanças ocorridas em cada uma delas.</li> <li>• Perceber a importância histórica da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1791, e discutir seus limites no contexto em que foi produzida.</li> <li>• Identificar a Era Napoleônica como um período de consolidação das conquistas burguesas.</li> <li>• Analisar o panorama das relações internacionais europeias durante o governo de Napoleão Bonaparte e após o Congresso de Viena.</li> <li>• Reconhecer a permanência dos princípios iluministas, consagrados pela Revolução Francesa, nos valores sociais e na estruturação dos Estados contemporâneos.</li> </ul>	<p>H6, H7, H9, H10, H11, H13, H15, H21, H22, H23, H24, H25.</p>

## Capítulo 8 • As lutas de independência na América

CONTEÚDO	OBJETIVOS	HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Abertura: Os sentidos da liberdade nas lutas de independência.</li> <li>• As lutas nas Treze Colônias.</li> <li>• Trabalhando com fontes: A Declaração de independência dos Estados Unidos da América.</li> <li>• Independência e revolução no Haiti.</li> <li>• Independência da América espanhola.</li> <li>• Atividades.</li> <li>• Decifrando o Enem.</li> <li>• Questões do Enem e de vestibulares.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Situar o processo de “descolonização” da América no contexto das transformações que ocorriam na Europa no final do século XVIII e início do século XIX.</li> <li>• Refletir sobre o significado da independência para os diferentes grupos sociais das colônias inglesas e espanholas na América.</li> <li>• Analisar os fatores que levaram à ruptura entre as Treze Colônias e sua metrópole.</li> <li>• Identificar os principais valores presentes na Declaração de independência dos Estados Unidos, bem como sua influência no continente americano.</li> <li>• Conhecer os elementos que constituem o caráter específico da independência do Haiti no contexto dos movimentos de independência da América Latina.</li> <li>• Reconhecer o papel das mulheres nos movimentos emancipacionistas americanos.</li> <li>• Relacionar o início dos movimentos emancipacionistas na América espanhola às guerras napoleônicas na Europa.</li> <li>• Reconhecer a independência da América espanhola como expressão do choque de interesses entre as elites <i>criollas</i> e as regras do sistema colonial.</li> <li>• Identificar as estruturas sociais e políticas das novas nações que surgiram na América espanhola após a independência.</li> </ul>	<p>H1, H2, H3, H7, H8, H9, H10, H13, H15, H18, H23, H24, H25, H27.</p>

## Capítulo 9 • A independência do Brasil e o Primeiro Reinado

CONTEÚDO	OBJETIVOS	HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Abertura: Memória e independência</li> <li>• Portugal no contexto internacional do século XVIII.</li> <li>• Conjuração Mineira.</li> <li>• Conjuração Baiana.</li> <li>• Bastidores da independência.</li> <li>• Insurreição Pernambucana.</li> <li>• Revolução Liberal do Porto.</li> <li>• A independência do Brasil.</li> <li>• O Primeiro Reinado.</li> <li>• Texto complementar: Debret e as imagens sobre a escravidão.</li> <li>• Atividades.</li> <li>• Decifrando o Enem.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentar as reformas promovidas pelo Marquês de Pombal e analisar seus impactos no mundo colonial.</li> <li>• Caracterizar a Conjuração Mineira e a Conjuração Baiana, analisando os motivos que levaram a esses levantes, seus objetivos e composição social e estabelecer diferenças e semelhanças entre eles.</li> <li>• Relacionar a transferência da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, ao contexto histórico europeu.</li> <li>• Conhecer as principais medidas econômicas implementadas após a chegada da família real e percebê-las como elementos de ruptura do pacto colonial.</li> <li>• Compreender as alterações urbanísticas, sociais e econômicas por que passou a cidade do Rio de Janeiro, na condição de sede do Império Português.</li> <li>• Examinar a Insurreição Pernambucana de 1817 à luz das contradições da sociedade colonial.</li> <li>• Identificar os impactos da Revolução do Porto na América portuguesa.</li> <li>• Caracterizar as diferenças de interesses das elites, traduzidas nas atuações do “Partido Português” e do “Partido Brasileiro”.</li> <li>• Analisar a configuração do Estado brasileiro com base na Constituição de 1824.</li> <li>• Perceber os conflitos entre os interesses enraizados no Rio de Janeiro e os projetos regionais que emergiram nas guerras de independência e na Confederação do Equador.</li> <li>• Reconhecer as limitações do liberalismo numa sociedade escravista como o Brasil monárquico.</li> <li>• Examinar os principais fatores que levaram à abdicação de D. Pedro I.</li> </ul>	<p>H1, H2, H7, H8, H9, H10, H11, H13, H15, H18, H21, H22, H23, H24, H25.</p>

## Capítulo 10 • A Europa do século XIX: revoluções liberais, nacionalismo e socialismo

CONTEÚDO	OBJETIVOS	HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Abertura: A construção da nação.</li> <li>• A Europa após o Congresso de Viena.</li> <li>• Liberalismo.</li> <li>• Onda revolucionária na Europa no século XIX.</li> <li>• Trabalhando com fontes: A liberdade guiando o povo.</li> <li>• Nacionalismos.</li> <li>• Ideias socialistas.</li> <li>• Luta feminina.</li> <li>• Ideias anarquistas.</li> <li>• Associação Internacional dos Trabalhadores.</li> <li>• Lutas operárias e sindicatos.</li> <li>• Comuna de Paris.</li> <li>• Atividades.</li> <li>• Decifrando o Enem.</li> <li>• Questões do Enem e de vestibulares.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Discutir o conceito de nação.</li> <li>• Compreender a configuração europeia ao final do período napoleônico e da realização do Congresso de Viena, em 1815.</li> <li>• Analisar as revoluções liberais e nacionalistas que ocorreram na Europa no século XIX.</li> <li>• Explicar as agitações sociais e políticas que ameaçaram a nova ordem burguesa na Europa, principalmente os movimentos da chamada Primavera dos Povos, em 1848.</li> <li>• Compreender os movimentos revolucionários de 1848 no contexto das lutas liberais, nacionalistas e populares do século XIX.</li> <li>• Identificar os processos de unificação da Itália e da Alemanha.</li> <li>• Compreender as teorias socialistas no contexto das mudanças sociais e econômicas produzidas pela industrialização.</li> <li>• Estabelecer as diferenças entre o socialismo utópico e o científico, esta última vertente encabeçada por Karl Marx e Friedrich Engels.</li> <li>• Analisar a luta das mulheres por igualdade de direitos.</li> <li>• Compreender os princípios do anarquismo.</li> <li>• Analisar a atuação dos sindicatos e das organizações de trabalhadores no contexto do século XIX.</li> </ul>	<p>H1, H2, H6, H7, H8, H9, H10, H11, H13, H14, H15, H16, H17, H18, H19, H21, H22, H23, H24, H25.</p>

## Capítulo 11 • Da Regência ao Segundo Reinado

CONTEÚDO	OBJETIVOS	HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Abertura: A tinta acima da cor.</li> <li>• Período regencial.</li> <li>• Revoltas regenciais.</li> <li>• Golpe da Maioridade.</li> <li>• Política no Segundo Reinado.</li> <li>• Sua majestade, o café.</li> <li>• Outras atividades econômicas.</li> <li>• Sociedade em transformação.</li> <li>• Guerra do Paraguai.</li> <li>• Aprenda mais: Batalhas no Paraguai.</li> <li>• Leis abolicionistas.</li> <li>• Proclamação da república.</li> <li>• Texto complementar: O 13 de maio às avessas.</li> <li>• Atividades.</li> <li>• Decifrando o Enem.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Discutir o preconceito racial no passado e no presente.</li> <li>• Analisar a composição social e os interesses dos três grupos políticos mais importantes durante o período regencial.</li> <li>• Perceber as numerosas revoltas separatistas como um aspecto da frágil unidade territorial do país e as dificuldades de construção da identidade nacional, projeto definido apenas pelo uso da força.</li> <li>• Explicar as especificidades da Revolta dos Malês.</li> <li>• Conhecer os motivos da antecipação da maioria de D. Pedro de Alcântara.</li> <li>• Caracterizar a estrutura política do Brasil durante o Segundo Reinado e compreender os mecanismos de conciliação política das elites brasileiras no período.</li> <li>• Analisar as transformações ocorridas na sociedade brasileira no longo Segundo Reinado.</li> <li>• Relacionar o fim do tráfico negreiro às pressões britânicas e explicar os efeitos da Lei Eusébio de Queiroz.</li> <li>• Identificar as transformações econômicas ocorridas no Sudeste do país com a expansão cafeeira.</li> <li>• Caracterizar as dificuldades da implementação da indústria brasileira no século XIX.</li> <li>• Examinar a Guerra do Paraguai e reconhecer as consequências do conflito para o Paraguai e para o Brasil.</li> <li>• Avaliar as leis abolicionistas e explicar os motivos que levaram ao fim da escravidão e as mudanças e permanências na vida da população negra após a abolição.</li> <li>• Explicar a passagem do regime monárquico para o republicano como reflexo das contradições internas da modernização brasileira.</li> </ul>	<p>H2, H6, H7, H8, H9, H10, H11, H13, H14, H15, H16, H17, H18, H19, H21, H22, H23, H24, H28.</p>

## Capítulo 12 • Os Estados Unidos e a América hispânica no pós-independência

CONTEÚDO	OBJETIVOS	HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Abertura: Influência latino-americana nos Estados Unidos.</li> <li>• Construção da nação norte-americana.</li> <li>• Trabalhando com fontes: Um registro fotográfico da expansão territorial dos Estados Unidos.</li> <li>• Estados Unidos e América Latina.</li> <li>• América hispânica pós-independência.</li> <li>• Atividades.</li> <li>• Decifrando o Enem.</li> <li>• Questões do Enem e de vestibulares.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Refletir sobre a influência cultural dos latino-americanos nos Estados Unidos atualmente.</li> <li>• Analisar os elementos de formação da nação norte-americana e sua relação com as políticas de Estado no processo de expansão territorial do país.</li> <li>• Explicar os desdobramentos da expansão territorial norte-americana para as populações indígenas.</li> <li>• Identificar os motivos que levaram à Guerra de Secessão e seus desdobramentos.</li> <li>• Compreender a situação da população negra nos Estados Unidos após a abolição da escravidão.</li> <li>• Examinar as políticas desenvolvidas pelos Estados Unidos em relação aos países da América Latina ao longo do século XIX e início do século XX.</li> <li>• Caracterizar a estrutura socioeconômica predominante nos países da América hispânica após a independência.</li> <li>• Analisar a posição dos novos Estados hispano-americanos na política econômica internacional.</li> <li>• Reconhecer a situação dos indígenas da América Latina após os processos de independência.</li> <li>• Compreender o processo de modernização na Argentina na passagem do século XIX para o século XX, e a situação do país no início do século XXI.</li> <li>• Analisar a complexidade de fatores políticos e sociais envolvidos na Revolução Mexicana.</li> </ul>	<p>H2, H3, H4, H6, H7, H8, H9, H10, H11, H13, H15, H22, H23, H24, H25, H26, H27.</p>

# Povos pré-colombianos e a colonização da América por espanhóis e ingleses



## Contextualizando

Neste capítulo abordamos as civilizações pré-colombianas da Mesoamérica e da região andina. Analisamos o processo da conquista espanhola e sua institucionalização na América, a implantação de um rígido sistema administrativo e o desenvolvimento de atividades econômicas com o objetivo de atender às demandas da metrópole. Destacamos a formação de sociedades mestiças (nas quais a presença indígena foi marcante) e as relações de trabalho que predominaram na América hispânica, bem como suas implicações para as populações nativas.

Discorreremos também sobre a colonização inglesa na América do Norte. São analisadas as principais características que distinguem a organização das colônias inglesas do norte, do centro e do sul. Ressaltamos o papel dos puritanos, o relacionamento entre indígenas e colonizadores e a presença da escravidão africana, nas colônias do sul. O objetivo central é problematizar o processo de colonização da América inglesa, permitindo estabelecer comparações com a colonização espanhola e portuguesa no continente.

Os conteúdos e as abordagens escolhidos para este capítulo favorecem o estabelecimento de relações entre o presente e o passado, permitindo trabalhar tanto o caráter da colonização em regiões diferentes da América como os efeitos desse processo na formação das sociedades contemporâneas.

## Veias que continuam abertas... 8

Os materiais apresentados nesta abertura buscam fomentar a reflexão sobre a trajetória histórica da América Latina. O clássico texto do escritor uruguaio Eduardo Galeano aborda a exploração da região, desde o período colonial até a contemporaneidade. A imagem, por outro lado, registra a resistência indígena contra os marcos da dominação espanhola e sua luta atual pela preservação e valorização de sua cultura.

Pode-se aproveitar a oportunidade para começar a conversar com os alunos sobre os impactos, para os indígenas, da chegada dos europeus ao continente

americano. Sugerimos comentar que, assim como os Mapuche do Chile, muitos outros povos indígenas da América reivindicam o direito à autodeterminação, à preservação de seus respectivos modos de vida, tradições e memórias na atualidade.

## Civilizações agrícolas na Mesoamérica e nos Andes 9

Nos territórios do atual México, na América Central e na região andina da América do Sul desenvolveram-se as chamadas grandes civilizações agrícolas. Destacamos os maias (página 9), astecas (página 10) e incas (página 11), mas é importante lembrar que eles foram precedidos por outros povos e culturas. Os olmecas, por exemplo, estabeleceram-se no Golfo do México por volta do século XII a.C. e foram um dos primeiros povos da Mesoamérica a desenvolver uma organização social complexa.

Pode-se orientar os alunos a identificar traços comuns entre maias, astecas e incas: o domínio de técnicas sofisticadas de agricultura, que garantiam a produção de excedentes e, conseqüentemente, a subsistência de uma grande população; a formação de cidades; a existência de uma sociedade estratificada; o desenvolvimento de um rico artesanato e de trocas comerciais; o domínio das técnicas de construção de grandes edificações em pedra, bem como da escrita, da matemática e da astronomia.

É importante destacar também que boa parte da população atual do México, da Bolívia, do Peru, do Equador, do Paraguai e de países da América Central, como a Guatemala, descende de povos pré-colombianos e mantém laços importantes com suas antigas culturas.

## Conquista da América e colonização espanhola 12

Na abordagem da conquista espanhola da América, procuramos enfatizar as diferenças regionais, as estratégias dos conquistadores e as diversas formas de interação

que se estabeleceram entre indígenas e europeus, fundamentais para a compreensão da colonização.

A conquista e a dominação de extensos territórios ocupados por astecas, maias e incas pelos espanhóis podem ser consideradas surpreendentes, se levarmos em conta a superioridade numérica dos ameríndios, sua organização política e militar, e as riquezas que tinham à disposição. No entanto, é importante lembrar que os espanhóis, além de contarem com o efeito causado pelas armas de fogo e pelo uso dos cavalos, souberam tirar proveito das rivalidades existentes entre os diferentes grupos indígenas (a disputa pela sucessão do governo no Império Inca é um bom exemplo).

A cooptação de membros das elites inca e asteca também foi fundamental para o domínio colonial espanhol e para a exploração da mão de obra indígena, como explica o texto a seguir, escrito pelo historiador Eduardo Natalino dos Santos.

### ***O papel das elites indígenas***

“Mesmo em México-Tenochtitlán, centro da administração colonial, os castelhanos nomearam governadores indígenas da linhagem de Montezuma após a morte de Cuauhtemoc, garantindo certa continuidade que visava à legitimidade das novas instituições e ordem política aos olhos da população local. Além disso, essa linhagem obteve uma série de privilégios da Coroa de Castela, alegando principalmente ter contribuído para a implantação do cristianismo e do governo castelhano.

Sendo assim, é importante que os historiadores voltem parte de sua atenção às particularidades identitárias, às instituições políticas e às explicações históricas dos povos mesoamericanos, pois somente desse modo é possível entender suas distintas atuações na construção do mundo colonial.

Em suma, não se trata de negar as atrocidades cometidas pelos castelhanos na conquista e colonização da Mesoamérica, e da América em geral, e muito menos de despolitizar a análise desse processo; mas, ao contrário, trata-se de tornar o modelo de análise mais complexo, incorporando os povos indígenas como grupos identitariamente distintos, com divisões e hierarquias sociais internas, com instituições próprias e como sujeitos de escolhas e alianças políticas. No lugar da simples oposição indígenas *versus* castelhanos, temos que pensar em oposições do tipo castelhanos e indígenas aliados *versus* indígenas inimigos, macehualtin (pessoas comuns) *versus* pipiltin (nobres ou

principais), religiosos *versus* conquistadores e *encomenderos* e em uma série de outros vetores e dissensões políticas que compunham a realidade colonial. Além de tudo, temos que pensar nessas diversas oposições como simultâneas e não excludentes.

Por fim, a ideia de que em 1521 ocorreu uma polarização entre castelhanos e indígenas e que a queda de México-Tenochtitlán resultou numa conquista total dos indígenas, após a qual os castelhanos simplesmente instalaram suas instituições na Nova Espanha, relaciona-se muito mais com uma construção ideológica do nacionalismo mexicano do século XIX do que com a realidade colonial.”

SANTOS, Eduardo Natalino dos. Conquista do México ou queda de México-Tenochtitlán? Guerras e alianças entre castelhanos e *altepeme* mesoamericanos na primeira metade do século XVI. In: *XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz*, Londrina, 2005. Disponível em <[http://200.144.182.130/cema/images/stories/Conquista\\_do\\_Mexico.pdf](http://200.144.182.130/cema/images/stories/Conquista_do_Mexico.pdf)>. Acesso em 16 mar. 2016.

Outro fator que deve ser levado em consideração para a derrota dos impérios pré-colombianos foi o efeito devastador das epidemias e doenças trazidas pelos europeus, que, somadas ao efeito das guerras de conquista, produziram um verdadeiro desastre demográfico nas Américas.

Vale lembrar que lutas sangrentas se estenderam por décadas, e, mesmo depois de instalado o governo colonial espanhol nas Américas, vários grupos indígenas continuaram resistindo aos invasores, como abordado nos boxes “Resistência maia” (página 14) e “Os povos ameríndios ao sul do Império Inca” (página 15).

#### **Outras histórias**

##### **◆ Doña Marina**

Doña Marina (nome espanhol da indígena Malinche ou Malinalli) exerceu papel fundamental na empresa da conquista, pois dominava as línguas maia e asteca e aprendeu o espanhol, sendo a intérprete (e também amante) de Hernán Cortés na Mesoamérica.

Sugerimos apresentar aos alunos a importância dessa mulher, que realizou uma verdadeira travessia entre dois mundos tão diferentes entre si, e ocupou uma posição de prestígio graças ao domínio da palavra e de sua capacidade para a tradução. A atividade pode ser realizada com base no texto a seguir:

“Marina, Malinche, Malinalli, foram tantos nomes com que a chamaram, mas sobre uma questão não se tem dúvida: ela transpôs dois mundos, o mesoamericano e o espanhol [...].

No registro dos cronistas, constou que Malinalli foi chamada de *a intérprete* [...], no século XVI, tendo sido levada à servidão, ainda muito jovem, a Yucatán, local onde aprendeu o idioma maia, pois a língua do povoado dela era o asteca. No momento da chegada de Cortés, ela encontrou Jerônimo Aguilar, salvo de uma caravela naufragada perto da Jamaica. [...] após oito anos, Jerônimo Aguilar aprendeu o idioma maia, permanecendo em terras maias, podendo, assim, ser o intérprete para Cortés [...].

A expedição deixou as terras maias e chegou a San Juan de Ulúa, em 24 de abril de 1519 [...], um mês depois da aquisição da escrava Marina. A expedição foi, então, abordada por índios, emissários de Montezuma [...].

Malinalli, que se passava despercebida por Cortés, foi a única a entender e pôde colaborar com os espanhóis; ela compreendia o asteca e, logo, fez a interpretação do que era falado, reproduzindo em maia para Aguilar, e este traduzindo para o castelhano, podendo, assim, Cortés entender e responder, produzindo o entendimento pelos mesmos intérpretes.

Mais tarde, Malinalli aprendeu o idioma castelhano e, deste ponto em diante, não mais precisou da intervenção de Aguilar. [...] O cronista López de Gómara [...] afirmou, ainda, que Marina ganhara a liberdade e outras mercês em pagamento de seus serviços, não só de intérprete, como também de secretária. [...]

Malinalli esteve com o rumo da conquista em suas mãos. Ela traduziu e teve de escolher em que momento falaria uma palavra ou outra. [...] Malinalli [...] deixa a condição de escrava pelo domínio da palavra, por exercer, efetivamente, a comunicação e por tê-la tornado possível. Em sua função mediadora, Malinalli construiu um discurso comum a dois mundos diferentes.”

SALOMÃO, Daniele. A cultura mesoamericana no período da conquista do México. *Revista Tessituras*, n. 4, jan. 2012. Disponível em <[www.revistatessituras.com.br/arquivo/mesoamericana.pdf](http://www.revistatessituras.com.br/arquivo/mesoamericana.pdf)>. Acesso em 17 mar. 2016.

Após a leitura coletiva do texto, pode-se levantar algumas questões. Por exemplo:

- Segundo o texto, qual foi a importância de Marina para a conquista e a colonização espanhola na América?
- Explique a seguinte frase: “Malinalli [...] deixa a condição de escrava pelo domínio da palavra”.

A seguir, é possível transpor a discussão sobre a importância da comunicação para os dias de hoje. Pode-se solicitar aos alunos que, em grupos, debatam a importância da comunicação na difusão de posições políticas, ideologias, marcas publicitárias e valores. Para finalizar a atividade, pode-se pedir que redijam um texto sintetizando os argumentos e as conclusões do grupo.

## ◆ Colonização espanhola: os vice-reinos

16

Vencidas as principais resistências indígenas, os espanhóis implantaram um sistema administrativo no Novo Mundo, com o objetivo de garantir o domínio dos territórios e o controle de suas riquezas. O mapa “Divisão político-administrativa da América espanhola (século XVIII)” (página 16) demonstra que, além de vice-reinos, foram criadas também capitânias gerais. A primeira foi a de Cuba, que forneceu recursos para a conquista do México. Outras capitânias importantes foram as da Guatemala, da Venezuela e do Chile.

O controle do comércio e dos tributos da América espanhola era rigidamente centralizado na metrópole, através da Casa de Contratação de Sevilha e do regime de porto único, destinado a garantir o monopólio dos negócios coloniais pela metrópole e evitar o contrabando de metais preciosos.

Outra instituição importante foram os *cabildos*, órgãos administrativos das vilas e cidades na América hispânica. O texto a seguir descreve a composição e as funções desta instituição.

### Os cabildos

“Cada vila tinha seu próprio conselho, ou *cabildo*, uma corporação que regulava a vida dos habitantes e fiscalizava as propriedades públicas – as terras comunais, florestas e pastagens e as galerias de rua com suas tendas de comércio – de onde derivava grande parte de sua renda. Houve grandes variações na composição e nos poderes dos *cabildos* nas diversas cidades e vilas da América espanhola, e a própria instituição do *cabildo* variou no curso dos séculos em reação às mudanças das condições sociais e à crescente dificuldade financeira da Coroa. Basicamente, no entanto, compunha-se de funcionários judiciais (*alcaldes*, que eram juízes leigos e presidiam o *cabildo*, sempre que o *corregidor* não estivesse presente) e *regidores*, ou conselheiros da cidade, que eram responsáveis pelo abastecimento e pela administração do município e representavam a cidade em todas as funções cerimoniais que ocupavam parte tão substancial da vida urbana.

Os *cabildos*, como se poderia esperar do padrão do governo municipal na Espanha metropolitana, eram, ou logo se tornaram, oligarquias constituídas pelos cidadãos mais abastados que se autoperpetuavam. Nos primeiros anos da conquista, os governadores e capitães nomearam os *alcaldes* e *regidores*, alguns deles vitalícios. Onde houve eleições, o direito de ser eleito tendia a restringir-se aos cidadãos mais proeminentes; e, à medida que a Coroa, a partir de Filipe II, recorreu crescentemente à venda de cargos públicos, o equilíbrio entre funcionários públicos e hereditários pendeu para os últimos, reduzindo ainda mais qualquer elemento ‘popular’ que existira originalmente na vida municipal. Algumas vezes era instituído um *cabildo abierto*, possibilitando que uma maior representação dos cidadãos discutisse questões de caráter urgente, mas de modo geral os governos de cidades eram corporações fechadas que, por seu caráter, representavam mais os interesses do patriciado urbano do que a generalidade dos cidadãos.”

ELLIOTT, J. H. A Espanha e a América nos séculos XVI e XVII. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: América Latina colonial*. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2004. p. 294-295. v. 1.

Sugerimos orientar os alunos a identificar os grupos sociais que participavam das principais instituições coloniais e suas atividades. É particularmente relevante que eles compreendam o predomínio do critério étnico como fator de diferenciação social entre *chapetones* e *criollos*, entre estes e os mestiços, os indígenas e os africanos escravizados.

Cabe ressaltar que, apesar da formação de uma sociedade mestiça na América hispânica, os mestiços ocupavam uma posição social inferior aos espanhóis e sofriam várias barreiras legais, além do preconceito, como abordado no boxe “Miscigenação e preconceito na América espanhola” (página 17).

A extração de metais preciosos foi a atividade econômica mais valorizada pelos colonizadores e rentável para a Coroa espanhola. No entanto, destacamos outras atividades importantes, como a agricultura (relacionada à produção do açúcar e do anil), a criação de gado e a produção de gêneros para o mercado interno. As propriedades rurais praticavam, em regra, o sistema de *plantation* e faziam uso do trabalho compulsório indígena ou, em menor escala, do escravo africano.

Os sistemas de trabalho mais comuns na colonização espanhola foram a *encomienda* e o *repartimiento*,

que se basearam em formas de trabalho preexistentes nas sociedades pré-colombianas. Mas, no contexto da colonização espanhola, elas se transformaram em formas de trabalho compulsório, e tiveram como resultado a desorganização da vida comunal indígena, ocasionando, em conjunto com outros fatores, um acentuado declínio demográfico.

Contudo, é importante destacar que os indígenas não aceitaram passivamente essa situação. O boxe “Resistência indígena ao trabalho forçado” (página 19) aborda a rebelião chefiada por Túpac Amaru II, na região andina, bem como a violência da repressão movida pelas autoridades coloniais contra esse e outros movimentos de resistência indígena.

### Sugestões de leitura

BERNAND, Carmen; GRUZINSKI, Serge. *História do Novo Mundo 2: as mestiçagens*. São Paulo: Edusp, 2006.

FERRO, Marc. *História das colonizações: das conquistas às independências*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GRUZINSKY, Serge. *A águia e o dragão: ambições europeias e mundialização no século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LOCKHART, James; SCHWARTZ, Stuart B. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Eduardo Natalino dos. *Tempo, espaço e passado na Mesoamérica*. São Paulo: Alameda, 2009.

## Inglês na América

20

Uma possibilidade de abordagem das primeiras iniciativas de colonização inglesa na América é estabelecer comparações com a expansão colonial ibérica: as questões internas das monarquias; os marcos cronológicos; a transferência da responsabilidade da ocupação das terras do Novo Mundo para particulares; o interesse em encontrar jazidas de metais preciosos.

A viagem do *Mayflower* e a fundação de Plymouth, em 1620, costumam ser consideradas marcos importantes da colonização inglesa. Isso se explica, em parte, pelo sucesso do empreendimento, e também pelo seu significado para a formação da sociedade norte-americana, que apresenta, até hoje, as marcas da doutrina calvinista, bem como a valorização da livre-iniciativa e a busca da liberdade. Cabe enfatizar que, nos dois séculos seguintes, o fluxo de imigrantes para as Treze Colônias apresentava composição social e religiosa bastante variada.

O número de pessoas muito pobres nas Treze Colônias era significativo e estava relacionado à instituição da “servidão temporária”.

Em relação à “Fundação das Treze Colônias” (página 21), sugerimos propor a elaboração de uma tabela, comparando as colônias do norte, do centro e do sul sob os seguintes aspectos: atividades econômicas desenvolvidas, características sociais, religiosas e culturais. Para completar o trabalho, os alunos podem analisar a importância do “Comércio triangular” (página 22) para a prosperidade econômica das colônias do norte. É importante destacar que esse comércio foi fundamental para a formação de uma burguesia colonial na América inglesa e para a acumulação primitiva de capital naquela região.

“A administração nas Treze Colônias” (página 23) foi marcada pela relativa autonomia em relação à metrópole, inaugurando uma tradição de autogoverno, que deixou marcas profundas na sociedade norte-americana, em contraste com o rígido controle exercido pelas metrópoles ibéricas em suas respectivas colônias na América.

É essencial destacar que a conquista das terras pelos colonos implicou conflitos com os povos indígenas que habitavam aquelas regiões. Os nativos perderam suas terras e alguns chegaram a ser escravizados, como aconteceu na Carolina do Sul. Sugerimos discutir com os alunos o contraste entre esses conflitos, que marcaram toda a história dos Estados Unidos, e a memória cultivada em tradições como o Dia de Ação de Graças, que remete a um relacionamento pacífico entre os recém-chegados e os primeiros habitantes daquelas terras.

Também é importante lembrar que nas colônias do sul era grande o número de escravos africanos, principal mão de obra nas grandes fazendas que produziam gêneros para exportação, no sistema de *plantation*. Esse mercado de mão de obra cativa era abastecido também pelos negociantes das colônias do norte, que participavam do comércio triangular.

Vale destacar que, assim como em outras regiões da América, tanto os indígenas como os africanos escravizados que viviam nas colônias inglesas lutaram de várias formas contra a perda de sua liberdade, de suas terras e de sua cultura.

### Sugestões de leitura

KARNAL, Leandro. *Estados Unidos: a formação da nação*. São Paulo: Contexto, 2013. (Coleção Repensando a história) \_\_\_\_\_ e outros. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007.

A questão selecionada propõe uma interpretação do poema *O canto triste dos conquistados: Os últimos dias de Tenochtitlán*. Sugerimos discutir com os alunos quais foram suas impressões gerais acerca do poema e, depois, identificá-lo como fonte relevante para a história da conquista espanhola e para a história indígena. Conhecimentos mais aprofundados sobre o tema da conquista espanhola na Mesoamérica serão necessários para identificar a alternativa correta ou, pelo menos, reconhecer as incongruências das alternativas incorretas.

Consideramos importante apontar que as alternativas **a** e **c**, por exemplo, estão incorretas pelo fato de apresentarem generalizações e imprecisões sobre a história da conquista, frequentes no senso comum, como: a destruição total da cultura indígena pelos espanhóis ou a atribuição da responsabilidade sobre a queda de Tenochtitlán exclusivamente à ação europeia. Cortés soube explorar as rivalidades existentes entre os astecas e os povos por eles dominados e, assim, estabelecer as alianças necessárias para sua empreitada.

Reconhecer esses fatos não invalida as análises críticas sobre a conquista e suas consequências desastrosas para os indígenas tanto do ponto de vista demográfico quanto do cultural. Significa, antes de tudo, reconhecer a diversidade e a complexidade das sociedades que habitavam o altiplano mexicano, muitas vezes reunidas e uniformizadas sob o rótulo de “índios”.

### Sugestões de leitura

LAS CASAS, Frei Bartolomé de. *O Paraíso destruído: a sangrenta história da conquista da América espanhola*. Porto Alegre: L&PM, 1991.

LEÓN-PORTILLA, Miguel. *A visão dos vencidos: a tragédia da conquista narrada pelos astecas*. Porto Alegre: L&PM, 1998.

REIS, Anderson Roberti dos. *A rápida conquista dos domínios astecas e a longa conquista da área maia*. Disponível em <<http://anphlac.fflch.usp.br/astecas-maias-apresentacao>>. Acesso em 5 fev. 2016.

SANTOS, Eduardo Natalino dos. As tradições históricas indígenas diante da conquista e colonização da América: transformações e continuidades entre nahuas e incas. *Revista de História* 150, n. 157-207. São Paulo, 2004. Disponível em <[www.revistas.usp.br/revhistoria/article/viewFile/18982/21045](http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/viewFile/18982/21045)>. Acesso em 5 fev. 2016.

## A Inglaterra no século XVII e a expansão colonial

Para entender o significado da viagem dos peregrinos do navio *Mayflower*, é importante analisar o cenário de transformações na sociedade inglesa nos séculos XVI e XVII. O historiador Leandro Karnal nos apresenta, no texto a seguir, os elementos essenciais dessas transformações.

“Já no século XV, a Inglaterra enfrentava o mais longo conflito da história: a Guerra dos Cem Anos (1337-1453). Lutando contra um inimigo comum, os ingleses começaram a pensar no que os unia, no que era ser inglês. Porém, mal terminada a Guerra dos Cem Anos, a ilha é envolvida numa violenta guerra civil: a Guerra das Duas Rosas (1455-1485). A família York (que usava uma rosa branca como símbolo) e a família Lancaster (que usava uma rosa vermelha) submergiram o país em mais três décadas de violência.

Qual a importância das duas guerras para a Inglaterra? A luta contra a França estimulou certa unidade na ilha, reforçando o chamado ‘esplêndido isolamento’, como os ingleses denominaram seu relativo afastamento do continente. A sucessão de guerras colabora também para enfraquecer a nobreza e suscitar no país o desejo de poder centralizado e pacificador. A dinastia Tudor (1485-1603), que surge desse processo, torna-se, de fato, a primeira dinastia absolutista na Inglaterra.

A família Tudor no governo seria responsável pela afirmação do poder real inglês em escala inédita. Um país cansado de guerras ofereceu-se à ação dos Tudor sem grandes resistências. A expressão ‘país cansado’ pode dar a ideia de que a nação seja um indivíduo. Quem é ‘o país’? Nesse momento, é importante destacar que as guerras atrapalhavam as atividades produtivas e comerciais. Logo, uma das partes do ‘país’ que estava cansada era constituída por burgueses que, em sua maioria, queriam um poder forte e centralizado. A outra parte do ‘país’, que poderia oferecer resistência – os nobres –, tinha sido duramente atingida pelas guerras. [...]

Os ingleses estavam desenvolvendo a ‘modernidade política’. Mas no que ela consistia? Basicamente, seria uma ação política independente da teologia e da moral. [...]

O homem é livre. Não existe sina, estrela ou destino. Em vez da política dinástica e da crença na legitimidade do poder real, a Inglaterra entra na Idade Moderna tendo convivido com

a relatividade desses valores. Mas a Inglaterra também passa a conviver com outra questão moderna: a diversidade religiosa.

Henrique VIII casara-se seis vezes. Ao casar-se pela segunda vez, rompeu com a Igreja de Roma, tornando-se chefe da Igreja inglesa: a Igreja Anglicana. [...]

Os ingleses e o rei, ao fundarem uma nova Igreja, criaram também uma nova visão de mundo. [...] Apesar de todas as justificativas bíblicas que Henrique VIII usou, o que ele fez foi afirmar a supremacia de sua vontade individual sobre a tradição. Em outras palavras, Henrique VIII usa sua liberdade contra a tradição, quebra o que ‘sempre foi’ e torna válido um ato de rebeldia. [...]

No século XVII, quando se iniciou a dinastia Stuart, a ilha estava fragmentada em inúmeras denominações protestantes, vários focos de resistência católicos e a Igreja Anglicana oficial. [...]

Outro fator tornava as vidas inglesa e europeia bastante difíceis nos séculos XVI e XVII: a alta dos preços. A inflação dos produtos de primeira necessidade estava associada à abundância de ouro e prata que jorrava da Espanha pelo continente. Os metais retirados da América empurravam os preços para cima e, como costuma acontecer, atingiam a classe baixa de forma particularmente violenta. As perturbações sociais nesses séculos são constantes. A fome e a peste, filhas da inflação e do aumento populacional, varrem a Europa.

Essa situação na Inglaterra explica a inexistência de um projeto colonial sistemático para a América e a própria ‘ausência’ da metrópole no século XVII. [...]

As perseguições religiosas que marcaram o período também estimularam muitos grupos minoritários, como os *quakers*, a se refugiarem na América. O aumento da pobreza nas cidades favorece grupos sem posses a ver na América a oportunidade de melhorarem sua vida e serem livres.

Os ingleses que vêm para a América trazem uma tradição cultural diversa da espanhola ou portuguesa. Os colonos ingleses, por exemplo, convivem com mais religiões. O senso do relativo que a história inglesa ajudara a formar estabeleceria uma possibilidade de opção bem maior, uma visão de mundo mais diversificada para nortear as escolhas de vida feitas na nova terra.”

KARNAL, Leandro. A formação da nação. In: KARNAL, Leandro e outros. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 31-37.

## A colonização portuguesa na América



### Contextualizando

Neste capítulo apresentamos um panorama dos povos que habitavam o atual território brasileiro antes da chegada dos portugueses, com destaque para os povos Tupi. Em seguida, abordamos a chegada dos europeus, as primeiras atividades desenvolvidas pelos colonizadores e a implementação do aparato administrativo do Estado português, que vigorou até as reformas pombalinas, no século XVIII. Destacamos: a extração do pau-brasil, a implantação das capitanias hereditárias e do governo-geral, além do papel das Câmaras Municipais na administração das vilas e cidades. Analisamos, ainda, a presença da Igreja na colonização, por meio da atuação das ordens religiosas, especialmente da Companhia de Jesus, e da Inquisição.

Ao longo do capítulo, os alunos encontrarão diversos elementos para refletir sobre os impactos do contato entre indígenas e europeus nessas terras. Assim, esperamos contribuir para a valorização da pluralidade cultural, da tolerância e do respeito às diferenças.

### O que é Terra Indígena? 30

Nesta abertura apresentamos o conceito de Terra Indígena, com o objetivo de sensibilizar os alunos para a importância dessas terras, assim como para a luta dos povos indígenas pelo respeito a seus direitos na atualidade.

Vale lembrar que desde a chegada dos colonizadores portugueses à América os indígenas sofreram com a perda de suas terras e tiveram seu modo de vida transformado com a introdução de um novo sistema de trabalho, de novos costumes, crenças e valores e de uma nova organização social e econômica. Atualmente, a demarcação das terras é fundamental para assegurar aos povos indígenas o espaço físico e os recursos ambientais necessários para viverem conforme seus costumes e suas tradições.

### Antes dos portugueses: os povos Tupi 31

Neste tópico apresentamos os habitantes dos territórios que posteriormente vieram a formar o Brasil, em

especial os povos Tupi. Cabe destacar que, embora sejam fontes importantes para o estudo dos povos indígenas, os relatos de viajantes e cronistas expressam o ponto de vista dos europeus, muitas vezes carregados de incompreensões e preconceitos. Vale ressaltar que, atualmente, o conhecimento sobre as populações ameríndias recebe valiosas contribuições de outros campos do conhecimento, como a arqueologia, a antropologia e a linguística.

Os rituais antropofágicos, prática tradicional entre alguns povos indígenas no passado, chamaram a atenção dos primeiros cronistas e continuam causando perplexidade no público contemporâneo. Por isso, o tema deve ser abordado com cuidado, situando a questão no contexto das culturas indígenas. É fundamental explicar que, entre os povos que praticavam tais rituais, a antropofagia estava relacionada ao papel desempenhado pela guerra.

O ponto central da guerra era o ritual da morte: recebido com uma festa, com ou sem antropofagia, significava a concretização da vingança dos parentes mortos, enquanto o ritual antropofágico significava a lembrança dos seus bravos antepassados. A guerra, a festa e os rituais antropofágicos também estreitavam as relações intertribais. Divididos entre aliados e inimigos, todos se congregavam nesses eventos, ora para comemorar as vitórias, ora para reconstituir as populações e as aldeias.

No texto a seguir, o historiador John Monteiro toma por base o relato de Jean de Léry, para analisar o significado da guerra para os povos Tupi, relacionando-a à preservação da memória dos grupos indígenas.

### *A guerra e a memória*

“Ao definir os inimigos tradicionais e reafirmar papéis dentro das unidades locais, a vingança e, de modo mais geral, a guerra foram importantes na medida em que situavam os povos Tupi em uma dimensão histórico temporal. Durante sua estadia entre os Tupinambá, Jean de Léry transcreveu um interessante discurso indígena que sugeria o significado da guerra na preservação da memória do grupo local. De

acordo com o mesmo, os Tupinambá mais velhos lembravam aos demais índios as tarefas tradicionais a ela ligadas:

‘Nossos predecessores, dizem falando sem interrupção, uns após outros, não só combateram valentemente mas ainda subjugarão, mataram e comeram muitos inimigos, deixando-nos assim honrosos exemplos; como pois podemos permanecer em nossas casas como fracos e covardes? Será preciso, para vergonha e confusão nossa, que os nossos inimigos venham buscar-nos em nosso lar, quando outrora a nossa nação era tão temida e respeitada das outras que a ela ninguém resistia? Deixará a nossa covardia que os *Margaia* [Maracajá ou Temininó] e os *pero-angaipá* [portugueses] que nada valem, invistam contra nós?’

O próprio orador fornecia a resposta: ‘não, não gente de minha nação, poderosos e rijos mancebos não é assim que devemos proceder; devemos ir procurar o inimigo ainda que morramos todos e sejamos devorados, mas vingaremos nossos pais.’”

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra*: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 27.

## 32 Aprenda mais

### • Caminhos indígenas

Tomando como base descobertas feitas principalmente nos campos da arqueologia, da linguística e das ciências naturais, o infográfico apresenta deslocamentos, atividades agrícolas e trocas entre povos indígenas da América do Sul, demonstrando que havia comunicação entre eles muito antes de portugueses e espanhóis desembarcarem nessas terras.

As reflexões sobre essas descobertas contribuem para desfazer visões preconceituosas sobre os primeiros habitantes do continente, evidenciando que a história desses povos não se inicia com o processo de colonização.

### Sugestões de leitura

CUNHA, Manoela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

FAUSTO, Carlos. *Os índios antes do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. (Coleção Descobrimos o Brasil)

LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2007.

MELATTI, Julio Cezar. *Índios do Brasil*. 9. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

RIBEIRO, Berta. *O índio na história do Brasil*. 13. ed. São Paulo: Gaia, 2014.

## 34 Os portugueses na América

Antes de iniciar o estudo da exploração e da ocupação portuguesa na América do Sul, sugerimos recuperar com os alunos alguns conteúdos já estudados no ano anterior. Cabe recordar que a história da expansão ultramarina insere-se no contexto da disputa colonial entre as nações europeias pelo domínio de áreas fornecedoras de matérias-primas e também no contexto das lutas religiosas que marcaram os séculos XV, XVI e XVII (período em que os cristãos lutavam contra os muçulmanos, expulsavam os judeus da Península Ibérica e lutavam também entre si, com as reformas protestantes). Portugal e Espanha saíram na dianteira por terem centralizado o poder real antes de outros países e por contarem com um grupo mercantil fortalecido.

Recomendamos explorar com os alunos o relato de Pero Vaz de Caminha sobre os primeiros contatos com os indígenas (página 34). Após a leitura do texto e a interpretação da imagem, sugerimos questioná-los sobre quais teriam sido as impressões dos indígenas a respeito do encontro narrado pelo escrivão. Esse exercício é relevante para reforçar entre os alunos a perspectiva da diversidade cultural.

A primeira atividade desenvolvida pelos portugueses na América foi a exploração do pau-brasil (página 35), monopólio régio, que era arrendado a particulares. Tal atividade não implicou o povoamento da terra: instalaram-se feitorias no litoral e utilizava-se o trabalho dos indígenas, no sistema de escambo.

A abordagem desse tema remete a uma discussão atual sobre os custos ambientais decorrentes da exploração intensiva do pau-brasil na época colonial, por cerca de 300 anos. Hoje, existem poucos exemplares dessa árvore, que podem ser encontrados em reservas florestais ou em jardins botânicos. Essa é uma boa oportunidade para discutir a importância da preservação do ambiente e, especialmente, das florestas nativas.

### Sugestão de atividade

A exploração intensiva do pau-brasil durante as primeiras décadas do século XVI implicou uma queda de seu preço na Europa, em virtude do excesso de oferta no mercado. Preocupado em manter os lucros, o rei de Portugal, Filipe II (Filipe III na Espanha), estabeleceu regras para a sua exploração no Brasil. O documento mais conhecido e divulgado a respeito desse assunto é o *Regimento do pau-brasil*, de 1605. Ele está disponível, na íntegra, em várias páginas da internet, que podem ser encontradas com facilidade digitando o seu título em algum site de busca.

Sugerimos organizar com os alunos uma atividade de leitura e análise do documento, seguindo alguns passos:

- Identificar o tipo de documento, o autor, a época e o lugar em que foi produzido.
- Fazer a leitura do texto e esclarecer as dúvidas de vocabulário.
- Produzir uma síntese das determinações reais.
- Explicar as intenções do rei ao determinar as regras de exploração do pau-brasil.
- Discutir os efeitos das determinações reais de 1605 sobre a preservação da Mata Atlântica.
- Levantar hipóteses acerca de outras atividades, desenvolvidas pelos colonizadores portugueses, que levaram à devastação da Mata Atlântica no Brasil. As hipóteses levantadas poderão ser registradas e confrontadas com os estudos que serão realizados ao longo do ano.

As disputas pela posse das terras litorâneas e a crise do comércio com as Índias levaram a Coroa portuguesa a investir mais efetivamente na ocupação e na exploração econômica da América do Sul, por meio do sistema de capitanias hereditárias (página 36).

Em 1534, Martim Afonso de Sousa introduziu a produção de açúcar na capitania de São Vicente, local onde foi fundado o engenho São Jorge dos Erasmos, considerado o primeiro engenho da colônia. Suas ruínas ainda podem ser vistas entre as cidades de Santos e São Vicente, no litoral paulista. Contudo, os grandes centros açucareiros da colônia localizavam-se nas áreas litorâneas de Pernambuco e da Bahia, por terem solos adequados ao cultivo, um regime de chuvas periódicas e pela proximidade dos portos, o que facilitava o escoamento do produto para os mercados europeus.

Para colonizar a América, a Coroa portuguesa amparou-se na iniciativa e nos capitais privados (procurando mantê-los sob seu controle) e cedeu honras e mercês em troca das expedições de exploração, bem como serviços relacionados às atividades econômicas, políticas e administrativas. Dessa forma, a elite na América portuguesa esteve ligada ao desenvolvimento do aparelho administrativo colonial.

Diante do fracasso do sistema de capitanias hereditárias, a Coroa portuguesa optou pela instalação do governo-geral (página 37), com sede em Salvador, que representou a tentativa de centralizar a administração da colônia. Os primeiros governadores-gerais chegavam ao Brasil com instruções específicas no que se referia à fundação de vilas e cidades, ao desenvolvimento das plantações de cana-de-açúcar e instalação

de engenhos, à doação de sesmarias e ao tratamento a ser dispensado aos indígenas.

Quando os portugueses passaram a organizar um sistema produtivo na colônia, os conflitos com os indígenas se intensificaram, já que o projeto colonizador implicava a ocupação de terras e a sujeição dos nativos ao trabalho compulsório.

Cabe lembrar que o regime de sesmarias teve origem em Portugal, ao final da Idade Média. Em 1375, o rei D. Fernando I estabeleceu o sistema de doação de terras para aqueles que se comprometessem a cultivá-las, como uma maneira de superar a grave crise econômica pela qual passava o reino. Esse sistema foi transplantado para a colônia com a clara intenção de incentivar o povoamento da terra e de torná-la lucrativa para a metrópole.

A Coroa portuguesa procurou controlar a doação e o aproveitamento de terras por meio de sucessivas legislações. Mas nem sempre as regras para a concessão de sesmarias foram cumpridas. As delimitações da concessão eram vagas e as terras eram frequentemente mantidas improdutivas, abandonadas, arrendadas a terceiros ou vendidas (o arrendamento e a venda de uma sesmaria eram proibidos pela Coroa, pois se entendia que as terras brasileiras eram propriedade da Ordem de Cristo). Entretanto, a vastidão do território e a dificuldade de fiscalização das autoridades favoreceram o acúmulo de terras por alguns sesmeiros. O sistema de doação de sesmarias está, portanto, na origem do latifúndio, que tem prevalecido em toda a história do Brasil. O regime sesmarial vigorou até 1822, quando foi suspensa a legislação portuguesa no Brasil. Novas regras sobre a propriedade e o uso da terra só foram elaboradas em 1850, quando foi promulgada a Lei de Terras.

### Sugestões de leitura

DINIZ, Mônica. Sesmarias e posse de terras: política fundiária para assegurar a colonização brasileira. *Revista Histórica* – Arquivo do Estado de São Paulo, n. 2, jun. 2005. Disponível em <[www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia03](http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia03)>. Acesso em 18 mar. 2016.

NOZOE, Nelson. Sesmarias e apossamento de terras no Brasil colônia. Economia. *Revista da ANPEC*, v. 7, set.-dez. 2006. Disponível em <[www.anpec.org.br/revista/vol7/vol7n3p587\\_605.pdf](http://www.anpec.org.br/revista/vol7/vol7n3p587_605.pdf)>. Acesso em 18 mar. 2016.

PEREIRA, Luciene Maria Pires. Reflexões acerca da distribuição de terras no período colonial brasileiro: o caso das sesmarias. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH. São Paulo, jul. 2011. Disponível em <[www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300202997\\_ARQUIVO\\_TextoCompleto.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300202997_ARQUIVO_TextoCompleto.pdf)>. Acesso em 18 mar. 2016.

## Trabalhando com fontes 38

### • Hans Staden e os conflitos entre indígenas e europeus em Pernambuco

O relato escolhido para estudo narra acontecimentos que ocorreram durante a primeira viagem de Hans Staden ao Brasil, em 1548, quando ele esteve nas capitânicas de Pernambuco e da Paraíba e dedicou-se principalmente às guerras contra os indígenas e ao comércio de pau-brasil. No ano seguinte, Hans Staden retornou à América do Sul com o objetivo de chegar ao Rio da Prata. Conseguiu sobreviver a dois naufrágios no litoral do Brasil e chegou a São Vicente, em 1550, onde foi capturado pelos Tupinambá. Permaneceu prisioneiro por dez meses, na região de Ubatuba, até conseguir escapar, sendo resgatado por uma embarcação francesa.

Cabe lembrar que sua obra, intitulada *A verdadeira história dos selvagens, nus e ferozes devoradores de homens, encontrados no Novo Mundo*, também conhecida como *Duas viagens ao Brasil*, obteve enorme sucesso na época de sua publicação, o que revela o interesse que a América e o modo de vida dos indígenas despertaram nos europeus.

### ◆ Os "homens-bons" das Câmaras Municipais 39

As longas distâncias e as dificuldades de comunicação da época colonial eram obstáculos à pronta obediência das determinações da Coroa portuguesa e facilitavam o enraizamento de interesses locais em torno das Câmaras Municipais. Essas instituições representavam o poder metropolitano e, ao mesmo tempo, os interesses das elites proprietárias de cada localidade. Tal arranjo político está na origem das tradições de poder local e de relações de clientelismo no Brasil, visíveis até o presente em nossa sociedade.

A qualificação dos proprietários de terras como "homens bons" relaciona-se à mentalidade aristocrática dos colonizadores portugueses, cuja contrapartida era o desprezo pelo trabalho manual, visto como atividade pouco digna e reservada a grupos subalternos, como indígenas e africanos escravizados. As origens do desprezo pelas atividades manuais podem ser discutidas por meio do boxe "O trabalho manual no mundo ibérico" (página 39).

## Os jesuítas na América portuguesa 40

O desejo de propagar a fé católica foi um traço marcante da expansão ibérica, relacionando-se à intensa

religiosidade que marcava a cultura europeia e também à aliança entre a Igreja e as monarquias portuguesa e espanhola. Para a Igreja, no contexto da Contrarreforma, a colonização da América representava a oportunidade de ampliar sua influência para além dos limites europeus.

Os jesuítas desenvolveram estratégias específicas para a conversão dos indígenas, aprendendo as línguas nativas e dedicando atenção especial à educação das crianças. Foram responsáveis pela multiplicação das missões no interior do continente, que funcionaram como postos avançados da colonização. Destacamos a ambiguidade que cercava a atuação dos missionários: por um lado, sua atuação contribuiu para a sobrevivência dos indígenas e os protegia da escravização pelos colonos; por outro, a vida nas missões significava um forte abalo no modo de vida tradicional das tribos e a perda de sua autonomia. Além disso, muitas missões produziam excedentes lucrativos, graças ao trabalho do indígena, disciplinado pela atuação missionária, o que despertou a cobiça dos colonos e gerou conflitos com a Coroa. A discussão desses temas pode ser fomentada pela leitura do boxe "Conflitos entre jesuítas e colonos" (página 40).

## A Inquisição 41

A perseguição religiosa foi um dos traços mais marcantes da Inquisição na Península Ibérica. Na Espanha, o projeto de unificação conduzido pelos reis católicos culminou com a expulsão dos judeus do território em 1492. Parte deles instalou-se em Portugal, onde já havia uma comunidade judaica bem sedimentada. Em 1496, pressionado pela Espanha, o governo português assinou o decreto de expulsão dos judeus. No entanto, os interesses do Estado português levaram o rei a proibir a saída dos expulsos, forçando-os a se converter ao cristianismo. A Coroa portuguesa não queria perder o capital acumulado pelos judeus e prejudicar a economia, num momento importante da expansão ultramarina. A partir de então, os chamados "cristãos-novos" ou os "batizados em pé" passaram a sofrer uma política de perseguição, discriminação e controle do comportamento pelos "cristãos-velhos", que constantemente os acusaram de "criptojudaísmo" (judaísmo dissimulado, praticado em locais ocultos).

A Inquisição atuou nas áreas coloniais portuguesas, com visitas frequentes de seus representantes. As investigações e os interrogatórios eram feitos na colônia, mas a execução das sentenças ocorria em Lisboa. O texto da historiadora Maria Leônia Chaves de Resende (página 41) apresenta alguns exemplos da atuação inquisitorial no Brasil.

## Decifrando o Enem

43

O texto historiográfico citado nesta questão funciona mais como uma introdução ao tema, já que é possível resolvê-la sem as informações que esse texto apresenta. A leitura e a análise da citação e das alternativas oferecem uma excelente oportunidade para retomar com os alunos a temática do relacionamento entre colonizadores e indígenas e levantam pontos importantes para a reflexão dos alunos, como o conceito de guerra justa, a ação de expedições predadoras de índios, a resistência indígena, as disposições legais sobre a liberdade dos índios e seu direito à terra. Sugerimos comentar que, na época colonial, as “línguas gerais” eram o principal meio de comunicação entre colonizadores e indígenas (que falavam centenas de línguas). A língua geral paulista,

referida na alternativa **e**, foi difundida por meio das expedições bandeirantes e falada no Sudeste e no Sul da colônia até pelo menos o século XVIII. A outra “língua geral” brasileira é o *nheengatu*, da região amazônica, que sobrevive até nossos dias.

### Sugestões de leitura

BOXER, Charles. *A Igreja militante e a expansão Ibérica: 1440-1770*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MESGRAVIS, Laima. *História do Brasil colônia*. São Paulo: Contexto, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. Primeiro veio o nome, depois uma terra chamada Brasil. In: *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

### Texto complementar

#### *Sangue Nativo*

No texto a seguir, o historiador John Monteiro discute o papel dos indígenas na colonização portuguesa, especialmente na capitania de São Vicente, onde eles estabeleceram importantes alianças com os colonizadores e também representaram a força de trabalho majoritária até, pelo menos, o século XVIII.

“Ponto crucial da legislação colonial, este direito [a liberdade dos índios] convivia de maneira precária com os ‘usos e costumes’ dos paulistas. [...] A forte presença da escravidão indígena é bastante reveladora da formação da economia e da sociedade da época. E as bandeiras ajudam a explicar esse fenômeno.

As expedições para o sertão começam no século XVI e só perdem força e sentido na segunda metade do século XVIII. [...] A distinção entre o povoado e o sertão marcava o contraste entre dois universos, um ordenado pela religião católica e pelas leis do reino, o outro pautado pela ausência da ordem: ‘sem fé, nem lei, nem rei’, como rezava o ditado da época. Nesse mesmo período, começaram a ser conhecidas as suas riquezas: madeiras, minérios e, sobretudo, populações indígenas. Graças às alianças com esses grupos, os europeus puderam ocupar efetivamente diferentes pontos do litoral e, no caso excepcional de Piratininga (São Paulo), no interior do continente.

A semente do sertanismo estava inscrita nestas alianças em dois sentidos importantes. Primeiro, as lideranças indígenas buscavam aliados portugueses para aumentar seu pres-

tígio e seu poder de fogo em guerras contra outros grupos, que envolviam expedições para capturar inimigos e perpetuar a vingança. Em segundo lugar, as uniões entre portugueses e índias produziram filhos mestiços, os chamados mamelucos. Muitos destes se valeram de suas raízes nativas e de suas habilidades linguísticas para se tornarem sertanistas especializados, alimentando a crescente demanda de seus parentes brancos por escravos. Já as filhas mestiças se casaram com portugueses, dando início a genealogias que instalavam uma ‘nobreza da terra’ ao mesmo tempo em que apagavam o passado indígena. [...]

Com a fundação da Vila de São Vicente em 1532 e a introdução da produção açucareira pouco depois, as guerras entre grupos indígenas passaram a produzir um número crescente de braços para a nascente economia colonial. No final da década de 1540, segundo um relato da época, existiam 3 mil escravos índios no litoral vicentino, ocupados nos seis engenhos e nas outras propriedades dos europeus.

No entanto, havia um entrave que impedia o florescimento pleno de um sistema escravista baseado na mão de obra indígena. [...] Eles [os missionários jesuítas] pressionaram a Coroa para proibir o cativo injusto dos índios. A ‘Lei sobre a Liberdade dos Gentios’, de 1570, estabeleceu um dos fundamentos da política indigenista portuguesa, declarando livres todos os índios, salvo aqueles sujeitos à ‘Guerra Justa’ – grupos inimigos que apresentavam alguma resistência armada.

Outros fatores dificultavam a escravidão dos índios. O contato com os europeus trazia doenças contagiosas que encontravam neles um ‘solo virgem’, devido à falta de resistência imunológica [...]. Em algumas partes da América portuguesa, estas dificuldades favoreceram o crescimento do tráfico transatlântico de escravos africanos. Mas também estimularam a intensificação das expedições para o sertão, em busca de novos cativos para substituir as vítimas das epidemias.

Na capitania de São Vicente, com o apoio das autoridades locais, os colonos começaram a organizar expedições de maior porte para adquirir cativos. Os primeiros grandes empreendimentos, nas décadas de 1580 e 1590, tomaram a forma de ‘Guerras Justas’. Outras expedições, que partiam para o sertão com o pretexto de buscar metais preciosos, regressavam a São Paulo com números cada vez maiores de índios capturados.

No início do século XVII, as expedições tornaram-se mais frequentes e assumiram explicitamente o projeto de abastecer as propriedades rurais com a força do trabalho indígena [...]. As expedições ganharam feições paramilitares, ao arrepio da lei e a despeito da voz de protesto entoada pelos jesuítas. Este movimento chegou ao seu auge nas décadas de 1620 e 1630, com as grandes bandeiras sob o comando de Manuel Preto, Antônio Raposo Tavares, André Fernandes e Fernão Dias Paes, para citar apenas os maiores. Estas expedições destruíram as reduções jesuíticas de Guairá (no atual Paraná), causaram grandes estragos nas missões do Tape (no atual Rio Grande do Sul) e criaram um novo momento de tensões envolvendo paulistas, jesuítas e a Coroa.

Armados pelos jesuítas, os índios das missões do Tape derrotaram duas grandes expedições de apresamento em batalhas decisivas, primeiro em Caaçapaguazu (1638) e depois em Mbororé (1641). Enquanto isso, em São Paulo, os colonos venciam outra batalha: a luta pelo controle dos índios espalhados entre as propriedades particulares. Expulsaram os jesuítas em 1640 e negociaram com a Coroa o direito de explorar a mão de obra indígena que lhes custou tanto sangue e suor para obter. [...]

A derrota para os índios no sul não significou o fim das expedições de apresamento. Pelo contrário; apesar de diminuírem em tamanho médio, aumentaram em número, frequência e distância percorrida. A maioria operava em escala pequena, seja na forma de empreendi-

mentos familiares, seja por meio de contratos entre ‘armadores’ e sertanistas. Os armadores forneciam correntes, pólvora e índios sertanistas com a expectativa de receber metade do ‘lucro’ da expedição, isto é, metade dos índios trazidos do sertão.

Um dos resultados destas mudanças foi o aumento na diversidade étnica e linguística da população subordinada. [...]

Como explicar a necessidade de tantos índios numa área colonial periférica, à margem da economia do Atlântico? Para muitos autores, os paulistas aprisionavam índios para vender aos setores mais dinâmicos da colônia, como as zonas açucareiras do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco. A documentação, no entanto, aponta para outra versão. A mão de obra indígena certamente mostrava-se indispensável na lavoura paulista que abastecia uma parte da América portuguesa. Mas os índios também colaboraram em todas as etapas da ocupação de terras por europeus. Limpavam os caminhos, abriam as roças, construía as casas e as igrejas, transportavam bens e pessoas, participavam das expedições para o sertão. Proporcionavam uma força de trabalho e uma força militar. [...]

Na segunda metade do século XVII, a Coroa procurou explorar estes laços de vassalagem ao convocar alguns paulistas ‘potentados em arcos’ para combater indígenas e africanos rebeldes, sobretudo nas capitanias da Bahia, de Pernambuco e Rio Grande. Animados com a perspectiva de aumentar o número de escravos, vários paulistas concordaram em participar destas campanhas. Mas as guerras no Recôncavo, no Rio São Francisco e no Açúcar remeteram poucos cativos a São Paulo. E até mesmo os sertanistas deixaram de voltar para suas terras de origem, buscando aproveitar as grandes dotações de terras que receberam pelos serviços prestados. Na análise pioneira do historiador Capistrano de Abreu, passaram de despovoadores a povoadores.

[...]

A história de São Paulo no século XVII se confunde com a história dos povos indígenas. Por isso, convém reconhecer que os índios não se limitaram ao papel de tábula rasa dos missionários ou vítimas passivas dos colonizadores. Foram participantes ativos e conscientes de uma história que foi pouco generosa com eles.”

MONTEIRO, John Manuel. Bandeiras indígenas. In: FIGUEIREDO, Luciano (Org.). *História do Brasil para ocupados*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013. p. 35-40.

## A economia na América portuguesa e o Brasil holandês



### Contextualizando

Este capítulo analisa o desenvolvimento de atividades econômicas na América portuguesa, com foco na produção açucareira no litoral, na pecuária no Nordeste e na extração das chamadas drogas do sertão na região amazônica. Discutem-se a opção dos colonizadores pelo emprego da mão de obra escrava africana, o tráfico de seres humanos para a América do Sul e as formas de resistência contra a escravidão. Também são abordadas as invasões holandesas no Nordeste, com o propósito de controlar as áreas produtoras de açúcar, o período da administração de Maurício de Nassau e a Insurreição Pernambucana.

Apresentamos também as formas de sociabilidade que marcaram a sociedade colonial brasileira: a família patriarcal e os arranjos familiares informais comuns entre os grupos mais pobres.

### A realidade para além dos números

44

Os materiais apresentados nesta abertura chamam a atenção para a inserção dos africanos, na condição de escravos, na sociedade que se formou na América portuguesa.

A imagem, uma obra de arte urbana contemporânea, representa uma mulher negra carregando seus filhos nas costas, com panos coloridos e adornos que remetem a elementos estéticos africanos. O título da obra, *Eva*, alude, ao mesmo tempo, à narrativa bíblica sobre a origem dos seres humanos.

O texto é impactante, pois convoca o leitor a se imaginar nas situações vividas pelos africanos escravizados, desde a captura em sua terra natal até o destino que os aguardava na América.

O objetivo do trabalho proposto é humanizar as informações, comumente veiculadas sobre a escravidão, lembrando aos alunos que os escravos eram, antes de tudo, seres humanos que foram privados de sua liberdade e submetidos a situações cruéis e degradantes.

### O doce sabor da riqueza

45

Neste tópico apresentamos o sistema de *plantation*, as relações de trabalho na grande propriedade açucareira, as etapas da fabricação do açúcar e sua importância no mercado internacional.

Para dimensionar o lugar da agromanufatura do açúcar na economia colonial, sugerimos explorar o gráfico "Exportações do Brasil Colonial" (página 45). Assim, os alunos terão maior clareza sobre as decisões tomadas pelas autoridades portuguesas acerca do povoamento de sua colônia americana, bem como sobre a valorização dessas terras, em meados do século XVI.

Vale lembrar que a economia açucareira tem sido analisada como atividade agromanufatureira, em função da complexidade da transformação da cana em açúcar. O engenho, deste ponto de vista, seria uma verdadeira "fábrica de açúcar".

Para o estudo dos engenhos de açúcar e das relações sociais que neles se desenvolveram, sugerimos orientar os alunos na observação detalhada da gravura de Frans Post (páginas 46 e 47), na qual estão representadas instalações como: a senzala, a casa grande, as fornalhas, a moenda e a roda-d'água, além do uso do carro de boi. Em seguida, pode-se solicitar aos alunos que identifiquem as personagens representadas e as ações que executam.

O binômio "casa-grande" e "senzala" consagrou-se como o retrato da sociedade patriarcal que predominou nas regiões produtoras de açúcar na América portuguesa, em que senhores e escravos tinham funções socioeconômicas bem definidas. Entre os dois extremos, havia uma parcela pequena de trabalhadores livres, que podiam ser lavradores, artesãos, mestres de açúcar, entre outros. No decorrer do processo de colonização, houve um crescimento da parcela intermediária, que permaneceu balizada por esses dois extremos sociais.

No tópico "À margem da *plantation*" (página 47) abordamos a produção de alguns gêneros agrícolas em propriedades menores, para exportação e para o mercado interno: tabaco, algodão e gêneros de

subsistência. Comentamos também a extração das drogas do sertão na região amazônica (página 48), atividade que se desenvolveu a partir do século XVII, utilizando o trabalho indígena, quase sempre de forma compulsória.

A pecuária (página 48), voltada para o abastecimento interno, ocupou vastas extensões de terras no interior e pode ser considerada a segunda atividade mais importante da colônia. Tratava-se de criação rústica, em que o gado era solto em enormes pastagens, sem silagem, estábulos e outros processos de criação intensiva, ocupando áreas impróprias para a lavoura de exportação.

O Nordeste era a região mais importante e a mais antiga na criação de gado. Toda a extensa área que ia da margem esquerda do Rio São Francisco até Goiás se destinava a abastecer as povoações e os engenhos de todo o Nordeste, além das zonas de mineração de Minas Gerais. De acordo com o jesuíta André João Antonil havia, no fim do século XVII, mais de 1 milhão de cabeças de gado nas margens do Rio São Francisco. O rio fornecia a água e também continha depósitos de sal, indispensáveis para a criação de bois.

### Sugestões de leitura

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: Edusp, 2007. (Coleção Documenta Uspiana II)

CABRAL, Evaldo. *O bagaço da cana*. São Paulo: Companhia das Letras/Penguin Books, 2012.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; FARIA, Sheila de Castro. *A economia colonial brasileira (séculos XVI-XIX)*. 5. ed. São Paulo: Atual, 2012.

## União Ibérica

49

O período da União Ibérica (1580-1640) representou alterações importantes em Portugal e em suas colônias. Na América do Sul, a ausência de limites entre possessões espanholas e portuguesas incentivou o avanço dos colonizadores lusos em direção ao interior do território. A união das duas Coroas também deu aos holandeses (em guerra contra a Espanha) o pretexto para atacar as possessões portuguesas na Ásia, na África e na América. O interesse flamengo na região do Nordeste brasileiro relacionava-se ao papel que já desempenhavam, desde meados do século XVI, no financiamento dos engenhos e na distribuição do açúcar produzido em territórios portugueses.

## Holandeses invadem o Brasil

49

Entre 1635 e 1654 o litoral do Nordeste permaneceu sob o domínio holandês. A Companhia Holandesa das Índias Ocidentais designou para a administração do território o conde Maurício de Nassau, que conquistou o apoio das elites locais por meio de financiamentos para a recuperação dos engenhos e canais destruídos durante as guerras. Homem de formação humanista, Nassau promoveu melhorias urbanas na cidade do Recife, pavimentando ruas, drenando pântanos, construindo pontes e canais sobre os rios, transformando o vilarejo numa cidade aos moldes europeus. Por ordem dele, formaram-se missões artísticas e científicas que vieram da Europa com a intenção de documentar a fauna, a flora e as paisagens brasileiras, propiciando o desenvolvimento de um ambiente cultural, à moda europeia, nas áreas açucareiras nordestinas. Entre os artistas e cientistas que vieram para o Brasil destacaram-se Frans Post, Albert Eckhout e Georg Marcgraf.

No boxe “Marcgraf e a ciência” (página 51) pode-se chamar a atenção dos alunos para o fato de esse cientista alemão ter transitado entre diversos campos do saber, característica comum nesse período.

Ao estudar o governo de Nassau, também vale mencionar a política de tolerância religiosa, estabelecida durante o domínio holandês, que visava garantir a tranquilidade dos holandeses, em sua maioria protestantes. Essa atitude contrastava com as metrópoles ibéricas que, alinhadas ao Concílio de Trento, mantinham ativos os Tribunais da Inquisição.

## Insurreição Pernambucana

52

Após a saída de Nassau, a elite proprietária de terras se indispôs contra os novos governadores enviados pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, que pretendiam cobrar as dívidas feitas pelos senhores de engenho. Tal fato favoreceu a articulação contra o domínio flamengo.

Durante o período da Insurreição Pernambucana, a conjuntura europeia também se alterava. Os comerciantes holandeses passaram a enfrentar a concorrência dos mercadores ingleses no comércio internacional. Ao mesmo tempo, a Coroa portuguesa aproximou-se da monarquia britânica, iniciando uma aliança que marcou a história de Portugal e de suas colônias até o século XIX. Além disso, ao final do período holandês no Nordeste, a produção açucareira no Brasil passou a enfrentar a concorrência da produção estabelecida na região das Antilhas pelos flamengos.

## Sugestões de leitura

MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (Coleção Companhia de Bolso)

\_\_\_\_\_. *Nassau: governador do Brasil holandês*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. (Coleção Perfis brasileiros)

## Escravidão: um negócio lucrativo

53

Consideramos fundamental relacionar a adoção da mão de obra de escravos africanos na grande lavoura aos enormes lucros originários do tráfico, tanto para os comerciantes e transportadores de seres humanos quanto para a Coroa portuguesa.

Apresentamos também uma visão geral sobre as condições da viagem nos tumbeiros e a vida do escravo na colônia, além das manifestações de resistência contra a escravidão. Entre elas, destacamos a formação de quilombos (página 54), comunidades constituídas de escravos fugidos que tentavam sobreviver à margem do sistema escravista (também conhecidos como mocambos, ladeiras ou magotes).

Um dos mais importantes quilombos foi o de Palmares, localizado numa extensa área hoje pertencente ao estado de Alagoas. Lá, os quilombolas tentavam reconstituir o modo de vida de seu local de origem. Eles plantavam e criavam porcos e galinhas, o que lhes garantia a sobrevivência e a produção de algum excedente que podia ser vendido ou trocado. A comunidade sobreviveu por quase cem anos (c. 1600-1694) e durante esse período resistiu bravamente a uma série de tentativas de desmantelamento do quilombo.

Importante lembrar que, de acordo com a Constituição brasileira, as populações remanescentes de quilombos têm direito à posse das terras que ocupam. Atualmente, diversas comunidades já foram reconhecidas e identificadas pelo governo brasileiro. A maioria está concentrada na Região Nordeste, principalmente nos estados da Bahia e do Maranhão. Na Região Sudeste, São Paulo e Minas Gerais têm o maior número de comunidades. Para mais informações sobre esse tema, sugerimos a visita ao *site* da Fundação Cultural Palmares, disponível em <[www.palmares.gov.br](http://www.palmares.gov.br)>.

No boxe “Criação de uma cultura afro-brasileira” (página 54) procuramos apresentar outras formas de resistência cotidiana à escravidão, que implicaram na recriação de práticas e costumes africanos e na formação da cultura afro-brasileira.

Por fim, frisamos que a subsistência dos cativos era garantida por meio do cultivo de lotes de terra, nos quais os escravos poderiam trabalhar num dia livre. Essa prática, regulamentada pelas leis da colônia, constitui o que se denomina “brecha camponesa” (página 55).

## Sugestão de atividade

Para ampliar os conhecimentos dos alunos a respeito do cotidiano e das condições de trabalho a que os africanos escravizados foram submetidos no período colonial, sugerimos organizar pesquisa de imagens da época que representem cenas do trabalho escravo no Brasil: na pecuária, na agricultura, nas cidades, no trabalho doméstico e outros. A tarefa poderá ser feita em grupos de alunos, sendo cada grupo responsável pela pesquisa de um setor de atividades.

As imagens podem ser encontradas em livros, revistas especializadas de história, *sites* etc. É importante lembrá-los de registrar o nome dos autores das representações encontradas e a data de sua elaboração, bem como as técnicas utilizadas, se possível.

Os grupos deverão analisar as imagens e produzir um pequeno texto com sua descrição, relatando as tarefas que estão sendo desempenhadas e as relações sociais representadas.

## Sugestões de leitura

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul (séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José (Org.). *Liberdade por um fio: histórias de quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades*. São Paulo: Annablume, 2010.

## As várias faces da família colonial

55

Neste tópico, abordamos a multiplicidade de arranjos matrimoniais na época colonial brasileira, destacando que eles não se restringiram ao modelo da família patriarcal. As tradições culturais, bem como a condição jurídica e social das pessoas, eram os principais fatores de diferenciação.

Do ponto de vista legal, havia apenas o casamento religioso, realizado pela Igreja Católica, que não era acessível às populações que viviam em lugares mais isolados. Portanto, era comum a existência de uniões informais. Entre as elites proprietárias, predominou o modelo da

família patriarcal, vinculada à necessidade de manter ou aumentar o patrimônio familiar. Contudo, é importante ressaltar a existência de outros arranjos familiares.

Sugerimos ampliar o tema tratado no capítulo conversando com os alunos sobre a configuração das famílias escravas. Até a década de 1970, a família escrava não constituía um tema de estudo. Florestan Fernandes e Roger Bastide, por exemplo, afirmaram que a escravidão tolhia as possibilidades de socialização e de vida familiar para o cativo. Na década seguinte, a mudança de paradigma na história social já era visível na produção historiográfica, por exemplo, na obra de Kátia Mattoso, *Ser escravo no Brasil* (1982). Os estudos mais recentes mudaram radicalmente as interpretações a respeito do tema, como exemplifica o trecho a seguir, da historiadora Marina de Mello e Souza.

### **Famílias escravas**

“Além das identidades fundadas em noções de origem e semelhanças culturais, a escolha de parceiros sexuais e a constituição de famílias estáveis eram outra forma pela qual a comunidade negra ia se estruturando. Mas na escolha de parceiros as noções de origem eram uma variável importante. No geral, dava-se preferência a companheiros da mesma nação, ou de regiões culturalmente parecidas. Assim, era mais comum africanos casarem-se entre si, o mesmo acontecendo com os crioulos. Mas não era raro que livres e escravos se unissem.

Havia muito mais homens africanos que mulheres, uma vez que os homens eram mais cobicados para o trabalho pesado das plantações, dos engenhos, das minas, do transporte de cargas. Se em sua terra natal os homens estavam acostumados à possibilidade de terem várias mulheres, aqui a situação era diferente, pois as mulheres também podiam ter vários homens, mesmo que em momentos diferentes da vida.

Além disso, o objetivo maior da união entre um homem e uma mulher africanos, que era a procriação, em terra de cativo mudava de sentido. Era duro pensar que os filhos viveriam como escravos. Por outro lado, muitas vezes a família estável tinha melhores condições de moradia e tratamento que os demais escravos, o que poderia estimular a vontade de ter filhos. De qualquer forma, o fato é que os níveis de mortalidade infantil eram altos e [...] a reprodução natural entre os escravos era pequena.

Além de ter seu sentido mais importante alterado, o casamento ainda estava sujeito à invasão sexual do senhor, que obrigava suas escravas a se deitarem com ele quando lhe apetecesse [...]. Esse era um conjunto de situações que exigiam novas

soluções para a união entre homens e mulheres e a consequente construção de uma família.

O que parece ter ocorrido no que se refere ao casamento nas comunidades negras (e a hesitação em fazer afirmações precisas se deve em grande parte à escassez das informações a esse respeito) é que existiram muitos arranjos matrimoniais e formas de constituição de grupos familiares. A maioria destes era chefiada por mulheres, com filhos de um mesmo pai ou de homens diferentes, incluindo pessoas de gerações anteriores, que ajudavam na criação das crianças. O mais comum é que uma pessoa tivesse ao longo da vida sucessivas relações afetivas estáveis. Não era raro estas serem interrompidas pela venda de um dos parceiros para outro senhor. Também não era raro que um dos parceiros, livre ou liberto, ajudasse a libertar o outro, assim como os filhos de ambos, que seriam escravos caso a mãe o fosse.”

SOUZA, Marina de Mello e. *África e Brasil africano*. São Paulo: Ática, 2007. p. 107-108.

Se julgar conveniente, essa também é uma boa oportunidade para estabelecer uma reflexão a respeito da variedade das formações familiares na atualidade, promovendo uma cultura de tolerância e respeito à diversidade.

#### **Sugestão de leitura**

NOVAIS, Fernando; SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 1.

## **Decifrando o Enem**

59

A questão selecionada pode ser considerada fácil. Ela demanda principalmente a leitura atenta do texto, do enunciado e das alternativas. Sugerimos aproveitar a oportunidade para retomar alguns temas com a classe por meio da análise do texto historiográfico, do próprio enunciado e das alternativas: os hábitos de consumo alimentares no Ocidente europeu medieval; os contatos europeus com o Oriente, intensificados com as Cruzadas; as guerras de Reconquista na Península Ibérica; o papel do tráfico de escravos na acumulação primitiva de capital e no controle das colônias pelas metrópoles; a tecnologia agrícola e os gêneros cultivados pelos ameríndios.

Sobre o conceito de Antigo Sistema Colonial, presente no enunciado, pode-se acrescentar que os historiadores utilizam essa expressão para diferenciar dois contextos históricos distintos: a colonização europeia da América (entre os séculos XVI ao XVIII) e a partilha e dominação da África e da Ásia (no final do século XIX até meados do século XX).

## A posse da terra e a produção do açúcar no Brasil colonial

A produção da cana-de-açúcar constituiu-se na principal atividade de exploração da terra no Brasil colonial. A historiadora Vera Ferlini expõe, no texto a seguir, o engenho como polo aglutinador e organizador da propriedade no Brasil.

“O grande engenho, sabemos, requeria capitais de vulto, e o empreendimento colonial associava ao Estado homens de largos recursos aos quais interessava a produção em grande escala, capaz de remunerar altamente seus investimentos. Era preciso, ainda, atrair empreendedores de menores cabedais que se responsabilizassem pelo cultivo da cana, abastecendo os engenhos de sua matéria-prima, provedores, ao mesmo tempo do substrato populacional básico da dominação portuguesa. Vê-se pois que, na colonização do Brasil, não se tratava de impedir a pequena propriedade em si, mas de impedir a pequena propriedade desvinculada ao processo de produção hegemônico, dominado pelo capital mercantil. [...]

De qualquer forma, a massa de recursos requerida para o trato das lavouras por lavradores de cana, cada um de *per si*, era acessível a colonos de pequenos cabedais. Essa contribuição dos lavradores era multiplamente benéfica ao negócio colonial: atraía maior número de colonos, fixando-o ao novo território; garantia aos engenhos a matéria-prima necessária, e eximia-os dos avultados gastos com escravaria a serem feitos caso arcassem também com as lavouras. Mas o mais importante era essa relação entre engenhos e lavradores configurar, ao mesmo tempo, a grande exploração (sob a hegemonia do engenho) e os pequenos e médios produtores. À propriedade da terra parcelada juridicamente nos partidos subjazia o latifúndio latente no poderio do engenho.

Quais as terras aproveitáveis pela cana no Nordeste, à época colonial? Embora os engenhos se espalhassem por toda a região litorânea desde Ilhéus até o Rio Grande do Norte, a maior parte estava concentrada em torno da Baía de Todos-os-Santos e em Pernambuco, próximo ao porto de Recife.

A área do Recôncavo constitui um berço propício à economia açucareira: terras férteis entrecortadas de rios e abrigo para

navios que faziam o transporte oceânico. A rede hidrográfica proporcionava transporte barato e fácil para a cana das lavouras para o engenho, e o açúcar dos engenhos para o porto de Salvador. Nas condições da produção baiana, a proximidade dos rios era elemento de valorização das terras, permitindo também maior rentabilidade aos investimentos. [...]

Além da abundância de vias fluviais, o Recôncavo beneficiava-se de bons solos, clima propício e boa taxa pluviométrica. [...] O clima tropical, sem geadas, favorecia o cultivo da cana, a exigir um período de dezoito meses para sua maturação. O regime de chuvas propiciava de 1.800 a 2.000 mm anuais no litoral, concentrando-se as precipitações entre março e agosto (60 a 70%), com outra breve estação de águas de outubro a dezembro. [...]

O massapé era a terra preferida para o plantio de cana. [...] Rica em matérias orgânicas, retém a umidade, favorecendo o desenvolvimento da cana. [...] Em geral a produção correspondeu à primitiva Zona da Mata Nordestina. Essa área de floresta fechada foi totalmente devastada pela lavoura, e é possível traçar os limites primitivos da mata densa, a partir da distribuição dos canaviais e das fábricas de açúcar. Em torno das várzeas marginais da baía, as plantações devoraram as matas, enquanto os currais apoderaram-se das manchas de campos entremeados à selva. [...]

Da região do Cabo até o porto de Recife estendia-se outra zona de alta densidade dos canaviais. [...] As matas densas, indicadoras de solo férteis, começavam a aparecer ao norte do São Francisco e constituíram ‘o *front* de ataque dos lavradores canavieiros’. Nessa área, as chuvas caíam entre março e agosto, na parte norte. As baixas oscilações de temperatura e a abundância de rios, tal qual no Recôncavo, favoreceram a proliferação dos engenhos. De acordo com Van der Dussen, essa região, em 1639, concentrava 121 engenhos moentes e correntes.

Essas áreas do Nordeste representaram, ao longo do período colonial, o centro de doações e disputas de terra para o açúcar, concentrando negros, engenhos e principalmente poder.”

FERLINI, Vera. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. Bauru: Edusc, 2003. p. 216-224.

## A mineração no Brasil colonial



### Contextualizando

Neste capítulo abordamos a atividade mineradora e seus impactos econômicos, político-administrativos e sociais para o Brasil colonial.

A prospecção de metais preciosos, expectativa dos colonizadores portugueses, motivou a organização de expedições ao interior da colônia, paralelamente às bandeiras de apresamento indígena.

A descoberta das minas de ouro e diamantes, na região que, posteriormente, passou a ser conhecida como Minas Gerais, trouxe mudanças importantes para a colônia. Atraiu o povoamento para áreas distantes do litoral, levou à formação de uma sociedade mais urbanizada e diversificada, em comparação à sociedade açucareira, e impulsionou a formação de um mercado interno. A riqueza, representada pelo ouro, levou ao aumento do controle exercido pelo Estado português e à transferência da capital da colônia para o Rio de Janeiro. Entretanto, permitiu o florescimento das artes, com destaque para o Barroco mineiro.

Apesar da maior diversidade e de alguma possibilidade de mobilidade social, a sociedade mineradora era altamente estratificada: uma minoria de proprietários, comerciantes e contratadores contrastava com a multidão de escravos e uma parcela significativa de homens livres e pobres.

Além desses temas, o capítulo apresenta as revoltas regionais de colonos contra medidas da Coroa ou seus representantes locais e discute algumas manifestações religiosas na América portuguesa, ressaltando a especificidade do sincretismo resultante da convivência entre diferentes culturas.

### Os impactos ambientais da mineração

60

Os materiais apresentados nesta abertura fornecem subsídios para discutir os impactos ambientais causados pela atividade mineradora em diferentes momentos históricos. A imagem registra o distrito de Bento Rodrigues,

no município de Mariana (MG), coberto pela lama após o rompimento da barragem de rejeitos de uma empresa mineradora, em novembro de 2015. Essa lama matou cerca de vinte pessoas e destruiu o distrito de Bento Rodrigues, deixando centenas de desabrigados. Além disso, atingiu os rios da região, chegou ao Rio Doce e ao Oceano Atlântico, na altura do Espírito Santo, causando danos aos ecossistemas e às atividades da população local.

O texto, por sua vez, apresenta alguns danos ambientais decorrentes da atividade mineradora nos séculos XVIII e XIX. Sugerimos destacar outros exemplos de problemas causados pela mineração, além daqueles citados no texto de Warren Dean, incentivando o estabelecimento de relações entre o passado e o presente. Cabe recordar que o alto curso do Rio Jequitinhonha, no norte de Minas Gerais, vem sendo explorado incessantemente desde o século XVIII para a extração de diamantes e, hoje, encontra-se ameaçado de extinção, o que tem levado as autoridades a regulamentar, e até proibir, o garimpo e as atividades de empresas mineradoras na área. Na atualidade, grandes empreendimentos mineradores no estado de Minas Gerais exploram o minério de ferro e outros, principalmente na região conhecida como “quadrilátero ferrífero” (no centro-sul do estado), causando impactos significativos ao ambiente, considerando a intensidade da exploração, o porte das empresas e as tecnologias empregadas.

### Atrás de uma bandeira

61

Durante o século XVI, a presença portuguesa na América do Sul limitou-se ao litoral, onde se concentravam as plantações de cana e os engenhos de açúcar. A partir do século XVII intensificam-se as expedições rumo ao interior do território, impulsionadas pelas mudanças na conjuntura política europeia e no interesse da Coroa portuguesa e dos colonos em encontrar novas fontes de riqueza.

Nessa época, a cidade de São Paulo passou a ser conhecida como a “boca do sertão”, porque, devido à fraca produção dos engenhos da capitania de São Vicente, os

paulistas organizaram expedições em busca de outras atividades: a procura de ouro e de pedras preciosas, a captura de indígenas para o trabalho forçado, o combate aos núcleos quilombolas (a serviço das autoridades coloniais). Esses aspectos podem ser mais bem explorados com os alunos por meio do mapa “Bandeiras dos séculos XVII e XVIII” (página 61). Sugerimos orientar os alunos a observar de onde partiam as expedições, os caminhos que seguiam e seus diferentes objetivos, relacionando as bandeiras ao avanço da ocupação do interior do território.

## Caminhos do ouro

62

A descoberta das primeiras jazidas importantes em Minas Gerais, no final do século XVII, ocasionou uma corrida ao ouro: gente originária de todas as regiões da colônia e também da metrópole provocaram o rápido povoamento da região. A formação de arraiais e vilas ocorreu de forma desordenada, e havia problemas e conflitos de todo o tipo: desde a falta de alimentos até as violentas disputas pela posse das melhores jazidas. O principal conflito foi a Guerra dos Emboabas (página 62), entre 1708-1709, fruto da rivalidade entre os paulistas e os portugueses e pessoas originárias de outras capitanias pela primazia na exploração do metal precioso.

“O abastecimento das áreas de mineração” (página 63) também foi um problema constante. Registros da época documentam o alto preço dos alimentos e dos animais, em comparação com outras regiões da colônia. A demanda por alimentos favoreceu o desenvolvimento da agricultura de subsistência e da pecuária nas áreas mineradoras e estimulou o surgimento de um mercado interno, incrementando o comércio entre as várias regiões da colônia, sobretudo por meio da atuação dos tropeiros – condutores de tropas de mulas e gado que transportavam mercadorias.

Vale comentar que cada tropa tinha entre 20 e 50 animais, que carregavam cada um cerca de 4 a 8 arrobas (o equivalente a 14,7 kg), numa distância que não ia além de 6 léguas por dia (cerca de 39 km). Se, por um lado, o transporte era perigoso, lento e dispendioso, por outro, estimulou o surgimento das feiras de gado, espalhadas por toda a colônia. As mais expressivas foram as de Campina Grande (PB), Feira de Santana (BA) e Sorocaba (SP).

Contrastando com as regiões açucareiras, a população das áreas mineradoras concentrava-se em “Arraiais, vilas e cidades” (página 64), que, além de serem centros administrativos e comerciais, cumpriam importantes funções religiosas e de sociabilidade para os diferentes grupos sociais.

## O Tratado de Madri

64

Nesse boxe destacamos que o avanço da colonização portuguesa para além da Linha do Tratado de Tordesilhas levou à redefinição das fronteiras com as possessões espanholas na América e que, nesse contexto, a fundação de vilas desempenhou papel estratégico.

É importante acrescentar que a questão das fronteiras entre as Américas portuguesa e espanhola continuou gerando conflitos. O Tratado de Madri foi suspenso em 1761, sendo substituído pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777).

Esses temas, diretamente relacionados à formação do território brasileiro, podem ser trabalhados de forma interdisciplinar com a geografia.

## ◆ Fiscalização real

65

Em função da atividade mineradora, a Coroa portuguesa promoveu uma reorganização administrativa na colônia. Em 1702 criou a Intendência das Minas, intensificando a fiscalização sobre os colonos. Além disso, criou a capitania de Minas Gerais (1720), desligada da capitania de São Paulo. Também foram estabelecidas as Casas de Fundição, para extrair o quinto real, e a circulação de ouro em pó e de pepitas foi proibida. Os caminhos que davam acesso à região mineradora eram controlados pelo governo. Mas, mesmo assim, a Coroa não conseguiu evitar o intenso contrabando de metais e pedras preciosas, pelas mãos de colonos e de reinóis.

## Exploração de diamantes

66

A descoberta de diamantes na região do Tejuco levou o governo metropolitano a estabelecer fiscalização e controle mais rígidos, com a criação do Distrito Diamantino. Para evitar os desvios da imensa riqueza, a Coroa portuguesa adotou o sistema de contratos, que atribuía a uma única pessoa o direito de explorar os diamantes, em troca de uma taxa anual. Quando se instalou o sistema da Real Extração, a Coroa passou a explorar diretamente as jazidas diamantíferas. Mas as atividades clandestinas de garimpeiros individuais e mesmo de escravos conseguiam, por vezes, escapar dos rígidos controles e fugir ao fisco, alimentando as redes de contrabando de metais e pedras preciosas na colônia. Esse aspecto pode ser mais bem compreendido e explorado por meio da leitura e interpretação do texto de Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta, citado na página 66.

## Trabalhando com fontes 67

### • Modo de minerar diamantes

As atividades propostas têm por objetivo desenvolver as habilidades dos alunos relacionadas à leitura de imagens no campo do conhecimento histórico. Vale destacar o agrupamento de casas representado ao alto e à direita da imagem: os telhados das casas, feitos de palha, apresentam o formato de um cone, de acordo com as tradições do reino do Mali, conhecido por sua riqueza em ouro. Sugerimos aproveitar para comentar com os alunos sobre a contribuição dos africanos escravizados para o desenvolvimento da mineração, enfatizando seu papel no aperfeiçoamento das técnicas empregadas nesta atividade.

Essa também é uma boa oportunidade para retomar o tema da abertura do capítulo, que discute os impactos ambientais causados pela mineração desde os tempos da colônia.

## A sociedade mineira 68

A sociedade que se formou nas áreas mineradoras apresentou características originais, se comparada ao Nordeste açucareiro, por seu caráter mais urbano, pela diversidade social e também pela possibilidade de mobilidade proporcionada pelos lucros auferidos com as atividades extrativas.

Sugerimos analisar com os alunos o gráfico “A sociedade mineira (século XVIII)” (página 68) e, com base nele, caracterizar os diferentes grupos sociais que a compunham. É importante destacar que os escravos africanos constituíam metade da população e que, apesar da existência de uma camada intermediária, o bruto das riquezas permanecia concentrado nas mãos de uma elite mineradora. A existência de um grupo considerável de pessoas livres e pobres, que sobreviviam precariamente, indica os limites do acesso às riquezas originárias da mineração.

Também é possível aproveitar a oportunidade para realizar uma síntese a respeito da experiência da escravidão no Brasil, recuperando as informações que os alunos já possuem sobre o assunto, abordadas em capítulos anteriores, e acrescentando novos dados. Destacamos as relações entre senhores e escravos no ambiente urbano, diferenciando os escravos domésticos, os escravos de ganho e os de aluguel, bem como as possibilidades de compra de alforria. Cabe, ainda, retomar o tema da resistência à escravidão, identificando especialmente as formas de resistência cotidianas, como o boicote ao trabalho, a participação em irmandades religiosas e a manutenção de elementos culturais de matriz africana. O boxe “Qui-

lombos em Minas Gerais” (página 69) amplia o estudo, inscrevendo os quilombolas em uma complexa rede comercial clandestina, que incluía ouro e pedras preciosas.

### Sugestões de leitura

CENTRO de Documentação Eloy Ferreira da Silva (Cedefes). *Comunidades quilombolas em Minas Gerais no século XXI: história e resistência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

RUSSELLWOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

## Religiosidade popular na colônia 70

Neste tópico, destacamos as particularidades do catolicismo praticado na América portuguesa, raiz de tradições até hoje visíveis na sociedade brasileira. Chamamos a atenção para o fato de que as práticas religiosas foram marcadas pelo sincretismo, reunindo tradições europeias, africanas e indígenas, e refletiram as divisões da sociedade colonial. As irmandades religiosas, por exemplo, eram organizadas segundo critérios étnicos e sociais; os templos, as festas, os cemitérios por elas mantidos também seguiam essa ordenação.

Os africanos escravizados e trazidos para o Brasil foram obrigados a se converter ao catolicismo. Participavam de irmandades religiosas, distintas conforme a etnia à qual pertenciam. Os angolanos, em geral, formavam a Venerável Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora das Portas do Carmo; os daomeanos (jejes) organizavam-se na devoção de Nosso Senhor Bom Jesus das Necessidades e Redenção dos Homens Pretos, entre outros exemplos.

Cabe comentar que várias festas populares, ritos e celebrações de caráter religioso no Brasil remontam às práticas sincréticas formadas durante a época colonial. Além das congadas, abordadas no texto, podemos citar as procissões e outras festividades da Semana Santa, a produção de presépios durante a época do Natal e a organização de romarias a lugares considerados santos; as festas de São Benedito e de Nossa Senhora do Rosário; as celebrações do dia de São Cosme e São Damião; as homenagens a Iemanjá e a Nossa Senhora dos Navegantes (no dia 2 de fevereiro); e a lavagem das escadarias da Igreja de Nosso Senhor do Bonfim, na Bahia.

Também é importante destacar que as riquezas proporcionadas pela mineração, associadas à forte

religiosidade presente na sociedade colonial e à atuação das irmandades, favoreceram o florescimento da arte barroca na região das Minas Gerais.

O Barroco mineiro apresentou características específicas, como o uso da pedra-sabão como matéria-prima em esculturas e medalhões das portadas (fachada principal); as colunas brancas ornadas com ouro; as pinturas alegóricas e multicoloridas nos tetos com efeitos ilusionistas; e as torres laterais cilíndricas. Esse estilo atingiu o auge com a proliferação de igrejas pertencentes às irmandades religiosas, muitas delas projetadas por Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, e decoradas com esculturas do mesmo artista e com as pinturas de Manuel da Costa Ataíde.

Cabe comentar que o apelido de Aleijadinho foi atribuído a Antônio Francisco Lisboa em função de uma doença degenerativa que o deformou. Conta-se que ele chegou a trabalhar com as ferramentas amarradas em seus punhos, pois já havia perdido quase todos os dedos das mãos em decorrência da enfermidade.

Sugerimos explorar com os alunos as imagens das obras desses artistas (página 71). Também é oportuno discutir com a classe a importância dos conjuntos arquitetônicos e das obras de arte produzidas nesse período, como parte do patrimônio cultural brasileiro e mundial. Vale mencionar que o Brasil possui 12 sítios do patrimônio cultural (e 7 sítios do patrimônio natural) declarados patrimônio da humanidade pela Unesco. Entre eles estão a cidade de Ouro Preto (MG), o centro histórico das cidades de Diamantina e de Goiás, ou Goiás Velho (GO), e o Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas (MG), ambos relacionados ao período da mineração.

### Sugestões de leitura

BOSCHI, Caio César. *O Barroco mineiro: artes e trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

IPHAN. *Salvaguarda do patrimônio – Ouro Preto – MG*. Brasília: Iphan/Programa Monumenta, 2008. Disponível em <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Salvaguarda\\_do\\_Patrimonio.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Salvaguarda_do_Patrimonio.pdf)>. Acesso em 21 mar. 2016.

OLIVEIRA, Myriam A. Ribeiro. *O Aleijadinho e o Santuário de Congonhas*. Brasília: Iphan/Programa Monumenta, 2006. Disponível em <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColRotPat1\\_AleijadinhoSantuárioCongonhas.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColRotPat1_AleijadinhoSantuárioCongonhas.pdf)>. Acesso em 21 mar. 2016.

PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *As Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007. v. 2.

SALLES, Fritz Teixeira de. *Associações religiosas no ciclo do ouro*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

TINHORÃO, José Ramos. *As festas no Brasil colonial*. São Paulo: Editora 34, 2000.

## Vassalos rebeldes

72

Neste tópico são examinadas três rebeliões que se destacam entre os movimentos realizados pelos colonos contra as políticas metropolitanas, entre os séculos XVII e XVIII: a "Revolta de Beckman" (página 72), a "Guerra dos Mascates" (página 73) e a "Revolta de Vila Rica" (página 74).

A Revolta de Beckman (1684-1685) foi um movimento contra a Companhia Geral de Comércio do Maranhão, que detinha o monopólio sobre o comércio com a capitania. Os preços praticados prejudicavam os interesses dos colonos, que organizaram o movimento. Chegou-se a constituir um governo provisório, que logo foi deposto pelas autoridades metropolitanas. O movimento foi sufocado, e seus principais líderes receberam a pena de morte.

A Guerra dos Mascates (1710-1711) resultou da rivalidade e dos conflitos de interesses entre os grandes comerciantes de origem portuguesa de Recife e os senhores de engenho e proprietários de terra sediados em Olinda, endividados em virtude da baixa dos preços do açúcar no mercado internacional. Os confrontos armados entre os dois grupos terminaram com a vitória dos comerciantes do Recife e com a prisão e o degredo das lideranças olindenses. No boxe "Mascates" (página 73) discutimos a utilização desse termo para designar o conflito.

A Revolta de Vila Rica (1720), conhecida também como Revolta de Filipe dos Santos, consistiu num movimento de protesto contra a Casa de Fundição e os desmandos dos funcionários metropolitanos que atuavam na região. Reuniu uma variedade de grupos da sociedade mineira, conforme exposto no texto de Cláudia Damasceno Fonseca (página 74). Recomendamos que esse texto seja objeto de leitura coletiva e de discussão com os alunos. Por meio dele, pode-se indagar, por exemplo, os motivos pelos quais Filipe dos Santos foi o único participante da revolta condenado à morte. Cabe recordar que, depois de controlada a revolta, a capitania de São Paulo e Minas do Ouro foi dividida em duas (São Paulo e Minas Gerais), por decisão da metrópole, que visava aumentar o controle sobre a região das minas.

BOXER, Charles. *Idade de ouro do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FIGUEIREDO, Luciano. *Rebeliões no Brasil colônia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. (Coleção Descobrimo o Brasil)

MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates*. Pernambuco: 1666-1715. São Paulo: Editora 34, 2003.

## Rio de Janeiro, capital do Brasil 75

Neste tópico retomamos as transformações que ocorreram na colônia com a atividade mineradora: multiplicação de povoados, vilas e cidades no interior do território, intensificação da comunicação entre as várias capitâneas, com vistas a abastecer a região das minas de mercadorias variadas, vindas de vários pontos da colônia e também da metrópole. Nesse contexto, destacamos que a cidade do Rio de Janeiro cresceu em importância, tornando-se a capital da colônia em 1763. Pode-se comentar que a mudança da capital de Salvador para o Rio de Janeiro também indicava a relevância que o porto da cidade assumiu no escoamento de riquezas da colônia, sobretudo dos metais e pedras preciosas da região mineradora, para a metrópole.

## Decifrando o Enem 78

O tema proposto permite lembrar conteúdos relacionados às sociedades africanas pré-coloniais, estudados no primeiro ano do ensino médio. Além disso, é uma boa oportunidade para aprofundar os conhecimentos sobre a formação da cultura afro-brasileira, retomando as manifestações culturais pesquisadas na questão 13 da seção “Atividades” e trabalhar outros exemplos, como o calundu e a umbanda. No campo da religiosidade de origem católica, pode-se recordar a formação de irmandades em torno de determinados santos e as festas de celebração de reis e rainhas negros. Pode-se comentar, também, a respeito dos africanos de tradição islâmica, trazidos principalmente para Salvador, onde as marcas de sua presença são visíveis até a atualidade (por exemplo, nos afoxés e no uso do abadá). No campo da música, é possível perceber inúmeras contribuições africanas, como o uso de certos instrumentos musicais e a permanência dos batuques e outros ritmos africanos que deram origem aos maracatus em Pernambuco, ao tambor de crioula no Maranhão, ao maxixe e ao samba no Rio de Janeiro, só para citar alguns exemplos. Com o apoio do professor de língua portuguesa, os alunos poderão também pesquisar a influência africana em nosso vocabulário.

### ▶ Texto complementar

#### *As metamorfoses do ônus e da utilidade*

No texto a seguir, a historiadora Laura de Mello e Souza discorre sobre as contradições do Estado em relação aos indivíduos considerados desclassificados sociais – muito numerosos na região das minas.

“O processo de formação do capitalismo gerou, de um e de outro lado do Atlântico, multidões de desclassificados sociais. Lá, vegetaram nas fímbrias do sistema até que ‘a inteligência do capitalismo nascente’ os encerrasse em estabelecimentos especiais e, logo depois, passasse a ter neles um exército de reserva para o proletariado. Aqui, criados e deixados sem razão de ser, foram sistematicamente taxados de vadios e inaptos ao trabalho, avolumando-se durante os séculos e constituindo, na época da abolição, uma massa considerável de mão de obra inaproveitada.

[...] os documentos europeus se referiram com frequência ao caráter de inutilidade que revestia a camada de desclassificados: seriam

assim, inúteis ao mundo, ou na formulação do jurista de Lyon, ‘o peso inútil da terra’. Necessitando com premência de braços para suas ‘plantations’ as colônias absorveram um grande número desses elementos indesejados, e, ‘ergástulo de delinquentes’, exerceram a função que caberia, a seguir, ao ‘grande fechamento’. Foi assim que a inutilidade dos vadios, ladrões, vagabundos e criminosos dos centros hegemônicos pôde, pela primeira vez, se transformar em utilidade, filtrada pela válvula de escape do sistema colonial.

As minas foram o espaço privilegiado da desclassificação social nos tempos coloniais, e isto se deveu tanto ao rápido afluxo populacional que lá se verificou como ao caráter específico da exploração aurífera. Nas lavras, os homens livres foram mais numerosos que em outros pontos da colônia, e, por mais paradoxal que possa parecer, entre eles se dividiu a extrema pobreza da economia mineradora – [...] democrática na miséria que soube distribuir entre um maior número de indivíduos.

Triturados por uma exploração econômica predatória e imprevidente, esmagados pelo peso enorme do fiscalismo, perseguidos por uma política normatizadora que os desejava enquadrar a todo custo, os desclassificados proliferaram nas montanhas mineiras como em viveiro. Essa pujança extrema foi vista de duas maneiras opostas: como utilidade e como ônus.

A percepção de sua utilidade se assentava na ideia de que, onerosos em ‘todas as nações civilizadas’, os vadios seriam úteis na região das minas, onde havia demanda considerável de mão de obra alternativa à escrava e que servisse para reprimir quilombos, vigiar os índios do sertão, agriculturar terras longínquas cobertas ainda por florestas virgens, descobrir novos regatos auríferos e veios escondidos nas profundezas, desempenhar, enfim, tarefas de que o cativo não podia se desincumbir. Aliás, desde os fins do século XVII as minas vinham funcionando como ‘ergástulo interno’ de delinquentes, drenando os desclassificados incômodos das capitânicas vizinhas, agasalhando os desertores dos portos costeiros e os criminosos temíveis que haviam cometido delitos em outras paragens.

Entretanto, se por um lado o sistema colonial e o escravismo emprestavam nova face aos desclassificados, tornando-os aproveitáveis e até úteis, a sua característica de ‘peso inútil da terra’ não se perdera de todo, e voltava esporadicamente a aflorar nas considerações drásticas das autoridades, que neles não viam, senão, boa apenas para consumir víveres e criar confusões. Dizia Martinho de Mello e Castro ao Visconde de Barbacena ‘que os habitantes que fazem a riqueza do Estado são os úteis e os laboriosos, e não os ociosos e vadios, que são a ruína dos mesmos Estados’. Os mestiços pobres da colônia levavam uma vida desregrada e constituíam uma humanidade estranha e desconhecida que ameaçavam ininterruptamente a segurança

dos ‘homens bons, dos administradores coloniais e, em última instância, da metrópole. Estava criado o impasse: os escravos, numerosíssimos eram a classe laboriosa, ‘mas desconheciam a virtude’; os libertos, em número considerável, ‘eram perniciosos ao Estado’; os brancos, esses eram ‘os vassalos úteis da capitania, mas desgraçadamente em menor número’. Havia pois que vigiar sem repouso esses indivíduos, e enviá-los para longe sempre que fosse necessário. E era na defesa das fronteiras que essa gente onerosa – fronteira viva da sociedade – adquiria novamente o seu caráter de utilidade: longe da parte sã do corpo social, deixava de contaminá-lo e de pesar sobre ele com os custos de sua reprodução, ao mesmo tempo em que defendia uma colônia que lhe era madrastra. Útil enquanto vivo, o desclassificado continuava sendo-o depois da morte, quando não mais apresentava motivo de preocupação para uma sociedade que vivia no constante dilema de metamorfosear o ônus da vadiagem em utilidade: e os desclassificados morreram em quantidade, abandonados que foram à fome, às febres do sertão, às flechas dos índios, às balas dos castelhanos.

A nítida predominância da utilidade sobre o ônus constituiu um traço específico da colônia brasileira, e a diferenciou ante o processo de desclassificação verificado na Europa Moderna. Nas minas, uma e outra características se alternavam em função da intensidade com que lá atuaram os aparelhos de poder: em épocas de fúria normalizadora e fiscalista, o ônus cresceu sobre a utilidade; quando se apresentou a premência de adotar medidas que incrementassem a agricultura e possibilitassem novos descobertos, a utilidade recobriu o ônus.”

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990. p. 215-217.

## O iluminismo



### Contextualizando

Este capítulo aborda o pensamento iluminista, traduzido nas elaborações teóricas dos filósofos que marcaram a produção intelectual europeia, principalmente no século XVIII, e influenciaram grande parte das teorias posteriores. Essa é uma boa oportunidade para refletir com os alunos sobre a permanência de ideias que embasaram a organização da sociedade moderna, de seu pensamento e de seus valores.

O foco da abordagem recai sobre a razão como fundamento do iluminismo e da própria modernidade, do individualismo e do cientificismo. Vale lembrar que as ideias defendidas nesse período cumpriram papel revolucionário em sua época, considerando a Revolução Francesa e os movimentos posteriores. No entanto, não se tratou de um pensamento homogêneo, existindo várias divergências entre seus representantes. Além disso, alguns princípios iluministas foram incorporados por monarcas absolutistas europeus, os déspotas esclarecidos.

É importante destacar que o século XVIII, conhecido como "o Século das Luzes", foi marcado pela intensa atividade intelectual: muitos livros, jornais e panfletos circulavam nas principais capitais europeias. Seus conteúdos eram discutidos nos cafés, nas ruas e nos salões, onde ocorriam encontros para debater as novas ideias. O movimento atingiu também o outro lado do Atlântico: estudantes e outros viajantes levavam para o mundo colonial a agitação intelectual que ocorria na Europa.

### A ciência a favor da natureza 82

Nesta abertura propomos refletir sobre a relação entre ciência e preservação ambiental em diferentes momentos históricos. O texto sobre os experimentos e observações de Benjamin Franklin e a imagem mostrando o trabalho com mudas para reflorestamento são exemplos da importância da ciência e da tecnologia para a sobrevivência dos seres humanos e para a preservação da vida em nosso planeta.

É importante recordar que sob a influência do pensamento iluminista estabeleceu-se o primado da razão e da experimentação, em oposição aos dogmas religiosos. O conhecimento científico e suas aplicações práticas se

desenvolveram, produzindo grandes benefícios para a humanidade. Nesse sentido, pode-se solicitar aos alunos exemplos de aplicação dos conhecimentos científicos na produção de alimentos, vacinas e outros medicamentos (como os antibióticos e os analgésicos), que, com outras descobertas, tornaram possível a multiplicação da população do planeta nos últimos séculos.

De acordo com o tempo disponível e o interesse da classe, também pode-se ampliar a discussão propondo uma reflexão sobre ética e ciência. Esse tema tornou-se premente na segunda metade do século XX, após o aproveitamento da energia atômica para finalidades militares, as pesquisas na área da engenharia genética e as questões que envolvem a conciliação entre desenvolvimento e sustentabilidade ambiental.

### Origens do iluminismo 83

Para entender a lógica do pensamento iluminista, devemos considerar alguns pontos essenciais, como a defesa da razão como característica intrínseca ao homem. Os iluministas acreditavam que pela razão o ser humano podia compreender o mundo e a si mesmo, decifrar as leis da natureza e da sociedade e descobrir o Deus presente na natureza e no seu próprio interior. Para eles, a razão seria o principal critério norteador não apenas para a conduta dos homens, mas também das instituições e do próprio Estado. Com base nesse princípio, os iluministas fizeram a crítica à sociedade do Antigo Regime, à Igreja e ao absolutismo.

### A nova ciência 83

A valorização da razão, assim como da experimentação, são características do pensamento iluminista tributárias da Revolução Científica ocorrida no século XVII.

Nesse boxe apresentamos o método experimental desenvolvido por Galileu, com o objetivo de auxiliar na compreensão da Revolução Científica e de sua contribuição para a transformação da sociedade europeia do período.

Cabe comentar com os alunos que a construção e a consolidação das práticas científicas demandam tempo, de modo que muitos métodos, pressupostos e teorias dos pensadores do século XVII foram aprofundados, aprimorados e consolidados pelos iluministas.

## Mentalidade iluminista 84

Neste tópico apresentamos os principais pensadores iluministas e as ideias que defendiam. Sugerimos orientar os alunos na elaboração de um quadro-síntese para identificar e comparar o pensamento de cada um, a respeito da política e da sociedade. É interessante ressaltar que os iluministas não se limitaram a criticar o mundo em que viviam, mas elaboraram propostas para a organização do poder e da sociedade em novas bases. Algumas ideias iluministas, como direitos naturais do homem, contrato social, soberania popular, teoria da divisão de poderes, entre outras, são fundamentais até a atualidade.

Outra atividade que pode ser desenvolvida com os alunos é comparar as ideias de John Locke (página 84) e Jean-Jacques Rousseau (página 86). Ambos defenderam os direitos naturais do homem e o conceito de contrato social. No entanto, eles divergiram na abordagem de temas importantes, como a propriedade privada. Para Locke, a propriedade privada era um direito natural a ser garantido pelo pacto entre governo e sociedade. A diferença entre os homens na sociedade civil era dada pelo trabalho, pois, se perante a natureza todos os homens tinham direitos iguais (a propriedade sobre o corpo), a diferença entre eles só poderia ser creditada ao mérito pessoal de cada indivíduo. Já para Rousseau, era a propriedade privada que instituiu a desigualdade social e a dominação de uns sobre os outros. Nesse contexto dispar, o Estado surgiria para assegurar os direitos básicos de cada indivíduo.

Também é relevante destacar o papel da *Enciclopédia* na crítica das concepções científicas, intelectuais, políticas e sociais do Antigo Regime. Vale comentar que os pensadores iluministas tiveram em comum a defesa intransigente da liberdade de pensamento e de expressão, o que lhes valeu, inclusive, perseguições movidas pelos Estados da época.

### Sugestão de leitura

DARNTON, Robert. *O iluminismo como negócio: história da publicação da Enciclopédia – 1775-1780*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

## Economia liberal 87

O liberalismo desencadeou mudanças na estrutura do pensamento econômico da época ao apresentar uma nova forma de condução das transações econômicas que se afinava com os interesses da burguesia.

A ideia da não interferência do Estado na vida econômica, central no liberalismo, é respaldada no princípio da

existência de "leis naturais", como o direito à propriedade privada e a lei da oferta e da procura. A máxima dos fisiocratas – *laissez-faire, laissez-passer, le monde va de lui-même* (deixai fazer, deixai passar, o mundo marcha sozinho) – resume esses princípios.

Os economistas liberais acompanharam as ideias de Locke, para quem, entre o Estado e o indivíduo, se constitui uma nova esfera social: a sociedade civil. Organizada em grupos com objetivos comuns, a sociedade civil passava a defender seus interesses privados, manifestando-os publicamente. O ideário liberal validou a propriedade burguesa, entendida como fruto do trabalho, do esforço individual. Nessa concepção, a pobreza é vista como o resultado da incompetência pessoal, da incapacidade do indivíduo de adquirir bens e enriquecer.

Tais ideias permaneceram até o presente. Máximas como: "homem que trabalha vence na vida" e o mito do "*self made man*", o homem que se faz por si mesmo, típico da sociedade norte-americana, são derivados do pensamento liberal clássico.

O trabalho foi um tema central na teoria dos economistas liberais. Adam Smith, por exemplo, defendia que a fonte de toda a riqueza era o trabalho. Em sua obra *A riqueza das nações*, ele formulou uma das mais importantes reflexões sobre a divisão do trabalho – que posteriormente foi revisitada por Marx, Engels e outros teóricos. Segundo Smith, a divisão do trabalho seria uma maneira de agilizar e aprimorar a incipiente produção industrial. A discussão sobre essa teoria pode ser aprofundada por meio da questão 6 da seção "Atividades".

### Sugestão de atividade interdisciplinar

Thomas Malthus ficou conhecido pela teoria segundo a qual a população mundial tendia a crescer em uma progressão geométrica (PG), enquanto a produção de alimentos crescia em uma progressão aritmética (PA). Para que os alunos compreendam essa teoria, pode-se solicitar que construam um gráfico representativo desse aspecto dessa teoria com a ajuda do professor de matemática.

Após a construção do gráfico, pode-se pedir aos alunos que o analisem e apontem algumas implicações dessa teoria para as sociedades caso ela se confirmasse.

Desse modo, espera-se que os alunos percebam que, segundo a teoria de Malthus, a produção de alimentos cresceria em um ritmo muito menor do que o crescimento populacional, resultando na fome crônica. Para o economista e demógrafo britânico, essa situação deveria ser evitada adotando-se políticas severas de controle da natalidade.

## O despotismo esclarecido 89

Ficaram conhecidos como “déspotas esclarecidos” aqueles governantes europeus da segunda metade do século XVIII que colocaram em prática algumas reformas modernizadoras em seus Estados, mantendo, no entanto, as prerrogativas do absolutismo real.

Sugerimos enfatizar a atuação do Marquês de Pombal, ministro de D. José I, rei de Portugal, que procurou modernizar a administração portuguesa e implementou várias reformas no Brasil visando, no entanto, preservar o sistema colonial. O texto a seguir, escrito pelo historiador Fernando Novais, ajuda a compreender as características do governo pombalino.

### *O despotismo esclarecido em Portugal*

“Portugal inicia, com a governação pombalina, a era do despotismo esclarecido. Imposto de cima para baixo, o processo de mudança tinha que começar por um reforço do poder do Estado; daí o confronto com as forças que obstavam a centralização extrema: a nobreza, os jesuítas. Firmado no poder absolutista da realeza, o governo pombalino procedeu à remoção dos óbices institucionais à modernização do país: a inquisição passou a subordinar-se diretamente ao poder régio, suprimiu-se a distinção entre cristãos-velhos e novos, empreendeu-se a modernização do ensino. Ao mesmo tempo, uma maior racionalização se impunha na administração através do Erário Régio. Paralelamente, a ação econômica do Estado se fazia sentir em todas as direções: mobilização e concentração de capitais, recuperação dos mercados ultramarinos, promoção do surto manufatureiro patrocinado pelo Estado. Na esfera econômica, a linha de ação pautou-se pelo mercantilismo: monopólio, companhias, exclusivo, estatismo.

Essa manutenção do esquema mercantilista de política econômica no consulado pombalino, combinado com um poderoso movimento reformador de cunho ilustrado, só aparentemente é uma contradição [...]. Se importava mobilizar novas correntes de ideias para executar as reformas, não era menos imprescindível selecionar no conjunto da nova mentalidade aqueles setores que mais se adaptavam à situação portuguesa.”

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 223.

As reformas promovidas por Pombal serão estudadas no capítulo 9. No entanto, cabe recordar a instituição da derama (1750), a transferência da capital do Brasil de Salvador para o Rio de Janeiro (1763) e a criação da Real Extração de Diamantes (1771), temas trabalhados no capítulo 4.

## Sugestões de leitura

FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993. (Coleção Ensaios, 83)

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EdUERJ Contraponto, 1999.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

## O iluminismo e as descobertas científicas 90

Apresentamos neste tópico alguns cientistas do século XVIII e seus trabalhos mais relevantes para a época. Benjamin Franklin colaborou para o desenvolvimento da eletricidade. Por meio de diversos estudos, ele demonstrou que os relâmpagos eram faíscas elétricas, o que contribuiu para a invenção do para-raios. Lavoisier, por sua vez, foi importante para os estudos sobre o oxigênio, a água e a conservação da matéria, sendo considerado o pai da química moderna. Lady Mary Montagu destacou-se pelas investigações sobre a varíola, e Edward Jenner contribuiu para a invenção de uma vacina contra a doença, ao realizar experimentos em uma criança, primeiro com o vírus do *cowpox* (varíola bovina) e, depois, da varíola humana.

É relevante destacar que a busca pelo conhecimento e a valorização da liberdade de pensamento e do uso da razão eram características essenciais do pensamento iluminista que se desenvolveu ao longo do século XVIII. Essas ideias instigaram muitos cientistas a promover pesquisas que pudessem explicar fenômenos e outros mistérios da vida que até então não tinham sido explicados.

## Decifrando o Enem 93

A questão do Enem 2013 pode ser discutida com o professor de filosofia, numa proposta de trabalho multidisciplinar. A leitura do texto oferece a oportunidade de retomar as concepções políticas dos pensadores iluministas e sua importância para a ciência política em geral e para as práticas políticas de nosso tempo. Sugerimos também propor aos alunos que pensem sobre os motivos da publicação do livro *Do espírito das leis* pela primeira vez fora da França e de maneira anônima, bem como sua inclusão na lista de livros proibidos pela Igreja (o que aconteceu também com outras obras e outros autores iluministas). São procedimentos que cumprem o objetivo de aprofundar a reflexão da classe e, ao mesmo tempo, preparar o caminho para a compreensão da crise que antecedeu os movimentos revolucionários na América e na Europa, no final do século XVIII.

## A estruturação do Estado absolutista ilustrado

No trecho a seguir, o historiador Francisco Falcon chama a atenção para os aspectos que diferenciam o absolutismo clássico do ilustrado.

“No *absolutismo ilustrado* a principal mudança operada no campo da teoria política do absolutismo clássico consiste na redefinição da natureza do poder do príncipe, ficando intacto o Estado em si. Trata-se de modificar os métodos e objetivos da ação do Estado, através da ampliação da esfera da *governamentalidade*, a qual se expressa, a nível ideológico, pela afirmação de que o príncipe é apenas ‘o primeiro servidor do Estado’; algo bem diverso, portanto, daquela afirmação geralmente atribuída a Luís XIV – ‘*L’Etat c’est moi*’. Agora, o Estado não existe apenas para o príncipe; ele existe, sim, para atender as necessidades, aspirações e interesses de todos os súditos, ideal esse que se traduz através da noção de *felicidade pública*.

O modelo comum a todos os indivíduos ou grupos que, nas monarquias absolutistas do século XVIII, propugnavam por formas mais eficientes e justas de governo, era a Inglaterra.

Mas muito mais em função das realizações materiais e políticas do que pelas práticas administrativas e pela teoria constitucional desse país. A especulação política reformista no continente centrava-se na concepção do príncipe benevolente e iluminado. Seus principais adeptos foram os enciclopedistas, especialmente Voltaire e Diderot, cuja anglofilia levava-os a elogiar as liberdades inglesas e a sabedoria do seu sistema político, mas sem ver perspectiva de governo constitucional para os outros países senão num futuro muito distante, ao longo de um caminho que passava necessariamente pela monarquia ilustrada.

Apesar de confiarem no progresso, eram cautelosos quanto às consequências indesejáveis de mudanças radicais, capazes de colocar em perigo a propriedade e a hierarquia social:

‘Somos todos iguais como homens, mas não somos iguais na sociedade’ (Voltaire). A subversão da ordem, as revoluções política e social deviam ser temidas, pois trariam o povo à tona dos acontecimentos, e esse povo, sem instrução, embrutecido, entregue apenas aos seus próprios instintos, não passava de

uma ralé, uma *canaille*, que deveria ser mantida no ‘seu lugar’. Diderot é um exemplo típico desse pensamento: por um lado, um moralista sentimental, o que se aproximava de Rousseau no ódio aos privilégios e na preocupação em remediar as desigualdades sociais, e, por outro, um admirador do ‘despotismo legal’, que esperava o progresso vindo ‘de cima’ e pregava o respeito às leis existentes, condicionando a cidadania à propriedade: ‘É a propriedade que faz o cidadão: todo aquele que tem propriedades no Estado é interessado no Estado...’.

Em resumo, o que se pretendia era a conciliação racional da autoridade com os direitos naturais e a liberdade civil. O Estado é necessário e o próprio absolutismo pode ser tolerado, quer se trate do ‘despotismo ilustrado’, quer se trate do ‘despotismo legal’ [...].

A nós parece evidente que os ‘filósofos’ oscilavam com frequência entre suas simpatias (ou interesses) pessoais e suas convicções racionais, entre o apego àquilo que embora imperfeito, era conhecido – a tradição monárquica identificada com a ordem – e o ideal utópico da perfeição, que era o desconhecido e o incerto – as exigências do individualismo em ascensão. Explica-se talvez desse modo que suas reivindicações quanto ao governo ilustrado possam ser contraditórias ou, pelo menos, de difícil conciliação: autoridade absoluta do príncipe e liberdade de pensamento em todos os campos, aí incluída a liberdade de sua manifestação através da imprensa; manutenção da ordem e exigência da liberdade de associação e de crítica às instituições e às práticas econômicas e políticas; defesa do pacifismo e elogio aos príncipes constantemente envolvidos em guerras e disputas diplomáticas. Em síntese: não se contesta a monarquia absoluta em si mesma; impõe-se apenas que seja *iluminada*, isso é, inovadora, racional, dirigida por um príncipe *esclarecido*, um verdadeiro *filósofo* – alguém que admire e ouça os conselhos filosóficos ou, melhor ainda, que tenha sido educado por um filósofo desde cedo – é a antiga questão da *educação do príncipe* adaptada agora ao espírito das ‘luzes’. Somente assim, pensava-se, o absolutismo adquiriria um caráter policiado: reformista, civilizador, inimigo dos privilégios absurdos, do obscurantismo clerical e do parasitismo aristocrático.”

FALCON, Francisco José Calazans. *Despotismo esclarecido*. São Paulo: Ática, 2002. p. 13-16.

# Das Revoluções Inglesas à Revolução Industrial



## Contextualizando

O capítulo analisa as convulsões políticas e sociais por que passou a Inglaterra durante o século XVII, e as mudanças delas decorrentes, associadas ao pioneirismo britânico na industrialização.

As Revoluções Inglesas do século XVII caracterizaram-se pela oposição entre as forças do Antigo Regime ligadas ao absolutismo (nobreza feudal e Igreja Anglicana) e as forças de transformação ligadas ao Parlamento (nobreza mercantil e burguesia). No final do processo, as forças do Parlamento saíram vencedoras e instituíram a primeira monarquia parlamentar da história. Dessa forma, a burguesia inglesa iniciou o processo de ascensão e conquista do poder.

Na segunda parte do capítulo, a Revolução Industrial britânica do século XVIII é abordada do ponto de vista da transformação nas relações sociais e nas tecnologias de produção. São analisados também os impactos da industrialização sobre a sociedade da época, com o crescimento dos aglomerados urbanos e examinadas as condições de vida e de trabalho, bem como a organização sindical e política da nascente classe operária.

## Poluição e desenvolvimento industrial

94

A abertura propõe um diálogo entre o passado e o presente, com o objetivo de refletir sobre as questões ambientais decorrentes da industrialização. Os materiais selecionados apresentam informações sobre a China, onde os índices de poluição atingem níveis preocupantes, em virtude do rápido crescimento econômico do país nas últimas décadas.

É importante lembrar aos alunos que a poluição atmosférica, a poluição das águas fluviais e oceânicas e a contaminação do solo por resíduos químicos têm ocorrido com intensidade crescente desde a Revolução Industrial do século XVIII. Os registros da época descrevem em minúcias a paisagem das cidades britânicas,

tomadas pela fumaça exalada pelas chaminés das fábricas e, em meados do século XIX, o Rio Tâmesa chegou a ser considerado um "rio morto". Vale lembrar, também, os problemas decorrentes das imensas aglomerações urbanas formadas a partir de então, como os sérios prejuízos à saúde humana em função do acúmulo de lixo doméstico, a falta de saneamento, os ambientes de trabalho e moradia insalubres etc.

## Inglaterra: de potência marítima ao pioneirismo industrial

95

Neste tópico procuramos contextualizar as transformações políticas que levaram a burguesia inglesa ao poder, condição essencial para seu pioneirismo industrial. Para tanto, apresentamos um histórico da monarquia inglesa, desde Elizabeth I (dinastia Tudor) até Carlos I (dinastia Stuart), os conflitos entre a Coroa e o Parlamento e a composição social dessa instituição.

É importante ressaltar a posição de destaque do Parlamento na história da Grã-Bretanha, desde o século XIII, com a assinatura da Magna Carta, até os dias atuais. Para discutir a estrutura e o funcionamento do Parlamento inglês no século XVII, pode-se organizar um esquema que sintetize as principais características dessa instituição: a divisão em duas câmaras – a dos Comuns e a dos Lordes –, a composição social de cada uma, estabelecendo semelhanças e diferenças entre elas.

Sugerimos, ainda, estabelecer conexões com temas já estudados em anos anteriores, como as reformas religiosas. Os conflitos sociais e políticos da Inglaterra no século XVII adquiriram também um caráter religioso, já que as divisões de classe, ou mesmo os conflitos no interior de uma mesma classe social, coincidiam com diferentes opções em matéria de fé. O boxe "Elizabeth I e o anglicanismo" (página 95) oferece informações sobre sua política no campo da religião. Trata-se de uma boa oportunidade para discutir com os alunos de que maneira, em vários momentos da história, as questões políticas foram permeadas por questões de caráter religioso.

## Revolução Puritana 97

Consideramos importante destacar os grupos sociais que estavam em conflito durante a guerra civil que opôs as forças leais ao rei Carlos I e o Exército do Parlamento, bem como as ideias que cada grupo defendia a respeito do poder real, do poder do Parlamento, da organização do Exército e das questões religiosas.

Durante a “República de Cromwell” (página 98), destacamos a atuação do governante no sentido de manter a *Commonwealth* e as medidas econômicas adotadas, como a extinção de taxas arbitrárias e o primeiro Ato de Navegação, que foi fundamental para estabelecer a hegemonia marítima da Inglaterra a partir de então.

### Sugestão de atividade

Ao longo do reinado de Elizabeth I aconteceram três grandes rebeliões na Irlanda em virtude dos Estatutos de Supremacia e Uniformidade. Aprovados em 1559 pelo governo inglês, eles tinham como objetivo limitar a prática do catolicismo e reinstalar a supremacia da Igreja Anglicana. No governo de Jaime I, no século XVII, terras pertencentes ao condado de Ulster foram confiscadas e distribuídas entre os súditos ingleses e escoceses protestantes, por meio de um sistema de colonização discriminatório e desfavorável para os irlandeses (de tradição católica). Essa situação desencadeou um levante geral em 1641 que durou mais de onze anos e foi dominado pelas forças de Oliver Cromwell.

Sugerimos organizar uma pesquisa sobre os conflitos entre Irlanda e Inglaterra, identificando: as origens do conflito, ainda na Idade Média; a integração da Irlanda à *Commonwealth*; a retomada do movimento pela independência da Irlanda no século XIX; os conflitos com a Irlanda do Norte no século XX; o estado atual da questão.

O trabalho pode ser complementado com uma pesquisa de títulos de filmes que abordam a questão da Irlanda, e referências ao conflito na música pop produzida no mundo anglo-saxão, para estabelecer vínculos entre a produção cultural contemporânea e o conhecimento histórico. Os alunos poderão organizar os conteúdos de suas pesquisas em painéis ou através de meios eletrônicos, para apresentação em classe.

## Revolução Gloriosa 99

A restauração da monarquia trouxe de volta ao poder a dinastia Stuart e, com ela, alguns dos conflitos esboçados no período anterior à guerra civil. A solução proposta pelo Parlamento foi o afastamento de Jaime II e a coroação de Guilherme de Orange como monarca da Grã-Bretanha e da Irlanda, sob o regime constitucional e parlamentarista. Era o fim do absolutismo e o início da proeminência da burguesia britânica no poder.

Entre as medidas do novo governo, destacamos o Ato de Tolerância (*Toleration Act*) e a Declaração de Direitos (*Bill of Rights*). É relevante comentar que a Declaração de Direitos colocou em prática as ideias do contratualismo de John Locke, sendo, por isso, considerada um marco inicial da era dos “direitos individuais e civis”. O documento revela que a relação entre governantes e governados começava a apresentar mudanças: os súditos estavam se transformando em cidadãos.

A Declaração de Direitos estabeleceu os limites do poder real e outras prerrogativas do Parlamento, como: eleições livres e garantia para liberdade de expressão de seus membros e autoridade sobre a formação de exércitos. Outros artigos relacionavam-se aos direitos dos cidadãos: eles poderiam fazer petições ao rei e passariam a ter algumas garantias no campo judiciário (as penas demasiadamente severas, fianças exorbitantes e confisco de bens antes da realização de um julgamento foram proibidos). Dois artigos chamam a atenção sobre as especificidades da sociedade britânica da época: os súditos protestantes adquiriram o direito de portar as armas necessárias para sua defesa (o que excluía os “não protestantes”, ou seja, os católicos); e a lista de jurados de um tribunal deveria ser integrada por “livres proprietários de terras” – o que excluía as classes trabalhadoras e parte das classes médias britânicas. Essa concepção de cidadania, restrita às classes proprietárias, foi característica do liberalismo político, na Europa e nas Américas, até o século XIX.

Apresentamos um trecho da Declaração de Direitos (página 99). Sugerimos que ele seja lido coletivamente e interpretado com os alunos, identificando as mudanças nas relações de poder estabelecidas até então.

## Pioneirismo britânico na industrialização 100

É importante discutir o significado da expressão “Revolução Industrial”. Cabe destacar que não se tratou, unicamente, de um conjunto de inovações técnicas aplicadas ao processo produtivo. O conceito envolve uma série de transformações complexas, as quais tiveram início na reorganização do trabalho ocorrida nas manufaturas inglesas desde o século XVII, com a introdução do chamado “sistema de fábrica”. Vários artesãos passaram a ser reunidos na mesma oficina, e o trabalho começou a ser dividido entre eles. Isso acarretou o aumento da produtividade e o maior controle do processo produtivo por gerentes e mestres. Consagrava-se assim uma nova modalidade de relação de trabalho

que separava, de um lado, os detentores do capital e dos meios de produção e, de outro, a força produtiva.

Ainda do ponto de vista das transformações sociais, na Grã-Bretanha foi fundamental a grande disponibilidade de mão de obra, que havia sido “liberada” do meio rural devido à política de cercamentos de terra, e também a existência de uma poderosa burguesia mercantil e manufatureira, que, depois de 1688, tinha seus interesses representados no governo monárquico. Entre outros fatores que explicam o pioneirismo britânico na industrialização, destacamos a existência de matérias-primas estratégicas como o carvão e o ferro (página 101), em solo britânico, e a oferta de algodão proveniente do mundo colonial.

Nesse contexto, as inovações técnicas, como o uso do vapor como força motriz, a instalação de fábricas e o desenvolvimento das ferrovias e da navegação se intensificaram. As novas tecnologias ampliaram centenas de vezes a produção de mercadorias e, ao mesmo tempo, viabilizaram seu transporte em massa para o mundo todo. Paralelamente, o acelerado crescimento urbano (página 101) criava um novo cenário na vida social e política, primeiro na Grã-Bretanha e depois em todo o mundo industrializado.

## Trabalho na era industrial 102

Inicialmente é importante chamar a atenção dos alunos para a transformação do conceito de “trabalho”, revelando que a linguagem também é histórica, portanto está sujeita às modificações do tempo. Sugerimos, nesse caso, relacionar a mudança de valores à moral calvinista, que transformou a riqueza e as atividades laborais em indícios da graça de Deus. Pode-se, também, diferenciar o trabalho da era industrial do desprezo pelas atividades manuais, que marcou a colonização ibérica (tema estudado no capítulo 2).

Outros pontos essenciais para o estudo sobre a Revolução Industrial são as precárias condições de trabalho das mulheres na época, como mostra o texto da historiadora britânica Olwen Hufton (página 102), e a exploração do trabalho infantil, um dos aspectos mais condenáveis dos primórdios da industrialização, utilizado em larga escala na Grã-Bretanha e em outros lugares do mundo.

Também cabe comentar que, com a Revolução Industrial, os patrões passaram a manipular e controlar rigidamente o tempo de trabalho dos operários. O texto a seguir, escrito pelo historiador britânico Edward Thompson, aborda essa questão.

## *As fábricas britânicas e os usos e significados do relógio*

“Era exatamente naquelas atividades – as fábricas têxteis e as oficinas – em que se impunha rigorosamente a nova disciplina de tempo que a disputa sobre o tempo se tornava mais intensa. No princípio, os piores mestres tentavam expropriar os trabalhadores de todo conhecimento sobre o tempo. ‘Eu trabalhava na fábrica do sr. Braid’, declarou uma testemunha:

‘Ali trabalhávamos enquanto ainda podíamos enxergar no verão, e não saberia dizer a que horas parávamos de trabalhar. Ninguém, a não ser o mestre e o filho do mestre, tinha relógio, e nunca sabíamos que horas eram. Havia um homem que tinha relógio [...]. Foi-lhe tirado e entregue à custódia do mestre, porque ele informara aos homens a hora do dia [...].’

Uma testemunha de Dundee dá um depoimento bastante semelhante:

‘[...] na realidade não havia horas regulares: os mestres e os gerentes faziam conosco o que desejavam. Os relógios nas fábricas eram frequentemente adiantados de manhã e atrasados à noite; em vez de serem instrumentos para medir o tempo, eram usados como disfarces para encobrir o engano e a opressão. Embora isso fosse do conhecimento dos trabalhadores, todos tinham medo de falar, e o trabalhador tinha medo de usar relógio, pois não era incomum despedirem aqueles que ousavam saber demais sobre a ciência das horas’.

Pequenos truques eram usados para diminuir a hora do almoço e aumentar o dia. ‘Todo industrial quer logo ser um cavalheiro’, disse uma testemunha perante a Comissão de Sandler:

‘E eles desejam se apossar de tudo o que for possível, assim o sino toca para a saída dos trabalhadores meio minuto depois da hora, e eles querem que todos entrem na fábrica dois minutos antes do tempo [...]. Se o relógio é como costumava ser, o ponteiro dos minutos é controlado pelo peso, de modo que, ao passar pelo ponto da gravidade, ele cai três minutos de uma só vez, o que lhes concede apenas 27 minutos, em vez de trinta’.

[...] A primeira geração de trabalhadores nas fábricas aprendeu com seus mestres a importância do tempo; a segunda, formou seus comitês em prol de menos tempo de trabalho no movimento pela jornada de dez horas; a terceira geração fez greves pelas horas extras ou pelo pagamento de um percentual adicional (1,5%) pelas horas trabalhadas fora do expediente. Eles tinham aceito as categorias de seus empregadores e aprendido a revidar os golpes dentro

desses preceitos. Haviam aprendido muito bem a sua lição, a de que tempo é dinheiro.”

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 293-294.

O estudo da Revolução Industrial pode, também, ser o ponto de partida para debater questões atuais, como: a relação entre avanço tecnológico e desemprego; a precarização dos trabalhadores informais e terceirizados; a exploração intensa da mão de obra de imigrantes ilegais; a permanência de trabalhadores mantidos em situação análoga à escravidão etc.

## Organização dos trabalhadores 103

O ludismo pode ser considerado o primeiro movimento do operariado contra as condições socioeconômicas geradas pela industrialização. Os industriais, temerosos de perderem os investimentos feitos nas fábricas, muitas vezes tinham receio de reduzir os salários ou o número de postos de trabalho, devido à reação violenta dos trabalhadores perante as máquinas. Segundo Hobsbawm, o movimento foi válido principalmente em lugares e nas categorias em que ainda não havia a organização sindical, que foi lentamente construída na Grã-Bretanha e depois na Europa continental e América do Norte, ao longo de todo o século XIX. O esforço dos operários na destruição das máquinas, porém, não impediu o desenvolvimento tecnológico industrial e a introdução de novos maquinários.

O movimento cartista representou outro patamar da luta da classe operária britânica, ao pleitear a ampliação dos direitos políticos (sufrágio universal, sem limitações de renda). A presença dos trabalhadores, homens e mulheres, nas lutas políticas, passou a ser constante e cada vez mais intensa, ao longo de todo o século XIX, extrapolando os limites da Grã-Bretanha. No boxe “As mulheres cartistas e o direito ao voto” (página 104) apresentamos a luta das mulheres britânicas pela igualdade de direitos políticos, conquistada somente no século XX.

## Trabalhando com fontes 105

### • A vida do trabalhador industrial na Grã-Bretanha do século XIX

O objetivo do trabalho proposto, além de desenvolver as habilidades de leitura de fontes históricas, é aprofundar os conhecimentos sobre a situação da classe trabalhadora britânica e estabelecer comparações com o presente.

Pode-se comentar com os alunos que as investigações promovidas pela comissão do Parlamento britânico resultaram na publicação da Lei das Fábricas (*Factory Act*)

em 1833, que entrou em vigor em maio de 1834. Essa lei proibia o trabalho para menores de 9 anos; limitava a jornada de trabalho de crianças entre 9 e 13 anos a 9 horas diárias e de jovens entre 14 e 18 anos a 12 horas diárias; estabelecia um intervalo mínimo de uma hora e meia para as refeições; proibia o trabalho noturno para os menores de 18 anos; e instituiu inspetores para cuidar de seu cumprimento. A lei também determinava a frequência escolar obrigatória de 2 horas diárias para os menores de 14 anos; no entanto, autorizava os industriais a reter uma parte do salário das crianças para o pagamento do professor. Os industriais, por sua vez, encontraram diversas maneiras de burlar a lei, por exemplo, criando um sistema de turnos que ampliava a jornada de trabalho.

Além dos aspectos citados no documento, cabe chamar a atenção dos alunos para outros problemas importantes relacionados ao trabalho fabril, como a insalubridade e o alto índice de acidentes (decorrentes, sobretudo, da falta de equipamentos de segurança e do excesso de horas trabalhadas).

## Decifrando o Enem 107

A questão selecionada aborda as relações entre a Revolução Industrial na Grã-Bretanha, o crescimento desordenado das cidades e os dramas sociais daí decorrentes. O exame das alternativas permite retomar conteúdos estudados ao longo do capítulo.

Sugerimos reforçar com os alunos que a resolução privilegia habilidades de leitura (do texto introdutório, do enunciado e de todas as alternativas) e o diálogo com os conhecimentos sobre o tema da Revolução Industrial. Deve-se destacar a importância de associar o trecho citado à pergunta proposta no enunciado, para responder corretamente à questão.

### Sugestões de leitura

BRESCIANI, Maria Stella M. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

DE DECCA, Edgar. *O nascimento das fábricas*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

HILL, Christopher. *O século das revoluções: 1603-1714*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

HOBBSAWM, Eric. *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

\_\_\_\_\_. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. 6. ed. São Paulo: Editora Forense Universitária, 2011.

STONE, Lawrence. *Causas da Revolução Inglesa (1529-1642)*. São Paulo: Edusc, 2000. (Coleção História)

THOMPSON, Edward. P. *A formação da classe operária inglesa*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. v. 3.

### ***Mão de obra para as indústrias***

No texto a seguir, o historiador Eric Hobsbawm apresenta aspectos importantes relacionados ao recrutamento de mão de obra pela nascente indústria britânica na primeira metade do século XIX.

“O rápido crescimento das cidades e dos agrupamentos não agrícolas na Grã-Bretanha tinha há muito estimulado naturalmente a agricultura, que felizmente é tão ineficiente em suas formas pré-industriais que melhorias muito pequenas [...] podem produzir resultados desproporcionalmente grandes. Essa mudança agrícola tinha precedido a Revolução Industrial e tornou possíveis os primeiros estágios de rápidos aumentos populacionais [...]. Em termos de tecnologia e de investimento de capital, as mudanças de nosso período foram provavelmente bastante modestas até a década de 1840, o período em que se pode dizer que a ciência e a engenharia agrícolas atingiram a maturidade. [...]

Tudo isto, por sua vez, foi obtido pela transformação social e não tecnológica: pela liquidação (com o ‘movimento das cercas’) do cultivo comunal da Idade Média com seu campo aberto e seu pasto comum, da cultura de subsistência e de velhas atitudes não comerciais em relação à terra. Graças à evolução preparatória dos séculos XVI a XVIII, esta solução radical e única do problema agrário, que fez da Grã-Bretanha um país de alguns grandes proprietários, um número moderado de arrendatários comerciais e um grande número de trabalhadores contratados, foi conseguida com um mínimo de problemas, embora intermitentemente sofresse a resistência não só dos infelizes camponeses pobres como também da pequena nobreza tradicionalista do interior. [...]

Em termos de produtividade econômica, esta transformação social foi um imenso sucesso; em termos de sofrimento humano, uma tragédia, aprofundada pela depressão agrícola depois de 1815, que reduziu os camponeses pobres a uma massa destituída e desmoralizada. [...] A população rural doméstica ou estrangeira (esta sob a forma de imigração, principalmente irlandesa) era a fonte mais óbvia [...]. Os homens tinham que ser atraídos para as novas ocupações, ou – como era mais provável – forçados a elas, pois, inicialmente, estiveram imunes a essas

atrações ou relutantes em abandonar seu modo de vida tradicional. A dificuldade social e econômica era a arma mais eficiente [...].

Em primeiro lugar, todo operário tinha que aprender a trabalhar de uma maneira adequada à indústria, ou seja, um ritmo regular de trabalho ininterrupto, o que é inteiramente diferente dos altos e baixos provocados pelas diferentes estações no trabalho agrícola ou da intermitência autocontrolada do artesão independente. A mão de obra tinha também que aprender a responder aos incentivos monetários. Os empregadores britânicos da época [...] constantemente reclamavam da ‘preguiça’ do operário ou de sua tendência para trabalhar até que tivesse ganho um salário tradicional de subsistência semanal e então parar. A resposta foi encontrada [...] na prática, sempre que possível, de se pagar tão pouco ao operário que ele tivesse que trabalhar incansavelmente durante toda a semana para obter uma renda mínima. Nas fábricas onde a disciplina do operariado era mais urgente, descobriu-se que era mais conveniente empregar as dóceis (e mais baratas) mulheres e crianças [...]. Outra maneira comum de assegurar a disciplina da mão de obra, que refletia o processo fragmentário e em pequena escala da industrialização nesta fase inicial, era o subcontrato ou a prática de fazer dos trabalhadores qualificados os verdadeiros empregadores de auxiliares sem experiência. [...]

Era bem mais difícil recrutar ou treinar um número suficiente de trabalhadores qualificados ou tecnicamente habilitados, pois que poucas habilidades pré-industriais tinham alguma utilidade na moderna indústria, embora, é claro, muitas ocupações, como a construção, continuassem praticamente inalteradas. Felizmente, a vagarosa semi-industrialização da Grã-Bretanha nos séculos anteriores a 1789 tinha produzido um reservatório bastante grande de habilidades adequadas, tanto na técnica têxtil quanto no manuseio dos metais. [...] De fato, a industrialização britânica apoiava-se neste fornecimento não planejado das qualificações mais altas, enquanto a indústria continental não podia fazê-lo. Isto explica a chocante negligência com a educação técnica e geral neste país, cujo preço seria pago mais tarde.”

HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções (1789-1848)*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. p. 77-81.

# A Revolução Francesa e o Império Napoleônico



## Contextualizando

A primeira parte do capítulo apresenta os antecedentes e o desenvolvimento da Revolução Francesa, bem como o impacto extraordinário que ela produziu nas relações políticas e sociais em diferentes regiões do mundo ocidental. Procuramos estabelecer um diálogo entre passado e presente, com o objetivo de destacar a permanência das transformações que ocorreram nesse período.

A segunda parte do capítulo enfoca o período napoleônico, destacando seu papel para a consolidação da ordem burguesa e para a alteração das relações de poder, tanto na França como em outros países europeus e respectivas áreas coloniais. Por fim, a conjuntura política definida pelo Congresso de Viena é abordada como a última tentativa de restauração do Antigo Regime na Europa.

## Democracia à prova 110

Os materiais apresentados nesta abertura remetem a movimentos sociais contemporâneos, à participação cidadã e, portanto, à própria democracia na América Latina, particularmente no Brasil. A imagem registra uma das manifestações promovidas por estudantes do estado de São Paulo contra mudanças na rede estadual de ensino anunciadas no final de 2015. O texto faz alusão a movimentos populares ocorridos na última década, destacando a legitimidade do direito ao protesto e a relação entre cidadania e participação política.

Com base na análise desses materiais, pode-se introduzir o tema da Revolução Francesa, período da história que, entre outras transformações, trouxe para a pauta política a luta por direitos e pela cidadania. Além disso, cabe lembrar que, durante o processo revolucionário do século XVIII, foi aprovada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (26 de agosto de 1789).

## A atualidade da Revolução Francesa 111

O alcance da Revolução de 1789 ultrapassou os limites de seu tempo, legando importantes contribuições

para a vida política dos países democráticos atuais. O trecho a seguir, escrito pelo historiador Eric Hobsbawm, oferece subsídios para pensar sobre o assunto.

### *O modelo político para o Ocidente*

“Se a economia do mundo do século XIX foi formada principalmente sob a influência da Revolução Industrial britânica, sua política e sua ideologia foram formadas pela Revolução Francesa. A Grã-Bretanha forneceu o modelo para as ferrovias e as fábricas, o explosivo econômico que rompeu com as estruturas socioeconômicas tradicionais do mundo não europeu. Mas foi a França que [...] forneceu o vocabulário e os temas da política liberal e radical-democrática para a maior parte do mundo. A França deu o primeiro grande exemplo, o conceito e o vocabulário do nacionalismo. A França forneceu os códigos legais, o modelo de organização técnica e científica e o sistema métrico de medidas para a maioria dos países. A ideologia do mundo moderno atingiu as antigas civilizações que tinham até então resistido às ideias europeias inicialmente através da influência francesa. Esta foi a obra da Revolução Francesa.”

HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções (1789-1848)*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. p. 83-84.

## A sociedade francesa no Antigo Regime 111

Para abordar o contexto que antecede a Revolução Francesa, é importante analisar as principais características do Antigo Regime, destacando a composição social de cada um dos três estados, a prevalência dos privilégios de nascimento e as barreiras para a ascensão social. Sugerimos recuperar, com os alunos, o conceito de absolutismo e a teoria do direito divino dos reis, bem como os princípios iluministas, para que compreendam o papel dos pensadores e escritores da época no combate ao Antigo Regime.

## A explosão da crise 112

Neste tópico, destacamos o esgotamento das forças do Antigo Regime na França e os principais fatores econômicos, sociais e políticos que levaram à revolução.

Consideramos importante ressaltar que a reunião dos Estados Gerais, em 1789, evidenciou as contradições que existiam no interior da sociedade francesa, bem como as aspirações dos representantes do Terceiro Estado, que romperam com a nobreza e o clero e forçaram a instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

## A queda da Bastilha e o início da revolução

113

Para o estudo das diferentes fases nas quais se convencionou dividir a Revolução Francesa, sugerimos produzir com os alunos um esquema, destacando as principais características de cada período, a forma de governo adotada e o grupo político hegemônico. O texto "Elaboração de esquemas para estudo" (página 234), da seção Técnicas de trabalho, pode contribuir para essa atividade.

No início da revolução, durante a Assembleia Nacional Constituinte (1789-1791), destacou-se a atuação da burguesia urbana e dos camponeses, que lutavam pelo fim dos privilégios feudais e pelo confisco dos bens da Igreja. As principais conquistas dessa fase foram a aprovação da Constituição Civil do Clero, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e a Constituição de 1791, que passou a regular os poderes reais e adotou a divisão dos poderes.

### Cidadania e Direitos Humanos

113

Neste boxe ressaltamos a importância histórica da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Sugerimos debater com os alunos os limites dessa declaração, se comparada às ideias contemporâneas de democracia e cidadania. O texto completo da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão pode ser encontrado na Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo (disponível em <[www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-a-criacao-da-Sociedade-das-Nacoes-ate-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html](http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-a-criacao-da-Sociedade-das-Nacoes-ate-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html)>. Acesso em 26 mar. 2016).

### ◆ Mulheres na revolução

114

A participação das mulheres em movimentos populares não era novidade na Europa moderna. No entanto, foi durante a Revolução Francesa que sua atuação adquiriu maior visibilidade. As ativistas francesas participaram de diversas jornadas populares, lutaram ao lado dos homens nos exércitos, batalharam para conquistar direitos políticos e civis, estiveram

muito presentes nas discussões políticas da época e chegaram a ser apoiadas por alguns deputados.

Elas obtiveram importantes conquistas durante a Revolução Francesa, como a secularização do casamento, a instituição do divórcio por consentimento mútuo, o direito de dispor livremente de propriedades, o fim da primogenitura nas heranças, a limitação do poder paterno no interior da família etc. Mas o direito de voto lhes foi negado, em 1793, quando da aprovação do sufrágio universal pela Convenção Nacional. Ainda nesse período, algumas mulheres foram perseguidas e terminaram na guilhotina, acusadas de traição, como Olympe de Gouges, Madame Roland e Charlotte Corday. Além disso, muitas conquistas do período revolucionário foram praticamente canceladas por dispositivos do Código Napoleônico (1804), que consagrou o princípio do poder masculino na relação entre os gêneros.

### Sugestão de atividade

Recomendamos a leitura, na íntegra, da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã (1791), escrita por Olympe de Gouges (disponível em <[www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-a-criacao-da-Sociedade-das-Nacoes-ate-1919/declaracao-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidada-1791.html](http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-a-criacao-da-Sociedade-das-Nacoes-ate-1919/declaracao-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidada-1791.html)>. Acesso em 26 mar. 2016). Após a leitura do documento, pode-se propor aos alunos que:

- Identifiquem os direitos, reivindicados pela autora do texto, que podem ser associados aos ideais iluministas.
- Distingam, entre os direitos, as reivindicações específicas da condição feminina.
- Debataam quais princípios da declaração já foram ou não incorporados pelas sociedades contemporâneas.

### Sugestões de leitura

MORIN, Tania Machado. Revolução Francesa e Feminina. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, dez. 2010. Disponível em <[www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/revolucao-francesa-e-feminina](http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/revolucao-francesa-e-feminina)>. Acesso em 26 mar. 2016.

SLEDZIEWSKI, Elisabeth. A Revolução Francesa: a viragem. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Org.). *História das mulheres no Ocidente: o século XIX*. Porto: Edições Afrontamento, 1994. p. 40-57. v. 4.

### ◆ Monarquia Constitucional

115

Com a aprovação da Constituição em 1791, a França transformou-se em Monarquia Constitucional, adotando

o sistema de divisão do poder em Executivo, Legislativo e Judiciário. A Assembleia Legislativa tinha poder deliberativo, reunindo representantes dos cidadãos, eleitos por voto censitário masculino. Nessa fase, configuraram-se os principais grupos políticos que atuaram durante o período revolucionário, entre os quais destacamos: os girondinos, republicanos representantes da alta burguesia e da nobreza liberal; e os jacobinos, republicanos radicais, representantes da pequena burguesia e das camadas médias de Paris.

Nesse período, a França revolucionária precisou enfrentar a primeira ameaça externa, que reunia países absolutistas vizinhos, apoiados pela nobreza emigrada, e pretendia a restauração do Antigo Regime. O rei Luís XVI, apesar de ter jurado fidelidade à Constituição, participou dessas articulações e acabou preso e posteriormente executado.

### ◆ **Convenção Nacional** 116

O período da Convenção Nacional foi marcado por conflitos entre os diferentes grupos políticos que se alternaram no poder (primeiro os girondinos e depois os jacobinos). Foi nesse contexto que ocorreram a execução do rei e de sua família, a Revolta da Vendeia, a Fase do Terror, e o aprofundamento das medidas revolucionárias, sob o comando dos jacobinos.

Um dos aspectos da República Jacobina que pode ser analisado é o calendário republicano. Ele simbolizava a ruptura com o Antigo Regime e o começo de um novo tempo, a escrita de uma nova história. Também cabe esclarecer as diferenças entre o regime monárquico e o republicano. Pode-se ainda estabelecer uma comparação do sistema político republicano vigente hoje na França em relação ao período da revolução.

No boxe “O conceito de revolução” (página 116), chamamos a atenção para a historicidade desse conceito. Consideramos relevante comparar o sentido assumido por ele nas Revoluções Inglesas do século XVII e na Revolução Francesa.

### ◆ **Diretório: a Revolução em refluxo** 117

O período do Diretório, entre 1795 e 1799, caracterizou-se pela supremacia da grande burguesia girondina e pela oposição jacobina e dos realistas. A alta burguesia perseguiu os jacobinos, dissolveu os grupos políticos e restabeleceu o voto censitário. Ocorreu ainda um movimento de reação integrado por igualitaristas radicais e jacobinos ressurgentes, conhecido como Conspiração dos Iguais, que foi duramente reprimido.

Essa última fase selou o fim do processo revolucionário com o golpe de Estado conhecido como 18 Brumário. O poder foi entregue a três cônsules, entre os quais estava o general Napoleão Bonaparte.

## **Era Napoleônica** 118

O período napoleônico representou a consolidação da ordem burguesa na França. Nessa época as tendências democráticas radicais, representadas pelos jacobinos, foram neutralizadas; as atividades econômicas desestruturadas durante o período revolucionário foram retomadas; e o ideário liberal-iluminista foi “exportado” para além dos limites da França, durante as guerras napoleônicas.

Por esses motivos, sugerimos destacar para os alunos que, apesar da crescente concentração de poderes na figura de Napoleão Bonaparte, esse período não representou um retrocesso ao Antigo Regime. Um bom exemplo é o Código Civil Napoleônico (1804), que contemplou a hegemonia burguesa na França. Esse conjunto de leis é considerado um marco jurídico da modernidade, pois legitimou no mundo do direito as conquistas socioeconômicas decorrentes da revolução. O Código firmou-se como realização da vontade e da necessidade de organizar as inúmeras leis e decretos franceses em um único livro, acessível às pessoas com certa instrução. Dividia-se em três partes: o estatuto privado (dos cidadãos), o das coisas (bens) e o relativo à propriedade (compra e venda), confirmando o fim da aristocracia feudal e afirmando os direitos adquiridos com a revolução de 1789.

No âmbito externo, Napoleão adotou uma política expansionista. Para a análise da extensão de seu poder sobre a Europa, recomendamos orientar os alunos na leitura do mapa “O Império Napoleônico em 1811” (página 118).

O principal oponente de Napoleão foi a Grã-Bretanha. Como ele não tinha meios para invadi-la, resolveu derrotá-la economicamente. Sua estratégia mais importante para enfraquecer o poderio britânico foi o “Bloqueio Continental” (página 119). Sugerimos discutir com os alunos o significado do bloqueio e suas consequências, relacionando-o à história de Portugal e do Brasil. Nesse sentido, cabe comentar a grande mudança gerada pela transferência da família real para o continente americano, em 1808.

“A desastrosa campanha na Rússia” (página 119) sinalizou o desgaste das estratégias militares e políticas de Napoleão, que já encontrava resistência no interior dos Estados europeus por ele controlados. Os motivos dessa oposição incluíam a recusa ao Bloqueio Continental e o crescente sentimento nacionalista.

A formação de uma poderosa coligação integrada por Grã-Bretanha, Áustria, Prússia, Rússia e Suécia levou à “Queda de Napoleão” (página 120), em 1814. Meses depois o general conseguiu reunir forças militares e retornar à França, onde permaneceu por pouco tempo no poder – o chamado “Governo dos Cem Dias” (página 121) – até ser definitivamente derrotado, em 1815.

## Congresso de Viena

121

Com o fim do Império Napoleônico, as grandes potências europeias se reuniram no Congresso de Viena (1815) para reorganizar o mapa político da Europa. A Santa Aliança foi fundada para a manutenção dos princípios defendidos pelas grandes potências europeias: legitimidade e equilíbrio de poder. Mas as tentativas de restauração da antiga ordem já não podiam controlar as forças liberadas pela revolução de 1789.

Para aprofundar essa questão, pode-se pedir aos estudantes que identifiquem os direitos individuais fundamentais para os defensores do liberalismo (liberdade individual, liberdade religiosa, liberdade de participação política e de iniciativa econômica) e as relações entre o iluminismo e a Revolução Francesa. A leitura do texto a seguir, de René Rémond, poderá servir como base para discutir as mudanças centrais que marcaram a passagem da sociedade do Antigo Regime para a sociedade burguesa pós-Revolução Francesa.

### *A consolidação da ordem burguesa*

“Por toda parte onde a revolução passou, ela abalou as estruturas sociais e por toda parte conservará o essencial de suas concepções e de suas transformações. A servidão é abolida, os privilégios suprimidos, a mão-morta eclesiástica desapareceu. A igualdade civil de todos diante da lei, diante da justiça, diante de impostos, para o acesso aos cargos públicos e administrativos, é agora a regra para uma boa metade da Europa. [...] Todas as reformas favorecem principalmente a burguesia e, de fato, passou-se de uma sociedade aristocrática para uma sociedade burguesa.”

RÉMOND, René. *O século XIX: 1815-1914*. São Paulo: Cultrix, 1981. p. 22-23.

## Decifrando o Enem

125

Para resolver a questão, é necessário, além de ler e interpretar o texto introdutório (uma fonte primária), considerar seu autor e o contexto em que foi produzido, bem como os diferentes projetos políticos em disputa durante a Revolução Francesa.

Maximilien de Robespierre formou-se em Direito e exerceu a profissão de advogado até ser eleito como representante do Terceiro Estado para a Assembleia dos Estados Gerais, em 1789. Admirador das ideias de Rousseau, frequentava o Clube dos Jacobinos, onde se reuniam os defensores da república e da Constituição. Foi reeleito várias vezes e participou ativamente da vida política revolucionária, como deputado na Convenção Nacional e, finalmente, como presidente do Comitê de Salvação Pública, ficando conhecido como “o incorruptível”, em razão da firmeza de seus princípios.

Robespierre foi uma das personagens mais polêmicas da Revolução Francesa, pois, ao mesmo tempo que defendeu com radicalidade a democracia e a ampliação dos direitos das classes populares, foi responsável pela concentração de poderes no Comitê de Salvação Pública e pela instauração do Terror.

Entre dezembro de 1792 e julho de 1794, ele proferiu doze discursos na Convenção Nacional, nos quais analisava os acontecimentos em curso e apresentava propostas de medidas nos campos político, econômico e social. O líder jacobino defendeu princípios como: a limitação ao direito de propriedade (nas situações em que esse direito fosse prejudicial ao bem comum); o controle de preços e de salários, com o objetivo de garantir a subsistência das classes populares (o que resultou na Lei do Máximo); e o estabelecimento de um regime de força, o Terror (que admitia a limitação da liberdade e o uso da violência como meio necessário para permitir a continuidade da revolução). Outro tema constante do líder jacobino eram os valores que deveriam ser cultivados pelos revolucionários franceses, tal como exposto no trecho que introduz a questão. Nesse aspecto, o trabalho pode ser enriquecido com uma reflexão multidisciplinar, com apoio do professor de filosofia.

### Sugestões de leitura

CHARTIER, Roger. *Origens culturais da Revolução Francesa*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

HUNT, Lynn. *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GRESPLAN, Jorge. *Revolução Francesa e iluminismo*. São Paulo: Contexto, 2003.

LENTZ, Thierry. *Napoleão*. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *O Antigo Regime e a revolução*. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016.

### Transformação do termo “revolução”

No trecho a seguir, a filósofa alemã Hannah Arendt demonstra como a ação dos indivíduos transformou o conceito de revolução até que o termo adquiriu o sentido que conhecemos atualmente: um movimento na direção de grandes transformações.

“A palavra ‘revolução’ era originalmente um termo astronômico [...]. Nesta acepção científica, reteve seu precioso significado latino, designando o movimento rotativo regular das estrelas que [...] não era evidentemente caracterizado nem pela novidade, nem pela violência. [...] Nada poderia estar mais afastado do sentido original da palavra ‘revolução’ do que a ideia de que todos os revolucionários tivessem sido possessos e obcecados, isto é, que fossem agentes num processo que significava o fim definitivo de uma antiga ordem e ocasionava o nascimento de um novo mundo. [...]

Quando a palavra [revolução] desceu pela primeira vez dos céus e foi introduzida para descrever o que acontecia na Terra entre os mortais, apareceu claramente como uma metáfora, transmitindo a ideia de um impulso irreversível e eterno, repetindo sempre os movimentos causais, os altos e baixos do destino humano que desde tempos imemoriais têm sido comparados ao nascer e pôr do Sol, da Lua e das estrelas. No século XVII, quando encontramos essa palavra pela primeira vez como termo político, o conteúdo metafórico era até mais próximo do significado original da palavra, porque era aplicado a uma rotação regressiva para um ponto preestabelecido e, implicitamente, de retorno a uma ordem preestabelecida. Assim, a palavra passou a ser empregada, não quando aquilo a que chamamos uma revolução rebentou na Inglaterra e Cromwell fez surgir a primeira ditadura revolucionária, mas, pelo contrário, em 1660, após a destituição dos restos do Longo Parlamento e por ocasião da restauração da monarquia. A palavra foi usada, precisamente com o mesmo sentido, em 1688, quando os Stuarts foram expulsos e o poder real foi transferido para William e Mary. A ‘Gloriosa Revolução’, o acontecimento através do qual, paradoxalmente, o termo encontrou o seu definitivo lugar na linguagem histórica e política, não foi de modo algum uma revolução, mas a restauração do poder monárquico na sua glória e integridade anteriores.

O fato de a palavra ‘revolução’ significar originalmente restauração, e, portanto, ser para nós precisamente o oposto, não é uma mera excentricidade semântica. As revoluções dos séculos XVII e XVIII, que nos parecem mostrar com evidência um novo espírito, o espírito da Idade Moderna, pretenderam ser restaurações. É verdade que as guerras civis na Inglaterra pressagiariam muitas tendências que acabamos por associar com o que era essencialmente novo nas revoluções do século XVIII: o aparecimento dos *levellers* e a formação de um partido exclusivamente composto pela classe baixa do povo, cujo radicalismo se transformou em conflito com os chefes da revolução, apontavam claramente na direção da Revolução Francesa; e a exigência de uma constituição escrita como o fundamento do ‘governo justo’, apresentada pelos *levellers* e de certo modo realizada quando Cromwell introduziu um ‘Instrumento de Governo’ para implantar o Protetorado, prefigurou uma das mais importantes realizações da Revolução Americana. É, no entanto, um fato que a curta vitória desta primeira revolução moderna foi oficialmente entendida como uma restauração, isto é, como ‘liberdade restaurada pela graça de Deus’, tal como reza a inscrição do real selo de 1651. [...]

Se quisermos aprender o que uma revolução é – as suas implicações gerais para o homem como ser político, o seu significado político para o mundo em que vivemos, o seu papel na história moderna – temos de nos voltar para os momentos históricos em que a revolução fez o seu aparecimento total, assumiu uma espécie de forma definitiva e começou a fascinar o espírito dos homens, independentemente dos abusos, crueldades e privações de liberdade que poderiam tê-los levado à rebelião. Por outras palavras, devemos voltar para as revoluções Francesa e Americana e considerar que ambas foram no seu estado inicial desencadeadas por homens firmemente convencidos de que mais não faziam do que restaurar uma antiga ordem de coisas, perturbada e violada pelo despotismo da monarquia absoluta ou pelos abusos de um governo colonial. [...] quando, no decorrer de ambas as revoluções, os seus participantes se tornaram conscientes da impossibilidade de restauração e da necessidade de se empenharem num empreendimento totalmente novo, e, portanto, quando a própria palavra ‘revolução’ já tinha adquirido seu novo significado.”

ARENDDT, Hannah. *Sobre a revolução*. Lisboa: Relógio d’Água, 2001. p. 48-52.

## As lutas de independência na América



### Contextualizando

Inicialmente, este capítulo trata da independência dos Estados Unidos, examinando os motivos que conduziram as Treze Colônias a se tornar o primeiro país independente da América. O nascimento de uma identidade própria entre os norte-americanos e as medidas coercitivas da Coroa britânica, num momento em que os colonos desejavam justamente maior liberdade de ação, foram fundamentais nesse processo. A ruptura com a metrópole e a formação dos Estados Unidos impactaram, principalmente, as colônias ibéricas em suas lutas pela emancipação política na América.

Ressaltamos também a especificidade da independência do Haiti, único país das Américas a se formar a partir de uma rebelião dos negros livres e escravos.

O processo de independência nos domínios da América espanhola, por sua vez, é abordado no contexto maior de crise do sistema colonial e de expansão dos ideais iluministas e das guerras napoleônicas. Analisamos as especificidades dos casos mexicano e cubano, e apresentamos uma visão de conjunto dos movimentos de independência na América do Sul, nos países de língua espanhola. Encerramos o capítulo examinando o fenômeno conhecido como caudilhismo, que marcou a história dos países recém-emancipados durante todo o século XIX e parte do século XX.

### Os sentidos da liberdade nas lutas de independência 126

A abertura discute os diferentes sentidos do binômio liberdade/independência para os diversos grupos sociais que participaram das lutas pela emancipação política das colônias nas Américas. Os quadrinhos do cartunista norte-americano Charles M. Schulz foram publicados no contexto das comemorações pelo Dia da Independência dos Estados Unidos. No diálogo entre Charlie Brown e seus amigos, o sentido histórico da palavra "independência" é deslocado para o campo das relações pessoais. O texto historiográfico, escrito pela historiadora Maria Lígia Prado, demonstra que a "liberdade", associada aos

movimentos de independência da América espanhola, adquiria significados diversos para as elites coloniais, para os escravos e para os indígenas. Com base na leitura e na análise desses materiais, pode-se debater com a classe os diferentes sentidos que eles atribuem à liberdade, e lembrá-los da importância dessa noção para o pensamento liberal e iluminista no século XVIII.

### As lutas nas Treze Colônias 127

Os motivos do pioneirismo das Treze Colônias na conquista da independência relacionam-se às especificidades da colonização da América inglesa. Assim, consideramos relevante retomar, com os alunos, os conteúdos estudados no capítulo 1, especialmente as diferenças entre as colônias inglesas do norte, do centro e do sul e o comércio triangular.

A articulação do movimento de independência das Treze Colônias teve início com a resistência dos colonos contra a alteração da política metropolitana, principalmente a partir da segunda metade do século XVIII, época em que a Grã-Bretanha passava pela Revolução Industrial e enfrentava a França na Guerra dos Sete Anos. Sugerimos destacar a participação dos colonos nos combates travados entre as duas potências, em territórios da América do Norte, bem como os efeitos do conflito para as alianças que posteriormente foram firmadas.

Também é relevante orientar os alunos a listar as "Leis proibitivas" (página 127) impostas pela metrópole aos colonos e analisar as reações deles diante de cada uma dessas leis.

Durante o estudo da "Independência dos Estados Unidos da América" (página 128), cabe enfatizar que, até a realização do Segundo Congresso Continental da Filadélfia, em 1776, não existia unanimidade entre os representantes das Treze Colônias acerca da ruptura com a Grã-Bretanha. Além disso, é interessante analisar com os alunos aspectos da Constituição norte-americana, aprovada em 1787, cujas linhas gerais são válidas para aquele país até o presente. Pode-se destacar o estabelecimento da república federalista e presidencialista como forma de governo, e a divisão entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário (o que demonstra que os Estados Unidos

foram também o primeiro país das Américas a adotar os princípios defendidos pelos iluministas).

Também é importante enfatizar que independência não foi sinônimo de liberdade para os escravos, tampouco representou a conquista de direitos políticos para mulheres, negros e indígenas.

## Trabalhando com fontes 129

### • A Declaração de independência dos Estados Unidos da América

O estudo da Declaração de independência dos Estados Unidos é relevante dada sua influência nas décadas posteriores, tanto no continente americano como na Europa. Além de desenvolver habilidades relacionadas à leitura de fontes históricas, as questões propostas permitem retomar ideias características do liberalismo e do iluminismo (e seus limites) e aprofundar a reflexão sobre as lutas que levaram à independência das Treze Colônias. A última questão tem como objetivo refletir sobre os limites do pensamento ilustrado, no contexto dos séculos XVIII e XIX. Se julgar conveniente, sugerimos organizar uma rápida pesquisa a respeito da ampliação dos direitos civis e políticos entre a população dos Estados Unidos: as mulheres norte-americanas, por exemplo, conquistaram direitos políticos em 1920; já a escravidão foi abolida em 1865, mas os negros conseguiram a equiparação de direitos civis apenas em 1965. Mesmo assim, o racismo e a discriminação permanecem como traços marcantes da sociedade em vários estados norte-americanos. Os indígenas, por sua vez, foram sistematicamente excluídos da cidadania, perderam territórios e sofreram enorme queda demográfica, devido ao avanço das frentes pioneiras, aos confrontos com o Exército norte-americano e ao deslocamento forçado para reservas criadas pelo Estado ao longo do século XIX.

#### Sugestões de leitura

GRANT, Susan-Mary. *História concisa dos Estados Unidos*. São Paulo: Edipro, 2014.

KARNAL, Leandro e outros. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007.

## Independência e revolução no Haiti 130

A independência do Haiti foi o resultado de um levante de escravos e negros livres da ilha, que se aproveitaram da conjuntura favorável aberta com a discussão, na França, sobre o fim da escravidão nas áreas coloniais. Os rebeldes enfrentaram a prisão de seus líderes e as

tropas napoleônicas, mas conseguiram a independência em 1803, sob a liderança de Dessalines, que se tornou o primeiro chefe de Estado negro nas Américas.

A república haitiana enfrentou grandes dificuldades econômicas e um verdadeiro embargo lhe foi imposto pela comunidade internacional, como explicado no tópico "Isolamento do Haiti" (página 131). A Revolução Haitiana semeou o pânico entre a elite colonial do continente americano, temerosa de que seus escravos seguissem o exemplo dos rebeldes haitianos. Esse tema pode ser aprofundado por meio do boxe "O bom e o mau exemplos para as elites coloniais" (página 131).

#### Sugestões de leitura

JAMES, C. L. R. *Os jacobinos negros: Toussaint-Louverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2000.

SEITENFUS, Ricardo. *Haiti: dilemas e fracassos internacionais*. Ijuí: Editora Unijuí, 2014.

## Independência da América espanhola 132

Para iniciar o estudo do tema, pode-se retomar com os alunos os elementos básicos da colonização hispânica e lembrar do contexto europeu que favoreceu a eclosão dos movimentos de independência. Sugerimos, também, uma leitura atenta do mapa "As independências na América Latina (século XIX)" (página 133) e a elaboração de uma cronologia das independências. Pode-se, ainda, comparar esse mapa a outros, da época colonial e da atualidade, identificando semelhanças e diferenças entre eles.

Cabe ressaltar alguns pontos comuns no processo de independência das colônias espanholas na América: difusão do ideário liberal iluminista, que ultrapassou a censura imposta pelas autoridades metropolitanas; ruptura com o poder instalado na Espanha, durante o domínio napoleônico; liderança dos *criollos* e o papel das juntas de governo na organização do movimento nas diferentes regiões da América hispânica. Após identificar esses pontos comuns, pode-se analisar as especificidades de cada caso.

No México, o movimento de independência teve, em sua primeira fase, um caráter de rebelião popular, liderada pelos padres Morelos e Hidalgo, identificados com as causas indígenas. No entanto, a rebelião foi sufocada pelas autoridades metropolitanas, com apoio dos *criollos*, que assumiram a liderança da ruptura com a Espanha somente em 1821.

Na América do Sul, destacamos as lideranças militares de José de San Martín e de Simón Bolívar, bem como a defesa, por parte deste último, da formação de

uma grande nação unificada, abrangendo os territórios da atual Bolívia até o Panamá. Apresentamos, também, o mito que se construiu em torno da figura de Bolívar, sua retomada pelo governo venezuelano e os debates suscitados sobre o assunto na atualidade.

Finalmente, examinamos o caso cubano. Vale ressaltar que as lutas de independência em Cuba se estenderam, de maneira descontínua, por várias décadas e contaram com a participação de grupos sociais diversificados. Na segunda metade do século XIX, destacou-se a liderança de José Martí, defensor da instalação, na ilha, de um governo livre de influências estrangeiras e da valorização de uma identidade cultural hispano-americana. No final do século, a interferência dos Estados Unidos na guerra contra a Espanha acelerou a ruptura com a metrópole e inaugurou um tempo de grande influência norte-americana nos assuntos internos de Cuba. Esse aspecto pode ser explorado por meio da análise da charge de Louis Dalrymple, reproduzida na página 136.

### As mulheres e as lutas de independência 134

Neste box abordamos as diversas formas de participação feminina nos movimentos pela emancipação das colônias no continente americano. No texto a seguir, a historiadora Maria Lígia Prado apresenta mais informações sobre a participação das mulheres nos movimentos que se desenvolveram na América Latina.

#### *A atuação feminina nas lutas de independência latino-americanas*

“A participação política das mulheres durante as lutas pela independência precisa ser levada em consideração, pois sua presença e comportamento não têm sido suficientemente notados e valorizados. Em toda a América Latina, o número de mulheres que pegou em armas é surpreendente; mas a maneira mais usual de atuar se concretizava por meio de uma rede de conhecimentos e lealdades – que incluía os empregados domésticos das pessoas mais ricas – em que passavam informações, espalhavam notícias, escondiam fugitivos dos realistas, cuidavam dos feridos, financiavam armamentos ou compravam até mesmo máquinas tipográficas, ou por meio de encontros em salões (das mulheres mais abastadas) onde se discutia política. Enfim, uma teia em que as mulheres tiveram um papel fundamental, arriscando-se e sendo muitas vezes perseguidas e punidas com a prisão ou a morte.”

PRADO, Maria Lígia. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: Edusp, 2004. p. 49.

Vale lembrar que, apesar dessas importantes contribuições, as mulheres tiveram que continuar lutando pelo reconhecimento de sua cidadania nas novas nações

que se formaram, tendo conquistado esse direito apenas no século XX.

### ◆ Poder dos caudilhos 137

O imenso território que fora colonizado pelos espanhóis na América deu origem a mais de uma dezena de nações, que, após a independência, adotaram a forma republicana de governo (com exceção do México, entre 1821 e 1823).

Com as independências, a elite *criolla* chegou ao poder, e os interesses vinculados à grande propriedade da terra e a uma economia voltada para a exportação de gêneros agrícolas e minérios foram fortalecidos. Os diversos países da América espanhola eram dependentes do capital internacional e da indústria estrangeira para o abastecimento interno. A massa da população, composta de indígenas, mestiços e afrodescendentes, permaneceu afastada da participação política e do acesso à propriedade da terra. No box “As Campanhas do Deserto” (página 137) apresentamos, como exemplo, o caso da dissolução das propriedades comunais indígenas na Argentina. Sugerimos chamar a atenção dos alunos para a permanência da cobiça pelas terras indígenas, mesmo após a independência das antigas colônias americanas.

Ressaltamos que, nas jovens repúblicas, floresceu o fenômeno conhecido como caudilhismo, herdeiro, ao mesmo tempo, das tradições coloniais de poder local e das lideranças militares do período das guerras de independência. Esse conjunto de fatores atravessou todo o século XIX e boa parte do século XX em vários países latino-americanos.

### Decifrando o Enem 139

Além de retomar conteúdos específicos da história das Treze Colônias e da formação da nação norte-americana, a questão possibilita a realização de um trabalho interdisciplinar, com apoio do professor de sociologia e/ou de filosofia, para discutir conceitos como: cidadania, inclusão social, direitos civis, democracia e ideologia. É importante destacar que esses conceitos foram construídos historicamente e assumiram significados diversos em diferentes tempos e formações sociais.

#### Sugestões de leitura

BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: da independência a 1870*. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004. v. 3.

PRADO, Maria Lígia. *A formação das nações latino-americanas*. São Paulo: Atual, 2009. (Coleção discutindo a história)

\_\_\_\_\_; PELLEGRINO, Gabriela. *História da América Latina*. São Paulo: Contexto, 2014.

### ***Depois da independência: desilusões e esperanças***

Os diferentes anseios e interesses econômicos nos países recém-independentes da América Latina são tratados no texto a seguir.

“Quando a guerra terminou e a independência foi alcançada, esperava-se que tempos novos e gloriosos surgissem, acontecendo um renascer das terras ‘subjugadas e oprimidas por séculos’, como se costumava proclamar. Na concepção dos letrados liberais, a liberdade, a justiça, o progresso, a riqueza deveriam florescer na América. Entretanto, a guerra nas colônias espanholas foi longa e cruel, e o sofrimento e o empobrecimento visíveis. Assistia-se ao espetáculo da ruína econômica e da devastação geral. Muitas das riquezas produzidas tinham sido destruídas: plantações, criação de gado, minas. Os tesouros públicos encontravam-se esgotados, os líderes políticos disputavam o poder, divididos em facções. De repente, tudo parecia ter sido em vão, especialmente para aqueles que haviam se empenhado nas lutas.

Enquanto isso, na Espanha, continuaram a existir planos e projetos rocambolcos, que visavam à reconquista. Quando surgiram brechas, como a guerra entre Brasil e Argentina (1825-1828), as esperanças se renovaram. [...]

Para mostrar que os planos não ficavam apenas no papel, em julho de 1829, um Exército de quatro mil soldados espanhóis partiu de Cuba e desembarcou no México, onde, pensavam eles, os realistas eram muito fortes. No dia seguinte, depois de perder novecentos homens, o brigadeiro Barradas rendeu-se e deixou o México. Foi a última aventura no continente. [...]

Ao lado dos problemas econômicos, a política parecia um desastre ainda maior. Muitos dos principais líderes – militares ou políticos – da rebelião foram assassinados [...]. Outros tantos morreram no exílio, voluntário ou não. [...]

A crença no futuro, própria dos liberais, parecia ter-se evaporado. Todos, como que de repente, davam-se conta de que as sociedades latino-americanas eram mais complexas do que as aparências sugeriam. Bolívar, durante anos de luta pela independência, deixara escritos cantos de louvor à liberdade e prognosticara um porvir que faria da América um exemplo para o mundo. Quinze anos depois, morria doente, pobre, desiludido e só. Poucos dias antes de sua morte, escreveu ao general Flores uma carta terrível, em que afirmava ser a América ingovernável. [...]

Como uma caixa de Pandora, as lutas pela independência espalharam desejos e aspirações sociais que pediam soluções imediatas, mas que nem sempre eram fáceis de ser alcançadas. A ideia de onipotência dos líderes não se coadunava com os imediatos e intrincados problemas que as lutas pela independência haviam colocado e chocava-se tanto com os objetivos dos poderosos quanto com as aspirações daqueles que nada possuíam.

Se, portanto, a independência aparece como uma frustração, como proclamaram tantos de seus protagonistas, é porque, antes de tudo, abriu a possibilidade de um desenlace diferente e despertou os sonhos adormecidos de muitos. Tempos de transformação trazem em si grandes esperanças e sua outra face, as inevitáveis frustrações. Os poderosos queriam tudo organizar e controlar. Os letrados, desencantados com a incapacidade de realizar seus sonhos, esqueceram que os processos históricos eram lentos, que o ritmo das mudanças não acompanhava a pressa dos atores sociais e que os ventos nem sempre sopravam na direção por eles desejada. Os humildes também se desesperaram, pois sua vida continuava dominada pela pobreza e opressão e tratada com desdém e desrespeito.

Aqueles que dispunham de poder e traduziam os interesses econômicos dominantes tinham, diante de si, um rol de tarefas complexas. Era necessário construir novos Estados, com instituições que garantissem a ordem e o controle sociais, mas que também conferissem legitimidade aos que governavam. Grupos políticos antagônicos formaram-se, a Igreja lutava para não perder seu lugar hegemônico, debates furiosos travavam-se entre os que defendiam um governo centralizado e os que preferiam o federalismo.

Porém, para aqueles que não dispunham de recursos, quer econômicos, quer culturais, os novos tempos não trouxeram benesses ou regalias. Reformas sociais de peso, terra, salários dignos, participação política, educação popular, cidadania, respeito cultural às diferenças, tudo isso teria de esperar. As ações de governos autoritários cobririam e deixariam suas marcas registradas na América Latina durante a maior parte do século XIX. Os ‘de baixo’ teriam de se organizar, lutar, sofrer e morrer para alcançar seus objetivos. Não foram as lutas de independência que mudaram sua vida.”

PRADO, Maria Lígia. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: Edusp, 2004. p. 68-73.

# A independência do Brasil e o Primeiro Reinado



## Contextualizando

Iniciamos o capítulo abordando a crise portuguesa, na segunda metade do século XVIII, e as reformas pombalinas – conjuntura em que ocorreram movimentos de contestação ao domínio colonial português, como as conjurações Mineira e Baiana. Em seguida, retomamos o contexto europeu, para o estudo da transferência da família real para o Brasil e seus desdobramentos na vida social, política, econômica e cultural do futuro país. Destacamos, nesse processo, a ocorrência da Insurreição Pernambucana, e as articulações no interior da elite luso-brasileira que resultaram na ruptura com Portugal.

Na sequência, apresentamos a independência do Brasil e o Primeiro Reinado, enfocando a construção do Estado, marcado pela manutenção da ordem escravista, da monarquia e da unidade territorial da América portuguesa. Por fim, analisamos as resistências enfrentadas por D. Pedro I, revelando as particularidades dos interesses enraizados nas diferentes regiões do Brasil.

## Memória e independência 142

Nesta abertura propomos uma reflexão sobre a memória construída a respeito da independência brasileira.

Sugerimos iniciar o trabalho pela leitura da imagem. É importante que os alunos relacionem o título da pintura de Di Cavalcanti, *Independência*, aos elementos nela representados. Vale, também, comentar sobre o contexto de produção e circulação da obra: ela foi encomendada para ilustrar bilhetes de loteria; desse modo, circulou por todo o território brasileiro, atingindo diversos grupos sociais no final da década de 1960 (período em que o país vivia uma ditadura civil-militar).

Após a leitura e a interpretação do texto, cabe perguntar aos alunos quais seriam as intenções do governo brasileiro ao encomendar essa obra, destacando a importância da evocação da memória de eventos do passado para a legitimação do poder constituído e para

a afirmação da identidade coletiva da população em torno de valores nacionais.

## Portugal no contexto internacional do século XVIII 143

Durante a segunda metade do século XVIII, Portugal enfrentou uma crise econômica, vinculada ao declínio das rendas originárias de suas colônias, inclusive da América. A situação era grave devido à manutenção, em Portugal, de uma estrutura econômica agrária, e das grandes despesas da corte. Durante o reinado de D. José I, as “Reformas pombalinas” (página 143) tiveram o intuito de modernizar a economia e a administração do Império Português.

Sugerimos recuperar, com os alunos, os conteúdos estudados no capítulo 5, relacionados ao despotismo esclarecido. É importante reforçar que a política implantada pelo Marquês de Pombal nas áreas coloniais resultou na intensificação do controle e fiscalização das atividades dos colonos, gerando insatisfações, especialmente nas regiões mineradoras. Recomendamos, também, discutir com os alunos os objetivos do Marquês de Pombal com o estabelecimento do Diretório dos Índios, bem como as consequências dessa legislação para os povos indígenas.

## Conjuração Mineira 144

A Conjuração Mineira foi um movimento de contestação ao governo metropolitano português, integrado, sobretudo, por membros da elite colonial de Minas Gerais: mineradores, fazendeiros, padres, funcionários públicos, advogados e militares de alta patente, além de poetas importantes do Arcadismo luso-brasileiro.

Após a leitura do texto didático, sugerimos organizar com os alunos um esquema seguindo os procedimentos indicados no texto “Elaboração de esquemas para estudo” (página 234), da seção Técnicas de trabalho.

É importante destacar os seguintes tópicos: motivações da Conjuração Mineira; personagens envolvidas (nomes, posições sociais); objetivos; e resultados.

Outro aspecto importante a ser abordado com os alunos é a constituição da sociedade de Minas Gerais no período da Conjuração Mineira. Para isso, recomendamos retomar os estudos realizados no capítulo 4. O panorama social ali apresentado pode ajudar os estudantes a compreender alguns dos fatores que influenciaram o movimento.

O texto a seguir permite aprofundar a discussão.

### ***A sociedade de Minas Gerais no século XVIII***

“A sociedade mineira, no século XVIII, jamais foi constituída apenas por senhores e escravos, pelo menos no sentido em que tais termos podem ser aplicados às grandes propriedades agrícolas das zonas litorâneas. Em Minas, o povoamento urbano através de cidades plantadas nas montanhas produziu um ambiente diferente e, embora os cidadãos brancos mais ricos mantivessem amplos interesses na mineração e na agricultura das zonas circunvizinhas, a casa da cidade é que era o foco de suas atividades e cultura. [...]

A sociedade de Minas, portanto, era um complicado mosaico de grupos e raças, de novos imigrantes brancos e de segunda e terceira gerações de americanos natos, de novos escravos e de escravos nascidos em cativeiro sem menção aos ubíquos açorianos. [...]

Entre os brancos brasileiros emergira uma elite letrada cada vez mais representativa do caráter próprio de sua sociedade. Nos últimos 40 anos os mineiros ricos vinham mandando seus filhos para a Universidade de Coimbra: em 1786 havia 12 mineiros entre os 27 brasileiros matriculados nesta universidade, e em 1787 eram de Minas 10 dos 19 estudantes do Brasil lá matriculados. [...]

O grupo de Vila Rica não era o único círculo de homens [...] que se encontravam regular e informalmente para discutir poesia, filosofia e os acontecimentos da Europa e das Américas. Grupos semelhantes de advogados e escritores reuniam-se em São João del-Rei e por toda a parte da capitania para conversar ou jogar cartas.

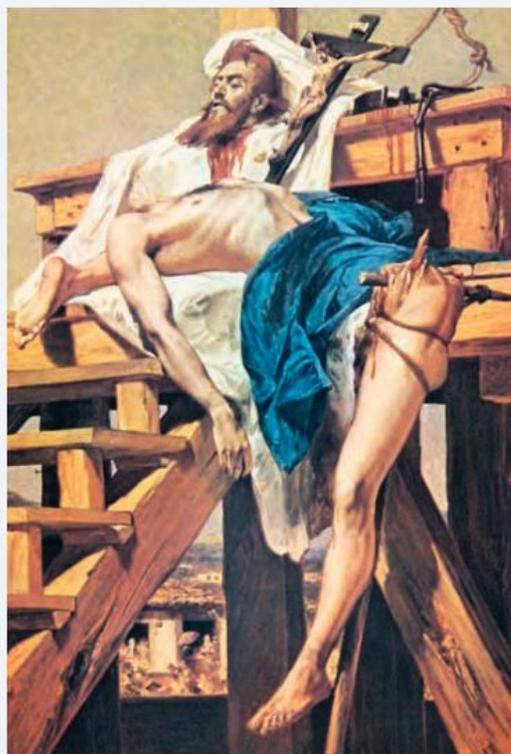
Os membros do círculo de Vila Rica, pela qualidade de sua poesia e por sua posição, influência e riqueza, situavam-se na cúpula da sociedade de Minas, tendo laços familiares, de amizade ou de interesses econômicos a vinculá-los com uma rede de homens do mesmo nível, embora menos organizados em toda a capitania. Em sua qualidade de

advogados, juizes, fazendeiros, comerciantes, emprestadores de dinheiro e membros de poderosas irmandades leigas, eles tipificavam os interesses diversificados, mas intensamente americanos da plutocracia mineira.”

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira*, Brasil-Portugal, 1750-1808. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p. 113-119. v. 22. (Coleção Estudos brasileiros)

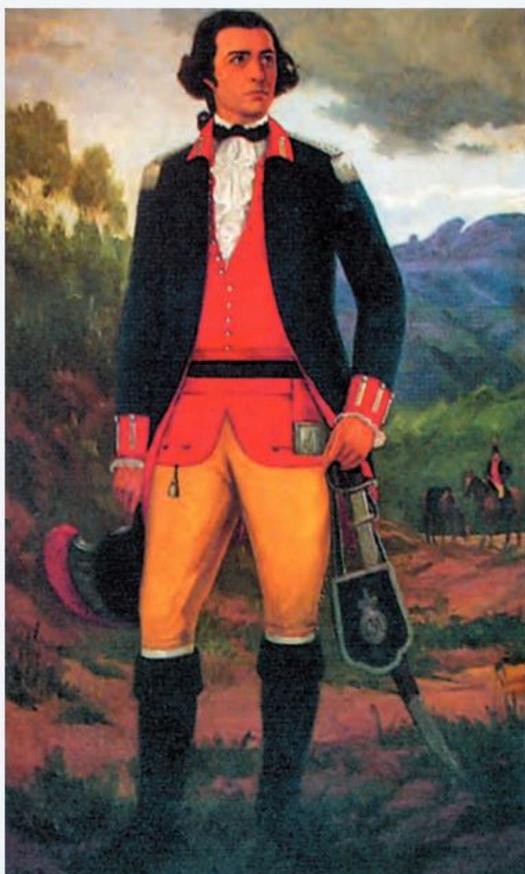
### **Sugestões de atividades interdisciplinares**

1. Um dos poetas participantes da Conjuração Mineira foi Tomás Antônio Gonzaga. Sugerimos que suas obras *Cartas chilenas* (1786) e *Marília de Dirceu* (1792) sejam trabalhadas de modo interdisciplinar com o professor de língua portuguesa. Uma possibilidade de abordagem é propor aos alunos a comparação entre as duas obras, estabelecendo as diferenças entre poesia lírica e satírica e destacando sua importância na literatura brasileira. Também é importante relacionar o conteúdo dessas obras com a época de sua produção.
2. Não se sabe ao certo qual era a feição de Tiradentes, mas sua imagem idealizada popularizou-se no início da República brasileira e serviu de inspiração para muitos artistas. Em conjunto com o professor de arte, pode-se incentivar os alunos a refletir sobre algumas dessas obras, lembrando que, muitas vezes, elas relacionam-se mais ao contexto em que foram produzidas do que ao período, ou personagem, que representam. Sugerimos orientar os alunos para a leitura e análise das duas obras a seguir.



PEDRO AMÉRICO - MUSEU MARIANO PROCÓPIO, JUIZ DE FORA

*Tiradentes esquartejado* (1893), pintura de Pedro Américo. Museu Mariano Procópio, Juiz de Fora (MG).



JOSE WASTH RODRIGUES - MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, RIO DE JANEIRO

Alferes Joaquim José da Silva Xavier (1940), pintura de José Wasth Rodrigues. Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro (RJ).

O quadro *Tiradentes esquartejado*, do pintor Pedro Américo, foi produzido em 1893 e fazia parte de uma série de cinco outros quadros que representavam acontecimentos e personagens marcantes da Conjuração Mineira. Nele, o rosto de Tiradentes é representado com feições semelhantes às de Jesus Cristo: os cabelos compridos, o olhar complacente, a barba e o bigode fartos. A relação entre o alferes e Cristo relaciona-se ao contexto da proclamação da república, e da necessidade de encontrar um herói que representasse os ideais da nova forma de governo.

Já no quadro de Wasth Rodrigues, *Alferes Joaquim José da Silva Xavier* (1940), o herói da Inconfidência apresenta outra aparência. Com os cabelos mais curtos, sem a barba e o bigode, ele está vestido com sua farda militar. Essa representação, produzida durante o Estado Novo, sob o comando do então presidente Getúlio Vargas, relaciona-se ao autoritarismo presente no contexto da época e também ao movimento de valorização da memória e da história nacionais, presentes, por exemplo, na fundação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na mesma época. No entanto, ao longo da história, a imagem com características militares foi preterida em favor da figura de mártir, que consagrou Tiradentes como símbolo nacional.

A Conjuração Baiana foi um movimento essencialmente popular, liderado por escravos, ex-escravos, mulatos e homens brancos de baixa renda, habitantes da cidade de Salvador. Sugerimos que os estudantes façam uma comparação entre esse movimento e a Inconfidência Mineira, enfatizando a posição social dos participantes, as motivações envolvidas e os objetivos de cada um. Para isso, os alunos podem organizar um esquema, da mesma forma que foi feito com a Conjuração Mineira, comparando-os ao final da atividade.

Apesar das diferenças sociais, o movimento baiano também recebeu grande influência do pensamento iluminista, que era divulgado na colônia mesmo com a censura imposta pela metrópole. A esse respeito, sugerimos a leitura e a análise, em classe, do Aviso IV, colocado pelos rebeldes nas ruas de Salvador em agosto de 1798 (página 146). Em seguida, solicite aos alunos que identifiquem, no texto, os elementos que podem ser associados ao iluminismo.

### Sugestões de leitura

GOLDSTEIN, Norma Seltzer. *Romanceiro da Inconfidência de Cecília Meireles*. São Paulo: Ática, 1988. (Coleção Roteiro de leitura)

JANCSÓ, István. *Na Bahia, contra o Império: história do ensaio de sedição de 1798*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Edufba, 1996.

VILLALTA, Luiz Carlos. *1789-1808: Império luso-brasileiro e os Brasis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (Coleção Virando séculos)

## Bastidores da independência

Neste tópico, apresentamos o contexto europeu que levou à transferência da família real portuguesa para o Rio de Janeiro e a consequente instalação da sede da monarquia na América do Sul. Sugerimos iniciar o estudo retomando a política externa adotada por Napoleão Bonaparte, em especial, o Bloqueio Continental, temas trabalhados no capítulo 7. Cabe destacar a posição de Portugal em relação ao bloqueio, bem como o papel desempenhado pela Grã-Bretanha no traslado da corte.

Também é importante analisar as mudanças políticas e econômicas decorrentes da transferência da corte para o Brasil, como o significado do alvará de abertura dos portos (1808) e dos tratados de 1810, tanto para a colônia quanto para os interesses metropolitanos.

Outro aspecto que merece atenção especial são as mudanças pelas quais passou a cidade do Rio de Janeiro

para abrigar a corte e estabelecer-se como sede do Império Português, tema apresentado no tópico “A cidade da corte” (página 149). Pode-se lembrar aos alunos que o Rio de Janeiro, capital da colônia a partir de 1763, era um importante centro comercial desde o século XVIII, pois ocupava a posição de entreposto comercial, por onde escoavam as riquezas minerais (ouro e diamantes) e entravam as mercadorias que abasteciam a região das minas. A vinda da família real e a abertura dos portos para o livre-comércio, em 1808, foram decisivos para o desenvolvimento comercial, para a diversificação de atividades, para o crescimento da população e para o fortalecimento de uma elite cujos interesses estavam enraizados na América, e não em Portugal.

Para muitos historiadores, o ano de 1808 foi um marco para a história da ruptura entre a metrópole e a colônia brasileira, pois, com a vinda do príncipe regente e o estabelecimento da corte portuguesa no Rio de Janeiro, a ordem colonial e suas características foram praticamente abolidas. O monopólio do comércio deixou de existir e as engrenagens da administração colonial foram substituídas por outras, mais adequadas à condição de sede do Império Português.

## Insurreição Pernambucana 150

As tensões em Pernambuco representaram uma síntese das contradições existentes no Brasil nas duas primeiras décadas do século XIX: os conflitos entre a elite agrária local e a política metropolitana, cujos interesses estavam então instalados no Rio de Janeiro; a crise econômica gerada pela queda nos preços dos principais produtos de exportação; a pobreza e a falta de perspectivas dos homens livres e despossuídos, cuja situação era agravada por prolongado período de seca. A continuidade, ou não, do trabalho escravo gerou conflito entre os rebeldes de 1817, que não chegaram a um consenso sobre a sua permanência na república que pretendiam instalar.

Sugerimos orientar os alunos a estabelecer comparações entre a Insurreição Pernambucana e os outros movimentos que propuseram a ruptura com Portugal, ressaltando as semelhanças e as diferenças entre eles.

## Revolução Liberal do Porto 151

A Revolução Liberal do Porto, em 1820, foi motivada por uma multiplicidade de fatores, decorrentes da permanência da família real portuguesa na América mesmo após o fim das guerras napoleônicas. O reino

encontrava-se arruinado economicamente e as relações com sua principal colônia – o Brasil – haviam-se invertido. Pretendia-se “regenerar” Portugal, com o retorno do monarca sob um regime constitucional.

Vale lembrar que as primeiras notícias da Revolução do Porto foram bem recebidas em várias partes do Brasil, a esta altura elevado à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves. Contudo, após a volta de D. João VI à Europa, e diante das posições defendidas nas Cortes Portuguesas, evidenciaram-se as divergências de interesses entre os representantes de Portugal e do Brasil, bem como entre as elites brasileiras, como pode ser examinado no box “Deputados brasileiros em Lisboa” (página 152).

A parcela da elite enraizada no centro-sul articulou-se em torno do príncipe regente, D. Pedro, apoiando o projeto de ruptura com Portugal. Esse grupo, que ficou conhecido como “Partido Brasileiro”, objetivava a manutenção dos benefícios obtidos com o regime de liberdade de comércio e com a instalação da corte a partir de 1808, e temia o retorno do Brasil ao estatuto de colônia.

## A independência do Brasil 152

A independência do Brasil, formalizada em 1822, foi conduzida por um herdeiro da dinastia de Bragança: D. Pedro. A monarquia, como forma de governo, foi mantida, em contraste com os movimentos emancipacionistas que defendiam a formação de um governo republicano (Conjuração Mineira, Conjuração Baiana e Insurreição Pernambucana).

O processo de independência do Brasil gera controvérsias entre os historiadores. Durante anos, a historiografia oficial tentou idealizar o processo de independência e seus atores, explicado como um ato de heroísmo contra a tirania e em defesa da liberdade. Essa visão está representada no famoso quadro de Pedro Américo, *Independência ou morte*, de 1888.

Nas análises historiográficas de tradição marxista, a tônica é o discurso da continuidade, destacando-se, por exemplo, a permanência do sistema de *plantation*, da economia voltada para a exportação de gêneros agrícolas tropicais, da escravidão. Outros pesquisadores, porém, alertam para o fato de que a independência não pode ser analisada apenas do ponto de vista da continuidade. Ela também deve ser considerada um marco na constituição de um Estado nos moldes burgueses, selando definitivamente o fim do antigo sistema colonial. A mudança também se manifestou na acumulação

de capitais nas mãos de uma elite nacional, que mais tarde financiaria os projetos de urbanização e modernização da economia.

### Sugestões de leitura

MATTOS, Cláudia Valladão de; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (Org.). *O brado do Ipiranga*. São Paulo: Edusp; Museu Paulista da Universidade de São Paulo, 1999. (Coleção Acervo, 2)

SCHWARCZ, Lília Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

VAINFAS, Ronaldo; NEVES, Lúcia Bastos Pereira (Org.). *Dicionário do Brasil joanino: 1808-1821*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

## O Primeiro Reinado

153

As duas primeiras décadas da história do Brasil independente foram marcadas por intensas disputas políticas em torno do projeto constitucional que estava sendo elaborado e também entre as elites regionais e o poder instalado no Rio de Janeiro.

Para trabalhar esse tema, sugerimos a leitura coletiva, seguida de discussão em classe, do texto da historiadora Emília Viotti da Costa (página 153), que analisa o momento da independência e da formação do Estado nacional, destacando a interpretação conservadora das teorias liberais no Brasil. Para as elites que conduziram o processo, interessava a manutenção da escravidão e da liberdade de comércio, o direito à propriedade, e – acrescentamos – a manutenção da unidade territorial.

O tópico “Resistências internas à independência” (página 154) discute os movimentos, conhecidos como “guerras de independência”, que ocorreram principalmente nas províncias do Norte e do Nordeste. Eles refletem uma intensa disputa de poder entre as elites que dominavam essas regiões, em geral grandes proprietários de terras e de escravos e comerciantes.

A ocorrência desses conflitos revela que, no Brasil, o processo de independência não foi tão pacífico, como crê o senso comum. A resistência armada ao poder instalado no Rio de Janeiro foi vencida pelas forças leais a D. Pedro I, que contaram com militares estrangeiros (britânicos e franceses) contratados para comandar suas tropas, já que não existia, até então, Exército organizado no país emergente.

Durante os estudos sobre a “Constituição de 1824” (página 155), consideramos importante destacar, além das atitudes absolutistas de D. Pedro I, as bases jurídicas

e políticas do sistema imperial, que vigoraria até 1889. Para tanto, pode-se solicitar aos alunos que organizem um esquema, apresentando as principais disposições constitucionais. Vale lembrá-los de incluir as informações do boxe “Direitos políticos no Império” (página 155) nesse esquema.

Também consideramos relevante discutir com os alunos as diferenças entre o método de implementação da primeira Constituição do país (outorgada pelo imperador) e o que levou à aprovação da Constituição atual (eleição de deputados constituintes, em 1886, e aprovação do projeto pelo Congresso Nacional, em outubro de 1888). Pode-se comentar, ainda, que as Constituições brasileiras de 1891 e 1934 também foram promulgadas, e as de 1937 e 1967 foram outorgadas, configurando momentos de autoritarismo político no país.

No tópico “Confederação do Equador” (página 156), destacamos que esse movimento representou um projeto de nação diferente daquele instituído após a independência. Cabe enfatizar que o movimento se ressaltou por seu caráter abolicionista, urbano e popular – o que provocou o afastamento das elites locais.

Pode-se complementar o estudo do tema informando aos alunos que a comarca do São Francisco, que hoje corresponde ao oeste do estado da Bahia, pertencia anteriormente à província de Pernambuco. A perda dessa área foi uma punição do governo imperial pela liderança que a província de Pernambuco exerceu na Confederação do Equador. Sufocado o movimento, D. Pedro I anexou a comarca do São Francisco “provisoriamente” a Minas Gerais. Mais tarde, o território foi anexado ao atual estado da Bahia. Com a perda da comarca do São Francisco, Pernambuco teve sua extensão territorial reduzida de 250 mil km<sup>2</sup> para os atuais 98.938 km<sup>2</sup>.

Nas fronteiras do Sul, destacamos a “Guerra da Cisplatina” (página 156). A Província Cisplatina, atual Uruguai, foi invadida por ordem de D. João em 1816 e incorporada aos domínios luso-brasileiros em 1821. A região era disputada por portugueses e espanhóis desde o século XVIII, e houve várias interferências lusitanas na chamada Banda Oriental do Rio da Prata durante as guerras de independência na região, na década de 1810. As lutas que ocorreram pela independência da província, entre 1825 e 1828, foram bem-sucedidas e o Uruguai desligou-se do Império do Brasil.

Essa guerra foi mais um fator de desestabilização do governo de Pedro I, que já enfrentara a contestação de seu poder em várias oportunidades. O tópico “Crise e abdicação de D. Pedro I” (página 157) aborda o agravamento da situação, devido à crise econômica

e às novas manifestações de oposição nas províncias do Sudeste (Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo). A solução encontrada pelo monarca foi abdicar da coroa do Império do Brasil em favor de seu filho, Pedro de Alcântara, e voltar para Portugal.

## Decifrando o Enem

161

Esta questão envolve interpretação de texto e conhecimentos básicos sobre o processo de independência do Brasil. A discussão de cada alternativa oferece a oportunidade de retomar aspectos desse processo, no que se refere ao posicionamento dos diferentes grupos que compunham a sociedade brasileira da época. Sugerimos ressaltar o significado da ideia de liberdade para cada um deles: para os escravos, o fim do cativeiro; para os pobres em geral, como os rebeldes baianos de 1798, poderia ser uma revolução social à semelhança da república jacobina

francesa; para os rebeldes pernambucanos, a liberdade de comércio e a instalação de um regime republicano. Outra ideia importante é a ausência de vínculos fortes entre as diferentes províncias que formavam a América portuguesa. Nas províncias do Norte e Nordeste, a contestação ao poder de D. Pedro I e à supremacia política do Rio de Janeiro, visto como “uma nova metrópole”, foi comum e frequente. Tais fatos favoreceram a eclosão das guerras pela independência, entre 1822 e 1823.

### Sugestões de leitura

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004.

SILVA, Alberto da Costa e (Org.). *Crise colonial e independência: 1808-1830*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. v. 1. (Coleção História do Brasil nação)

## Texto complementar

### O contexto da independência

No trecho a seguir, os historiadores Fernando Novais e Carlos Guilherme Mota situam o processo de independência do Brasil em um contexto mais amplo das transformações que levaram à crise do Antigo Regime.

“Mais recentemente, elaboraram-se análises rigorosas situando a ‘nossa independência’ num processo histórico mais amplo de descolonização acelerada e radical, nos marcos da Era das Revoluções ocorrida na Europa Ocidental e na América. Esses estudos [...] resgataram a ‘longa duração’ dos processos sociais, políticos, ideológicos, econômicos e institucionais, constatando a continuidade da aceleração histórica que projetou o Brasil do antigo sistema colonial para os quadros do imperialismo da potência mais industrializada da época, a Inglaterra. [...]

Colonialismo e absolutismo se articulam, na medida em que a colonização do Novo Mundo na época moderna desenvolveu-se predominantemente sob o patrocínio dos Estados absolutistas em formação na Europa. A rigor, a expansão ultramarina, que depois se desdobraria em colonização, ocorre paralela e contemporaneamente à formação dos Estados nacionais, no regime de monarquias absolutistas; e ambos os processos – expansão ultramarina e formação das monarquias – reportam-se ao mesmo substrato comum, a crise do feudalismo, e são formas de superação dessa crise. [...]

Eis aí as peças do antigo sistema colonial: dominação política, comércio exclusivo e trabalho compulsório. Assim se promovia a acumulação de capital no centro do sistema. Mas, ao promovê-la, criam-se ao mesmo tempo as condições para a emergência final do capitalismo, isto é, para a eclosão da Revolução Industrial. E, dessa forma, o sistema de exploração colonial engendrava sua própria crise, pois o desenvolvimento do industrialismo torna-se pouco a pouco incompatível com o comércio exclusivo, com a escravidão e com a dominação política, enfim com o antigo sistema colonial. [...]

Trata-se, antes de tudo, de inserir o movimento de independência no quadro geral da crise do colonialismo mercantilista; e, num plano mais largo, da desintegração do Antigo Regime como um todo. Pois que o sistema colonial era parte integrante e articulado nessa estrutura global [...], e sua crise e sua separação correram paralelas à desintegração do absolutismo. Os mecanismos de base, já explicitados, operam no conjunto, mas expressam-se diversamente nos vários segmentos particulares. Assim, é o conjunto da exploração colonial que estimula o conjunto das economias cêntricas; mas, na assimilação desses estímulos, competem vigorosamente os vários Estados europeus. As vantagens da exploração de uma colônia não se localizam necessariamente na respectiva metrópole, podendo ser transferidas para outros polos. E este é precisamente o caso

dos países ibéricos, pioneiros na colonização, mas declinantes a partir do século XVII, especialmente Portugal. [...]

Estando em declínio Portugal desde o século XVII, a preservação da extensa colônia ia se tornando cada vez mais imprescindível à manutenção do Estado metropolitano na Europa; a cessão de vantagens no comércio colonial era sua moeda nas negociações de alianças, sobretudo a aliança inglesa. Mas, na medida em que se desenvolve o sistema e se encaminha para a constituição do capitalismo industrial, não fica à margem: é afetado, de um lado, pelos influxos do industrialismo nascente; de outro, pelo pensamento que se contrapõe ao absolutismo, isto é, pelas incidências de filosofia das luzes.

A pressão de industrialismo inglês, a presença das ideias reformistas da ilustração

francesa (através dos ‘estrangeirados’) e, enfim, as tropas napoleônicas do general Junot nos desdobramentos em curso no Ocidente – assim Portugal e Brasil vão sendo envolvidos no torvelinho da crise do absolutismo e do colonialismo mercantilista. O desenvolvimento econômico da colônia, ainda que nos moldes de uma economia colonial típica, acaba desencadeando tensões, que se agravam com a emergência do industrialismo moderno.

Os colonos começam a se sentir mais ‘brasileiros’ que portugueses na colônia [...]. O mesmo pensamento ilustrado que inspira reformas na metrópole estimula rebeldia e insurreições na colônia, que a mesma forma de pensar pode sofrer várias leituras, até mesmo contrastantes.”

NOVAIS, Fernando A.; MOTA, Carlos G. *A independência política do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 11-25.

## Capítulo 10

# A Europa do século XIX: revoluções liberais, nacionalismo e socialismo



## Contextualizando

Neste capítulo são analisadas as revoluções liberais e nacionalistas que ocorreram na Europa no século XIX, período de consolidação dos Estados nacionais. As intensas lutas políticas que marcaram esse período, de um lado, objetivavam a superação do que restava do Antigo Regime e, de outro, relacionavam-se às aspirações dos novos atores da cena política: a burguesia e as classes populares, em especial o proletariado urbano.

Destacam-se, nesse contexto, a configuração europeia nascida do Congresso de Viena (1815) e o insucesso dos dirigentes do encontro em conter as agitações sociais e políticas que pouco tempo depois ameaçaram ruir a nova ordem burguesa na Europa, principalmente os movimentos da chamada Primavera dos Povos, em 1848. São abordadas, também, as lutas pela unificação política alemã e italiana, que alavancaram o desenvolvimento industrial daqueles países, e a Comuna de Paris, que pode ser considerada a primeira tentativa de constituição de um governo popular na história.

O texto didático apresenta, ainda, as diferenças entre o socialismo utópico e o científico, as principais ideias anarquistas, as organizações internacionais de trabalhadores e as lutas sindicais, bem como as lutas femininas pela igualdade de direitos.

## A construção da nação

162

A abertura propõe uma reflexão sobre as ideias de nação e de identidade nacional, com base no caso brasileiro. Sugerimos esclarecer aos alunos que essas ideias se desenvolveram a partir do final do século XVIII e estão na origem de estruturas sociais e políticas e de intensas lutas até o presente.

Uma importante definição para o conceito de nação foi formulada por Benedict Anderson.

### A definição de nação

“[...] proponho a seguinte definição de nação: uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana.

Ela é *imaginada* porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles. [...]

Imagina-se a nação *limitada* porque mesmo a maior delas, que agregue, digamos, um bilhão de habitantes, possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais existem outras nações. Nenhuma delas imagina ter a mesma extensão da humanidade. [...]

Imagina-se a nação *soberana* porque o conceito nasceu na época em que o iluminismo e a Revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico de ordem divina. [...] as nações sonham ser livres [...]. A garantia e o emblema dessa liberdade é o Estado soberano.

E, por último, ela é imaginada como *comunidade* porque, independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal.”

ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 32-34.

O texto da historiadora Lilia Schwarcz apresentado na abertura pauta-se pela definição de Benedict Anderson para discutir o caso brasileiro, identificando elementos que foram lembrados ou estrategicamente “esquecidos”, bem como o papel dos símbolos na constituição de nossa “imaginação nacional”. A imagem registra um dos símbolos citados no texto: o futebol. Sugerimos sondar os alunos a respeito de outros símbolos da “brasilidade” e incentivá-los a refletir acerca da função exercida por esses elementos na formação de um sentimento de pertencimento à nação brasileira. Para isso, vale retomar a discussão sobre a construção de símbolos nacionais, iniciada no capítulo 9.

## A Europa após o Congresso de Viena

163

Neste tópico são retomadas as determinações do Congresso de Viena, que restaurou as dinastias absolutistas e as fronteiras políticas anteriores às guerras napoleônicas, assim como alguns privilégios existentes antes da Revolução Francesa, aspectos abordados no capítulo 7. É fundamental destacar que, com as intensas mudanças econômicas e sociais que ocorreram entre o final do século XVIII e o início do XIX, não era mais possível manter o Antigo Regime. Daí as sucessivas ondas revolucionárias que abalaram a Europa durante quase todo o século XIX.

## Liberalismo

164

Para o estudo deste tópico, recomendamos retomar com os alunos as ideias de pensadores liberais e iluministas, estudadas no capítulo 5. Em seguida, sugerimos destacar, no texto didático, as características gerais do pensamento liberal europeu do século XIX.

Consideramos importante enfatizar que a defesa da “liberdade” e de valores democráticos poderia variar conforme o projeto político e o grupo social em pauta. Convém, ainda, identificar as diferentes forças políticas envolvidas nas revoluções liberais do século XIX e suas distintas propostas para a sociedade.

## Onda revolucionária na Europa no século XIX

165

Três ondas revolucionárias atingiram a Europa no século XIX: nas décadas de 1820, 1830 e no ano de 1848. A primeira delas, abordada no boxe “As revoluções de 1820” (página 164), foi sentida principalmente em regiões mais pobres do continente e seus resultados foram limitados. A segunda, ocorrida na década de 1830, teve início na França e se espalhou por diversos países, como Polônia, Suíça, Portugal, Espanha, Grã-Bretanha, Bélgica, além dos Estados alemães e italianos, tendo alcançado resultados muito mais profundos. O texto a seguir, escrito pelo historiador Eric Hobsbawm, avalia seus resultados:

### A onda revolucionária de 1830

“A onda revolucionária de 1830 foi, portanto, um acontecimento muito mais sério do que a de 1820. De fato, ela marca a derrota definitiva dos aristocratas pelo poder burguês na Europa Ocidental. A classe governante dos próximos 50 anos seria a ‘grande burguesia’ de banqueiros, grandes industriais e, às vezes, altos funcionários civis, aceita por uma aristocracia que se apagou ou que concordou em promover políticas primordialmente burguesas, ainda não ameaçada pelo sufrágio universal, embora molestada por agitações externas causadas por negociantes insatisfeitos ou de menor importância, pela pequena burguesia e pelos primeiros movimentos trabalhistas. Seu sistema político, na Grã-Bretanha, na França e na Bélgica, era fundamentalmente o mesmo: instituições liberais salvaguardadas contra a democracia por qualificações educacionais ou de propriedade para os eleitores [...] sob uma monarquia constitucional.”

HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. p. 161-162.

## O Romantismo 165

Este boxe apresenta as relações entre as novas ondas revolucionárias e o Romantismo, movimento artístico que caracterizou a literatura e as artes plásticas no Ocidente, na mesma época. Cabe lembrar aos alunos que vários artistas, poetas e romancistas (como Victor Hugo, Eugène Delacroix e outros) participaram ativamente dos acontecimentos revolucionários, e alguns deles até mesmo se dedicaram à carreira política. A seguir, na seção “Trabalhando com fontes”, apresentamos uma das obras de Delacroix. Se julgar conveniente, pode-se promover com os alunos a análise de outras obras de artistas românticos. Esse trabalho pode ser realizado de modo interdisciplinar com os professores de arte e/ou língua portuguesa.

## Trabalhando com fontes 166

### • A liberdade guiando o povo

Sempre que possível, sugerimos que o trabalho de leitura de obras de arte seja feito em conjunto com o professor de arte, em um trabalho interdisciplinar. Assim os alunos terão a oportunidade de analisar a composição da pintura *A liberdade guiando o povo*, suas linhas de força, horizontais e verticais, os outros recursos pictóricos utilizados pelo artista e sua importância no contexto do Romantismo europeu.

Além de contribuir para o desenvolvimento das habilidades de leitura de imagens, as atividades propostas destacam o conteúdo político da pintura e sua relação com os movimentos revolucionários do século XIX, na França. Por isso, solicitamos aos alunos que identifiquem a simbologia presente na pintura e propomos uma reflexão sobre a relação do governo francês com a obra (aquisição – rejeição – exposição). Esse estudo pode ser enriquecido com outros exemplos de obras de arte do século XIX (incluindo brasileiras) que desempenharam função política ou ideológica no momento em que foram elaboradas ou posteriormente.

### ◆ 1848: a Primavera dos Povos 167

Primavera dos Povos é o nome pelo qual ficou conhecida a terceira onda revolucionária ocorrida na Europa. Sugerimos enfatizar que os acontecimentos políticos desse período influenciaram a consolidação da sociedade burguesa na qual vivemos até hoje, caracterizada, entre outros aspectos, pela conquista da igualdade civil (que ocorreu lentamente e de maneira desigual nos diferentes países), pelo funcionamento das instituições com base na divisão dos três poderes e pela proteção à propriedade.

Cabe ainda destacar que, apesar da intensa repressão que sofreram, as revoluções de 1848 confirmaram o fim do Antigo Regime e a vitória dos princípios centrais do liberalismo: liberdades civis, igualdade jurídica, fim da servidão e dos privilégios de nascimento.

### Sugestões de leitura

CARVALHO, José Murilo de. República – mulher: entre Maria e Marianne. In: *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *Lembranças de 1848: as jornadas revolucionárias em Paris*. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2011.

VAUTRIN, Jean; TARDI, Jacques. *O grito do povo*. São Paulo: Conrad, 2005.

## Nacionalismos 168

Para iniciar o estudo deste tópico, pode-se retomar com os alunos o tema da abertura do capítulo. Consideramos importante destacar que nação e nacionalismo são fenômenos históricos, que apresentam caráter social, político e cultural, ou seja, não fazem parte da natureza humana. O boxe “A ideologia nacional” (página 168) contribui para aprofundar essa discussão.

Também é relevante apresentar alguns exemplos: na Grécia antiga, os cidadãos vinculavam-se a suas cidades, não ao mundo grego como um todo; na Idade Média, as populações da Europa Ocidental tinham como referência mais próxima de suas identidades a localidade onde moravam (no meio rural ou urbano), e suas respectivas autoridades (senhores feudais, por exemplo); era um tempo no qual as pessoas não se viam como “franceses” ou “espanhóis”, e sim como súditos deste ou daquele rei, vassalos de um nobre mais poderoso, servos de algum senhor. A noção de cristandade na Europa era outro fator importante de identidade, que ultrapassava as localidades e as fronteiras entre os reinos. Todos se consideravam “filhos de Deus” e obedeciam ao papa. Em nenhum desses casos havia, portanto, a ideia de nação no sentido difundido ao longo do século XIX.

### ◆ Unificação italiana 169

O processo de unificação italiana foi marcado pelas alianças entre a burguesia e a nobreza latifundiária,

interessadas na superação da fragmentação política e cultural que dominava a Península Itálica.

A atuação das sociedades secretas, como os Carbonários, e de movimentos como a Jovem Itália foi fundamental para a mobilização das classes populares e das classes médias contra as determinações do Congresso de Viena e, mais tarde, pela unificação política. Sugerimos destacar a liderança política assumida pela próspera burguesia do norte da Itália, especialmente da região do Piemonte-Sardenha, a guerra contra a Áustria e a vitória do projeto político monarquista, com a permanência da dinastia de Savoia, em detrimento dos projetos republicanos e populares defendidos por líderes como Mazzini e Garibaldi, por exemplo.

Outro tema que merece destaque é a situação dos Estados Pontifícios, resolvida definitivamente apenas em 1929, com a criação do Estado do Vaticano.

## ◆ Unificação alemã

170

Assim como na Itália, os interesses da burguesia alavancaram o processo de unificação da Alemanha. Neste caso, sob a liderança da Prússia, que era a região mais rica e beneficiada pela supressão das barreiras alfandegárias internas (*Zollverein*), passo fundamental para o desenvolvimento econômico e posterior industrialização do país, na segunda metade do século XIX.

A partir de 1862, a Prússia conquistou a hegemonia sobre os outros Estados alemães. A estratégia de Bismarck consistiu em obter aliados externos e apoio interno, estimulando o nacionalismo alemão para lutar, sucessivamente, contra a Dinamarca, a Áustria e, finalmente, contra a França. Após esta última vitória, Guilherme I da Prússia tornou-se imperador da Alemanha. É importante destacar o militarismo presente no projeto de Bismarck, bem como o caráter autoritário do Estado alemão, que não incorporou os princípios democráticos do liberalismo.

Também vale comentar com os alunos que as terminologias Primeiro *Reich* (Império), Segundo *Reich* e Terceiro *Reich* foram criadas pelos nazistas. O primeiro, segundo eles, foi proclamado com a constituição do Sacro Império Romano-Germânico, no século X; o segundo, com a unificação da Alemanha em 1871; e o terceiro formou-se com a subida de Hitler ao poder em 1933.

## Ideias socialistas

172

As questões sociais e a situação das classes trabalhadoras preocupavam alguns pensadores, e mesmo uma parcela da sociedade, nos países industrializados do início

do século XIX. Assim, desenvolveram-se as primeiras propostas socialistas, que procuraram elaborar alternativas de organização social para o modelo liberal clássico.

Os “Socialistas utópicos” (página 173) criticaram as injustiças sociais e elaboraram propostas para reformar a sociedade de forma pacífica, com base na cooperação entre os grupos sociais. Destacamos, entre eles, as ideias de Saint-Simon, Charles Fourier e Robert Owen. Sugerimos comparar as propostas desses pensadores, estabelecendo semelhanças e diferenças entre elas.

O “Socialismo científico” (página 174), fundado por Karl Marx e Friedrich Engels, recebeu essa denominação por estar fundamentado em estudos sobre vários campos do conhecimento: a filosofia, a política, a economia. Os dois pensadores alemães elaboraram uma análise profunda da sociedade em que viviam e propuseram a organização de um novo modelo social, que representaria a superação do capitalismo: as contradições geradas pela sociedade capitalista (manifestadas nas lutas entre burguesia e proletariado), levariam ao seu fim, por meio da revolução proletária que permitiria a instalação de uma sociedade sem classes, com base na propriedade coletiva dos meios de produção.

Recomendamos propor aos alunos a elaboração de uma síntese, com os principais conceitos, expostos no texto didático, relacionados ao socialismo científico: materialismo histórico, materialismo dialético, modo de produção, luta de classes, mais-valia, ditadura do proletariado e revolução. Se for possível, essa atividade poderá ser acompanhada e orientada em conjunto com o professor de filosofia, num projeto de estudo interdisciplinar. Lembramos que a teoria da mais-valia também pode ser explorada por meio da ilustração presente nas páginas 174 e 175.

É importante ressaltar que as teorias de Marx e Engels tiveram grande influência nos movimentos sociais e políticos a partir da segunda metade do século XIX e inspiraram as revoluções socialistas do século XX.

## Luta feminina

176

As mudanças ocasionadas pelas revoluções econômicas, tecnológicas e políticas, desde o final do século XVIII, levaram as mulheres a rever e questionar seu papel na sociedade. Tradicionalmente, aquelas que pertenciam às famílias mais abastadas tinham sua formação voltada prioritariamente para o casamento e para as funções do lar. As mais pobres ingressavam no mercado de trabalho cada vez mais cedo, combinando as jornadas nas fábricas com as atividades domésticas

e o cuidado com os filhos. E, independentemente da classe social, todas estavam submetidas à autoridade masculina (de seus pais ou maridos), e não desfrutavam das liberdades civis nem dos direitos políticos.

As primeiras lutas femininas dos séculos XVIII e XIX relacionavam-se às condições de trabalho e ao direito ao voto. O movimento sufragista foi especialmente ativo na Grã-Bretanha, na França e nos Estados Unidos.

Vale a pena organizar um debate com a classe sobre os direitos das mulheres, no Brasil e no mundo, na atualidade. Pode-se abordar temas como: salários, participação política, divisão das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos, direitos reprodutivos, violência doméstica, entre outros.

## Outras histórias

### • Nísia Floresta Brasileira Augusta

Nos séculos XVIII e XIX, em decorrência da industrialização e da expansão das ideias liberais, muitas mulheres passaram a debater e a lutar pela ampliação de seus direitos. Sugerimos abordar a obra de Nísia Floresta Brasileira Augusta, pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto, que pode ser considerada precursora da defesa dos direitos das mulheres no Brasil. Nascida no Rio Grande do Norte, em 1810, Nísia era culta e informada a respeito das mudanças que ocorriam em seu tempo, no mundo ocidental. Em sua obra, destacam-se também a vinculação ao Romantismo, a presença do sentimento de nacionalidade, o questionamento da escravidão e a defesa dos direitos dos indígenas. Propomos a leitura e análise do texto a seguir com os alunos.

“Nísia Floresta deve ter sido uma das primeiras mulheres no Brasil a romper os limites do espaço privado e a publicar textos em jornais da chamada grande imprensa. [...]”

O primeiro livro escrito por Nísia Floresta é também o primeiro que se tem notícia no Brasil que trata dos direitos das mulheres à instrução e ao trabalho, e exige que elas sejam consideradas como seres inteligentes e merecedores de respeito pela sociedade. Este livro, publicado em 1832 em Recife (PE), tem o sugestivo título de *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* [...].

O *Direitos das mulheres* de Nísia Floresta foi inspirado no livro de Mary Wollstonecraft – *Vindications of the Rights of Woman*, de 1792 – conforme ela declara, mas também na *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã*, de Olympe de Gouges, e em obras de autores europeus menos conhecidos. Só que, ao invés de simplesmente traduzir um deles, nossa autora escreveu um novo texto em que

aponta os principais preconceitos existentes no Brasil contra a mulher, identifica as causas desse preconceito na colonização portuguesa, e ainda desmistifica a ideia dominante da superioridade masculina. Por isso, é possível afirmar que, nesta ‘tradução livre’ de Nísia Floresta temos o texto fundante do feminismo brasileiro, pois trata-se de uma nova escritura ainda que inspirada na leitura de outros. [...]

Em *Opúsculo humanitário*, por exemplo, [...] Nísia, em consonância com intelectuais da época, defende a tese de que o progresso de uma sociedade depende da educação que era oferecida à mulher; e que só a instrução, aliada à educação moral, dariam maior dignidade e fariam da mulher uma melhor esposa e melhor mãe. Esses, aliás, seriam precisamente os objetivos da educação das meninas: torná-las conscientes de seus deveres e papéis sociais. [...]

Nísia estava à frente de seu tempo também na abordagem de outras questões, como quando trata do escravo e do índio brasileiro. Em [...] *A lágrima de um Caeté*, de 1849, por exemplo – encontram-se interessantes posicionamentos da autora a respeito do indígena. Uma rápida leitura do texto permite a identificação de inúmeros elementos marcantes do Romantismo como a lusofobia, o elogio da natureza e a exaltação de valores indígenas. A novidade é que o poema nos traz não a visão do índio-herói que luta, presente na maioria dos textos indianistas conhecidos e, sim, o ponto de vista dos derrotados, do índio vencido consciente e inconformado com a opressão de sua raça pelo branco invasor.”

DUARTE, Constância Lima. Nísia Floresta Brasileira Augusta: uma ilustre escritora potiguar. *Revista da FARN*. Natal, v. 4, n. 1/2, jan./dez. 2006.

Após a leitura coletiva do texto, recomendamos levantar algumas questões para facilitar a interpretação e a discussão das principais ideias em classe. Por exemplo:

- Por que *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* (1832), de Nísia Floresta, pode ser considerada uma obra fundante do feminismo brasileiro?
- Qual era a posição de Nísia Floresta em relação à educação das mulheres? Você concorda com ela? Justifique.

Com o apoio do professor de língua portuguesa, também é possível explorar as diferenças entre o poema de Nísia Floresta *A lágrima de um Caeté* (1849) e as características do Romantismo brasileiro.

Para finalizar a atividade, sugerimos incentivar os alunos a debater se, atualmente, as mulheres continuam sendo vítimas de preconceitos como na época de Nísia Floresta.

## Ideias anarquistas 177

Assim como os socialistas, os anarquistas criticaram a sociedade capitalista e fizeram propostas para um novo tipo de organização social, no qual não haveria classes sociais ou propriedade privada. No entanto, para eles, não deveria haver também o Estado, visto como mais um instrumento de dominação.

Sugerimos comentar que existem várias correntes entre os anarquistas (como o anarcossindicalismo, abordado na página 180), e que eles foram muito influentes em vários países, como Rússia, França e Itália, entre o final do século XIX e o início do século XX. Os anarquistas também tiveram presença expressiva nos movimentos operários ocorridos no continente americano, como nos Estados Unidos e no Brasil, países que receberam milhares de imigrantes europeus, especialmente italianos, no início do século XX.

Entre os "Pensadores anarquistas" (página 178), destacamos Pierre-Joseph Proudhon, que defendeu mudanças sociais por meio de transformações econômicas, e Mikhail Bakunin, que criticou algumas das bases das democracias modernas, como o sufrágio universal e a teoria da divisão de poderes, apontando os limites desse sistema.

## Associação Internacional dos Trabalhadores 179

Neste tópico apresentamos um breve histórico das organizações internacionais de trabalhadores que foram fundadas no século XIX e tiveram importância na difusão do pensamento socialista e do anarquismo, na Europa e nas Américas. Consideramos importante frisar para os alunos que os pensadores citados neste capítulo (Marx, Engels, Bakunin) foram membros ativos dessas organizações. Outros aspectos a serem destacados são: a Associação Internacional dos Trabalhadores tinha em seu horizonte a preparação de uma revolução social; contradições e disputas internas levaram à fundação de uma nova associação em 1889, que ficou conhecida como Segunda Internacional, sob influência dos partidos comunistas.

Vale comentar que a Segunda Internacional foi dissolvida em 1916, durante a Primeira Guerra Mundial, quando os partidos nacionais reunidos na Internacional se dividiram entre atuar em uma frente única contra a guerra ou apoiar as forças do país que lutavam no conflito.

Depois de várias tentativas de refundar a organização, ela ressurgiu após a Segunda Guerra Mundial, renomeada de Internacional Socialista, reunindo partidos social-democratas, socialistas e trabalhistas de vários países.

A nova Internacional renasceu com um programa político social-democrata que já predominava na organização às vésperas da Primeira Guerra Mundial. Em vez do programa revolucionário marxista, a Internacional Socialista adotou o caminho das reformas e da ação no terreno eleitoral, acreditando ser possível humanizar o capitalismo com a instituição de um Estado de bem-estar social.

## Lutas operárias e sindicatos 180

Neste tópico apresentamos a expansão do movimento sindical na Europa do século XIX, retomando o tema das lutas operárias iniciadas na Grã-Bretanha durante a Revolução Industrial.

Sugerimos aproveitar a oportunidade para discutir o papel desempenhado pelos sindicatos na vida do trabalhador brasileiro na atualidade. Pode-se questionar os alunos se conhecem algum sindicato; quais são suas principais reivindicações; quais são os métodos de luta mais utilizados. É importante que eles percebam que as conquistas sociais resultam de lutas, da pressão coletiva e, portanto, estão sujeitas a avanços e retrocessos ao longo do tempo.

## Comuna de Paris 181

A Comuna de Paris merece destaque por ser a primeira experiência de tomada do poder pelas classes populares na Europa. Apesar de sua curta duração, a Comuna teve forte impacto entre os revolucionários da época, e serviu como fonte de inspiração para a organização de associações e partidos socialistas, que almejavam a superação do capitalismo. O boxe "Resoluções do governo da Comuna" (página 181) apresenta as principais medidas adotadas durante o período em que as classes populares francesas estiveram no poder.

Cabe chamar a atenção para a violenta reação dos grupos conservadores franceses a esse movimento. Sob a liderança de Thiers, optou-se por solicitar a ajuda dos inimigos prussianos para derrubar o governo da Comuna.

## Decifrando o Enem 183

O trecho que introduz a questão encontra-se na obra de Karl Marx *Contribuição à crítica da economia política*, editada várias vezes no Brasil também com o título: *Para a crítica da economia política*. O livro, publicado pela primeira vez em 1859, na Alemanha, expõe os fundamentos do pensamento de Marx, que foram depois desenvolvidos e aprofundados em sua principal obra: *O capital*.

A resolução da questão envolve, além da compreensão do texto e do enunciado, o domínio de alguns conceitos básicos do pensamento de Marx – forças produtivas, infraestrutura e superestrutura, relações de produção, mais-valia, classe e consciência de classe –, que podem ser discutidos com os alunos com base nos conhecimentos adquiridos em história. Para o aprofundamento do estudo, sugerimos que o encaminhamento da resolução seja feito com o apoio dos professores de filosofia e/ou de sociologia, num trabalho multidisciplinar.

### Sugestões de leitura

- BAKUNIN, Mikhail. Estatismo e anarquia [1873]. In: *Textos anarquistas*. Porto Alegre: L&PM, 2000.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- RUSS, Jaqueline; NEVES, Paulo. *O socialismo utópico*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos direitos da mulher*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- WOODCOCK, George. *Os grandes escritos anarquistas*. Porto Alegre: L&PM, 1981.

### Texto complementar

#### O socialismo utópico

As primeiras teorias socialistas foram classificadas por Marx e Engels de socialismo utópico, pois pretendiam promover reformas sociais pacificamente, amparando-se apenas na boa vontade dos diferentes grupos sociais. Tal perspectiva, para eles, era incapaz de perceber no proletariado alguma possibilidade de ação política e revolucionária. O texto a seguir reproduz algumas das críticas de Marx e Engels a esses pensadores.

“A impressionante polêmica de Marx e Engels fez com que, tanto dentro como fora do marxismo, o termo ‘utópico’ passasse a ser aplicado correntemente a um socialismo que apela à razão, à justiça e à vontade do homem de ordenar uma sociedade desarticulada, ao invés de limitar-se a apresentar à consciência ativa o que as condições de produção já haviam preparado dialeticamente. Considera-se como utópico todo socialismo voluntarista, o que, de modo algum, significa que esteja isento de utopia o socialismo que a ele se opõe, e que poderia ser classificado de necessitarista, por declarar que sua única exigência é que se faça o necessário para que sobrevenha a evolução. Os elementos utópicos que este contém são, evidentemente, de outro gênero e afetam outra ordem de ideias. [...]

Saint-Simon [...] traz a primeira contribuição, que também foi a mais importante de sua época. A ‘crise pubertária’ em que se encontra o gênero humano significa para ele que *‘le régime industriel’*, a constituição dos produtores, terá de assumir o comando.

[...] O ingênuo convite formulado por Saint-Simon ‘aos senhores trabalhadores’ para que elejam como chefes aos seus diretores, visando fundir numa única classe os capitalistas ativos com os proletários, não exclui, a despeito de seu alheamento da realidade, a visão de uma ordem futura onde não exista outra

direção senão a necessária para as próprias funções sociais, e onde a política venha a ser realmente o que deve ser segundo a definição de Saint-Simon: ‘a ciência da produção’, ou seja, dos pré-requisitos favoráveis a esta. [...] Saint-Simon pressentiu, mas não percebeu a importância que tem a pequena unidade social na transformação da sociedade.

Já para Fourier, essa unidade social é tudo. [...] Somente a associação livre e espontânea, escreve ele em 1848, pode resolver o grande problema do futuro, ‘o problema da organização da nova ordem, da ordem em que o individualismo se combina espontaneamente ao coletivismo’. [...] Em vão, porém, procuramos a realização concreta dos princípios de Fourier nas exposições que ele faz de seu sistema ou nos esboços de seus projetos. Seu falanstério foi comparado a um grande hotel e, de fato, apresenta certa semelhança com aqueles hotéis contemporâneos que suprem, na medida do possível, a maior parte de suas necessidades com produção própria; só que aqui são os próprios hóspedes a se encarregarem da produção, e, em lugar das poucas normas de conduta que, via de regra, se encontram em todo quarto de hotel, existe uma lei exata e sem lacunas que, embora proporcione certos estímulos e deixe intacta por princípio a liberdade de decisão, regula a vida diária em todos os seus detalhes. [...] A ‘harmonia universal’ de Fourier, que abrange o cosmos e a sociedade, rege apenas as relações entre os indivíduos que vivem juntos, não entre as unidades (embora alguns tenham chegado a imaginar uma ‘federação de falanges’). O sistema não se ocupa das relações entre as unidades. [...] O pensamento de Fourier deu forte impulso ao movimento cooperativista e às suas obras, particularmente às associações de consumidores; mas a ideia construtiva do ‘socialismo utopista’ só pode adotá-lo superando-o.”

BUBER, Martin. *O socialismo utópico*. São Paulo: Perspectiva, 1971. p. 20-32.

## Da Regência ao Segundo Reinado



### Contextualizando

O capítulo analisa a vida econômica, social e política no Império do Brasil entre 1831 e 1889.

No período regencial, destacamos as disputas entre os defensores da centralização política e os grupos que propunham o modelo federalista, de maior autonomia para as províncias. No estudo desse período, consideramos importante que os alunos percebam as numerosas revoltas separatistas como um aspecto da frágil unidade territorial do Império e as dificuldades de construção da identidade nacional, projeto que se consolidou também pelo uso da força.

A seguir, examinamos as transformações ocorridas na sociedade brasileira ao longo do Segundo Reinado, com destaque para a expansão da lavoura cafeeira, a substituição gradativa do trabalho escravo pelo trabalho livre e o processo de modernização do país após 1850. Também são abordadas as principais lutas políticas que caracterizaram o período e a consolidação das estratégias que conferiram estabilidade ao regime, bem como a permanência das estruturas políticas e socioeconômicas oligárquicas. A Guerra do Paraguai, as leis abolicionistas, o desgaste e o fim da monarquia são os temas que encerram o capítulo.

### A tinta acima da cor

186

Os materiais apresentados nesta abertura propõem uma reflexão sobre o preconceito racial na sociedade brasileira, no passado e no presente. Sugerimos iniciar o trabalho apresentando Luiz Gama e o contexto de produção de sua obra.

No poema selecionado, Gama se apropria da palavra “bode” – termo utilizado pejorativamente na época para se referir a negros e mestiços – para afirmar sua ascendência africana e aludir à intensa miscigenação que marca a sociedade brasileira desde os tempos coloniais. Após citar diversos grupos sociais, ele conclui que, em todos, era possível encontrar seus “parentes”, ou seja, afrodescendentes.

Vale lembrar que, na sociedade brasileira, a categorização racial estava diretamente associada à condição social. Desse modo, era comum que pessoas de ascendência africana que conquistassem riqueza, cargos e/ou títulos passassem por um processo de “branqueamento” – prática que é criticada nos versos de Luiz Gama.

Após a análise do poema, pode-se passar para a observação da imagem e a leitura da legenda. Pode-se perguntar aos alunos se eles têm conhecimento de casos de racismo, não apenas no esporte (alvo da intervenção artística registrada na imagem), mas também em outros aspectos da vida cotidiana. É importante que eles percebam que, apesar de muitas pessoas negarem, o racismo ainda está presente em nossa sociedade. Essa discussão poderá ser aprofundada por meio das questões do box “Conversando sobre”.

### Sugestões de leitura

FERREIRA, Ligia Fonseca. O sonho sublime de um ex-escravo. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, dez. 2013. Disponível em <[www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/o-sonho-sublime-de-um-ex-escravo](http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/o-sonho-sublime-de-um-ex-escravo)>. Acesso em 8 abr. 2016.

LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

MATTOS, Hebe M. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil século XIX*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

### Período regencial

187

O período regencial tem sido visto pela historiografia como um “intervalo republicano” na história da monarquia brasileira, já que os cargos executivos passaram a ser exercidos por cidadãos eleitos. Foi um período de intensas disputas políticas entre as elites, divididas entre os grupos liberais moderados, liberais exaltados e restauradores. Ao mesmo tempo, eclodiram intensas revoltas nas províncias, várias delas de caráter popular, trazendo à luz as contradições sociais do país.

Consideramos importante ressaltar a hegemonia dos liberais moderados durante o período regencial. Eles pretendiam diminuir as funções do Poder Executivo e aumentar as do Legislativo, mas eram contrários ao federalismo e ao republicanismo, o que aponta para as contradições desse liberalismo. Também é importante destacar o papel da Guarda Nacional como instrumento mantenedor da ordem e repressor das manifestações populares do período. Combinadas, a Guarda Nacional e as propostas descentralizadoras do Ato Adicional de 1834 fortaleceram os interesses das oligarquias locais.

O final do período regencial foi dominado pelos regressistas, que obtiveram a aprovação da Lei de Interpretação do Ato Adicional, em 1840, medida considerada necessária para combater as rebeliões que despontavam de norte a sul do Brasil.

O boxe “Divisão política” (página 188) apresenta as disputas em torno do Ato Adicional de 1834 e a consequente cisão do grupo dos liberais moderados entre progressistas e regressistas.

## Revoltas regenciais

189

O período regencial foi marcado por uma série de conflitos regionais. Vários deles, como a Cabanagem e a Balaiada, constituíram-se como revoltas populares que contaram com a participação de mestiços, negros libertos e da população de baixa renda. Outras expressaram os interesses das elites locais, como a rebelião no Mato Grosso e a Revolução Farroupilha. Mas, mesmo nesses casos, as classes populares participaram dos confrontos, indicando sua insatisfação com o poder das Regências.

Consideramos importante destacar o significado dessas revoltas. O caráter separatista das rebeliões, em especial da Guerra dos Farrapos, revela as dificuldades de construir a unidade nacional. Não havia, na população daquele período, um sentimento de brasilidade, a ideia de constituir um povo, herdeiro de tradições e com um passado comum. A repressão movida pelo governo regencial contra as revoltas demonstra que o projeto imperial de construir uma identidade e um Estado nacional, desconsiderando as diferenças que separavam os habitantes do Brasil, só era possível pelo uso da força.

Por outro lado, a questão do escravismo também emergia no tempo das Regências. Negros escravos e forros participaram, de maneiras variadas, de algumas rebeliões. Em Salvador, a Revolta dos Malês representou

um exemplo de resistência organizada à escravidão no meio urbano e revelou os temores que uma revolta escrava despertava nas classes dominantes. A devassa que se seguiu resultou na punição de cerca de quinhentos participantes, com penas de morte, prisão, açoites e deportação. No Rio Grande do Sul, muitos escravos lutaram ao lado dos farrapos com a promessa de obtenção da alforria. Ao término do conflito, porém, essa promessa não foi cumprida.

### Sugestão de atividade

No recorte estabelecido para este capítulo, deixamos de analisar a Sabinada e a Balaiada, que ocorreram, respectivamente, na Bahia (1837-1838) e no Maranhão (1838-1841). Sugerimos que os alunos realizem uma pesquisa sobre esses dois movimentos. Em grupos, eles podem levantar informações, em bibliografia impressa e na internet, sobre os seguintes aspectos: onde e quando ocorreram, os motivos e circunstâncias de cada revolta, suas principais reivindicações, como se desenvolveram e quais foram seus desfechos.

Ao final, cada grupo pode organizar as informações num quadro comparativo. Nesse quadro poderão constar também as informações referentes às outras revoltas estudadas no capítulo. Dessa maneira, os alunos terão uma visão geral do tema, e poderão relacionar a ocorrência das rebeliões nas províncias às alterações na composição do poder regencial no Rio de Janeiro.

### Sugestões de leitura

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: as origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2003.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2004. (Coleção Estudos históricos)

MOREL, Marcos. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês (1835)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

## Golpe da Maioridade

192

A antecipação da maioridade do jovem herdeiro Pedro de Alcântara, em 1840, marcou o fim do período regencial. Essa decisão foi resultado das articulações do grupo liberal, numa reação ao caráter conservador do governo do último regente, Araújo Lima.

## Política no Segundo Reinado 193

As diferenças entre os liberais moderados durante o período regencial deram origem aos partidos políticos que disputaram o poder no Segundo Reinado: o Liberal e o Conservador. É importante ressaltar que tanto liberais quanto conservadores pertenciam aos setores privilegiados da sociedade brasileira. Desse modo, a política de conciliação adotada por D. Pedro II fortaleceu o Império e excluiu do poder os radicais liberais de ideal republicano, assegurando os interesses das elites, proprietárias de terras e de escravos.

A Rebelião Praieira foi a última revolta de caráter liberal e republicano do Segundo Reinado. Sugerimos estabelecer um paralelo entre essa revolta e as revoluções de 1848 ocorridas na Europa (estudadas no capítulo 10), discutindo com os alunos a repercussão dos movimentos liberais europeus em terras americanas.

Para que os alunos compreendam as especificidades do "parlamentarismo à brasileira", pode-se comparar o parlamentarismo imperial brasileiro ao sistema parlamentarista britânico, por exemplo. No primeiro caso, a escolha do presidente do Conselho de Ministros cabia ao imperador, que tinha também outras prerrogativas, a ele atribuídas pelo Poder Moderador. Diferentemente do parlamentarismo britânico, no qual o primeiro-ministro, verdadeiro chefe de governo do país, é escolhido pelo partido que obtém maioria no Parlamento.

Também cabe propor um debate acerca do significado, para o futuro do Brasil, da total exclusão das camadas populares das discussões políticas e da participação do poder, bem como das práticas fraudulentas, comuns no Império, por ocasião das eleições.

## Sua majestade, o café 196

No Brasil, o café começou a ser cultivado em escala comercial nas cercanias da cidade do Rio de Janeiro, avançando, no final do século XVIII, pelas terras do Vale do Paraíba fluminense e paulista. Por volta de 1860, a lavoura do Vale do Paraíba já dava sinais de decadência. Sugerimos discutir com os alunos os fatores que contribuíram para isso: desmatamento, uso intensivo do solo e ausência de técnicas para evitar a erosão, causando o enfraquecimento das plantas e a queda na produção. Também é importante analisar o avanço dessa cultura para outras regiões, o que pode ser feito com base no mapa "Expansão da cultura cafeeira" (página 197).

No oeste paulista, o café prosperou por longo período. Nesse sentido, cabe relacionar a acumulação de capitais decorrente da atividade cafeeira e o crescimento econômico e político da província (e, após 1889, do estado) de São Paulo no cenário nacional. Entretanto, também é importante lembrar que, segundo alguns historiadores, a concentração de poder nas mãos dos cafeicultores retardou a industrialização brasileira, pois estes setores se opunham à adoção de uma política de proteção à indústria.

Ainda assim, as riquezas originárias da economia cafeeira garantiram estabilidade econômica ao Império. Nas regiões produtoras mais dinâmicas, ocorreram importantes transformações: a utilização de trabalhadores livres, imigrantes, no lugar de escravos; a expansão das ferrovias, destinadas ao transporte do "ouro negro" do interior ao porto de Santos; a diversificação dos investimentos, visto que produtores da região passaram a controlar também a comercialização do café ou a investir em outras atividades, comerciais e manufatureiras.

## Outras atividades econômicas 198

O café tornou-se o principal produto de exportação do Brasil durante o século XIX, mas não era o único. Neste tópico apresentamos um panorama da situação econômica fora do eixo cafeeiro do Sudeste: a produção de açúcar, de tabaco e de algodão no Nordeste, destinados tanto ao mercado interno quanto à exportação. A modernização da indústria na Europa e nos Estados Unidos estimulou a extração do látex na região amazônica, gerando muita riqueza e impulsionando o crescimento da região até o início do século XX.

## Sociedade em transformação 199

Durante o estudo deste tópico é relevante identificar com os alunos as mudanças e também as permanências que caracterizam a sociedade brasileira durante o século XIX. Vale ressaltar que, por um lado, a estrutura econômica do país permanecia fundamentada na grande lavoura de exportação, na grande propriedade monocultora e no trabalho escravo. Por outro, a própria dinâmica da economia cafeeira e as riquezas que ela gerou propiciaram significativas transformações.

Vários fatores contribuíram para o que se convencionou chamar de modernização do Brasil, a partir

da segunda metade do século XIX. O fim do tráfico de escravos, o aumento das tarifas sobre produtos importados e os capitais gerados pela expansão da economia cafeeira criaram condições para o aumento do número de estabelecimentos industriais no país, o crescimento e a modernização de algumas cidades e a diversificação das atividades urbanas. A ampliação de setores intermediários da sociedade, compostos de homens livres que se dedicavam aos mais variados ofícios, é outra característica importante das transformações do período.

Em relação ao fim do tráfico negreiro, cabe analisá-lo no contexto das transformações ocorridas na Europa, das pressões britânicas, e suas repercussões no Brasil. No boxe "A questão escravista para os britânicos" (página 200), apresentamos os principais fatores que levaram a Grã-Bretanha a pressionar o Brasil pelo fim do tráfico.

A entrada maciça de imigrantes, principalmente europeus, para trabalhar nas fazendas de café, significava o estabelecimento de novas relações de trabalho. Consideramos importante associar a emigração europeia aos conflitos e ao desemprego, que assolavam alguns países europeus (como a Itália e a Alemanha). Os alunos também poderão ser incentivados a comparar as diferentes formas de relação de trabalho estabelecidas nas fazendas de café: o sistema de parceria e o colonato, e identificar os principais problemas que os imigrantes encontraram no Brasil. Pode-se mencionar ainda a eclosão de revoltas em algumas fazendas, que culminaram na proibição temporária, por parte de alguns países, da saída de emigrantes para o Brasil.

Lembramos que o fim do tráfico negreiro e a introdução de trabalhadores livres nas fazendas de café também estão diretamente relacionados à aprovação da Lei de Terras, em 1850, que visava dificultar o acesso de ex-escravos e imigrantes, assim como dos posseiros mais pobres à propriedade da terra, assegurando a oferta de mão de obra barata para as lavouras.

## Guerra do Paraguai 203

A Guerra do Paraguai é um tema que divide a historiografia: enquanto a visão oficial construiu a imagem de uma guerra que opunha os defensores da liberdade e da soberania nacional (Tríplice Aliança) contra a tirania e o expansionismo territorial (Paraguai), outros estudiosos, como o historiador argentino Leon Pomer, tenderam a explicar o conflito como resultado dos interesses imperialistas britânicos na região platina,

visão que, hoje, é questionada pela maior parte dos historiadores. Estudos realizados mais recentemente apontaram para um novo caminho e compreenderam a Guerra do Paraguai como resultado de uma disputa regional entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai por um papel dominante no continente.

A despeito das diferentes interpretações, o fato é que esse foi o maior e mais sangrento conflito ocorrido na América do Sul. O Paraguai foi o país mais prejudicado na guerra: grande parte de sua população masculina morreu durante o conflito, perdeu partes de seu território para o Brasil e a Argentina e sua economia ficou arrasada. O Brasil, por sua vez, não obteve grandes vantagens: perdeu cerca de 50 mil soldados no conflito e contraiu elevadas dívidas no exterior para custear as despesas de guerra. Além do desequilíbrio da economia, a Guerra do Paraguai possibilitou o fortalecimento do Exército brasileiro e evidenciou as contradições da manutenção da escravidão, fatores que contribuíram para a crise do regime monárquico.

## Aprenda mais 204

### • Batalhas no Paraguai

Neste infográfico, procuramos sistematizar alguns aspectos significativos da Guerra do Paraguai, combinando a perda de território paraguaio para as tropas aliadas (expressa no jogo de tabuleiro) com a dimensão humana do conflito (registrada nas cartas). Destacamos a composição das tropas paraguaias e aliadas, as dificuldades vivenciadas por essas pessoas ao longo da guerra, bem como as consequências do conflito para o Paraguai e para o Brasil.

Para estimar a população dos países envolvidos na guerra recorreremos a fontes diversas. Os levantamentos populacionais relativos ao Brasil e ao Paraguai referem-se a 1865, ano de intensificação do conflito; os relativos à Argentina e ao Uruguai são de 1860, dada a inexistência de dados confiáveis referentes a 1865. O número de mortos na guerra também é uma questão polêmica. Optamos por seguir os dados mais aceitos pela historiografia na atualidade. Sugerimos explorar esses dados em um trabalho interdisciplinar com o professor de matemática. Pode-se, por exemplo, calcular o percentual de mortos em relação à população total de cada país, evidenciando, assim, a expressiva perda populacional paraguaia no conflito.

O processo de abolição da escravatura no Brasil imperial revela as contradições de um país dividido entre o tradicionalismo e as forças modernizadoras. A lentidão e o caráter gradual das leis abolicionistas são um sintoma dessa contradição. Recomendamos debater com os alunos o sentido de cada uma das leis, as vantagens e as desvantagens que representaram tanto para os escravos quanto para seus proprietários.

Vale acrescentar que as pressões pelo fim da escravidão se manifestaram em vários estratos sociais, começando pelos próprios escravos, que intensificaram as fugas, rebeliões e formação de quilombos em praticamente todo o território brasileiro. Na região cafeeira, as fugas em massa das fazendas eram frequentes. Nos arredores da cidade de Santos, formou-se o quilombo do Jabaquara, um dos maiores da época. Entre as lideranças do movimento abolicionista havia homens negros livres, que atuavam na política e na imprensa, como José do Patrocínio e André Rebouças, além de Luiz Gama. Em várias cidades brasileiras, homens e mulheres livres de origens étnicas variadas apoiaram os fugitivos de diversas maneiras.

Deve-se destacar, também, que após a proclamação da Lei Áurea, a grande população de ex-escravos ficou em uma situação de completo desamparo, pois não existiram políticas públicas para inseri-los na sociedade. A falta de empregos, de moradias dignas e de acesso à educação e o preconceito racial são problemas que se perpetuaram por várias gerações.

## Proclamação da república

206

Nesse tópico é importante destacar que as articulações que resultaram na proclamação da república e o processo de consolidação do novo regime foram conduzidos sem o envolvimento de grande parte da população. Nesse sentido, pode-se solicitar aos alunos que identifiquem os grupos que participaram da proclamação da república e discutam em que medida a ausência de participação popular prejudicou a construção de um regime republicano em bases democráticas. Sugerimos incentivá-los a analisar essa questão tanto do ponto de vista das instituições e da administração pública, quanto do acesso dos brasileiros aos direitos fundamentais da democracia moderna, como saúde, educação, moradia e trabalho.

A discussão do tema proposto pela questão permite aprofundar vários assuntos com a classe: a longa tradição da charge e da caricatura no Brasil, que remonta ao Império e tem em Ângelo Agostini um de seus expoentes; o exercício da crítica pela imprensa da época, refletindo as mudanças na opinião pública referente à escravidão, especialmente nas cidades brasileiras; a presença maciça de afrodescendentes entre os soldados que lutaram no Paraguai, que contribuiu também para fomentar o abolicionismo no ambiente militar.

Outro tema que pode ser explorado é a linguagem própria das charges e caricaturas. As duas manifestações exploram a sátira e o humor, mas não são a mesma coisa. A caricatura é uma representação exagerada de características físicas, hábitos ou ofícios de uma personagem conhecida. A charge, por sua vez, é uma sátira feita de acontecimentos, geralmente políticos, na maior parte das vezes carregada de crítica irônica e sentimento de indignação. São registros que correspondem a uma crônica social e política de seu tempo, e hoje são fontes de pesquisa para os historiadores.

A depender do interesse da classe e do tempo disponível, pode-se incentivar os alunos a pesquisar na internet exemplos de charges e caricaturas que circularam no tempo do Império, e a relacioná-las às questões sociais e políticas da época. Uma boa fonte de pesquisa são os periódicos, como *A vida fluminense*, *Semana Ilustrada* e *Revista Ilustrada*, digitalizados e acessíveis para consulta na hemeroteca da Biblioteca Nacional (disponível em <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital>>. Acesso em 8 abr. 2016).

### Sugestões de leitura

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem e teatro das sombras*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. (Org.). *A construção nacional (1830-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. v. 2. (Coleção História do Brasil Nação)

COSTA, Emília Viotti. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

\_\_\_\_\_. *A Abolição*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

## O Brasil monárquico em face das repúblicas americanas

A comparação da história do Brasil monárquico com a vizinhança hispânica republicana é um tema recorrente para a historiografia, principalmente para os estudiosos dos processos de independências. O texto a seguir retoma o tema no contexto do enfraquecimento da monarquia, situando a proclamação da república em um contexto mais amplo.

“A ascensão de D. Pedro II ao trono marcou, passada a Revolução Praieira de 1848 em Pernambuco, o início de uma paz que se prolongaria por algumas décadas. A chama republicana da esquerda liberal da Regência é completamente reprimida pela força que a monarquia dá ao governo central. [...] D. Pedro II impõe-se como rei não tanto pela sua seriedade e moral impecável, seus atributos, mas pela estrutura latifundiária e escravista que via na monarquia sua estabilidade.

A cristalização da monarquia constitucional teve influências europeias. O impacto republicano advindo da Revolução Francesa atenuara-se na própria Europa. A época vitoriana iniciada em 1837 e o grande surto industrial operado na Inglaterra sob égide monárquica foi fator de prestígio do regime e a nação britânica foi modelo para o Brasil. O constitucionalismo português, como o inglês, teve parcela de influência na consolidação da monarquia e erradicação da solução republicana no Brasil. O único país republicano na América com sólidas bases políticas e econômicas eram os Estados Unidos, mas qualquer tentativa de aproximação do país norte-americano foi, por muito tempo, anulada pela habilidade inglesa. Esse rechaço implicou em afastamento da ideia de república. [...]

O ressurgimento da ideia republicana no Brasil coincide com o fim da Guerra da Tríplice Aliança em 1870. O contato com o Uruguai e principalmente com a Argentina, que superara a fase do caudilhismo, pesou, com certeza, no reavivamento do ideal republicano em hibernação desde o período regencial. Aparece no cenário político brasileiro o elemento militar até então submisso a D. Pedro e ao seu estado-maior de políticos no sentido de não terem acesso aos quadros político-administrativos. Ao contrário, nas repúblicas sul-americanas o militar ocupa posição de destaque.

[...] Aos poucos elevou-se o Exército na hierarquia da sociedade brasileira do século XIX e deu ambiente para a chamada questão militar, fator importante na proclamação da república.

Os primeiros estremecimentos entre o Exército e o governo monárquico iniciaram-se durante a Guerra da Tríplice Aliança.

Tendo a questão militar papel de destaque na proclamação da república e fruto em grande parte da citada guerra, lícito é concluirmos haver parcela importante de influência das repúblicas platinas na proclamação da república do Brasil. [...]

Publicado pelo jornal *A República* em 1870, o manifesto republicano patenteava o desejo de alguns brasileiros de igualar o Brasil aos países da América. É trecho do manifesto: ‘Somos da América e queremos ser americanos. A forma de governo (a monarquia) é, na sua essência e na sua prática, antinômica e hostil ao direito e aos interesses dos Estados americanos. A permanência desta forma tem de ser forçosamente, além de origem de opressão no interior, a fonte perpétua de hostilidade e de guerras com os povos que nos rodeiam’.

O restante deste manifesto é tímido e moderado – muito dentro do espírito de precaução da época; revela não obstante, a preocupação de brasileiros empolgados com o regime republicano de colocar o Brasil em planos de igualdade com as nações americanas. É o despertar de uma consciência americana.

O modelo republicano influenciou também os espíritos românticos do abolicionismo, na medida em que ligam a liberdade à república, desprestigiando, assim, a monarquia.

Quando o interesse regional e a ordem econômica e social interna do Brasil se aliaram aos fatores ideológicos de ordem externa, houve a proclamação da república.

Embora muitos vícios da monarquia tenham permanecido na época republicana, a abolição da escravatura e a proclamação da república igualaram o Brasil às demais nações latino-americanas do século XIX.”

RIBEIRO JÚNIOR, José. O Brasil monárquico em face das repúblicas americanas. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. 14. ed. São Paulo: Difel, 1984. p. 158-160.

## Os Estados Unidos e a América hispânica no pós-independência



### Contextualizando

Na primeira parte deste capítulo abordamos a evolução histórica dos Estados Unidos no decorrer do século XIX, com ênfase na expansão territorial, nas diferenças históricas entre os estados do sul e do norte do país que os levaram à guerra civil e nas políticas intervencionistas que se configuraram nesse período e perduram até a atualidade, consolidando a hegemonia norte-americana no continente.

Na segunda parte do capítulo, apresentamos um balanço da situação dos países hispano-americanos no pós-independência, abordando os aspectos econômicos e sociais e os traços gerais dos impasses políticos que caracterizaram as novas nações no século XIX. Ao final, apresentamos um estudo mais detalhado de dois casos: Argentina e México.

### Influência latino-americana nos Estados Unidos

210

Os materiais apresentados nesta abertura oferecem subsídios para discutir a influência cultural dos imigrantes latino-americanos, em especial dos mexicanos, nos Estados Unidos.

A imagem registra uma loja de produtos latinos em Nova York, aludindo à forte presença de pessoas de origem latino-americana nos Estados Unidos na atualidade. O texto recupera a figura de Zorro ("raposa", em espanhol) a fim de indagar o enraizamento da cultura latina no país, salientando que hispânicos e norte-americanos não têm consciência dessa influência cultural.

Vale lembrar que parcela significativa do território que hoje pertence aos Estados Unidos no passado fazia parte da América espanhola e, posteriormente, do México (o estado da Flórida e partes do Alabama, do Mississipi e da Louisiana pertenciam à Espanha até o início do século XIX, quando foram comprados pelos Estados Unidos; os territórios correspondentes aos estados da Califórnia, Nevada, Utah, Arizona, Novo

México, Texas e partes de Oklahoma, Kansas e Colorado eram mexicanos e foram anexados em meados do século XIX; uma parte do Arizona e do Novo México foi comprada do mesmo país em 1853; além de Porto Rico, hoje um Estado Livre Associado aos Estados Unidos, que foi cedido pela Espanha em 1898), o que ajuda a compreender a presença e a longevidade da cultura latina na região.

Para ilustrar esse aspecto, pode-se levantar com os alunos nomes de cidades norte-americanas em que a influência da língua latina é evidente, como San Francisco, San Diego e Los Angeles, no estado da Califórnia.

Essa também é uma boa oportunidade para retomar conceitos como mito e identidade e refletir sobre o papel da educação na formação do imaginário nacional.

### Construção da nação norte-americana

211

Durante todo o século XIX os Estados Unidos experimentaram um grande crescimento econômico e populacional, e, ao mesmo tempo, expandiram seus territórios até o Oceano Pacífico. Para abordar esse tema, sugerimos analisar com os alunos o mapa "Formação dos Estados Unidos" (página 211), identificando as etapas da expansão e os conflitos que delas resultaram com os países vizinhos (como o México) e com os indígenas.

Consideramos importante destacar o papel desempenhado pela ideologia do Destino Manifesto nesse movimento expansionista, bem como as atividades econômicas que asseguraram a posse dos novos territórios. O boxe "A influência puritana" (página 211) relaciona a mentalidade expansionista às tradições religiosas que remontam ao tempo da colonização inglesa.

A "Marcha para o oeste" (página 212) foi impulsionada pela corrida do ouro e pela política de concessão de terras e ocasionou muitos conflitos com os povos nativos.

A questão indígena nos Estados Unidos do século XIX representou um choque cultural de grandes proporções, remetendo aos acontecimentos ocorridos após a chegada dos europeus ao continente americano. O trecho a seguir reproduz a visão indígena a respeito da conquista do oeste, explicitando as diferentes visões de europeus e indígenas sobre a utilização dos recursos naturais.

### ***Uma visão indígena da conquista do oeste***

“Soube que pretendem colocar-nos numa reserva perto das montanhas. Não quero ficar nela. Gosto de vagar pelas pradarias. Nelas me sinto livre e feliz; quando nos estabelecemos ficamos pálidos e morremos. [...] Há muito tempo esta terra pertencia aos nossos antepassados, mas quando subo o rio vejo acampamentos de soldados em suas margens. Esses soldados cortam minha madeira, matam meu búfalo e, quando vejo isso, meu coração parece partir, fico triste... Será que o homem branco se tornou uma criança que mata sem se importar e não come o que matou? Quando os homens vermelhos matam a caça é para que possam viver e não morrer de fome.”

Satanta, chefe dos Kiowa. In: BROWN, Dee. *Enterrem meu coração na curva do rio*. 20. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1986. p. 173.

A “Guerra de Secessão (1861-1865)” (página 213) representou um divisor de águas na história norte-americana. Ao analisar seus motivos, pode-se retomar os conteúdos já estudados em capítulos anteriores sobre a formação histórica das Treze Colônias e as diferenças entre o norte e o sul. Essas diferenças se manifestaram, no período posterior à independência, em pontos de vista divergentes acerca de vários temas: as taxas alfandegárias, a centralização do sistema financeiro, e, finalmente, o problema da escravidão. Vale lembrar que os estados norte-americanos tinham autonomia para legislar sobre vários temas, inclusive sobre o meio circulante e a manutenção, ou não, do trabalho escravo em seus territórios.

Durante a guerra civil foi aprovado o *Homestead Act*, lei que visava, primordialmente, à ocupação das terras do oeste e meio oeste norte-americanos. A possibilidade do acesso à terra atraiu milhares de interessados, incluindo imigrantes. No entanto, uma grande parte das terras passou para as mãos de especuladores, ainda no século XIX. Sugerimos aproveitar a oportunidade para estabelecer uma comparação entre o *Homestead Act* e a Lei de Terras aprovada no

Império brasileiro em 1850 (estudada no capítulo 11): enquanto na América do Norte prevaleceu o princípio da “terra aberta” ao pequeno e médio proprietário, a lei brasileira restringia o acesso à propriedade àqueles que pudessem comprá-la.

No período final da Guerra de Secessão, foi aprovada a lei que aboliu a escravidão em todo o território norte-americano, registrada como emenda constitucional apenas após o término do conflito. É importante destacar que, mesmo depois do fim da escravidão, os negros não desfrutaram de imediato a plena cidadania, o que só aconteceu na segunda metade do século XX. Leis discriminatórias foram aprovadas em vários estados, e organizações como a Ku Klux Klan (abordada no box da página 214) semeavam o terror nos estados do sul.

#### **Sugestão de atividade interdisciplinar**

Para complementar o estudo do capítulo, pode-se realizar a leitura do livro *A cabana do pai Tomás* (1851), de Harriet Beecher Stowe, que critica o regime de escravidão nos Estados Unidos. Inicialmente, é importante orientar os alunos sobre o caráter específico do discurso histórico (a explicação do real mediante o trabalho com documentos, testemunhos, entre outros suportes) e o de um discurso literário, constituído pelo afastamento do real, porém revelador de possibilidades não vingadas, de pistas acerca de valores e costumes de uma época etc. Em seguida, com o auxílio do professor de língua portuguesa, pode-se solicitar aos alunos que elaborem uma resenha do livro, atentando para o modo como Harriet Beecher Stowe descreveu o tratamento dispensado aos escravos, qual a posição da autora em relação à escravidão, entre outros aspectos.

## **Trabalhando com fontes**

215

### **• Um registro fotográfico da expansão territorial dos Estados Unidos**

A atividade proposta nessa seção contempla vários objetivos: o desenvolvimento das habilidades de leitura de imagens, a realização de um exercício com fonte histórica e o aprofundamento dos estudos sobre os Estados Unidos após a independência.

Uma pequena introdução situa a invenção da fotografia no século XIX, tema que pode ser aprofundado de acordo com os interesses da classe e o tempo disponível. Consideramos fundamental ressaltar o fato de que a fotografia, como fonte para a pesquisa e o ensino de história, não pode ser considerada uma reprodução fiel

da realidade, e sim um recorte. Por isso, é importante que os alunos: identifiquem as impressões, ideias e sentimentos evocados pela foto; relacionem a imagem com os temas em foco no capítulo; levantem hipóteses sobre as intenções do fotógrafo e reflitam sobre o que a imagem mostra e o que ela esconde.

Desde sua invenção, a fotografia desempenha diferentes funções: a de veículo de crenças, valores e propaganda; a de registro de pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento – como a antropologia, a botânica, a história e a arqueologia – e a de ferramenta da memória. É importante que os alunos tenham em mente o fato de que a fotografia também é um documento histórico. Ela é fruto das experiências, dos valores e das intenções de quem a produz, como explica o fotógrafo e pesquisador Boris Kossoy no trecho a seguir.

### A fotografia

“Durante séculos o homem serviu-se da câmera obscura, instrumento que o favorecia para desenhar uma vista, uma paisagem que por alguma razão lhe interessou conservar a imagem. A imagem dos objetos do mundo visível, formando-se no interior da câmera – em conformidade com os preceitos da perspectiva renascentista –, podia ser delineada e, de fato, viajantes, cientistas e artistas fizeram uso do aparelho, obtendo, sobre papel, esboços e desenhos da natureza.

Com a invenção da fotografia, a imagem dos objetos na câmera obscura já podia ser gravada diretamente pela ação da luz sobre determinada superfície sensibilizada quimicamente. Apesar de o próprio tema ‘desenhar-se a si mesmo’ (nesta superfície) mantendo elevado grau de semelhança na sua ‘autorrepresentação’, o artista não se viu dispensado de reger o ato; de comandar o processo de criação com o objetivo que tinha em mira: obter uma representação visual de um trecho, um fragmento do real.

Toda fotografia tem sua origem a partir do desejo de um indivíduo que se viu motivado a congelar em imagem um aspecto dado do real, em determinado lugar e época. [...]

O homem, o tema e a técnica específica (esta, por mais avançada que seja) são em essência os componentes fundamentais de todos os processos destinados à produção de imagens de qualquer espécie.

[...] A imagem do real retida pela fotografia (quando preservada ou reproduzida) fornece o testemunho visual e material dos fatos aos espec-

tadores ausentes da cena. A imagem fotográfica é o que resta do acontecido, fragmento congelado de uma realidade passada, informação maior de vida e morte, além de ser o produto final que caracteriza a intromissão de um ser fotógrafo num instante dos tempos. [...]

O produto final, a fotografia, é portanto resultante da ação do homem, o fotógrafo, que em determinado espaço e tempo optou por um assunto em especial e que, para seu devido registro, empregou os recursos oferecidos pela tecnologia.”

KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 35-37.

Os historiadores podem valer-se do registro fotográfico para analisar as técnicas e os materiais de determinado período, assim como as ideologias, as mentalidades e o cotidiano de um grupo social. É importante frisar o fato de que o mesmo objeto de estudo pode suscitar múltiplas interpretações em razão dos diferentes tipos de arcabouço intelectual e das experiências diversas dos estudiosos que o examinam.

#### Sugestões de leitura

FOHLEN, Claude. *O faroeste: 1860-1890*. São Paulo: Companhia das Letras/Círculo do Livro, 1989.

GRANT, Susan-Mary. *História concisa dos Estados Unidos*. São Paulo: Edipro, 2014.

TOTA, Antonio Pedro. *Os americanos*. São Paulo: Contexto, 2013.

## Estados Unidos e América Latina

216

Apresentamos, neste tópico, uma visão geral da política norte-americana em relação aos outros países do continente, nos séculos XIX e XX. Nesse momento, sugerimos retomar os conteúdos já vistos no capítulo 8 (especialmente aqueles relacionados à independência de Cuba).

Consideramos importante destacar para os alunos a mudança de posição dos Estados Unidos, desde a doutrina Monroe (1823) até a Primeira Conferência Internacional Americana, quando foi explicitada, claramente, a pretensão à hegemonia no continente. A partir de então, os governos norte-americanos utilizaram vários expedientes para justificar e intensificar suas intervenções em outros países: a política do *Big Stick* (Theodore Roosevelt, 1904); a “diplomacia

do dólar" (William Taft, 1909-1913); e a política da boa vizinhança (Franklin Delano Roosevelt, durante o período da Segunda Guerra Mundial). Sugerimos que os alunos estabeleçam comparações entre essas diferentes estratégias.

Vale destacar que a influência política norte-americana na América Latina continuou se fazendo presente, mesmo após o final da Guerra Fria. Como exemplo podemos citar a atuação dos Estados Unidos junto ao governo colombiano, no combate ao tráfico de drogas, tema abordado no box "Plano Colômbia" (página 217).

## América hispânica pós-independência 218

O tópico apresenta aspectos da vida política, social e econômica das repúblicas hispano-americanas no século XIX e início do século XX. Entre eles, destacamos a permanência de traços da época colonial: uma economia especializada na produção e exportação de gêneros do setor primário, a concentração das riquezas e do poder político nas mãos das oligarquias agrárias e a permanência, em graus e tempos variados, de relações de trabalho compulsório e da exploração da mão de obra indígena.

Recomendamos que temas já estudados no capítulo 8, como a condução do processo de independência pelas elites *criollas* e o poder dos caudilhos, sejam retomados com os alunos, para facilitar o entendimento de questões políticas que atribuíram os novos países no período posterior à independência.

Além disso, é importante destacar que os Estados hispano-americanos assumiram o papel predominante de exportadores de matérias-primas e importadores de artigos produzidos nos países mais industrializados. Por outro lado, esses mesmos países (principalmente a Grã-Bretanha e os Estados Unidos) passaram a investir capitais na América Latina. Esses aspectos podem ser explorados por meio do mapa "Economia de exportação e investimentos estrangeiros na América Latina (início do século XX)" (página 218).

Outro aspecto fundamental a ser analisado refere-se às relações de trabalho nos Estados hispano-americanos. Vale destacar que a abolição da escravidão não foi imediata à conquista das independências. O serviço compulsório e os tributos indígenas também só foram abolidos paulatinamente nas novas repúblicas e os indígenas continuaram a perder suas terras.

O box "A questão da terra" (página 219) revela que, passados cerca de dois séculos das lutas pela independência, os indígenas continuam enfrentando dificuldades com relação a seu direito à terra, condição para que possam viver de acordo com sua cultura.

## ◆ Crescimento e contradição na Argentina 220

Neste tópico, apresentamos uma visão geral da sociedade, da evolução econômica e da modernização argentina a partir do final do século XIX.

Consideramos importante destacar que a Argentina, assim como o Brasil e os Estados Unidos, recebeu grandes contingentes de imigrantes europeus, especialmente italianos, neste período. A população branca de origem europeia e seus descendentes foram valorizados no mercado de trabalho e, sobretudo, na construção da memória nacional. Os povos indígenas, assim como os afro-argentinos, foram apagados do discurso histórico que se construía e permaneceram na pobreza.

Também vale destacar que, além do crescimento extraordinário do setor agropecuário, a Argentina experimentou um expressivo surto industrial no início do século XX. Apesar das riquezas produzidas naquela época, a base da economia permaneceu vinculada à exportação de produtos primários, o que manteve o país na dependência dos capitais estrangeiros e das oscilações do mercado internacional. Uma grande crise se abateu sobre o país nos anos 1930, relacionada à recessão econômica internacional desencadeada pela quebra da bolsa de Nova York (explicada no box da página 221). A partir de meados da década de 1970, uma nova crise atingiu duramente a indústria nacional argentina. A recuperação econômica tem sido lenta e parcial, com breves intervalos de crescimento econômico, e se prolonga até a atualidade.

## ◆ O México no século XIX 222

A história do México durante o século XIX foi marcada pela luta entre as forças conservadoras (a Igreja, os grandes proprietários de terra) e os defensores do liberalismo e da modernização do país, interessados em ultrapassar as heranças coloniais. Nesse aspecto, a questão indígena era de fundamental importância. Grande parte da população do país era formada por índios e mestiços, que continuavam enfrentando problemas semelhantes aos que existiam no período colonial. A modernização efetuada durante o longo

governo de Porfírio Díaz beneficiou as classes dirigentes do país e acentuou sua dependência em relação aos capitais estrangeiros. Nesse cenário eclodiu a Revolução Mexicana de 1910, que teve início como uma revolta política, mas atingiu proporções de uma revolução social.

### A Revolução Mexicana

“A Revolução Mexicana, desencadeada a partir de 1910 e que mobilizou grandes contingentes populacionais, atingindo amplos setores sociais, é considerada por um grande número de historiadores como a maior comoção social ocorrida na América Latina desde as guerras de independência. Antecedendo mesmo a Revolução Chinesa e a Revolução Russa, despertou a atenção de lideranças políticas de vários países latino-americanos, que passaram a ver nesse movimento um modelo a ser imitado. [...] A Revolução Mexicana foi uma revelação para o mundo, uma movimentação inesperada. Entretanto, os caminhos percorridos pelos revolucionários levaram-nos a resultados que nem sempre coincidiram com as propostas iniciais de luta, ou talvez, com aquilo que se idealizara a princípio.”

CORRÊA, Anna Maria Martinez.  
A Revolução Mexicana. São Paulo:  
Brasiliense, 1983. p. 7-8.

Sugerimos destacar os seguintes aspectos com os alunos: a resistência ao porfiriato; Madero e o Plano de San Luis Potosí; a adesão das massas populares à revolução; a liderança de Zapata e de Pancho Villa; o plano de Ayala; a derrota militar dos revolucionários; e as determinações da Constituição mexicana de 1917. Após a leitura do texto didático, os alunos podem elaborar uma síntese de cada um desses aspectos.

A Revolução Mexicana traz ainda a oportunidade de abordar o tema da questão indígena na América Latina. O boxe “O zapatismo hoje” (página 224) oferece subsídios para pensar a articulação e as demandas dos indígenas na sociedade mexicana na atualidade.

#### Sugestões de leitura

BETHELL, Leslie. *História da América Latina: de 1870 a 1930*. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. v. 5.

PINSKY, Jaime (Org.). *História da América através de textos*. São Paulo: Contexto, 2001.

A questão selecionada aborda aspectos da mentalidade norte-americana, observados por Alexis de Tocqueville durante sua estada nos Estados Unidos, na primeira metade do século XIX. O tema envolve as disciplinas de história, filosofia e sociologia. Ao estudá-lo, é possível discutir conceitos como ética e moral, a noção de civismo no contexto do século XIX, as relações entre religião e sociedade e as relações entre virtudes públicas e privadas.

Também é possível retomar aspectos importantes da colonização da América e da formação da sociedade norte-americana, visíveis até o presente. É importante lembrar os alunos de que o protestantismo, até hoje, é a religião que reúne o maior número de seguidores nos Estados Unidos, cuja história foi marcada profundamente pelas manifestações de religiosidade. Em meados do século XVIII, um movimento religioso cristão, que ficou conhecido como “O Grande Despertar”, envolveu integrantes de outras denominações protestantes, além dos puritanos, como os batistas, os presbiterianos e os metodistas. Foi um momento de reafirmação da fé e de difusão dos valores morais por meio do esforço de pregadores que atraíram multidões graças aos seus dons de oratória. No século seguinte, outro movimento religioso, que também envolveu muitos grupos, atraiu os fiéis por meio da emoção e garantiu a expansão de diferentes denominações protestantes nos territórios do oeste. Para alguns desses grupos, os valores religiosos seriam a garantia da existência da democracia e do progresso do país. Pregadores e missionários se dirigiram a lugares distantes, e associações de fiéis organizavam campanhas para combater o jogo, o alcoolismo, os duelos, a prostituição e outros hábitos sociais considerados nocivos por eles. Movimentos abolicionistas e críticas à exploração do trabalho feminino e infantil também se originaram nessas associações. Algumas universidades norte-americanas foram fundadas por congregações religiosas, nos séculos XVIII e XIX, com o objetivo de formar pastores e, posteriormente, ampliaram suas áreas de estudo.

#### Sugestão de leitura

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

## ***Revolução Mexicana: a primeira revolução do século XX***

Longe de ser um movimento social sem ideologia ou identificado com o internacionalismo socialista, a Revolução Mexicana foi uma luta de libertação nacional e, nesse sentido, com identidade ideológica bastante definida.

O texto a seguir, de Américo Nunes, apresenta uma análise crítica dessa questão, levando em consideração tanto os fatores internos quanto os externos à Revolução Mexicana.

“Vemos, quase sempre, na Revolução Mexicana uma revolução sem ideias, sem programa e sem ideologia ‘revolucionária’. Certo: não houve, no início, um programa coerente que representasse a ‘visão do mundo’ desta ou daquela classe. O que encontramos é mais um conjunto de planos, de projetos, de proclamações dispersas, aparentemente sem unidade, mas todos tendendo, ainda que de maneira confusa, para uma problemática central: a necessidade da mudança das estruturas sociais, econômicas e políticas herdadas do Antigo Regime. Sua incoerência é resultado da heterogeneidade estrutural do México da época. Mas, como em todas as revoluções sociais, as ideias se radicalizam durante a luta, os programas tomam forma e ganham sua dimensão real durante o próprio processo. O radicalismo revolucionário de um programa é tanto mais acentuado quanto o grau material das forças produtivas [...].

Basta comparar o México pré-revolucionário com o movimento revolucionário na Rússia de antes de 1917.

[...] Consequentemente, a Revolução Mexicana não é uma revolução sem ideias. Antes

do movimento armado, sobretudo nos últimos cinco anos do porfirismo, assiste-se no México a uma clarificação ideológica (crítica, também) que ajuda o questionamento de certos dados. Esta atividade intelectual estabelece as bases para uma prática ideológica, a partir da qual a revolução pode também ser pensada como projeto. No contexto socioeconômico e político do México do primeiro decênio do século XX, o Programa de 1906 do Partido Liberal, redigido entre outros por Juan Sarabia, Antonio I. Villareal, Ricardo e Enrique Flores Magón, se constitui numa premissa ideológica importante para a elaboração de um programa destinado ‘à classe mais numerosa do país’. A Constituição de 1917 não é mais que a síntese de programas, de planos e de proclamações precedentes, bem como da Constituição liberal de 1857.

[...] A ideologia da Revolução Mexicana nada tem de socialista. Esta ideologia corresponde ao baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, bem como à inexistência de um proletariado industrial, poderoso e concentrado. É uma ideologia profundamente nacionalista, vale dizer, radicalmente distanciada do projeto proletário, que é internacionalista. Este último não visa à harmonia do capital e do trabalho, mas à abolição definitiva do capital (em todas as suas metamorfoses possíveis: livre empresa monopolista e estatal) e do trabalho sob sua forma salarial de valor de troca. A Revolução Mexicana não podia abolir a estrutura salarial. Daí, o malogro de Ricardo F. Magón, único internacionalista revolucionário coerente no México entre 1910 e 1917, o único a querer abolir a estrutura salarial.”

NUNES, Américo. *As revoluções do México*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 146-149.

## Capítulo 1 Povos pré-colombianos e a colonização da América por espanhóis e ingleses

8

### ◆ Conversando sobre

8

1. No texto, Eduardo Galeano afirma que a América Latina historicamente vem sendo explorada pelos países que ocupam o centro do poder no mercado internacional: inicialmente pelos europeus, e, a partir do século XX, pelos Estados Unidos. A imagem da manifestação dos Mapuche – maior grupo indígena do Chile atual – é um exemplo de que a exploração do continente americano não foi e não é admitida passivamente, pois se trata de um movimento que é contra o marco inicial do processo de colonização do continente americano pelos europeus e deseja preservar a identidade e autonomia dos povos. Além dos Mapuche, podemos citar a resistência indígena no México, com o Movimento Zapatista, dos Guarani-Kaiowá no Brasil e a eleição de Evo Morales na Bolívia como exemplo do exercício da cidadania pelas comunidades indígenas que se fez representada como maioria.
2. Espera-se que os alunos identifiquem a ideia de Eduardo Galeano: a maioria da população latino-americana trabalha em benefício de uma minoria dominante que atende a interesses externos aos do país. Independentemente se concordam ou não com o autor uruguaio, o importante é que justifiquem suas opiniões com argumentos coerentes em um debate estabelecido de forma respeitosa – condições essenciais para o exercício da cidadania.

### ◆ Texto complementar

25

1. O texto apresenta duas versões sobre a superioridade econômica dos Estados Unidos comparada à dos países da América Latina. A primeira, formulada pelos norte-americanos no século XIX, é a do Destino Manifesto, ou seja, a América seria a Terra Prometida e os colonos, o povo eleito por Deus para prosperar nela. A segunda, formulada no Brasil, é a de que a riqueza dos Estados Unidos e as mazelas brasileiras decorrem de dois modelos históricos distintos de colonização: as colônias de povoamento e as de exploração.

Para Karnal, as duas explicações são equivocadas. Segundo ele, não existia grandes diferenças de comportamento entre os imigrantes puritanos anglo-saxões e os imigrantes católicos ibéricos que vieram para a América: “A Península Ibérica enviava ao Novo Mundo homens de toda espécie. [...] Imaginar o Brasil povoado só por ladrões [...] é tão falso como supor que apenas intelectuais piedosos foram para as Treze Colônias”. Em outro trecho, o autor deixa ainda mais clara a sua posição: “Quando os norte-americanos encontraram, enfim, ouro na Califórnia e no Alasca, o comportamento dos puritanos não foi muito distante da dos católicos das Minas Gerais. A cobiça, o arrivismo e a violência não parecem muito dependentes da religião ou da suposta ‘raça’”.

2. É possível identificar uma hipótese do autor para explicar a diferença do desenvolvimento econômico dos Estados

Unidos em relação aos países da América Latina. Segundo ele, a relativa autonomia dada pela Inglaterra às suas colônias pela ausência de um projeto efetivo colonial possibilitou o desenvolvimento do Estado independente: “A falta de um efetivo projeto colonial aproximou os Estados Unidos de sua independência. As Treze Colônias nascem sem a tutela direta do Estado”. Por isso, quando se tentou implementar na América inglesa o mesmo modelo de pacto colonial que existia nas Américas hispânica e portuguesa, os britânicos enfrentaram a resistência americana, ou seja, a rebelião interna que levou à independência dos Estados Unidos.

3. De acordo com o censo dos Estados Unidos de 2010, o número de norte-americanos vivendo abaixo da linha da pobreza é o mais elevado desde 1993. O número de pobres, em termos absolutos, é 46,2 milhões, o mais elevado desde que o gabinete de recenseamento começou a efetuar esse tipo de registro. O relatório do censo indica ainda que o valor dos rendimentos das famílias nos Estados Unidos baixou 2,3% em 2010. O número de sem-teto, ou *homeless*, cresce também. Em Nova York, em 2014, dados da prefeitura da cidade apontam que existem cerca de 60 mil sem-teto vivendo nas ruas de Nova York. O objetivo da questão é fornecer elementos para uma reflexão crítica sobre o conceito de riqueza econômica: parte da população de um país rico pode não usufruir de sua riqueza.

### ◆ Atividades

26

#### Explorando o conhecimento

26

1. Os povos pré-colombianos organizavam-se de formas distintas. Algumas sociedades eram caçadoras e coletoras, e viviam de forma nômade ou seminômade, como os chichimecas (na Aridoamérica) e os Chiriguano (no sul da América do Sul). Ao contrário das sociedades caçadoras nômades, as civilizações agrícolas, como a maia (América Central e sul do México), a asteca (México) e a inca (Andes na América do Sul), possuíam um Estado e o poder hierarquizado, acumulavam excedentes, exploravam povos dominados por meio do trabalho compulsório, construíam cidades e templos de pedra, que revelam seu sedentarismo.
2. Na América espanhola utilizou-se o trabalho compulsório dos indígenas. A mão de obra indígena, a mais utilizada, foi submetida a dois regimes de trabalho forçado: a *encomienda* e o *repartimiento*. A *encomienda* era uma instituição jurídica por meio da qual um espanhol, o *encomendero*, autorizado pela Coroa, cobrava tributos e explorava o trabalho de uma ou mais comunidades indígenas, comprometendo-se a assegurar a instrução cristã aos índios que ficariam sob sua responsabilidade. Já o *repartimiento* era uma espécie de imposto pago na forma de trabalho pelos indígenas. Esse imposto foi utilizado nas obras públicas e, principalmente, nas minas e nos setores de beneficiamento do minério. Em todos os casos, o trabalho era temporário (com duração variável) e obrigatório, e os índios podiam ser deslocados para qualquer região da colônia. Além do trabalho compulsório, os espanhóis empregaram a escravidão indígena e africana na América. Na região caribenha, economia

voltada para a produção de cana-de-açúcar, melão e rum, a predominância era de escravos africanos. Essa economia tinha como base as monoculturas praticadas em latifúndios com mão de obra escrava, como a estrutura implantada na América portuguesa.

3. Nas colônias inglesas, o controle estatal foi menor que nas colônias ibéricas. Isso se refletiu na autonomia política das colônias inglesas na América do Norte, uma vez que possuíam instituições democráticas como assembleias locais, em que representantes eleitos ou nomeados deliberavam a respeito de assuntos internos como impostos e taxas, por exemplo. Algumas das Treze Colônias chegaram a eleger governadores. As colônias ibéricas, ao contrário, estavam subordinadas ao rígido controle metropolitano, e as instituições locais não tinham autonomia, pois eram subordinadas às instituições deliberativas sediadas nas metrópoles, como a Casa de Contratação na Espanha.
4. Os maias utilizavam a matemática para construir complexos calendários — essenciais para as atividades agrícolas —, para a construção de templos e para auxiliar nas questões referentes à administração da sociedade, como a cobrança de tributos. Os incas também desenvolveram conhecimentos matemáticos importantes para a organização do Império. Criaram, por exemplo, um método contábil singular, baseado em um conjunto de cordões conhecidos como *quipu*. Esse artefato, entre outras funções, contabilizava a quantidade de pessoas existentes no reino, registrava a produção de alimentos e calculava o valor dos tributos.

### Pensando criticamente

26

5. a) Os astecas e incas, especialmente, dominavam várias populações indígenas na época da chegada dos espanhóis à América. Os espanhóis, aproveitando a insatisfação desses povos dominados, formaram alianças com as populações indígenas, e isso contribuiu significativamente para a derrota dos astecas e incas.
- b) Antes da chegada dos espanhóis à América, as elites indígenas detinham o poder e o controle sobre a população local. Caso as elites indígenas se submetessem ou se aliassem aos espanhóis, a população local seguiria o mesmo caminho. Em troca desse “apoio” no processo de cristianização e implantação de um governo espanhol na América, essas elites receberam alguns privilégios da Coroa. Nesse sentido, elas foram essenciais para consolidar algumas estruturas sociopolíticas e tributárias instituídas na América pelos espanhóis.
- c) Chiriguano, Araucano e chichimecas foram alguns dos grupos nativos que resistiram à colonização espanhola na América. Essas populações resistiam à conversão ao cristianismo, destruíam estâncias e construções espanholas, invadiam aldeias onde índios trabalhavam, matavam espanhóis etc.
6. a) Gustavus Vassa relata que os africanos, ao chegarem à América, eram levados para um pátio como se fossem ovelhas, sem distinção de idade ou sexo. Lá, havia diversos compradores ansiosos para adquirir seus escravos. A largada para a compra era dada por um sinal de tambor. Os compradores, assim, corriam para o pátio para escolher o lote de escravos que mais lhes agradava. Nesse processo, famílias e amigos eram separados para, na maioria das vezes, nunca mais voltarem a se ver.

- b) A frase de Vassa demonstra o choque cultural entre europeus e africanos. Para o escravo, os europeus eram pessoas “cheias de mágicas”, com costumes estranhos e língua diferente. Tudo o que ele via e ouvia era algo novo e o assustava.
  - c) Os escravos africanos na América inglesa resistiam de diversas formas ao cativo, como: assassinar colonos, fugir das fazendas, promover revoltas, trabalhar lentamente, fingir doenças, automutilação etc.
7. a) A gravura de Poma de Ayala retrata a prisão do imperador inca Atahualpa pelos espanhóis em 1532.
  - b) A prisão de Atahualpa e sua execução pelos espanhóis contribuiu, entre outros fatores, para a desagregação do Império Inca. Disputas políticas que antecederam e continuaram após a morte de Atahualpa facilitaram o domínio da região pelos espanhóis.
  - c) Atahualpa é retratado em posição de submissão, como se estivesse pedindo “misericórdia” ao espanhol, que é retratado de forma altiva. A gravura transmite, portanto, a ideia equivocada de superioridade do europeu em relação ao ameríndio.

### Investigando

26

8. A silicose é uma doença causada pela inalação de poeira com sílica. Essa doença causa fibrose pulmonar, levando à obstrução crônica das vias pulmonares, câncer de pulmão e aumento do risco de tuberculose, além de insuficiência renal. As pessoas com silicose podem não apresentar sintomas da doença em sua fase inicial; porém, com o passar do tempo, apresentam falta de ar, fadiga, perda de peso, dores no peito e tosse intensa, entre outros. A doença não tem cura, mas o tratamento atenua seus efeitos: medicações para amenizar eventuais infecções respiratórias, inalações para abrir as vias aéreas, máscaras de oxigênio e, em casos mais graves, transplante de pulmão. Segundo dados de 2011 do Centro de Saúde de Cerro de Prata, em Potosí, médicos do centro diagnosticam, em média, 12 casos de silicose por mês; e todos os anos, nesse hospital, morrem no mínimo 25 pessoas por causa de complicações relacionadas à silicose. Além disso, 20% dos mineiros atendidos por mês na clínica, cerca de mil pessoas, são menores de idade.

### ◆ Questões do Enem e de vestibulares

28

1. e.
2. b.
3. a.
4. c.
5. Esta resposta foi retirada do gabarito oficial da UERJ: As formas de trabalho estabelecidas pelas metrópoles europeias tiveram grande influência na constituição de diferentes tipos de sociedades no continente americano. A implantação dessas formas de trabalho geralmente atendia à dinâmica econômica que caracterizava a relação colônia-metrópole durante a Idade Moderna. Sendo assim, apesar de ter sido utilizado nas colônias espanholas e inglesas, o trabalho compulsório assumiu caráter diferenciado nessas duas colonizações. Nas colônias espanholas, a servidão, quando utilizada, assumiu o caráter definitivo,

ou seja, fixava para os nativos americanos o pagamento de tributos aos colonizadores europeus sob a forma de trabalho, como a *mita* e a *encomienda*. Já nas colônias inglesas, a servidão foi provisória. Normalmente, eram recrutados trabalhadores europeus que temporariamente prestavam serviços a proprietários colonizadores até o pagamento dos custos da viagem e dos primeiros gastos para seu estabelecimento e de sua família na América.

6. c.

7. b.

## Capítulo 2 A colonização portuguesa na América

30

### ◆ Conversando sobre

30

1. De acordo com o texto, “Terra Indígena (TI) é uma porção do território nacional, de propriedade da União, habitada por um ou mais povos indígenas, por ele(s) utilizada para suas atividades produtivas, imprescindível à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e necessária à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”. A demarcação é um ato do poder público, por meio do qual se reconhecem e delimitam as terras tradicionalmente ocupadas por esses povos, conferindo-lhes, juridicamente, a posse coletiva desse território. Tal ato é de suma importância, pois visa assegurar aos indígenas a preservação de seu modo de vida.
2. Caso os alunos desconheçam informações sobre Terras Indígenas em seu estado, é possível solicitar uma breve pesquisa para apresentação ao final do estudo do capítulo. Até o ano de 2015, com exceção do Piauí, todos os estados brasileiros possuíam Terras Indígenas em diferentes fases do processo de reconhecimento (estudo, identificação, declaração, homologação, registro). Informações atualizadas sobre essas terras e os povos que as habitam podem ser encontradas no link “De olho nas terras indígenas”, do Instituto Socioambiental, disponível em <<http://ti.socioambiental.org>>. Acesso em 13 fev. 2016. Sugerimos comentar com os alunos que os indígenas não vivem apenas em áreas reconhecidas pelo Estado como Terras Indígenas. Há comunidades que vivem em cidades, em terras que ainda não são reconhecidas pelo poder público, ou mesmo isoladas.
3. Muitos povos indígenas ainda lutam para fazer valer o seu direito à terra. Por exemplo, os indígenas Guarani-Kaiowá mostrados na imagem, lutam pela demarcação de suas terras no Mato Grosso do Sul. Além disso, o processo de reconhecimento é demorado e muitas vezes contraria interesses de não indígenas, causando uma série de polêmicas e disputas. Interesses econômicos de fazendeiros, mineradoras e grandes empresas extrativistas têm motivado inúmeros conflitos, mesmo em áreas já demarcadas pelo poder público.

### ◆ Aprenda mais

32

1. Os alunos deverão citar a extensão da área na qual se distribuem os castanhais, as características naturais do fruto que dificultam uma dispersão natural em uma área tão vasta, o dado de que os castanhais estão sempre próximos a algum sítio arqueológico ou aldeia indígena e, por fim, a similaridade fonética entre os

termos utilizados por famílias linguísticas diferentes para designar a castanha-do-pará.

2. A construção de uma rede de caminhos como a do Peabiru não gerava impactos significativos ao ambiente, uma vez que os trechos desmatados para a marcação das trilhas tinham apenas que ter largura suficiente para o deslocamento de poucas pessoas, diferentemente das estradas de ferro e das rodovias atuais. Os deslocamentos fluviais eram feitos em canoas, que não poluíam as águas nem consumiam fontes de energia que colocavam em risco a preservação dos recursos naturais ou significavam uma ameaça à vida. Nesse aspecto, se compararmos os caminhos indígenas com as ferrovias, rodovias e hidrovias atuais, concluiremos que o impacto sobre o ambiente do modelo atual é muito maior, tanto em relação à área desmatada quanto pela demanda de recursos naturais gerada na construção e no funcionamento desses meios de transporte.

Do ponto de vista dos efeitos para a vida humana, os meios de transporte modernos significam, para milhões de pessoas, esforço, fonte de sobrevivência, risco de vida; para alguns poucos, fonte de lucros. Mas não se pode negar que a inovação tecnológica que tornou possível o funcionamento de trens, automóveis, aviões e navios modernos encurtou distâncias e possibilitou um intercâmbio entre os povos inédito até então. Isso significa que a tarefa da nossa sociedade não é renegar as conquistas da ciência e da indústria, que permitiram elevar a expectativa de vida do ser humano e melhorar a sua condição de vida; o grande desafio é equacionar inovação tecnológica e crescimento econômico com distribuição democrática dos benefícios desse desenvolvimento e preservação dos recursos naturais para as gerações futuras.

### ◆ Trabalhando com fontes

38

1. O documento é um relato de viagem. O autor é o navegante alemão Hans Staden, que viajou ao Brasil duas vezes, entre 1548 e 1555. O texto foi publicado originalmente em 1557.
2. Hans Staden refere-se aos indígenas como “selvagens”. Essa denominação revela o discurso eurocêntrico adotado pelos europeus, que classificavam os indígenas como povos “inferiores”, que precisariam ser retirados das “selvas” e trazidos à “civilização” pelos colonizadores.
3. Segundo o autor, os portugueses foram os responsáveis pela revolta indígena (“Embora não fosse de sua índole, os selvagens de Pernambuco haviam-se tornado revoltosos por culpa dos portugueses”). Entre as ações colonizadoras geradoras de conflitos, os alunos podem citar a captura e escravização dos indígenas e a invasão de suas terras.
4. Os indígenas cercaram o povoado de Igarassu, em Pernambuco. Construíram duas fortificações na floresta, onde se recolhiam durante a noite. Atiravam flechas contra o povoado, algumas delas incendiárias. Além disso, a antropofagia representava uma ameaça aos europeus. Os indígenas também tentaram impedir o acesso das embarcações portuguesas ao mar com grandes troncos de árvores e, com a maré baixa, empilharam lenha seca próximo ao barco ateando fogo e jogando pimenta, para que a fumaça obrigasse os europeus a abandonar a embarcação. Ao final de quase um mês de conflito, apenas indígenas tinham sido mortos.

## ◆ Atividades

42

### Explorando o conhecimento

42

1. a) Além de serem caçadores e coletores, os Tupi cultivavam diversos alimentos, como mandioca, milho, batata-doce, amendoim, abacaxi e abóbora.  
c) Os Tupi pertenciam à família linguística Tupi-Guarani, que reunia numerosos povos da América do Sul, podendo ser encontrada desde o litoral norte do Brasil até o Rio da Prata, no sul, assim como em algumas áreas do interior do continente.
2. a) Da casca do pau-brasil era extraído um corante vermelho que servia para tingir tecidos e fabricar tinta de escrever. Por sua grande durabilidade, a madeira do pau-brasil também era muito utilizada na construção de móveis e navios.  
b) A mão de obra utilizada pelos portugueses foi a indígena. Eles extraíam o pau-brasil em troca de mercadorias como enxadas, facas, foices e espelhos, entre outros objetos.
3. a) A Companhia de Jesus e o Tribunal da Inquisição.  
b) A Companhia de Jesus tinha por objetivos principais evangelizar e colonizar os indígenas, enquanto o Tribunal da Inquisição atuava na perseguição a judeus e cristãos-novos e, em menor escala, aos rituais indígenas e africanos. Os métodos empregados pelos membros das duas instituições também foram diferentes. Os jesuítas criaram estratégias de aproximação com os indígenas (por exemplo, aprendendo sua língua e utilizando o canto e o teatro no ensino do português e dos dogmas religiosos) e fundaram missões, nas quais reuniram milhares de indígenas sob sua administração. Os inquisidores, por sua vez, perseguiram e torturaram pessoas suspeitas de praticar atos contrários à fé católica.

### Pensando criticamente

42

4. a) Pelo sistema de capitanias hereditárias, as terras a leste da Linha do Tratado de Tordesilhas foram divididas em 15 lotes. Esses lotes foram entregues a capitães donatários que se comprometiam a protegê-los e colonizá-los, devendo fundar vilas, exercer a justiça e cobrar impostos. Na prática, o sistema gerou descentralização político-administrativa, uma vez que cada donatário era responsável pelo funcionamento de sua capitania e respondia por ela diretamente a Portugal.  
b) A solução encontrada pela Coroa portuguesa foi promover a centralização político-administrativa, por meio da criação do governo-geral. Esse sistema instituiu a figura de um governador-geral e de funcionários do governo que aplicavam as leis, arrecadavam impostos, cuidavam da justiça e da segurança e regulamentavam os assuntos públicos. A sede desse governo foi a recém-fundada cidade de Salvador, que se transformou na primeira capital do Brasil. Paulatinamente, a Coroa foi incorporando as capitanias hereditárias, extinguindo-as por completo em meados do século XVIII.  
c) Os alunos podem citar como semelhança os nomes Maranhão, Ceará, Pernambuco e Espírito Santo, comuns a capitanias hereditárias e a estados brasileiros; as capitanias do Rio Grande e da Bahia de Todos os Santos, cuja denominação se parece com os atuais estados

do Rio Grande do Norte e da Bahia; além da presença das cidades de Olinda, Porto Seguro e São Vicente, que continuam existindo. Contudo, é fundamental perceber que, apesar das denominações, capitanias e estados possuem limites territoriais diferentes. Além disso, o Brasil ocupa hoje uma área muito maior do que a delimitada pela Linha do Tratado de Tordesilhas e é dividido em 26 estados e um distrito federal, e não mais em 15 lotes como no mapa das capitanias hereditárias.

5. a) De acordo com o texto, os portugueses não afetaram a vida dos indígenas no início da colonização do Brasil porque eles necessitavam da ajuda dos nativos para se alimentar e se proteger. Essa situação começou a mudar com o estabelecimento de capitanias e donatárias e com a instituição de aparelhos administrativos na colônia, bem como a partir do interesse dos portugueses em substituir o escambo pela agricultura. O objetivo da Coroa portuguesa era efetivar a ocupação das terras conquistadas e explorá-las. Dessa forma, os nativos começaram a ser vistos como obstáculos para a ocupação da terra, o que gerou conflitos entre colonizadores e indígenas. Porém, os “negros da terra” também passaram a ser vistos como mão de obra necessária para a colonização e, assim, começaram a ser “caçados” para trabalhar nas lavouras.  
b) Os indígenas hostis aos portugueses poderiam ter suas aldeias destruídas, ser castigados publicamente e até mesmo mortos pelos colonizadores.  
c) Sugerimos incentivar os alunos a perceber que a ocupação das terras indígenas é um problema que persiste na atualidade, sobretudo em função da atuação de grileiros, do avanço da extração de madeira e de atividades agropecuárias e mineradoras. Uma boa fonte de pesquisa sobre o tema é o site do Instituto Socioambiental, disponível em <[www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org)>. Acesso em 14 fev. 2016.
6. No período colonial, as funções das Câmaras Municipais eram a administração municipal; a regulamentação das feiras e dos mercados; a execução de obras públicas, como estradas e fontes; a construção de edifícios; a conservação de ruas; a limpeza urbana e a manutenção das fontes; a regulamentação dos ofícios e do comércio local, entre outros aspectos. Atualmente, as Câmaras Municipais possuem três funções básicas: a função legislativa, a função fiscalizadora e a função deliberativa. Sua função legislativa é elaborar leis de interesse do município, sua função fiscalizadora é controlar as ações do prefeito, e a deliberativa diz respeito ao debate e à resolução de seus atos administrativos. Durante o período colonial, as Câmaras Municipais eram integradas pelos “homens-bons”, isto é, indivíduos do sexo masculino que não exerciam atividades manuais (excluindo, assim, comerciantes, camponeses e artesãos). Hoje, para se candidatar a vereador, o candidato deve apresentar os seguintes requisitos: ter idade mínima de 18 anos, ser brasileiro nato, ter o pleno exercício dos direitos políticos (direito de votar e ser votado), alistamento eleitoral (ter título de eleitor), ter domicílio eleitoral na circunscrição (divisão territorial administrativa) e ser filiado a um partido político.

### Investigando

42

7. O objetivo da atividade é explorar a atuação dos jesuítas no Sul do Brasil, fronteira entre as Américas portuguesa e

espanhola, pelo viés do patrimônio cultural e da difusão desse patrimônio por meio do turismo. Após a pesquisa sobre o Sítio Arqueológico São Miguel Arcanjo, os alunos entrarão em contato com a história da organização dos Sete Povos das Missões, aldeamentos organizados e administrados por jesuítas com o objetivo de catequizar indígenas. As obras de arte sacra barroca, expostas no museu, e as ruínas da Igreja de São Miguel Arcanjo revelam o estilo europeu de pensar e fazer arte e arquitetura. A proteção e preservação desse patrimônio revelam o reconhecimento e a valorização dos registros históricos como instrumento de compreensão do passado, além de garantir a salvaguarda da produção artística de um período da nossa história. Por outro lado, essa experiência jesuítica revela uma supervalorização do pensamento eurocêntrico e desperta, ainda hoje, a interpretação de uma ação civilizatória em relação aos indígenas, tidos na época como povos desprovidos de cultura. Partindo do olhar crítico sobre os vestígios das missões jesuíticas, peça aos alunos que, em grupos, desenvolvam um programa de turismo que problematize a história da colonização das Américas, o papel da Companhia de Jesus e a situação indígena nesse contexto. Os grupos devem selecionar imagens, elaborar peças publicitárias e organizar uma exposição oral, como se estivessem dialogando com um grupo de visitantes de São Miguel Arcanjo. Para orientar os trabalhos, sugerimos como fontes de pesquisa os seguintes endereços eletrônicos: <[www.saomiguel-rs.com.br](http://www.saomiguel-rs.com.br)>; <[www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br)>; <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/39>>; <[www.urisan.tche.br/~iphan/upload/downloads/file1.pdf](http://www.urisan.tche.br/~iphan/upload/downloads/file1.pdf)> e <[www.conhecendomuseus.com.br/v1/v1/episodio-27-museu-das-missoes/](http://www.conhecendomuseus.com.br/v1/v1/episodio-27-museu-das-missoes/)>. Acessos em 25 abr. 2016.

## Capítulo 3 A economia na América portuguesa e o Brasil holandês 44

### ◆ Conversando sobre 44

1. O autor abre seu texto listando inúmeras violências cometidas contra 12 milhões de pessoas. O cotidiano do negro escravizado, exposto no primeiro parágrafo, dá a dimensão do porquê de a escravidão moderna ser uma das maiores atrocidades da história da humanidade.
2. A imagem retrata uma mãe negra com seus filhos. Os números e as estatísticas usados para ilustrar a escravidão podem às vezes mascarar e desumanizar essa experiência. A escravidão foi um processo violento cometido contra cerca de 12 milhões de pessoas, seres humanos como a mulher e seus filhos retratados na imagem. Muitas famílias foram separadas. Todas as mulheres embarcadas nos navios negreiros, algumas delas mães, outras não, eram, acima de tudo, pessoas reais.
3. Espera-se que os alunos reconheçam que dados numéricos e estatísticos servem para ilustrar os acontecimentos. Esses dados apresentam o quadro geral do problema, auxiliando na compreensão de sua dimensão, ou seja, o “quadro geral” da questão abordada. No entanto, ao nos referirmos a alguma questão que envolve o sofrimento humano, o uso constante desses números gerais e sem identidade pode desumanizar o problema, porque o ser humano, de modo geral, não sente empatia por número e sim por histórias, pelas “faces” por trás dos números.

### ◆ Texto complementar 57

1. O texto enfatiza as consequências negativas da implantação da indústria da cana e da consequente disseminação do consumo de açúcar no mundo. Segundo o autor, essa indústria foi o principal estímulo para a construção do escravismo moderno. Além disso, a produção de monoculturas gerou grande impacto na ecologia das paisagens e ocasionou o desmatamento de lugares como o Brasil e algumas ilhas do Caribe, como Cuba e Jamaica, que se tornaram símbolos da deflorestação provocada pela cana. O texto aponta ainda como a difusão do consumo do açúcar globalmente está associado ao crescimento epidêmico da diabetes, das cáries dentárias e da obesidade.
2. Segundo o texto, a cultura da cana causa muitos impactos ambientais negativos. Isso é explicitado em trechos como: “fórmula sintética do canavial como um impiedoso conquistador ecológico – ‘feita a escolha da melhor terra para a cana, roça-se, queima-se e limpa-se, tirando-lhe tudo o que podia servir de embarço’. A floresta tropical, com toda a sua diversidade, aos olhos dos produtores, representava apenas um ‘embarço’ para o avanço da cana”.
3. O consumo de açúcar pela sociedade é um tema muito discutido por cientistas e pela população. Existem inúmeros artigos e reportagens sobre o assunto que podem auxiliar a pesquisa dos alunos. A Organização Mundial de Saúde (OMS) recomendava, em 2015, um consumo máximo de 50 gramas de açúcar por dia. De acordo com os dados de 2013 da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o brasileiro consome até 150 gramas por dia de açúcar, quase três vezes mais que a média mundial, que é de 57 gramas. Dados do Sistema Único de Saúde (SUS) de 2013 apontam que se gastou em um ano R\$ 488 milhões com o tratamento de doenças associadas ao consumo excessivo de açúcar, como o diabetes e a obesidade. Segundo a endocrinologista Lívia Lugarinho, da Sociedade Brasileira de Endocrinologia, quando se consome muito açúcar, o corpo reage negativamente: “no começo, o pâncreas tende a produzir mais insulina para normalizar as taxas, mas depois ele começa a não dar conta de tanta demanda. A produção do hormônio da insulina começa a entrar em falência parcial, produzindo pouco hormônio, ou total, quando deixa de ser produzido. Se ela não funciona, a glicose vai em excesso para a corrente sanguínea, o que resulta em diabetes”. A dificuldade de subtrair o açúcar direto da alimentação é em razão do seu potencial viciante. Estudos recentes apontam que o açúcar branco tem maior efeito viciante, e consequentemente de problemas com abstinência, que a cocaína. Maiores informações sobre a questão podem ser obtidas por meio dos seguintes links: <[www.ebc.com.br/noticias/saude/2015/03/oms-quer-reducao-do-consumo-de-acucar-livre-para-menos-de-10](http://www.ebc.com.br/noticias/saude/2015/03/oms-quer-reducao-do-consumo-de-acucar-livre-para-menos-de-10)>; <<http://revistavivasauade.uol.com.br/nutricao/descubra-o-que-o-excesso-de-acucar-pode-causar/1882/#>>; <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/24/economia/1427187838\\_040365.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/24/economia/1427187838_040365.html)>. Acessos em 23 fev. 2016.

### ◆ Atividades 58

#### Explorando o conhecimento 58

1. A economia açucareira estava organizada no sistema de *plantation* — ou seja, na forma de grandes propriedades rurais monocultoras —, baseada no trabalho escravo e

na produção em grande escala. Na *plantation*, a produção destinava-se de modo geral ao mercado europeu. A família colonial no período açucareiro era patriarcal, ou seja, apresentava um núcleo central composto do chefe da família, sua esposa, seus filhos e netos, além de um núcleo de membros considerados secundários, formado por filhos ilegítimos ou de criação, parentes, afilhados, serviçais, amigos, agregados e escravos. O patriarca cuidava dos negócios e mantinha a linhagem e a honra familiar, exercendo sua autoridade sobre a mulher, os filhos e demais dependentes sob sua influência.

2. a) As manchas verdes representam as plantações de cana-de-açúcar. Elas se concentram no litoral atlântico porque essa região possuía solo fértil e clima quente e úmido, condições essenciais para o cultivo da cana.
- b) As drogas do sertão, ou seja, especiarias como baunilha, canela, cravo, resinas aromáticas, urucum, anil etc.
- c) Tanto a pecuária quanto a exploração das drogas do sertão foram responsáveis pela expansão do domínio português na América além dos limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas.

### Pensando criticamente

58

3. b.

4. a) O sabor doce do açúcar provém de um arranjo dos átomos das moléculas de glicose. Ele provoca um gosto agradável nas papilas gustativas, dando prazer a quem o consome. Isso ocorre porque a glicose presente no açúcar estimula a produção de serotonina e endorfina, substâncias que regulam as sensações de prazer e bem-estar no organismo.

b) A afirmação não é equivocada, embora possa ser considerada “exagerada”. O cultivo do açúcar no Nordeste brasileiro, num primeiro momento, e nas Antilhas, posteriormente, promoveu o início da chamada Diáspora Africana, ou seja, a migração forçada de milhões de africanos para o continente americano como mão de obra escrava. Pesquisas recentes afirmam que, entre os séculos XVI e XIX, mais de 12,5 milhões de africanos foram escravizados e levados para a América, para a Europa e para algumas ilhas atlânticas.

5. a) A charge de Angeli, que mostra trabalhadores rurais sendo ameaçados por um homem com um chicote nas mãos, tanto pode ser interpretada como uma crítica à existência de trabalho em condições análogas às da escravidão na atualidade como uma crítica às péssimas condições de trabalho daqueles que trabalham na lavoura de cana. O homem com o chicote na mão ameaça os trabalhadores caso eles delatem que trabalham em condições análogas às da escravidão. A charge pode ser relacionada à escravidão na América portuguesa na medida em que ela aborda a escravidão nas plantações de cana-de-açúcar e os castigos físicos sofridos pelos trabalhadores escravizados, nesse caso as chibatadas. O homem que segura um chicote também pode ser uma referência aos feitores dos antigos engenhos de açúcar, responsáveis por castigar os escravos africanos.

b) Atualmente existem muitas pessoas que trabalham em situação análoga à da escravidão no Brasil, especialmente nas atividades agrícolas. De acordo com

o *Atlas do trabalho escravo no Brasil* (2012), disponível no link <<http://amazonia.org.br/wp-content/uploads/2012/05/Atlas-do-Trabalho-Escravo.pdf>>, a maioria dos trabalhadores submetidos à escravidão em nosso país nos dias de hoje são migrantes oriundos dos estados do Maranhão, Tocantins e Piauí, geralmente do sexo masculino e analfabetos funcionais. Eles são levados até as fronteiras móveis da Amazônia para trabalhar, principalmente, nas atividades vinculadas ao desmatamento. Além disso, nos últimos anos houve diversas denúncias de trabalho escravo envolvendo grandes fazendas de cana-de-açúcar no interior do estado de São Paulo e confecções nas grandes cidades do país. De acordo com as denúncias, as empresas contratavam fornecedores, muitas vezes ilegais, que utilizavam mão de obra de imigrantes bolivianos em condições precárias e semelhantes às da servidão. É importante mostrar aos alunos que existem órgãos públicos responsáveis, como departamentos ligados ao Ministério do Trabalho, para cuidar dos assuntos que envolvem tráfico de humanos e trabalho escravo no Brasil e no mundo, bem como ONGs que lutam contra essas violações dos direitos humanos. No entanto, a falta de fiscalização, a demora nos processos, o medo de muitos trabalhadores em denunciar, a falta de assistência, a corrupção, a impunidade, entre outras dificuldades, dificultam a erradicação desse grande problema no mundo todo. Sobre o trabalho escravo na atualidade, indicamos também o material disponível no link <[http://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2015/02/folder20anos\\_versaoWEB.pdf](http://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2015/02/folder20anos_versaoWEB.pdf)>. Acesso em 23 fev. 2016.

### Investigando

58

6. O direito dos remanescentes de quilombos foi reconhecido pela primeira vez na atual Constituição brasileira de 1988, artigo 68, que determinou: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos”.

Apesar da legislação, a concretização da lei no país tem sido difícil. A primeira titulação de uma terra quilombola deu-se somente sete anos após a promulgação da Constituição, em novembro de 1995. Até maio de 2015, somente 154 terras quilombolas haviam sido tituladas. Atualmente, segundo a ONG Comissão Pró-Índio de São Paulo, existem comunidades quilombolas em quase todos os estados brasileiros (excetuando-se apenas o Acre e Roraima). No estado de São Paulo, por exemplo, existem mais de 35 comunidades quilombolas. A maioria delas está na região do Vale do Ribeira, distribuídas por diversos municípios, como Eldorado, Iporanga e Barra do Turvo. Outras comunidades estão localizadas no litoral norte, na região de Sorocaba e no município de Itapeva. Poucas dessas comunidades já receberam os títulos de suas terras: Ivaporunduva, São Pedro, Pedro Cubas, Pilões e Maria Rosa. Todas estão localizadas no Vale do Ribeira e receberam os títulos do governo do Estado de São Paulo. No site da organização <[www.cpsp.org.br/comunidades/html/i\\_oque.html](http://www.cpsp.org.br/comunidades/html/i_oque.html)> é possível encontrar dados sobre todas as comunidades quilombolas do país. Acesso em 23 fev. 2016.

◆ **Conversando sobre** 60

1. O texto aborda o desmatamento promovido pela atividade mineradora e suas consequências ao ambiente. A derrubada da vegetação nativa está diretamente ligada ao surgimento de erosões e voçorocas, empobrecendo o solo e dificultando sua recuperação. A ausência de mata ciliar e o acúmulo de detritos da atividade mineradora causam o assoreamento dos rios, aumentando também a ocorrência de enchentes. Além dos problemas citados no texto, o desmatamento está relacionado a alterações climáticas, como o aumento ou a diminuição do volume de chuvas, e a prejuízos à biodiversidade, colocando em risco a fauna e a flora.
2. Tanto o texto quanto a imagem abordam problemas ambientais decorrentes da mineração. Contudo, é importante que os alunos percebam que os problemas e o contexto em que eles ocorrem são diferentes. O texto trata dos desmatamentos e suas consequências nos séculos XVIII e XIX. Já a imagem registra um dos principais desastres ambientais da história de nosso país, ocorrido em novembro de 2015, quando a barragem de uma empresa mineradora, localizada no município de Mariana, estado de Minas Gerais, rompeu-se. As barragens funcionam como reservatórios que acumulam os rejeitos da mineração. Com o rompimento da barragem, aproximadamente 50 milhões de metros cúbicos de lama destruíram o distrito de Bento Rodrigues, causando mortes e deixando centenas de desabrigados. Essa lama atingiu os rios da região, chegando ao Rio Doce e ao Oceano Atlântico. Nesse percurso, ela comprometeu a sobrevivência da fauna e da flora do rio, de suas margens e da faixa litorânea do Espírito Santo. O abastecimento hídrico de inúmeras cidades foi prejudicado, bem como as atividades de pescadores, agricultores e profissionais da área do turismo.
3. Atualmente, o desmatamento está associado a diversas atividades econômicas, como a extração de madeira, a expansão de áreas destinadas à agricultura e à pecuária e o avanço da construção civil. Além disso, o desvio do curso dos rios, comumente praticado pelos mineradores do século XVIII, é realizado, muitas vezes clandestinamente, para irrigar plantações, e a contaminação das águas – relacionada ao uso de metais pesados na mineração – também ocorre em função do despejo irregular de resíduos industriais nos rios.

◆ **Trabalhando com fontes** 67

1. Trata-se de um documento iconográfico, que integrou um ofício do intendente da Real Extração dos Diamantes de Tejuco e foi enviado às autoridades metropolitanas em 1775.
2. a) A pintura representa uma lavra de diamantes. Todas as construções e equipamentos relacionam-se à atividade mineradora. Uma grande engrenagem, a roda-d'água, desvia o curso do rio, para facilitar a separação do cascalho (onde se encontravam os diamantes). Seguindo o curso das águas, da esquerda para a direita, observamos uma construção triangular (o paiol), local de armazenamento do cascalho. Em

seguida, uma construção maior (a casa de lavagem ou lavadouro), onde as pedras eram selecionadas e os diamantes separados. Os trabalhadores usam pás, enxadas e recipientes para transportar o cascalho. Ao fundo, à direita, observa-se um conjunto de casas, que cumpriam a função de alojamento. Oriente os alunos a observar a pintura da esquerda para a direita, de cima para baixo, seguindo o curso das águas, com o objetivo de identificar as sucessivas etapas do trabalho de mineração dos diamantes.

- b) Na cena, é possível identificar doze personagens. Dez homens vestidos de azul representam trabalhadores escravos executando as seguintes atividades: escavação das margens, separação e transporte do cascalho. Além deles, há dois homens vestidos de laranja, que desempenham a função de fiscalização do trabalho dos escravos. Esses homens portam uma longa varinha nas mãos, instrumento que, podemos supor, serviria tanto para indicar a tarefa a ser executada quanto para ameaçar e castigar os trabalhadores.
  - c) O relevo é montanhoso e há pouca vegetação (somente no alto, à esquerda), em decorrência do desmatamento da área destinada à lavra de diamantes. O rio que atravessa todo o cenário (do alto, à esquerda, correndo até a direita na parte inferior da pintura) teve seu curso desviado, formando dois cursos de água menores. A área central, entre os canais de água, apresenta montes de terra, resultado das escavações nas margens do rio.
3. Em 1775, a mineração do Distrito Diamantino era regulada pelo sistema da Real Extração dos Diamantes. O intendente, principal autoridade do Distrito Diamantino, era responsável direto pelo controle da atividade mineradora. O registro detalhado das lavras, como o que está representado na pintura, e o envio do documento às autoridades metropolitanas atendiam, assim, à exigência da Coroa portuguesa de controle e fiscalização da extração de diamantes nesse período.

◆ **Atividades** 76

**Explorando o conhecimento** 76

1. a) V; b) F; c) V; d) F; e) V.
2. a) Taxa que correspondia a 20% do total do ouro e da prata minerados.
  - b) Imposto cobrado sobre cada escravo, produtivo ou não, maior de 12 anos. Os mineradores que não possuísem escravos recolhiam o imposto sobre si mesmos.
  - c) Lei que obrigava os moradores da capitania de Minas Gerais a completar com recursos próprios o valor mínimo de 100 arrobas anuais de ouro destinado à Coroa.
  - d) Sistema que vigorou no Distrito Diamantino e concedia o direito de exploração das minas de diamante, por tempo determinado, a um único contratador, que deveria pagar uma taxa anual ao erário português.
3. De maneira geral, podemos dizer que a descoberta das jazidas de ouro na América portuguesa favoreceu a expansão territorial, estimulou o desenvolvimento de novas vilas, ampliou e diversificou as atividades econômicas,

integrou diversas regiões da colônia, estimulou o mercado interno e promoveu um grande fluxo migratório para as áreas auríferas.

4.

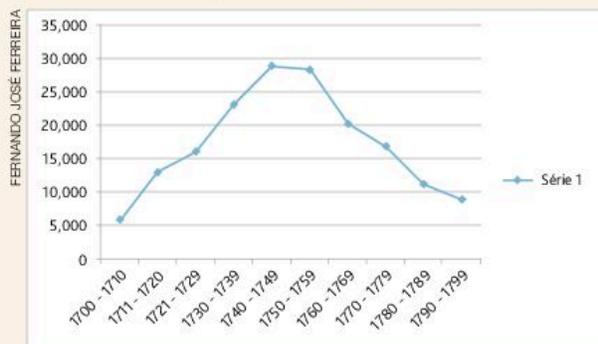
Nome do movimento	Onde e quando ocorreu	Motivação	Resultado
Revolta de Beckman	Estado do Maranhão e Grão-Pará, 1684.	Descontentamento dos colonos com as práticas adotadas pela Companhia Geral de Comércio do Maranhão.	Inicialmente, os privilégios da Companhia de Comércio foram anulados. Porém, após a chegada do novo governador, os monopólios e as taxas foram restabelecidos e os principais líderes do movimento presos, e dois deles, Manuel Beckman e Jorge Sampaio, foram executados.
Guerra dos Mascates	Capitania de Pernambuco, 1710-1711.	Disputas econômicas e políticas entre as elites de Olinda e de Recife.	Os comerciantes de Recife conseguiram retomar o controle da vila e manter seus privilégios. Mais de cem integrantes da aristocracia olindense foram presos, responsabilizados pelo conflito, e alguns foram degredados para a Índia.
Revolta de Vila Rica	Vila Rica, 1720.	Leis estabelecidas pela Coroa portuguesa para controlar a produção aurífera, especialmente a que previa a criação das Casas de Fundição.	A princípio, o governador fingiu concordar com as exigências dos revoltosos, porém reuniu cerca de 1.500 homens para combater o movimento. Embora tenha desempenhado um papel secundário na revolta, Filipe dos Santos, um pequeno comerciante, foi considerado o principal líder do movimento e condenado à morte e ao esartejamento.

## Pensando criticamente

76

5. a) As bandeiras de prospecção objetivavam encontrar metais e pedras preciosas. Partiam principalmente de São Paulo e Taubaté; chegaram a alcançar regiões correspondentes aos atuais estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, avançando por áreas do Tocantins, até atingir o Pará.
- b) As bandeiras, em especial as de apresamento e de prospecção, partiram de São Paulo rumo a terras ainda não exploradas pelos colonos. Essas bandeiras romperam os limites determinados pelo Tratado de Tordesilhas e abriram caminho para a colonização de áreas que, segundo o Tratado, pertenceriam à Espanha, ampliando, assim, os domínios portugueses na América. No ano de 1750, o Tratado de Madri substituiu o Tratado de Tordesilhas, utilizando a posse efetiva do território como um dos critérios para a delimitação das fronteiras, o que legitimou a expansão territorial da América portuguesa.
6. a) Segundo o texto, a colonização e a urbanização da região mineradora são elementos indissociáveis. A exploração aurífera resultou em grande fluxo migratório e, por consequência, no desenvolvimento de uma série de outras atividades que contribuíram diretamente para a urbanização da região.
- b) Para a Coroa portuguesa, a fundação de vilas e cidades na região mineradora permitia a instalação de instituições governamentais inexistentes nos arraiais e em outros núcleos de povoamento menos estáveis, como o Senado da Câmara. Tais instituições exerciam atividades administrativas, atendendo à necessidade de fiscalização e de cobrança de taxas e impostos sobre o ouro.
- c) O grande fluxo de pessoas e a necessidade de administrar a região aurífera fizeram que os núcleos de povoamento que se desenvolveram na região mineradora fossem fundamentalmente urbanos, criando a necessidade de abastecimento da região e o desenvolvimento de diversas atividades econômicas. Já no Nordeste açucareiro, a maioria da população estava concentrada nos latifúndios e as vilas e povoados tinham pouca importância econômica, funcionando principalmente como pontos de contato entre a administração portuguesa e os poderes locais.
7. a) O período de maior produção aurífera se concentra entre os anos de 1740-1749 e 1750-1759, quando foram produzidos, respectivamente, 28.959 kg e 28.376 kg de ouro.

- b) A diminuição da produção começou a ser sentida entre os anos de 1760 e 1769, reduzindo-se consideravelmente nas décadas seguintes.
- c) Os alunos podem compor o gráfico de diversas maneiras, como em barras, linhas ou colunas. A seguir, apresentamos uma sugestão de resposta, com o gráfico em linha. Essa atividade pode ser desenvolvida com o auxílio do professor de matemática.



8. a) Os escravos originários da Costa da Mina foram preferidos para a atividade mineradora porque conheciam de antemão técnicas de mineração e de fundição do ferro e do ouro. Entre essas técnicas, podemos citar o uso da bateia de madeira para separar o ouro e as pedras preciosas de outros materiais encontrados nos cursos de água; a utilização de “canoas” (pequenas caixas de madeira sob as quais as bateias eram colocadas) na lavagem do cascalho; e o uso de uma sacola de pele de boi para reter os minérios após a lavagem. É interessante comentar com os alunos as lendas que se originaram desse conhecimento. Nelas se atribuíam aos escravos Mina “qualidades mágicas” na descoberta de novas jazidas minerais.
- b) Não. Os Mina deixaram de ser a maioria entre os escravos, entre outros motivos, porque seu conhecimento já havia sido assimilado por cativos de outras regiões da África. Assim, escravos de diferentes origens continuaram a representar a maior parcela de trabalhadores na região mineradora.
- c) Atualmente a mineração é praticada por trabalhadores livres. Nas grandes companhias mineradoras boa parte das atividades é mecanizada e envolve profissionais qualificados, legislações trabalhistas e regras de higiene e segurança. Contudo, ainda existem garimpos clandestinos, onde os métodos de trabalho são rudimentares, colocando em risco a saúde e a vida dos trabalhadores.
9. a) Para a autora, os extremos da escala social eram os escravos e os senhores (proprietários de grandes lavras, altos funcionários e grandes comerciantes).
- b) A “camada dos desclassificados” não possuía estrutura social configurada, caracterizando-se pela fluidez, instabilidade e dedicação a atividades de subsistência esporádicas, incertas e aleatórias. Os desclassificados exerciam trabalhos que os escravos não podiam realizar para não ser desviado o foco das grandes empresas econômicas da colônia, ou por significar um risco à manutenção da ordem servil escravocrata.
- c) O objetivo da questão é provocar a reflexão sobre os privilégios da elite colonial mineradora e sua extrema

riqueza em contraponto à situação dos escravos, destituídos de seu próprio ser e submetidos a intensa exploração e violência. Entre esses dois extremos, existia um pequeno grupo de homens, predominantemente brancos, com certa autonomia financeira, cujas atividades tinham relação direta com a manutenção do sistema colonial, logo, com a manutenção do poder da elite. Também existia uma camada de pessoas livres pobres, chamadas pela autora de “desclassificados”, que trabalhavam para suprir necessidades básicas de sobrevivência e não gozavam de autonomia financeira e política. Por essas características, podemos afirmar que a sociedade mineradora também se caracterizava pela desigualdade social, embora possuísse maior mobilidade se comparada à sociedade que se desenvolveu no Nordeste açucareiro.

- d) O objetivo desta questão é fazer com que os alunos apontem, fundamentados em suas vivências pessoais e reflexões sobre a realidade social do país, quais são os extremos da escala social na cidade, no estado e no país em que vivem, distinguindo os poderes e privilégios dessas classes (latifundiários, banqueiros, empresários da indústria e do comércio, políticos, profissionais liberais, operários, trabalhadores informais, desempregados e indigentes). A partir da percepção dos alunos sobre o tema, motive-os a criar hipóteses sobre a origem das desigualdades sociais do país, sua manutenção no Brasil contemporâneo e consequências.
10. A proposta da atividade é resgatar as diversas formas de resistência e as estratégias criadas pela população escrava para superar a condição do cativo. Espera-se que os alunos desenvolvam o texto utilizando pelo menos um aspecto, entre tantos: as constantes rebeliões, as fugas e a criação de quilombos, as formas de resistência cotidiana (como o pouco empenho no trabalho), a manutenção de crenças de origem africana e a organização de irmandades religiosas, a luta pela compra de alforrias etc.
11. A arte barroca esteve fortemente ligada ao catolicismo, tornando-se a principal expressão artística da sociedade mineradora. A expulsão das ordens religiosas da região de Minas Gerais pela Coroa portuguesa contribuiu para o aumento das irmandades leigas. Essas irmandades eram divididas em diferentes segmentos sociais e atuavam, por exemplo, na construção e reforma de igrejas e capelas que homenageavam os santos de sua devoção. Essas construções foram o espaço privilegiado para o trabalho dos artistas barrocos.
12. a) Na pintura podemos ver que os escravos trabalhavam dentro de rios e utilizavam um recipiente parecido com um prato (a bateia), que servia para separar os materiais leves, que ficavam na superfície, do ouro, que ficava no fundo. Esse ouro, ainda misturado a outros minérios, era carregado pelos escravos para ser lavado e separado.
- b) Os alunos poderão observar na imagem que boa parte do trabalho de mineração era realizada dentro dos rios, sem qualquer tipo de equipamento de proteção. No inverno, o contato sistemático com a água fria ocasionava doenças como a pneumonia. No verão, os trabalhadores podiam ter insolação. A imagem mostra o difícil acesso ao rio onde era feita a mineração, com trilhas íngremes e pontes improvisadas, o que

poderia provocar muitos acidentes. Além disso, os escravos carregavam muito peso por essas trilhas, resultando em problemas na coluna.

## Investigando 77

13. Sugerimos iniciar a atividade levantando com a turma algumas manifestações culturais afro-brasileiras, como o jongo, fortemente presente na região Sudeste, o samba de roda do Recôncavo Baiano, o tambor de crioula do Maranhão, as rodas de capoeira etc. Essas manifestações foram registradas como patrimônio cultural imaterial brasileiro, e informações sobre elas podem ser encontradas no site do Iphan, disponível em <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em 28 fev. 2016). Também é importante considerar manifestações culturais presentes em seu estado ou município. Nesse caso, a pesquisa pode ser feita em jornais da região, sites do governo do estado, da prefeitura ou da secretaria municipal de cultura ou mesmo por meio de entrevistas com os membros da comunidade. A apresentação dos resultados do trabalho pode ocorrer em forma de painéis.

## ◆ Questões do Enem e de vestibulares 79

1. d.
2. a.
3. e.
4. e.
5. Soma:  $01 + 04 = 05$ .
6. e.
7. Soma:  $04 + 08 + 16 = 28$ .
8. b.
9. c.

## Capítulo 5 O iluminismo 82

### ◆ Conversando sobre 82

1. O pensamento de Franklin é precoce porque revela sua preocupação com a manutenção de uma atmosfera planetária habitável, ou seja, com a ecologia e a sustentabilidade, conceitos contemporâneos.
2. A imagem da abertura mostra um projeto de reflorestamento de mata nativa no município de Telêmaco Borba, no Paraná. Existe atualmente uma tendência de crescimento do número de ONGs e institutos que têm como objetivo recuperar matas originais destruídas, como a instituição da imagem. Ações como essa são uma resposta aos inúmeros estudos científicos realizados ao longo dos anos que descreveram e avaliaram os impactos da ação do homem sobre o meio ambiente, além das mudanças climáticas em curso no planeta. Desde o advento da ciência moderna, os cientistas preocupam-se com o impacto das ações humanas ao meio ambiente e, conseqüentemente, ao futuro do planeta. Franklin, por exemplo, relacionava a existência de árvores à atmosfera planetária habitável. Essa correlação entre preservação da flora e meio ambiente saudável é amplamente aceita hoje pela comunidade científica (como mostra a imagem), comprovando a atualidade do pensamento de Franklin.

3. O tema “mudanças climáticas” vem sendo bastante discutido por cientistas, governos, sociedade civil e instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU) nas últimas décadas. Mesmo que existam opiniões divergentes em relação à intensidade dessas mudanças, e em especial sobre o quanto essas alterações são resultado da ação humana, atualmente há consenso entre a comunidade científica de que o planeta passa por um processo acelerado de mudanças climáticas. Essas transformações terão como principal consequência o degelo de parte das calotas polares e o respectivo aumento do nível dos oceanos nas próximas décadas. De acordo com o relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change) denominado “Mudanças Climáticas 2014: Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade”, publicado pela ONU, caso as emissões de gases do efeito estufa continuem crescendo às atuais taxas, a temperatura do planeta poderá aumentar até 4,8 graus neste século, acarretando uma elevação de até 82 centímetros no nível do mar; a região do Ártico será a que vai aquecer de maneira mais intensa e as regiões costeiras de todo o mundo as que sofrerão os maiores danos. Segundo o relatório, os efeitos da mudança climática já são sentidos atualmente: aumento de ondas de calor, da frequência de furacões, das inundações e tempestades severas, das variações bruscas entre dias quentes e frios. Todos esses fenômenos, que afetam diretamente todos os seres humanos, estão relacionados, segundo os cientistas, à alteração do sistema climático em curso.

O documento indica que no Brasil o aumento de temperatura até 2100 será entre 1 °C e 6 °C em comparação à registrada no fim do século XX. Como consequência, deverá diminuir significativamente a ocorrência de chuva nas regiões central, Norte e Nordeste, e nas regiões Sul e Sudeste, por outro lado, haverá aumento do número de precipitações, levando à ocorrência de inundações constantes.

### ◆ Texto complementar 91

1. De acordo com o texto, os conflitos religiosos no século XV, ou seja, uma situação extrema, cercearam a liberdade de opinião individual no espaço público. Isso fica claro no trecho: “a liberdade de consciência – e de crítica – era incompatível com a paz: a discordância pública sobre o que era certo ou errado levaria à guerra”. Quem tinha voz no espaço público era o rei: “nítida divisão entre o mundo exterior, político, no qual só quem fala é o monarca”. Tratando-se do século XV, é possível relacionar a não existência de discussão pública ao processo de centralização do Estado moderno e o advento das monarquias absolutas na Europa, assuntos estudados em capítulos anteriores.
2. Segundo o autor, é no espaço da consciência, que é individual e parte da esfera privada, que o iluminismo desenvolve-se, uma vez que a capacidade individual de estabelecer juízo não é atrelada à vontade de terceiros, um soberano ou um Estado por exemplo. Assim, é justamente quando os indivíduos passam a expressar-se em público de forma livre sobre assuntos relacionados à sociedade que o processo do iluminismo ocorre (“transposição de atitude de um mundo privado e científico para um mundo público e político”).
3. Os intelectuais iluministas pregavam o uso da razão para o entendimento do mundo, dos fenômenos naturais e

também das relações humanas (sociedade). Segundo o texto, “a razão, materializada no infinito processo de crítica, legítima a si própria”. Desse modo, para os iluministas, o processo de crítica das ideias e de conceitos preestabelecidos constitui parte integrante da própria razão e, respectivamente, do processo de conhecimento dos homens que estabelecerá novas formas de fazer e pensar regras, processos e instituições (“a ilustração, ou esclarecimento, não é um conjunto de ideias: é a atitude de falar publicamente usando a própria razão e recusando as explicações tradicionais”). Assim, para os iluministas todo e qualquer conceito, seja ele qual for, é passível de crítica, de reflexão. A democracia e a liberdade são ideias, conceitos que, apesar de estarem relacionados e serem definidores do próprio iluminismo, podem e devem ser questionados, transformados e redefinidos se necessário.

4. O objetivo da questão é promover a reflexão sobre os limites da liberdade de expressão na atualidade. Espera-se que os alunos indiquem que mesmo nos países liberais democráticos o termo “liberdade”, de maneira geral, significa “a capacidade dos indivíduos de realizar suas escolhas dentro dos limites da lei”. Ou seja, os princípios constitucionais e legais do Estado democrático estão acima da liberdade individual de seus cidadãos. O Código Penal brasileiro, por exemplo, estipula que é crime cometer injúria contra outro, mesmo verbal. Assim, para que um indivíduo possa acusar livremente alguém ou alguma instituição de algo, precisa ter provas que confirmem sua fala, ou poderá ser acionado criminalmente pelo acusado. O documento de inspiração iluminista, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), promulgada após a Revolução Francesa, serviu como base para a elaboração de diversas constituições de países democráticos contemporâneos. Em seu artigo número 4, encontramos: “A liberdade consiste em poder fazer tudo aquilo que não prejudique outrem: assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem por limites senão os que asseguram aos outros membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos. Estes limites apenas podem ser determinados pela lei”.

Com o advento da internet e das mídias sociais nos últimos anos, houve um crescimento da exposição irrestrita de opiniões individuais sobre assuntos variados na rede. Essa circulação de pensamento tornou pública muitas ideias e opiniões que podem ser consideradas, sob a ótica dos direitos humanos e da Constituição Brasileira de 1988, ofensivas e até mesmo criminosas. Mesmo que ainda não se configurem como crimes, os casos recentes no Brasil de ofensas racistas, religiosas, de gênero e a determinados grupos sociais na internet explicitam a necessidade de uma educação voltada para a cidadania, o respeito, a promoção dos direitos humanos e para a compreensão de que a liberdade de expressão não pode ultrapassar limites como o respeito à dignidade do outro.

## ◆ Atividades

92

### Explorando o conhecimento

92

1. O movimento iluminista foi uma corrente de ideias que se originou no século XVII e se desenvolveu especialmente no século XVIII. A corrente defendia, de modo geral, a liberdade de pensamento, seus membros eram contrários aos dogmas perpetuados pela religião, criticavam

a opressão política do absolutismo, acreditavam que somente através da razão seria possível instaurar no mundo uma nova ordem, caracterizada pela liberdade e pela felicidade etc. As principais consequências do movimento, entre outras, foi o grande progresso científico, como a formulação da lei da gravidade (Isaac Newton) e a classificação biológica dos seres humanos. Além disso, as ideias do movimento influenciaram a política e contribuíram para a ascensão de revoluções como a independência americana e a Revolução Francesa.

2. O despotismo esclarecido foi uma forma de governo que utilizou aspectos das teorias iluministas, mas manteve o absolutismo na prática política, que tanto os iluministas criticavam. O objetivo do despotismo esclarecido era melhorar a eficiência da administração do Estado utilizando preceitos iluministas. Vários monarcas, como José II da Áustria e Frederico II da Prússia, implantaram em seus Estados medidas modernizadoras, como o fim da servidão, a liberdade de culto, a abolição da tortura, a criação de escolas etc., que tinham como base as ideias iluministas. Porém, não abriram espaço para a participação política dos cidadãos, mantendo a concentração do poder em suas mãos.
3. A busca pelo conhecimento, a valorização da liberdade de pensamento e do uso da razão eram características essenciais do pensamento iluminista que se desenvolveu ao longo do século XVIII. Essas ideias influenciaram e instigaram muitos cientistas, como Benjamin Franklin, Antoine Lavoisier e Edward Jenner, a promover pesquisas que pudessem explicar fenômenos e outros mistérios da vida que até então não tinham sido explicados. O pensamento iluminista é o responsável pelo grande desenvolvimento científico. Benjamin Franklin deu contribuições muito importantes para o desenvolvimento da eletricidade; Antoine Lavoisier foi importante para os estudos sobre o oxigênio, a água e a conservação da matéria; já Edward Jenner contribuiu significativamente para a invenção da vacina contra a varíola.

## Pensando criticamente

92

4. a) Trata-se da imagem do frontispício da *Enciclopédia das Ciências, Artes e Ofícios*, feita por Bonaventure-Louis Prévost, em 1772. A gravura, em preto e branco, apresenta no alto, ao fundo, colunas em estilo jônico, lembrando um templo da tradição greco-romana. Várias figuras humanas distribuem-se em meio a nuvens pelo espaço. Muitas delas (as maiores) são mulheres, vestidas com mantos; algumas portam flores ou outros adereços e equipamentos. Na parte inferior, à esquerda, um grupo de pessoas, talvez mais jovens, olha para as figuras que estão ao alto, fazendo algum tipo de oferta. O elemento da gravura que mais se destaca é a mulher que se situa ao alto, com o corpo totalmente iluminado; é para sua direção que se dirigem os olhares da maioria das pessoas representadas. As figuras mais próximas a ela também se destacam, pois recebem a mesma luz e miram na sua direção.
- b) Sugerimos aos alunos que retomem o texto para relacionar as ideias-chave do pensamento iluminista aos elementos apresentados na alegoria. De acordo com os intérpretes do século XVIII, a Verdade seria a figura feminina, com vestes transparentes, situada ao alto, que

recebe a maior parte da luz; à esquerda, situa-se a Imaginação (representada com asas na cabeça); à direita, a Razão (com a cabeça coroada), que desvela o manto que recobre a Verdade, ajudada pela Filosofia, situada um pouco mais abaixo. Abaixo da Razão, portando um livro, situa-se a Teologia (importante notar que ela está de joelhos e dá as costas para a Razão, recebendo em segundo plano a luz que vem em direção da Verdade). As figuras humanas que representam as artes e os ofícios podem ser identificadas por meio dos objetos que portam em mãos: uma lira representa a música; a régua e o compasso representam a geometria e/ou a arquitetura; o cajado representa o trabalho dos pastores; duas personagens que estão numa atitude de leitura podem ser associadas à literatura. O grupo no canto inferior esquerdo pode ser associado à humanidade como um todo, ou a sua porção mais jovem, fazendo oferendas à Verdade no templo do conhecimento.

- c) Espera-se que os alunos relacionem as personagens principais (a Verdade, a Razão e a Imaginação), que recebem o maior foco de luz, aos princípios iluministas de valorização da razão como critério de verdade e à autonomia das faculdades do pensamento humano. Nota-se na alegoria a ausência de elementos religiosos; a simbologia utilizada remete à cultura grega antiga. Os elementos da gravura, assim como os enciclopedistas, procuram apresentar uma síntese dos conhecimentos humanos, hierarquizados conforme os princípios do iluminismo.
5. a) Segundo Rousseau, a sociedade civil constituiu-se no momento em que um indivíduo cercou um pedaço de terra e se apropriou dele, acabando com o direito de acesso livre e irrestrito aos produtos dela.
- b) Rousseau defende que a disputa pela posse da terra provoca crimes, guerras, assassinatos, misérias e horrores à humanidade, transformando os homens e suas paixões em elementos artificiais. A charge relaciona-se às ideias de Rousseau na medida em que critica a propriedade privada e a concentração de terras no Brasil nos dias de hoje. A charge mostra imensos pedaços de terras como propriedades de uma pessoa/instituição. À frente delas, em primeiro plano, o chargista representou uma pequena família, provavelmente de camponeses, olhando para essa imensa propriedade particular, sem ter onde se estabelecer. No Brasil, atualmente, existem diversas famílias sem-teto e trabalhadores rurais sem-terra, apesar de existirem imensas propriedades e latifúndios, muitas vezes improdutivos e abandonados, que pertencem a uma única pessoa ou instituição.
- c) Por meio desta atividade, os alunos são levados a refletir sobre o modo pelo qual se organizou a propriedade privada da terra em muitos lugares no mundo e especialmente no Brasil: os grandes latifúndios. Como exemplo, os alunos poderão citar os confrontos que existem entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a polícia e os grandes latifundiários brasileiros. Ainda sobre a posse da terra, há muitos conflitos nos territórios indígenas, quilombolas ou nas propriedades consideradas improdutivas. Em 2015, muitos conflitos envolvendo terra e indígenas ocorreram em decorrência da PEC 215, que altera as demarcações de terras indígenas, a titulação dos territórios quilombolas e a criação de unidades de conservação ambiental, que

passam a ser realizadas pelo Congresso Nacional, ou seja, uma atribuição dos deputados federais e senadores, e não mais do Poder Executivo.

## Debatendo

92

6. a) Para Adam Smith: “reduzindo a atividade de cada pessoa a alguma operação simples e fazendo dela o único emprego de sua vida”.
- b) Se compararmos a configuração do mercado de trabalho na atualidade com esse pensamento de Smith, notaremos que ele está desatualizado. Os trabalhadores contemporâneos estão bastante especializados, como prega Smith; no entanto, eles não desempenham apenas uma atividade, mas várias ligadas ao seu campo de trabalho específico. O mercado de trabalho atual valoriza o chamado “profissional polivalente”, que desempenha inúmeras funções, é ligado às últimas atualizações de sua área e aprende constantemente em um mundo cada vez mais globalizado que preza pelo dinamismo.
- c) Seguindo a diretriz da resposta do item anterior, o mercado de trabalho contemporâneo segue as tendências do mundo capitalista globalizado. Assim, a posição de Adam Smith, que prega a alta especialização do trabalhador para que este desempenhe uma única função ao longo de toda sua vida (melhorando seu desempenho em razão da repetição mecânica da mesma tarefa), não se ajusta às configurações do mercado de trabalho na atualidade. Este exige cada vez mais um trabalhador multifacetado, que desempenhe com eficiência várias funções, que aprenda constantemente e esteja atualizado acerca de inovações tecnológicas, novas maneiras mais eficientes para o desempenho de sua função etc.

## Capítulo 6

### Das Revoluções Inglesas à Revolução Industrial

94

## Conversando sobre

94

1. Segundo o texto, a principal fonte de energia utilizada na China é o carvão mineral, que, em 2013, supriu 66% da demanda energética chinesa. Depois do carvão, o petróleo é a fonte de energia mais utilizada (18,4%), seguido da energia nuclear e fontes renováveis (9,8%) e do gás natural (5,8%). Em especial, o carvão mineral e o petróleo provocam sérios danos ao meio ambiente, pois, além de serem fontes de energia não renováveis, sua queima resulta em compostos como dióxido de carbono, cuja concentração excessiva na atmosfera prejudica a saúde humana e de outras espécies e o equilíbrio ambiental.
2. Tanto o texto como a imagem têm como tema central a poluição ambiental na China. A imagem pode ser entendida como um retrato dos impactos do crescimento industrial desenfreado e do precário controle sobre emissão de poluentes no país. Por décadas, o crescimento econômico extraordinário, ancorado no desenvolvimento da indústria têxtil, de brinquedos, informação, construção civil e indústria de base, careceu de exigências legais e fiscalização efetiva sobre os impactos ambientais relacionados à produção.
3. Incentive os alunos a identificar quais são os principais problemas ambientais do local em que vivem e a analisar as soluções possíveis para cada um deles.

1. Trata-se de um trecho do depoimento de uma jovem operária, Elizabeth Bentley, da indústria têxtil, que consta do relatório produzido em 1832 por uma comissão do Parlamento britânico, cujo objetivo era investigar as condições dos trabalhadores da indústria têxtil.
2. Elizabeth Bentley tinha 23 anos quando prestou seu depoimento. Começou a trabalhar aos 6 anos de idade, numa fábrica do ramo da tecelagem de linho, pertencente ao Sr. Busk, na função de desfibradora. Sua jornada de trabalho durava 16 horas (das 5 da manhã até as 9 da noite), com intervalo de quarenta minutos para a refeição do meio-dia. As regras eram muito rigorosas: se houvesse muito trabalho, o tempo de almoço podia ser cancelado; os operários não podiam chegar atrasados à fábrica; as tarefas tinham um tempo certo para serem cumpridas. As punições citadas no depoimento são: suspensão do almoço, açoitamento e espancamento (inclusive em crianças, meninos ou meninas). Pelo depoimento da jovem, depreende-se que nessa fábrica trabalhavam muitas crianças.
3. A exploração do trabalho de crianças e a disciplina imposta na fábrica do Sr. Busk, bem como as punições descritas, são consideradas intoleráveis em boa parte do mundo contemporâneo, inclusive no Brasil, para pessoas de qualquer idade. Apesar disso, em várias partes do mundo, especialmente na Ásia, há notícias do emprego de crianças e pré-adolescentes em fábricas de calçados, no ramo têxtil e de confecções, cumprindo longas jornadas de trabalho e recebendo salários ínfimos. Há notícias do emprego de crianças em funções perigosas, como a mineração, em países africanos e sul-americanos. No Brasil, trabalhadores estrangeiros, muitas vezes imigrantes em situação ilegal, têm sido submetidos a condições de trabalho sub-humanas na indústria da confecção. Em outros ramos de atividade ainda existe a exploração do trabalho infantil em nosso país, apesar da extensa legislação a respeito do assunto e da ação das autoridades para coibi-lo. De acordo com as leis brasileiras, crianças até 14 anos de idade são proibidas de trabalhar, exceto na condição de aprendizes (obrigatória a frequência à escola); adolescentes maiores de 14 anos e menores de 18 podem trabalhar, seguindo regulamentação especial (horário reduzido, proibição ao trabalho noturno ou que implique risco à saúde, garantia de frequência à escola, garantia dos direitos trabalhistas etc.).

Sugira aos alunos a consulta aos seguintes materiais:

Constituição de 1988 (Cap. VII, arts. 226 e 227). Disponível em <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>;

Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990). Disponível em <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm)>;

Declaração Universal dos Direitos da Criança, de 20 de novembro de 1959. Unicef. ONU. Disponível em <[www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c\\_a/lex41.htm](http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c_a/lex41.htm)>;

Dados atualizados sobre o trabalho infantil no Brasil, de acordo com o IBGE (Pnad – 2014), na matéria de: ANDRADE, Hanrikson de. Em um ano, Brasil tem 48 mil crianças a mais trabalhando antes dos 14 anos. *Uol Notícias*. Rio de Janeiro, 13 nov. 2015. Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/11/13/em-um-ano-brasil-tem-48-mil-criancas-a-mais-trabalhando-antes-dos-14-anos.htm>>. Todos os acessos em 23 jan. 2016.

**Explorando o conhecimento**

1. a) O desrespeito à Petição de Direitos (1628) – que proibia a Coroa de criar novos impostos sem a aprovação dos parlamentares –, a dissolução do Parlamento, o aumento e a criação de novos impostos, os monopólios comerciais e a imposição de práticas religiosas anglicanas.
  - b) As forças do Parlamento apoiadas pelos puritanos opuseram-se aos monarquistas defensores de Carlos I, que contou com o apoio de anglicanos e católicos.
  - c) As forças do Parlamento organizadas no chamado Exército de Novo Tipo venceram Carlos I e o processo revolucionário radicalizou-se. O rei foi preso em 1647 e decapitado em 1649, quando se proclamou a república. Com a extinção da Câmara dos Lordes, um Conselho de Estado, presidido pelo puritano Oliver Cromwell, passou a governar o país respondendo a um Parlamento unicameral.
2. c.
3. Entre os fatores que possibilitaram o desenvolvimento industrial britânico estão:
- A Revolução Gloriosa (1688-1689) que consolidou a monarquia parlamentar e o poder da burguesia em um Estado em que o lucro privado e o desenvolvimento industrial tornaram-se prioridade para as iniciativas governamentais.
  - O cercamento das áreas agrícolas comunais: processo responsável pela maciça expropriação dos camponeses, cujo trabalho passou a ser utilizado especialmente na mineração e na produção manufatureira e industrial.
  - O aumento da produção de lã e algodão, que incentivou e multiplicou a produção têxtil no país.
  - A invenção e o desenvolvimento de máquinas a vapor, que possibilitaram o aumento da produção têxtil inglesa em uma escala sem precedentes.

**Pensando criticamente**

4. a) A poluição do Rio Tâmis esteve diretamente ligada às transformações provocadas pela Revolução Industrial. No século XIX, a população crescia em ritmo acelerado por conta das migrações relacionadas ao trabalho fabril e aos cercamentos das terras comunais. Na cidade, o despejo de resíduos industriais e do esgoto era realizado diretamente no rio, sem tratamento algum.
- b) A proibição do despejo de resíduos industriais, o investimento em sistemas de esgoto, tratamento de resíduos e coleta do lixo acumulado no rio contribuíram para a melhoria das condições do Tâmis, além de um grande trabalho de despoluição. Entre os sinais dessa transformação, podemos citar o aparecimento de população de animais como focas, botos e golfinhos, encontrados atualmente no rio.
- c) O objetivo da questão é provocar a reflexão sobre problemas locais e sobre as responsabilidades que podem (ou poderiam) ser assumidas pela comunidade para solucioná-los. Vale destacar que a população pode contribuir adotando medidas ambientalmente responsáveis como não jogar lixo em rios e córregos, cobrar do poder público providências cabíveis e o cumprimento de leis, além de poder organizar campanhas mobilizadoras.

5. a) O controle técnico do processo de produção passou para as mãos dos capitalistas ao instituírem a divisão e o parcelamento do trabalho. Os trabalhadores pré-industriais, ao se alienarem do processo e se tornarem assalariados, perderam a visão global que detinham sobre o processo de produção.
- b) A personagem da tira demonstra seu desconhecimento e curiosidade a respeito do produto em cuja produção trabalhou por 30 anos. A situação apresentada relaciona-se à alienação dos trabalhadores envolvida nas novas formas de trabalho surgidas com a Revolução Industrial. Na produção artesanal, o trabalhador acompanhava e geria o processo desde a escolha e aquisição da matéria-prima até o acabamento e distribuição do produto; na divisão do trabalho fabril, cada trabalhador fica responsável apenas pela execução de uma pequena etapa da produção, perdendo o controle e a compreensão sobre o fruto de seu trabalho.

## Investigando

106

6. Esta atividade pode ser uma boa oportunidade para desenvolver um trabalho multidisciplinar ou interdisciplinar com geografia. Convém incentivar os alunos a pesquisar sobre a relação entre industrialização e urbanização, sobre os impactos da urbanização no meio ambiente e nas relações sociais e de produção, o surgimento das megacidades no chamado “Terceiro Mundo” e as desigualdades e especializações econômicas. É interessante estimulá-los a compreender o processo de urbanização em perspectiva histórica, tomando como base o início da Revolução Industrial, e observar rupturas e permanências relacionadas a esse processo, como o estabelecimento de mão de obra “excedente” nas cidades, a distribuição da população de acordo com critérios econômicos e o crescimento da economia informal. Além disso, é importante refletir sobre as possibilidades de acesso a serviços públicos, já que o crescimento da população das cidades e a urbanização de regiões outrora rurais nem sempre são acompanhados de iniciativas de planejamento que garantam o acesso democrático ao saneamento básico, equipamentos de saúde e educação, áreas verdes, redes de transporte e outras necessidades básicas.

## ◆ Questões do Enem e de vestibulares

108

- e.
- Soma:  $01 + 04 + 16 = 21$ .
- d.
- c.
- b.
- c.
- c.

## Capítulo 7 A Revolução Francesa e o Império Napoleônico

110

### ◆ Conversando sobre

110

- Segundo o texto, nos últimos anos, as pessoas têm reivindicado por educação, trabalho, moradia e participação nas decisões que lhes afetam, além de uma vida digna,

de modo que todos possam ter os direitos humanos garantidos. Na imagem, estudantes manifestam-se contra o fechamento de escolas e em prol de melhores condições na educação pública, um direito humano básico, protegido pelo artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e pelo artigo 205 da Constituição Federal.

- A questão propõe a reflexão e o debate sobre os direitos básicos universais, para estimular os alunos a uma análise comparativa entre o presente e o que será estudado sobre a França revolucionária.
- O objetivo da questão é propor uma discussão sobre a importância do exercício da cidadania, as garantias para tanto e os limites do direito de protestar. Espera-se que os alunos percebam que o diálogo e a participação são as formas mais adequadas de reivindicar e negociar soluções para os problemas sociais. Com o respeito mútuo, as soluções certamente serão pacíficas e os direitos, garantidos. A violência é uma violação de direitos.

## ◆ Texto complementar

123

- O fim da censura e o aumento de publicações na França contribuíram para a circulação de informações, ideias, propostas políticas e opiniões de maneira mais ampla. De jornais revolucionários aos panfletos satíricos, o conteúdo político das publicações favoreceu a inserção dos habitantes das cidades em um círculo de discussão política. As possibilidades de transformação política e a discussão sobre os impactos dessas decisões aguçaram o interesse sobre o debate de questões públicas. Assim, segundo o texto, nas ruas, praças, cafés, nos ateliês, mercados ou mesmo na fila do pão, os parisienses discutiam sobre os discursos realizados na Assembleia e sobre os assuntos da vida pública.
- As leituras públicas eram bastante comuns; diferentes clubes reuniam-se para realizar a leitura de jornais. É importante considerar também o papel das discussões e conversas nos espaços públicos e o papel das canções, fossem elas satíricas, comemorativas, de apoio aos revolucionários ou contrárias à revolução. Além disso, a imprensa não se restringia à linguagem textual; caricaturas, estampas e gravuras tinham grande importância e circulavam amplamente. A afirmação pode ser exemplificada com o seguinte trecho: “O povo se mantinha bem informado e atento aos acontecimentos [...] lendo alguns dos sessenta e nove jornais e panfletos criados entre julho e agosto de 1789 ou discutindo em grupos as notícias dos jornais lidos em voz alta nas esquinas”.
- Espera-se que os alunos observem o potencial dos espaços virtuais para a troca de informações e discussão de assunto públicos. É importante notar que a rede possibilita a troca instantânea e o compartilhamento de informações numa escala sem precedentes. Vale lembrar os protestos organizados pela rede durante a Primavera Árabe, os movimentos Occupy ao redor do mundo, os protestos ocorridos no Brasil em junho de 2013 e as diversas formas de ciberativismo que surgiram com a internet. A rede permite ampliar o alcance de diferentes vozes e reivindicações e serve como plataforma para a realização de debates públicos. O aumento de crimes virtuais e a circulação de materiais que atentam contra os direitos humanos e as liberdades civis, porém, são ainda um desafio relacionado ao mundo

digital. É uma oportunidade interessante para tratar sobre o Marco Civil da Internet, instituído no Brasil em 2014, cujos princípios norteadores são a neutralidade de rede (que todos os usuários da rede sejam tratados com igualdade, sem limitações ou benefícios distintos), liberdade de expressão e privacidade dos usuários.

## ◆ Atividades

124

### Explorando o conhecimento

124

1. Entre os principais fatores que desencadearam a Revolução Francesa de 1789 estão: a crise do absolutismo monárquico que se fundamentava na sucessão hereditária e na teoria do poder divino dos reis; a aspiração da burguesia por ascensão econômica e social — impedida pela organização da sociedade em ordens cuja tradição hierárquica garantia honras e privilégios ao clero e à nobreza; o déficit público da monarquia francesa, que gastava mais do que arrecadava; os tratados comerciais entre a França e diversos outros países que reduziram tarifas alfandegárias e desagradaram a burguesia; a crise de abastecimento. A situação agravou-se em 1787: o primeiro e o segundo estados opuseram-se à reforma fiscal proposta pelo ministério de Luís XVI, pois tiveram suprimidas as isenções fiscais a que tinham direito. Diante dessa situação, o rei convocou a Assembleia dos Estados Gerais.
  2. a) O direito a liberdade, propriedade, segurança, e resistência à opressão.
    - b) Significa que a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão estabelecia um novo princípio para a legitimidade do governo. Em vez de basear-se na ideia de que o poder real era cedido por Deus ao monarca, e em privilégios de nascimento, o poder político deveria ser amparado pelo direito dos povos de se autogovernarem; assim, os representantes escolhidos pela nação seriam considerados governantes legítimos. Essa é uma boa oportunidade para estimular reflexões relacionadas à modificação dos conceitos de nação e soberania com o iluminismo e a Revolução Francesa, e sobre os desdobramentos dessa definição nos sistemas políticos que vigoram até o presente.
    - c) Não, a Declaração limita a igualdade de direitos aos homens. As mulheres, ainda que atuassem de maneira ativa na Revolução, não obtiveram acesso aos direitos políticos. A questão foi debatida pela Assembleia; porém, a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã (1791), de Olympe de Gouges, foi rejeitada pelos deputados. Além disso, é importante lembrar que o exercício da cidadania, como o direito de votar ou ser votado, era restrito por critérios censitários, ou seja, era preciso comprovar determinada renda para participar dos processos democráticos. Os cidadãos eram divididos entre cidadão ativos (que podiam exercer plenos direitos) e cidadãos passivos (que não possuíam renda suficiente para votar).

### Pensando criticamente

124

3. a) O código unificou as leis da sociedade civil na França, regulando as relações entre os cidadãos. O conjunto de leis regia questões relacionadas à propriedade e

família; a separação entre Igreja e Estado; a defesa da propriedade como direito inviolável e sagrado; o confisco das terras da nobreza; o desdobramento de cerimônias religiosas, como o casamento, em eventos civis etc.

- b) O Código Civil (1804) inspirou diversos Estados europeus e da América Latina. Os princípios que passaram a reger a vida civil na França serviram de modelo para a elaboração de leis em outros países, que chegaram a reproduzir algumas de suas disposições. Além disso, como foi instituído durante o Império Francês (1804-1815), muitos Estados europeus que estavam sob o domínio de Napoleão Bonaparte naquele período, como Bélgica, Suíça, territórios alemães, o Ducado de Parma, adotaram e conservaram o Código.

4. d.

5. e.

### Investigando

124

6. a) Para Aristóteles, “o homem é o princípio e o pai de seus atos, assim como de seus filhos” e a liberdade é o exercício da escolha, do livre-arbítrio, a capacidade que nos permite eleger um dentre os caminhos possíveis, com base em nossa própria vontade. Para o filósofo, o homem só seria livre enquanto ser racional disposto a atuar como ser racional. Nossos atos, portanto, seriam livres quando motivados por uma causa interna, ao contrário da necessidade, que nos motivaria a agir por causas externas.
  - b) Os deterministas observaram o mundo pelo princípio da causalidade: toda ação teria uma causa e um efeito diretamente ligado a ela. Esse princípio valeria também para a vontade humana, que estaria sujeita à sua natureza, fatores de ordem biológica, e ao contexto histórico e social em que estamos inseridos (com suas leis, normas e costumes). Entre os filósofos iluministas, por exemplo, Helvétius é enquadrado como um determinista, pois defendia que os comportamentos humanos são condicionados por seus interesses próprios, pela obtenção de satisfação e pela eliminação da dor. Assim, para os deterministas, a liberdade seria um efeito, uma sensação ilusória.

Já para filósofos existencialistas, e aqui privilegiaremos as perspectivas de Jean-Paul Sartre, não existiria uma essência humana *a priori*, a existência humana precederia a essência. O humano existe e será aquilo que escolher fazer de si mesmo. A liberdade seria, portanto, o fundamento absoluto e incondicional da existência humana. Para Sartre, os humanos estariam condenados à liberdade de escolher o que fazer de si. Esse princípio não se baseia no sucesso da ação, mas na ação em si: cada um de nós construiria seus valores e princípios condutores, guiando suas próprias ações e evocando a responsabilidade por cada uma de nossas escolhas.

- c) O objetivo desta atividade é reconhecer diferentes conceitos de liberdade, estimulando os alunos a confrontar suas concepções com as noções apresentadas por diferentes correntes filosóficas.

digital. É uma oportunidade interessante para tratar sobre o Marco Civil da Internet, instituído no Brasil em 2014, cujos princípios norteadores são a neutralidade de rede (que todos os usuários da rede sejam tratados com igualdade, sem limitações ou benefícios distintos), liberdade de expressão e privacidade dos usuários.

## ◆ Atividades

124

### Explorando o conhecimento

124

1. Entre os principais fatores que desencadearam a Revolução Francesa de 1789 estão: a crise do absolutismo monárquico que se fundamentava na sucessão hereditária e na teoria do poder divino dos reis; a aspiração da burguesia por ascensão econômica e social — impedida pela organização da sociedade em ordens cuja tradição hierárquica garantia honras e privilégios ao clero e à nobreza; o déficit público da monarquia francesa, que gastava mais do que arrecadava; os tratados comerciais entre a França e diversos outros países que reduziram tarifas alfandegárias e desagradaram a burguesia; a crise de abastecimento. A situação agravou-se em 1787: o primeiro e o segundo estados opuseram-se à reforma fiscal proposta pelo ministério de Luís XVI, pois tiveram suprimidas as isenções fiscais a que tinham direito. Diante dessa situação, o rei convocou a Assembleia dos Estados Gerais.
2. a) O direito a liberdade, propriedade, segurança, e resistência à opressão.
- b) Significa que a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão estabelecia um novo princípio para a legitimidade do governo. Em vez de basear-se na ideia de que o poder real era cedido por Deus ao monarca, e em privilégios de nascimento, o poder político deveria ser amparado pelo direito dos povos de se autogovernarem; assim, os representantes escolhidos pela nação seriam considerados governantes legítimos. Essa é uma boa oportunidade para estimular reflexões relacionadas à modificação dos conceitos de nação e soberania com o iluminismo e a Revolução Francesa, e sobre os desdobramentos dessa definição nos sistemas políticos que vigoram até o presente.
- c) Não, a Declaração limita a igualdade de direitos aos homens. As mulheres, ainda que atuassem de maneira ativa na Revolução, não obtiveram acesso aos direitos políticos. A questão foi debatida pela Assembleia; porém, a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã (1791), de Olympe de Gouges, foi rejeitada pelos deputados. Além disso, é importante lembrar que o exercício da cidadania, como o direito de votar ou ser votado, era restrito por critérios censitários, ou seja, era preciso comprovar determinada renda para participar dos processos democráticos. Os cidadãos eram divididos entre cidadão ativos (que podiam exercer plenos direitos) e cidadãos passivos (que não possuíam renda suficiente para votar).

### Pensando criticamente

124

3. a) O código unificou as leis da sociedade civil na França, regulando as relações entre os cidadãos. O conjunto de leis regia questões relacionadas à propriedade e

família; a separação entre Igreja e Estado; a defesa da propriedade como direito inviolável e sagrado; o confisco das terras da nobreza; o desdobramento de cerimônias religiosas, como o casamento, em eventos civis etc.

- b) O Código Civil (1804) inspirou diversos Estados europeus e da América Latina. Os princípios que passaram a reger a vida civil na França serviram de modelo para a elaboração de leis em outros países, que chegaram a reproduzir algumas de suas disposições. Além disso, como foi instituído durante o Império Francês (1804-1815), muitos Estados europeus que estavam sob o domínio de Napoleão Bonaparte naquele período, como Bélgica, Suíça, territórios alemães, o Ducado de Parma, adotaram e conservaram o Código.
4. d.
5. e.

### Investigando

124

6. a) Para Aristóteles, “o homem é o princípio e o pai de seus atos, assim como de seus filhos” e a liberdade é o exercício da escolha, do livre-arbítrio, a capacidade que nos permite eleger um dentre os caminhos possíveis, com base em nossa própria vontade. Para o filósofo, o homem só seria livre enquanto ser racional disposto a atuar como ser racional. Nossos atos, portanto, seriam livres quando motivados por uma causa interna, ao contrário da necessidade, que nos motivaria a agir por causas externas.
- b) Os deterministas observaram o mundo pelo princípio da causalidade: toda ação teria uma causa e um efeito diretamente ligado a ela. Esse princípio valeria também para a vontade humana, que estaria sujeita à sua natureza, fatores de ordem biológica, e ao contexto histórico e social em que estamos inseridos (com suas leis, normas e costumes). Entre os filósofos iluministas, por exemplo, Helvétius é enquadrado como um determinista, pois defendia que os comportamentos humanos são condicionados por seus interesses próprios, pela obtenção de satisfação e pela eliminação da dor. Assim, para os deterministas, a liberdade seria um efeito, uma sensação ilusória.

Já para filósofos existencialistas, e aqui privilegiaremos as perspectivas de Jean-Paul Sartre, não existiria uma essência humana *a priori*, a existência humana precederia a essência. O humano existe e será aquilo que escolher fazer de si mesmo. A liberdade seria, portanto, o fundamento absoluto e incondicional da existência humana. Para Sartre, os humanos estariam condenados à liberdade de escolher o que fazer de si. Esse princípio não se baseia no sucesso da ação, mas na ação em si: cada um de nós construiria seus valores e princípios condutores, guiando suas próprias ações e evocando a responsabilidade por cada uma de nossas escolhas.

- c) O objetivo desta atividade é reconhecer diferentes conceitos de liberdade, estimulando os alunos a confrontar suas concepções com as noções apresentadas por diferentes correntes filosóficas.

da época na obra, retratando cenas e personagens da história das nações.

2. A pintura apresenta um momento da insurreição popular, num cenário urbano, podendo ser associada às barricadas das “Jornadas Gloriosas”, ocorridas em julho de 1830, em Paris. A figura de uma mulher se destaca ao centro e domina a composição do quadro. Ela está iluminada, enquanto as outras personagens estão quase na penumbra. A personagem feminina é jovem, forte e corada, tem os seios nus e porta a bandeira tricolor francesa na mão direita, e uma arma de fogo (baioneta) na esquerda. A pintura sugere que ela ocupa uma posição de liderança, conclamando os demais à luta. A seu lado, estão representados outros rebeldes: do lado direito, um garoto armado com duas pistolas; do lado esquerdo, um homem de casaca e cartola, armado com espingarda; um pouco atrás, outro homem, em trajes populares, empunha uma espada. Mais à esquerda, um jovem de boina está armado com um longo punhal. Na parte inferior da pintura jazem os derrotados: à esquerda, um homem parcialmente despido e ensanguentado e, à direita, outro homem, vestido com uniforme militar. Atrás das personagens que ocupam o primeiro e o segundo planos, avista-se a multidão sublevada, na qual são representadas várias pessoas armadas. Mais ao fundo, as torres de uma catedral (Notre Dame) indicam que a cena se passa em Paris.
3. O título anuncia o tema: a luta pela liberdade, um dos objetivos da insurreição de 1830 (liberdade de pensamento e de expressão, de participação e de organização política, inclusive para os trabalhadores, e de obtenção de ensino laico). A pintura representa uma cena do levante popular. A maioria dos personagens representa membros das camadas populares (as barricadas de 1830 na França tiveram a participação de estudantes, mulheres e trabalhadores em geral). A liberdade é representada como uma mulher do povo (forte, de rosto corado, talvez uma camponesa). O barrete frígio e a bandeira tricolor (proibida desde a restauração) remetem aos ideais revolucionários de 1789.
4. Espera-se que os alunos identifiquem vários elementos da pintura que indicam que o artista apoiou a Revolução de 1830 e, com esse trabalho, teve a intenção de estimular a luta pela liberdade, com protagonismo popular. Isso pode ser percebido no título, no destaque dado à mulher que personifica a liberdade e na presença maciça de integrantes da classe popular sublevada. A pintura impressiona pela ideia de movimento e ação, além de apresentar forte carga dramática (acentuada pelo jogo de luz e sombra e pelo cenário cheio de fumaça ao fundo).
5. A obra pertencia ao governo francês e, portanto, foi exposta ou escondida de acordo com os interesses dos diferentes grupos que se sucederam no poder. Em 1831, era um elemento de apoio ao rei, Luís Filipe. Logo em seguida, entretanto, a obra passou a representar uma ameaça à classe hegemônica (alta burguesia das finanças), pois as classes populares começaram a defender os próprios interesses, que se contrapunham aos da elite burguesa.

## ◆ Atividades

182

### Explorando o conhecimento

182

1. As agitações da década de 1830 tiveram caráter liberal burguês, com participação popular. Elas se iniciaram e causaram maior impacto na França, onde o rei Car-

los X foi derrubado e substituído por Luís Filipe. Na Bélgica, os participantes da revolta liberal conquistaram a independência do país em relação à Holanda. A Primavera dos Povos de 1848 foi impulsionada por uma crise de superprodução industrial e por uma crise agrícola causada por uma sequência de más colheitas e longa estiagem. Esse cenário contribuiu para que grupos sociais, como a burguesia industrial, as classes médias baixas, os trabalhadores e demais integrantes da população pobre das grandes cidades passassem a fazer uma série de reivindicações. Na França, a monarquia de Luís Filipe I caiu e a Segunda República Francesa foi proclamada, até a eleição de Luís Napoleão como presidente, que mais tarde deu um golpe de Estado, tornando-se imperador. A onda revolucionária de 1848 teve alcance muito maior que a de 1830. Aspirações liberais, nacionalistas e populares fizeram eclodir diversos levantes na Espanha, na Dinamarca, na Romênia, na Irlanda, na Grécia, nos Estados alemães e nos italianos. O resultado mais importante da Primavera dos Povos foi a consolidação da burguesia, o que representou o golpe final no Antigo Regime.

2. Os primeiros teóricos do socialismo – denominados, posteriormente, socialistas utópicos – acreditavam na transformação da sociedade de forma pacífica, sem a necessidade de a classe trabalhadora tomar o poder. Defendiam a organização em pequenas comunidades autônomas e autogeridas e não condenavam a propriedade, apenas a exploração em demasia.
3. a) Nacionalismo: sentimento de preferência por tudo o que é próprio da nação. A expressão está intimamente relacionada à ideologia nacional, ou seja, à ideia de que existem laços culturais históricos e linguísticos que unem os habitantes de determinado território.  
b) Carbonários: membros da sociedade secreta – possivelmente provenientes da maçonaria – que defendiam a unificação dos reinos italianos.  
c) Tratado de Latrão: acordo firmado entre o papa Pio XI e Benito Mussolini, em 1929, que colocou fim à Questão Romana, conflito gerado com a unificação italiana em 1871 entre o governo recém-instalado e a Igreja Católica. Com o tratado, é criado o Estado do Vaticano, e o catolicismo torna-se a religião oficial da Itália.  
d) Zollverein: política de ajuda econômica de supressão de barreiras alfandegárias nos Estados alemães que favoreceu a unificação da Alemanha.
4. Os seguidores de Marx – os “marxistas” – e os anarquistas divergiam em muitas questões. Eles discordavam no método de atuação para libertar os trabalhadores da exploração capitalista e no modelo de organização social que seria construído pelos trabalhadores. Além disso, os marxistas defendiam a propriedade coletiva dos meios de produção no âmbito do Estado e os anarquistas defendiam a propriedade coletiva no âmbito dos grupos produtores. Em relação ao papel do Estado na sociedade, os marxistas acreditavam que ele deveria servir, em um primeiro momento, como instrumento para a abolição das classes sociais. Para os anarquistas, o Estado deveria ser abolido de imediato. Os comunistas desejavam a centralização das organizações operárias em um partido comunista, enquanto os anarquistas repudiavam a ideia de partido.

## Pensando criticamente 182

5. a) A burguesia industrial alemã cresceu muito com o incentivo ao militarismo promovido pelo governo de Bismarck. Foram beneficiados especialmente os setores da burguesia ligados a metalúrgicas e fábricas de armas, de uniformes e de munições e comunicações.
- b) Espera-se que os alunos concluam que todos os conflitos internos em uma nação tendem a se tornar superficiais em face de um inimigo externo. A ideia de nação incorpora a defesa de um território por um governo centralizado. Essa defesa, quando evocada por líderes políticos como objetivo supremo, promove a união interna da nação em torno desse objetivo.
6. c.

## Debatendo 182

7. O estopim para os protestos de 2013 ocorridos no Brasil foi o aumento das tarifas do transporte coletivo; porém, o movimento ganhou bandeiras mais amplas, como a reivindicação de passe livre para estudantes, de melhor nas condições de vida da população e na qualidade dos serviços públicos e de reforma política. As principais ferramentas para mobilizar as pessoas e organizar os protestos foram as redes sociais. Cada vez mais, as mídias digitais, em especial as redes sociais, contribuem para veicular ideias e opiniões políticas. O acesso à informação, portanto, pode ser apontado como ponto positivo do uso das mídias digitais. No entanto, seria interessante que os alunos mencionassem a necessidade de confirmar a veracidade da grande quantidade de informações disponível na rede, ressaltando a importância da atenção à confiabilidade das notícias disseminadas pela internet. A falta de credibilidade das informações pode ser, dessa forma, apontada como ponto negativo das redes sociais. Outro aspecto negativo que pode ser apontado é a disseminação de comentários e ideias preconceituosas e antidemocráticas em razão do caráter de anonimato que essas redes proporcionam aos indivíduos. No que concerne à essência, ou ao caráter ideológico das manifestações, é impossível chegar a uma conclusão definitiva, uma vez que o movimento foi diverso e incluiu muitos objetivos distintos. Parte dos jovens pode ter se inspirado em premissas anarquistas para elaborar suas reivindicações, especialmente aqueles vinculados aos grupos chamados *black blocks*. No entanto, a maioria das pessoas que aderiu às manifestações em 2013 no Brasil o fizeram mais em razão de uma crise de representatividade política do que motivadas por ideias e inspirações anarquistas. Sobre esse assunto, indicamos os seguintes links: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/702>>; <[www.unicamp.br/unicamp/ju/573/brasil-vive-crise-de-confianca-politica-diz-rachel-meneguello](http://www.unicamp.br/unicamp/ju/573/brasil-vive-crise-de-confianca-politica-diz-rachel-meneguello)>; <<http://revistaestudospoliticos.com/wp-content/uploads/2014/04/7p372-378.pdf>>; <[www.uepb.edu.br/download/ebooks/Jornadas%20de%20Junho%20-%20Repercuss%C3%B5es%20e%20Leituras.pdf](http://www.uepb.edu.br/download/ebooks/Jornadas%20de%20Junho%20-%20Repercuss%C3%B5es%20e%20Leituras.pdf)>. Acessos em 6 mar. 2016.

## ◆ Questões do Enem e de vestibulares 184

1. e.
2. b.
3. a.

4. e.
5. c.
6. c.

## Capítulo 11 Da Regência ao Segundo Reinado 186

### ◆ Conversando sobre 186

1. No poema apresentado, Luiz Gama questiona a ideia de superioridade ou inferioridade com base na raça, refletindo sobre o preconceito racial numa sociedade totalmente miscigenada como a brasileira: ele mostra que a “espécie é muito vasta”, utilizando o termo “bode” – na época usado para designar pejorativamente os negros e mestiços – como uma metáfora e ironia para mostrar que não existe uma raça pura, mas uma grande miscigenação e diversidade no Brasil de seu tempo. A discussão sobre o preconceito racial no Brasil imperial é importante para que os alunos compreendam, ao estudar o capítulo, as questões relacionadas, por exemplo, ao sistema escravista, à transição do trabalho escravo para o livre e às dificuldades de criar leis para abolir a escravidão no país.
2. O tema também pode ser facilmente relacionado aos dias atuais, pois, no Brasil, apesar de o racismo ser um crime inafiançável, o preconceito e a desigualdade raciais ainda estão expressos em diversos aspectos: por exemplo, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a porcentagem de ingressos na universidade, em 2009, entre os negros era de 8,3%, enquanto entre os brancos era de 21,3%. A taxa de analfabetismo, no mesmo ano, era de 13,42% para negros e 5,94% para brancos. Segundo o IBGE, em 2014, um trabalhador negro ganhava 57,4% do rendimento recebido por um trabalhador branco. Outro exemplo são as manifestações racistas em partidas de futebol contra jogadores negros, não só no Brasil, como em muitos países, principalmente europeus. Esses dados são apenas alguns exemplos da barreira criada entre negros e brancos na sociedade brasileira, que ainda está muito longe de ser superada. É importante que os alunos percebam a importância das políticas afirmativas para as populações afrodescendentes como uma forma de combater essas desigualdades e promover uma sociedade mais justa e igualitária.

### ◆ Aprenda mais 204

1. De um lado estava o Paraguai; de outro, Argentina, Brasil e Uruguai, formando a Tríplice Aliança.
2. O Brasil enviou a maior parte dos combatentes da Tríplice Aliança. As tropas brasileiras eram bastante heterogêneas, reunindo pessoas de diferentes segmentos sociais. Como exemplo, podemos citar a participação de membros das tropas regulares (Marinha e Exército), que no geral eram pessoas de baixo estrato social; membros da elite econômica e social do país (Guarda Nacional); pessoas de diferentes camadas da população que se alistaram voluntariamente ou foram forçadas a isso, com destaque para os escravos e os indígenas. Os combatentes enfrentaram muitas dificuldades, como a fome e doenças, e participaram de batalhas sangrentas. Com a vitória da Tríplice Aliança, o Brasil conquistou

uma parte do território paraguaio. O Exército brasileiro ganhou prestígio e buscou maior participação política. Por outro lado, a guerra ocasionou muitas dívidas e o retorno dos soldados deixou ainda mais evidente o problema da manutenção da escravidão no país.

3. Sim. Inicialmente, o Paraguai possuía um Exército organizado e numeroso. No entanto, batalhas violentas e prolongadas levaram muitos combatentes à morte, obrigando o país a recrutar quase toda sua população masculina para a guerra, incluindo idosos, crianças e deficientes. As mulheres também chegaram a combater do lado paraguaio.
4. O objetivo da atividade é refletir sobre as disputas envolvendo o patrimônio e a memória relacionados à Guerra do Paraguai. Para incentivar o debate, pode-se citar como exemplo de objeto reivindicado pelos paraguaios o canhão *El Cristiano* (O Cristão). Esse canhão foi construído com o metal fundido dos sinos das igrejas de Assunção e atualmente está exposto no Arquivo Histórico Nacional, no Rio de Janeiro. No ano de 2015 o Senado paraguaio aprovou uma declaração pedindo formalmente ao governo brasileiro a devolução do canhão. Para os paraguaios o objeto simboliza a luta e o sacrifício da população diante de uma guerra injusta. Já para os brasileiros, ele representa um troféu de guerra, tombado pelo Iphan como parte do patrimônio cultural do país. As polêmicas em torno do canhão não revelam apenas diferentes pontos de vista sobre a Guerra do Paraguai e disputas por seus registros materiais; elas demonstram que as feridas dessa guerra ainda estão abertas.

### ◆ Texto complementar

207

1. O presidente da província da Bahia afirma que os ex-senhores acataram a Lei Áurea como homens nobres e respeitosos e não houve contratempos no que diz respeito à aplicação da lei na região. Porém, a autora Iacy Maia Mata apresenta em seu texto uma série de casos que ocorreram no pós-abolição que contradizem o pronunciamento do presidente. Os alunos podem citar os seguintes exemplos: casos de senhores que espancaram libertos em cárcere privado; senhores que tentaram obter a tutela de ingênuos como forma de obter mão de obra gratuita em suas fazendas; senhores que se recusaram a libertar cativos; senhores que recorreram à força para obrigar libertos a trabalhar sem remuneração.
2. Além de se negarem a trabalhar sem remuneração, os libertos recorreram à justiça e às autoridades policiais da época para denunciar ex-senhores que insistiam em manter práticas escravistas em suas propriedades e apoiaram-se em aliados da imprensa, que divulgavam com vigor tais casos.
3. Orientar os alunos a pesquisar em sites confiáveis, que trazem dados recentes sobre o trabalho escravo no Brasil. Recomendamos, por exemplo, os sites da Organização Internacional do Trabalho <[www.ilo.org/brasil/lang-pt/index.htm](http://www.ilo.org/brasil/lang-pt/index.htm)>, da Organização das Nações Unidas <<https://nacoesunidas.org>> e do Repórter Brasil <<http://reporterbrasil.org.br>>, que apresentam uma série de informações e reportagens detalhadas sobre o tema. Acessos em 12 abr. 2016.

### ◆ Atividades

208

#### Explorando o conhecimento

208

1. a) O Ato Adicional de 1834 criou as Assembleias Legislativas Provinciais, que passaram a ter maior autonomia para criar leis, cobrar impostos locais e nomear funcionários. Por isso ele foi visto como uma importante vitória política para os liberais exaltados. Além disso, o ato determinou que o Poder Executivo deveria ser exercido por um único regente.  
b) A Guarda Nacional, criada em 1831, era responsável por coibir crimes, reprimir levantes, combater quilombos, entre outras funções policiais. Ela era composta de brasileiros entre 21 e 60 anos que cumprissem os requisitos da lei para votar (renda superior a 100 mil-réis).  
c) Os liberais articularam o Golpe da Maioridade, primeiro porque eram contra a centralização regencial (nessa época, o poder estava nas mãos dos conservadores, com o regente Araújo Lima), segundo porque pretendiam controlar o poder manipulando o jovem imperador, que tinha apenas 14 anos.
2. O Segundo Reinado ficou conhecido como um misto de modernidade e conservadorismo porque a sociedade do período combinava elementos de um passado colonial e oligárquico com novidades da vida moderna. De um lado, importantes inovações tecnológicas foram introduzidas no Brasil, como as ferrovias, a fotografia e a energia elétrica, inserindo o país no contexto do mundo urbano e industrial; por outro, a escravidão ainda persistia, assim como a estrutura política e social ainda era dominada pelas elites rurais do país.
3. b.

#### Pensando criticamente

208

4. a) Por meio da compra de terras.  
b) Segundo a Carta de Colonização, o presidente da província era responsável por comprar terras destinadas à lavoura e vendê-las aos imigrantes; arcar com as despesas de viagem do imigrante, que depois deveria reembolsar esse valor, bem como suas acomodações enquanto não chegassem a São Pedro do Rio Grande do Sul e caso não se estabelecessem em casas próprias. Neste caso, o imigrante não precisaria reembolsar essas despesas ao presidente. Além disso, o imigrante tinha a responsabilidade de cultivar as terras compradas, com auxílio de trabalhadores assalariados, e estava expressamente proibido de usar e/ou possuir escravos. Pelo sistema de parceria, o fazendeiro, e não o presidente da província, assumia todas as despesas do colono com a viagem, a manutenção e a instalação dele e de sua família no Brasil. Além disso, os colonos recebiam um lote de terra para cultivar, e deviam entregar parte da colheita ao proprietário mais uma porcentagem de juros como forma de pagar as dívidas com despesas de viagem, adiantamentos e recursos para a instalação inicial no Brasil.
- c) No que diz respeito à aquisição de terras, por meio da compra, a Carta de Colonização de São Pedro do Rio

Grande do Sul está de acordo com a Lei de Terras de 1850, que proibiu a obtenção de terras públicas por qualquer meio que não fosse a compra.

5. a) A primeira lei que visava ao fim da escravidão no Brasil foi a Lei Eusébio de Queirós, de 1850, que proibiu o tráfico de escravos. Em 1871, a Lei do Ventre Livre libertou os filhos de escravas nascidos a partir do início da vigência da lei. Em 1885, a Lei dos Sexagenários ou Lei Saraiva-Cotegipe libertava os escravos com mais de 60 anos de idade e os obrigava a trabalhar por mais três anos para seus antigos donos, a título de indenização. Finalmente, três anos depois, foi assinada a Lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil.
- b) O cartaz representa um homem branco e um homem negro que estão sorrindo e cumprimentando-se. Atrás deles está uma espécie de *banner* que mostra o número da Lei Áurea (nº 3.353) e a data de sua promulgação (13 de maio de 1888). Na parte inferior do cartaz há os dizeres “Agora sim!”. Com base nessas características, podemos dizer que o cartaz mostra que a abolição da escravidão foi um processo harmônico e pacífico entre brancos e negros, um processo que decorreu da união entre senhores e escravos.
- c) O cartaz mostra uma imagem deturpada do processo de abolição da escravidão no Brasil. Isso porque os escravos tiveram grande protagonismo para conquistar sua liberdade, promovendo fugas, ataques às propriedades dos senhores, saques, assassinatos, organizando quilombos etc. Além disso, após a assinatura da Lei Áurea, os ex-escravos continuaram a ser marginalizados, muitas vezes mantendo relações de dependência com seus antigos senhores ou ocupando empregos precários no campo e nos centros urbanos. Portanto, o processo de abolição da escravatura não foi harmônico, amistoso, pacífico e acordado entre brancos e negros, como sugere a imagem.

### Investigando 208

6. O objetivo dessa atividade é ampliar a questão da modernização desenvolvida no Brasil no século XIX. Os alunos podem pesquisar no site do Museu Imperial de Petrópolis e navegar pela exposição virtual *Pela lente do imperador: as transformações do século XIX* <[www.museuimperial.gov.br/eventos/exposicoes/exposicoes-virtuais/3014-pela-lente-do-imperador-as-transformacoes-do-seculo-xix.html](http://www.museuimperial.gov.br/eventos/exposicoes/exposicoes-virtuais/3014-pela-lente-do-imperador-as-transformacoes-do-seculo-xix.html)>, acesso em 12 abr. 2016, em que são abordadas algumas das inovações inseridas no Brasil imperial. Os alunos também poderão pesquisar em livros, enciclopédias, revistas e em outros sites. Se, por exemplo, um grupo escolher o tema “ferrovias” para sua pesquisa, deverá abordar aspectos como a criação das primeiras locomotivas a vapor no início do século XIX e a situação da Grã-Bretanha como pioneira na utilização das ferrovias, primeiramente para o transporte de mercadorias e depois para a viagem de passageiros. O ideal é que haja uma diversidade de temas, distribuídos entre os grupos da classe.

### Conversando sobre 210

1. Na imagem é retratada uma loja que vende artigos latinos na cidade de Nova York, nos Estados Unidos. É um exemplo da presença latino-americana no país, tema do texto.
2. Segundo Felipe Fernández-Armesto, a influência latino-americana nos Estados Unidos não é recente e é relevante e crescente: “A relevância do Zorro para a história dos Estados Unidos pode parecer uma anedota, mas para Fernández-Armesto mostra até que ponto as raízes hispânicas estão fixadas no país [...], que fala cada vez mais espanhol e vive a cultura latina”. Norte-americanos e hispânicos, contudo, não têm consciência dessa influência: “Sobre até que ponto os americanos são conscientes de seu passado hispânico, o historiador menciona [...]: ‘Em absoluto, mas os hispânicos também não’”.
3. Espera-se que os alunos compreendam o significado de *mitificar* (“tornar mito”) como o de atribuir a algo características extraordinárias que não necessariamente correspondem à realidade. Segundo o historiador, a educação básica nos Estados Unidos perpetua uma identidade forjada em crenças que atendem a determinados interesses. A ideia do Destino Manifesto, que será abordada no início do capítulo, é um dos mitos fundadores da identidade norte-americana. Assim, nessa questão propõe-se uma reflexão sobre o papel preponderante da educação na formação do imaginário de uma nação. Tal reflexão é válida não só para o caso dos Estados Unidos, pois a história oficial de qualquer país privilegia certos acontecimentos em detrimento de outros.

### Trabalhando com fontes 215

1. Trata-se de uma fotografia, feita por volta de 1885, em local indeterminado do oeste dos Estados Unidos. A foto retrata uma caravana de migrantes.
2. A foto, em preto e branco, mostra uma paisagem árida, com pouca vegetação rasteira. Na imagem evidencia-se a poeira levantada pelo deslocamento das carroças. O relevo é plano e, ao longe, é possível identificar montanhas. O céu está parcialmente coberto por nuvens. A imensidão da paisagem resulta do enquadramento escolhido pelo fotógrafo, que “dividiu” a cena entre céu e terra, em proporções quase iguais. A caravana é composta de dezenas de carroças, que se estendem em fila do primeiro ao último plano da foto. Essas carroças têm cobertura e são puxadas por cavalos. Elas parecem se deslocar em direção ao horizonte, e não há sinais de presença de outros humanos no local. Várias pessoas, homens e mulheres, estão a pé, e poucos homens fazem uso de montaria. Ao solicitar aos alunos que identifiquem o que mais chamou sua atenção na foto, objetivamos direcionar o trabalho para a recepção desse material, ou seja, para as ideias e emoções que ele pode despertar. A expectativa é de que mencionem a imensidão e a aridez da paisagem, a ausência de ocupação humana e a fileira de carroças que parecem se dirigir a lugar nenhum. Sugerimos incentivar os alunos a elaborar hipóteses sobre as dificuldades encontradas pelos viajantes nesse

percurso: as longas distâncias, a falta de alimentos ou de água, a coragem e a determinação dos pioneiros no enfrentamento da adversidade, etc.

- Com a política de terras, o governo norte-americano pretendia promover o povoamento dos territórios a oeste e transformá-los em espaços produtivos. Nesse contexto, foi aprovado o *Homestead Act* (1862), por meio do qual qualquer cidadão norte-americano ou imigrante, maior de 21 anos, podia requerer 160 acres de terra ao governo, comprometendo-se a desenvolver atividades produtivas no local num prazo de cinco anos. Ao final desse tempo, o beneficiado receberia o título de propriedade, mediante o pagamento de taxas irrisórias. Ocorreu, a partir de então, uma “corrida pela terra” nos Estados Unidos. A descoberta de ouro na Califórnia foi outro atrativo, principalmente para aventureiros e negociantes em busca de fortuna rápida. Finalmente, de acordo com a ideologia do Destino Manifesto, bastante difundida entre a população, os desbravadores dos territórios da América do Norte, que se estendiam do Oceano Atlântico ao Pacífico, eram vistos como eleitos de Deus, cuja missão era expandir seus domínios, sua fé e seus valores.
- Espera-se, com esta questão, levar o aluno a questionar a fotografia como registro fiel da realidade. A paisagem registrada pela foto dá a impressão de que existia um grande espaço vazio à espera dos pioneiros, o que era confirmado pelo *Homestead Act* de 1862. No entanto, todo o território do oeste e do meio-oeste dos Estados Unidos era habitado por centenas de nações indígenas, que sofreram com o avanço das frentes pioneiras. É possível concluir que essa imagem corresponde, portanto, à mentalidade difundida pela ideologia do Destino Manifesto. Analisando-a podemos compreender que o fotógrafo, em seu trabalho, seleciona temas e enquadramentos, personagens e cenários, luzes e sombras, momentos e aspectos da realidade. A fotografia, assim como outras fontes históricas, não “fala por si”, e sua autoria, as circunstâncias em que foi feita, as intenções de quem a produziu e sua esfera de circulação precisam ser investigadas.

## ◆ Atividades

225

### Explorando o conhecimento

225

- Os principais fatores que levaram ao conflito foram as divergências entre o norte e o sul em relação às tarifas sobre importações, o interesse do norte na criação de um banco nacional e, sobretudo, a política abolicionista do norte em oposição à economia escravocrata do sul.
- Os princípios que, ao longo dos anos, nortearam o expansionismo norte-americano em direção à América Latina foram a Doutrina Monroe, que refutava qualquer intenção colonizadora europeia no continente americano; a política do *Big Stick*, que orientava a política externa dos Estados Unidos no sentido de negociar com os demais países da América por meio de forte pressão e ameaças ocasionais de intervenção direta, e a política da boa vizinhança, que priorizava a colaboração econômica e a influência cultural e política em vez da intervenção militar direta.
- No campo político, podemos dizer que os grandes vencedores das lutas de emancipação da América hispânica foram os *criollos*, que se libertaram do controle metropo-

litano e assumiram a direção dos novos Estados. Outra questão política importante dizia respeito à incompatibilidade entre os defensores de um Estado unitário e centralizado e os defensores do federalismo, partidários da autonomia das diversas regiões. Os unitaristas encontraram a resistência de grupos armados locais, liderados pelos caudilhos, que defendiam os interesses regionais e consideravam a unificação e a centralização do poder ameaças aos seus interesses. As mudanças sociais na América hispânica pós-independência foram limitadas. Diversos países mantiveram a escravidão africana até o início da segunda metade do século XIX e, mesmo após a abolição, os negros eram submetidos à escravidão ilegal. A situação dos indígenas também era precária, sobretudo com o avanço dos proprietários rurais sobre suas terras comunitárias.

## Pensando criticamente

225

- O *Land Ordinance*, a descoberta de ouro na Califórnia e o *Homestead Act* fazem parte do processo de expansão do território dos Estados Unidos no século XIX, completando sua formação como Estado-nação com suas configurações atuais.
  - O *Homestead Act*, promulgado em 20 de maio de 1862, estabeleceu o direito de qualquer cidadão norte-americano ou imigrante que quisesse se tornar norte-americano, maior de 21 anos, a ocupar 160 acres de terras públicas. Até o final do século XIX, cerca de 600 mil pessoas haviam recebido mais de 80 milhões de acres de terras, majoritariamente no oeste norte-americano.
- As leis racistas promulgadas no sul dos Estados Unidos após a abolição, e revogadas apenas em meados do século XX, mostram que a situação de exploração em que vivia o negro nos Estados Unidos não melhorou de forma significativa após sua emancipação nem resolveu os problemas relacionados à questão racial. O negro continuou a ser marginalizado e tratado como cidadão de segunda classe, mesmo após a promulgação da 13ª Emenda (que aboliu a escravidão no país), sendo obrigado a lutar para ter seus direitos mínimos de cidadania atendidos.
- A questão possibilita reconhecer as mudanças que se verificaram no processo de inclusão social da população afrodescendente, no Brasil e nos Estados Unidos, resultado principalmente das mobilizações dos negros, do desenvolvimento de novas atitudes por parte dos indivíduos em geral, de repúdio ao preconceito e das políticas de ação afirmativa adotadas pelos governos dos dois países. Nos Estados Unidos, por exemplo, a criação de mecanismos para a admissão de alunos nas universidades com base em critérios raciais e socioeconômicos tem elevado a proporção de estudantes negros matriculados no curso superior. A presença de negros em papéis de destaque no cinema, na música, no esporte, em programas de televisão, nos altos cargos dos poderes Judiciário e Executivo e, como Martin Luther King provavelmente nunca imaginou, na presidência dos Estados Unidos, é um indicador de profundas mudanças na sociedade norte-americana. No Brasil, onde nunca houve, depois da abolição, uma política oficial de segregação, as mudanças na elevação social dos negros

parecem ser mais lentas, ainda que não possam ser ignoradas. Os negros estão, ainda que em minoria, nas universidades, como alunos e professores, nos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, em cargos gerenciais de empresas, em papéis de destaque no cinema e nas telenovelas, nas artes em geral e em várias outras áreas. Mas há ainda um longo caminho a trilhar. Além disso, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, é elevado o índice de negros nas prisões, morando em favelas e vivendo nas ruas. Os séculos de escravidão e o preconceito, que é seu grande legado, ainda produzem estragos. A internet pode ser usada para a divulgação tanto de movimentos em defesa da igualdade racial quanto do pensamento racista de parte da sociedade, verificado, por exemplo, nos ataques racistas à atriz Taís Araújo em novembro de 2015. Por essa razão, a luta contra o preconceito racial é uma das tarefas centrais da escola brasileira.

6. a) O texto apresenta duas concepções de banditismo: uma diz respeito ao criminoso comum, o rebelde-salteador (assaltante), cujo objetivo é o enriquecimento; a outra se refere ao bandido social, que luta por um ideal de sociedade mais justa e age em nome do povo e dos pobres por meio da revolução social, exemplificado pelo autor por Emiliano Zapata.
- b) Para o autor, Pancho Villa se enquadra mais na concepção de rebelde-salteador, pois, mesmo que ele tenha lutado pela revolução, acabou se tornando, ao final dela, um proprietário de terra.

## Investigando

225

7. Os alunos encontrarão muito material para pesquisa em jornais, em revistas e na internet, pois a atividade mineradora e suas consequências são temas bastante explorados pela mídia desde o rompimento da barragem da mineradora Samarco, em 5 de novembro de 2015, em Mariana (MG), que causou o pior desastre ambiental do Brasil até então. Por meio da atividade mineradora são explorados recursos minerais, que são bens esgotáveis, não renováveis. Essa atividade é feita atualmente, de modo geral, desta maneira: primeiramente, é feita a extração com escavadeiras, tratores que raspam a rocha ou explosivos. O material recolhido é lavrado, ou seja, o minério que será utilizado é separado do que não será aproveitado e da terra. Essa parte, sem valor econômico, é chamada estéril e despejada em uma área próxima à usina. Depois, o minério é levado para a usina, onde é quebrado em máquinas de britagem. Das máquinas de britagem, o minério vai para a peneira. O peneiramento é feito com jatos de água, que ajudam a escoar os restos de terra ligados aos pedaços de ferro. Em seguida, o material é separado por tamanho e armazenado para venda.

Os principais problemas acarretados pela mineração são a poluição da água, do ar e do terreno, os incêndios causados pelo carvão e a acumulação de rejeitos radioativos. O principal e mais característico impacto da atividade é o que se refere à degradação visual da paisagem, à erosão e à morte do solo explorado. A poluição das águas é provocada principalmente pela lama. A poluição por compostos químicos também existe, mas é menos comum.

As medidas que as empresas desse ramo precisam tomar são relativamente simples, mas requerem investimento. O controle da lama tem de ser feito por meio da construção de barragens de contenção e sedimentação. As barragens são, muitas vezes, os investimentos mais onerosos em controle ambiental realizados pelas empresas. Quando esses depósitos ficam muito volumosos, tornam-se instáveis e sujeitos a escorregamentos localizados. No período de chuvas, os rejeitos devem ser removidos e transportados continuamente até as regiões mais baixas. O problema pode ser minimizado por meio do adequado armazenamento do material e de sua posterior utilização para aterrar novamente áreas já mineradas, reconstruindo a topografia da região. Sobre o desastre ambiental de Mariana em 2015, indicamos os seguintes links: <[www.em.com.br/app/infografico/2015/11/17/interna\\_infografico,490/entenda-como-aconteceu-o-maior-desastre-ambiental-do-estado.shtml](http://www.em.com.br/app/infografico/2015/11/17/interna_infografico,490/entenda-como-aconteceu-o-maior-desastre-ambiental-do-estado.shtml)>; <[www.em.com.br/vozes-de-mariana](http://www.em.com.br/vozes-de-mariana)>; <[www.unicamp.br/unicamp/noticias/2015/11/23/artigo-o-desastre-de-mariana-e-o-retrato-do-brasil](http://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2015/11/23/artigo-o-desastre-de-mariana-e-o-retrato-do-brasil)>. Acessos em 4 mar. 2016.

## ◆ Questões do Enem e de vestibulares

227

1. e.
2. b.
3. c.
4. b.
5. b.
6. b.
7. Para o autor, ainda não existia, após a independência dos Estados Unidos, uma ideia de nação. Essa ideia foi criada ao longo do século XIX por meio da Doutrina Monroe, do Destino Manifesto e de outras ideologias de caráter nacionalista. A divisão interna do país era clara em relação ao escravismo, cuja manutenção era contestada pelos republicanos de Lincoln e pela maioria dos estados do norte. A elaboração de uma proposta abolicionista por parte destes acirrou as disputas entre norte e sul, que se arrastavam desde a já citada independência. Após a Guerra de Secessão, foi construído de maneira forçada o sentimento nacionalista. A própria guerra serviu para promover esse sentimento de pertencimento a uma nação. A conscientização do norte-americano a partir desse evento foi considerada a aplicação do Destino Manifesto dos Estados Unidos.
8. d.
9. a.
10. Esta resposta foi retirada do gabarito oficial da UERJ: “O texto alude à permanência na história política latino-americana de conflitos sociais no campo decorrentes de um grave problema agrário: a concentração da propriedade fundiária. O México foi um dos países da América Latina que, no início do século XX, mais passaram por transformações em suas instituições devido a esses conflitos, desencadeando a Revolução Mexicana. Pela participação das camadas populares camponesas e pelas propostas reformistas, esse movimento serviu de modelo para outras regiões do continente”.

## Para o professor

### ◆ Metodologia e ensino de história

- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Contexto, 1997.
- BITTENCOURT, Circe (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história – ou ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BURKE, Peter. *A escola dos Annales 1929-1989: a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: Editora Unesp, 1990.
- CENTRO de Estudos Educação e Sociedade. *A prática do ensino de história*. 4. ed. São Paulo: Papirus, 1994. (Caderno Cedes, v. 10)
- CHIQUETTO, Marcos. *Breve história da medida do tempo*. São Paulo: Scipione, 1996.
- CISALPINO, Murilo. *O tempo é feito de muitos tempos*. Belo Horizonte: Formato, 1995.
- DIAS, Genebaldo F. *Educação ambiental: princípios e práticas*. 5. ed. São Paulo: Gaia, 1998.
- DOSSE, François. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- EISENSTEIN, Sergei. *A forma do filme*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- FERRO, Marc. *Cinema e história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de história*. 13. ed. Campinas: Papirus, 2012.
- GRUN, Mauro. *Ética e educação ambiental: a conexão necessária*. 4. ed. Campinas: Papirus, 1996.
- HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- KOSSOY, Boris. *A fotografia como fonte histórica: introdução à pesquisa e interpretação das imagens do passado*. São Paulo: Museu da Indústria, Comércio e Tecnologia de São Paulo, 1980. (Coleção Museu e técnicas)
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- MEIHY, José Carlos Sebe B. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 1998.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Parâmetros Curriculares Nacionais. Ensino Médio: Bases Legais*. Brasília: MEC, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Parâmetros Curriculares Nacionais. Ensino médio: ciências humanas e suas tecnologias*. Brasília: MEC, 1999.
- NADAI, Elza; BITTENCOURT, Circe. Repensando a noção de tempo histórico no ensino. In: PINSKY, Jaime (Org.). *O ensino de história e a criação do fato*. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- NAPOLITANO, Marcos. *Como usar o cinema na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2003. (Coleção Como usar na sala de aula)

- OLIVEIRA, Juarez de (Org.). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. São Paulo: Saraiva, 1996.
- PINSKY, Jaime (Org.). *O ensino de história e a criação do fato*. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- \_\_\_\_\_; ELUF, Luiza. *Brasileiro(a) é assim mesmo: cidadania e preconceito*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2012. (Coleção Vivendo a história)
- TERZI, Cleide do Amaral. *Temas transversais: um grande desafio*. São Paulo: Atual, 2000.
- VIEIRA, Maria do P. de Araújo (Org.). *A pesquisa em história*. 5. ed. São Paulo: Ática, 2006.

### ◆ Temas do livro 2

- ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: Edusp, 2007. (Coleção Documenta Uspiana II)
- ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (Org.). *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. 3.
- BARSOTTI, Paulo; PERICÁS, Luiz Bernardo (Org.). *América Latina: história, ideias e revolução*. São Paulo: Xamã, 1998.
- BERBEL, Márcia R.; MARQUESE, Rafael B.; PARRON, Tâmis. *Escravidão e política: Brasil e Cuba c. 1790-1850*.
- BERNARDES, Denis. *Um império entre repúblicas*. São Paulo: Global, 1983.
- BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: América Latina colonial*. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004. v. 2.
- \_\_\_\_\_. *História da América Latina: da independência a 1870*. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004. v. 3.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. 6. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues e outros. *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Escravo ou camponês? O protocamponato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário na República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- CROUZET, Maurice. *História geral das civilizações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. v. 15.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/ Fapesp, 1992.
- DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

- DOZER, Donald Marquand. *América Latina: uma perspectiva histórica*. Porto Alegre: Globo, 1966.
- FAORO, Raymundo. 5. ed. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2012.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2002.
- FERRO, Marc. *História das colonizações: das conquistas às independências*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- FRANCO, Maria Sylvania de C. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- FURTADO, Celso. *Economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GEORGES, Gusdorf. *As revoluções da França e da América: a violência e a sabedoria*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- GERBI, Antonello. *O Novo Mundo: história de uma polêmica (1750-1890)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. 2. ed. São Paulo: Selo Negro, 2008.
- HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- \_\_\_\_\_. *A Revolução Inglesa de 1640*. Lisboa: Presença, 1985.
- HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- \_\_\_\_\_. *A era do capital: 1848-1875*. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- \_\_\_\_\_. *A era dos impérios: 1875-1914*. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico, t. 2*. São Paulo: Difel, 1972. v. 2.
- \_\_\_\_\_. *Raízes do Brasil*. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- JANCSÓ, István (Org.) *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo: Hucitec/Unijui/Fapesp, 2003.
- LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2007.
- LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude. *História dos jovens: a época contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. v. 2.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso Império. Portugal e Brasil: bastidores da política 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1994.
- LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MARKUN, Paulo. *Anita Garibaldi: uma heroína brasileira*. 6. ed. São Paulo: Senac, 2009.
- MAYER, Arno J. *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime (1848-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (Coleção Companhia de bolso)
- MONTEIRO, John M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.
- OGOT, Bethwell Allan (Ed.). *História geral da África: África do século XVI ao XVIII*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2011. v. 5.
- PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2009.
- PERRON, Michele (Org.). *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. 4.
- PERRY, Marvin. *Civilização ocidental: uma história concisa*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- PRADO, Maria Lígia C. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: Edusp, 2004.
- PRIORE, Mary del. *Mulheres no Brasil colonial*. São Paulo: Contexto, 2000. (Coleção Repensando a história)
- \_\_\_\_\_; VENÂNCIO, Renato Pinto. *Ancerais: uma introdução à história da África Atlântica*. São Paulo: Edusp, 2004.
- REIS, João José. *A morte é uma festa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês em 1835*. Ed. revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- RÉMOND, René. *História dos Estados Unidos*. São Paulo: Difel, 1961.
- \_\_\_\_\_. *O século XIX: 1815-1914*. São Paulo: Cultrix, 1981.
- RONCARI, Luiz. *Literatura brasileira: dos primeiros cronistas aos últimos românticos*. São Paulo: Edusp, 1995.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- \_\_\_\_\_. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.). *Nova história da expansão portuguesa: o Império Luso-Brasileiro, 1750-1822*. Lisboa: Estampa, 1986. v. 8.
- SILVA, Aracy Lopes e outros. *A temática indígena na escola*. Brasília: MEC/Mari/Unesco, 1995.
- SOUZA, Laura de Mello; BICALHO, Maria Fernanda B. *1680-1720: o império deste mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- SPOSITO, Fernanda. *Nem cidadãos, nem brasileiros: indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845)*. São Paulo: Alameda, 2012.
- SYRETT, Harold C. (Org.). *Documentos históricos dos Estados Unidos*. São Paulo: Cultrix, 1988.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.